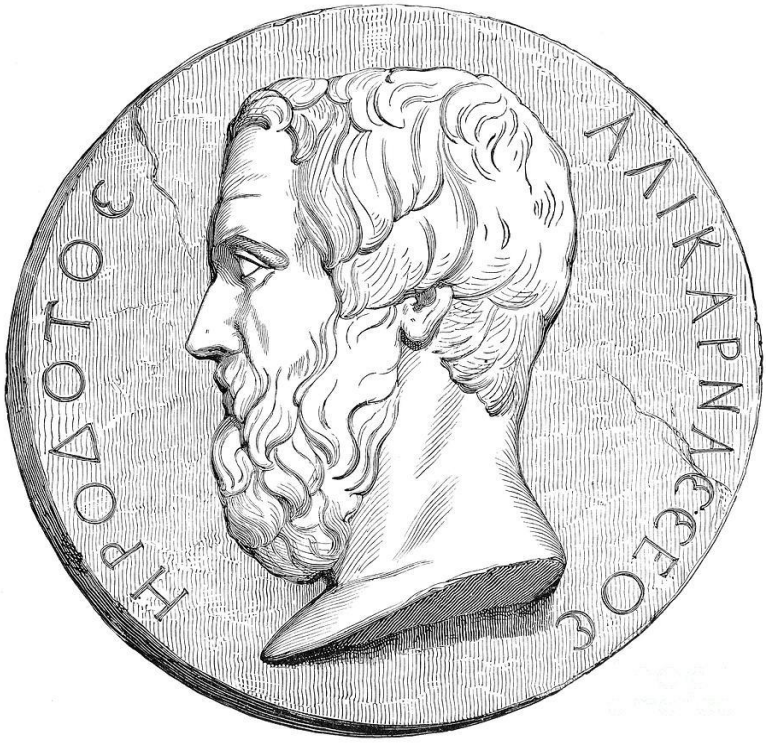



# HERÓDOTO

## VOLUME 1, NÚMERO 1

Março de 2016

ISSN 2448-2609

# HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas
http://mundoclassiconectado.unifesp.br/

N. 01/Março de 2016 – Brasil

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História

UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
1933

Imagem da capa disponível em:
http://images.fineartamerica.com/images-medium-large/herodotus-c484-c420-bc-granger.jpg

Editor de Layout\Layout Editor
Prof. Adilton Luis Martins
adiltton@hotmail.com

Suporte Técnico\Technical Support
Maria Auxiliadora Alencar
edgod4@hotmail.com

Responsável\Principal Contact
Glaydson José da Silva
mundoclassiconetado@unifesp.br

Heródoto [recurso eletrônico]: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas / Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. – v. 1, n. 1 (2016) - . – Guarulhos: UNIFESP/EFLCH, 2016.

Anual

ISSN 2448-2609

Modo de acesso: World Wide Web.
Disponível em: <http:www.herodoto.unifesp.br>

1. História Antiga - Periódicos. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. II. Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

# HERÓDOTO

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-Asiáticas. Volume 1, Número 1 - Março/2016. Unifesp/Guarulhos/Brasil.

## EQUIPE EDITORIAL - EDITORIAL STAFF

### EDITOR CHEFE - EDITOR-IN-CHIEF

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

### EDITOR ASSOCIADO - ASSOCIATE EDITOR

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

### AVALIADORES - REVIEWERS

Prof. Airton Brazil Pollini Junior, Université de Haute Alsace, França

Prof. Anderson de Araujo Martins Esteves, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Delfim Leão, Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Prof. Ivan Esperança Rocha, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Prof. Júlio César Mendonça Gralha, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Prof. Manuel Albaladejo Vivero, Universidad de Valencia, Espanha

Prof. Marcelo Rede, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Prof. Renato Pinto, Universidade Federal de Pernanbuco, Brasil

Prof. Vagner Cavalheiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Profa. Esther Paglialunga, Universidad de los Andes, Venezuela

Profa. Kátia Maria Paim Pozzer, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Profa. Leonor Santa Bárbara, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Profa. Margaret Marchiori Bakos, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Profa. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Profa. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Raquel dos Santos Funari, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Profa. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Profa. Silvia Calosso, Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Profa. Typhaine Haziza, Univeristé de Caen, França

Profa. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. José Antonio Alves Torrano, Universidade de São Paulo, Brasil

## CONSELHO EDITORIAL

## EDITORIAL ADVISORY BOARD

Prof. Adilton Luis Martins, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Glaydson José da Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. José Geraldo Costa Grillo, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Julio Cesar Magalhães de Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil

Prof. Luciano César Garcia Pinto, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Prof. Pedro Falleiros Heise, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Profa. Maria Aparecida de Oliveira Silva, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Profa. Marta Denise da Rosa Jardim, Universidade Federal de São Paulo

Profa. Patrícia Teixeira Santos, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Profa. Samira Adel Osman, Universidade Federal de São Paulo, Brasil

## REDE UNIVERSITÁRIA

Univeristé de Caen, França

Universidad de los Andes, Venezuela

Universidad de Valencia, Espanha

Universidad Nacional del Litoral, Argentina

Universidade de Coimbra, Portugal

Universidade de São Paulo, Brasil

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Universidade Federal de Pernanbuco, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Université de Haute Alsace, França

# HERÓDOTO – REVISTA DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E SUAS CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS,

originou-se do interesse de investigação de estudiosos do mundo clássico que o pensam a partir de suas conexões com os mundos africano e asiático conhecidos na Antiguidade. Desenvolveu-se em parceria com pesquisadores do mundo contemporâneo de História da África, da Arte Africana e da Ásia, que consideram o mundo antigo como presença posterior, determinada e reformulada pelas múltiplas visões de diferentes historicidades que lhe antecederam. Sabidamente, ao longo da história do pensamento ocidental, as conexões e integrações entre gregos e romanos e povos da África e da Ásia foram frequentemente negligenciadas como objeto de estudo. Ao voltar seus interesses para essas frentes, reconhecendo-lhes sua importância capital, a revista **Heródoto** parte da convicção de que as relações entre o mundo clássico e a afro-Ásia constituíram uma espécie de pano de fundo para a longa história Ocidental e Oriental. Com o intuito de contribuir com os trabalhos já realizados nesse campo, dois são os objetivos das pesquisas desenvolvidas pelo grupo:**1)** Evidenciar as influências mútuas e não hierarquizadas entre as culturas greco-romanas e afro-asiáticas - considerando, para além das relações de aceitação e dominação, instâncias como assimilação, ajustamento, conflito, negociação e resistência ante os contatos. **2)** Apontar para as influências exercidas pelas teorias do eurocentrismo, do afrocentrismo e do asianismo na produção historiográfica acerca do mundo antigo.

# HERÓDOTO – JOURNAL OF THE STUDY GROUP ON CLASSICAL ANTIQUITY AND ITS AFRO-ASIAN CONNECTIONS –

emerged from the interest of scholars and students of the classical world who undertake research on the connections of the classical world with the African and Asian regions known in Antiquity. ***Herodoto*** is a result of a partnership with researchers of Contemporary African History, African Art, and Asian Art who approach the ancient world as an outcome that was determined and shaped by the various views of historical process that preceded it. It is known that in Western thought, several connections and forms of integration between the Greeks, Romans and peoples of Africa and Asia have been frequently neglected as objects of study. By drawing attention to these study areas and recognizing their vital importance, ***Herodotus*** affirms the conviction that the relations between the Classical World, Africa and Asia constituted the backdrop of a long history between West and East. In order to contribute with the work that has been already undertaken in the field, the researches of the Study Group on Classical Antiquity and its Afro-Asian Connections seek to attain the following two goals: **1)** To evince the mutual and non-hierarchical influences among Greco-Roman and African / Asian cultures in their interactions, by means of categories such as assimilation, adjustment, conflict, negotiation and resistance, beyond their relations of acceptance and subjugation; and **2)** To point out the effects of theories such as Eurocentrism, Afrocentrism and Asianism in the historiographical production about the ancient world.

# ÍNDICE – CONTENTS

**EDITORIAL** 1

**Mundos conectados: África, Ásia e o Mediterrâneo greco-romano**

**EDITORS NOTE** 5

**Connected worlds, Africa, Asia and the Greco-Roman Mediterranean**

**APRESENTAÇÃO** 9

Glaydson José da Silva

**PREFACE** 13

Glaydson José da Silva

**DOSSIÊ: O MUNDO CLÁSSICO E SUAS CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS/DOSSIER: CLASSICAL WORLD AND ITS AFRO-ASIAN CONNECTIONS** 17

**CURADORES DO IMPÉRIO: PATRIMÔNIO COMO PILHAGEM COLONIALISTA** 19

Pedro Paulo Funari e Tamima Orra Mourad

**STEWARDS OF EMPIRE: HERITAGE AS COLONIALIST BOOTY** 37

Pedro Paulo Funari & Tamima Orra Mourad

**A RESTAURAÇÃO DO ODEION DE PÉRICLES EM ATENAS NO SÉCULO I A.C.: NOVOS E ANTIGOS PERSAS** 55

Fábio Augusto Morales

**THE RESTORATION OF PERIKLES' ODEION AT ATHENS IN THE FIRST CENTURY BC: NEW AND ANCIENT BARBARIANS** 73

Fabio Augusto Morales

**DESCOBRINDO O EGITO ANTIGO NA MODERNIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DO ANTIQUARISTA GIOVANNI BELZONI (1816-1819)** 91
Natascha de Andrade Eggers

**DISCOVERING ANCIENT EGYPT IN MODERNITY: THE CONTRIBUTION OF AN ANTIQUARIAN GIOVANNI BELZONI (1816-1819)** 113
Natascha de Andrade Eggers

**VALE 5 SICLOS DE PRATA: A ESCRAVIDÃO NOS ARQUIVOS PRIVADOS MESOPOTÂMICOS** 133
Katia Maria Paim Pozzer

**WORTH 5 SILVER SHEKELS: SLAVERY IN MESOPOTAMIAN'S PRIVATE ARCHIVES** 149
Katia Maria Paim Pozzer

**O ESPÍRITO DO MEDO: ROMA E O ABSOLUTISMO** 165
Adilton Luís Martins

**THE SPIRIT OF FEAR: ROME AND ABSOLUTISM** 195
Adilton Luís Martins

**ARTIGOS/ARTICLES** 229

**A HISTORIOGRAFIA CONSTRUCIONISTA DA ERÓTICA GREGA** 231
Daniel Barbo

**THE CONSTRUCTIONIST HISTORIOGRAPHY OF GREEK EROTICS** 265
Daniel Barbo

**OVÍDIO E O IDEAL DE *PUELLA DOCTA* NA ELEGIA ERÓTICA ROMANA** 300
Renata Cerqueira Barbosa

**OVID AND THE IDEAL OF *DOCTA PUELLA* IN THE ROMAN EROTIC ELEGY** 322
Renata Cerqueira Barbosa

**ARISTOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA POLÍTICA ROMANA REPUBLICANA** 342
Jonathan Cruz Moreira

**ARISTOCRACY AND POPULAR ENGAGEMENT IN REPUBLICAN ROMAN POLITICS** 364
Jonathan Cruz Moreira

**ANTIGUIDADE TARDIA: IMAGEM E DOCUMENTO** 384
Cláudio Umpierre Carlan

**LATE ANTIQUITY: IMAGE AND DOCUMENT** 400
Cláudio Umpierre Carlan

**TRADUÇÕES/TRANSLATIONS** 416

**OS ROMANOS NA ÁFRICA OU A ÁFRICA ROMANIZADA? ARQUEOLOGIA, COLONIZAÇÃO E NACIONALISMO NA ÁFRICA DO NORTE** 418
Claude Lepelley

**A ÁFRICA NO CAPÍTULO XXXV DO ÉDITO DO MÁXIMO DE DIOCLECIANO** 438
Pascal Arnaud

**O EGITO E OS DESERTOS CIRCUNVIZINHOS À LUZ DE NOVAS DESCOBERTAS (IV-III MILÊNIOS A.C.)** 458
Juan Carlos Moreno García

**RESENHAS/REVIEWS** 478

**FEITOSA, Lourdes Conde.**
**The Archeology of Gender, Love and Sexuality in Pompeii. Oxford: Archeopress, 2013. 63p.480**
André Pereira Rocha

**Português** 480

**English** 484

**CAMPOS, Carlos Eduardo Da Costa & CANDIDO, Maria Regina (Orgs).**
***Caesar Augustus: Entre Práticas e Representações*. Vitória/Rio De Janeiro: Departamento de Línguas & Uerj – Nea, 2014, 375p.**
Gregory Gallo

**Português** 487

**English** 491

**OLIVEIRA, Júlio César Magalhães de.**
***Potestas Populi.* Particiapation Populaire et action collective dans les villes de l'Afrique Romaine Tardive (Vers 300-430 Apr. J.-C.), Turnhout, Brepols, 2012, Pp.375.**
Fabiano Fernandes

**Português** 496

**English** 499

**FREEMAN, Philip.**
**Alexandre, O Grande. Tradução de Marília Chaves e Márcia Men. Barueri, Amarilys, 2014. 384p.**
Thiago do Amaral Biazotto

**Português** 502

**English** 505

**GUARINELLO, Norberto Luiz.**
***História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. 174pp.**
Rafael Augusto Nakayama Rufino

**Português** 509

**English** 513

# EDITORIAL

## Mundos conectados: África, Ásia e o Mediterrâneo greco-romano

> *"Quand deux peuples se rencontrent, ils se combattent souvent, ils se métissent toujours"*
>
> Paul Rivet

A história antiga de povos africanos e asiáticos pouco interessou aos ocidentais. A existência desses povos na antiguidade frequentemente foi percebida a partir de suas relações com gregos e romanos. Essa percepção, longe de estabelecer um entendimento de interações e trocas culturais, com frequência naturalizou discursos hierárquicos sobre relações de dominação de gregos e romanos sobre os outros povos. Nesse projeto de publicação, temos por objetivo não só dar lugar à originalidade dos estudos de povos afroasiáticos na antiguidade, mas, também, às relações estabelecidas por estes com gregos e romanos, para além das ideias normativas de predominância grega e/ou romana presentes nos conceitos de helenização e romanização, por exemplo. Esta perspectiva parte da compreensão da existência de inúmeras sociedades complexas e heterogêneas que se intercruzam em situações e ambientes de fronteiras, por vezes decisivos para os avanços tecnológicos e sociais dos povos envolvidos; povos que se aproximam e se distanciam, com contribuições distintas e complementares.

As experiências do imperialismo e do colonialismo modernos não só instituíram campos disciplinares (ocidentais) voltados aos estudos de povos afroasiáticos (africanismo e orientalismo) como, também, estabeleceram entendimentos só compreensíveis se ligarmos esses campos aos contextos nos quais se desenvolveram. Essa constatação, contudo, não deve reduzir nem o entendimento do africanismo e nem aquele do orientalismo – campos de estudo, hoje, muito mais amplos e mais complexos – às grandes querelas ideológicas nas quais se fundaram.

A obra seminal de Martin Bernal – *Black Athena – The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, que nos inspirou a criação desta revista e de nosso grupo de estudos e pesquisas, já foi e ainda é objeto de muitas críticas (Lefkowitz, 1996; Moore, 2001; Binsbergen, 2011) que, pertinentes ou não, não lhe tiram o grande mérito de trazer, para o centro do debate acadêmico, as discussões acerca das circulações e trocas culturais entre Grécia e Roma e povos do Oriente Médio, da África e da Ásia – ampliando significativamente o campo das pesquisas científicas, por um lado, e

colaborando, por outro, com a grande atualidade das discussões identitárias contemporâneas, que não cessam de colocar a antiguidade clássica na base.

Oceanos, mares, rios, golfos e desertos foram espaços de conexão entre povos que, *ab origine*, mantiveram-se em contato, muito antes da expansão do mundo helênico ou da Roma republicana, num vasto cruzamento entre línguas, culturas e religiões. Seja pelo recorrente rompimento de fronteiras levado a cabo pela experiência humana ou pela promoção de trocas comerciais, o mundo dividido entre Oriente e Ocidente nunca conheceu limites absolutos. As literaturas de língua grega ou latina e as evidências materiais expressam o grau dessas interações, que tiveram no Mediterrâneo seu grande palco de entrecruzamentos – espaço de diálogos de culturas, lugar privilegiado das mestiçagens desde longa data. Léopold Sédar Senghor, poeta e escritor senegalês, intelectual engajado na luta pelo reconhecimento das culturas não europeias, para dizer do lugar ocupado pelo Mediterrâneo na história da humanidade relembrava os ensinamentos de Paul Rivet, assim resumindo-os:

"Como o dizia Paul Rivet, meu antigo professor de Antropologia no Instituto de Etnologia de Paris, todas as primeiras civilizações históricas nasceram nas altitudes do Mediterrâneo, nas linhas de encontro dos negros, brancos e amarelos. E, acrescentava ele, às civilizações mediterrâneas – da egípcia à árabe, passando pela grega -, as civilizações iraniana e indiana, chinesa e maia[1]".

Em toda essa saga humana, a mestiçagem cultural e biológica é definidora das experiências dos povos na antiguidade, fruto de inalienáveis zonas de contato.

Projeto editorial ambicioso, essa publicação almeja difundir a produção brasileira sobre a Antiguidade (não só no escopo temático da revista) e, ao mesmo tempo, promover a circulação, dentre o público brasileiro, de estudos estrangeiros nesse campo.

Glaydson José da Silva e Gilberto da Silva Francisco

[1] *Les noirs dans l'Antiquité* méditerranéenne. Conferência pronunciada por Léopold Sédar Senghor em 11 de maio de 1977 por ocasião de sua visita oficial ao Principado de Mônaco. Disponível em http://ethiopiques.refer.sn/spip.php?article560 Acessado em: 17/02/2016.

## Referências bibliográficas

BINSBERGEN, Wim van (Ed.). Black Athena comes of age: Towards a constructive re-assessment. Berlin, Lit Verlag, 2011.

LEFKOWITZ, Mary R. & MACLEAN Rogers, Guy (Eds.). *Black Athena Revisited.* Chapel Hill-London: University of North Carolina, 1996.

MOORE, David Chioni (Ed.). *Black Athena Writes Back. Martin Bernal responds to his critics.* Durham & London: Duke University Press, 2001.

# EDITORS NOTE

## Connected worlds, Africa, Asia and the Greco-Roman Mediterranean

> *"Quand deux peuples se rencontrent, ils se combattent souvent, ils se métissent toujours"*
>
> Paul Rivet

The ancient history of African and Asian peoples was of little interest to Westerners. The existence of these peoples in antiquity was frequently perceived by means of their relations with the Greeks and Romans. Far from establishing an understanding of interactions and cultural exchanges, such a perception frequently naturalized hierarchical discourses on the domination of the other peoples by the Greeks and the Romans.

The goal of this publication is to provide a new space not only for original studies about antiquity's Afro-Asian peoples, but also about their relations with the Greeks and Romans beyond any normative ideas of a Greek and/or Roman predominance, which became present, for instance, in the concepts of Hellenization and Romanization. This new perspective is based on a recognition of the several complex and heterogeneous societies that flourished and were interconnected in the different situations and environments that existed along their borders. These situations and environments were decisive for some of the technological and social innovations of these peoples, which became at times either closer or more distant from each other, with their unique and complementary contributions.

The experiences of modern imperialism and colonialism not only produced (Western) disciplinary fields aimed at the study of Afro-Asian peoples (Africanism ad Orientalism), but they also established specific approaches that can only be comprehended within the contexts in which they emerged. Yet, this fact must not reduce one's understanding of Africanism or Orientalism – both of which are considerably wider and more complex fields of study nowadays – to the broad ideological debates that lied at their foundation.

Martin Bernal's seminal work Black Athena. The Afroasiatic Roots of Classical Civilization, which inspired us to create this journal and our study and research group, has been a target of much criticism (Lefkowitz, 1996; Moore, 2001; Binsbergen, 2011).

Whether pertinent or not, these critical approaches do not obscure Bernal's great merit of bringing the discussions on the circulation and cultural exchanges between Greece, Rome and the Middle Eastern, African and Asian peoples to the center of the academic debate – significantly expanding the field of current scientific researches, on the one hand, and collaborating, on the other, to the great actuality of the contemporary discussions on identity, which continually recognize classical antiquity at the basis of their investigations.

The oceans, seas, rivers, gulfs and deserts have been spaces of connection between peoples who maintained contact since their origins long before the expansion of the Hellenic world and of republican Rome in a vast junction of languages, cultures and religions. Either by the recurrent crossing of the frontiers in the course of the human experience, or by promoting commercial exchanges, the world divided into East and West never really knew absolute limits. The existing Greek or Latin literatures, along with the material evidences, indicate the extent of such interactions. As a space of dialogue among the cultures, the Mediterranean became the great stage of these intersections and a long-standing privileged place of human miscegenation.

The Senegalese poet and writer Léopold Sédar Senghor – an intellectual who has been committed to the cause of the recognition of non-European cultures – recalls the teachings of Paul Rivet to indicate the role played by the Mediterranean in the history of mankind. Senghor synthesized them with the following words:

"Paul Rivet – my old professor of Anthropology at the Paris Ethnological Institute – said that all initial historical civilizations were born in the altitudes of the Mediterranean Sea along the meeting lines of the black, white and yellow peoples. And he added the Mediterranean civilizations – from the Egyptian to the Arab, including the Greek – to the Iranian, Indian, Chinese and Maya civilizations[2]".

During this human saga, the cultural and biological miscegenation defined the experiences of the peoples of antiquity as a fruit of their inalienable contact zones.

With its ambitious editorial project, this journal seeks to disseminate the Brazilian production on Antiquity (not only within its thematic scope), while also promoting a circulation of international studies in this field for Brazilian readers.

Glaydson José da Silva and Gilberto da Silva Francisco

---

[2] *Les noirs dans l'Antiquité* méditerranéenne. Léopold Sédar Senghor's lecture delivered on May 11th, 1977, during his visit to Principality of Monaco. Available at: http://ethiopiques.refer.sn/spip.php?article560 Access February 17th, 2016.

## Bibliographical references

BINSBERGEN, Wim van (Ed.). *Black Athena comes of age: Towards a constructive re-assessment. Berlin: Lit Verlag,* 2011.

LEFKOWITZ, Mary R. & MACLEAN Rogers, Guy (Eds.). *Black Athena Revisited*. Chapel Hill-London: University of North Carolina, 1996.

MOORE, David Chioni (Ed.). Black Athena Writes Back. *Martin Bernal responds to his critics*. Durham & London: Duke University Press, 2001.

# APRESENTAÇÃO

Glaydson José da Silva[3]

Neste seu primeiro número a revista Heródoto disponibiliza a seus leitores um conjunto de 18 contribuições, sendo 05 do **Dossiê** "O mundo clássico e suas conexões afroasiáticas", 04 da sessão **Artigos**, 03 da sessão **Traduções** e 05 da sessão **Resenhas**. Seguindo a orientação da revista, à exceção dos textos apresentados na sessão **Traduções**, todos os demais são dispoibilizados em português com sua versão em inglês.

Abre o **Dossiê** deste primeiro número a contribuição de Pedro Paulo Abreu Funari e Tamima Orra Mourad, que relaciona curadoria com experiências coloniais, explorando os casos do Brasil e do Oriente Próximo por meio de situações em que a necessidade de se apropriar, proteger e guardar resultou em furto, deformação e isolamento do patrimônio das populações envolvidas, evidenciando as relações de interesses institucionais e individuais em práticas políticas e pseudocientíficas envolvendo a questão patrimonial. O artigo analisa como o colonialismo moldou a prática de curadoria dos museus em ambos os contextos analisados. Fábio Augusto Morales discute a restauração do Odeion de Péricles em Atenas, realizada pelo rei Ariobarzanes II, da Capadócia, entre 63 e 51 a.C. Teatro coberto construído no século V a.C. e destruído durante o cerco romano à cidade, em 86 a.C., o Odeion pode ser considerado um importante monumento representativo do discurso identitário ateniense em relação aos persas. A oposição dos gregos aos persas, manifesta a da produção literária aos elementos da cultura material, é um traço definidor da identidade cívica ateniense. O autor busca entender como a restauração desse "monumento anti-persa" é de capital importância para a compreensão das políticas externas ateniense nesse contexto. Em uma perspectiva teórica de análise dos usos do passado, Natascha de Andrade Eggers analisa a relação ente o Império britânico e o Antigo Egito, buscando compreender como os europeus, particularmente os britânicos, a partir do século XIX, utilizaram a imagem da civilização egípcia para a construção de uma identidade e memória nacional. O estudo do antiabsolutismo de Montesquieu, percebido por meio de sua compreensão da história romana e sua teoria germanista da história é o objeto da análise de Adilton Luis Martins, que busca investigar o enfrentamento de Montesquieu

[3] Editor da revista - Editor do primeiro número

contra a erudição da historiografia católica, absolutista e burguesa, com a exaltação da queda da República romana. A temática da escravidão, a partir do estudo dos arquivos de um importante homem de negócios da cidade de Larsa, no sul mesopotâmico, é objeto de análise de Kátia Maria Paim Pozzer, que tem também o mérito de disponibilizar aos leitores brasileiros fontes de pesquisa para o estudo da história econômica a partir da tradução de documentos diretamente da língua acádica e da escrita cuneiforme.

A sessão de **Artigos** é iniciada com uma contribuição de Daniel Barbo sobre a historiografia construcionista da erótica grega. O autor analisa o olhar pós-moderno e foucaultiano de obras que se ocuparam com o estudo da erótica grega a partir da década de 1980, buscando apresentar seus vínculos com a Nova História Cultural. Renata Barbosa propõe uma análise da elegia erótica romana ligando-a à sua possibilidade de contribuição para a o entendimento de uma compreensão da educação das mulheres romanas. Evitando uma análise centrada nas questões poéticas dos autores elegíacos e de suas composições (mas não deixando de enfrenta-las), a autora centra sua análise nas contraposições entre o ideal da *puella docta* elegíaca e aquele das matronas romanas, tendo a educação como eixo de sua análise. No âmbito da história política do mundo romano, Jonathan Cruz Moreira propõe uma análise participação da população nas decisões tomadas nas diferentes assembleias do povo romano, considerando sua soberania e o papel da aristocracia no controle das decisões no período republicano. Finalizando a sessão de artigos, Cláudio Umpierre Carlan trata da descrição da iconografia como documento histórico, considerando, sobretudo, o lugar da imagem na Antiguidade Tardia. O foco de sua análise são as possibilidades de utilização da numimástica como fonte para estudiosos do mundo antigo, abordando a amplitude do entendimento das moedas no mundo antigo, para além da concepção que hoje temos das mesmas.

Na sessão **Traduções** apresentamos 04 textos inéditos em português, visando disponibilizar para nossos leitores, particularmente para os estudantes brasileiros, contribuições de autores importantes sobre temas pouco publicados no Brasil. Os artigos foram cuidadosamente selecionados, com o objetivo de também abranger, de forma geral, campos de interesse do Grupo de Estudos sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afroasiáticas, ligado à Revista Heródoto. O artigo de Claude Lepelley tem título muito sugestivo e autoexplicativo: "*Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte*". De Pascal Arnaud disponibilizamos uma contribuição sobre *"A África no capítulo XXXV do Édito do Máximo de Diocleciano*". De Juan Carlos Moreno Garcia apresentamos o texto "*O Egito e os desertos circunvizinho à luz das novas descobertas* (Milênios IV -III a. C)", que vem auxiliar no preenchimento de uma grande lacuna de publicações sobre o Egito antigo no Brasil.

Todos os textos desta sessão evidenciam a existência de um mundo clássico de trocas e circulações com o mundo africano, enfim, de um mundo conectado.

Na seção de **Resenhas** são apresentadas as leituras críticas de 05 obras; dessas, duas de autores brasileiros publicadas em língua estrangeira - *The archaeology of gender, love and sexuality in Pompei*, de Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa, e *Potestas populi. Participation populaire et action collective dans les villes de l"Afrique romaine tardive (vers 300-430 apr. J.-C.)*, de Julio César Magalhães de Oliveira; essas contribuições, publicadas por prestigiosas casas editoriais estrangeiras (Oxford Archaeopress e Brepols Publishers), evidenciam a importância e a circulação de estudiosos brasileiros do mundo antigo no exterior. Temáticas importantes no âmbito dos estudos da Antiguidade, à luz de abordagens recentes, estão presentes nas demais obras resenhadas: *Caesar Augustus: entre práticas e representações* (Carlos Eduardo da Costa Campos e Maria Regina Cândido - organizadores), obra comemorativa do bimilenário da morte de Augusto, com contribuições de autores brasileiros e estrangeiros; *Alexandre, o Grande*, de Philip Freeman, narrativa biográfica a respeito do grande general, e *História Antiga*, de Norberto Luiz Guarinello, que aborda reflexões autais sobre a epistemologia da disciplina.

Esperamos que esse primeiro número da revista Heródoto seja agradável a todos os interessados nos estudos da Antiguidade no Brasill; esperamos, também, que a pretensão da revista de se estabelecer como um periódico bilingue nos auxilie a promover circulações, trocas acadêmicas com estudiosos de diferentes centros de pesquisa e universidades do mundo e auxilie, também, em uma maior visibilidade das contribuições brasileiras nesse campo no exterior.

# PREFACE

Glaydson José da Silva[4]

This first issue of *Herodoto* brings a total of 18 contributions, including 5 articles of the **Dossier** "Classical world and its Afro-Asian connections" ("O mundo clássico e suas conexões afro-asiáticas"), 4 texts in the section of **Articles**, 4 **Translations** and 5 **Reviews**. In compliance with its editorial guidelines, all articles of *Herodoto* are published in Portuguese and English versions, except for the texts of the section of **Translations**.

The opening contribution of the **Dossier** of this first volume is the article written by Pedro Paulo Abreu Funari and Tamima Orra Mourad, who relate curatorship and the colonial experience in the cases of Brazil and the Near East, by analyzing how Colonialism shaped curatorship as a practice of museums in both contexts. Funari and Mourad approach situations in which the need to appropriate, protect and keep resulted in the theft, deformation and isolation of the heritage of local populations, thus evincing relations of institutional and individual interests in the form of political and pseudo-scientific practices linked to the issue of heritage.

Fábio Augusto Morales discusses the restoration of Pericles' Odeon in Athens, undertaken by King Ariobarzanes II of Cappadocia from 63 to 51 B.C. The Odeon of Pericles was a covered theater built in the 5th century B.C. and destroyed during the Roman siege of 86 B.C., and can be seen as an important monument that represents the discourse of Athenian identity vis-à-vis the Persians. The opposition of the Greeks to the Persians, which can be seen from the literary production to the elements of material culture, was a hallmark of Athenian civic identity. Morales seeks to understand the decisive importance of the restoration of this "anti-Persian monument" for the foreign policy of Athens in its context.

From a theory-based perspective of the uses of the past, Natascha de Andrade Eggers analyzes the relation between the British Empire and Ancient Egypt, in order to understand how Europeans and, in particular, the British, starting in the 19th century, used the image of the Egyptian civilization to build a national identity and memory of their own.

---

[4] Journal Editor - Editor of the first issue

Montesquieu's anti-absolutist ideas, deriving from his knowledge of Roman history and his Germanist theory of history, are analyzed by Adilton Luis Martins, who seeks to examine Montesquieu's confrontation against the erudition of a Catholic, absolutist and bourgeois historiography, with the exaltation of the fall of the Roman Empire.

Finally, the issue of slavery, based on the study of the records of an important tradesman from the city of Larsa, in Southern Mesopotamia, is the object of analysis of Kátia Maria Paim Pozzer. Dr. Pozzer also has the merit of making available to Brazilian readers the research sources for the study of economic history with the direct translation of documents from the Akkadian language and the cuneiform writing system.

The opening contribution of the section of **Articles** is the study of Daniel Barbo on the constructionist historiography of Greek erotic art. Barbo analyzes the post-modern and Foucauldian perspective of works that studied Greek erotic art starting in the 1980s, and seeks to identify its links with the New Cultural History School. And Renata Barbosa undertakes an analysis of Roman erotic elegy as a contribution to a deeper understanding of the education of Roman women. Avoiding an analysis focused on the poetical issues of elegiac authors and their works (but not neglecting them), and focusing on education as the guiding thread, Barbosa's analysis is centered in the contrapositions between the ideal of the elegiac *puella docta*, on the one hand, and, on the other, the ideal of Roman matrons.

In the field of political history of the Roman world, Jonathan Cruz Moreira analyzes popular participation in the decision-making processes of the different assemblies of Rome, considering their sovereignty and the role of aristocracy in the control of decisions during the Republican period.

Finally, Cláudio Umpierre Carlan examines the description of iconography as a form of historical document, considering above all the place of image in Late Antiquity. Carlan's analysis is focused on the possibilities of numismatics as a source for students of the ancient world, thus approaching the amplitude of the science of currencies of the ancient world beyond our current view in this field.

In this issue, the section of **Translations** includes 4 new translations of articles into Portuguese, to provide readers – and, particularly, Brazilian students – with access to contributions of important authors on themes that have not yet been widely published in Brazil. These articles were carefully selected in order to encompass, in a general way, the fields of interest of the Study Group on Classical Antiquity and its Afro-Asian Connections, which is linked to *Herodoto*.

The article by Claude Lepelley has a suggestive and self-explanatory title: "Romans in Africa or Romanized Africa? Archeology, colonization and nationalism in Northern Africa". This issue then brings a contribution of Pascal Arnaud which is the article

about "Africa in chapter 35 of Diocletian's Edict on Maximum Prices". Finally, the contribution by Juan Carlos Moreno Garcia, "Egypt and its neighboring deserts in the light of the recent discoveries (4th to 3rd millennia B.C.)", was selected to help fill in a fundamental gap regarding publications on Ancient Egypt in Brazil. All articles of this section point at the existence of a classical context of exchange and circulation with the African world – in short, an interconnected world.

The section of **Reviews** presents critical readings of 5 works, including 2 books published by Brazilian authors in other languages: *The archaeology of gender, love and sexuality in Pompeii*, by Lourdes Madalena Gazarini Conde Feitosa; and *Potestas populi. Participation populaire et action collective dans les villes de l'Afrique romaine tardive (vers 300-430 apr. J.-C.)*, by Julio César Magalhães de Oliveira. Both contributions were published by prestigious international companies (Oxford Archaeopress, and Brepols Publishers), and evince the importance and the circulation of Brazilian students of the ancient world abroad.

The other 3 books in review deal with important themes in the field of studies about Antiquity in the light of recent approaches: *Caesar Augustus: entre práticas e representações*, edited by Carlos Eduardo da Costa Campos and Maria Regina Cândido, is a commemorative work of the 2,000 years of the death of Roman emperor Augustus, with contributions of Brazilian and international authors; *Alexandre, o Grande*, by Philip Freeman, is a biographical narrative about Alexander, the Great; and *História Antiga*, by Norberto Luiz Guarinello, approaches the current reflections on the epistemology of ancient history.

We hope this first issue of *Herodoto* may be a pleasant read to all persons interested in the study of Antiquity in Brazil. We also hope that the fulfillment of the aim of this journal to consolidate itself as a bilingual publication can help promote the academic circulation and exchange with scholars from several research centers and universities around the world, while increasing the international visibility of the contributions of Brazilian authors in this field of studies.

# DOSSIÊ: O MUNDO CLÁSSICO E SUAS CONEXÕES AFRO-ASIÁTICAS

# DOSSIER: CLASSICAL WORLD AND ITS AFRO-ASIAN CONNECTIONS

# CURADORES DO IMPÉRIO: PATRIMÔNIO COMO PILHAGEM COLONIALISTA[5]

Pedro Paulo Funari[6] e Tamima Orra Mourad[7]

## Resumo

Curadoria e colonialismo estão estreitamente inter-relacionados. Pode-se definir como uma tendência que provém da necessidade de se apropriar, proteger e guardar; no entanto resultou em furto, deformação e isolamento do patrimônio de populações contemporâneas, como sugerido pelo caso da América Latina e do Oriente Próximo. Neste artigo estudamos como o colonialismo moldou historicamente a tutela de museus em oposição a distintas práticas de patrimônio. Episódios selecionados de curadoria são aqui utilizados para ilustrar a duplicidade desta prática; um empreendimento tanto político quanto pseudocientífico, onde curadores não são meros mediadores entre passado e presente, mas, sim, bases dos interesses políticos de seus patrocinadores do governo.

## Palavras-chaves

Curadores; império; patrimônio; colonialismo; Arqueologia; Orientalismo.

[5] Traduzido do inglês por Wesley Corrêa.

[6] Professor titular. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil. e-mail: ppfunari@uol.com.br

[7]Instituto de Arqueologia, University College, Londres, Reino Unido. t.mourad@ucl.ac.uk

## Abstract

Stewardship and colonialism are tightly interrelated. It can be defined as a tendency that stemmed out of the need to appropriate, protect, and guard; it nonetheless resulted in the abduction, deformation, and isolation of heritage from the living populations, as suggested by Latin American and Near Eastern cases. In this paper, we study how colonialism has historically shaped museum stewardship against distinct heritage backgrounds. Selected episodes of stewardship are here used illustrating the twofold background of stewardship; both political and pseudo-scientific enterprise, where stewards, are not mere mediators between past and present, rather pivots of their governmental sponsors' political interests.

## Keywords

Stewards; empire ; heritage; colonialism; Archaeology; Orientalism.

## Introdução

Curadoria como definida neste artigo refere-se a dois estudos de caso extremamente problemáticos nos quais carreira e colonialismo são tendências intimamente ligadas, procurando apropriar e proteger o patrimônio. Pode-se afirmar que no caso da arqueologia brasileira e do Oriente Próximo, curadores eram servidores civis de seus respectivos impérios, coletando, comprimindo e extraindo para os salões dos museus o patrimônio que mais tarde, de alguma forma, estaria ligado ao deles mesmos. No processo de construção de suas narrativas sobre povos do passado e do presente, eles também deformaram e isolaram o patrimônio da sociedade atual, especialmente na América Latina e no Oriente Próximo. Estudamos o processo de adequação da curadoria de museus ao colonialismo, num exercício de contraste entre o Brasil – onde o patrimônio arqueológico das populações indígenas foi designado como "estagnado e inferior" – e o Oriente Próximo, como "Berço da Civilização" que glorifica um passado e um presente Ocidentais.

A curadoria tem uma dupla face como empreendimento político e pseudocientífico, onde curadores não são meros mediadores entre passado e presente, mas suportes dos interesses de seus governos patrocinadores, não negligenciando o fato de que toda esta prática também os promoveu na escala político-social. No caso do Oriente Próximo, a carreira se desenvolveu durante a primeira metade do século XIX como uma extensão do esforço diplomático de agentes de comércio europeus colocados estrategicamente em áreas de grande interesse econômico, de conflitos locais, de construções de infraestrutura ou de postos criados para coleta de informações. Paolo Emílio Botta (que escavou Khorsabad), Larsen (que cavou em Nimrud), de Saulcy (que esteve buscando antiguidades na Palestina) e Renan (que foi para investigar os Fenícios) foram todos levados a suas tarefas arqueológicas devido às mediações diplomáticas dos impérios que os financiavam. Além disso, os monumentos arqueológicos depois foram enviados para seus países, ou armazenados em museus da Europa como o *Louvre* e o *British Museum*; eles também foram fornecedores de informações de primeira-mão para seus consulados e até para os imperadores – como é o caso de Ernest Renan e Napoelão III, durante o conflito no Líbano em 1860-1861. Eruditos e diplomatas foram hipnotizados pelos monumentos e pelo passado do Oriente Próximo que para eles contrastava com o que viam como o presente islâmico decadente, atrasado, fanático e despótico. A partir daí, o passado tinha que ser restabelecido e higienizado da população atual, dando início à tendência que sobrevive até nossos dias – uma lacuna colossal entre os povos do Oriente Próximo e seu entendimento sobre sua antiguidade. Do século XIX até o fim dos mandatos coloniais no Oriente Médio – pelo menos – o papel multifacetado do curador como um diplomata, funcionário público, arqueólogo e provedor de informações manteve-se constante. Diferente de Said (1978), não diríamos que foi/é

apenas uma sombra ideológica sociopolítica sobre a carreira, é um negócio que pôde/pode ser visto como parte da ascensão profissional.

O cenário brasileiro pode ser associado ao século XIX uma vez que após a proclamação da independência brasileira em relação a Portugal em 1822, D. Pedro I, primeiro imperador brasileiro, convidou naturalistas – como Langsdorff – e intelectuais da Europa para estudar o interior brasileiro e desenvolver explicações e alternativas para o progresso do país recém-criado. As conclusões de Langsdorff são elucidativas da mentalidade da época: os indígenas eram selvagens, de natureza muito bárbara, e o país não tinha nenhuma infraestrutura. Portanto, era necessário "domesticar" os índios, para superar a natureza e construir a infraestrutura. O filho de D. Pedro, Pedro II, tomou estas medidas assim que sucedeu ao trono. Em relatórios dos governadores das províncias do Brasil no século XIX, era especificamente nas províncias do sul que indígenas estavam sendo excluídos, enquanto a terra era loteada e oferecida a uma nova leva de imigrantes italianos e alemães. Junto com a tentativa de colonizar, modernizar, havia o esforço de povoar o Brasil com habitantes europeus, que se acreditava serem mais aptos a promover a industrialização e o progresso. Assim como a população de indígenas e negros era deixada de lado no cenário dos planos futuros do Brasil, também era deixado o seu passado e sua cultura.

Surpreendentemente, D. Pedro II desenvolveu – junto com suas ideias de modernizar o império – um gosto pelo que estava em voga na Europa neste período, a preferência por antiguidades orientais e a curiosidade pelo passado do Oriente Próximo, ao ponto de trocar correspondência com orientalistas da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. O próximo passo de Pedro II era seguir as tendências de Napoleão III e buscar sua própria coleção, hoje localizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro. O fascínio pelas civilizações antigas do Oriente Próximo, em ambos os casos, cativava o sentido dos gostos e aspirações por um passado, e no caso de Napoleão III, peças arqueológicas do atual território do Líbano – oriundas da missão de Renan – foram levadas para decorar seus palácios e capelas. Como Napoleão III aspirava as glórias do passado do Oriente Próximo, ele combatia as pressões do Império Otomano e do Islã. Já Pedro II – que aspirava um passado civilizado, um presente e um futuro para o Brasil e para si mesmo – flertava com as civilizações do Oriente Próximo; conservando indígenas em seus territórios, continuando a escravizar africanos apesar das pressões internacionais para que os brasileiros abandonassem a escravidão e negligenciando as influências culturais e as heranças dos indígenas e africanos, que nunca foram consideradas como parte do patrimônio cultural brasileiro antes do século XX.

Apesar de uma grande quantidade das coleções etnológicas brasileiras terem começado a tomar forma no século XIX, elas não tinham por objetivo explicar as "civilizações do Brasil", mas estavam vinculadas a uma pesquisa de história natural, uma aura científica e um brilho retórico do século XIX para encobrir o que antes era

referido como selvagem e desprovido de civilização. Por que colecionar o "não civilizado"? As coleções estavam apenas objetivando as civilizações? Colecionar no contexto da colonização tem mais relação com uma forte estratégia para desapropriar e controlar do que com o conteúdo ou relevância daquilo que está sendo reunido. O exercício de formar coleções era, na maior parte do tempo, uma extensão do Estado e de seus agentes colonizadores. Marechal Rondon, no caso do Brasil, formou as primeiras coleções no final do século XIX, que hoje estão no Museu do Índio no Rio de Janeiro. Rondon era um cientista natural que também tinha um cargo militar, e foi colocado numa missão entre 1890 e 1898 – logo após o estabelecimento da República – para instalar linhas de telégrafo nas regiões centrais do Brasil e para guarnecer as fronteiras. Os grupos étnicos indígenas que eram vistos como obstáculo ao estabelecimento do telégrafo eram, consequentemente, "pacificados" ou massacrados. O trabalho de Rondon prolongou-se para outros projetos sobre as linhas de telégrafo e a guarnição das fronteiras até 1915. Até então, sua missão havia formado coleções etnológicas de populações que não mais existiam, e estas tornaram-se o embrião das primeiras coleções nacionais do posterior Serviço de Proteção ao Índio. A curadoria mais uma vez entrou em contato com o Estado, como um agente patrocinador que tem os usos das coleções e da cultura material como acessórios para subjugar o "sub-outro", para se apropriar do passado dos outros e para controlar o outro, entre outras coisas. Estes são denominadores comuns na natureza das coleções onde quer que as observemos, no Oriente Próximo e no Brasil.

## Segundo as percepções autocríticas dos arqueólogos hoje

O papel da arqueologia e da cultura material em geral, na construção e na legitimação das identidades culturais, tornou-se central para a teoria arqueológica e para a prática ao longo dos últimos anos (Jones, 1997) – especialmente desde a queda do comunismo. A relação entre a arqueologia e a construção de identidades tem ocupado o cerne da disciplina desde o princípio, no século XIX, mas foi apenas com abordagens contextuais e pós-processuais que a avaliação crítica dessa relação tornou-se comum e recorrente. Entretanto, a expansão dos nacionalismos na Europa e em outros lugares do mundo e a extensão da globalização como um quadro interpretativo comum contribuiu para a percepção de que a construção das identidades e a cultura material foram compreendidas como intrinsecamente interligadas (Funari, Zarankin and Stovel, 2005). Nesse contexto global, a teoria do discurso colonial é particularmente relevante. Originalmente, pelo menos desde a década de 1970, a teoria do discurso colonial focou-se no poder da ideologia colonial e em como a retórica e as representações contribuíram para o processo histórico de dominação imperialista de povos subjugados (Hingley, 2000: 6). Pensadores como Edward Said (1978) e Bernal (1987) apresentaram

como a submissão dos povos por potências coloniais foi construída como um complexo conjunto das chamadas descrições científicas de força e fraqueza, colonialistas e colonizados. O passado tem sido usado para justificar fortes colonizadores, como os britânicos e os franceses, em oposição aos fracos nativos, fossem eles do Oriente Médio, da Índia, da África ou dos indígenas americanos. O papel da cultura material para moldar estas desigualdades não foi marginal, embora pensadores sociais fossem os primeiros e mais preocupados com as narrativas eruditas acerca dos cientistas sociais e outros estudiosos da sociedade. O foco estava também em como os indo-europeus foram inventados como superiores aos semitas, apesar de que os demais povos subjugados eram de alguma forma associados ao tradicional inferior, os semitas.

Os estudos de cultura material, de fato, voltaram-se para a análise do discurso colonial apenas tardiamente e esse movimento na arqueologia está relacionado à abordagem crítica da história da disciplina, como foi notavelmente proposto a princípio por Trigger (1989). Ao contrário das primeiras considerações internalistas da arqueologia, a história da disciplina tem sido colocada cada vez mais na mudança das circunstâncias sociais, culturais e políticas da sociedade como um todo. Essa abordagem inovadora considera as condições históricas que permitiram a existência da disciplina, assim como as circunstâncias sob as quais o conhecimento foi produzido (Patterson, 2001: 5). Esse movimento levou à publicação de diversos livros, volumes editados e artigos sobre tais assuntos bem como sobre arqueologia e construção da nação (Díaz-Andreu & Champion, 1996, com as referências anteriores; Olivier, 2001, de uma perspectiva francesa; no Brasil, Funari, 1999).

O objetivo deste artigo é analisar como o colonialismo moldou a curadoria dos museus em dois contextos coloniais diferentes: no Brasil e no Oriente Médio. Tomamos uma visão crítica da sociedade e do nosso próprio papel acadêmico. Conflitos no passado e conflitos acerca da interpretação do passado são preocupações crescentes na disciplina. A sociedade é sempre caracterizada por conflitos e, baseado numa epistemologia dialética, a experiência dos povos do passado é considerada como parte de um confronto social em curso entre os atores sociais (McGuire and Saitta, 1996: 198-204). A exploração gera um conflito contínuo e aberto, além de contradições internas na sociedade (Saitta, 1992), e as forças de dominação e resistência estão sempre presentes (Frazer, 1999: 5). A interpretação destes conflitos é maleável e subjetiva (Rao, 1994: 154), e arqueólogos históricos podem ver o passado como um conjunto complexo de textos, entrelaçados para formar um discurso (Hall, 1994: 168). Se o conflito e a subjetividade são parte tanto da evidência quanto da interpretação da evidência, a variedade de interpretações é inevitável, e os arqueólogos têm que assumir uma posição.

Tradicionalmente, arqueólogos consideravam que culturas são entidades delimitadas e homogêneas (Mullins, 1999:32). Essa ideia vem da definição bastante conhecida, e

agora considerada clássica, cunhada por Childe (1935: 198): "A cultura é um patrimônio social; ela corresponde a uma comunidade, compartilhando instituições *comuns* e maneiras de viver *comuns*" [tradução livre; ênfase nossa]. Essa definição implica em harmonia e unidade dentro da sociedade, uma convergência de interesses e, assim, uma ausência de conflitos (Jones, 1997: 15-26). Homogeneidade, ordem e ausência de limites têm sido associadas a uma suposição *a priori* de que a estabilidade caracteriza as sociedades, ao invés do conflito, um claro *Weltanschaaung* conservador. Essa também é uma abordagem a-histórica, sugerindo que todos os católicos são, foram e serão supersticiosos, ou que todo muçulmano é, foi e será propenso a um governo despótico. Entretanto, um corpo crescente de evidências e pesquisas minuciosas acerca do pensamento social tem desafiado esta visão tradicional, considerando a sociedade como heterogênea e como uma série de construções de identidade cultural repleta de conflitos.

## Contextos culturais caleidoscópicos e as superposições de nuanças das percepções

Nosso próprio ponto de vista deve ser interpretado a partir deste quadro teórico. Não somos observadores neutros; não alegamos descrever a história da curadoria como ela realmente aconteceu, *wie es eingentilich gewesen*, para nos referirmos ao famoso depoimento positivista de Ranke do início do século XIX. Não escrevemos de um ponto de vista homogêneo, como "puros" representantes da nacionalidade ou do credo político. Somos brasileiros – mas também italiano (Funari) – e libanesa (Mourad), homem e mulher, ambos formados por americanos, mas com distintas experiências religiosas, e ambos com experiência em morar e trabalhar em diferentes países e continentes. Compartilhamos, no entanto, uma abordagem crítica da vida social e da academia, e prezamos pelo conhecimento através da interação com atores sociais – particularmente comunidades em sua diversidade – um importante postulado:

> *Não podemos ignorar que a despeito de sua urgente necessidade prática e dos fins morais elevados que a ela se atribui, a luta contra todas as formas de discriminação participa deste mesmo movimento que incita a humanidade na direção de uma civilização mundial, destruidora de suas velhas particularidades para as quais retorna a honra de ter acreditado nos valores estéticos e espirituais que dão valor à vida, e que nós reuniremos preciosamente dentro de bibliotecas e museus com o objetivo de nos*

*sentirmos cada vez menos capazes de produzi-los.* Claude Lévi-Strauss, Le regard éloigné[8]

Antes de abordarmos nossos dois estudos de caso, devemos primeiro manifestar o que consideramos serem os "curadores do império". Relações de poder estão no coração da vida social e curadoria é um conceito profundamente incorporado ao poder. O curador, desde o principio, é alguém que *controla*, *sob as ordens de um mestre* ou autoridade, povos e coisas e, portanto, a curadoria é um cargo de administração do poder em nome de alguém ou alguma autoridade política. No nosso caso, a autoridade é o império, o governo pela força, um poder distintivo: *imperium*. Como veremos, a curadoria arqueológica tem sido incorporada em relações de poder assimétricas, onde curadores, em nome de governantes arbitrários, controlavam as representações do passado. Desafios recentes aos desequilíbrios e ao papel da inclusão de diversos grupos sociais no interior dos povos estão também sendo considerados.

## Curadoria tradicional no Brasil e tendências recentes

Relíquias pré-históricas têm sido estudadas desde meados do século XIX devido a diversos fatores, e o não menos importante é a relevância atribuída pelas autoridades imperiais à modelagem de uma identidade nacional brasileira. Como a independência do Brasil não foi apenas pacífica, mas também liderada por nobres portugueses, as raízes indígenas foram utilizadas para forjar uma nova identidade, na maior parte do tempo superficial, mas, em todo caso, a corte no Rio de Janeiro foi sutil ao introduzir uma imagem nativa para a perspectiva do mundo europeu. O Imperador Pedro II, ele próprio um erudito, apoiava os movimentos realizados pelos intelectuais para sustentar a idealização. Nesse contexto, o Museu Nacional, na corte do Rio de Janeiro, incluía o patrimônio europeu e indígena de forma que a velha cidade do Rio de Janeiro, a capital de todo o Império Português por vários anos após a invasão de Portugal em 1808, nunca mais perderia sua ligação com um aspecto cosmopolita. A curadoria arqueológica era, assim, um projeto claro de estratégia imperial.

Com o fim da monarquia em 1889, o Rio de Janeiro continuou sendo a capital, até 1961, mas os poderes econômicos e políticos foram em direção ao oeste e ao sul, já que a República era dominada pela aristocracia paulista, os primeiros cultivadores de café e posteriormente os primeiros industriais. O etos da elite paulista prestava menos atenção à nobre imagem do índio, já que historicamente os paulistas – apesar de eles

[8] Tradução livre: Paris, Plon, 1983, p. 47.

próprios serem descendentes dos nativos e portugueses – foram inimigos jurados dos indígenas e eram conhecidos como "caçadores de índios". Nas primeiras décadas do século XX, o movimento contra os indígenas acentuou-se e a coleta de relíquias arqueológicas não era particularmente comum. A curadoria de material arqueológico no mais ativo dos museus deste período, o Museu Paulista em São Paulo, foi colocada sob a orientação de Hermann von Ilhering, que defendia a extinção dos indígenas brasileiros. Von Ilhering era um arquétipo curador do império; enquanto coletava relíquias das tribos indígenas ele, ao mesmo tempo, advogava pela destruição de seus descendentes ainda vivos. Os anos 1930 testemunharam diversas mudanças políticas e econômicas, momento em que o governo pela primeira vez na história da República estabeleceu uma política de gestão de patrimônio, vinculado à nova concepção de identidade nacional não muito distante dos princípios nacionalistas importados de países fascistas, notavelmente a Itália e a Polônia. A Agência de Patrimônio Nacional foi então fundada e o principal interesse estava na preservação da arquitetura, escultura, pintura e outras artes aprendidas de alto estilo. O que estava sob a custódia dos curadores de arqueologia era a cultura material da elite, masculina, instruída e de acordo com a concepção normativa da vida social.

Após a restauração do governo civil em 1945, relíquias pré-históricas, deixadas no escuro durante o apogeu da ideologia nacionalista voltaram à cena, particularmente com o humanista e ativista político Paulo Duarte que, apesar de ser membro da elite paulista, defendia pela primeira vez a necessidade de proteger as modestas relíquias pré-históricas. Paul Rivet havia influenciado Duarte, e o *Musée de l'Homme* e sua abordagem humanista levou-o a propor a proteção dos sambaquis, tão comuns na costa brasileira. Duarte conseguiu propor a lei pela proteção de sítios arqueológicos, aprovada pelo Congresso em 1961 e que ainda tem força hoje. O golpe militar de 1964 colocou um fim a uma era de crescente interesse pelas raízes e pela diversidade do Brasil, e os esforços de Duarte sofreram um choque inesperado, primeiramente porque ele foi privado de financiamentos e, depois, em 1969, foi expulso da universidade (Funari, 2002; 2003). A restauração do governo civil permitiu ao pluralismo florescer mais uma vez e o patrimônio expandir-se para incluir relíquias indígenas, mas também relíquias dos negros e da cultura material do povo comum. Dois conselhos, as Assembleias Estaduais e o Congresso Nacional decretaram diversas leis que se referem à proteção do patrimônio, ampliando o conceito de propriedade cultural e permitindo que cidadãos comuns possam apelar em tribunal pela preservação do patrimônio (Tavares, 1998). No entanto, a curadoria das coleções arqueológicas continuou com uma preservação de um número pequeno de curadores, a maioria deles mitigados por tantos anos de governo autoritário.

## O caso do Oriente Próximo e os extremos dos conflitos civis no Líbano

Os olhares foram atraídos para as monumentais relíquias do Oriente Médio devido às inevitáveis associações com narrativas bíblicas, com a paisagem e com a filologia; o fato de o estudo da geografia bíblica remontar ao século XVII apenas realça estas conexões. A princípio, os objetos encontrados eram coletados como souvenires por viajantes, uma tendência que gradualmente culminou em extensas coleções nas mãos de diplomatas locais – posteriormente doadas a museus europeus – e em aspirações de instituições ativas para enriquecer sua coleção já existente. A taxa de crescimento das coleções dos museus europeus ao longo do século XIX e XX é proporcional à infiltração diplomática, política e econômica no Oriente Próximo durante o domínio Otomano, culminando em mandatos de governo colonial – nos casos da Inglaterra e da França. Apesar de a criação de regulamentos sobre as antiguidades otomanas remontar a 1869, os museus não compravam objetos dos negociadores de antiguidades locais e os diplomatas nunca desistiram de escavar ilegalmente para formar suas coleções pessoais. Quando o desenvolvimento científico da arqueologia chegou ao Oriente Próximo, em meados do século XIX, negociantes locais e diplomatas tinham um conhecimento muito mais extenso do que os eruditos burocratas provenientes de várias outras experiências que se interessavam pela escavação. Na medida em que os vestígios eram descobertos, o "Berço da Civilização Europeia" começava a tomar forma nas mentes dos ocidentais. Ao mesmo tempo, havia uma clivagem entre o ponto de vista dos filologistas, associando o Oriente aos semitas – o inferior assimétrico das línguas e povos indo-europeus; e os curadores das relíquias orientais, maravilhando-se com um passado tão glorioso e monumental, conectado a eles através da história da Cristandade e do passado Clássico.

O condicionamento político do passado e dos vestígios tornou-se mais acentuado na medida em que diplomatas franceses, ingleses, alemães, russos e dinamarqueses se infiltravam nas comunidades religiosas locais, tomando partido em conflitos locais para explorar os recursos humanos e naturais e para se apossar de melhores posições na economia regional. As pessoas que ali viviam se revezavam na ascensão ao poder ou no declínio, ao se tornarem aliadas de potências estrangeiras para terem melhores oportunidades com seus pequenos interesses. Foi assim que uma rede de coalizões europeias e otomanas com comunidades religiosas locais – católicas, ortodoxas, sunitas, xiitas e drusos – mantiveram as crescentes e industrializadas comunidades do oriente sob controle econômico, fosse pelo governo colonial direto dos Otomanos ou pela interferência indireta e semicolonial da Europa. Os europeus se envolviam no comércio, na política, nos conflitos religiosos unilaterais e na modernização das províncias otomanas com construção de estradas e linhas de trem que levaram ao

descobrimento da maioria dos sítios que são conhecidos até o momento. Como o passado estava revelado, as identidades foram moldadas de acordo com suas aspirações sócio-políticas disponíveis.

O caso do Líbano ilustra esse padrão através dos séculos XIX e XX. Entre 1860 e 1861 houve uma tentativa de genocídio durante um conflito civil entre maronitas e drusos que competiam pelo governo local. A partir do momento que os franceses apoiaram os maronitas e os otomanos apoiaram os drusos, o conflito local acabou em uma sucessão de massacres da população cristã. Ao mesmo tempo em que as potências europeias estavam bastante cautelosas ao interferir nos conflitos, elas queriam pressionar os otomanos a formar uma província autônoma dentro da província otomana da Síria. Com exceção deste episódio da história dos conflitos orientais, pode-se compreender os conflitos sectários que fizeram parte da criação de fronteiras de estados modernos, a influência europeia em tal exercício, e a criação de um cenário arqueológico destas áreas que incluem as primeiras tentativas de delinear o perfil de identidades antigas de acordo com a cultura material. A combinação destes ingredientes tornou-se o legado do Oriente Próximo em problemáticos e conflituosos Estados-nações étnico-religiosos grandemente influenciados por identidades constituídas pela produção de conhecimento em arqueologia.

No Líbano, no início do século XX, o Arabismo que havia tomado forma através de missionários americanos e o Fenicianismo que tomou forma através do departamento oriental da Universidade Francesa Jesuíta floresciam como movimentos cristãos antiotomanos. Não eram movimentos rivais, a princípio, mas desenvolveram um grande antagonismo durante o mandato francês, ao final da Primeira Guerra Mundial. Com o colapso do regime otomano as alianças mudaram, culminando bruscamente numa frente nacionalista Maronita-Fenício-Libanesa, contra uma frente nacionalista Islâmico-Árabe-Arabista, contra uma frente nacionalista Ortodoxo-Árabe/Fenício-Síria. Ao final do mandato francês nos anos 1940, os grupos nacionalistas ainda não haviam chegado a um acordo sobre a aceitação do recém-criado estado libanês. Os "libanistas" justificavam-no como uma ressurreição da Fenícia, um estado que não foi recém-criado, mas que continuou existindo pelos últimos seis mil anos. Ironicamente, eles não tinham meios de provar tal existência, nem ao menos de forjar interpretações sobre os dados. Não obstante, os arqueólogos franceses haviam criado todo o mito da identidade fenícia que se prolongou pelo século XX. A alegoria atingiu sua última definição na obra *La Civilisation Phénicienne,* de Georges Contenau – e todos os achados foram apropriados pela França, principalmente para as coleções do Louvre, administradas pelo próprio Contenau. As alegorias de identidade em Arabismo e Sirianismo não são distintas no que se refere à manipulação acadêmica e política; e foram demonstradas como propaganda político-nacionalista e como mitos de origem que perpetuam o sectarismo.

## Conclusões

Nos últimos vinte anos ou mais, após a restauração do governo civil no Brasil, em 1985, curadores arqueólogos têm confrontado complexos dilemas quando governantes e governados (Ucko, 1990: xx), ou o povo excluído do poder, como devemos chama-los, competem por seus serviços. A arqueologia é a única ciência social que pode dar acesso a todos os grupos sociais, não apenas as elites, mas também camponeses, nativos, nômades, escravos, artesãos e mercadores (Saitta, 1995: 385), e por essa razão o povo comum poderia se reconhecer no que nós arqueólogos lhes oferecemos. Além disso, diversos grupos de interesse – como as mulheres, a consciência negra, os homossexuais e diversos outros movimentos – lutam pela inclusão, e os curadores arqueólogos ainda estão presos atrás destas demandas. Nas últimas décadas, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais têm se sensibilizado para o estudo dos excluídos e para se direcionarem a um público variado. Nativos têm sido interlocutores ativos e cientistas têm realizado campanhas pelos seus direitos, especialmente pela demarcação das terras dos povos indígenas. Os negros estão numa situação semelhante, e agora alguns livros didáticos mencionam os índios, os negros, os menos favorecidos, os imigrantes e outros estratos excluídos, tanto no presente quanto no passado. Preocupações ambientais também têm sido consideradas por diferentes cientistas, como no caso do urbanismo e da arquitetura vernacular da perspectiva dos mais pobres. Feministas, movimentos de mulheres e diversos outros grupos têm interagido com cientistas sociais. No Brasil, a curadoria arqueológica tem a chance de se espalhar, nos próximos anos, e desempenhar um papel no incentivo à inclusão, ao diálogo e à diversidade, ao invés de simplesmente servir um mestre dominante.

Pode-se almejar que essas tendências alcançarão as margens da arqueologia do Oriente Próximo e relações mais proveitosas com o passado, com as identidades e com os restos materiais. Os problemas de formação do Estado, os problemas internos e as invasões estrangeiras (esta última no Iraque, por tropas estrangeiras visando, supostamente, a libertação do povo e a democratização do regime político) não permitem às populações do Oriente Médio serem tão esperançosas com o contínuo legado colonial do século XIX. No caso do patrimônio libanês, as implicações políticas das identidades arqueológicas e seu uso difundido tornaram-se lugares-comuns a todas as classes sociais e membros da sociedade. Afinal de contas, numa sociedade sectária altamente politizada, tendo um sistema confessional e uma constituição parcial, deve-se escolher um "lado" não apenas para ser alguém, mas para ter um lugar de poder na sociedade – especialmente como força de trabalho, já que empregos e postos políticos também estão reservados para certas facções. É interessante lembrar que mesmo os cargos do Departamento de Antiguidades do Líbano são ocupados de acordo com facções religiosas. O posto de Diretor de Antiguidades nunca foi ocupado

por um não cristão. Isso demonstra as desvantagens impostas por um sistema faccioso de governo – que apesar das ideias inovadoras propostas pela academia, não permite o fluxo de novas ideias, sobretudo de inclusão social.

As quase duas décadas de Guerra Civil no Líbano não cooperaram para a situação insular dos libaneses – que permitiram apenas algumas poucas escavações realizadas ao final do mandato francês. A legislação remonta ao seu último rascunho dos anos 1930 e o museu tenta uma descentralização abrindo pequenas exposições, tais como em Baalbek e em Bíblos, com grandes dificuldades que soam como uma tentativa isolada, já que estão priorizando o turismo. O público parece politicamente inerte ao discurso de identidades ignorando os resquícios materiais, os sítios e os monumentos que são usados como ícones para chamar atenção de turistas – que podem levá-los como souvenires para casa. Hoje a arqueologia no Líbano sai lentamente de um propósito sócio-político para se transformar em um ativo econômico. Em ambos os casos, não é oferecida inclusão social ou uma relação sadia com o passado. Estas relações refletem as condições que o Estado oferece aos cidadãos, até o ponto em que o regime promove inclusão social e o corpo de leis garante a igualdade sócio-étnico-religiosa.

## Referências bibliográficas


Anthony, D. W. "Nazi and eco-feminist prehistories:ideology and empirism in: Indo-European archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 82-96, 1995.

Anderson, B. *Imagined Communities. Reflections of theOrigin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

Arnold, B. and Hassman, H. "Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 70-81, 1995.

Arnold, B. "The past as propaganda: totalitarian Archaeology in Nazi Germany". In Hodder, I. and Preucel, R. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*.Blackwell, 570-598, 1996.

Aumusson, P. *Ernest Renan, 1823-1892: Un Celte en Orient*: [expositions présenté à] Musée d'histoire Saint-brieue, ler julliet-18 octobre 1992, et Musée de Bretagne, Renne, 4 novembre 1992-4 janvier 1993. Rennes:Ville de Rennes, 1993.

Bahrani, Z. "Conjuring Mesopotamia: imaginative geography and a world past". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, pp. 159-174, 1998.

Bruno,M. C. O. "Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e Mudanças". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 293-313, 1996.

Contenau, G. *Civilisation Phénicienne*. Paris: Payot, 1949.

Díaz-Abreu, M. "Archaeology and Nationalism in Spain". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 39-53, 1995.

Donald, J. and Rattansi, A. '*Race' culture & difference.* London: Sage, 1992.

Dornan, J. L. "Agency and Archaeology: Past, present and future directions". *Journal of archaeological Method and theory*, 9:303-329, 2002

Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Funari, P. P. A. and Podgorny, I. "Congress Review", Is archaeology only ideologically biased rhetoric? *European Journal of Archaeology*, 1,3, 416-424, 1998.

_____. "Lingüística e Aqueologia". *Delta-Revista de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada*. 15(1):161-176, 1999.

_____. "Mixed features of archaeological theory in Brazil". In Ucko P. (ed) *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, pp. 236-246, 1995.

_____.Class interests in Brazilian archaeology, *International Journal of Historical Archaeology*, 6,3, 2002, pp.209-216.

_____. Dictatorship, democracy, and freedom of expression, *International Journal of Historical Archaeology*, 7, 3, 2003, 233-237,

Funari, P.P.A., Zarankin, A., Stovel, E. (eds), *Global Archaeological Theory, Contextual Voices and Contemporary Thoughts*, New York, Kluwer/Plenum, 2005.

Garbini, G. "History and historiography of the Semites". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). pp. 17-28. Rome: Bardi Editore,1994.

Gelin, M. *L'Archéologie En Syrie et Au Liban A l'Epoque du Mandat (1919-1946): Histoire et Organisation*. Paris: Geuthner, 2002.

Hobsbawm, E. J. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *The Age of Extremes. A history of the world 1914-1991*. New York: Pantheon.

Hodder, I. and Preucel, R. "Constructing Identities". In Hodder, I. and Preucel, R. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Blackwell, pp. 601-614, 1996.

_____. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Oxford: Blackwell, 1996.

Hourani, A. *Arabic thought in the Liberal Age 1798-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Minorities in the Arab World.* London: Oxford University Press, 1947.

_____. *Syria and Lebanon: a political essay.* London: Oxford University Press, 1946.

_____. *The history of Arab peoples*. London: Faber and Faber, 1991.

_____. *The emergence of the modern Middle East.* London: Macmillan Press, 1981.

Iggers, G. *Historiography in the twentieth century. From scientific objectivity to the Post-modern challenge.* London: University Press of New England, 1997.

Jones, S. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.

Klat, M. "The Durighello Family". *Archaeology and history in Lebanon*. 16(2):98-108, 2002.

Kohn, H. *Nationalism and Imperialism in the Hither East.* London: Routledge, 1932.

Larsen, M. T. "The appropriation of the Near Eastern past: contrasts and contradictions". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 29-52. Rome: Bardi Editore,1994.

Layton, R. ed. *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*. London: Routledge, 1994.

Layton, R. ed. *Who needs the past?* London: Routledge, 1994.

Liverani, M. "*Voyage en Orient*. The origins of archaeological surveying in the Near East". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 1-17. Rome: Bardi Editore, 1994.

Maalouf, A. *Les Échelles du Levant.* Paris: Bernard Gasset, 1996.

_____. *Origines.* Paris: Gasset, 2004.

Masri, A. "Traditions of archaeological research in the Near East". *World Archaeology*. 13(2):222-239, 1981.

Naccache, A. H. F. "Beirut's memorycide: hear no evil, see no evil". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, 140-158, 1998.

Nelson, S. M.. "Nationalism and postwar Japanese archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 232-246, 1995.

Olender, M. *The languages of Paradise: race, religion and philology in the nineteenth century.* Cambridge: Harvard University Press, 1992.

Patterson, T. C. *A social history of Anthropology in the United States*. Oxford: Berg, 2001.

Prakash, G. ed. *After Colonialism. Imperial histories and postcolonial displacements.* Princeton: Princeton University Press, 1995.

Politis, G. "The socio-politics of the development of archaeology in Hispanic SouthAmerica". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 197-228, 1995.

Said, E.*Culture and Imperialism.* New York: Knopf, 1993.

_____. *Orientalism*. New York: Vintage, 1978.

_____. *Representetions of the Intellectual. The 1993 Reith Lectures.* New York: Pantheon Books, 1994.

Salame-Sarkis, H. "De l'Histoire comme moteur des idéologies du suicide. Essai d'approche du modèle libanais". *Panorama de l'actualité*. 11(48) :29-50, 1987.

Salibi, K. *A House of Many Mansions. The history of Lebanon revisited*. London: University of California Press,1988.

_____. *The Modern History of Lebanon*. London: Weinfeld and Nicholson, 1965.

Shanks, M. and Tilley, C. *Social theory and Archaeology.* Oxford: Polity Press.

Schawrcz, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil,1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Seeden, H. "Search for the missing link: archaeology and the public in Lebanon". In Gathercole P. and Lowenthal, D. eds. *The Politics of the Past*. Routledge, 141-146, 1990.

_____. “Western archaeology and the history of archaeological sites”. In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 53-72. Rome: Bardi Editore, 1994.

Seton-Watson, H. *Nations and States*. London: Westview Press, 1973.

Skidmore, T. E. *Preto no branco: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Shnirelman, V.A. “From internationalism to nationalism: forgotten pages of Soviet archaeology in the 1930s and 1940s”. In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 120-138, 1995.

Silberman, N. A. “Promised lands and chosen peoples:the politics and poetics of archaeological narrative”. In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 249-262, 1995.

_____. “Whose game is it anyway? The political and social transformations of American Biblical Archaeology”. In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, 175-188, 1998.

Thomas, J. “Where are we now?: archaeological theory in the 1990s”. In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 343-354, 1995.

Trigger, B. G. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. “Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist”. In Preucel, R. and Hodder, I. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Oxford, 615-651, 1996.

_____. Anglo-American Archeology. *World Archaeology*. 13(2):138-155, 1981.

_____. and Glover, I. Editorial. *World Archaeology*. 13, 133-137, 1981.

_____. “Romanticism, nationalism, and archaeology”. In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 263-279, 1995.

Ucko, P. J. “Introduction: archaeological interpretation in a world context”. In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective.* Routledge, 1-24, 1995.

_____.ed. *Theory in Archaeology. A world perspective.* London: Routledge, 1995.

Wesseling, H. "Overseas History". In Bueke, P. ed. *New perspectives on historical writing.* Cambridge, 71-96, 2001.

# STEWARDS OF EMPIRE: HERITAGE AS COLONIALIST BOOTY

Pedro Paulo Funari[9] & Tamima Orra Mourad[10]

## Abstract

Stewardship and colonialism are tightly interrelated. It can be defined as a tendency that stemmed out of the need to appropriate, protect, and guard; it nonetheless resulted in the abduction, deformation, and isolation of heritage from the living populations, as suggested by Latin American and Near Eastern cases. In this paper, we study how colonialism has historically shaped museum stewardship against distinct heritage backgrounds. Selected episodes of stewardship are here used illustrating the twofold background of stewardship; both political and pseudo-scientific enterprise, where stewards, are not mere mediators between past and present, rather pivots of their governmental sponsors' political interests.

## Keywords

Stewards; empire ; heritage; colonialism; Archaeology; Orientalism.

[9] Professor. State University of Campinas – Campinas, SP, Brazil. e-mail: ppfunari@uol.com.br
[10] Institute of Archaeology, University College – London, UK. e-mail: t.mourad@ucl.ac.uk

## Resumo

Curadoria e colonialismo estão estreitamente inter-relacionados. Pode-se definir como uma tendência que provém da necessidade de se apropriar, proteger e guardar; no entanto resultou em furto, deformação e isolamento do patrimônio de populações contemporâneas, como sugerido pelo caso da América Latina e do Oriente Próximo. Neste artigo estudamos como o colonialismo moldou historicamente a tutela de museus em oposição a distintas práticas de patrimônio. Episódios selecionados de curadoria são aqui utilizados para ilustrar a duplicidade desta prática; um empreendimento tanto político quanto pseudocientífico, onde curadores não são meros mediadores entre passado e presente, mas, sim, bases dos interesses políticos de seus patrocinadores do governo.



## Palavras-chaves:

Curadores; império; patrimônio; colonialismo; Arqueologia; Orientalismo.

## Introduction

Stewardship as defined in this paper relates to two tremendously problematic case studies were the career and colonialism are tightly interrelated tendencies seeking to appropriate and protect heritage. One could state that in the case of Brazilian and Near Eastern archaeologies, stewards were civil servants of the their respective empires, collecting, encapsulating and abducting to the parlours of museums the heritage that would later somehow be related to their own. In the process of constructing their narratives of past and living populations, they have also deformed, and isolated heritage from the living societies, especially in Latin American and the Near East. We study colonialism's shaping of museum stewardship, in an exercise contrasting Brazil—where archaeological heritage was ascribed to `stagnant and inferior' indigenous populations—with the Near East as `Cradle of Civilisation' that glorifies a Western past and present.

Stewardship has a twofold background as a political and pseudo-scientific enterprise, where stewards are not mere mediators between past and present but pivots of their governmental sponsors' political interests, not neglecting the fact that the whole exercise also promoted them in the socio-political ladder. In the case of the Near East, the career developed during the early nineteenth century as an extension of the diplomatic endeavours of European trade agents placed strategically in areas of great commercial interest, local conflicts, construction of infrastructure, or posts for intelligence gathering. Paolo Emílio Botta (who excavated Khorsabad), Larsen (who dug Nimrud), de Saulcy (who had been searching for antiquities in Palestine), Renan (who was to uncover the Phoenicians) were all guided to their archaeological tasks due to the diplomatic mediations of the empires that funded them. Besides the archaeological monuments that were later shipped to their home countries, or housed at European museums such as the *Louvre* and the British Museum; they were also providers of first hand intelligence information to their consulates and even to emperors—such is the case of Ernest Renan and Napoleon III, during the 1860-1861 conflict in Lebanon. Scholars and diplomats were mesmerized with the Near Eastern monuments and past which to them contrasted with what they regarded as the decadent, backwards, fanatic, despotic, Islamic present. From this point on, the past was to be curated away from, sanitised from the living populations—initiating a tendency that survives until our days—the abysmal gap between the Near Eastern populations and their understanding of their antiquity. From the nineteenth century, until the end of the Mandate colonial governments—at least—in the Near East the multi-faceted role of the steward as a diplomat, civil servant, archaeologist, and intelligence provider remained constant. Different from Said (1978), we would not say

that it was/is only a socio-political ideological shadow over the career, it is business and could/can be regarded as part of career ascension.

The Brazilian scenario can be associated with the nineteenth century since after the proclamation of the Brazilian independence from Portugal, in 1822, D. Pedro I, Brazilian first Emperor invited naturalists—such as Langsdorff—and scholars from Europe to study the Brazilian wilderness and to develop explanations and alternatives for the progress of the newly created country. Langsdorff's conclusions are illustrative of the mentality of the time: the Indians were savages, nature too wild, and the country had no infrastructure. It was therefore necessary to "domesticate" the Indians, to overcome nature, and to build infrastructure. D. Pedro's son, D. Pedro II, took these measures as soon as he ascended to the throne. From the reports of the governors of the Brazilian provinces of the nineteenth century, specifically in the southern provinces that Indians were being reserved as land was allotted and offered to a new coming flow of Italian and German immigrants. Alongside with the attempts to colonise, modernise, there was an attempt to populate Brazil with a European population, believed to be more apt to promote industrialisation and progress. As the Indian and Black population was left out of the scenario and the future plans for Brazil, so were their past and their culture.

Amazingly, D.Pedro II developed—along his ideas for modernizing his empire—a taste for what was *en vogue* in Europe at the time, the predilection for oriental antiquities and the curiosity for the Near Eastern past, to the point of exchanging correspondence with orientalists of the *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Pedro II's next step was to follow the tendencies of Napoleon III, and to look for his own collections, found today at the National Museum in Rio de Janeiro. The Ancient Near Eastern civilisations' allure had captivated the sense of taste and aspirations for a past in the case of the two monarchs, and in the case of Napoleon III, archaeological pieces from the modern territory of Lebanon—from Renan's mission—were taken to decorate his palaces and chapels. It was the present, the veracity, and the living populations that bothered both monarchs. As Napoleon III aspired the glories of the Near Eastern past, he battled the pressures of the Ottoman Empire and Islam. As Pedro II aspired a civilised past, present and future for Brazil and for himself, he flirted with the Near Eastern civilisations; reserving the Indians in his territories, continuing enslaving Africans despite the international pressures for Brazilians to abandon slavery, drowning the cultural influences and inheritances of Indians and Africans into neglect, never to be considered part of the Brazilian cultural heritage until the twentieth century.

Although a great deal of the Brazilian ethnological collections started to take shape in the nineteenth century, these collections were not meant to explain the "civilisations of Brazil", they were rather related to the natural historical inquiry, a nineteenth century

scientific aura and rhetorical lustre to cover up what was before referred to as savage, devoid of civilisation. Why collect the "uncivilised"? Were collections only targeting civilisations? Collecting in the context of colonisation has more to do with a power strategy for dispossession and control, than that of the content or relevance of what is being collected. The exercise of forming collections was most of the times an extension of the state and its colonising agents. In the case of Brazil Marechal Rondon, first formed the collections that are sitting today at the Museum of the Indian in Rio de Janeiro, in the late nineteenth century. Rondon was a natural scientist and also had a military officer, and was set on a mission between 1890-1898—soon after the Republic was established—to set telegraph lines in the central regions of Brazil and to guard its frontiers. The Indian ethnic groups that were regarded as an obstacle to the establishment of the telegraphs were consequently "pacified" or massacred. Rondon's work extended to further projects for telegraphic lines and the military surveillance of the frontiers extending to 1915. By then, his mission had formed ethnological collections of populations that no longer existed, and they became the embryo of the first national collections of the later Service of Protection of the Indians. Stewardship was again to be found in connection with the state, as a patronizing agent having the use of collections and material culture as accessories to subjugate the "sub-other", to appropriate others past, and to control other, among other things…these are common denominators whenever we look at the nature of collecting in the Near East and in Brazil.

## From the archaeologists' self-critical perceptions today

The role of archaeology and material culture in general in the construction and legitimation of cultural identities has become central in archaeological theory and practice in the last few years (Jones, 1997), particularly since the demise of communism. The relationship between archaeology and the construction of identities has been at the heart of the discipline from the start, in the nineteenth century, but it was only with contextual, post-processual approaches that a critical assessment of this relationship has become common currency. However, the sprout of nationalisms in Europe and elsewhere in the world and the spread of globalisation as a popular interpretive framework contributed to the realisation that identity building and material culture were to be interpreted as inextricably interrelated (Funari, Zarankin and Stovel, 2005).

In this overall context, colonial discourse theory is particularly relevant. Originally, since the 1970s at least, colonial discourse theory focused upon the power of colonial ideology and how rhetoric and representations helped in the historical process of

imperial domination of subjected peoples (Hingley, 2000: 6). Such thinkers as Edward Said (1978) and Bernal (1987) had shown how the subjugation of peoples by colonial powers was built as a complex set of so-called scientific description of strength and weakness, colonialists and colonised. The past has been used to substantiate strong colonialists, such as the British and the French, as opposed to weak natives, be they middle-easterners, Indians, Africans or Native Americans. The role of material culture in shaping these imbalances was not marginal, but social thinkers were first and foremost concerned with scholarly narratives by social scientists and other students of society. The focus was also on how Indo-Europeans were invented as superior to Semites, even though the other subjected peoples were in a way associated to the traditional inferior, the Semites.

Material culture studies did turn to colonial discourse analysis only lately and this move in archaeology is related to a critical approach to the history of the discipline, as most notably proposed early on Trigger (1989). Unlike earlier internalist accounts of archaeology, the history of the discipline has been increasingly situated in the changing social, cultural, and political circumstances of society as a whole. This innovative approach considers the historical conditions that have permitted the existence of the discipline as well as the circumstances in which knowledge has been produced (Patterson, 2001: 5). This move lead to the publication of several books, edited volumes and papers on the such subjects and archaeology and nation building (Díaz-Andreu & Champion 1996 with earlier references; Olivier 2001, from a French perspective; on Brazil, Funari: 1999).

The aim of this paper is study colonialism's shaping of museum stewardship in two different colonial contexts: Brazil and the Middle East. We take a critical view of society and our own scholarly role. Conflicts in the past and conflicts in the interpretation of the past is a growing concern in the discipline. Society is always characterized by conflict and, grounded in a dialectical epistemology, the experience of past peoples is considered as part of an on-going social confrontation between social actors (McGuire and Saitta 1996: 198-204). Exploitation generates a continuous, open conflict and inner contradictions in society (Saitta, 1992), and the forces of domination and resistance are ever-present (Frazer, 1999: 5). The interpretation of these conflicts is malleable and subjective (Rao, 1994: 154), and historical archaeologists can view the past as a set of complex texts, intertwined to form a discourse (Hall, 1994: 168). If conflict and subjectivity are part of both evidence and the interpretation of evidence, a variety of views are inevitable, and archaeologists cannot avoid taking a position.

Traditionally, archaeologists considered that cultures are neatly bounded homogeneous entities (Mullins, 1999:32). This idea comes from the well known and by now classic definition created by Childe (1935:198): "Culture is a social heritage; it corresponds to a community sharing *common* institutions and a *common* way of life

[emphasis added]". This definition implies harmony and unity within society, a commonality of interest and thus a lack of conflict (Jones, 1997:15-26). Homogeneity, order, and boundedness, have been associated to *a priori* assumption that stability characterizes societies, rather than conflict, a clear conservative *Weltanschaaung*. It is also a non-historical approach, implying that all Catholics are, were and will be superstitious, or that all the Muslims are, were and will be prone to despotic rule. However, a growing body of evidence and critical scrutiny of social thought has challenged this traditional view, considering society as heterogeneous, with often-conflicting constructions of cultural identity.

## The kaleidoscope cultural contexts and overlapping hues of perceptions

Our own standpoint is to be interpreted in this theoretical framework. We are no neutral observers; we do not claim to describe stewardship history as it really happened, *wie es eingentilich gewesen*, to refer to the famous von Ranke's early nineteenth century positivist pledge. We speak not from a homogeneous standpoint, as 'pure' representatives of a nationality or political credo. We are both Brazilians, but also Italian (Funari) and Lebanese (Mourad), male and female, both educated by the Americans, but with different religious backgrounds, both with the experience of living and working in different countries, in different continents. We share however a critical approach to social life and the academia, we both pledge for knowledge in interaction with social actors, particularly communities in their diversity, such an important value:

> *On ne peut se dissimuler qu'en dépit de son urgente nécessité pratique et des fins morales élevées qu'elle s'assigne, la lutte contre toutes les formes de discriminations participe de ce même mouvement qui entraîne l'humanité ver une civilisation mondiale, destructrice de ces vieux particularismes auxquels revient l'honneur d'avoir créé les valeurs esthétiques et spirituelles qui donnent son prix à la vie, et que nous recueillons précieusement dans les bibliothèques et dans les musées parque nous nous sentons de moins en moins capables de les produire. Claude Lévi-Strauss, Le regard éloigné*[11]

Before going to our two case studies, we must first state what we consider to be 'stewards of empire'. Power relations are at the heart of social life and stewardship is a concept deeply imbedded in power. Steward, from its inception, is someone who *controls*, *under the orders of a master* or authority, people and things and so stewardship is the office of administration of power on behalf of someone or some political

[11] Paris, Plon, 1983, p. 47.

authority. In our case, the authority is empire, the rule by strength, discretionary power: *imperium*. As we shall see, the archaeological stewardship has been imbedded in asymmetric power relations, where custodians, on behalf of discretionary rulers, controlled the representations of the past. Recent challenges to those imbalances and the role of the inclusion of diverse social groups within the people are also dealt with.

## Traditional stewardship in Brazil and recent trends

Prehistoric remains have been studied since the mid nineteenth century due to several factors, not least the importance attached by the imperial authorities to forging a Brazilian national identity. As the Brazilian independence was not only peaceful but also brought forward by Portuguese royals, Indian roots were used to forge a new identity, mostly superficial, but in any event, the Court in Rio de Janeiro was keen to introduce a native image to its European world outlook. Emperor Peter the Second, a scholar himself, supported the moves by intellectuals to prop up the idealised. In this context, the National Museum, in the Court City of Rio de Janeiro, included European and Indian heritage and the old city of Rio de Janeiro, the capital of the whole Portuguese Empire for a number of years following the invasion of Mainland Portugal in 1808, would never loose its attachment to a cosmopolitan outlook. Archaeological stewardship was thus a clear Imperial strategic project:

With the end of the monarchy in 1889, Rio de Janeiro continued to be the capital, until 1961, but the political and economic power went to the West and to the South, as the Republic was dominated by the Paulista aristocracy, first coffee planters and later industrialists. The ethos of the Paulista elite paid less attention to the noble Indian image, as historically Paulistas, even though descendants of Natives and Portuguese themselves, were sworn enemies of Indians, and Paulistas were known as "Indian raiders" themselves. In the first decades of the twentieth century, the drive against Indians accentuated and the collection of archaeological remains was not particularly common. The stewardship of archaeological material in the most active Museum in this period, the Paulista Museum, at São Paulo, was put under the guidance of Hermann von Ihering, who himself advocated the extinction of Native Brazilians. Von Ihering was an archetypical steward of the empire; in that he collected remains of Indian tribes and at the same time campaigned to the destruction of their descendants still alive. The 1930s witness several political and economic changes, as the central government for the first time in the Republic established a policy of heritage management, linked to a new conception of National identity, not far from the nationalist principles imported from Fascist countries, notably Italy and Poland. A National Heritage Office was established and the main concern has been with the

preservation of high style architecture, sculpture, painting and other learned arts. What was under the custody of archaeology stewards were elite material culture, male, learned, according to a normative conception of social life.

After the restoration of civilian rule in 1945 prehistoric remains, left a bit in the shade during the heyday of nationalist ideology, came back particularly in the actions of humanist and political activist Paulo Duarte who, despite being a member of Paulista elite, defended for the first time the need to protect humble prehistoric remains. Paul Rivet had influenced Duarte and the *Musée de l'Homme* and his humanist approach lead him to propose the protection of shell middens, so common in the Brazilian coast. Duarte was able to propose a law for the protection of archaeological sites, approved by Congress in 1961 and still in force today. The military coup of 1964 put an end to an era of growing concern for Brazilian roots and diversity, and Duarte's efforts were dashed, as he was first left with little funding and later, in 1969, he was expelled from the University (Funari, 2002; 2003). The restoration of civilian rule enabled pluralism once again to blossom and heritage was enlarged to include again Natives remains, but also black and ordinary people's material culture too. Town councils, State assemblies and the National Congress enacted several laws regarding the protection of heritage, widening the whole concept of cultural property and enabling even ordinary citizens to appeal in court to protect heritage (Tavares, 1998). However, the stewardship of archaeological collections remained the preserve of a small number of stewards, most of them assuaged by several years of authoritarian rule.

## The Near Eastern case and the extremes of civil conflicts in Lebanon

Eyes were drawn towards the Near East monumental remains due to the inevitable associations with the biblical narrative and landscape and philology, the study of biblical geography dating back to the seventeenth century only enhanced these relations. At first finds were taken as souvenirs by travellers, a tendency that gradually developed into extensive collections by local diplomats, later donated to European museums, and awakening institutional aspirations to enrich existing assemblages. The growth rate of European museum collections throughout the nineteenth and twentieth century are proportional to the European diplomatic, political and economic infiltration in the Near East during Ottoman rule; and culminating in direct mandatory colonial rule—in the cases of England and France. Despite the creation of the Ottoman Antiquities regulations dating back to 1869, museums did not seize to purchase objects from local antiquities dealers, and diplomats never gave up on excavating illegally to constitute personal collections. Whenever it came to the scientific development of archaeology in the Near East by the

mid-nineteenth century, local dealers and diplomats had far more extensive knowledge than the bureaucratic scholars from various backgrounds that took interest in excavating. s vestiges were unearthed, the 'Cradle of European Civilisation' began to take shape in the minds of the westerners. At the same time there was a cleavage between the views of philologists, associating the Orient with the Semites, the asymmetric inferior of the Indo-European languages and consequently peoples; and the stewards of oriental remains, marvelling at such a glorious, monumental past, connected to them through the history of Christianity and the classical pasts.

The political conditioning of the past and the vestiges became more accentuated as French, English, German, Russian, and Danish diplomats infiltrated the local religious communities, taking sides in local conflicts, to exploit local human and natural resources, and to get hold of better positions in the local economy. Locals took turns ascending to power and declining by becoming allies of foreign powers to get the best opportunities at their own petty interests. This is how a network of European and Ottoman coalitions with the local religious communities—Catholic, Orthodox, Sunni, Shiite, Druze—maintained the growing and industrialising Levantine communities under economic control; either by direct Ottoman colonial rule, or indirect semi-colonial European interference. European got involved in the local trade, political, religious-sectarian conflicts and in the modernisation of the Ottoman provinces with the construction of roads, and railroads that led to the discovery of most of the sites that are known until present. As the past was unveiled, identities were shaped according to the socio-political aspirations at hand.

In the case Lebanon illustrates these patterns throughout the nineteenth, and into the twentieth century. Between 1860-1861 there was an attempt of genocide during a civil conflict between the Maronites and Druzes who were competing over local rule. As the French took the side of the Maronites, and the Ottomans took the side of the Druze, the local conflict ended up in a succession of massacres of the Christian populations. As European powers had been too measured to interfere in the conflicts, they were most willing to put pressure on the Ottomans to form an autonomous province within the Ottoman province of Syria. Out of this episode in the history of Levantine conflicts, one can understand the sectarian conflicts involved in the creation of borders of modern states, the European influence in such exercise, and the creation of the archaeological scenario of these lands including the first attempts to delineate the profile of ancient identities according to material culture. The combination of these ingredients became the Near Eastern legacies in problematic ethnic-religious conflictive nation states highly influenced by the identities constituted by the production of knowledge in archaeology.

In Lebanon, by the early twentieth century, Arabism that had taken shape through the American missionaries, and Phoenicianism which took shape through the Oriental

department of the French Jesuit university, were blooming as Anti-Ottoman Christian movements. Not rival movements, at first, but grew into severe antagonism during the French Mandate, by the end of World War I. With the collapse of the Ottoman regime, the alliances changed culminating into a roughly Maronite-Phoenician-Lebanist nationalist front, against an Islamic-Arab-Arabist nationalist front, against an Orthodox-Arab/Phoenician-Syrian nationalist front. By the end of the French mandate in the 1940s, the nationalist groups had not yet come to terms and acceptance of the newly created Lebanese state. Lebanists justified it as the resurrection of Phoenicia, a state that was not newly created, but that existed for the last six thousand years. Ironically, they did not have the means to prove such existence, not even forging interpretations on the data. After all, the French archaeologists had created the whole myth of Phoenician identity stretching to the twentieth century. The allegory reached its ultimate definition in Georges Contenau's *La Civilisation Phénicienne*—and the all the finds had been appropriated by France, to be found primarily in the *Louvre* collections; curated by Contenau himself. The allegories of identities in Arabism and Syrianism are not distinct in the extent of political and academic manipulation; and were paraded as political-nationalist propaganda and myths of origin that perpetuate sectarianism.

## Conclusions

In the last twenty years or so, after the restoration of civilian rule in Brazil in 1985, archaeological stewards have been confronting complex dilemmas when rulers and ruled (Ucko, 1990: xx), or people excluded from power, as we should call them, compete for their services. Archaeology is the only social science that can provide access to all social groups, not only elites, but also peasants, natives, nomads, slaves, craftsmen or merchants (Saitta, 1995: 385) and for this reason ordinary people could recognise themselves in what we as archaeologists offer them. Furthermore, the sprouting of interest groups, such as female, black consciousness, gay, and several other movements struggle to be included and the archaeological stewards are still lagging behind these social demands. For the last decades, anthropologists, historians and other social scientists have been keen to study the excluded and to address a variety of audiences. Natives have been active interlocutors and scientists have been campaigning for the rights of Indians, particularly for the demarcation of indigenous peoples' lands. Blacks are in a similar situation, and now some school textbooks mention Natives, Blacks, ordinary poor people, immigrants and other excluded strata, both in the present and the past. Environmental concerns have been also addressed by different sciences, as is the case with urbanism and vernacular architecture from a perspective of poor people. Feminists, female movements as well as several other groups have been interacting with social scientists. In Brazil, archaeological

stewardship has a chance to catch up, in the next few years, and play a role in fostering inclusion, dialogue and diversity, instead of simply serving a dominating master.

One would also hope that such tendencies will reach the shores of Near Eastern archaeology and a healthier relationship with the past, identities and material remains. The problems of state formation, internal problems and foreign invasions (the later one in Iraq, by foreign armies aiming, supposedly, to liberate the people and democratise the polity) does not allow Near Eastern populations to be as hopeful with the ongoing colonial legacies of the nineteenth century. In the case of Lebanese heritage management, the political implications of archaeological identities and their widespread use became common currency to all social classes and members of society. After all, in such a highly politicised sectarian society, having a confessional system and a sectarian constitution—one must choose a 'side' not only to be someone, but to hold a place in power in society and specifically in the work force—since jobs and political posts are also reserved to certain sects. It is interesting to mention, at this point, that even the posts at the Antiquities Department in Lebanon are to be held according to religious sects. The post of Director of Antiquities could never be held by a non-Christian. This illustrates the drawbacks imposed by a sectarian system of government, that despite innovative ideas provided by the academia—does not allow the flow of new ideas and primarily of social inclusion.

The—roughly—two decades of the Civil War in Lebanon, did not help the Lebanese insularity that had allowed only a few excavations to be held after the end of the French mandate. The legislation dates back to its ultimate draft of the 1930s, and the Museum attempts to decentralise—opening small exhibitions such as the one in Baalbek and in Byblos—with great difficulties and what seems to be a lonesome attempt, since it is prioritising tourism. The public seem politically attached to the archaeological discourse of identities disregarding material remains, sites, and monuments that are used as icons calling the attention of tourist, that can take them home as souvenirs. Today, archaeology in Lebanon shifts slowly from a socio-political purpose to an economic asset. In both cases, they do not offer social inclusion or a health relationship with the past. These relationships mirror the conditions that the state offers its citizens, the extent at which the regime promotes social inclusion and the body of laws guarantees social-religious-ethnic equality.

## Bibliography


Anthony, D. W. "Nazi and eco-feminist prehistories:ideology and empirism in: Indo-European archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 82-96, 1995.

Anderson, B. *Imagined Communities. Reflections of theOrigin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

Arnold, B. and Hassman, H. "Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 70-81, 1995.

Arnold, B. "The past as propaganda: totalitarian Archaeology in Nazi Germany". In*:* Hodder, I. and Preucel, R. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*.Blackwell, 570-598, 1996.

Aumusson, P. *Ernest Renan, 1823-1892: Un Celte en Orient*: [expositions présenté à] Musée d'histoire Saint-brieue, ler julliet-18 octobre 1992, et Musée de Bretagne, Renne, 4 novembre 1992-4 janvier 1993. Rennes:Ville de Rennes, 1993.

Bahrani, Z. "Conjuring Mesopotamia: imaginative geography and a world past". In: eskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, pp. 159-174, 1998.

Bruno,M. C. O. "Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e Mudanças". *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 293-313, 1996.

Contenau, G. *Civilisation Phénicienne*. Paris: Payot, 1949.

Díaz-Abreu, M. "Archaeology and Nationalism in Spain". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 39-53, 1995.

Donald, J. and Rattansi, A. '*Race*' *culture & difference.* London: Sage, 1992.

Dornan, J. L. "Agency and Archaeology: Past, present and future directions". *Journal of archaeological Method and theory*, 9:303-329, 2002

Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Funari, P. P. A. and Podgorny, I. "Congress Review", Is archaeology only ideologically biased rhetoric? *European Journal of Archaeology*, 1, 3, 416-424, 1998.

_____. "Lingüística e Aqueologia". *Delta-Revista de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada*. 15(1):161-176, 1999.

_____. "Mixed features of archaeological theory in Brazil". In Ucko P. (ed) *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, pp. 236-246, 1995.

_____.Class interests in Brazilian archaeology, *International Journal of Historical Archaeology*, 6,3, 2002, pp.209-216.

_____. Dictatorship, democracy, and freedom of expression, *International Journal of Historical Archaeology*, 7, 3, 2003, 233-237,

Funari, P.P.A., Zarankin, A., Stovel, E. (eds), *Global Archaeological Theory, Contextual Voices and Contemporary Thoughts*, New York, Kluwer/Plenum, 2005.

Garbini, G. "History and historiography of the Semites". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). pp. 17-28. Rome: Bardi Editore, 1994.

Gelin, M. *L'Archéologie En Syrie et Au Liban A l'Epoque du Mandat (1919-1946): Histoire et Organisation*. Paris: Geuthner, 2002.

Hobsbawm, E. J. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *The Age of Extremes. A history of the world 1914-1991*. New York: Pantheon.

Hodder, I. and Preucel, R. "Constructing Identities". In Hodder, I. and Preucel, R. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Blackwell, pp. 601-614, 1996.

_____. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Oxford: Blackwell, 1996.

Hourani, A. *Arabic thought in the Liberal Age 1798-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Minorities in the Arab World.* London: Oxford University Press, 1947.

_____. *Syria and Lebanon: a political essay.* London: Oxford University Press, 1946.

_____. *The history of Arab peoples*. London: Faber and Faber, 1991.

_____. *The emergence of the modern Middle East.* London: Macmillan Press, 1981.

Iggers, G. *Historiography in the twentieth century. From scientific objectivity to the Post-modern challenge.* London: University Press of New England, 1997.

Jones, S. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.

Klat, M. "The Durighello Family". *Archaeology and history in Lebanon*. 16(2):98-108, 2002.

Kohn, H. *Nationalism and Imperialism in the Hither East.* London:Routledge, 1932.

Larsen, M. T. "The appropriation of the Near Eastern past: contrasts and contradictions". In: *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 29-52. Rome: Bardi Editore,1994.

Layton, R. ed. *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*. London: Routledge, 1994.

Layton, R. ed. *Who needs the past?* London: Routledge, 1994.

Liverani, M. "*Voyage en Orient*. The origins of archaeological surveying in the Near East". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 1-17. Rome: Bardi Editore, 1994.

Maalouf, A. *Les Échelles du Levant.* Paris: Bernard Gasset, 1996.

_____. *Origines.* Paris: Gasset, 2004.

Masri, A. "Traditions of archaeological research in the Near East". *World Archaeology*. 13(2):222-239, 1981.

Naccache, A. H. F. "Beirut's memorycide: hear no evil, see no evil". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, 140-158, 1998.

Nelson, S. M.. "Nationalism and postwar Japanese archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 232-246, 1995.

Olender, M. *The languages of Paradise: race, religion and philology in the nineteenth century.* Cambridge: Harvard University Press, 1992.

Patterson, T. C. *A social history of Anthropology in the United States*. Oxford: Berg, 2001.

Prakash, G. ed. *After Colonialism. Imperial histories and postcolonial displacements.* Princeton: Princeton University Press, 1995.

Politis, G. "The socio-politics of the development of archaeology in Hispanic SouthAmerica". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 197-228, 1995.

Said, E.*Culture and Imperialism.* New York: Knopf, 1993.

_____. *Orientalism*. New York: Vintage, 1978.

_____. *Representetions of the Intellectual. The 1993 Reith Lectures.* New York: Pantheon Books, 1994.

Salame-Sarkis, H. "De l'Histoire comme moteur des idéologies du suicide. Essai d'approche du modèle libanais". *Panorama de l'actualité*. 11(48) :29-50, 1987.

Salibi, K. *A House of Many Mansions. The history of Lebanon revisited*. London: University of California Press,1988.

_____. *The Modern History of Lebanon*. London: Weinfeld and Nicholson, 1965.

Shanks, M. and Tilley, C. *Social theory and Archaeology*. Oxford: Polity Press.

Schawrcz, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil,1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Seeden, H. "Search for the missing link: archaeology and the public in Lebanon". In Gathercole P. and Lowenthal, D. eds. *The Politics of the Past*. Routledge, 141-146, 1990.

_____. "Western archaeology and the history of archaeological sites". In *The East and the meaning of History*. International Conference (23-27 November 1992). 53-72. Rome: Bardi Editore, 1994.

Seton-Watson, H. *Nations and States*. London: Westview Press, 1973.

Skidmore, T. E. *Preto no branco: Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Shnirelman, V.A. "From internationalism to nationalism: forgotten pages of Soviet archaeology in the 1930s and 1940s". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 120-138, 1995.

Silberman, N. A. "Promised lands and chosen peoples:the politics and poetics of archaeological narrative". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 249-262, 1995.

_____. "Whose game is it anyway? The political and social transformations of American Biblical Archaeology". In Meskell, L. ed. *Archaeology Under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. Routledge, 175-188, 1998.

Thomas, J. "Where are we now?: archaeological theory in the 1990s". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, 343-354, 1995.

Trigger, B. G. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. "Alternative Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist". In: Preucel, R. and Hodder, I. eds. *Contemporary Archaeology in Theory*. Oxford, 615-651, 1996. _____. Anglo-American Archeology. *World Archaeology*. 13(2):138-155, 1981.

_____. and Glover, I. Editorial. *World Archaeology*. 13, 133-137, 1981.

_____. "Romanticism, nationalism, and archaeology". In Fawcett, C. and Kohl, P. eds. *Nationalism, politics and the practice of archaeology*. Cambridge, 263-279, 1995.

Ucko, P. J. "Introduction: archaeological interpretation in a world context". In Ucko P. ed. *Theory in Archaeology. A world perspective.* Routledge, 1-24, 1995.

_____.ed. *Theory in Archaeology. A world perspective.* London: Routledge, 1995.

Wesseling, H. "Overseas History". In Bueke, P. ed. *New perspectives on historical writing.* Cambridge, 71-96, 2001.

# A RESTAURAÇÃO DO ODEION DE PÉRICLES EM ATENAS NO SÉCULO I A.C.: NOVOS E ANTIGOS PERSAS

Fábio Augusto Morales[12]

## Resumo

O artigo discute a restauração do Odeion de Péricles em Atenas, realizada por rei Ariobarzanes II da Capadócia entre 63 e 51 a. C. O teatro coberto, localizado próximo à encosta sudeste da acrópole, foi construído no século V a. C. e destruído durante o cerco do general romano Sula à cidade em 86 a. C., seja pelos invasores, seja pelos sitiados. A restauração deste "monumento anti-persa" é extremamente significativa para a compreensão das políticas externas ateniense na primeira metade do século I a. C., quando o poder romano criou um novo quadro geopolítico no Mediterrâneo oriental; argumenta-se que a formação de uma identidade anti-bárbara, profundamente relacionada a uma propaganda que relacionava Mitrídates e os partas aos antigos persas, foi a principal motivação para a intervenção capadócia no espaço urbano ateniense. A partir do ponto de vista da história urbana ateniense, a restauração é um exemplo eloquente de uma nova atitude diante do espaço urbano, que se tornaria uma característica central nas intervenções urbanas de Atenas nos período tardo-republicano e augustano: o urbanismo antiquário.

## Palavras-Chaves

Odeion de Péricles; Ariobarzanes; Capadócia; Sula; Atenas romana; ervergetismo helenístico.

---

[12] Professor Doutor. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Campinas, SP, Brasil. e-mail: fabiomorales@usp.br

## Abstract

This paper discusses the restoration project of the Odeion of Perikles at Athens, carried by the Cappadocian king Ariobarzanes II sometime between 63 and 52 BC, after its partial destruction during the Sullan sack of 86 BC. This sack occurred as a punishment for the alliance between Athens and the Pontic king Mithridates VI in his war against Rome. In that context, the restoration project of this fifth century B.C. covered-theatre was meaningful for the formation of diplomatic links and networks between Athens, Rome and Cappadocia, in particular considering the complexity of the antibarbarian narratives involved. From the viewpoint of the Athenian urban history, the restoration project is an eloquent example of a new attitude towards the urban space which would become a central feature in the social production of Athenian space throughout the first century B.C.: the antiquarian urbanism.

## Keywords

Odeion of Perikles; Ariobarzanes II of Cappadocia; Sula; Roman Athens; Hellenistic Euergetism.

Dificilmente outra cidade grega, além de Atenas, conseguiria concentrar em seus monumentos e em sua cultura literária tantos testemunhos da oposição dos gregos aos persas: dos frisos dos templos aos enredos trágicos, dos discursos retóricos aos espólios abrigados em santuários, a participação ateniense na vitória grega tornou-se um elemento central da identidade cívica local do período clássico em diante (Hall, 1989; Miller, 1997; Hall, 2002). A proliferação de imagens de gigantes, centauros, amazonas, troianos e persas nos espaços sagrados da cidade, ironicamente, inseririam de modo indelével os "bárbaros" na cidade que a tanto custo os repeliu. Este artigo visa discutir um caso específico desta ambígua inclusão de bárbaros na paisagem urbana ateniense, a saber, a restauração do Odeion de Péricles nos séculos I a.C., um edifício profundamente relacionado ao discurso anti-bárbaro ateniense. As múltiplas dimensões e significados desta restauração serão discutidos nos termos tanto dos processos de integração no Mediterrâneo (Horden e Purcell, 2000; Morris, 2003; Guarinello, 2003 e 2010) quanto da história da produção evergética do espaço urbano ateniense (Morales, 2015).

Em um livro recente, Kostas Vlassopoulos (2013) criticou a ênfase historiográfica nas relações conflituosas entre gregos e bárbaros, especialmente após as Guerras Médicas. De acordo com o autor,

> *[…] many scholars agree that the distinction between Greeks and Barbarians had little importance during archaic period; it was only in the early classical period that Greeks created a categorical distinction between themselves and the Barbarians, and constructed a discourse of identity that exalted Greek identity and Greek culture, and viewed the Barbarians in a dismissive and pejorative manner that sometimes bordered on being racist. […] There is undoubtedly an element of truth in the above description, but it is also deeply misleading. This description presupposes that each period had a single way of constructing Greek identity and its relationships to the Barbarians. But this is hardly credible given the peculiar nature of the Greek world (Vlassopoulos, 2013: 35-34).*

O autor prossegue discutindo as peculiaridades do mundo grego – a "perene falta de unidade ou de um centro, e a grande diversidade entre comunidades gregas (Vlassopoulos, 2013: 36) – e os múltiplos modos pelos quais os gregos se relacionaram aos "quatro mundos paralelos" dos impérios, do panhelenismo, das redes e das coloniais, os quais modelaram tanto a cultura grega quanto as culturas de comunidades influenciadas pelos gregos ao longo do Mediterrâneo na longa duração (Vlassopoulos: 013: 34-128). Entretanto, o discurso antibárbaro, mesmo que frequentemente tomado como exemplo maior pela historiografia do período clássico e pós-clássico centrada nas relações conflituosas, foi não obstante um importante canal de comunicação entre gregos e não gregos, justamente porque a definição da identidade bárbara não era um monopólio das comunidades gregas (Champion, 2004: 30-66). Embora exaustivamente estudado no caso dos usos romanos de identidades

bárbaras (Spawforth, 2012: 103-106, com bibliografia anterior), este fenômeno recebeu pouca atenção para períodos tais como a época helenística, quando, após o estabelecimento de monarquias gregas ao longo do Mediterrâneo e no Oriente Próximo, asserções de identidade grega tornaram-se um importante mecanismo para a legitimação do poder (Gruen, 2006; Burstein, 2008; Vlassopoulos, 2013: 278-320). Neste contexto, paisagens urbanas gregas eram particularmente adequadas para tal operação (Veyne, 1976: 233; Ma, 2013: 67-110), e Atenas, com seus vários monumentos antibárbaros – tais como o Odeion de Péricles – era certamente um palco privilegiado.

O edifício conhecido como "Odeion de Péricles" (**figs. 1 e 2**) era um teatro coberto situado na encosta sudeste da acrópole, junto ao teatro de Dioniso. Este odeion – um dos três existentes na cidade[13] – é conhecido a partir de escassas referências literárias e epigráficas[14], às quais se somaram as conclusões derivadas de escavações parciais realizadas em diferentes momentos do século XX[15]. Trata-se de um edifício hipostilo de planta aproximadamente quadrangular (c. 62x68m), coberto por um teto piramidal suportado por 90 colunas (9 fileiras no sentido leste-oeste e 10 no sentido norte-sul) com espaço interaxial regular de 6,15m. Não é claro se o edifício tinha paredes, e, caso positivo, onde estaria sua entrada principal. M. Korres (apud Miller, 1997: 229-230) sugere mesmo que o edifício não tinha muros, o que resolveria problemas de iluminação e ventilação; o controle do acesso de daria seja com uso de estruturas provisórias, seja pelas restrições impostas pela alta plataforma sobre a qual o edifício estava assentado. O número e disposição de tantas colunas eram, não obstante, um problema para a visualização das atividades realizadas no espaço interno: as fontes literárias mencionam o Odeion sendo usado como espaço para disputas musicais durante os festivais cívicos, palco de disputas filosóficas, tribunal, centro para a distribuição de grãos, sede de gabinetes de magistrados agonísticos e eventualmente abrigo para a cavalaria ateniense (Tofi, 2010). M. Miller também sugere um uso do Odeion associado às contribuições dos aliados atenienses durante o século V a.C.,

[13] Junto do odeion de Herodes Ático, na encosta sudoeste da acrópole, e o odeion de Agrippa, no centro-sul da ágora ateniense.

[14] Fontes literárias: Aristófanes (*Vespas*, 1109), Andócides (*Sobre os mistérios*, 1.38), Hiperides (fr. 118), Xenofonte (*Helênicas*, 2.4.9), Demóstenes (*Contra Neaera*, 50.52; *Contra Fórmio*, 34.37), Cratino (fr. 73), Eupolis (fr. 325), Teofrasto (*Caráteres* 3.3), Heráclides Crítico (GGM 1.98), Diodoro Sículo (*Biblioteca*, 1.48.5-6), Vitrúvio (5.9.1), Apiano (*Guerras Mitridáticas*, 38), Plutarco (2.605a; 605a; *Péricles*, 13.9-11), Pausânias (1.20.4), Diógenes Laércio (7.184), Suida (s.v. *Odeion*), e os escólios de Ésquines (3.66-67) e Aristófanes (*Vespas*, 1109a). Inscrições: IG II$^2$ 968.47; 1688.3; 3426; 3427.

[15] Conduzidas pela Sociedade Arqueológica Grega entre 1914-1929, conduzidas por P. Kastriotis, entre 1931-1932, conduzidas por A. Orlandos, além de demolições de residências acompanhadas por pequenas escavações nos anos 1960 e 1980 (Tofi, 2010:161-163). Cf. discussão exaustiva em Miller (1997:218-242).

coletados e exibidos no teatro de Dioniso: o Odeion seria uma parada para a organização da procissão de contribuintes para o teatro (Miller, 1997: 241-242).

De acordo com as fontes literárias, a construção deve ser associada a Péricles, embora Vitrúvio mencione Temístocles como o responsável; estudiosos tradicionalmente tomam esta referência como um erro, ainda que não seja prudente descartar uma atividade construtiva inacabada antes dos trabalhos associados a Péricles (Mosconi, 2000; Tofi, 2010: 162). A conexão com Temístocles pode também ser explicada pelo programa ornamental do Odeion: Vitrúvio menciona o uso de espólios navais persas obtidos após a batalha de Salamina (Vitrúvio, 5.9.1), e Plutarco e Pausanias afirmam que sua cobertura de madeira era similar à tenda de Xerxes (Plutarco, *Péricles*, 13.9; Pausânias, 1.20.4). M. Miller, após discutir os problemas relacionados ao longo período de tempo entre a data da construção e as primeiras referências literárias à identificação com a tenda de Xerxes, conclui que a existência de uma sala hipostila, uma forma arquitetural originada no Irã séculos antes, era suficiente para a identificação por um grego das marcas persas do edifício (fig. 3; Miller, 1997: 239). Neste sentido, o Odeion de Péricles, além de suas funções práticas, poderia ser interpretado tanto como um memorial das Guerras Médicas quanto, considerando sua associação às contribuições dos aliados e a origem naval dos espólios, um símbolo do poder imperial ateniense.

O edifício não sofreu alterações significativas pelos três séculos seguintes, ainda que o programa de monumentalização da encosta sul da acrópole levado a cabo por Licurgo, no século IV a.C., possivelmente incluiu trabalhos de restauração no Odeion (Mercuri, 2004; Étienne, 2004: 122-126). A grande ruptura na história do edifício ocorreria somente em 86 a.C., quando ele foi total ou parcialmente destruído durante o saque de Atenas liderado pelo general romano L. Cornélio Sula[16]. O saque de 86 a.C. foi o ato final da trama iniciada dois anos antes, quando a secular aliança entre Atenas e Roma foi quebrada. O início das hostilidades entre Mitrídates VI Eupator, rei do Ponto, e Roma, em 89 a.C. – por conta, essencialmente, de disputas territoriais entre o Ponto e os reinos vizinhos da Bitínia e da Capadócia, protegidos por Roma (Madsen, 2009) –, fortaleceu os grupos anti-romanos atenienses. Em 88/7 a.C., um filósofo ateniense de nome Athenion, na qualidade de embaixador do rei pôntico, foi entusiasticamente recebido por membros das elites locais e pela companhia dos atores dionisíacos; foi eleito general dos hoplitas[17] pelos cidadãos, num claro gesto de aliança com o inimigo de Roma. Pouco tempo depois, Athenion é substituído por outro filósofo ateniense,

[16] Evidências e problemas principais discutidos em Habicht (1997: 295-314), Hoff (1997), Antela-Bernárdez (2009) e Morales (2015: 197-224).
[17] Sobre o cargo de general dos hoplitas, uma das principais magistraturas da democracia ateniense helenística, cf. Geagan (1967).

chamado Aristion, o qual, com base em riquezas extraídas da ilha de Delos (então possessão ateniense, concedida por Roma em 166), teria instituído uma tirania pró-mitridática na cidade. Neste contexto, Sula, após violentos embates com Mário e seus seguidores pelo comando da guerra na Ásia (Santangelo, 2007: 1-32), parte de Roma para Atenas, onde inicia o cerco que, em alguns meses, levaria a cidade à capitulação. O massacre da população e as destruições de edifícios públicos deixaram profundas marcas na tradição literária e no registro arqueológico ateniense: Pausânias, escrevendo no século II d.C., qualifica as atitudes de Sula como "tão selvagens (ἀγριώτερα) a ponto de serem indignas de um romano" (1.20.7), e muitas marcas de destruição datadas do período do saque puderam ser observadas nas escavações do século XX (Hoff, 1997). Um dos edifícios danificados foi Odeion de Péricles, ainda que as fontes literárias não estejam de acordo quanto ao responsável pela destruição: enquanto Apiano (*Guerras Mitridáticas*, 38) acusa Aristion e seus aliados que se refugiaram na acrópole de terem incendiado o edifício (de modo que o exército de Sula não tivesse materiais para a construção de máquinas de guerra), Pausânias (1.20.4), pelo contrário, acusa o próprio Sula de ter incendiado o edifício durante o cerco a Aristion e seus aliados na acrópole. Tal divergência pode ser derivada tanto de versões contraditórias produzidas em relação a diferentes pontos de vista quanto pelos diferentes projetos político-literários dos autores (Bucher, 2000; Alcock, 2001), como será discutido abaixo.

A história subsequente do Odeion é conhecida a partir de Vitrúvio e de duas inscrições encontradas na região do teatro de Dioniso. Vitrúvio afirma que "o rei Ariobarzanes restaurou (*restituit*)" o edifício "incendiado na guerra mitridática" (5.9.1), o que é corroborado por inscrições em duas bases de estátuas de Ariobarzanes da Capadócia encontradas próximo ao santuário de Dioniso, onde se lê:

> *Ao rei Ariobarzanes Filopator, filho do rei / Ariobarzanes Filoromano e da rainha / Atenais Filostorgos, tendo sido designados / por ele para a preparação do odeion, / Caio e Marcos Stalli filhos de Caio e / Melanipo, [dedicam] ao seu evergeta[18] euergetes (IG II2 3426).*
>
> *O povo [dedica] / ao rei Ariobarzanes / Filopator, filho do / rei Ariobarzanes / Filoromano e a rainha / Atenais Filostorgos / seu evergeta[19] euergetes (IG II2 3426).*

[18] βασιλέα Ἀριοβαρζάνην Φιλοπάτορα τὸν ἐκ βασιλέως / Ἀριοβαρζάνου Φιλορωμαίου καὶ βασιλίσσης / Ἀθηναίδος Φιλοστόργου οἱ κατασταθέντες / ὑπ᾽ αὐτοῦ ἐπὶ τὴν τοῦ ὠιδείου κατασκευὴν / Γάιος καὶ Μᾶρκος Στάλλιοι Γαίου υἱοὶ καὶ / Μενάλιππος ἑαυτῶν εὐεργέτην.

[19] ὁ δῆμος / βασιλέα Ἀριοβαρζάνην / Φιλοπάτορα τὸν ἐκ βασι- / λέως Ἀριοβαρζάνου Φι- / λορωμαίου καὶ βασιλίσ- / σης Ἀθηναίδος Φιλοστόρ- / γου τὸν ἑαυτοῦ εὐεργέ- / την ἀνέθηκεν.

O homenageado é certamente Ariobarzanes II, rei da Capadócia entre 63/2 e 51 a.C., cujo reinado é a única indicação de datação para os trabalhos de restauração. A Capadócia, antiga satrapia persa, tornou-se reino independente em meados do século III a.C. com Ariarates III, fundador da dinastia ariarátida – de origem iraniana – que governaria a Capadócia até a morte de Ariarates IX em 96/5 a.C. (Will, 2003: 292). As relações do reino capadócio com Atenas são conhecidas a partir do século II: Stratonice, filha de Ariarathes IV e esposa primeiro de Eumenes II e depois de Átalo II de Pérgamo, recebeu uma estátua em Delos dedicada pelo demos ateniense (ID 1575); seu irmão Ariarathes V da Capadócia, que reinou entre 163 e 130, foi agonoteta de uma Grande Panatenéia e foi homenageado, junto da rainha Nysa (filha do rei Farnaces do Ponto), por um decreto honorífico da companhia dos artistas dionisíacos de Atenas (IG II2 1330) que determinava proclamações nos festivais e um dia de festa dedicado ao rei, associado a Dioniso; o decreto foi editado em agradecimento às garantias de segurança e proteção dadas pelo rei aos artistas em território capadócio (Habicht, 1997: 282). A última referência a um rei da dinastia ariarátida no âmbito do domínio ateniense é a dedicação de um busto a Ariarathes VII no santuário dos Cabeiri em Delos, ele próprio dedicado aos deuses, a Mitrídates VI e a Roma, no final do século II a. C. (ID 1562; Habicht, 1997: 263).

Um momento crucial – não apenas para a Capadócia, mas para toda a Ásia Menor – foi o fim da dinastia ariarátida em 96/5 a.C., com a deposição de Ariarathes IX, filho de Mitrídates VI, pelo Senado romano e por setores da elite capadócia. Nesta ocasião, após a rejeição das formas republicanas sugeridas pelo Senado aos capadócios (Justino, 38.2.8), um membro desta elite foi escolhido para assumir o trono, assumindo o nome de Ariobarzanes I Filoromano (96/5-63 BC). O reinado de Ariobarzanes I seria marcado por uma série de deposições (Sullivan, 1980: 1127-1137). A primeira deposição ocorreu em 95, realizada por Górdio, um aliado de Mitrídates VI; no mesmo ano, Ariobarzanes foi reconduzido ao trono por Sula, em sua primeira expedição no Oriente e então como governador da Cilícia, onde ficaria por cerca de três anos (Santangelo, 2007: 29-31). Plutarco (*Sula*, 5.4) relata o encontro de Sula, Ariobarzanes e Orobazos, um embaixador do rei Mitrídates II da Pártia – o que teria sido o primeiro encontro entre romanos e partas (Plutarco, *Sula*, 5.4; Santangelo, 2007: 28, n.39). Uma segunda deposição de Ariobarzanes I ocorreu por volta de 92, quando Tigranes I da Armênia – antigo protetorado da Partia – o tira do poder e reestabelece no trono Ariarathes IX, filho de Mitrídates VI, que alegava legitimidade por um suposto parentesco com a dinastia ariarátida. O Senado de Roma intervém desta vez, em 90, com uma embaixada liderada por Manius Aquilius, que não apenas restaura o trono de Ariobarzanes, como também incita este último e o rei Nicomedes da Bitínia a atacarem o reino do Ponto, impedido de se defender por ordem do Senado – o que será o catalisador para a primeira guerra mitridática (Madsen, 2009). Ariobarzanes seria deposto uma terceira vez pelo próprio Mitrídates VI, por volta de 89/88, e será restabelecido pela segunda

vez por Sula, em 85, após suas vitórias sobre o exército pôntico. Finalmente, Ariobarzanes será deposto por Mitrídates VI em 67, na passagem do comando romano da terceira guerra mitridática de Lucullus para Pompeu; em 63, seu trono será restaurado por Pompeu, mas em pouco tempo abdicaria em favor de seu filho, Ariobarzanes II Filopator (63-52), na presença do próprio Pompeu (Valério Máximo, *Fatos e Ditos memoráveis*, 7.7; Sullivan, 1980; Kallet-Marx, 1996, pp. 291-334).

O conturbado reinado de Ariobarzanes I Filoromano da Capadócia esteve intimamente vinculado à rearticulação das forças geopolíticas na Ásia Menor no final do século II a.C. (Habicht, 1989). O fim da dinastia atálida em Pérgamo e a longa decadência do poder selêucida abriria espaço para o crescimento das ambições dos reinos do Ponto, da Bitínia, da Armênia e dos impérios romano e parta na Ásia Menor e Anatólia. Aos reinos mais fracos – como era o caso da Paflagônia, de Sofene, de Comagene e, evidentemente, da Capadócia – restava o tênue equilíbrio da diplomacia com vizinhos ambiciosos e a poderosa mas distante autoridade romana, além das instabilidades criadas por facções internas associadas a diferentes opções geopolíticas e lealdades dinásticas.

Na Capadócia, Ariobarzanes I procurava conciliar as diferentes facções a partir de recursos híbridos de legitimação: o rei casou seu filho com uma das filhas de Mithridates VI do Ponto, manteve tradições iconográficas ariarátidas (Simonetta, 1961), bem como reforçou os laços com Roma e, acima de tudo, com Sula e Pompeu (Apiano, *Guerras Mitridáticas*., 61; Dio, 36.9.2; Sullivan, 1980, p. 1130-2; Santangelo, 2007: 50-66). Após assumir o trono em 63 a.C., Ariobarzanes II continua a política conciliatória do pai: enquanto sua coroação ocorreu sob os auspícios de Pompeu em pessoa, sua rainha, filha de Mithridates VI, assumiu o mesmo nome de sua sogra, Athenais Philostorgos, sinalizando a união entre a nova dinastia e as facções pró-pônticas; o próprio epiteto adotado pelo novo rei, *Filopator*, indicava a continuidade em relação ao reinado de seu pai (Sullivan, 1980: 1137-1138). A estratégia conciliatória, entretanto, não obteve sucesso duradouro: após precisar do apoio romano para reprimir uma revolta em 57 a.C., o rei foi assassinado em 52 a.C. por uma conspiração possivelmente associada à longa oposição anti-ariobarzânida (Sullivan, 1980: 1139). A conspiração pode ter sido impulsionada pelas crescentes ambições do reino parta na Ásia Menor: Cícero, em uma carta de 51 a.C., menciona rumores sobre uma invasão parta na Cilícia através do território capadócio, que estava, de acordo com o autor, "aberta aos invasores" (*ad Familiares,* 15.2). Se Cícero estava certo, seria plausível a existência de uma facção pró-pártica na Capadócia, especialmente após a vitória parta sobre o exército romano liderado por Crasso em 53 a.C.

Neste ponto, podemos voltar à questão da restauração do Odeion. Por que um rei capadócio, com tantos desafios em seu próprio reino, estaria interessado na restauração de um monumento histórico ateniense? A questão pode ser respondida, por um lado,

através das conexões entre Ariobarzanes II, Atenas, Sula e Pompeu. O rei é listado como efebo em um decreto ateniense no ano de 80/79 a.C., segundo o qual os efebos daquele ano ofereceram sacrifícios durante a *Sylleia*, festival celebrado desde 84/3 a.C. em honra de Sula (IG II2 1039.57). Ou seja: um rei capadócio, cujo pai foi reentronado diversas vezes por Sula e que como efebo sacrificou em honra de Sula em Atenas, restaurou um edifício destruído, justamente, durante o saque de Sula em 86 a.C. Esta associação pode estar na base do desacordo acerca do responsável pela destruição: enquanto Apiano, escrevendo na Alexandria do século I d.C. contra grupos anti-romanos, culpa explicitamente o "tirano" Aristion pela destruição, Pausânias, escrevendo para uma audiência filelênica, enfatiza a barbárie de Sula, destruidor do Odeion. Culpar Sula pela destruição, em certos contextos tais como a Atenas do século I a.C. ou a Alexandria do século I d.C., poderia ser tomado como uma postura anti-romana; este não era o caso, entretanto, na *Periegesis* de Pausânias, dado o celebrado modelo filelênico oferecido pelo imperador Adriano. As honras dadas pelos atenienses para Sula logo após seu retorno à cidade em 84 a.C. (Kallet-Marx, 1996: 212-221) poderiam ter sido parte de uma operação que visava justificar a violência romana por meio da associação de Aristion com a tirania/barbárie e de Sula com a restauração da antiga *politeiai*: de fato, a cunhagem de 84/3 a. C. figurou no reverso os tardo-arcaicos tiranicidas Harmodios e Aristogeiton (Habicht, 1976), no mesmo ano em que o venerável festival em honra de Teseu (a *Theseia*), herói civilizador local visto como um dos pais da democracia (Walker, 1995), foi renomeado em honra de Sula (Raubitschek, 1951). Este pode ter sido o contexto para a culpabilização de Aristion, o "tirano" aliado ao "bárbaro" Mitrídates, pela destruição do Odeion de Péricles, um memorial da democracia e da oposição à barbárie. A participação de Ariobarzanes II na restauração, empregando dois arquitetos romanos, pode ser interpretada como parte desta dissociação entre Roma e as destruições, uma operação facilitada seja pelas benfeitorias dadas pelo fileleno romano Tito Pompônio Atticus à cidade durante as duas décadas posteriores ao saque (Morales, 2015: 225-235), seja pelo presente de 50 talentos dado por Pompeu para restaurações em Atenas em 62 a.C., após sua vitória decisiva sobre Mitrídates e a coroação de Ariobarzanes como rei da Capadócia (Valverde, 2005; Morales, 2015: 235-248). Com efeito, a restauração do Odeion não deve estar ligada com os 50 talentos oferecidos por Pompeu, dada a ausência de seu nome (ou de marcas de apagamento) nas inscrições relacionadas à restauração mencionadas acima; não obstante, o clima de mudança na imagem dos romanos de saqueadores para evergetas e salvadores (Habicht, 1997: 332) oferecia a perfeita oportunidade para a restauração do edifício, desse modo reforçando os laços entre o antigo efebo ateniense Ariobarzanes II com o poder romano e a tradição clássica ateniense.

Por outro lado, a escolha da restauração do Odeion pode ser explicada tanto pela audiência mediterrânica alcançada por Atenas quanto pelo intenso significado antibárbaro implícito do programa estrutural e ornamental do edifício. De fato, por

meio desta operação Ariobarzanes poderia reforçar a associação entre Mitrídates e os partas com os persas aquemênidas (Ballesteros-Pastor, 2005; Rose, 2005; Curtis, 2007), posicionando a si mesmo na longa comemoração mítico-histórica anti-bárbara. A localização do Odeion, logo abaixo da fachada oriental do Pártenon e da dedicação atálida localizada próxima ao seguimento sudeste dos muros da acrópole – monumentos que comemoravam a sequência de vitórias sobre os gigantes, os centauros, as amazonas, os troianos, os persas e os gauleses – facilitava a associação de Ariobarzanes e de Roma com esta cosmológica disputa da civilização contra a barbárie (Morales, 2015: 102-123). Assim, a participação de Ariobarzanes II pode ser interpretada como uma estratégia de legitimação, direcionada para uma audiência filelênica mediterrânica, de sua posição pró-romana contra os dissidentes capadócios e inimigos estrangeiros (Ponto, Armênia, Pártia) supostamente "pró-bárbaros".

Do ponto de vista da história urbana ateniense, por sua vez, a restauração tem uma natureza ambígua. Por um lado, continuava a secular tradição do evergetismo construtivo de reis helenísticos na cidade, fortemente influenciada pelo discurso antibárbaro presente na paisagem urbana ateniense (Morales, 2015: 346-356). Além disso, não somente pelo uso do edifício para as competições musicais das Grandes Panatenéias, mas também por sua proximidade com o santuário de Dioniso – cuja guilda, como dito acima, tinha desde o século II a. C. garantias reais de segurança e imunidade no território capadócio –, Ariobarzanes continuava o padrão do evergetismo monárquico do século II a. C. com construções relacionadas, por proximidade e/ou uso, à tradição agonística ateniense, inscrevendo seu nome nesta particularmente visível dimensão da história evergética da cidade.

Entretanto, a restauração do Odeion deve ser distinguida do evergetismo construtivo do século II a. C. em um aspecto bastante importante: enquanto os monarcas atálidas construíam edifícios inteiramente novos, claramente inspirados pelas tradições arquiteturais pergamenas (que alteravam profundamente a paisagem urbana, tais como as *stoai* na ágora e na encosta sul da acrópole), o rei capadócio restaurou um antigo edifício sem quaisquer inovações ou alterações na planta original. Embora a escolha de Vitrúvio pela palavra *restituto* possa também significar "inovar", as escavações revelaram que o principal problema funcional do edifício – os obstáculos à visibilidade criados pelas colunas internas – não foi resolvido, a despeito dos impressionantes desenvolvimentos técnicos contemporâneos relacionados à cobertura de grandes áreas sem a necessidade de dezenas de suportes internos, aplicados, por exemplo, no Bouleuterion de Mileto e no Odeion de Pompéia (Winter, 2006: 96-111, 135-149). Ademais, a decisão de restaurar um edifício profundamente relacionado à memória clássica revela, em um sentido mais amplo, uma atitude antiquária em relação ao espaço urbano. O desejo de resgatar o passado tal qual ele era – de acordo com tradições escritas e orais – era subjacente a este "urbanismo antiquário",

radicalmente diferente do programa urbano das intervenções atálidas em Atenas, mais preocupadas em atualizar a cidade em função de padrões helenísticos do que restaurar edifícios relacionados ao passado clássico (Morales, 2015: 353-357).

O saque de Sula à cidade, com sua quase realizada possibilidade de total aniquilação, estava na base desta atitude: os suportes materiais da herança cultural ateniense deveriam ser protegidos e restaurados. O saque criou uma nova relação de atenienses e estrangeiros com o espaço urbano. Os esforços de Cícero em defesa da casa de Epicuro e seu não realizado projeto de doação de um novo pórtico para a Academia em meados do século I a. C. (Rawson, 1985; Morales, 2015: 228-232) e, acima tudo, o amplo programa augustano de restaurações de edifícios no final do século I a. C. (Schmalz, 1994: 43-68; Morales, 2015: 259-344) são evidências da difusão desta atitude antiquária em relação à produção do espaço. Que o primeiro passo tenha sido dado por um rei com origens persas governando um reino oriental demonstra, eloquentemente, como a história ateniense não pode ser isolada das redes e dos processos de integração mediterrânicos, com seus historicamente construídos "bárbaros" – romanos ou pôntios, capadócios ou partas, velhos ou novos persas – simultaneamente incluídos na e excluídos da paisagem urbana ateniense.

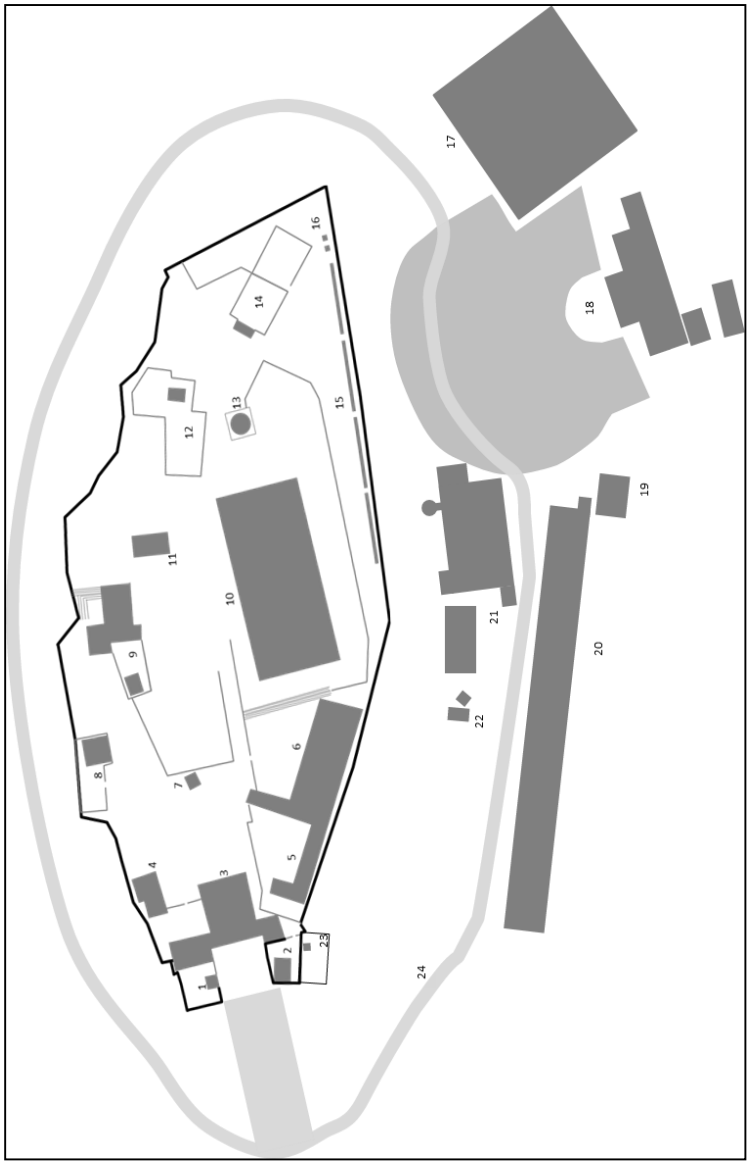



FIG 1. PLANTA DA ACRÓPOLE ATENIENSE NO FINAL DO SÉCULO I A. C. 1. MONUMENTO DE AGRIPA. 2. SANTUÁRIO DE ATHENA NIKE. 3. PROPILEU. 4. 'EDIFÍCIO NOROESTE'. 5. SANTUÁRIO DE ÁRTEMIS BRAURÔNIA. 6. CALCOTECA. 7. ESTÁTUA DE ATENA PROMACHOS. 8. CASA DAS ARREPHOROI. 9. ERECHTHEION. 10. PARTENON. 11. ALTA DE ATENA POLIAS. 12. SANTUÁRIO DE ZEUS POLIEUS. 13. MONOPTEROS DE ROMA E AUGUSTO. 14. SANTUÁRIO DE PANDION. 15. DEDICAÇÃO ATÁLIDA. 16. COLOSSOS ATÁLIDAS (?). 17. ODEION DE PÉRICLES. 18. SANTUÁRIO DE DIONISO. 19. MONUMENTO DE NÍCIAS. 20. STOA DE EUMENES. 21. ASKLEPIEION. 22. SANTUÁRIO DE ÍSIS E TÊMIS. 23. SANTUÁRIO DE APHRODITE PANDEMOS. 24. PERIPATOS.

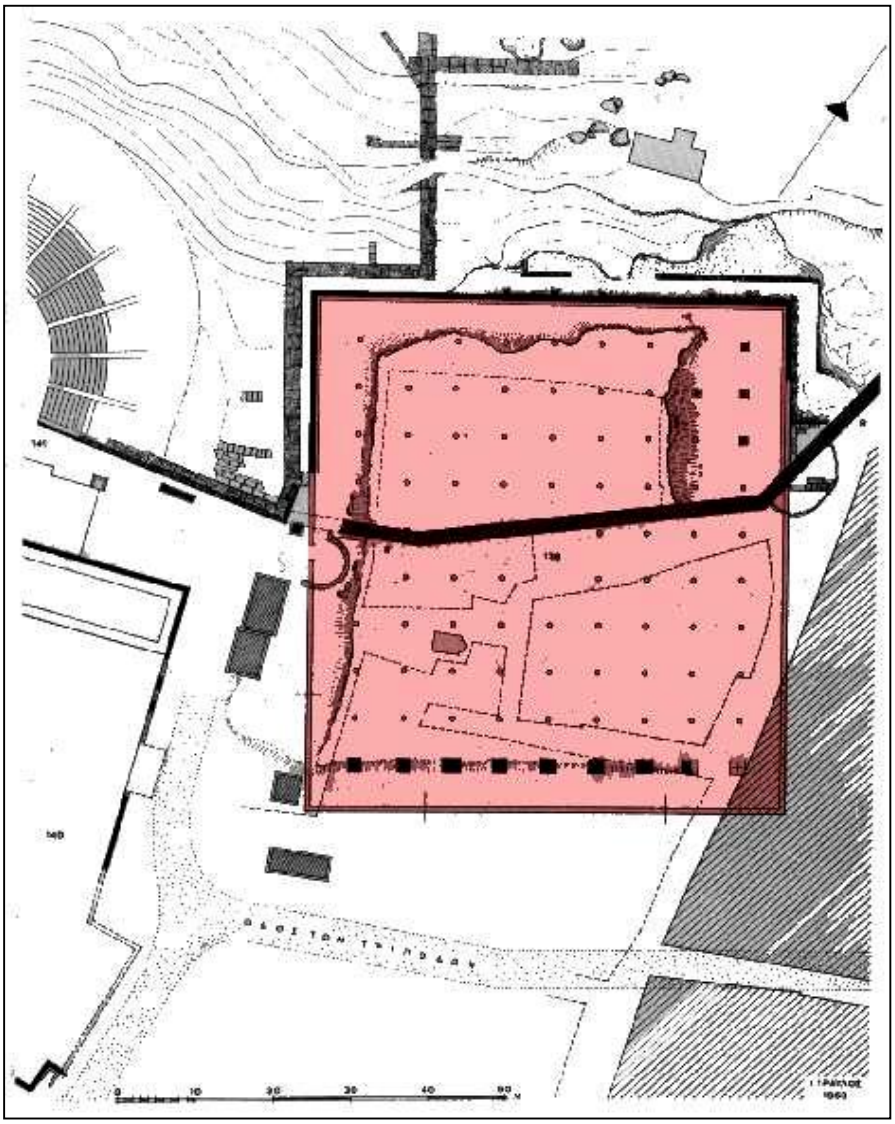


FIG 2. PLANTA DO ODEION DE PERIKLES (DESTACADO EM VERMELHO) DE ACORDO COM J. TRAVLOS (1980: 398, FIG. 502).

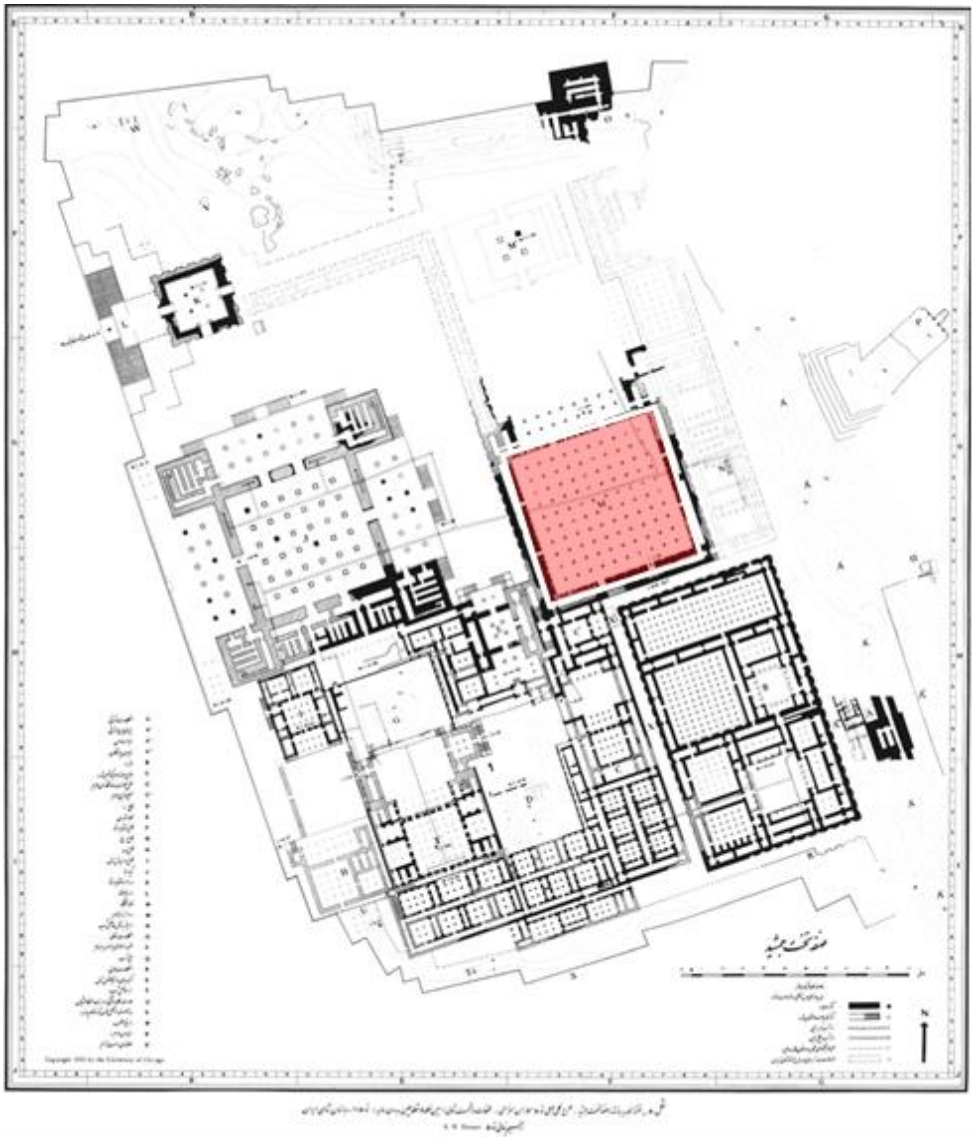


FIG 3. PLANTA DE PERSÉPOLIS NO SÉCULO V A.C. SALA DAS CEM COLUNAS DESTACADA EM VERMELHO (IRANICA ONLINE[20]).

## Referências Bibliográficas

ALCOCK, S.; CHERRY, J.; ELSNER, J. (eds). *Pausanias*: Travel and Memory in Roman Greece. Oxford: Oxford University Press, 2001.

[20] Disponível no site: http://www.iranicaonline.org/uploads/files/Persepolis/persepolis_fig_2.jpg . Consultado em dezembro de 2015.

ANTELA-BERNARDEZ, B. Sila no vino a aprender Historia Antigua. El asedio de Atenas en 87/6 A.C. *REA*, v. 111, n. 2, p. 475-491, 2009.

BALLESTEROS-PASTOR, L. The Pontic Identity: Hellenism, Civic Life and Mithridates' Propaganda. Paper delivered at the University of Aarhus (Denmark) at 10 March 2005. Available at the site: http://www.pontos.dk/publications/papers-presented-orally/oral-files/Bal_pontic.pdf .

BRUNEAU, Ph. Quatre propos sur l'archéologie nouvelle. *Bulletin de correspondance hellénique*, v. 100, n. 100-1, pp. 103-135, 1976.

BUCHER, G. The Origins, Program, and Composition of Appian's Roman History. *Transactions of the American Philological Association,* v. 130, pp. 411-458, 2000.

BURSTEIN, S. Greek identity in the Hellenistic Period. In: ZACHARIA, K. (ed). *Hellenisms:* Culture, Identity, and Ethnicity from Antiquity to Modernity. Hampshire: Ashgate, 2008, pp. 79-78.

CHAMPION, C. *Cultural politics in Polybius'* Histories. Berkeley: University of California Press, 2004.

CURTIS, V. The Iranian Revival in the Parthian Period. In: CURTIS, V.; STEWART, S. *The Idea of Iran II*: the Age of the Parthians. London: Tauris, 2007, pp. 1-25.

ECKSTEIN, A. *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley: University of California Press, 2006b.

_____. *From Anarchy to Hierarchy in the Hellenistic Mediterranean, 230–170 BC.* Oxford: Blackwell, 2008.

ÉTIENNE, R. *Athènes*: espaces urbains et histoire. Paris: Hachette, 2005.

GAUTHIER, Ph. *La cité grecque et leurs bienfaiteurs.* Paris, BCH (supp. 12), 1985.

GEAGAN, D. *The Athenian Constitution after Sulla* (Hesperia Supplement 12). Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1967.

GOPNIK, H. Why Columned Halls? In: CURTIS, J.; SIMPSON, J. (eds). *The World of Achaemenid Persia*. London: British Museum Press, 2010, pp. 195–207.

GRUEN, E. Greeks and non-Greeks. In: BUGH, G. (ed). *The Cambridge Companion to the Hellenistic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 295-324.

GUARINELLO, N. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia*, v. 3, n. 1, pp. 41-61, 2003.

_____. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, pp. 113-127, 2010.

HABICHT, C. Zur Geschichte Athens in der Zeit Mithridates' VI. *Chiron*, n. 6, 1976, pp. 127-142.

_____. The Seleucids and their rivals. In: ASTIN, A.; WALBANK, F.; FREDERIKSEN, M.; OGILVIE, R. (eds). *The Cambridge Ancient History* (2nd. edition), vol. VIII: Rome and the Mediterranean to 133 B.C. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 324-387.

_____. *Athens from Alexander to Antony*. Translated by Deborah Lucas Schneider. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

HALL, E. *Inventing the Barbarian*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALL, J. *Hellenicity*: between Ethnicity and Culture. Chicago and London: University of Chicago Press (2002).

HERZFELD, E. *Iran and the Ancient East*. Oxford: Oxford University Press, 1941.

HOFF, M. *Laceteratae Athenae*: Sulla's siege of Athens in 87/6 B. C. and its aftermath. In: HOFF, M. C.; ROTROFF, S. (eds.). *The Romanization of Athens*. Oxford, Oxford University Press, 1997, pp. 33-51.

_____. Greece and the Roman Republic: Athens and Corinth from the Late Third Century to the Augustan Era. In: EVANS, J. (ed). *A Companion to the Archaeology of the Roman Republic*. Oxford: Blackwell, 2013, pp. 559-578.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea*: a Study of Mediterranean History. Oxford: Blackwell, 2000.

KALLET-MARX, R. *Hegemony to Empire*. The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 B.C. Berkeley / Los Angeles / Oxford: University of California Press, 1996.

LANG, D. Iran, Armenia and Georgia. In: YARSHATER, E. The Cambridge History of Iran, vol. 3.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 505-536.

MA, J. *Statues and cities:* Honorific Portraits and Civic Identity in the Hellenistic World. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MADSEN, J. The Ambitions of Mithridates VI : Hellenistic Kingship and Modern Interpretations. In: HOJTE, J. (ed). *Mithridates VI and the Pontic kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, pp. 191-201.

MILLER, M. *Athens and Persians in the Fifth Century BC*: A Study in Cultural Receptivity. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MORALES, F. *Atenas e o Mediterrâneo romano: espaço, evergetismo e integração* (200 a.C. – 14 d.C.). Tese. Universidade de São Paulo, 2015.

MORRIS, I. Mediterranization. *Mediterranean Historical Review*, v 18, 30–55, 2003.

MOSCONI, G. La democrazia ateniese e la 'nuova' musica: l'*Odeion* di Pericle. CASSIO, A.; MUSTI, D.; ROSSI, L. (edd.). *Synaulía*: cultura musicale in Grecia e contatti mediterranei. *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli*, Sezione filologico-letteraria, quaderni 5, pp. 217-316, 2000.

OLBRYCHT, M. Mithridates VI Eupator and Iran. In: HOJTE, J. (ed). *Mithridates VI and the Pontic kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, pp. 163-190.

RAUBITSCHEK, A. Sylleia. In: Coleman-Norton, P. (ed). *Studies in Roman Economic and Social History in Honor of Allan Chester Johnson*. Princeton: Princeton University Press, 1951, pp. 49–57.

ROSE, B. The Parthians in Augustan Rome. *American Journal of Archaeology*, v. 109, n. 1, pp. 21-75, 2005.

SANTANGELO, F. *Sulla, the Elites and the Empire*. A Study of Roman Policies in Italy and the Greek East. Leiden/Boston: Brill, 2007.

SKIBO, J.; SCHIFFER, M. *People and Things*. A Behavioral Approach to Material Culture. New York: Springer-Verlag, 2008.

SILVA, T. (org). *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIMONETTA, B. Notes on the Coinage of the Cappadocian kings. *The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society* (seventh series), v. 1, pp. 9-50, 1961.

SPAWFORTH, A. *Greece and the Augustan Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STEWART, A. *Attalos, Athens and the Akropolis*. The Pergamene "Little Barbarians" and their Roman and Renaissance Legacy. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SULLIVAN, R. The Dinasty of Cappadocia. In : *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II.7.2. Berlin: 1980, pp. 1159-1161.

TRAVLOS, J. *Pictorial dictionary of Ancient Athens*. New York: Praeger, 1971.

THIERRY, N. *La Cappadoce de l'antiquité au Moyen Âge*. Brepols : Turnhout, 2002.

TOFI, M. L'*Odeion* di Pericle. In: GRECO, E. (a.c.). *Topografia di Atene* : sviluppo urbano e monumenti dalle origini al III secolo d.C. Tomo 1. Atene / Paestum: Pandemos, 2010, pp. 161-163.

VEYNE, P. *Le pain et le cirque* : sociologie historique d'un pluralisme politique. Paris : Éditions du Seuil, 1976.

VALVERDE, L. Pompeyo Magno y Atenas. *Polis*, v. 17, pp.7-30, 2005.

VLASSOPOULOS, K. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WALKER, H.J. *Theseus and Athens*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WILL, E. *Histoire politique du monde hellénistique* : 323-30 av. J.-C. 2 vols. Paris, Seuil, 2003. [1ª. ed.1966-1967, 2ª. ed. 1979-1982].

WOLF, M. Appian, the Rise of Rome, and Monarchy: An Analysis of the Romaika through the Portrayal of Africanus and Aemilianus. Thesis. Williams College, Massachusetts, 2004.

WINTER, F. *Studies in Hellenistic Architecture* (Phoenix Supplementary Volumes). Toronto: University of Toronto, 2006.

# THE RESTORATION OF PERIKLES' ODEION AT ATHENS IN THE FIRST CENTURY BC: NEW AND ANCIENT BARBARIANS[21]

Fabio Augusto Morales[22]

## Abstract

This paper discusses the restoration project of the Odeion of Perikles at Athens, carried by the Cappadocian king Ariobarzanes II sometime between 63 and 52 BC, after its partial destruction during the Sullan sack of 86 BC. This sack occurred as a punishment for the alliance between Athens and the Pontic king Mithridates VI in his war against Rome. In that context, the restoration project of this fifth century B.C. covered-theatre was meaningful for the formation of diplomatic links and networks between Athens, Rome and Cappadocia, in particular considering the complexity of the antibarbarian narratives involved. From the viewpoint of the Athenian urban history, the restoration project is an eloquent example of a new attitude towards the urban space which would become a central feature in the social production of Athenian space throughout the first century B.C.: the antiquarian urbanism.

## Keywords

Odeion of Perikles; Ariobarzanes II of Cappadocia; Sula; Roman Athens; hellenistic euergetism.

[21] Translated by author.

[22] Associate Professor. Pontifical Catholic University of Campinas– Campinas, SP, Brasil. e-mail: fabiomorales@usp.br

## Resumo

O artigo discute a restauração do Odeion de Péricles em Atenas, realizada por rei Ariobarzanes II da Capadócia entre 63 e 51 a. C. O teatro coberto, localizado próximo à encosta sudeste da acrópole, foi construído no século V a. C. e destruído durante o cerco do general romano Sula à cidade em 86 a. C., seja pelos invasores, seja pelos sitiados. A restauração deste "monumento anti-persa" é extremamente significativa para a compreensão das políticas externas ateniense na primeira metade do século I a. C., quando o poder romano criou um novo quadro geopolítico no Mediterrâneo oriental; argumenta-se que a formação de uma identidade anti-bárbara, profundamente relacionada a uma propaganda que relacionava Mitrídates e os partas aos antigos persas, foi a principal motivação para a intervenção capadócia no espaço urbano ateniense. A partir do ponto de vista da história urbana ateniense, a restauração é um exemplo eloquente de uma nova atitude diante do espaço urbano, que se tornaria uma característica central nas intervenções urbanas de Atenas nos período tardo-republicano e augustano: o urbanismo antiquário.

## Palavras-Chaves

Odeion de Péricles; Ariobarzanes; Capadócia; Sula; Atenas romana; Evergetismo helenístico.

Hardly other city than Athens could concentrate, in its monuments and literary culture, so many testimonies of the opposition between Greeks and Persians: from temples' friezes to tragic paths, from rhetorical speeches to spoils housed in shrines, the Athenian participation in the Greek victory was a core element of the local civic identity from classical period onwards (Hall, 1989; Miller, 1997; Hall, 2002). The proliferation of images representing Giants, Centaurs, Amazons, Trojans, Persians and Gauls inside the city's walls would, however, have ironically inserted the 'barbarians' into a city which have with so much effort struggled to repel them. This paper aims to discuss a specific case of this ambiguous inclusion of barbarians in Athenian urban landscape, namely, the restoration project of the Odeion of Perikles in the first century BC, a building deeply related to the Athenian antibarbarian discourse. The multiple dimensions and meanings of this restoration will be discussed in the terms of both the processes of Mediterranean integration (Horden, Purcell, 2000; Morris, 2003; Guarinello, 2010) and the euergetic production of the Athenian urban space (Morales, 2015).

In a recent book, Kostas Vlassopoulos (2013) has argued against the historiographical emphasis on the conflictual relations between Greeks and Barbarians, especially after the Persian Wars. According to the author,

> *[…] many scholars agree that the distinction between Greeks and Barbarians had little importance during archaic period; it was only in the early classical period that Greeks created a categorical distinction between themselves and the Barbarians, and constructed a discourse of identity that exalted Greek identity and Greek culture, and viewed the Barbarians in a dismissive and pejorative manner that sometimes bordered on being racist. […] There is undoubtedly an element of truth in the above description, but it is also deeply misleading. This description presupposes that each period had a single way of constructing Greek identity and its relationships to the Barbarians. But this is hardly credible given the peculiar nature of the Greek world (Vlassopoulos, 2013: 35-34).*

The author continues discussing the peculiarities of Greek world – "the perennial lack of unity or of a center, and the great diversity among Greek communities" (Vlassopoulos, 2013: 36) – and the multiple ways in which the Greeks were related to the four parallel worlds of empires, panhellenism, networks and apoikiai, which have modeled both Greek culture and the cultures of Greek-influenced communities across the Mediterranean in the long term (Vlassopoulos, 2013: 34-128). However, the antibarbarian discourse, even though often taken as the major example of the conflict-centered historiography of classical and post-classical Greece, was nonetheless an important channel for communication and collaboration between Greeks and non-Greeks, justly because the definition about the barbarian identity was not a monopoly of Greek communities (Champion, 2004: 30-66). Although exhaustively studied in the case of Roman uses of barbarian identities (Spawforth, 2012: 103-106, with previous

bibliography), this phenomenon have received few attention for earlier periods such as the Hellenistic age, when, after the establishment of Greek monarchies across the Eastern Mediterranean and Near East, assertions of Greek identity became an important strategy to power legitimation (Gruen, 2006; Burstein, 2008; Vlassopoulos, 2013: 278-320). For this operation, Greek urban landscapes were particularly well-suited (Veyne, 1976: 233; Ma, 2013: 67-110), and Athens, with its various antibarbarian monuments – such as the Odeion of Perikles – was surely a privileged stage.

The building called 'Odeion of Perikles' (figs. 1 and 2) was a covered theatre located on the Athenian acropolis' southeast slope, aside the theatre of Dionysus. This *odeion* – one of the three Ancient Athenian *odeia*[23] – is known from scarce literary and epigraphic sources[24], to which were added the conclusions from partial excavations made along the twentieth century[25]. It was an hypostyle building with a roughly square plan (c. 62x68 meters), covered by a pyramidal roof supported by 90 stone columns disposed in 9 east-west and 10 north-south rows, with a regular interaxial space of 6.15m. It is not clear if the building had a wall and, if so, where its main entrance was located. M. Korres (apud Miller, 1997: 229-230) even suggests that the building did not have a wall, what would solve problems of lighting and ventilation; the access control would be made either by provisional structures or the restrictions imposed by the high platform upon which the building was laid. The number and placing of so many columns was, nonetheless, a problem to the visualization of the activities that have taken place there: literary sources mention the Odeion been used as seat for musical contests during Athenian festivals, law court, stage for philosophical disputes, center of grain distribution, seat of agonistic magistrates' offices and eventually shelter for the Athenian cavalry's horses (Tofi, 2010). M. Miller also suggests a use of the Odeion associated with the Athenian allies 'contributions' during the fifth century BC, which are collected and displayed in the theater of Dionysus: the Odeion would have been a stop for organization of contributors' procession to the theater (Miller, 1997: 241-242).

According to the literary sources, the construction should associate to Perikles, although Vitruvius mentions Themistokles as the commissioner; scholars traditionally take this reference as a mistake, although we should not discard an unfinished building activity before the Periklean work (Mosconi, 2000; Tofi, 2010: 162). The

[23] Along with the first century BC 'Odeion of Agrippa' and the second century AD 'Odeion of Herodes Atticus'.

[24] Literary sources: Aristoph. *Wasps*, 1109; Andoc. 1.38; Hyp. frag. 118; Xen. *Hell*. 2.4.9; Dem.59.52, 34.37; Cratin. fr. 73; Eup. fr. 325; Tphr.*Char*. 3.3; Herac. Crit. GGM. 1.98; Diod.Sic. *Lib*, 1.48.5-6; Vitr. 5.9.1; App. *Mith*. 38; Plut. *SVF* 2.605a, *De ex.* 605a, *Per*. 13.9-11; Paus. 1.20.4; D.L. 7.184; Suda s.v. *Odeion*; Aeschin. esch. 3.66-67; Aristoph.schol. *Wasps*, 1109a. Inscriptions: IG II$^2$ 968.47; 1688.3; 3426; 3427.

[25] For the discussion of remaining literary and archaeological evidence, see Miller (1997: 218-242).

connection with Themistokles could also be explained by the Odeion's ornamental program: Vitruvius mentions the use of Persian naval spoils taken after the Salamina battle (Vitruvius, 5.9.1), and Plutarch and Pausanias state that its wooden cover was similar to the tent of Xerxes (Plutarch, *Perikles*, 13.9; Pausanias, 1.20.4). M. Miller, after discussing the problems relating to the long time span between the construction date and the first literary evidences for the 'tent of Xerxes' hypothesis, concludes that the existence of a hypostyle hall, an autochthonous Iranian architectural form developed centuries earlier, was sufficient to its identification by a Greek audience as a Persian-like building (fig. 3; Miller, 1997: 239). In this sense, the Odeion of Perikles, aside its practical functions, could be interpreted both as a memorial of the Persian Wars and, considering its association with the Athenian allies' contributions and the persian spoils' naval origin, as a symbol of the Athenian imperial power.

The building was not radically changed for the subsequent three centuries, although the Lycourgan monumentalization program of the acropolis' south slope in the fourth century must have included some work on the Odeion (Mercuri, 2004; Étienne, 2004: 122-126). The great rupture in the history of the building would come only in 86 BC, when it was total or partially destroyed during the sack of Athens led by the Roman general L. Cornelius Sulla[26]. The sack of 86 BC was the final act of the tragic path that had begun two years earlier, when Athenians broke a secular alliance with Rome. The beginning of hostilities between Rome and the Pontic king Mithridates VI *Eupator*, motivated by territorial disputes between the Pontic kingdom and its Roman-allies neighbors such as Bithynia and Cappadocia (Madsen, 2009), had strengthened anti-Roman groups in Athens. In 88/7 BC, an Athenian philosopher named Athenion, serving as Mithridates' ambassador, was enthusiastically welcomed in Athens by members of the local elite and the Athenian guild of Dionysiac actors, being appointed to the office of hoplite general. Shortly after, Athenion was replaced by another Athenian philosopher, called Aristion, who, taking the treasures of Delos (since 166 an Athenian possession conceded by Rome), imposed a pro-Mithridatic 'tyranny' – according to pro-Roman sources such as Posidonios and Appian – upon the city. Meanwhile, the Roman general Sula, after a violent struggle with Mario and their followers for the command of the Asian war, depart from Rome to Athens in 87/6, beginning a months-long siege which would take the city in 86 BC. The massacre and destructions would produce many testimonies both in the literary tradition and archaeological record: Pausanias, writing in the second century AD, qualified Sulla's attitudes as 'so savage (ἀγριώτερα) as to be unworthy of a Roman' (1.20.7), and many

[26] Evidences and problems discussed in Habicht (1997: 295-314), Hoff (1997), Antela-Bernárdez (2009) and Morales (2015: 197-224).

evidences of damages in public buildings dating to the sack were discovered in the twentieth excavations in the Athenian Agora (Hoff, 1997). One of the damaged buildings was the Odeion of Pericles, although the sources disagree about the identity of the responsible for it: Appian (*Mithridatic Wars*, 38) charges the tyrant Aristion, who would have fired the building to prevent the utilization of its building materials for Roman war machines; Pausanias (1.20.4), instead, charges Sulla, who would have fired the building during the final siege against Aristion and his allies on the acropolis. Such divergence could be derived either from contradictory versions related to different viewpoints or by the authors' different political-literary projects (Bucher, 2000; Alcock, 2001), as will be discussed below.

The subsequent history of the Odeion is known from Vitruvius and two inscriptions found near the Dionysus sanctuary. Vitruvius mentions the building 'burned during the war with Mithridates, and afterwards restored (*restituit*) by king Ariobarzanes' (5.9.1), what is corroborated by two inscribed bases for statues of Ariobarzanes of Cappadocia found near the sanctuary of Dionysus, which runs:

> *To the king Ariobarzanes Philopator, the king Ariobarzanes Philorhomaios and queen Athenides Filostorgos' son, having being designed by him to the preparation of the Odeion, Gaius and Marcus Stalli sons of Gaius, and Melanippus, [dedicate] to theirs euergetes (IG II2 3426).*
>
> *The demos [dedicate] to the king Ariobarzanes Philopator, the king Ariobarzanes Philorhomaios and queen Athenides Filostorgos' son, his euergetes (IG II2 3427).*

The honored king was Ariobarzanes II, who ruled Cappadocia between 63 and 52 BC – the only clue for the Odeion's reconstruction date. The kingdom of Cappadocia, a former Persian satrapy (Thierry, 2002), became independent in the middle of the third century BC with Ariarathes III, founder of the dynasty which would rule the kingdom until the death of Ariarathes IX in 96/5 BC (Will, 2003: 292) . The contact between Cappadocia and Athens were known from the second century BC: Stratonices, daughter of Ariarathes IV and wife of Eumenes II e later of Attalos of Pergamon, was honored in Delos with a statue dedicated by the Athenian demos (ID 1575; Habicht, 1997: 253); her brother, Ariarathes V, who ruled Cappadocia from 163 to 130 BC, was *agonothetes* of a Great Panathenaia and was honored, along with the queen Nysa (daughter of Pharnakes of Pontus), with proclamations at festivals and an exclusive feast day according to an honorific decree passed by the Athenian guild of Dionysiac actors (IG II2 1330) – the king have "guaranteed them personal immunity and safe conduct within his real" (Habicht, 1997: 282). The last honor given to an Ariarathid king in Athenian domains was a bust to Ariarathes VII in the sanctuary of the Cabeiri gods in Delos, itself dedicate to the gods, Mithridates VI of Pontus and Rome in the final of the second century BC (ID 1562; Habicht, 1997: 263).

The end of the Ariarathid dynasty, with the deposition of Mithridates VI' son Ariarathes IX by the Roman Senate and factions of Cappadocian elites, was crucial not only for the history of Cappadocia but also to the entire Asia Minor geopolitics. In this occasion, after the rejection of a republican regime suggested by the Senate (Justin, 38.2.8), a member of the local elite, with Greek and Persian descent, was enthroned with the name Ariobarzanes I *Philorhomaios* (96/5-63 BC). During his rule, however, Ariobarzanes I would be deposed several times (Sullivan, 1980: 1127-1137). The first deposition occurred in 95 BC, made by a Mithridates' ally named Gordion, but the king would be re-enthroned in the same year by Sulla, then governor of Cilicia (Santangelo, 2007: 29-31). Plutarch (*Sulla*, 5.4) mentions a meeting between Sulla, Ariobarzanes I and Orobazos, an ambassador of Mithridates II of Parthia – what would become the first contact between Romans and Parthians (Santangelo, 2007: 28, n.39). A second deposition occurred around 92 BC, when Tigranes I of Armenia –a former protectorate of Parthia – enthroned Ariarathes IX, son of Mithridates VI of Pontus, alleged last living successor of the former dynasty. The Senate intervenes with an embassy led by Manius Aquilius, who, in 90 BC, not only restore Ariobarzanes I rule but also incites Nicomedes of Bithynia to attack the kingdom of Pontus, at time impeded by the Senate to defend itself; the defense of Mithridates would lead to the First Mithridatic War of Rome (Madsen, 2009). The third deposition would take place in 89/8 BC by the hands of Mithridates, to be reverted again by Sulla in 85 BC after his victories over the Pontic army. Finally, Ariobarzanes would be deposed again by Mithridates in 67 BC, during the Third Mithridatic War, being restored to the throne this time by Pompey in 63. Shortly after, Ariobarzanes renounces in favor of his son, Ariobarzanes II *Philopator* (63-52 BC), in the presence of Pompey itself (V. Max, 7.7; Sullivan, 1980; Kallet-Marx, 1996, pp. 291-334).

The troubled reign of Ariobarzanes I *Philorhomaios* was deeply related to the reorganization of the geopolitical powers in Asia Minor in the late second century BC (Habicht, 1989). The end of the Pergamene dynasty and the long decadence of the Seleucid power opened space for the growth of Pontic, Armenian, Bithynian, Parthian and Roman ambitions in Asia Minor and Anatolia. To the weaker kingdoms, such as Cappadocia, Paphlagonia, Sophene and Commagene, remained the tense balance of the diplomacy with ambitious neighbors and the powerful but distant Rome authorities, besides the instabilities created by internal factions associated with different geopolitical options and dynastic loyalties.

In Cappadocia, Ariobarzanes I tried to conciliate different factions with multiple strategies: the king married his son with one daughter of Mithridates VI of Pontus, maintained Ariarathid iconographic traditions (Simonetta, 1961), and as well as strengthened the ties with Rome, above all with Sulla and Pompey (Appian, *Mith.*, 61; Dio, 36.9.2; Sullivan, 1980, p. 1130-2; Santangelo, 2007: 50-66). After ascending to the

throne in 63 BC, Ariobarzanes II continued his father's conciliatory policy: while his coronation occurred under the auspices of Pompey in person, his queen, daughter of Mithridates VI, took the name of his mother-in-law, Athenais *Philostorgos*, signaling the union between the pro-pontic factions and the new dynasty; the epithet adopted by the new king, *Philopator*, indicated the continuity in relation to his father's reign (Sullivan, 1980: 1137-1138). However, the conciliatory policy was not successful: after the appeal for Roman help to suppress a revolt in 57 BC, the king was murdered in 52 BC by a conspiracy probably related to the long-standing anti-ariobarzanid opposition. The conspiracy could have been fueled by the growing ambitions of the Parthian kingdom in Asia Minor: in a letter dated to 51 BC, Cicero mentions rumors about a Parthian invasion of Cilicia through Cappadocian territory, which was, according to Cicero, 'open to invasors' (*adFam*. 15.2). If Cicero was right, the existence of a pro-Parthian faction in Cappadocia would be very plausible, especially after the Parthian victory over the Roman army led by Crassus in 53 BC.

At this point, we can back to the Odeion's restoration. Why a Cappadocian king, with so many challenges in his own kingdom, would be interested in the restoration of an Athenian historical monument? The question could be answered, on the one hand, through the connections between Ariobarzanes II, Athens, Sulla and Pompey. The king is listed in an Athenian ephebic decree of 80/79 BC, according to which the *ephebes* of that year offered sacrifices during the *Sylleia,* a festival celebrated since 84/3 BC in honor of Sulla (IG II2 1039.57). So, a Cappadocian king, whose father was re-enthroned several times by Sulla and as *ephebe* sacrificed to Sulla in Athens, restored a building destroyed during the Sullan sack of 86. This association could be at the basis of the disagreement about the responsible for the destruction: while Appian, writing in the first century AD Alexandria against anti-Roman dissidents, blames explicitly the 'tyrant Aristion' for the destruction, Pausanias, writing for a philhellenic audience, emphasizes the barbarism of Sulla, destroyer of the Odeion. To blame Sulla for the destruction, in some situations such as first century BC Athens and first century AD Alexandria, could be taken as an anti-Roman posture; this was not the case, however, for Pausanias' *Periegesis*, given the celebrated philhellenic model offered by Hadrian. The honors given by the Athenians for Sulla just after his return to the city in 84 BC (Kallet-Marx, 1996: 212-221) could have been part of an operation which aimed to justify the Roman violence by associating Aristion with tyranny/barbarism and Sulla with the restoration of the ancient *politeia*: in fact, the coinage of 84/3 BC depicted the late archaic tyrannicides Harmodios and Aristogeiton on the reverse (Habicht, 1976), in the same year that the venerable festival in honor of Theseus (the *Theseia*), the local civilizing hero seen as one of the fathers of Athenian democracy (Walker, 1995), was renamed in honor of Sulla (Raubitschek, 1951). This could have been the context for blaming Aristion, the 'tyrant' allied to the 'barbarian' Mithridates, for the destruction of the Odeion of Perikles, a democratic and anti-Persian memorial. The participation of

Ariobarzanes II in the restoration, employing two Roman architects, could be interpreted as part of this disassociation between Romans and the destructions, an operation facilitated by either the benefactions given by the Roman philhellene Titus Pomponius Atticus to the city during the two decades after the sack (Morales, 2015: 225-235), or the gift of 50 talents given by Pompey to restorations in Athens in 62 BC, after his decisive victory over Mithridates and the coronation of Ariobarzanes II as king of Cappadocia (Valverde, 2005; Morales, 2015: 235-248). In fact, the restoration of the Odeion should not be linked with the 50 talents offered by Pompey, given the absence of his name (or marks of erasing) in the inscriptions related to the restoration mentioned above; nevertheless, the climate of change in the Romans' image from plunderers to benefactors and saviors (Habicht, 1997: 332) offered the perfect opportunity for the restoration of the building, thus strengthening the ties between the former Athenian *ephebe* Ariobarzanes II with the Roman power and the Athenian classical tradition.

On the other hand, the choice for the Odeion's restoration could be explained both by the wide, Mediterranean audience reached by Athens and the strong antibarbarian meaning implicit in the Odeion's structural and ornamental program. In fact, by this operation Ariobarzanes could strengthen the association of Mithridates and the Parthians with the Achaemenid Persians (Ballesteros-Pastor, 2005; Rose, 2005; Curtis, 2007; Olbrycht, 2009), locating himself in the long, myth-historic antibarbarian commemoration. The location of the Odeion, just below the Parthenon's east façade and the Attalid dedication in the southeast corner of the acropolis' wall – monuments which commemorate the sequence of victories over Giants, Centaurs, Amazons, Trojans, Persians and Gauls – facilitate the association of Ariobarzanes and Rome with this cosmological struggle between civilization and barbarism (Morales, 2015: 102-123). Thus, the participation of Ariobarzanes II could be interpreted as a legitimation strategy of his pro-Roman position against the supposedly 'pro-Barbarian' Cappadocian dissidents and foreign enemies (from Pontus, Armenia and Parthia), directed towards a *philhellenic* Mediterranean audience.

From the point of view of Athenian urban history, in turn, the restoration had an ambiguous nature. On the one hand, the restoration continued a secular tradition of Hellenistic kings' building euergetism towards the city, strongly influenced by the antibarbarian discourse present in the Athenian urban landscape (Morales, 2015: 346-356). Besides, not only by the use of the building as place of musical contests during the Great Panathenaia, but also by its proximity with the sanctuary of Dionysus – whose guild, as seen above, had since the second century BC, royal guaranties of safety and immunity in Cappadocian territory –, Ariobarzanes II continued the pattern of the second century BC monarchical euergetism with buildings related, by proximity

and/or use, to the Athenian agonistic tradition, inscribing himself in this particularly visible dimension of the city's euergetic history.

However, the Odeion restoration must be distinguished from the building euergetism of the second century BC in a very important aspect: while the Attalid monarchs built whole new buildings cleared inspired by Pergamene architectural traditions (which profoundly altered the city landscape, such as *stoai* in the agora and the acropolis' south slope), the Cappadocian king restored an ancient building with no innovations or alterations in the original plan. Although the Vitruvian choice for the word *restituto* could also signify 'innovate', the excavations revealed that the building's main functional problem – the visibility obstacles created by the inner columns – wasn't solved, despite the astonishing contemporary technical developments for covering great areas without dozens of inner supports, such as in the Milesian Bouleuterion or the Pompeian Odeion (Winter, 2006: 96-111, 135-149). Furthermore, the decision to restore a building deeply related to the classical memory reveals, in a broader sense, an antiquarian attitude towards the urban space. The desire of rescue the past as it were – according to literary or oral traditions – was subjacent to this 'antiquarian urbanism', radically different from the Attalid urban interventions in Athens, more preoccupied in updating the city to Hellenistic urban standards than restore venerable buildings related to the classical past (Morales, 2015: 353-357).

The Sullan sack of the city, with its half-accomplished possibility of total annihilation, was at the base of this antiquarian urbanism: the material supports of the Athenian cultural heritage must be protected and restored. The sack created a new relation of Athenians and foreigners towards the urban space. Cicero's efforts in defense of Epicurus' house and his non-accomplished project of giving a new portico in the Academy in the mid-first century BC (Rawson, 1985; Morales, 2015: 228-232) and, above all, the wide-ranging Augustan program of building restorations in the late first century BC attitude (Schmalz, 1994: 43-68; Morales, 2015: 259-344) were evidences for the diffusion of that antiquarian attitude in the social production of urban space. That the first step was taken by a king with Persian origins ruling an Eastern kingdom demonstrate eloquently how Athenian history could not be isolated from the Mediterranean networks and integration processes, with its historically constructed barbarians – Romans or Pontians, Cappadocians or Parthians, old or new Persians – simultaneously included in and excluded of the Athenian urban landscape.

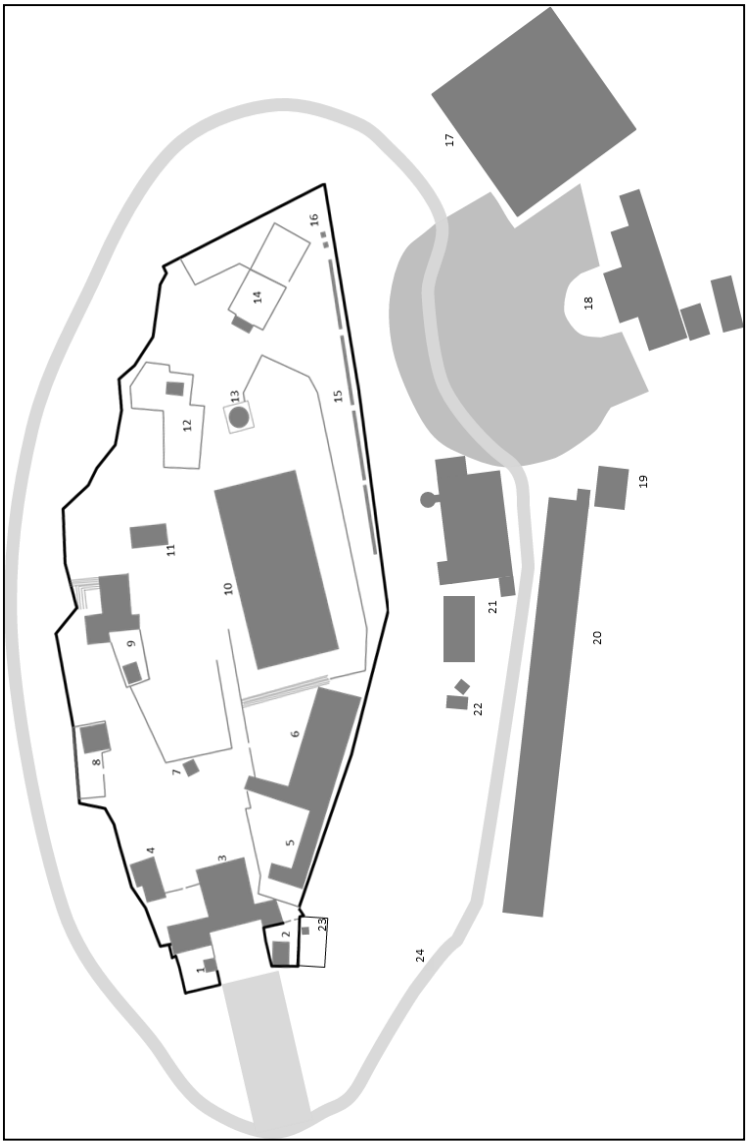



FIG 4. PLAN OF ATHENIAN ACROPOLIS IN LATE FIRST CENTURY BC. 1. MONUMENT OF AGRIPPA. 2. SANCTUARY OF ATHENA NIKE. 3. PROPYLAIA. 4. 'NORTH-WEST BUILDING'. 5. SANCTUARY OF ARTEMIS BRAURONIA. 6. CHALKOTHEKE. 7. STATUE OF ATHENA PROMACHOS. 8. HOUSE OF THE ARREPHOROI. 9. ERECHTHEION. 10. PARTHENON. 11. ALTAR OF ATHENA POLIAS. 12. SANCTUARY OF ZEUS POLIEUS. 13. MONOPTEROS OF ROMA AND AUGUSTUS. 14. SANCTUARY OF PANDION. 15. ATTALID DEDICATION. 16. ATTALID (?) COLOSSI. 17. ODEION OF PERIKLES. 18. SANCTUARY OF DIONYSOS. 19. MONUMENT OF NIKIAS. 20. STOA OF EUMENES. 21. ASKLEPIEION. 22. SANCTUARY OF ISIS AND THEMIS. 23. SANCTUARY OF APHRODITE PANDEMOS. 24. PERIPATOS.

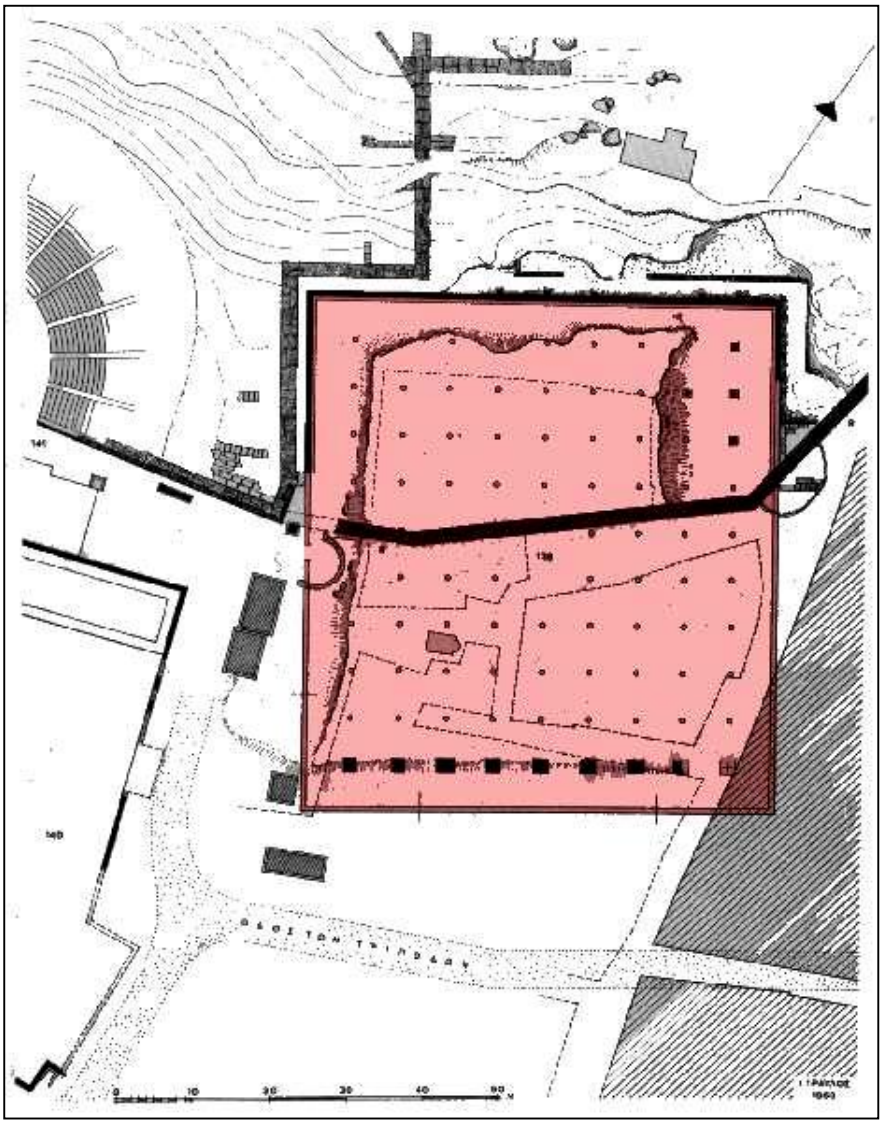


FIG 5. PLAN OF THE ODEION OF PERIKLES (HIGHLIGHTED IN RED) ACCORDING TO J. TRAVLOS IN 1969[27].

[27] Available at the site: http://www.kvl.cch.kcl.ac.uk/THEATRON/theatres/pericles/assets/images/perimg33.jpg . Consulted in december 2015.

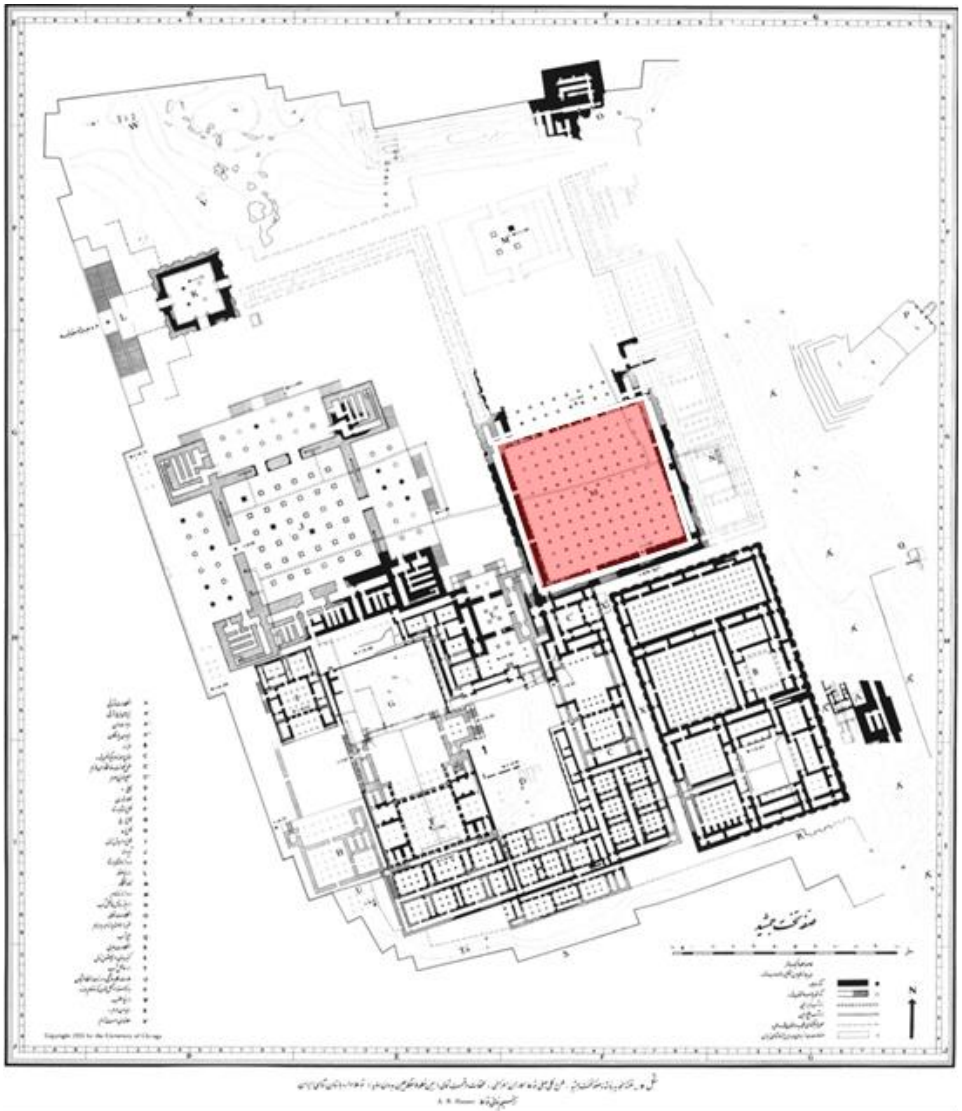


FIG 6. PLAN OF PERSEPOLIS. HALL OF THE HUNDRED COLUMNS HIGHLIGHTED IN RED (IRANICA ONLINE[28]).

## Bibliography

ALCOCK, S.; CHERRY, J.; ELSNER, J. (eds). *Pausanias*: Travel and Memory in Roman Greece. Oxford: Oxford University Press, 2001.

[28] Available at the site: http://www.iranicaonline.org/uploads/files/Persepolis/persepolis_fig_2.jpg . Consulted in december 2015.

ANTELA-BERNARDEZ, B. Sila no vino a aprender Historia Antigua. El asedio de Atenas en 87/6 A.C. *REA*, v. 111, n. 2, p. 475-491, 2009.

BALLESTEROS-PASTOR, L. The Pontic Identity: Hellenism, Civic Life and Mithridates' Propaganda. Paper delivered at the University of Aarhus (Denmark) at 10 March 2005. Available at the site: http://www.pontos.dk/publications/papers-presented-orally/oral-files/Bal_pontic.pdf .

BRUNEAU, Ph. Quatre propos sur l'archéologie nouvelle. *Bulletin de correspondance hellénique*, v. 100, n. 100-1, pp. 103-135, 1976.

BUCHER, G. The Origins, Program, and Composition of Appian's Roman History. *Transactions of the American Philological Association,* v. 130, pp. 411-458, 2000.

BURSTEIN, S. Greek identity in the Hellenistic Period. In: ZACHARIA, K. (ed). *Hellenisms:* Culture, Identity, and Ethnicity from Antiquity to Modernity. Hampshire: Ashgate, 2008, pp. 79-78.

CHAMPION, C. *Cultural politics in Polybius'* Histories. Berkeley: University of California Press, 2004.

CURTIS, V. The Iranian Revival in the Parthian Period. In: CURTIS, V.; STEWART, S. *The Idea of Iran II*: the Age of the Parthians. London: Tauris, 2007, pp. 1-25.

ECKSTEIN, A. *Mediterranean Anarchy, Interstate War, and the Rise of Rome*. Berkeley: University of California Press, 2006b.

_____. *From Anarchy to Hierarchy in the Hellenistic Mediterranean, 230–170 BC.* Oxford: Blackwell, 2008.

ÉTIENNE, R. *Athènes*: espaces urbains et histoire. Paris: Hachette, 2005.

GAUTHIER, Ph. *La cité grecque et leurs bienfaiteurs.* Paris, BCH (supp. 12), 1985.

GEAGAN, D. *The Athenian Constitution after Sulla* (Hesperia Supplement 12). Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1967.

GOPNIK, H. Why Columned Halls? In: CURTIS, J.; SIMPSON, J. (eds). *The World of Achaemenid Persia*. London: British Museum Press, 2010, pp. 195–207.

GRUEN, E. Greeks and non-Greeks. In: BUGH, G. (ed). *The Cambridge Companion to the Hellenistic world*. Ca,bridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 295-324.

GUARINELLO, N. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia*, v. 3, n. 1, pp. 41-61, 2003.

_____. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, pp. 113-127, 2010.

HABICHT, C. Zur Geschichte Athens in der Zeit Mithridates' VI. *Chiron*, n. 6, 1976, pp. 127-142.

_____. The Seleucids and their rivals. In: ASTIN, A.; WALBANK, F.; FREDERIKSEN, M.; OGILVIE, R. (eds). *The Cambridge Ancient History* (2nd. edition), vol. VIII: Rome and the Mediterranean to 133 B.C. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 324-387.

_____. *Athens from Alexander to Antony*. Translated by Deborah Lucas Schneider. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

HALL, E. *Inventing the Barbarian*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALL, J. *Hellenicity*: between Ethnicity and Culture. Chicago and London: University of Chicago Press (2002).

HERZFELD, E. *Iran and the Ancient East*. Oxford: Oxford University Press, 1941.

HOFF, M. *Laceteratae Athenae*: Sulla's siege of Athens in 87/6 B. C. and its aftermath. In: HOFF, M. C.; ROTROFF, S. (eds.). *The Romanization of Athens*. Oxford, Oxford University Press, 1997, pp. 33-51.

_____. Greece and the Roman Republic: Athens and Corinth from the Late Third Century to the Augustan Era. In: EVANS, J. (ed). *A Companion to the Archaeology of the Roman Republic*. Oxford: Blackwell, 2013, pp. 559-578.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea*: a Study of Mediterranean History. Oxford: Blackwell, 2000.

KALLET-MARX, R. *Hegemony to Empire*. The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 B.C. Berkeley / Los Angeles / Oxford: University of California Press, 1996.

LANG, D. Iran, Armenia and Georgia. In: YARSHATER, E. The Cambridge History of Iran, vol. 3.1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 505-536.

MA, J. *Statues and cities:* Honorific Portraits and Civis Identity in the Hellenistic World. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MADSEN, J. The Ambitions of Mithridates VI : Hellenistic Kingship and Modern Interpretations. In: HOJTE, J. (ed). *Mithridates VI and the Pontic kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, pp. 191-201.

MILLER, M. *Athens and Persians in the Fifth Century BC*: A Study in Cultural Receptivity. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MORALES, F. *Atenas e o Mediterrâneo romano: espaço, evergetismo e integração* (200 a.C. – 14 d.C.). Tese. Universidade de São Paulo, 2015.

MORRIS, I. Mediterranization. *Mediterranean Historical Review*, v 18, 30–55, 2003.

MOSCONI, G. La democrazia ateniese e la 'nuova' musica: l'*Odeion* di Pericle. CASSIO, A.; MUSTI, D.; ROSSI, L. (edd.). *Synaulía*: cultura musicale in Grecia e contatti mediterranei. *Annali dell'Istituto Orientale di Napoli*, Sezione filologico-letteraria, quaderni 5, pp. 217-316, 2000.

OLBRYCHT, M. Mithridates VI Eupator and Iran. In: HOJTE, J. (ed). *Mithridates VI and the Pontic kingdom*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, pp. 163-190.

RAUBITSCHEK, A. Sylleia. In: Coleman-Norton, P. (ed). *Studies in Roman Economic and Social History in Honor of Allan Chester Johnson*. Princeton: Princeton University Press, 1951, pp. 49–57.

ROSE, B. The Parthians in Augustan Rome. *American Journal of Archaeology*, v. 109, n. 1, pp. 21-75, 2005.

SANTANGELO, F. *Sulla, the Elites and the Empire*. A Study of Roman Policies in Italy and the Greek East. Leiden/Boston: Brill, 2007.

SKIBO, J.; SCHIFFER, M. *People and Things*. A Behavioral Approach to Material Culture. New York: Springer-Verlag, 2008.

SILVA, T. (org). *Identidade e Diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIMONETTA, B. Notes on the Coinage of the Cappadocian kings. *The Numismatic Chronicle and Journal of the Royal Numismatic Society* (seventh series), v. 1, pp. 9-50, 1961.

SPAWFORTH, A. *Greece and the Augustan Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STEWART, A. *Attalos, Athens and the Akropolis*. The Pergamene "Little Barbarians" and their Roman and Renaissance Legacy. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SULLIVAN, R. The Dinasty of Cappadocia. In : *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II.7.2. Berlin: 1980, pp. 1159-1161.

THIERRY, N. *La Cappadoce de l'antiquité au Moyen Âge*. Brepols : Turnhout, 2002.

TOFI, M. L'*Odeion* di Pericle. In: GRECO, E. (a.c.). *Topografia di Atene* : sviluppo urbano e monumenti dalle origini al III secolo d.C. Tomo 1. Atene / Paestum: Pandemos, 2010, pp. 161-163.

VEYNE, P. *Le pain et le cirque* : sociologie historique d'un pluralisme politique. Paris : Éditions du Seuil, 1976.

VALVERDE, L. Pompeyo Magno y Atenas. *Polis*, v. 17, pp.7-30, 2005.

VLASSOPOULOS, K. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WALKER, H.J. *Theseus and Athens*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WILL, E. *Histoire politique du monde hellénistique* : 323-30 av. J.-C. 2 vols. Paris, Seuil, 2003. [1ª. ed.1966-1967, 2ª. ed. 1979-1982].

WOLF, M. Appian, the Rise of Rome, and Monarchy: An Analysis of the Romaika through the Portrayal of Africanus and Aemilianus. Thesis. Williams College, Massachusetts, 2004.

WINTER, F. *Studies in Hellenistic Architecture* (Phoenix Supplementary Volumes). Toronto: University of Toronto, 2006.

# DESCOBRINDO O EGITO ANTIGO NA MODERNIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DO ANTIQUARISTA GIOVANNI BELZONI (1816-1819)

Natascha de Andrade Eggers[29]

## Resumo

O principal objetivo do presente artigo é compreender a relação entre o Império Britânico e o Antigo Egito, a fim de demonstrar como os europeus, em especial os britânicos, utilizaram a imagem da civilização egípcia para a construção de uma identidade e memória nacional. Dessa forma, destaca-se o relevante papel que os viajantes antiquaristas tiveram neste processo, pois ao realizarem suas viagens deixavam registradas todas as suas impressões a respeito das culturas dos locais por onde passavam e, também, da cultura material que encontravam. Tais relatos eram constantemente lidos na Europa e utilizados como fonte de conhecimento, pois traduziam para o europeu o "outro" e relatavam suas interpretações a respeito do passado e presente de determinado local. Dessa forma, analiso o diário de viagem do antiquarista Giovanni Belzoni com a intenção de compreender como seu discurso pode ter contribuído para tal afirmação nacional, uma vez que este ajudou a construir uma grande coleção de peças egípcias do Museu Britânico, na Inglaterra.

## Palavras-chaves

Giovanni Belzoni; Egito antigo; antiquarismo no Oriente, usos do passado, cultura material, identidade nacional.

---

[29] Programa de Pós-graduação em História – Mestrado. Bolsista CNPq. Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, Brasil. e-mail: natascha.aeggers@gmail.com

## Abstract

The main objective of this article is to allow a better understanding of the relationship between the British Empire and Ancient Egypt, and show the ways through which European countries – and particularly Great Britain – used the image of the Egyptian civilization to build a national identity and memory. Antiquarians who travelled to search for exotic antiquities had a very important role in this process because they left in their notes a record of their thoughts about the cultures of the places they visited and about the material culture they found there. These memories and reports circulated in Europe and were regarded as a source of knowledge, since they offered a version of the unknown "other" and reported the travelers' interpretations of the past and present of foreign places. In this article I analyze the journal of one of these antiquarians, Giovanni Belzoni, in order to understand how his discourse may have corroborated the construction of a national identity, since he helped to form a large collection of Egyptian pieces of the British Museum, in England.

## Keywords

Giovanni Belzoni; Ancient Egypt; antiquarianism in the Eastern World, uses of the past, material culture, national identity.

## Introdução

O século XIX na Europa foi marcado por uma constante busca, por parte dos recém-criados Estados nacionais, de uma historia ou memória coletiva que servisse de base para a constituição e afirmação da identidade nacional. Nesse contexto, disciplinas como a Arqueologia e a História, que estavam começando a se firmar cientificamente, passaram a ser utilizadas como aparato de base para legitimar as "origens" das Nações. São essas disciplinas que permitiram o conhecimento sobre as diferentes sociedades do espaço não-europeu, por meio de suas interpretações a respeito destes locais. Dessa forma, tais disciplinas não teriam surgido como discursos refletores da realidade, mas atravessadas de interesses políticos, econômicos e ideológicos, influenciados pelas rivalidades entre as Nações europeias que buscavam se afirmar enquanto Estados-Nação. Para tanto, a consolidação de uma história nacional e identidade singular se mostrou uma preocupação recorrente neste momento. Por isso, a constituição de espaços como os museus nacionais foram essenciais para este processo, pois continham em suas exposições artefatos que possibilitavam que essas Nações construíssem sua herança cultural.

As rivalidades entre alguns dos recém-criados países europeus os levaram a uma corrida expansionista e, também, ao interesse de buscar antiguidades em territórios desconhecidos, principalmente no Oriente, com a finalidade de aumentarem suas coleções nos museus. Nesse contexto, os viajantes antiquaristas tiveram papel relevante no processo de construção de memórias nacionais, pois transitavam entre diversos espaços, sendo mediadores entre estes lugares, no sentido de que levavam e traziam informações de um local a outro. Havia, entre estes viajantes, uma preocupação em descrever tudo que estava ao alcance de seus olhos e, por isso, muitos deles tinham a prática de escrever diários de viagens nos quais ficariam registrados detalhes das expedições e dos locais por onde passavam. Tais diários eram constantemente lidos na Europa e utilizados como fonte de conhecimento, pois traduziam para o europeu o "outro", o desconhecido, e relatavam suas interpretações a respeito do passado e presente de determinado local.

Partindo dessas informações, a intenção desse trabalho é discutir algumas interpretações que foram feitas na modernidade a respeito do Mundo Antigo, principalmente no que concerne à questão de como antiquaristas, administradores e políticos europeus usaram ativamente o Egito Antigo para ajudar a identificar e a definir suas próprias aspirações nacionais. Nesta pesquisa, o discurso a ser analisado será do italiano Giovanni Belzoni que viajou pelo Egito entre os anos de 1816 e 1819 e deixou registrado em seu diário de viagem todas as expedições que participou e, também, seu trabalho como antiquarista, em que acabou por reunir no Egito diversas

peças que atualmente formam grande parte das coleções de artefatos egípcios que se encontram no Museu Britânico, na Inglaterra.

Para esta análise, busco embasamento teórico na perspectiva de "Usos do Passado", que surgiu no final do século XX a partir da preocupação em se repensar os significados da Antiguidade em tempos modernos e contemporâneos, a fim de compreender porque muitas nações direcionaram e direcionam seu olhar para a História Antiga com diferentes intencionalidades, buscando, muitas vezes, estabelecer ideias de herança cultural e continuidade histórica com o passado antigo. Influenciada pelas reflexões iniciadas por Martin Bernal a respeito de como o Mundo Antigo teria desempenhado um papel importante na definição da política moderna (Bernal, 2005: 224), tal perspectiva considera a História enquanto uma representação do passado, influenciada pela subjetividade de quem a escreve. Dessa forma, cada época seria influenciada pelos valores de seu presente e, a partir disso, resgataria no passado os aspectos que melhor convém e que atendem suas necessidades no momento.

Em seus trabalhos, Bernal se propôs a compreender como a Antiguidade teria se tornado um referencial para muitas nações, ajudando a construir novas identidades, discursos e interesses nacionalistas. Com isso, Bernal instigou os pesquisadores da área de História Antiga – historiadores e também arqueólogos - a repensarem os pressupostos teórico-metodológicos da disciplina, o que resultou numa nova serie de trabalhos, interpretações e reflexões sobre essas questões. Essa nova vertente de estudos vem ganhando força no campo de pesquisa da História Antiga atualmente, buscando uma leitura menos normativa e conservadora do passado, prezando por uma História mais problematizada (Funari, 2005, 119) e, por isso, cada vez mais historiadores e arqueólogos tem direcionado os seus esforços para o estudo das apropriações modernas e contemporâneas da Antiguidade.

O artigo está dividido em quatro partes: O Egito Antigo na Modernidade, em que será discutido o (re)descobrimento do Egito na modernidade, a presença de diversos viajantes nesta região e a consequente exploração de sua cultura material; Giovanni Belzoni e o antiquarismo no início do século XIX, que tratará do contexto de vida de Giovanni Battista Belzoni, e do meio antiquarista no Egito durante o século XIX; Reflexões sobre o Antigo e Moderno Egito: as viagens de Belzoni contadas à Europa, em que será apresentado seu diário de viagens, que contém os registros de suas descobertas e narrativas elaboradas ao longo de sua passagem pela terra dos faraós; por fim, O Egito e a construção da identidade nacional britânica, em que serão discutidos e problematizados os discursos de Belzoni a fim de compreender de que forma esses discursos abordam e delineiam a imagem do próprio britânico nesse contexto.

## O Egito Antigo na Modernidade

De acordo com a historiadora Natália Monseff Junqueira, o Egito Antigo exerce desde a antiguidade certo fascínio em outras sociedades e o interesse sobre sua cultura material não passou despercebido por diversas civilizações ao longo do tempo (Junqueira, 2008: 2). No entanto, foi durante o período da Renascença que se iniciou uma busca incessante pelas antiguidades egípcias, levando diversos viajantes a terem a terra dos faraós como rota de suas expedições. Até o século XX, o interesse pelo passado egípcio antigo estimulou diversos antiquaristas e, posteriormente arqueólogos, a se esforçarem em transportar boa parte da cultura material que encontravam para a Europa. Nesse sentido, objetos como papiros, pinturas, jóias, adornos, múmias e esculturas começaram a fazer parte de coleções particulares e, posteriormente, a compor coleções museológicas (David, R., 1999: 8). Segundo Rosalie David,

> *[…] como resultado do intenso interesse em adquirir antiguidades desde a Renascença, os colecionadores estrangeiros começaram a conduzir suas próprias escavações no Egito. Incrivelmente, muitos conseguiam autorização dos administradores turcos para remover artefatos de dentro das tumbas e arrancar decorações e inscrições das paredes dos templos; acelerando dessa forma a "caça ao tesouro", com escavadores de diferentes países que competiam para adquirir os artigos mais valiosos. Entretanto, o principal objetivo deste exercício era fornecer aos seus patrões ricos os objetos desejados muito mais do que auxiliar no avanço da Egiptologia. (David, R., 1999: 8).*

Em fins do século XVIII e durante o século XIX, no entanto, o interesse pelo Egito Antigo atraiu olhares com intenções mais científicas, sendo as pesquisas amplamente incentivadas pelas nações, que estabeleceram no Egito seus cônsules. Como resultado, os diversos artefatos antigos foram expostos em museus nacionais, dentre eles o Museu Britânico e o Museu do Louvre. De acordo com David, dois acontecimentos teriam sido de extrema importância para o desenvolvimento de uma ciência que estudasse o passado egípcio: a expedição militar de Napoleão Bonaparte (1769-1821) ao Egito e, também, a decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion (1790-1832), que possibilitou que o conhecimento sobre o Egito se aprofundasse cada vez mais no Ocidente.

Com base nesse contexto é que se desenvolve a Egiptologia durante o século XIX, estudo específico das sociedades egípcias antigas por meio da escrita e da cultura material encontrada pelos arqueólogos e antiquaristas. De acordo com Jean Vercoutter, durante o século XIX o Egito é redescoberto em toda a Europa e, "de um dia para o outro, poder-se-ia dizer, sem exagero, que o Egito se torna moda. De 1802 a 1830, uma dezena de viajantes de grande valor, franceses, alemães, ingleses, suíços, vem conferir [...] as maravilhas egípcias" (Vercoutter, J. 2002: 54)

Com o desenvolvimento da Egiptologia, a presença europeia tornou-se comum no nordeste africano e, consequentemente, a espoliação dos objetos produzidos pela antiga civilização que ali vivera. Nesse sentido, não somente antiquaristas, mas também intelectuais viajaram ao Egito, produzindo discursos a respeito da cultura material, dos povos, da paisagem que encontravam e, então, "as narrativas e os desenhos, frutos de suas peregrinações, contribuem para manter a fama crescente que o Egito então conheceu" (Vercoutter, J. 2002: 54). E, dessa maneira, tanto o Egito Antigo quanto o Egito Moderno eram abordados nesses discursos e imagens, que eram levados para a Europa e tidos como fonte de conhecimento a respeito desses locais.

As representações feitas sobre o passado e presente egípcio, no geral, enfatizavam as paisagens exóticas, os grandes monumentos e, também, as diferenças de costumes entre egípcios e europeus. O estranhamento e a narração da diferença nos remetem às discussões de François Hartog, em que o historiador afirma que "dizer o 'outro' é enunciá-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, a e b, e que a não é b" (Hartog, F. 1999: 229). Segundo Hartog, o problema do narrador está em como representar de forma persuasiva o mundo que se conta, ou seja, o "outro", no mundo em que se conta. Para Hartog, a retórica de alteridade é nada menos que uma operação de tradução, que visa transportar o "outro" ao seu mundo por meio da narrativa:

> *Para traduzir a diferença, o viajante tem a sua disposição a figura da inversão, em que a alteridade se transcreve como um antipróprio. Não há mais a e b, mas simplesmente a e o inverso de a. O projeto do discurso não é mais do que falar do próprio. (Hartog, F. 1999: 229).*

Dessa maneira, o Egito é traduzido à Europa com base nos valores e costumes europeus e, por isso, a diferença é um aspecto bastante recorrente nas narrativas de viagens. Por meio dessas narrativas é que os egípcios e suas antiguidades ficam conhecidos em vários lugares, portanto, poder-se-ia dizer que os diários de viagens contribuem para a formação de opiniões e de conhecimento a respeito do Egito – seja sobre seu passado ou presente. Seus autores constroem, por meio da narrativa, o lugar que se narra com base em suas interpretações e, muitas vezes, acabavam por consolidar uma determinada imagem do Egito na Europa: diversos viajantes descreveram o Egito como exótico, misterioso, com passado brilhante, porém muitas vezes como incapaz e inferior, não civilizado.

Na obra Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente, Edward Said discute sobre a maneira como o Oriente foi traduzido e, até mesmo, inventado para e pelo Ocidente. Segundo Said, o Oriente sempre atraiu o interesse dos ocidentais, em especial dos europeus e, por isso, as maiores, mais antigas e mais ricas colônias europeias se encontram nesta parte do mundo. Além disso, o Oriente é, também, um rival cultural do Ocidente, uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do

"outro". Para o autor, o Oriente teria ajudado a definir a Europa por meio de sua imagem e culturas contrastantes. (Said, 1990: 27)

Nesse sentido, o discurso ocidental sobre o Oriente é denominado pelo autor de Orientalismo, e tal discurso estaria presente no imaginário ocidental desde o século XIX. No entanto, o Orientalismo teria diversos significados que se entrelaçam: seria, em primeiro lugar, uma forma de discursar sobre o Oriente que teria como fundamento o lugar especial que este ocupa na experiência ocidental europeia; seria uma disciplina acadêmica; o que um estudioso do Oriente faz; um estilo de reflexão baseada numa distinção ontológica e epistemológica feita entre Oriente e Ocidente; e, por fim, uma forma ocidental de obter controle, domínio e autoridade sobre o Oriente. Em suma, "Orientalismo [...] consiste numa rede de interesses inevitavelmente aplicados (e assim sempre envolvidos) em toda e qualquer ocasião em que essa entidade peculiar, o 'Oriente', é discutida" (Said, 1990: 30)

> *O Orientalismo é postulado sobre a exterioridade, isto é, sobre o fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz o Oriente falar, descreve o Oriente, esclarece seus mistérios por e para o Ocidente. Ele nunca está preocupado com o Oriente exceto como causa primeira do que diz. O que ele diz e escreve, em virtude do fato de ser dito ou escrito, pretende indicar que o Orientalismo está fora do Oriente, não só como fato existencial, mas também moral. O produto principal desta exterioridade é certamente a representação: [...] o Oriente é transformado, passando de uma alteridade muito distante e frequentemente ameaçadora para figuras que são relativamente familiares. (Said, 1990: 51)*

Conforme Said, Orientalismo é um empreendimento cultural essencialmente britânico e francês, pois desde o século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial essas nações teriam dominado o Oriente, sendo as pioneiras em colonizar essa região. Nesse sentido, para Said, o Orientalismo é marcadamente um fato cultural e político, em que o Leste seria incorporado e generalizado por meio de um discurso ocidental. A cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente e, a partir de suas reflexões sobre este local, o inventou, como uma forma de delimitar suas próprias características, sendo o Oriente um reflexo invertido ou uma oposição do Ocidente. Com isso, consolidam-se a hegemonia de ideias europeias sobre o Oriente, e que, consequentemente, afirmam a superioridade europeia sobre o atraso oriental.

Contudo, tal relação está longe de ser simplista, pois não se pode afirmar que o Oriente foi uma criação sem realidade correspondente. (Said, 1990: 32) De acordo com Said, seria incorreto acreditar que o Oriente foi criado como uma simples necessidade de imaginação, pois a relação entre Oriente e Ocidente é, acima de tudo, uma relação de poder, de dominação. "O oriente não foi orientalizado porque se descobriu como oriental, mas também porque poderia ser transformado em oriental" (Said, 1990: 32).

Dessa forma, a interação entre Leste e Oeste se estabeleceria por meio de relações de dominação e poder, que buscariam a hegemonia ocidental sobre a oriental.

A partir dessas questões, percebemos que os recém-criados Estados Nacionais tiveram seus projetos de construção da Nação e de identidades fortemente influenciados pelo olhar que se direcionava para as culturas que eram contrastantes a eles. Nesse contexto, o Oriente e o discurso orientalista se fazem presentes, influenciando intelectuais, viajantes e até mesmo políticos a construírem suas reflexões sobre esta parte do mundo, no qual o Egito está inserido. Por meio de seus discursos, os viajantes europeus levam para o Ocidente suas impressões a respeito do Oriente, muitas vezes ressignificando a cultura que encontravam, sendo ela a egípcia antiga ou moderna. E é nesse contexto que se insere o viajante italiano Giovanni Belzoni, ao narrar o Egito antigo e moderno em seu diário de viagem, suas impressões e discursos sobre o Egito se tornam pertinentes para as reflexões que serão feitas no item seguinte.

## Giovanni Battista Belzoni e o Antiquarismo no início do Século XIX

Giovanni Battista Belzoni nasceu na cidade italiana de Pádua, em 5 de novembro de 1778. De acordo com uma de suas biografias, elaborada por Ivor Noel Hume Belzoni era um homem bonito, muito alto e com uma força incomparável, aspectos que sempre aparecem nas descrições feitas por seus contemporâneos. (Hume, 2011: 6) A fim de estudar hidráulica, Belzoni se muda para Roma com 17 anos, contudo, nessa época a Europa estava em um período de tumulto político, principalmente por causa das ações das tropas de Napoleão em diferentes locais do continente, então, quando Roma é invadida pelos franceses Belzoni vai para Paris e depois para a Holanda, locais em que permanece por pouco tempo até sua mudança para a Inglaterra em 1803 (Hume, 2011). Em solo britânico Belzoni acaba por morar durante nove anos, se naturalizando. Para ganhar a vida, vendia jogos de água de sua própria invenção em feiras e, também, se apresentava com um grupo circense em várias cidades inglesas, inclusive no Sadler's Wells Theatre, em Londres. Aproveitando seu físico, o italiano atuava nos teatros como strongman, fazendo provas de força (Siliotti, 2007: 196).

Na Inglaterra, Belzoni conhece sua futura esposa, Sarah, que o acompanhará em suas viagens e expedições pela Europa e África. Em 1812, junto com sua esposa, decide sair da Inglaterra e inicia suas viagens por diversos locais, como Portugal, Espanha e Malta. Em 1814, quando chega em Malta, Belzoni conhece o capitão Ismail Gibraltar, emissário do vice-rei egípcio Mahomed Ali, que lhe convida para ir ao Egito por acreditar que seus conhecimentos de hidráulica poderiam ser úteis. Segundo Siliotti, naquela época o vice-rei egípcio estava empreendendo uma série de investimentos em

questões agrícolas e de irrigação, buscando trazer para o Egito engenheiros e técnicos europeus que pudessem apresentar novas técnicas e conhecimentos (Siliotti, 2007: 164).

Acompanhado de sua mulher e de um empregado irlandês, no ano seguinte Belzoni vai ao Egito, onde trabalha durante dois anos para montar uma máquina hidráulica que se destinava à irrigação dos campos. (Vercoutter, 2002: 68). No intuito de enriquecer, Belzoni propunha que sua invenção substituísse a tradicional roda hidráulica e, então, resolve apresentá-la a Mahomed Ali que, imediatamente interessado, pede que a nova invenção seja testada em sua frente. Entretanto, no dia em que a máquina foi testada, um erro de funcionamento foi suficiente para convencer o vice-rei de que sua inovação não serviria. De acordo com Stanley Mayes (2010: 23), não se sabe ao exato se Belzoni tinha conhecimentos em hidráulica que fossem suficientes para que sua máquina funcionasse. Para o autor, quando Belzoni escreve seu diário de viagem, este já gozava de certa fama e, por isso, em suas narrativas, daria tanta ênfase para seus conhecimentos científicos, especialmente em hidráulica.

Com o fracasso de sua invenção, Belzoni fica sem dinheiro para se manter em terras egípcias, o que o faz pensar em deixar o local. No entanto, nessa mesma época Henry Salt, membro do conselho de administração do Museu Britânico, é nomeado cônsul-geral da Inglaterra no Egito e busca, a pedidos do diretor do Museu Britânico, Sir Joseph Bankes, constituir coleções de antiguidades. Ricos colecionadores também encomendam algumas peças a Salt. Em uma carta pública do Foreign Office destinada a Salt, é solicitado que ele "antecipe seus rivais franceses na coleta de materiais antigos" (Mayes, 2010: 23). Para isso, o cônsul britânico passa a contratar agentes que pudessem auxiliá-lo na busca por antiguidades egípcias, o que acaba interessando Belzoni.

À serviço do cônsul britânico e com financiamento, Belzoni viajou pelo Egito e regiões próximas entre os anos de 1816 e 1819 colecionando antiguidades e realizando importantes descobertas, as quais foram registradas em seu diário. Segundo Mayes, a primeira grande ação de Belzoni, enquanto antiquarista, foi a retirada do busto colossal de Ramsés II da cidade de Tebas e seu transporte para o Museu Britânico em Londres. Anteriormente, os franceses já haviam tentado remover o busto do templo de Karnak, mas não obtiveram sucesso, pois era quase impossível mover um bloco de pedra pesando entre 7 e 8 toneladas, transportá-lo por cima da areia fina e depois colocá-lo em um navio. Após a retirada do busto colossal de Ramsés II, o antiquarista passa os três anos seguintes viajando e fazendo outras importantes descobertas: abre e escava o templo de Abu Simbel, descobre tumbas reais no Vale dos Reis, abre a segunda pirâmide de Gizé, encontra a cidade perdida de "Berenice" e constitui grandes coleções de antiguidades egípcias, das quais muitas estão expostas atualmente em museus europeus.

Em 1819, quando Belzoni volta para Londres, decide organizar uma exposição no Egyptian Hall de Piccadilly, com a finalidade de apresentar ao público as peças que havia reunido nos quatro anos de atividade no Egito. Após sua morte, a exposição de Belzoni foi levada para Paris, nos mesmos dias em que Champollion escrevia a Lettre à M. Dacier, na qual desvendava o mistério da escrita hieroglífica. (Siliotti, 2007: 175). Belzoni foi homenageado pelo Regency London por ser um grande viajante e, enquanto estrangeiro, foi aprovado e homenageado por sua devoção aos interesses britânicos (Mayes, 2010: 12). Belzoni morreu um ano depois, em 3 de novembro de 1823, aos 45 anos, em um pequeno povoado nas imediações do rio Benin, na África equatorial, onde havia se dirigido com a ideia de explorar a cidade de Tombuctu. No entanto, Belzoni deixou, com a publicação de seu diário, diversos registros de suas operações em viagens.

A obra Narrative of the Operations and recent discoveries within the pyramids, temples, tombs and excavations in Egypt and Nubia and of a Journey to the Coasts of the Red Sea, in search of the Ancient Berenice and another to the Oasis of Juppiter Ammon, de Giovanni Belzoni, foi publicada no ano de 1820, na cidade de Londres e é composta por 483 páginas divididas em três capítulos: 'First Journey', 'Second Journey' e 'Third Journey'. No primeiro capítulo, Belzoni narra a sua chegada ao Egito, suas primeiras dificuldades ao lidar com os povos locais, a apresentação de sua invenção hidráulica ao vice-rei egípcio, o seu envolvimento com o antiquarismo e com os cônsules europeus e, por fim, a operação de retirada e o transporte do busto Colossal de Ramsés II para a Inglaterra.

No segundo capítulo, aparecem descrições a respeito de suas passagens por Tebas e Luxor, suas descobertas de templos e tumbas no Vale dos Reis, encontro de múmias humanas e animais, sua visita às pirâmides de Gizé e a descoberta da entrada de uma delas. No terceiro capítulo Belzoni narra sua volta para Tebas e a preparação para a viagem ao Mar Vermelho, a descoberta da cidade perdida de Berenice, retirada do obelisco da ilha de Philae para Alexandria e, finalmente, a descrição da viagem para o Oásis de Ammon. A obra conta, ainda, com um capítulo extra que foi escrito pela mulher de Belzoni, Sarah, a respeito dos costumes das mulheres do Egito, da Núbia e da Síria: "Mrs. Belzoni's trifling account of the women of Egypt, Nubia, and Syria".

Com a finalidade de ilustrar suas descobertas em viagens, Belzoni publica, junto com o diário, um atlas com 44 desenhos em aquarela feitos pelo próprio autor durante suas viagens (Fortyfour Plates Illustrative of the Researches and Operations of Belzoni in Egypt and Nubia). No mesmo ano de sua publicação a obra de Belzoni foi traduzida para diversas línguas, chegando às mãos de diversos pesquisadores, como Howard Carter, o descobridor da tumba de Tutancâmon, que, quase um século após sua publicação, definiu-a como "um dos livros mais fascinantes entre todos os escritos sobre o Egito" (Siliotti, 2007: 162).

No prefácio da obra, Belzoni deixa claras quais as razões que o teriam motivado a escrever sobre suas aventuras em terras não europeias:

> *Logo que cheguei à Europa, descobri diversos relatos errôneos sobre minhas operações e descobertas no Egito, o que pareceu ser minha obrigação publicar uma clara declaração de fatos [...] que talvez seja capaz de provar a verdade das minhas afirmações. (Belzoni, 1820: ix)*

A preocupação de Belzoni em levar a "verdade" para a Europa se mostra presente ao longo de toda a obra, pois, segundo Stanley Mayes, Belzoni e o cônsul-geral da Inglaterra, Henry Salt, teriam se desentendido após algum tempo trabalhando juntos e, por isso, cada um tentava contar uma versão sobre o que acontecera durante esse tempo.

## Reflexões sobre o Antigo E Moderno Egito: as Viagens de Giovanni Belzoni Contadas à Europa

Giovanni Belzoni, logo no prefácio de seu diário, deixa claro que a maior dificuldade encontrada ao longo de toda sua jornada por terras egípcias foi lidar com os povos que a habitavam. As reclamações do autor a respeito da cultura e do comportamento dos diferentes povos com que teve contato são recorrentes em sua obra e proporcionam, para o leitor, a imagem de um local completamente contrastante com a civilização que os europeus estão habituados. Como Belzoni passa muito tempo no Egito e em regiões próximas, ele conheceria a população local de forma mais profunda que outros europeus, o que, em sua opinião, o diferenciaria de um viajante comum, que acaba não convivendo um tempo suficiente com os orientais a ponto de conhecer "o caráter desses povos" (Belzoni, 1820: v).

> *Nenhum viajante jamais teve tais oportunidades de estudar os costumes dos nativos como foram oferecidas a mim, pois ninguém teve que lidar com eles de maneira tão peculiar. Minha constante ocupação era procurar antiguidades e isso me levou, nas diversas transações que tive, a observar o real caráter dos turcos, árabes, núbios, beduínos e tribos ababdy. Assim, eu era muito diferente de um viajante comum, que apenas faz suas observações sobre o país e suas antiguidades, ao invés de ter que persuadir essas pessoas ignorantes e supersticiosas para realizar uma tarefa difícil, nos trabalhos, com a qual eles estavam anteriormente totalmente desacostumados. (Belzoni, 1820: v).*

Em muitas passagens de seu diário, notamos esse distanciamento que Belzoni faz entre os egípcios e os europeus. Ao chegar ao Egito, Belzoni conta sobre as dificuldades de estar em um local desconhecido sem saber falar a língua local, além de enfrentar problemas como pragas e outras doenças que afetavam os estrangeiros. Na narrativa

do italiano, os orientais aparecem como povos não confiáveis e que estão sempre dispostos a tirar vantagem de alguém. Conforme Belzoni, antes mesmo de sua viagem ao Egito já teria recebido alguns conselhos de europeus sobre o local: "[...] a precaução que nos foi dada era a de nunca dar crédito ao que um árabe diz" (Belzoni, 1820: 6), e tal afirmação se repete em muitas partes de sua obra. Além disso, os orientais aparecem aos olhos do viajante como incivilizados, primitivos e bastante agressivos. Muitas passagens do diário, portanto, são destinadas à descrição dos povos que habitavam o Egito moderno e à forma como tratavam os viajantes estrangeiros. Segundo Belzoni, "o leitor, talvez, ache minha narrativa minuciosa demais; mas eu imploro que observe que é somente dessa forma que o verdadeiro caráter desse povo pode ser conhecido" (Belzoni, 1820: 48).

Apesar do choque inicial de Belzoni com a cultura egípcia moderna, aos poucos o viajante vai se acostumando com o local e passa a observar mais suas paisagens, descrevendo-as e construindo em sua narrativa um Egito contemporâneo, que é caracterizado por suas construções antigas e monumentais, suas paisagens exóticas e pelo povo diferente. Nesse sentido, as cidades do Egito contemporâneo são, de certa forma, um contraponto para o Ocidente, a versão oposta do que as cidades europeias e sua civilização representavam. Ao chegar à cidade do Cairo, o viajante se depara com uma paisagem completamente distinta do que está acostumado e em suas descrições dá ênfase para aquilo que contrasta com a sua realidade: as ruas tumultuadas, as vestimentas das pessoas, a forma como conversam, o cheiro desagradável do local, a belíssima paisagem ao se olhar para longe do centro, as feiras, as mercadorias que são vendidas, as antiguidades, danças, entre outros aspectos. Em outros momentos, Belzoni ressalta a exuberância das paisagens, contrastantes com o tumulto e a sujeira das cidades. Ao descrever a vista das pirâmides a partir da cidade do Cairo, o viajante demonstra estar extasiado com tudo aquilo que encontra: "a visão distante das menores pirâmides ao sul marcava a extensão daquela vasta capital, enquanto o solene e infinito espetáculo do deserto a Oeste nos inspirou com reverência ao todo-poderoso criador" (Belzoni, 1820: 6).

Após alguns meses no Egito, Belzoni acaba tendo cada vez mais contato com os orientais, primeiro por causa seu projeto hidráulico e, depois, com o seu trabalho de antiquarista. O viajante afirma ter passado por muitas dificuldades ao se estabilizar e se relacionar com seus habitantes e tais problemas só teriam diminuído na medida em que foi ficando conhecido pelo povo. Belzoni critica os costumes dos nativos e descreve inúmeras histórias em que acaba se indispondo com estes, principalmente com os chefes locais, que muitas vezes tentavam impossibilitar seu trabalho como antiquarista, chegando a ameaçá-lo com armas ou agressões físicas: "Em um país onde respeito apenas é dado ao mais forte, vantagens sempre serão tiradas do mais fraco" (Belzoni, 1820: 47).

Em seu diário, Belzoni faz uma constante comparação das civilizações europeias e egípcias, demonstrando sempre, e de diversas maneiras, os benefícios da presença dos europeus neste local e também sugerindo certa superioridade destes, principalmente em questões de negociação, honestidade e amizade. A influência da Europa no Egito é algo considerado positivo pelo viajante, principalmente por questões de desenvolvimento tecnológico e econômico e, por isso, Belzoni mostra certa admiração pelo vice-rei, por ser aberto a essas tecnologias e estar em constante busca por inovações: "o vice-rei parecia estar bem ciente dos benefícios que podem ser derivados do incentivo às artes da Europa em seu país, e até já colheu alguns frutos dessa relação" (Belzoni, 1820: 15).

Ao narrar sobre suas dificuldades em encontrar homens que pudessem trabalhar na retirada do busto de Memnon – Ramsés II – do templo de Karnak, o viajante mostra sua decepção ao conversar com o Cacheff, ou chefe local, que se recusa a oferecer seus homens para o trabalho. Com isso, Belzoni reafirma sua perspectiva, na qual os habitantes do Egito lidariam com outras pessoas somente a partir de seus próprios interesses. Porém, o viajante afirma que, ainda assim, há algumas exceções entre esses povos, como entre os europeus há também aqueles que se aproveitam de situações e pessoas. Essa comparação feita entre europeus e egípcios mostra que o viajante preestabelece características a essas pessoas, considerando que os europeus, em geral, além de mais civilizados seriam mais honestos do que os egípcios. Essa questão pode ser notada também em outra passagem do diário, em que Belzoni visita o templo de Edfu e, impressionado com a magnificência do local e das construções lamenta o estado de conservação do edifício e a quantidade de lixo a sua volta. Segundo o italiano, os árabes que o habitavam pouco se importavam com a beleza e antiguidade do templo.

> *No dia seguinte, eu fiz uma inspeção rápida no templo daquela cidade. Ele está muito sobrecarregado com lixo, e apenas o pórtico pode ser visto; mas a bela variedade e belas capitais em forma de colunas, bem como as figuras zodiacais no teto, anunciam que era um dos principais templos do Egito [...] e é uma grande pena que esses belos edifícios sejam habitados por árabes sujos e seu gado. (Belzoni, 1820: 56)*

Ao pensarmos sobre essas questões e discursos contidos no diário, notamos que os diversos povos com quem Belzoni manteve contato no Egito são classificados e descritos ao Ocidente como povos providos de hábitos imorais, brutos e sem educação, seja pela forma como comem, dançam ou se relacionam. Seriam povos que não contariam com muita inteligência e racionalidade, a não ser que precisassem tirar vantagem de alguém ou alguma situação. Nesse sentido, os egípcios foram representados como um viajante europeu, nas condições e contexto de vida de Belzoni, os via.

Em contrapartida, os europeus também eram classificados na narrativa de Belzoni e aparecem como representantes da civilização, providos de tecnologia e desenvolvimento e, por isso, o oriente era encarado com certa estranheza, ao ser contrastado com os hábitos e costumes ocidentais. Como afirmou Edward Said na obra Orientalismo, muitas vezes o Ocidente acaba adquirindo a importância de uma autoridade paternal em relação ao Oriente, capaz de guiá-lo ao caminho da civilização e evolução, uma vez que estava em um estágio avançado de desenvolvimento tecnológico e, também, moral. (Said, 1990: 42) A presença ocidental no Oriente, dessa forma, diversas vezes pode ser justificada pelas intervenções feitas com propósito evolutivo, que levariam a um desenvolvimento civilizacional. Dessa forma, o Ocidente conhece e sabe o que é bom para o Oriente "mais e melhor do que poderiam possivelmente saber eles próprios" (Said, 1990: 44).

Se quando Belzoni chega ao Egito, ele mostra estar completamente chocado com a cultura local e costumes de seus habitantes, por outro lado, ao ver a cultura material deixada pelos antigos egípcios, demonstra estar perplexo e maravilhado: "Para onde quer que os olhos se voltem, onde quer que a atenção seja fixada, tudo inspira respeito e veneração […]" (Belzoni, 1820: 35). Não apenas os objetos antigos maravilhavam o viajante, mas também as paisagens exóticas, descritas em detalhes em seu diário, contadas ao mundo ocidental com muita fascinação. Nesse sentido, podemos perceber na narrativa de Belzoni a presença do deslumbre e encanto às maravilhas que encontra no Egito, sejam elas naturais ou construídas pelo homem no passado, que motivam o viajante a dar descrições detalhadas estabelecidas por seu olhar e que vão, aos poucos, delineando e construindo um passado egípcio glorioso repleto de monumentos e tesouros valiosos. Com isso, notamos que o olhar de Belzoni seleciona aquilo que é admirável, e com sua fascinação pelos grandes monumentos procura naquela antiga sociedade os indícios do apogeu de uma civilização desenvolvida.

Após conhecer uma das tumbas de Hermopolis, e com base em outros monumentos e peças vistas antes, Belzoni conclui que os egípcios antigos teriam sido um povo glorioso "Pelo que tenho visto das tumbas nessas montanhas, eu sou da opinião que Hermopolis foi habitada por grandes pessoas, e nada pode dar ideia mais justa da condição dos egípcios do que a qualidade das tumbas em que eram enterrados" (Belzoni, 1820: 30). À medida que Belzoni vai se envolvendo com o antiquarismo, passa a comparar a civilização egípcia antiga com os modernos egípcios, sendo sua principal preocupação em compreender como uma civilização tão grandiosa como a egípcia antiga, que produziu tantas maravilhas, teria se tornado aquela sociedade que Belzoni tinha diante de seus olhos, totalmente incivilizada, com hábitos imorais e que pouco se preocupava em preservar os resquícios de seu glorioso passado:

> *À Oeste do Nilo, o viajante ainda se encontra entre as maravilhas. Os templos de Gournou, Memnonium e Medinet Aboo, atestam a extensão da*

> *grande cidade deste lado. As incomparáveis figuras colossais nas planícies de Tebas, o número de tumbas escavadas nas rochas, [...] com suas pinturas, esculturas, múmias, sarcófagos, figuras, etc. são todos objetos dignos de admiração do viajante; que não deixará de se perguntar como uma nação, que uma vez foi tão grandiosa e que ergueu estes edifícios estupendos, poderia agora cair no esquecimento, e mesmo a sua linguagem e escrita se tornaram totalmente desconhecidas para nós. (Belzoni, 1820: 38).*

Em outra passagem, Belzoni compara nitidamente o Egito moderno com o antigo, de forma a classificar este como superior àquele:

> *Ao olhar para um edifício de tal magnitude, acabamento e antiguidade, habitado por um povo selvagem, cujas cabanas estão presas nele, não muito diferente de ninhos de vespas, e para contrastar suas roupas sujas com estas imagens sagradas, que já foram tão altamente veneradas, faz sentir fortemente a diferença entre o antigo e o moderno estado do Egito. (Belzoni, 1820: 38)*

Ao analisarmos a passagem acima podemos pensar numa possível aproximação entre Egito Antigo e a Europa moderna que, mesmo que distantes temporalmente, se aproximam pelo grande nível de desenvolvimento e imponência destas civilizações. Por meio do discurso de Belzoni, quando é feita essa separação entre um presente egípcio considerado negativo e atrasado e um passado glorioso e deslumbrante, é justificada, de certa forma, a "missão civilizadora" que os europeus teriam para com os egípcios modernos. De certa forma, a presença europeia no Egito é legitimada no discurso do italiano, bem como a apropriação e espoliação das peças referentes ao seu passado antigo.

Na narrativa de Belzoni, é possível notar, também, que o viajante atribui valor às peças que encontra ao longo de sua viagem, exaltando as que ele considera mais valiosas, sugerindo que o melhor destino para esses artefatos fosse a Inglaterra. Nesse sentido, a invasão britânica no Egito teria a intenção de preservar tais antiguidades e dar a elas um destino, porém apenas as peças consideradas de valor estariam incluídas em tais planos. Como exemplo, pode-se perceber o entusiasmo de Belzoni ao ficar de frente com o Busto Colossal de Ramsés II – peça que foi retirada do Egito por ele e enviada ao Museu Britânico, onde até hoje se encontra: "Assim que eu entrei naquelas ruínas, meu primeiro pensamento foi examinar o busto colossal que eu teria que levar embora. Eu o encontrei perto dos restos de seu corpo e cadeira, com sua face para cima, aparentemente sorrindo para mim ao imaginar ser levado para a Inglaterra" (Belzoni, 1820: 39). Tal afirmação de Belzoni passa a sensação de que a cultura material por ele encontrada teria vontade própria e, neste caso, teria escolhido a Inglaterra como porta-voz de seu passado. Temos, aqui, a sensação de uma missão enviada do passado aos países modernos, de um passado que fala e que precisa ser resgatado.

Belzoni descreve, também, em seu diário sobre como os antiquaristas – incluído o próprio autor da obra – coletavam os artefatos, sem muitas preocupações científicas ou métodos para a preservação das peças, uma vez que a Arqueologia ainda não se constituía uma ciência. Conforme Rosalie David, o viajante tem sido muitas vezes comparado, em pesquisas históricas e biográficas, de forma negativa com cientistas e arqueólogos que estiveram no Egito posteriormente. (David, 1999: 16). Para a pesquisadora, tal comparação se mostra sem fundamentos, pois quando Belzoni fez suas descobertas no Egito, a Arqueologia começava a surgir na Europa e, portanto, seria anacrônico exigir que Belzoni utilizasse técnicas que estavam começando a ser estudadas. Ainda assim, na opinião de David, Belzoni "é inegavelmente uma inspiração e um prolífico escavador e teve um importante papel no desenvolvimento da área" (David, 1999: 16).

Muitas vezes, os escavadores acabavam destruindo algumas peças ou monumentos em favor de outras, apenas utilizando como critério o valor que acreditavam que as peças teriam. De acordo com as próprias palavras de Belzoni para que pudessem retirar o Busto de Ramsés II, tiveram que destruir algumas colunas do templo em que este se encontrava. Outro exemplo interessante é a forma como as múmias encontradas em uma tumba são tratadas pelo viajante, que pouco se preocupa em preservá-las, esmagando e quebrando diversas delas para que pudesse passar, ou as utilizando como apoio nas horas em que precisava descansar.

Segundo o historiador Moacir Elias Santos, Giovanni Belzoni teria vivido em uma época que é considerada "Era dos Antiquaristas", quando a Arqueologia estava no início de sua trajetória. Tal período era caracterizado pela intensa busca por artefatos antigos sem qualquer preocupação científica e, por isso, os métodos empregados na coleta dos objetos não tinham limites, muitas vezes causando danos aos artefatos encontrados. (SANTOS, M. 2012: 5). Com estes, os antiquaristas conseguiam vender grandes coleções para os museus europeus e colecionadores privados.

## O Egito e a Construção da Identidade Nacional Britânica

Com base nas passagens do diário de Belzoni discutidas no item anterior, compreendemos diversas questões a respeito da importância dos viajantes e de seus relatos na legitimação identitária nacional europeia durante o século XIX. A representação do Oriente por meio dos discursos contidos nos diários de viagens e da cultura material proveniente das escavações, muitas vezes, possibilitava ser uma ferramenta de dominação cultural para as recém-formadas nações, que teriam como base o conhecimento e o poder (Junqueira, 2008: 13). A partir disso, o Oriente passa a

ser capturado pelos relatos dos viajantes, em outras palavras, descrito e classificado pelo olhar ocidental, impregnado de intenções e ideologias. Posteriormente, esses relatos foram estudados e representados por meio dos estudos de Etnologia, Arqueologia, Antropologia e Filologia. O conhecimento das civilizações ocidentais acabou instigando estudos cada vez mais científicos sobre o passado, então, diversas disciplinas surgiram e desenvolveram nesse contexto.

Com base nessas questões, podemos considerar que construção de identidades europeias modernas teria tido como base o desenvolvimento da Arqueologia, já que esta possibilitava apresentar traços da cultura de diversos povos não europeus, por meio da representação europeia do "outro". (Junqueira, 2008: 14). É nesse contexto que também se desenvolve a Egiptologia durante o século XIX, estudo específico das sociedades egípcias antigas por meio da cultura material e escrita encontrada pelos arqueólogos e antiquaristas. Assim como a Arqueologia, a Egiptologia auxilia na representação do "outro", uma vez que muitos europeus tiveram seu olhar voltado para o Egito.

Tais questões nos remetem às discussões de Margarita Diaz-Andreu, a respeito da consolidação da Arqueologia como uma ciência profissional na Europa. Segundo a pesquisadora, o estudo do passado passa a ganhar um papel relevante na constituição e afirmação das Nações europeias, com o crescimento das políticas imperialistas e com o advento do nacionalismo, que levou diversos estados a financiarem a criação de um corpo profissional de arqueólogos ao longo do século XIX. Nesse contexto, a arqueologia passa a ser ministrada como disciplina nas universidades e diversos museus são criados para expor os objetos antigos que continham um passado digno de ser representado pelas recém-criadas nações (Diaz-Andreu, 2001: 17). Para a historiadora, os artefatos expostos nos museus justificavam a crença de que era dever das nações civilizadas de ajudar àquelas mais atrasadas a se desenvolverem e, dessa forma, a colonização também seria justificada (Diaz-Andreu, 2001: 17).

A expansão britânica e invasão do Egito no século XIX teriam facilitado o envio de expedições para o local, com a finalidade de coletar peças para a formação de coleções de antiguidades egípcias nos países europeus, época em que as escavações se intensificam, agora com bases mais científicas. Estudar e compreender esse movimento de expansão e interesses políticos permite um conhecimento mais crítico e amplo a respeito das interações entre passado e presente feitas na modernidade, além de sua contribuição para afirmações nacionais modernas por meio da utilização da imagem das sociedades e cultura material antigas. Possibilita notar que os interesses expansionistas não se restringiam apenas a interesses políticos e econômicos, mas também a aspirações ideológicas e culturais. Com isso, compreendemos que a política britânica no Egito auxilia na construção de uma noção de inferioridade dos egípcios na

modernidade, e tal discurso a respeito do "outro" teria contribuído de forma significativa para a legitimação de seus interesses e da busca por afirmações nacionais.

Dessa forma, percebe-se, então, que Belzoni ao narrar e representar o egípcio – tanto antigo quanto moderno – em suas passagens acaba, paralelamente, construindo uma identidade europeia e, mais ainda, uma identidade britânica. Belzoni descreve em sua narrativa dois "Egitos", que são contados à Europa com base em ideologias e pensamentos ocidentais. De um lado, estaria o Antigo Egito, um lugar exótico e imponente, atraente pela grandiosidade de seus monumentos e cultura material, provenientes de um passado remoto. Por outro lado, estaria o Egito Moderno habitado por árabes e muçulmanos com costumes imorais e corrompidos, representando um papel de antagonista em relação ao europeu, que buscaria sempre afirmar a sua superioridade. Sendo assim, o discurso de Belzoni acaba justificando a invasão europeia e inglesa no Egito, que teria a intenção de levar a civilização a esses povos, preservar seu passado glorioso por meio de sua cultura material e, por fim, ao comparar europeus e egípcios, auxiliar na instituição de uma identidade completamente oposta às características egípcias.

Apesar do deslumbre de Belzoni pela terra dos faraós, por sua antiguidade e por seus esplendores monumentais e arquitetônicos, o viajante o desvaloriza em sua contemporaneidade. O viajante traça uma clara distinção entre "nós", civilizados ocidentais; e "eles", bárbaros orientais, reforçando, desta forma, uma identidade europeia e, como se considera britânico, também inglesa. Neste contexto, percebemos que o Egito é descrito por Belzoni não como realmente é, mas como foi visto e classificado pelo e para o europeu ou, como diria Edward Said, "não um oriente como ele é, mas o Oriente como foi orientalizado" (Said, 1999: 155). Além disso, ao descrever e diferenciar o moderno Egito de seu passado, o viajante faz uma aproximação entre Egito Antigo e a Europa moderna em seu discurso, destacando que tais civilizações tinham muito em comum por seu nível de desenvolvimento e grandiosidade. Tal pensamento poderia levar muitos europeus a acreditarem e se sentirem mais donos do passado egípcio do que os próprios egípcios que ali viviam durante o século XIX e, por isso, a pilhagem e espoliação da cultura material aconteceriam de forma indistinta. Dessa forma, as narrativas de Belzoni auxiliam na formação de uma identidade britânica no sentido de que contribuiriam para a disseminação da imagem buscada para a nação que estava se formando: uma nação civilizada e evoluída, diferente da forma primitiva em que era conduzida a vida no Egito.

## Considerações Finais

Ao analisarmos algumas passagens do diário, percebemos que Belzoni justifica, em seu discurso, a presença europeia no Egito, em especial a inglesa, o que pode ser percebido de duas maneiras: em primeiro lugar, pela forma como Belzoni se refere aos povos nativos como povos sem civilização, passando a ideia de uma superioridade dos europeus, em que estes estariam levando a civilização aos árabes, além de resgatar e conservar seu passado egípcio. Suas percepções em relação ao Egito moderno estavam muito próximas daquelas oriundas do discurso orientalista, com a intenção de classificar e descrever o Oriente para o Ocidente. Após o contato dos europeus com os egípcios modernos, o olhar e o discurso do viajante destacam que o Oriente se torna o oposto do europeu; sendo um local que possibilita a comparação da cultura europeia com outras diferentes culturas e a afirmação de sua suposta superioridade. Nesse sentido, o Oriente foi observado por Belzoni como um espelho invertido, um contraponto daquilo que o viajante, como ocidental e europeu, almejava para sua própria representação e identidade.

Em segundo lugar, ao interpretar a cultura material egípcia antiga que encontra ao longo de sua viagem, Belzoni justifica a presença europeia no Egito, além de atribuir valor às peças e exaltar as que considerava mais valiosas, sugerindo que o melhor destino para estes artefatos fosse a Inglaterra. Como resultado dessa dominação, ocorre a pilhagem da cultura material e, também, de riquezas das sociedades orientais, como no caso da cultura material egípcia antiga, que acabava sendo vista como propriedade dos invasores europeus, que removiam tais artefatos para a Europa para compor os acervos particulares e dos museus nacionais.

Sendo assim, esta pesquisa nos permitiu perceber que a conservação dos artefatos do Antigo Egito contribuiu para que fosse criada uma ideia de herança cultural, que ao mesmo tempo em que aproximava grandes civilizações - europeia moderna e egípcia antiga - pela grandiosidade de seus feitos e cultura, as afastava - moderno Egito da civilização ocidental -, enfatizando que a terra dos faraós, no estado de selvageria que se encontrava no século XIX, habitado por árabes e muçulmanos, não teria condições de conservar um passado imponente que, no sentido de civilização e desenvolvimento, tinha muito mais a ver com o Ocidente.

Dessa maneira, percebemos como a construção do passado, na obra de Belzoni, está ligada com aspectos recorrentes da época em que o viajante escreve e, portanto, questões de raça e etnicidade se mostram presentes em toda a sua narrativa. Estudar e problematizar tais questões significa contextualizar e desconstruir preconceitos arraigados nos discursos europeus oitocentistas, pois muitas vezes essas construções são retomadas e propagadas por diferentes épocas. Além de permitir um conhecimento

mais crítico a respeito do passado estudado – Egito Antigo e Moderno -, rever essas representações do passado se mostra de suma importância, também, para debates atuais sobre racismo e etnicidade, possibilitando recolocar tal civilização num contexto mais africano, que muitas vezes é deixado no esquecimento.

## Referências

Corpus Documental

BELZONI, G. B. Narrative of the operations and recent discoveries within the pyramids, temples, tombs, and excavations, in Egypt and Nubia. London: printed by Thomas Davison, 1820.

## Bibliografia

BERNAL, M. "A imagem da Grécia antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia", in: Repensando o mundo antigo – Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier (Funari, P.P.A. – org). Textos Didáticos n° 49, IFCH/UNICAMP, 2005. 119-128, 1994. Traduzido por Fábio Adriano Hering e revisado por Pedro Paulo A. Funari.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

_____. Peter (Org.). O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

DAVID, R. Handbook to life in Ancient Egypt. New York: Oxford University Press, 1999.

DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo e Arqueologia: O contexto político da nossa disciplina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

FONTANA, Josep. Historicismo e Nacionalismo. In: A História dos Homens. Bauru. Edusc, 2004

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P A.; RAGO, M. Subjetividades antigas e modernas. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson José. Teoria da História. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Pedro Paulo A. "Guerra do Peloponeso". In: MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19-45.

GARRAFFONI, R. S.; STOIANI, R. Escavar o passado, (re)descobrir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. Revista de História da

GARRAFFONI, R.S., "Guerras Púnicas", in: História das Guerras (Magnoli, D., org.), Editora Contexto, S.P., 2006, p. 47-75. Arte e Arqueologia, Campinas, nº 06, Dez. 2006, p. 69-82.

HARTOG, François. O espelho de Heródoto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HINGLEY, R. O imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha, Annablume/Fapesp, 2010.

HUME, Ivor Noel. Belzoni: the giant archaeologists love to hate. Virginia. University of Virginia Press. 2011.

JENKINS, Keith. A História repensada. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.

JUNQUEIRA, N. M. Uma viagem ao antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert. História. Questões e Debates, v. 48/49, 2008, p. 01-20.

MAYES. S. The Great Belzoni: The circus strongman who discovered Egypt's treasures. Tauris Park Paperbacks. London, 2010, p. 23 e 107-109.

OLIVIER, Laurent. As origens da arqueologia francesa, in Repensando o Mundo Antigo. Trad. Glaydson José da Silva. Textos didáticos n. 49, IFCH/UNICAMP, 2003.

RAGO, M. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, K. Repensando a História. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 11.

_____., L. M. A "nova" historiografia brasileira. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, p. 73-97, 1999.

REIS, J. J. "Introdução". Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Moacir E. Das Necrópoles Egípcias para a Quinta da Boa Vista: Um Estudo das Partes de Múmias do Museu Nacional. Revista Mundo Antigo – Ano I – Volume – Junho – 2012.

SILIOTTI, A. Primeiros descobridores: a descoberta do antigo Egito. Barcelona: Folio, 2007.

VERCOUTTER, J. Em busca do Egito esquecido. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. Pg. 54.

# Discovering Ancient Egypt in Modernity: The Contribution of an Antiquarian, Giovanni Belzoni (1816-1819)[30]

Natascha de Andrade Eggers[31]

## Abstract

The main objective of this article is to allow a better understanding of the relationship between the British Empire and Ancient Egypt, and show the ways through which European countries – and particularly Great Britain – used the image of the Egyptian civilization to build a national identity and memory. Antiquarians who travelled to search for exotic antiquities had a very important role in this process because they left in their notes a record of their thoughts about the cultures of the places they visited and about the material culture they found there. These memories and reports circulated in Europe and were regarded as a source of knowledge, since they offered a version of the unknown "other" and reported the travelers' interpretations of the past and present of foreign places. In this article I analyze the journal of one of these antiquarians, Giovanni Belzoni, in order to understand how his discourse may have corroborated the construction of a national identity, since he helped to form a large collection of Egyptian pieces of the British Museum, in England.

## Keywords

Giovanni Belzoni; Ancient Egypt; antiquarianism in the Eastern World, uses of the past, material culture, national identity.

---

[30] Translated by Patricia de Freitas Camargo.

[31] Master's Student (History), CNPq Fellow. Federal University of Paraná – Curitiba, PR, Brasil. e-mail: natascha.aeggers@gmail.com

## Resumo:

O principal objetivo do presente artigo é compreender a relação entre o Império Britânico e o Antigo Egito, a fim de demonstrar como os europeus, em especial os britânicos, utilizaram a imagem da civilização egípcia para a construção de uma identidade e memória nacional. Dessa forma, destaca-se o relevante papel que os viajantes antiquaristas tiveram neste processo, pois ao realizarem suas viagens deixavam registradas todas as suas impressões a respeito das culturas dos locais por onde passavam e, também, da cultura material que encontravam. Tais relatos eram constantemente lidos na Europa e utilizados como fonte de conhecimento, pois traduziam para o europeu o "outro" e relatavam suas interpretações a respeito do passado e presente de determinado local. Dessa forma, analiso o diário de viagem do antiquarista Giovanni Belzoni com a intenção de compreender como seu discurso pode ter contribuído para tal afirmação nacional, uma vez que este ajudou a construir uma grande coleção de peças egípcias do Museu Britânico, na Inglaterra.



## Palavras-chave

Giovanni Belzoni; Egito antigo; antiquarismo no Oriente, usos do passado, cultura material, identidade nacional.

## Introduction

During the 19th century the new national states of Europe had a growing interest in building a history or collective memory that could ground the constitution and affirmation of national identities. In this context, historical and archeological studies, which started to be regarded as scientific disciplines, were used as instruments to legitimate the "origin" of those Nations. The interpretations produced in the fields of Archeology and History became a bridge that allowed Europe to have information about different societies of non-European territories. As such, these disciplines have not risen as discursive mirrors of reality, but as political, economical, and ideological instruments, forged from the rivalry between European nations in search of their own recognition as nation-states. Therefore, the consolidation of a national history and of a unique national character became an important issue in that period. The constitution of places of memory such as national museums was an essential strategy in this process, as they exposed artifacts that allowed the construction of a national heritage.

Rivalry between new European states led them to adopt expansionist policies, and also to search for symbols of that expansionism, such as antiquities of unknown peoples and territories, mainly from the Eastern World, in order to increase their museum collections. In this context, travelers who collected antiquities in different territories had an important role in the construction of a national memory, as they carried information from one place to the other. Most of these travelers took notes of everything they could see, often describing in detail lands and peoples they visited in travel journals. These journals were an important record of expeditions, and had a wide circulation in Europe as main sources of information about "other" people and "other" lands. They also contained interpretations about the past and present of the places and peoples described in them, and for this reason they are important today for the understanding of the way Modernity regarded the Ancient World. This article intends to offer an analysis of some of these interpretations, in particular, the journal of an Italian antiquarian, Giovanni Belzoni, who traveled in Egypt between 1816 and 1819, focusing on the way antiquarians, administrators and political agents made use of Ancient Egypt to design the idea of a national identity and to legitimate expansionist policies. In his travel journal, Belzoni left a very detailed record of all expeditions he took part, and also of his work as antiquarian, collecting many valuable artifacts that constitute a significant part of the great Egyptian collections of the British Museum, in England.

Rather than the past itself, this analysis regards a particular *use of the past*, a perspective opened by the end of 20th century in historical studies, which concerns the meaning of Antiquity in modern and contemporary times. From this perspective, the research focus shifts from Antiquity to the different views and uses of Antiquity: as part of a cultural heritage and as basis to define historical continuity. An important reference for this research perspective is the work of Martin Bernal about the role played by the Ancient World in the

definition of modern politics (Bernal, 2005: 224). History is considered by this author as a representation of the past, and, therefore, as the product of a subjective view. In this sense, each epoch would be influenced by the values of its present time, and would rescue from the past the elements that could satisfy present needs.

In his works, Bernal examined the way in which Antiquity became a reference for many nations as an important part of nationalist discourse, as basis for the definition of national identities, and as means to legitimate political interests. This new perspective has led to a shift in Ancient History research – involving both historians and archeologists – regarding principles and methodological procedures, which resulted in a new series of works, interpretations and debates about modern uses of history. This new trend has gained ground in the most recent research about Ancient History, providing less normative and less conservative views of the past, adopting a rather critical approach (Funari, 2005: 119), and has been followed by a great number of historians and archeologists engaged in the study of modern and contemporary appropriations of Antiquity.

This article is divided in four sections. The first one, *Ancient Egypt in Modernity*, regards the (re)discovery of Egypt in modern times, the presence of travelers in there, and the exploration of material culture. The second section, *Giovanni Belzoni and antiquarianism in the early 19th century*, presents aspects of the life of Giovanni Battista Belzoni and of the antiquarian practice in the 19th century. The third section, *Reflections about Ancient and Modern Egypt: Belzoni's travels narrated to Europe*, presents Belzoni's journal, in which he recorded his discoveries and impressions during his stay in the Pharaoh's lands. The fourth and last section, *Egypt and the construction of a British national identity*, presents an analysis of Belzoni's discourse, discussing the ways in which it regards and designs the image of the British Empire in that time.

## Ancient Egypt in Modernity

According to the historian Natália Monseff Junqueira, Ancient Egypt has fascinated other societies since Antiquity, and the interest in Egyptian material culture has been noted in various civilizations throughout time (Junqueira, 2008: 2). It was in Renaissance, though, that a restless search for Egyptian antiquities attracted many travelers to Egypt, and this search lasted until the 20th century. Antiquarians and also archeologists carried out a massive transfer of artifacts from their places of origin to Europe. Paintings, jewels, mummies, papyri, and sculptures could be found in private collections, and later in museum collections (David, 1999: 8). According to Rosalie David,

> *As a result of the intensified interest since the Renaissance in acquiring antiquities, foreign collectors started to conduct their own excavations in Egypt.*

> *Incredibly, they were able to obtain permission from Egypt's Turkish rulers to remove the contents from tombs and cut out wall decorations and inscriptions from tombs and temples, thereby accelerating the "treasure hunting," with excavators and agents from different countries competing to obtain the finest pieces. Meanwhile, the main aim of this exercise was to supply wealthy patrons with the objects they desired rather than to advance Egyptology. (David, 2003: 8).*

Nevertheless, in late 18th century and during the 19th century, Ancient Egypt also attracted the attention of scholars with scientific purposes, and research was widely encouraged by European nations, which established consulates in Egypt. As a result of this new interest, many artifacts were exhibited in national museums, like the British Museum and the Louvre Museum. According to David, two events were extremely important for the development of a discipline dedicated to the past of Egypt: the military expedition of Napoleon Bonaparte (1769-1821) to Egypt, and the deciphering of Egyptian hieroglyphs by Jean-François Champollion (1790-1832), which allowed a better understanding of Egypt in the West.

This is the context in which Egyptology rose during the 19th century as the study of ancient Egyptian society through its written and material culture, collected by archeologists and antiquarians. According to Jean Vercoutter, it was precisely in the 19th century that Egypt was re-discovered in Europe: "One could say that from one day to the other, without exaggeration, a craze for Egypt took place. From 1802 to 1830 distinguished travelers from France, Germany, England and Switzerland went there to search for [...] Egyptian wonders." (Vercoutter, 2002: 54[32])

With the development of Egyptology, the European presence in Northeast Africa became an everyday event, and the spoliation of objects produced by the old civilization that flourished there was a regular practice. Antiquarians and scholars traveled to Egypt and recorded in their journals and notes a detailed account of what they found there: material culture, people, lands. The narratives and drawings of these travelers, "produced during their pilgrimage, contributed to keep the increasing fame of Egypt in that time." (Vercoutter, 2002: 54) Thus, both ancient and modern Egypt have been pictured in written discourse and images, which circulated in Europe and were regarded as sources of trustful information about the country.

Representations of the ancient and modern Egypt produced in the 19th century usually emphasize exotic landscapes, great monuments, and also the differences between Egyptian and European habits. This emphasis on the "otherness" and difference can be considered under the light of the ideas of François Hartog: "say the 'other' is to postulate he is different from us; it is to say that there are two terms, A and B, and that A is not B." (Hartog, 1999:

[32] Free translation from Portuguese. (T.N.)

229). For Hartog, the question for the narrator is how to represent persuasively the world, which is the subject of his narration as the "other", *in* the same world. Hartog's rhetoric of otherness consists of a translation process, which aims to bring the "other" to its world through narration:

> *In order to translate difference, the traveler has at his disposal the figure of inversion, through which otherness is transcribed as anti-sameness. There is no A and B, but simply A and the inverse of A. The project of such discourse is to speak about the same. (Hartog, 1999: 229)*

Thus Egypt was translated to Europe in terms of European values and habits, and for this reason difference is a remarkable and recurrent aspect of travelers' narratives. These narratives conveyed information about Egyptian people and about their antiquities, and had a wide circulation. In other words, they became a primary source of information and opinions about ancient and modern Egypt. Their authors established a subjective narrative place based on their interpretations and impressions. Most times their discourse consolidated a particular image of Egypt in Europe: it was described as an exotic and mysterious land, with a glorious past, but also as a sort of inferior, non-civilized place.

In *Orientalism: Western conceptions of the Orient*, Edward Said discusses the way the West translated, and even invented the Orient for itself. For Said, the East has always attracted the interest of the West, particularly of Europeans, and for this reason the oldest, richest, and well-established European colonies are found there. Furthermore, the East is also a rival of the West in terms of culture, one of the most remarkable and recurrent images of the "other". According to Said, it is precisely the contrast between this image of the East and that of the West that has participated in the designing of an image of Europe (Said, 1990: 27). Orientalism is the name that the author gives to the Western discourse about the Orient, a discourse present in Western imagination since the 19th century. Orientalism has other intermingled meanings, though: in first place it could be regarded as a form of expression about the Orient based on its importance to Europe; it could be considered as an academic discipline, or the work of a scholar who studies the Orient; a form of reflection founded on an ontological and epistemological distinction between East and West; and, finally, a Western form that legitimates the presence, authority and control of the East by the Western world. In short, "Orientalism [...] is the whole network of interests inevitably brought to bear on (and therefore always involved in) any occasion when that peculiar entity "the Orient" is in question." (Said, 1990: 30)

> *Orientalism is premised upon exteriority, that is, on the fact that the Orientalist, poet or scholar, makes the Orient speak, describes the Orient, renders its mysteries plain for and to the West. He is never concerned with the Orient except as the first cause of what he says. What he says and writes, by virtue of the fact that it is said or written, is meant to indicate that the Orientalist is outside the Orient, both as an existential and as a moral fact. The principal product of this exteriority is of course representation: [...] the Orient is transformed from a very far distant and*

> *often threatening Otherness into figures that are relatively familiar. (Said, 1990: 51)*

According to Said, Orientalism is essentially an Anglo-French cultural enterprise, since these nations were the first to establish colonies in the East and because they dominated the region from the 19th century until the end of the Second World War. Thus, Orientalism is a cultural and political fact, by which the East is incorporated by Western discourse. It is against this image of the East that the European culture consolidated itself as a form of identity, in contrast with the Orient. The Western reflections about the East invented the place as a form of difference, which was necessary to establish the limits of its own character. The Orient was produced as an inverted image of the West, reinforcing the European ideological hegemony over the Orient as a form of superiority in relation to Eastern backwardness.

This relationship between Europe and the Orient is far from being a simple one, for the Orient can be regarded as a creation, but not a creation lacking reality. (Said, 1990: 32) According to Said, it would be a mistake to believe that the Orient was created to fulfill the needs of European imagination, for the relationship between the West and the East have always been a relation of power and domination. "The Orient was Orientalized not only because it was discovered to be "Oriental", but also because it *could be* – that is, submitted to being – *made* Oriental" (Said, 1990: 32). Therefore, the interaction of West and East was established in relations of power and domination, which ended in the Western hegemony over the East.

From these considerations, one can notice that modern European national states engaged in a nation-building project in which the definition of a national identity was strongly influenced by the contrasting image of other cultures. In this context, the Orient and Orientalist discourse were present in the reflections intellectuals, travelers and even politicians who wrote about the East and, particularly, about Egypt. The discourse of travelers conveyed to the West their impressions about the East, often attributing new meanings to the cultures they met – both ancient and modern Egyptian cultures. This is the context in which the travel journal of the Italian traveler Giovanni Belzoni was produced, as a relevant collection of impressions of a 19th century antiquarian about Egypt.

## Giovanni Battista Belzoni and Antiquarianism in the Early 19th Century

Giovanni Battista Belzoni was born in Padua, in Italy, in 5 November 1778. According to Ivor Noel Hume, the author of one of his biographies, Belzoni was a tall, extremely strong, and handsome man, a description reported by his contemporaries (Hume,. 2011: 6). At the age of 17 Belzoni moved to Rome in order to study hydraulics; but in that time the political scenery

in Europe was stormy due to the military campaign of Napoleon. When Rome was invaded by the French army, Belzoni moved first to Paris, and then to Holland, places where he did not stay for long. In 1803 he moved to England, where he lived for nine years and was admitted for citizenship (Huem, 2011). To make a living, Belzoni sold water toys of his own invention in fairs, and took part in circus performances in many English cities – including the Sadler's Wells Theatre, in London. He took advantage of his strong physical constitution to act as 'strongman', showing feats of strength (Siliotti, 2007: 196).

It was also in England that Belzoni met his wife, Sarah, who accompanied him in his travels and expeditions in Europe and Africa. In 1812 they decided to leave England and start travelling. They visited Portugal, Spain and Malta, where they arrived in 1814. In Malta Belzoni met Captain Ismail Gibraltar, an emissary of the vice-king of Egypt, Mahomed Ali, who invited him to go to Egypt. The vice-king was searching for European engineers and technicians, wishing to bring new technologies and knowledge for his projects to improve irrigation and agricultural work, and he believed Belzoni's knowledge of hydraulics would be a useful resource (Siliotti, 2007: 164).

The next year, Belzoni traveled to Egypt together with his wife and an Irish servant. He stayed there for two years, working to produce a hydraulic machine to be used for irrigation (Vercoutter,. 2002: 68). Intending to make money with his invention, Belzoni developed it as an alternative to the traditional hydraulic wheel, and presented it to Mahomed Ali. The vice-king was interested in the invention, and asked Belzoni to test it in his presence, but a problem in the mechanism was sufficient to convince Mahomed Ali that the innovation would not do; actually it is not even clear if Belzoni had sufficient knowledge of hydraulics to make it work. According to Stanley Mayes (2010: 23), when Belzoni wrote his travel journal he was already a rather famous traveler, so it is possible that the scientific knowledge he claimed to have did not correspond to reality.

The failure of Belzoni's machine has ruined his economic prospects: without money, he considered to leave Egypt. It was then that Henry Salt, a member of the Board of Trustees of the British Museum, was appointed as General Consul of England in Egypt. At the request of the director of the British Museum, Sir Joseph Bankes, but also at the request of rich collectors, Salt start to collect antiquities. In a public letter of the Foreign Office to Salt, he is requested to "anticipate rivals" in the collection of antiquities (Mayes, 2010: 23). In order to pursue this objective, the British Consul hires agents to help him to find and collect Egyptian antiquities, and at this point, his interests and those of Belzoni meet.

Financed by the British Consulate, Belzoni traveled throughout Egypt and its vicinity between 1816 and 1819 collecting antiquities and making important discoveries, which were recorded in his journal. According to Mayes, the first great feat of Belzoni as an antiquarian was the removal of a colossal bust of Ramses II from Thebes, in Egypt, to the British Museum in London. French agents had already tried the same enterprise, without success: it was

almost impossible to move a massive block of 7-8 tons from the Temple of Karnak, carry it on the sand and load it in a ship. After this achievement, Belzoni traveled in Egypt for the next three years, looking for antiquities and discovering important archeological sites: he opened and excavated the Temple of Abu Simbel, discovered royal tombs in the Kings' Valley, opened the second pyramid of Giza, found the lost city of "Berenice", and organized great collections of Egyptian antiquities – many of them may be seen nowadays in European museums.

In 1819 Belzoni went back to London, and there he decided to organize an exhibit at the Egyptian Hall of Piccadilly, in order to present to the public the artifacts he had collected during those four years of antiquarian activity in Egypt. After Belzoni's death, this exhibit was taken to Paris, in the same period in which Champollion wrote his *Lettre à M. Dacier*, deciphering the mysteries of hieroglyphic writing (Siliotti, 2007: 175). Belzoni was honored as great traveler in Regency London, and, as foreigner, "he was approved of for his devotion to the British interest". (Mayes, 2010: 12). Belzoni died in 3 November 1823, at the age of 45, in a little village near the Benin River, in Africa, where he went with the intention of exploring Tombuctu.

Giovanni Belzoni's journal remained, then, an important record of his actions and feats: the *Narrative of the Operations and recent discoveries within the pyramids, temples, tombs and excavations in Egypt and Nubia and of a Journey to the Coasts of the Red Sea, in search of the Ancient Berenice and another to the Oasis of Jupiter Ammon* was published in London in 1820, in 483 pages divided in three chapters: 'First Journey', 'Second Journey' e 'Third Journey'. In the first chapter, Belzoni narrates his arrival in Egypt, the difficulties faced in dealing with local people, the presentation of his hydraulic invention to the vice-king of Egypt, his relationship with antiquarianism and with the European consuls in Egypt, and, finally, the operation of removal of the colossal bust of Ramses II from Thebes to England. The second chapter contains descriptions of the sites Belzoni explored in Thebes and Luxor, the account of his discovery of temples and tombs in the Kings' Valley, his contact with mummies and animals, and the discovery of the entrance of one of the pyramids of Giza. In the third chapter Belzoni narrates his journey back to Thebes and the preparation for his expedition to the Red Sea, the discovery of the lost city of Berenice, the operation of moving the obelisk of the Philae Island to Alexandria, and, finally, the description of the journey to the Amon Oasis. The book presents also an extra chapter written by Belzoni's wife, Sarah, about the habits of women in Egypt, Nubia and Syria: "Mrs. Belzoni's trifling account of the women of Egypt, Nubia, and Syria". In order to illustrate his work, Belzoni also published a collection of 44 watercolor paintings made by himself during his travels: "Fortyfour Plates Illustrative of the Researches and Operations of Belzoni in Egypt and Nubia".

In the same year Belzoni's work was first published, it was translated to many languages and reached many scholars. One of them was Howard Carter, who discovered the tomb of Tutankhamun; he defined Belzoni's book as one of the most fascinating books ever written

about Egypt (Siliotti, 2007: 162). In his preface to the book, Belzoni explains why he decided to write about his adventures in non-European lands:

> *On my arrival in Europe, I found so many erroneous accounts had been given to the public of my operations and discoveries in Egypt, that it appeared to be my duty to publish a plain statement of facts; and should any one call its correctness in question, I hope they will do it openly, that I may be able to prove the truth of my assertions. (Belzoni, 1820: ix)*

According to Stanley Mayes, Belzoni's declared wish to narrate "plain matters of fact", which he mentions many times in his book, was due to misunderstandings between him and the British Consul, Henry Salt, when they worked together; it was most probably an attempt to establish his own version of the events of that period.

## Reflections about Ancient and Modern Egypt: Belzoni's travels narrated to Europe

Giovanni Belzoni makes clear in the preface of his journal that the biggest difficulty he faced in his travels was dealing with people. His complaints about the "manners and customs of the people" he had contact with are recurrent throughout the book, and offer to the reader the picture of a place that is totally in contrast with European civilization. As Belzoni spent a long time in Egypt and around, he claims to have a better understanding of local people, different from the common traveler, who just visits many places, he had to live among other peoples and trade with them, an experience that allowed him to "observe the real character" of those peoples (Belzoni, 1820: v):

> *no traveller had ever such opportunities of studying the customs of the natives as were afforded to me, for none had ever to deal with them in so peculiar a manner. My constant occupation was searching after antiquities, and this led me in the various transactions I had with them, to observe the real character of the Turks, Arabs, Nubians, Bedoweens, and Ababdy tribes. Thus I was very differently circumstanced from a common traveller, who goes merely to make his remarks on the country and its antiquities, instead of having to persuade these ignorant and superstitious people to undertake a hard task, in labours, with which they were previously totally unacquainted. (Belzoni, 1820: v).*

It is possible to observe in many passages of Belzoni's journal the distance he saw between Europeans and Egyptians. He narrates the difficulties he had to face when he arrived in a new place without speaking the local language, and also the risks of the plague and diseases that usually affected foreigners. In Belzoni's words, Eastern peoples are pictured as non-reliable and tricky. He reports the advice he received before leaving to Egypt: "never to credit what an Arab says" (Belzoni, 1820: 6), and this opinion is repeated in many parts of the

book. Furthermore, he described Eastern peoples as non-civilized, primitive and very aggressive. Many passages of the journal are dedicated to the description of peoples who lived in modern Egypt and the way they treated foreign travelers, with a declared intent: "The reader, perhaps, may think my narrative too minute; but I beg to observe, that it is in this way only the true character of these people can be known" (Belzoni, 1820: 48).

Despite the initial shock with the modern Egyptian culture, Belzoni got used to the place and started to observe with more attention that scenery, describing in his narrative the Egypt he had in front of his eyes. He mentions ancient and monumental buildings, the exotic aspect of the scenery, and particularities of the people. That image was a negative of the West, an opposed version of the image of European cities and civilization. When Belzoni first arrived in Cairo, he finds a completely different landscape, and his description of it emphasize the contrast with the European landscape: the way people dress, the way they move in the streets, the way they talk, the unpleasant smell of the place, the beauty of the land distant of the city, the fairs, the things they traded, the antiquities, dances, and other aspects. In other passages, Belzoni praises the beauty and exuberance of the landscape in contrast with the confusion and dirty of the cities. When he describes the view of the pyramids from Cairo, he does not hide his ecstasy: "the distant view of the smaller pyramids on the south marked the extension of that vast capital; while the solemn, endless spectacle of the desert on the west inspired us with reverence for the all-powerful Creator" (Belzoni, 1820: 6).

After some months in Egypt, Belzoni has a closer contact with local people, first because of his hydraulic project, and after because of his work as an antiquarian. He says in his journal that it was very difficult to get used to the place and to deal with local people, an unpleasant experience that lasted until he could get a good acquaintance with them. Belzoni criticize their habits and describe many instances in which he had trouble with them, mainly with local leaders who tried to impede his work as antiquarian by threatening him with arms or physical aggression: "in a country where respect is paid only to the strongest, advantage will always be taken of the weak" (Belzoni, 1820: 47).

In his journal, Belzoni often compares European civilizations to the Egyptian, and tries to emphasize the benefits of the European presence in Egypt, suggesting a certain superiority of West over the East in relation to their attitude in negotiation and in relation to values such as honesty and friendship. The traveler considers the influence of Europe in Egypt as a positive one, mainly because it could bring technological and economic development to the region. Belzoni admired in the vice-king his openness to novelty and constant search for new technological possibilities: "the Bashaw seems to be well aware of the benefits that may be derived from his encouraging the arts of Europe in his country, and had already reaped some of the fruits of it" (Belzoni, 1820: 15).

When he narrates his difficulties in finding men who could work in his project of moving the bust of Memnon – Ramses II – from the Temple of Karnak, Belzoni expresses a great

disappointment with the Cacheff, the local leader that refused to offer his men to do the work. That was another event that Belzoni used to show that people in Egypt would deal with other people only with views to their own interest. He also reports exceptions, in the same way that among Europeans there are dishonest people. This comparison establishes a tacit rule: that Europeans in general are more civilized and honest than Egyptians. Another passage of the journal confirms this view, when Belzoni visits the Temple of Edfu, where he was very impressed by the magnificence of the temple, but disgusted with the condition it was reduced and with the huge quantity of rubbish left around it: according to him, the Arabs did not care at all about the beauty and antiquity of the temple:

> *The next day I made a cursory inspection of the temple in that town. It is much encumbered with rubbish, and only the portico of it is now to be seen; but the beautiful variety and fine shaped capitals of columns, as well as the zodiacal figures on the ceiling, announce that it was one of the principal temples of Egypt [...]; and it is a great pity that such beautiful edifices should be inhabited by dirty Arabs and their cattle. (Belzoni, 1820: 56)*

If we consider questions and impressions contained in Belzoni's journal, it is possible to notice that the different peoples he had contact with were usually portrayed as immoral, rude and impolite when they eat, dance, or in any social behavior. They did not seem particularly intelligent or rational, except if they could take advantage of a given situation or person. In short, the Egyptians were represented according to the views of a European traveler and in relation to his European experience.

In contrast, Europeans were portrayed as a model of civilization, development and technology. The Orient was regarded as a strange world, and, as Edward Said says, the West often assumed the importance of a paternal authority in relation to the Orient. Regarded as morally and technologically advanced, the West was able to lead the Orient to the path of civilization and evolution (Said, 1990: 42). The presence o Western institutions and agents in the Orient were frequently justified as means to promote the development of Eastern peoples, implying that the West knew the Orient and what was good for Eastern peoples "better than they could possibly know themselves" (Said, 1990: 44).

If on the one hand Belzoni expresses his indignation with local culture and habits in Egypt, on the other hand he expresses wonder when he considers the material culture of Ancient Egypt: "Wherever the eyes turn, wherever the attention is fixed, every thing inspires respect and veneration […]" (Belzoni, 1820: 35).

He was enchanted not only by temples and objects, but also by the exotic landscape of Egypt, which were portrayed in his journal with the colors of fascination. Belzoni's detailed descriptions of the wonders of Ancient Egypt and splendors of its nature designed the picture of an Egyptian glorious past, full of monuments and precious treasures. He selects and describes every admirable element, and searches for every evidence of the grandeur of a developed civilization.

Based on all sites, temples and pieces observed in his expeditions, and particularly after visiting one of the tombs of Hermopolis, Belzoni concludes that ancient Egyptians had been a glorious civilization. "From what I have seen of the tombs in these mountains, I am of opinion, that Hermopolis was inhabited by some great people, as nothing can give juster ideas of the condition of the Egyptians than the quality of the tombs in which they were buried" (Belzoni, 1820: 30).

As far as Belzoni gets involved in antiquarianism, he starts comparing the ancient Egyptian civilization to the modern Egyptians, and tries to understand how such a great civilization, which produced so many wonders, could have become that society he had in front of his eyes: uncivilized, immoral and absolutely careless in relation to the remains of its glorious past:

> *On the west side of the Nile, still the traveller finds himself among wonders. The temples of Gournou, Memnonium, and Medinet Aboo, attest the extent of the great city on this side. The unrivalled colossal figures in the plains of Thebes, the number of tombs excavated in the rocks [...], with their paintings, sculptures, mummies, sarcophagi, figures &c. are all objects worthy of the admiration of the traveller who will not fail to wonder how a nation, which was once so great as to erect these stupendous edifices, could so far fall into oblivion, that even their language and writing are totally unknown to us. (Belzoni, 1820: 38).*

In another passage, Belzoni compares the modern and the ancient Egypt in order to establish the terms which define the superiority of the ancient:

> *On looking at an edifice of such magnitude, workmanship, and antiquity, inhabited by a half savage people, whose huts are stuck against it, not unlike wasps' nests and to contrast their filthy clothes with these sacred images, that once were so highly venerated, makes one strongly feel the difference between the ancient and modern state of Egypt (Belzoni, 1820: 57)*

This passage seem to suggest a sort of affinity between the ancient Egypt and modern Europe: regardless the distance between them in terms of space and time, they would meet in their high level of development and grandeur. In Belzoni's discourse, the gap between that negative image of modern Egypt and the positive image of the ancient Egyptian civilization, described as advanced and glorious, is a sort of justification for the "civilizing mission" undertaken by the Europeans in relation to modern Egypt. This presence of the Europeans in Egypt is thus legitimated in Belzoni's discourse, as well as the spoliation of the antiquities of its ancient past.

It is possible to notice in Belzoni's narrative that one of the concerns of the author was to estimate the value of the pieces he found in his travels, praising the most valuable ones and suggesting that the better destination for them was definitely England. From this perspective, the British invasion of Egypt would have the meaning of a rescue mission, with the intent of preserving those antiquities from the action of time and oblivion – but only the

valuable pieces would be included in this plan. A clear example of this attitude is the evident enthusiasm of Belzoni when he finds the colossal bust of Ramses II – which he removed from its original place in Egypt and sent to the British Museum (where it is today): "As I entered these ruins, my first thought was to examine the colossal bust I had to take away. I found it near the remains of its body and chair, with its face upwards, and apparently smiling on me, at the thought of being taken to England" (Belzoni, 1820: 39). The passage suggests that those remains of a great culture would wish to reach their destiny – England, a nation capable of rescuing the voice of the past. Belzoni's narrative represents the material culture of Ancient Egypt as a message from the past: a past that longs to speak, begging to be rescued and saved.

Belzoni also describes the way antiquarians – including himself – collected the selected artifacts, without much attention to their scientific value and without a particular technique to preserve the pieces or the sites in which they were found. It is not surprising, though: Archeology was not established as a discipline at the time. As Rosalie David says, the attitude of travelers has been criticized in historical and biographical research when compared to the attitude of scientists and archeologists who worked in Egypt later (David, 1999: 16). For David, such comparison is anachronic: when Belzoni made his discoveries in Egypt, archeological studies in Europe were at the very beginning, so it would not be reasonable to expect that he could be trained in excavation techniques. Nevertheless, in David's opinion Belzoni "was undeniably an inspired and prolific excavator and played an important role in the development of the field." (David, 1999: 16).

Excavators often destroyed some pieces and damaged monuments in their attempt to remove the pieces they regarded as more valuable. Belzoni says in his journal that, in order to remove the bust of Ramses II, it was necessary to destroy some columns of the temple. Another interesting example is the way they treated the mummies found in the tombs they excavated: there was no particular attention to preserve them, and sometimes they were involuntarily destroyed by accident, sometimes they were deliberately broken to make way to the expedition, or were used like a pillow in the moments of rest.

According to the historian Moacir Elias Santos, Giovanni Belzoni lived in an epoch that is considered to be the "Age of Antiquarians", when Archeology was in its beginnings. Such period was characterized by the search for ancient artifacts without any scientific interest, and, for this reason, there was no method or regular procedure to collect the artifacts, often damaging them. (Santos, 2012: 5). Even though, these antiquarians managed to collect and sell great collections of antiquities to European museums and private collections.

## Egypt and the construction of the British national identity

From the passages of Belzoni's journal analyzed in the previous section, we can consider many issues related to the importance of European travelers and their narratives to the affirmation of national identities in 19th century Europe. The representation of the Orient in the discourse elaborated in travel journals and in the choice of material culture items brought to Europe often worked as instruments of cultural domination used by the new nation-states, regarded as more advanced in terms of knowledge and power (Junqueira, 2008: 13). The East is caught by the travelers' narratives; in other words, it is described and classified by a Western point of view, which is impregnated of intention and ideology. These narratives were later studied and represented in research works of Ethnology, Archeology, Anthropology and Philology. The Western scientific interest grew and promoted a significant development of new disciplines dedicated to the past.

We could say that the construction of modern European identities was based on the development of Archeology, since it allowed the representation of non-European peoples in a European form of representation of the "other" (Junqueira, 2008: 14). This is the context in which Egyptology flourishes during the 19th century as the specific study of Egyptian societies through their material culture and writings, which were at first found by antiquarians and then by archeologists. Like Archeology, Egyptology participated in the establishment of a discourse about the "other", since many Europeans were interested in Egypt at that time.

These considerations lead us to the ideas of Margarita Diaz-Andreu about the consolidation of Archeology as a professional science in Europe. According to her, the study of the past acquired a great importance in the constitution and affirmation of European nations with respect to their imperialist policies and nationalism. Many nations invested in the creation of a professional team of Archeologists in the 19th century; in the same period Archeology started to be taught as an academic discipline, and many museums were created to exhibit the antiquities which conveyed the idea of a dignified past to be represented by the new nations-states (Diaz-Andreu, 2001: 17). For Diaz-Andreu, those artifacts exhibited in museums reinforced the image of a civilized nation who was accomplishing its duty of rescuing other nations from their present state of backwardness, and thus justifying the colonial enterprise (Diaz-Andreu, 2001: 17).

The expansion of the British Empire and the invasion of Egypt in the 19th century favored the arrival of expeditions in Egypt with the objective of collecting antiquities to form the great European collections of Egyptian artifacts. This is the period in which excavations were intensified, but now with more scientific procedures. The understanding of this expansion and of the political interests involved in it allows a better understanding of the interactions between past and present elaborated in modernity, and its importance in the process of

making up the idea of a modern society in relation to ancient ones. It also reveals that the purposes of the expansionist enterprise were not limited to immediate political dominance, but also included ideological and cultural dominance. Thus, British policies for Egypt promoted the construction of the idea of inferiority of Egypt in modernity through a discourse about the "other" that worked as the background of a positive image of the British national character and a form of legitimation of British political actions abroad.

When Belzoni narrates and represents ancient and modern Egypt, he takes part in this process of construction of a European – and British – identity. He talks about "two Egypts", which are presented to Europe in terms provided by Western ideologies and values. In first place he presents the Ancient Egypt, an exotic and magnificent place, full of monuments and of artifacts of a culture that drags the imagination to a distant past. Then he presents the Modern Egypt as a place inhabited by immoral and corrupted peoples – Arabs and Muslims, the antagonists in a narrative in which the West, portrayed as superior people, play the role of the protagonist. Belzoni justifies the European invasion of Egypt with the argument that this was an action capable of bringing Egypt to a state of civilization, preserving its glorious past in the collections of its material culture. Finally, he compares European new nations to Egyptian peoples, contributing to the institution of a national identity in contrast with the Egyptian one.

Despite Belzoni's dazzle for the land of the pharaohs, for its antiquity and for the monumental splendors of its architecture, the traveler denies the value of its people in his time. He establishes a clear division between "us", the civilized West, and "them", the barbarian East, and by doing so reinforces the image of a European and a British identities. Belzoni did not describe Egypt as it was, but as he saw it: to use Edward Said's words, he represented Egypt not as it really is, but in the way it was "Orientalized" (Said, 1999: 155). Besides, when Belzoni describes and detaches modern Egypt from its past, he also suggests an affinity between the ancient Egypt and modern Europe in terms of development and grandeur. This is the kind of reasoning that would reinforce the belief that the European nations were linked to the Egyptian past as heirs, more than modern Egypt would be. It is in this sense that the travelers' discourse endorsed the deliberated spoliation of Egyptian material culture in the 19th century. From his part, Belzoni worked for Britain and helped to design and spread a positive image of a modern British identity: a civilized and advanced one, clearly distinct from the primitive Egyptian character.

## Final Considerations

When we analyze some passages of Belzoni's journal, it becomes clear that his discourse justifies the presence of European nations in Egypt, and first of all, the presence of England.

The traveler does so in two manners: first, in the way he describes Egyptian peoples as uncivilized, in contrast with an ideal superiority of European peoples. According to him, Europe had the mission of leading the Arabs to civilization and rescuing and preserving the Egyptian past. Belzoni's impressions of Egypt were impregnated of Orientalism, in the sense that his discourse creates and classifies the Orient to and for the West. His views of modern Egypt are conducted by the idea of its opposition to Europe, and work as a useful instance of comparison in which Europe is portrayed in a position of superiority. In this sense, Belzoni uses the Orient as an inverted mirror of the West, a counterpoint of the ideal of society that the European travelers expected for themselves.

Secondly, Belzoni justifies the European presence and action in Egypt in his interpretation of the material culture he finds there. He defines the value of the artifacts of ancient Egypt and praises them according to a particular purpose: their destination to England. He thus justifies not only the removal of precious antiquities, which were sent to Europe to enrich private collections and national museums, but also the spoliation of Oriental treasures by European invaders as a heritage claim.

This research made visible the fact that the practice of collecting antiquities of Ancient Egypt in the 19th century contributed to the construction of the idea of a cultural heritage, by which the great civilizations – Europe and the Ancient Egypt – would meet in their great achievements and in the superiority of their culture. Inversely, the same idea of cultural heritage detached Europe from modern Egypt, regarded as a savage land inhabited by Arabs and Muslims, unable to preserve the remains of its magnificent past.

Therefore, the construction of the past in Belzoni's work is closely related to recurrent ideas of the time in which he writes: considerations on race and ethnicity are present throughout his narrative. A critical reading of these questions requires the contextualization and deconstruction of prejudices rooted on 19th century European discourse, and also the consideration that such ideas were repeated and spread for a long time. Further to allowing a critical view of Ancient and Modern Egypt, this review of representations produced in the 19th century may be an important instrument for the current debates about racism and ethnicity, and also to allow a re-consideration of the Egyptian civilization in the African context, which is often left aside.

## References

Sources:

BELZONI, G. B. Narrative of the operations and recent discoveries within the pyramids, temples, tombs, and excavations, in Egypt and Nubia. London: printed by Thomas Davison, 1820.

## Bibliography

BERNAL, M. "A imagem da Grécia antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia européia", in: Repensando o mundo antigo – Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier (Funari, P.P.A. – org). Textos Didáticos n° 49, IFCH/UNICAMP, 2005. 119-128, 1994. Translated by Fábio Adriano Hering and revised by Pedro Paulo A. Funari.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

_____., Peter (Org.). O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

DAVID, R. Handbook to life in Ancient Egypt. New York: Oxford University Press, 1999.

DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo e Arqueologia: O contexto político da nossa disciplina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 11: 3-20, 2001.

FONTANA, Josep. Historicismo e Nacionalismo. In: A História dos Homens. Bauru. Edusc, 2004

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P A.; RAGO, M. Subjetividades antigas e modernas. São Paulo: Annablume, 2008.

_____., Pedro Paulo A.; SILVA, Glaydson José. Teoria da História. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____., Pedro Paulo A. "Guerra do Peloponeso". In: MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006, p. 19-45.

GARRAFFONI, R. S.; STOIANI, R. Escavar o passado, (re)descobrir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. Revista de História da Arte e Arqueologia, v. 6, p. 69-82, 2006.

GARRAFFONI, R.S., "Guerras Púnicas", in: História das Guerras (Magnoli, D., org.), Editora Contexto, S.P., 2006, p. 47-75. Arte e Arqueologia, Campinas, nº 06, Dez. 2006, p. 69-82.

HARTOG, François. O espelho de Heródoto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HINGLEY, R. O imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha, Annablume/Fapesp, 2010.

HUME, Ivor Noel. Belzoni: the giant archaeologists love to hate. Virginia. University of Virginia Press. 2011.

JENKINS, Keith. A História repensada. Translated by Mario Vilela. Revised by Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.

JUNQUEIRA, N. M. Uma viagem ao antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert. História. Questões e Debates, v. 48/49, 2008, p. 01-20.

MAYES. S. The Great Belzoni: The circus strongman who discovered Egypt's treasures. Tauris Park Paperbacks. London, 2010, p. 23 and 107-109.

OLIVIER, Laurent. As origens da arqueologia francesa, in Repensando o Mundo Antigo. Translated by Glaydson José da Silva. Textos didáticos n. 49, IFCH/UNICAMP, 2003.

RAGO, M. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, K. Repensando a História. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 11.

_____., L. M. A "nova" historiografia brasileira. Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, p. 73-97, 1999.

REIS, J. J. "Introdução". Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Moacir E. Das Necrópoles Egípcias para a Quinta da Boa Vista: Um Estudo das Partes de Múmias do Museu Nacional. Revista Mundo Antigo – Ano I – Volume I – Junho – 2012.

SILIOTTI, A. Primeiros descobridores: a descoberta do antigo Egito. Barcelona: Folio, 2007.

VERCOUTTER, J. Em busca do Egito esquecido. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. Pg. 54.

# VALE 5 SICLOS DE PRATA: A ESCRAVIDÃO NOS ARQUIVOS PRIVADOS MESOPOTÂMICOS[33]

Katia Maria Paim Pozzer[34]

## Resumo

Propomos uma reflexão sobre a temática da escravidão, a partir do estudo dos arquivos de um importante homem de negócios da cidade de Larsa, no sul mesopotâmico, nomeado Ubar-Šamaš, durante o governo do rei Rîm-Sîn (1822-1763 AEC.). Este mercador exerceu atividades econômicas relevantes, como compra e venda de terrenos em áreas urbanas e rurais, empréstimos de prata e o comércio de escravos. Na sociedade paleobabilônica, o trabalho escravo não ocupava um papel importante na economia, e as condições do comércio de servos estavam diretamente ligadas às condições políticas, como as guerras e suas consequências econômicas e sociais. Outro objetivo deste artigo é oferecer ao leitor brasileiro fontes de pesquisa para o estudo da história econômica do mundo antigo, a partir da tradução de documentos diretamente da língua acádica e da escrita cuneiforme para o português.

## Palavras-Chaves

Escravidão; arquivo; Mesopotâmia.

[33] Uma versão do presente estudo foi objeto de uma publicação anterior em Portugal, na Revista Cadmo da Universidade de Lisboa.

[34] Professora Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil. e-mail: katia.pozzer@ufrgs.br

## Abstract

We propose a reflection about the theme of slavery, from the study of the archives of an important businessman in the city of Larsa, in the south Mesopotamian, named Ubar-Šamaš, during the reign of King Rîm-Sîn (1822-1763 BCE.). This merchant exercised relevant economic activities such as buying and selling of land in urban and rural areas, silver loans and the slave trade. In paleobabylonian society, slave labor did not occupy an important role in the economy, and conditions of the trade of servants were directly linked to political conditions such as war and its economic and social consequences. Another objective of this article is to offer Brazilian readers research sources for the study of economic history of the ancient world, from the translation of documents directly from Akkadian language and cuneiform writing into Portuguese.

## Keywords

Slavery, archive, Mesopotamia.

A Mesopotâmia se encontrava na zona do Crescente Fértil e sua economia era baseada na agricultura e na pecuária, associada a atividades artesanais e ao comércio. Porém, esta região era desprovida de chuvas, sendo necessário o emprego da irrigação para garantir a produção de alimentos. A agricultura artificialmente irrigada foi uma das inovações tecnológicas mais importantes do início do III milênio AEC.

Segundo o Código de Hammu-rabi, a sociedade mesopotâmica estava divindade em três grupos sociais distintos: o *awîlum*, o homem livre que possuía todos os direitos; o *muškenum*, uma categoria social intermediária, dependentes do palácio; o *wardum*, escravo e *antum*, escrava, que podiam ser escravos de nascimentos, prisioneiros de guerra ou, ainda, teriam chegado a situação de escravidão por dívidas (Bouzon, 2000).

A prática da escravidão existiu no mundo antigo oriental, sem contudo, configurar-se como o modo de produção predominante nas relações econômicas. Neste artigo propomos uma reflexão sobre a temática da escravidão, a partir do estudo dos arquivos de um importante homem de negócios da cidade de Larsa, no sul mesopotâmico, nomeado Ubar-Šamaš, durante o governo do rei Rîm-Sîn (1822-1763 AEC.). Este *tamkâru* (mercador) exerceu atividades econômicas relevantes, como compra e venda de terrenos em áreas urbanas e rurais, empréstimos de prata e o comércio de escravos. Apresentamos, a seguir, a reconstituição dos arquivos privados de Ubar-Šamaš relacionados com a questão da escravidão, com a tradução e a análise destes documentos.

## Introdução

A passagem da III dinastia de Ur (2112-2004 AEC.) para o período de Isin-Larsa (2004-1750 AEC.) trouxe profundas transformações à região da baixa Mesopotâmia. Os elementos mais visíveis dessas mudanças foram a desintegração da unidade política, uma fragmentação progressiva dos impérios, que deu lugar a uma multiplicidade de cidades-estados, uma modificação linguística que acarretou a supremacia do acádico, em detrimento do sumério, e a modificação da composição étnica da população, com a chegada dos amorritas.

Após o final do império de Ur III, a propriedade privada e o comércio conheceram um grande desenvolvimento, como o mostram os textos jurídicos e econômicos da cidade de Ur (Van de Mieroop, 1992). Esse fenômeno aconteceu um pouco mais tarde em Larsa, onde ocorreria o aumento do número dos mercadores (*tamkarû*) sob o reinado de Warad-Sîn e durante a primeira metade do reinado de Rîm-Sîn.

Nesse período, as atividades econômicas privadas ganharam importância com a intensificação da agricultura, que foi dotada de um sistema integrado de irrigação, e com o crescimento das populações urbanas. Na administração pública, assistiu-se a uma diferenciação entre o Sul e o Norte, visível na escrita, na tipologia dos formulários jurídicos e no uso ampliado do acádico. A família extensa foi suplantada pela família nuclear, e a gestão e a transmissão da propriedade da terra conheceram, por sua vez, algumas transformações.

Em seu estudo sobre os mercadores da época paleobabilônica, Leemans (1950: 113-115) descreve-os como elementos independentes do palácio e explica a prosperidade desses agentes pelo grande número de terras e de escravos que compravam.

Na sociedade paleobabilônica, o trabalho escravo não ocupava um papel importante na economia, e as condições do comércio de servos estavam diretamente ligadas às condições políticas. Sabemos, por exemplo, que, em Ur, os escravos eram utilizados, sobretudo, nas tarefas domésticas, mas não na agricultura (Van de Mieroop, 1992: 225).

## Os Documentos

Os arquivos do mercador Ubar-Šamaš contém indícios que testemunham, claramente, operações comerciais referentes a escravos.

Um importante número de documentos referentes ao homem de negócios Ubar-Šamaš encontra-se no volume XIII da coleção *Vorderasiatische Schriftdenkmäler,* do Museu de Berlim, que foi publicada por Figula (1914). O autor acentua que esses tabletes resultaram de escavações clandestinas que tiveram lugar, provavelmente, nas antigas cidades de Sippar, Babilônia, Senkereh e Warka, entre outras.

Outra parte foi publicada por Faust (1941) em YOS VIII e fazem parte da *Yale Babylonian Collection,* sendo que a maioria desses tabletes provavelmente, do sítio de Senkereh. Como o autor mesmo indica, alguns desses textos foram objeto de uma primeira publicação por parte de E. Grant, em 1919, em seu livro *Babylonian Business Documents of the Classical Period*. Todos eles são resultantes, uma vez mais, de escavações clandestinas.

Apresentamos, a seguir, o conjunto de documentos segundo sua tipologia: os contratos de escravos dados em garantia e de compra e venda de escravos, em ordem cronológica.

## Contratos de Escravos em Garantia

**Texto 1**

*Ikmatum, é seu nome, ele próprio se colocou em garantia por 5 siclos de prata à Ubar-Šamaš, Ubar-Šamaš versou 5 siclos de prata por sua dívida. No dia em que Ikmatum trará a prata, ele se liberará. Diante de Ilî-arni-Eštar, diante de Nûr-Ištar, diante de Ikûn-pî-Ištar, diante de Ani-illati, diante de Ibni-Irra, diante de Silli-Šamaš, filho de Siqqûa, diante de Abûm-Ilum, diante de Ilî-išmeni. O selo das testemunhas. Selo: Nûr-Ištar, filho de Puzur-ilîšu, servidor de Ištar.*

**Texto 2**

*Issaya, (que foi) feito escravo de Ubar-Šamaš, pela palavra real. Ubar-Šamaš deu como garantia (colocou-lhe em lugar seguro). Šāt-Šamaš, sua mulher recebeu Issaya, se Issaya desaparece, se ele foge, Šāt-Šamaš, sua mulher e sua casa reconhecerão, [...] ele levará [...] em [xxx]. Diante de Ubar-Šamaš, mensageiro, diante de Iddin-Šamaš, taberneiro, diante de Ubar-Šamaš, lapidador, diante de [...]-u, elamita, (duas linhas ilegíveis), diante de [...], escriba. O selo das testemunhas. Selos: Ubar-Šamaš, filho de Irîbam-Sîn, servidor de Pabilsag; Ubar-Šamaš, filho de Iamlik-Ilum, servidor de Adad.*

**Texto 3**

*Isiqatar, é seu nome, escravo de Ubar-Šamaš (e de) Sîn-damiq, pastor. De Sîn-damiq, pastor, Sîn-irîbam, seu pai, Ummi-erra, sua mãe, sua casa e seu pomar eles receberam Isiqatar em garantia de Sîn-damiq, pastor. Se Isiqatar fugir, Sîn-iribam, seu pai e Ummi-erra, sua mãe, sua casa e seu pomar reconhecerão. Diante de Liphur-Anum, diante de Edê, diante de Kalabum, governador, diante de Iddin-Sîn. O selo das testemunhas.*

**Texto 4**

*1 escravo Iddin-Amurrum, é seu nome, Ibni-Amurrum recebeu em garantia, de Ubar-Šamaš, seu proprietário. Se ele desaparecer, se ele fugir, Ibni-Amurrum pagará 1/3 mina de prata. Diante de Lumur-ša-Amurrum, diante de Nidnat-Sîn, diante de Ilî-iddinam, diante de Gimillum, filho de Nanna-mansum, diante de Sîn-imguranni, homem de negócios, diante de Ubar-Šamaš, diante de Gimillum, filho de Warad-ilîšu, diante de Warad-kubi, sacerdote.*

**Texto 5**

*1 escravo Gimillum, é seu nome, escravo de Ubar-Šamaš. De Ubar-Šamaš, seu proprietário, Šamaš-gamil, irmão de Gimillum, Taribûm, filho de Šamaš-gamil e Sîn-magir, filho de Šamaš-gamil receberam como garantia, Gimillum, seu irmão. Se Gimillum, irmão de Šamaš-gamil fugir, Šamaš-gamil, irmão de Gimillum, Taribûm, filho de Šamaš-gamil e Sîn-magir, filho de Šamaš-gamil serão responsáveis perante Ubar-Šamaš. Eles juraram pelo*

*nome de Sîn, Šamaš e do rei Rîm-Sîn. Diante de Paniya, chefe de pedreiros, diante de Abi-iddinam, diante de Sîn-šamûh, seu irmão, diante de Ibiyatum, pedreiro, diante de Šaluti, diante de Išdum-kîn, diante de Ahûm. O selo das testemunhas. Selo de Paniya, chefe de pedreiros. Selo: Abi-iddinam, filho de [x]-mi[x]-nu, servidor de [...].*

**Quadro 1: escravo em garantia**

| TEXTO | DATA | TIPO | NOME DO ESCRAVO | GARANTIA | AQUELE QUE O COLOCA EM GARANTIA |
|---|---|---|---|---|---|
| TEXTO 1 | -/V/RS 28 | em garantia | *Ikmatum* | 5 siclos de prata | ele mesmo |
| TEXTO 2 | -/-/RS 31 | em garantia | *Issaya* | Šât-Šamaš e sua casa | *Ubar-Šamaš* |
| TEXTO 3 | 25/V/RS 35 | em garantia | *Isiqatar* | sua casa e seu pomar | *Ubar-Šamaš e Sîn-damiq* |
| TEXTO 4 | -/I/RS 39 | em garantia | *Iddin-Amurrum* | 1/3 de mina de prata | *Ubar-Šamaš* |
| TEXTO 5 | 26/V/RS 45 | em garantia | *Gimillum* | - | *Ubar-Šamaš* |

Examinando o quadro acima, percebemos que os contratos de escravos dados em garantia são muito diferentes entre si, cada um tendo cláusulas específicas de declaração de garantia e de pagamento do preço. Os contratos Nº 1 (RS 28) e Nº 4 (RS 39) apresentam, contudo, algumas similitudes, pois, nos dois casos, o escravo é dado em garantia em troca de prata. No texto Nº 1, a linha 6 explicita ainda que se trata do pagamento de uma dívida. De outro modo, no texto Nº 3 (RS 35) o escravo é dado como garantia em troca de uma casa e de um pomar. Esse procedimento já havia sido assinalado por Van de Mieroop (1987: 7), que citava o texto YOS VIII, 35 (RS 19) para ilustrar sua afirmação, e, mais recentemente, por Skaist (1994: 212-213). O único texto onde nenhum bem é caucionado encontra-se no contrato Nº 5 (RS 45), no qual três

membros da família do escravo engajaram-se apenas moralmente. Finalmente, o texto Nº 2 (RS 31) constitui um contrato atípico, pois nele é dito que a condição de escravo da pessoa em questão foi estabelecida por uma decisão do rei. Uma hipótese explicativa seria que tratar-se de um decreto real ou de uma sentença proferida quando de um processo.

O contrato Nº 1, através do qual Ikmatum dava a si próprio em garantia a Ubar-Šamaš, precisa que o contratante valeu-se desse mecanismo para reembolsar uma dívida de cinco siclos de prata. Informa também que Ikmatum poderia reencontrar sua liberdade uma vez paga a soma devida.

O texto Nº 2 (RS 31) relata a colocação em garantia de um escravo de Ubar-Šamaš, chamado Issaya, junto da esposa deste último. É expresso, ainda que Issaya fora feito escravo por ordem real. Pode-se pensar que se tratasse de um prisioneiro de guerra, pois Rîm-Sîn acabara de conquistar Isin; além disso, uma das testemunhas era elamita (estrangeiro). No lugar de uma quantidade de prata, é a própria pessoa que recebe o escravo, em ocorrência sua própria esposa, e uma casa de sua propriedade que estão colocados em garantia nessa transação. Este exemplo ilustra mais uma vez que essa prática – darem-se bens imobiliários em garantia – ainda era usual no reino de Larsa nessa época.

No texto Nº 3, verificamos o mesmo tipo de negócio, isto é, um escravo era entregue como garantia à própria família do mercador em contrapartida de um pomar e uma casa. Percebemos que Ubar-Šamaš era designado como o proprietário do escravo, mas era Sîn-damiq, um pastor, quem fazia a transação, o que nos leva a pensar que esse escravo trabalhasse sob as ordens deste último.

O contrato Nº 4 mostra Ubar-Šamaš dando em garantia seu escravo Iddin-Amurrum a um certo Ibni-Amurrum, que deveria pagar 20 siclos de prata ao mercador no caso de desaparecimento do escravo.

O texto Nº 5 registra Ubar-Šamaš colocando em garantia seu escravo Gimillum junto à família do servo, mais precisamente de seu irmão e de seus dois sobrinhos; contudo, nenhuma soma em prata, ou nenhum bem imobiliário, estavam envolvidas neste caso.

Esse tipo de transação consistia em se deixar um escravo aos serviços da própria família do cativo (Charpin; Durand, 1993: 367-368). Ela era muito mais proveitosa para o proprietário, que não tinha mais a obrigação de alimentar, vestir ou vigiar o escravo, já que este passava à inteira responsabilidade de seu novo mestre (Van de Mieroop, 1987: 11). Percebemos que, em todos os contratos dessa natureza, cujas razões não são indicadas, Ubar-Šamaš aparece como o proprietário do escravo, sendo, assim, o beneficiário da transação. Lembramos que o caráter sazonal dos trabalhos agrícolas

influía sobre a necessidade de escravos e, consequentemente, sobre os períodos de suas liberações em garantia aos membros de suas famílias.

## Contratos de Venda de Escravos

### Texto 6

*1 escravo chamado Ilam-nišu, escravo de Naram-Sîn, seu irmão, Šimat-Sîn, sua mãe e os filhos. Ubar-Šamaš comprou de Naram-Sîn, seu irmão, Šimat-Sîn, sua mãe, e os filhos, os proprietários do escravo, ele pagou-lhe 15 1/6 siclos de prata por seu preço à vista. No futuro, para sempre, Naram-Sîn, seu irmão, Šimat-Sîn, sua mãe e os filhos reconhecerão à reivindicação do escravo, eles não dirão: é meu escravo, eles não voltarão atrás. Eles juraram pelo nome de Sîn, Šamaš, e do rei Rîm-Sîn. Diante de Ubar-Šamaš, lapidador, diante de Ilšu-nasir, taberneiro, diante de Sîn-išmeani, médico, diante de Inanna-ilî, sacerdote, diante de Alîwaqrum, sacerdote, diante de Dumuqum, escriba, diante de Ilî-turram, ferreiro. Os selos das testemunhas. Selo: Ubar-Šamaš, filho de Iríbam-Sîn, servidor de Pabilsag.*

### Texto 7

*1 escrava Kabta-lamassi, é seu nome, filha de Mār-ersetim, Ubar-Šamaš comprou de Šimat-Sîn, sua proprietária e Naram-Sîn, seu proprietário. Ele versou-lhe 12 siclos de prata por seu preço à vista, ele transferiu o bastão*[35]*. Diante de Adayatum, filho de Iddin-Adad, diante de Ilî-turram, filho de Šugeštinanna, diante de Sîn-imguranni, filho de Nûratum, diante de Aplum, filho de Mannum-ilum, diante de Iballût, escriba. O selo das testemunhas. Selo: Adad, Enki-imgurra [...].*

### Texto 8

*1 escravo Sîn-gimlanni, é seu nome, de Ubar-Šamaš, seu proprietário. Tarâm-Ulmaš, em troca de Sîn-gimlanni deu Šamaš-tukulti, atleta, à Ubar-Šamaš. No futuro, para sempre Tarâm-Ulmaš reconhecerá uma reivindicação referente à Šamaš-tukulti ele não voltará atrás, ele jurou por seu rei. Diante de Imgur-Sîn, filho de [...], diante de Sîn-iribam, homem de negócios, filho de Ilî-tayyar, diante de Urri-urnum, ferreiro, filho de Andakullum, diante de Ibalût, filho de Ilî-išmeani, diante de Ahûm, filho de Ilî-imitti, diante de Dagan-eriš, filho de Puzur-Šamaš, diante de Sîn-uselli, filho de Nanna-mansum, diante de Dumuq-Šamaš, filho de Šamaš-hazir, diante de Naram-Sîn, filho de Naram-šarûr. O selo das testemunhas. Selo: Ilî-imitti, filho de Sîn-rimenni, servidor de Ninsianna.*

---

[35] CAD B 308 1b. A cláusula *bukannum* é muito rara em Larsa.

## Quadro 2: venda de escravos

| TEXTO | DATA | TIPO | NOME DO ESCRAVO | PREÇO | VENDEDOR(ES) |
|---|---|---|---|---|---|
| TEXTO 6 | 19/X/RS 36 | compra | *Ilam-nišu* | 15 1/6 siclos de prata | *Naram-Sîn, seu irmão e Šimat-Sîn, sua mãe* |
| TEXTO 7 | -/IV/RS 37 | compra | *Kabta-lamassi* | 12 siclos de prata | *Šimat-Sîn e Naram-Sîn* |
| TEXTO 8 | -/VIII/RS 45 | troca | *Sîn-gimlanni Šamaš-tukulti* | - | *Ubar-Šamaš e Tarâm-Ulmaš* |

Estes dois contratos de venda de escravos fazem parte dos arquivos do citado homem de negócios Ubar-Šamaš, o qual, em ambos, aparece como o comprador. No primeiro deles (Nº 6), o escravo é vendido pelos membros de sua família, a saber, sua mãe e seu irmão, provavelmente como pagamento de uma dívida. Essa se constitui em uma situação corrente e bem documentada nas fontes da época, sendo que o parágrafo 117 do Código de Hammu-rabi limitava tal tipo de escravidão à três anos (Bouzon, 2000).

O segundo contrato (Nº 7) apresenta a cláusula *bukannu*[36], que dispõe sobre a realização de um ato simbólico de transferência de propriedade, através do qual se fazia o escravo passar diante de um pilão erigido sobre o solo, ato que representava sua passagem de um proprietário a outro (Matouš, 1950; Charpin, 1991: 65-73). Essa cláusula existia, sobretudo, na Babilônia do Norte, tendo desaparecido dos arquivos no fim do período paleobabilônico. Alguns autores ponderam que esse desaparecimento esteja ligado à conquista da região pelo rei Hammu-rabi, pois tal cláusula não existia nos contratos das regiões do Sul. Contudo, isso é contradito pelo texto Nº 7 (-/IV/RS 37), que pertencia aos arquivos do homem de negócios Ubar-Šamaš. Ainda que rara, essa cláusula aparecia também, nessa época, em documentos da Babilônia do Sul.

[36] CAD B 308 1b, literalmente significa pilão de madeira.

Pelo contrato Nº 6, Ubar-Šamaš comprava o escravo Ilam-nišu do irmão mais velho do servo, Naram-Sîn, da mãe, Šimat-Sîn, e dos outros irmãos e irmãs[37]. O segundo contrato de compra (Nº 7), estabelecido entre os mesmos contratantes, refere-se a uma escrava chamada Kabta-lamassi. Nesse contrato, encontra-se a presença da cláusula *bukannum*, caso raro em Larsa.

O texto Nº 8 é o único documento de nossos arquivos que relata a troca de dois escravos, realizada entre Ubar-Šamaš e uma mulher, chamada Tarâm-Ulmaš. O contrato foi redigido do ponto de vista de Ubar-Šamaš, pois as cláusulas de evicção e irrevocabilidade visam a protegê-lo, garantindo-lhe a propriedade do escravo dado em troca.

Os dois contratos de compra já evocados, pelos quais o mercador Ubar-Šamaš adquiria primeiro um escravo e, alguns meses mais tarde, uma escrava junto aos mesmos proprietários, são únicos no seu gênero que dizem respeito a esse mercador, e, assim, pode se supor que ele praticava regularmente o comércio de escravos. Por outro lado, percebe-se que estes dois contratos, Nº 6 (RS 36) e Nº 7 (RS 37), registram preços abaixo da média da época (Farber, 1978: 12-14), que variava entre 20 e 30 siclos de prata.

## Conclusões

Finalmente, notamos que, nos contratos onde Ubar-Šamaš era aquele que dava em garantia ou que vende o escravo, o valor da caução era significativamente superior àquela dos outros contratos, o que se permite supor a existência de uma relação claramente desigual entre os contratantes em benefício de Ubar-Šamaš.

Os preços dos escravos conheceram variações importantes no período paleobabilônico, às quais Van de Mieroop (1987: 9-12) atribui diferentes causas possíveis, tais como as guerras, a proximidade das colheitas e outros trabalhos agrícolas.

Em seu estudo sobre a flutuação dos preços e dos salários na Babilônia do Norte, Farber (1978: 13) aprofunda a hipótese de que o preço dos escravos era normalmente ligado ao fenômeno de captação de mão-de-obra através das guerras. De fato, de acordo com o quadro de preços, fica evidenciado que estes caíam após as guerras, por causa do aumento do número de escravos. Larsa também conheceu uma importante

[37] Este esquema segue a tradição jurídica mesopotâmica, segundo a qual o filho mais velho detinha a supremacia nos negócios familiares.

flutuação destes preços. Do ano 6 de Warad-Sîn a RS 23, um escravo valia de 20 a 30 siclos de prata e valia em torno de 60 siclos de prata entre RS 24 e RS 26. Se nos restringirmos ao período correspondente ao reinado de Rîm-Sîn, veremos que, na sua ascensão ao trono de Larsa, o preço dos escravos era de 20 siclos de prata para os homens e ligeiramente inferior para as mulheres. Mas essa situação mudaria bruscamente em 1793 AEC., o ano quando, na Babilônia do Sul, Rîm-Sîn conquistaria Isin. O preço das escravas cairia então pela metade de seu valor, corroborando assim a hipótese evocada acima. Mais tarde, os preços iriam de novo flutuar e conhecer uma ligeira alta no tempo de Hammu-rabi[38], passando a 24 siclos de prata para os homens e a 13 siclos de prata para as mulheres.

Examinando os quadros 1 e 2, constatamos que os preços praticados seguem apresentando uma diferença de valores entre homens e mulheres proporcional àquela do Norte da Babilônia. Os homens eram comprados por 15 1/6 siclos de prata e as mulheres, por 12. No texto Nº 4 (RS 39), vê-se Ubar-Šamaš dando em garantia um escravo do sexo masculino pelo recebimento da soma de 20 siclos de prata. Através do contrato Nº 1 (RS 28), é Ikmatum que se oferece em garantia a Ubar-Šamaš pelo pagamento de uma dívida de 5 siclos de prata. Segundo o documento, o mercador teria avançado a soma e possuiria o escravo até o dia em que este o reembolsasse, o que pode explicar esse baixo preço em relação à média da época (Skaist, 1994: 209). Sobre esse tema, Van de Mieroop (1987: 9-10) assinala: "A lower price often occurs when persons sell themselves because of their debts, or when parents sell their child."

Em outros dois contratos, Nº 2 (RS 31) e Nº 3 (RS 35), Ubar-Šamaš recebia, por um escravo, a garantia de bens imobiliários, o que permite supormos que o mercador obteve do negócio uma importante vantagem, uma vez que o valor desses bens era claramente superior ao do escravo. Somente o texto Nº 5 (RS 45) não nos informa sobre o valor da garantia. Finalmente, o contrato Nº 8 (RS 45) sela uma troca de escravos, mas não nos esclarece sobre as razões e as vantagens de tal procedimento.

[38] O Código de Hammu-rabi avaliava o preço de um escravo em 20 siclos de prata.

## Quadro 3: Tabela de Correspondência dos Textos

| Número | Código da Publicação | Datação (Calendário antigo) | Datação (Calendário atual) |
|---|---|---|---|
| **1** | VS XIII, 96 | (-/V/RS 28) | 1795 AEC |
| **2** | VS XIII, 68 | (-/X/RS 31) | 1792 AEC |
| **3** | VS XIII, 73 | (25/V/RS 35) | 1788 AEC |
| **4** | YOS VIII, 146 | (-/I/RS 38) | 1785 AEC |
| **5** | VS XIII, 84 | (26/V/RS 45) | 1778 AEC |
| **6** | VS XIII, 76 | (19/X/RS 36) | 1787 AEC |
| **7** | YOS VIII, 144 | (-/IV/RS 37) | 1786 AEC |
| **8** | VS XIII, 85 | (-/VIII/RS 45) | 1778 AEC |

## Quadro 4: Unidades de Medida Ponderal

| **1 mina = 60 siclos** |
|---|
| **1 siclo = 8 gramas** |

## Referências bibliográficas


ARNAUD, D. A Catalogue of the Cuneiform tablets and inscribed objects found during the 6th Season in Tell Senkereh/Larsa. *SUMER* 34/1, 1978, p.165-176.

_____. Textes divers concernant le royaume de Larsa, IN: HUOT, J.-L. *Larsa et Oueili, travaux de 1978-1981*, Paris, 1983, p.231-251.

BARTON, G. *The Royal Inscriptions of Sumer and Akkad*. The Yale University Press, New Haven, 1929, p.325-389.

BECKMAN, G. *Catalogue of the Babylonian Collections at Yale 2*. CDL Press, Bethesda, 1995.

BIROT, M. *Correspondance des gouverneurs de Qattunân*. ARM 27, ERC, Paris, 1993.

BOTTÉRO, J. Désordre économique et annulation des dettes en Mésopotamie à l'époque paléo-babylonienne. *JESHO* 4/2, 1961, p.113-164.

BOUZON, E. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAD. *Chicago Assyrian Dictionnary*. Chicago: The Oriental Institute.

CHARPIN, D. *Archives Familiales et Propriété Privée en Babylonie Ancienne: Étude des documents de Tell Sifr*. Librairie Droz, Genève, 1980.

_____. Le geste, la parole et l'écrit dans la vie juridique en Babylonie ancienne, IN: CHRISTIN, A.-M. (org.), *Écritures - Systèmes Idéographiques et Pratiques Expressives*. Le Sycomore, Paris, 1982, p.65-73.

_____. Immigrés, réfugiés et déportés en Babylonie sous Hammu-rabi et ses successeurs, IN: CHARPIN, D. e JOANNÈS, F. *La circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche-Orient ancien - Actes de la XXXVIIIe Rencontre Assyriologique Internacional*. ERC, Paris, 1992, p.207-218.

_____. e DURAND, J-M. La suzeraineté de l'empereur (sukkalmah) d'Elam sur la Mésopotamie et le nationalisme amorrite. *Actes de la XXXVIème RAI*, 1991, p.59-66.

EDZARD, D. O. Die bukânum-Formel der altbabylonischen Kaufverträge und ihre sumerische Entsprechung. *ZA* 60, 1970, p.8-53

FARBER, H. A Price and Wage Study for Northern Babylonia during the Old Babylonian Period. *JESHO* 21, 1978, p.27.

FAUST, D. *Contracts from Larsa-Dated in the Reign of Rîm-Sin*. YOS VIII, New Haven, 1941.

FIGULA, H.H. *Vorderasiatische abteilung-Altbabylonische Verträge*. VS XIII, Leipzig, 1914.

GASCHE, H. *La Babylonie au 17$^{e}$ siècle avant notre ère: Approche Archéologique, Problèmes et Perspectives*. Mesopotamian History and Environment, series II, memoirs I, University of Ghent, 1989.

GELB, I. The Ancient Mesopotamian Ration System. *JNES* 24, 1965, p.230-243.

_____. Household and Family in Early Mesopotamia. *OLA 5*, Leuven, 1979, p.5.

GRICE, E.M. Cronology of the Larsa Dynasty. *YOS* IV/1 Researches, New Heaven, 1919.

HALLO, W. Trade and traders in the Ancient Near East: some Perspectives, IN: CHARPIN, D. e JOANNÈS, F. (org.), *La circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche-Orient ancien - Actes de la XXXVIIIe Rencontre Assyriologique Internationale*, ERC, Paris, 1992, p.351-356.

HUOT, J.-L. Larsa Archäologisch. *RLA* VI, Berlin - New York, 1980-1983, p.503-505.

_____ (dir.). *Larsa et Oueili-Travaux de 1978-1981*. ERC, mémoire n°26, Paris, 1983.

_____ (dir.). *Larsa - Travaux de 1985*. ERC, Mémoire n° 83, Paris, 1989.

_____ (dir.). *Oueili - Travaux de 1987 et 1989*. ERC, Paris, 1996.

_____. Les Travaux Français a Tell El 'Oueili et Larsa. Un bilan provisoire. *Akkadica* 73, 1991, p.1-32.

LEEMANS, W.F. *The Old-Babylonian Merchant*. SD III, Leiden, 1950.

_____. *Legal and Economic Records from the Kingdom of Larsa*. Leiden, 1954.

_____. *Foreign Trade in the Old Babylonian Period*. SD VI, Leiden, 1960.

_____. *Old Babylonian Legal and Administrative Documents*. TLB I, Leiden, 1954-1964.

_____. Old Babylonian Letters and Economic History. *JESHO* 11/2, 1968, p.171-226.

MARGUERON, J. Larsa - Archäologisch. *RIA* VI, Berlin - New York, 1980-1983, p.500-503.

MATOUŠ, L. Les Contrats de Vente d'immeubles provenant de Larsa. *ArOr* 18/4, 1950, p.11-67.

NISSEN, H. J. *The Early History of the Ancient Near East*. Chicago and London, 1988.

POZZER, K.M.P. *Les Arhives Privées de Marchands à Larsa pendant la deuxième moitié du règne de Rîm-Sîn*. Lille: ANRT, 2003.

_____. O Exercício do Direito na Mesopotâmia Antiga. *Justiça & História.* v.2, p.55-76, 2002.

_____. Arquivos Familiares e Propriedade Privada na Mesopotâmia Antiga. *Clássica* (São Paulo). v.13/14, p.277-299, 2001.

_____. Selos-cilindros Mesopotâmicos: um estudo epigráfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. v.10, p.163-174, 2000.

_____. O Reinado de Rîm-Sîn: Uma Nova Visão da História de Larsa. *Phoînix* (UFRJ). , v. Ano IV, p.271-286, 1998.

RENGER, J. Interaction of Temple, Palace, and 'Private Enterprise' in the Old Babylonian Economy. *OLA* 5, Leuven, 1979, p.251-252.

SKAIST, A. *The Old Babylonian Loan Contract*. Bar-Ilan University Press, Ramat Gan, 1994.

STOL, M. State and Private business in the land of Larsa. *JCS* 34, 1982, p.127-230.

VAN DE MIEROOP, Marc. The Archive of Balmunamhe. *AfO* 34, Horn, 1987, p.1-19.

_____. *Society and Enterprise in Old Babylonian Ur*. BBVO 12, Berlin, 1992.

# WORTH 5 SILVER SHEKELS: SLAVERY IN MESOPOTAMIAN'S PRIVATE ARCHIVES[39]

Katia Maria Paim Pozzer[40]

## Abstract

We propose a reflection about the theme of slavery, from the study of the archives of an important businessman in the city of Larsa, in the south Mesopotamian, named Ubar-Šamaš, during the reign of King Rîm-Sîn (1822-1763 BCE). This merchant exercised relevant economic activities, such as buying and selling land in urban and rural areas, silver loans and slave trade. In paleobabylonian society, slave labor did not occupy an important role in the economy, and the conditions of the trade of servantswere directly linked to political conditions, such as war and its economic and social consequences. Another objective of this article is to offer Brazilian readers research sources for the study of economic history of the ancient world, from the translation of documents directly from Akkadian language and cuneiform writing into Portuguese.

## Keywords

Slavery; archive, Mesopotamia.

[39] Translated by author. A version of this study was the subject of an earlier publication in Portugal, Cadmo Journal of the University of Lisbon

[40] Associate Professor. Federal University of Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil. e-mail: katia.pozzer@ufrgs.br

## Resumo

Propomos uma reflexão sobre a temática da escravidão, a partir do estudo dos arquivos de um importante homem de negócios da cidade de Larsa, no sul mesopotâmico, nomeado Ubar-Šamaš, durante o governo do rei Rîm-Sîn (1822-1763 AEC.). Este mercador exerceu atividades econômicas relevantes, como compra e venda de terrenos em áreas urbanas e rurais, empréstimos de prata e o comércio de escravos. Na sociedade paleobabilônica, o trabalho escravo não ocupava um papel importante na economia, e as condições do comércio de servos estavam diretamente ligadas às condições políticas, como as guerras e suas consequências econômicas e sociais. Outro objetivo deste artigo é oferecer ao leitor brasileiro fontes de pesquisa para o estudo da história econômica do mundo antigo, a partir da tradução de documentos diretamente da língua acádica e da escrita cuneiforme para o português.

## Palavras-Chaves

Escravidão, arquivo, Mesopotâmia.

Mesopotamia is in the Fertile Crescent area and its economy was based on agriculture and livestock, coupled with craft activities and trade. However, this region was devoid of rain, and therefore the use of irrigation was necessary to ensure food production. The artificially irrigated agriculture was one of the most important technological innovations of the beginning of the third millennium BC.

According to Code of Hammu-rabi, Mesopotamian society was divided in three distinct social groups: the *awîlum*, the free man who enjoyed all the rights; the *muškenum*, an intermediate social class, dependent on the palace; the *wardum*, male slave and *antum*, female slaves, that could be slave by birth, prisoners of war, or could even have been enslaved by debt bondage situations (Bouzon, 2000).

The practice of slavery existed in ancient oriental world, without, however, setting itself up as the predominant mode of production in economic relations. In this paper we propose a reflection on the theme of slavery, from the study of the archives of an important businessman from the city of Larsa, in southern Mesopotamia, named Ubar-Šamaš, during King's Rîm-Sîn's government (1822-1763 BCE .). This tamkâru (merchant) had relevant economic activities such as buying and selling land in urban and rural areas, silver loans and slave trade. We present below, the reconstitution of the private archives of Ubar-Šamaš related to the issue of slavery, with the translation and analysis of these documents.

## Introduction

The passage of the Ur III dynasty (2112-2004 BCE) for the period Isin-Larsa (2004-1750 BCE) brought profound changes to the lower Mesopotamian region. The most visible elements of these changes were the disintegration of political unity, the progressive fragmentation of empires, which gave rise to a multitude of city-states, a linguistic change that led to the supremacy of Akkadian at the expense of Sumerian, and a change in the ethnic composition of the population, with the arrival of the Amorite.

After the end of the Ur III Empire, private property and trade experienced great development, as shown by the legal and economic texts from the city of Ur (Van Mieroop, 1992). This phenomenon happened a little later in Larsa, where the number of merchants (*tamkarû*) increased under the reign of Warad-Sîn and during the first half of the reign of Rîm-Sîn. During this period, private economic activities have gained importance with the intensification of agriculture, which was equipped with an integrated system of irrigation, and the growth of urban populations. In public administration, there has been a differentiation between the South and the North, visible in writing, in the typology of legal forms and expanded usage of Akkadian. The

extended family has been supplanted by the nuclear family, and the management and transfer of land ownership was met, in turn, with some transformations.

In his study of the Old-Babilonian merchants, Leemans (1950: 113-115) describes them as elements independent from the palace and explains the prosperity of these agents by the large number of land and slaves they bought.

In Old-Babilonian society, slave labor did not occupy an important role in the economy, and the servant trading conditions were directly linked to political conditions. We know, for example, that in Ur, slaves were used mainly in household chores, but not in agriculture (Van Mieroop 1992: 225).

## Documents

The Ubar-Šamaš merchant's archives contain evidence that testify clearly of commercial operations regarding slaves.

A large number of documents related to the businessman Ubar-Šamaš is in volume XIII of the *Vorderasiatische Schriftdenkmäler* collection in the Berlin Museum, which was published by Figula (1914). The author stresses that these tablets resulted from clandestine excavations that took place probably in the ancient cities of Sippar, Babylon, Senkereh and Warka, among others.

Another part was published by Faust (1941) in YOS VIII and are a part of the *Yale Babylonian Collection*, with most of these tablets being from the Senkereh site. As the author himself indicates, some of these texts were the subject of a first publication by E. Grant in 1919 in his book *Babylonian Business Documents of the Classical Period*. They were also found as a result of clandestine excavations.

We present below, this set of documents according to their type: the contracts of slaves pledged as guarantee and those of purchase and sale of slaves, in chronological order.

## Contracts of Slaves in Guarantee

**Text 1**

*Ikmatum is his name, he placed himself as guarantee for 5 shekels of silver to Ubar-Šamaš, Ubar-Šamaš revolved around five shekels of silver for its debt. On the day that Ikmatum bring the silver, he will be released. Before Ili-arni-Eštar, before Nur-Ištar, before Ikun-pî-Ištar, before Ani-illati, before Ibni-Irra, before Silli-Samas, son of Siqqûa, before Abum-Ilum, before Ili-išmeni. The seal of the witnesses. Seal: Nur-Ištar, the son of Puzur-Ilisu, Ištar's server.*

**Text 2**

*Issaya, (who was) made Ubar-Šamaš' slave by the royal word. Ubar-Šamaš gave as guarantee (put it in a safe place). Šāt-Samas, his wife received Issaya, if Issaya disappear if he runs away, Šāt-Samas, his wife and his house will be recognized [...] he will take [...] in [xxx]. Before Ubar-Šamaš, messenger, before Iddin-Samas, innkeeper, before Ubar-Šamaš, cutter, before [...] - u, Elamite, (two lines unreadable), before [...] scribe. The seal of the witnesses. Seals: Ubar-Šamaš, son of Irîbam-Sîn, of Pabilsag's server; Ubar-Šamaš, son of Iamlik-Ilum, Adad's server.*

**Text 3**

*Isiqatar is your name, slave of Ubar-Šamaš (and) Sîn-damiq, shepherd. Sîn-damiq, shepherd, Sîn-iribam, his father, Ummi-erra, his mother, his house and his orchard they received Isiqatar in assurance by Sîn-damiq, shepherd. If Isiqatar escape, Sîn-irîbam, his father and Ummi-erra his mother, his house and his orchard will recognize. Before Liphur-Anum, before Edê, before Kalabum, governor, before Iddin-Sîn. The seal of the witnesses.*

**Text 4**

*1 slave Iddin-Amurrum, is his name, Ibni-Amurrum received as guarantee, of Ubar-Šamaš, its owner. If he disappears, if he flee, Ibni-Amurrum will pay 1/3 silver mine. Before Lumur-sa-Amurrum, before Nidnat-Sîn, before Ili-iddinam, before Gimillum the son of Nanna-mansum, before Sîn-imguranni, businessman, before Ubar-Šamaš, before Gimillum, son of Warad-Ilisu, before Warad-kubi priest.*

**Text 5**

*1 Gimillum slave, is your name, slave of Ubar-Šamaš. Of Ubar-Šamaš, his owner, Šamaš-gamil, Gimillum brother, Taribûm the son of Šamaš-gamil*

*and Sîn-magir the son of Šamaš-gamil received as guarantee, Gimillum his brother. If Gimillum, brother of Šamaš-gamil escape, Šamaš-gamil, brother of Gimillum, Taribûm the son of Šamaš-gamil and Sîn-magir the son of Šamaš-gamil will be liable to Ubar-Šamaš. They swore by the name of Sîn, Šamaš and king Rîm-Sîn. Before Paniya, head of masons, before Abi iddinam, before Sîn-Samuh his brother, before Ibiyatum, mason, before Šaluti, before Išdum-kin, before Ahûm. The seal of the witnesses. Seal Paniya, head of masons. Seal: Abi-iddinam the son of [x] -mi [x] -nu of [...] server.*

**Table 1: Slave On Guarantee**

| TEXT | DATE | TYPE | NAME OF THE SLAVE | GUARANTEE | WHO PUT ON GUARANTEE |
|---|---|---|---|---|---|
| TEXT 1 | -/V/RS 28 | Guarantee | *Ikmatum* | 5 pieces of silver | himself |
| TEXT 2 | -/-/RS 31 | Guarantee | *Issaya* | Šât-Šamaš and his house | *Ubar-Šamaš* |
| TEXT 3 | 25/V/RS 35 | Guarantee | *Isiqatar* | his home and his garden | *Ubar-Šamaš e Sîn-damiq* |
| TEXT 4 | -/I/RS 39 | Guarantee | *Iddin-Amurrum* | 1/3 silver mine | *Ubar-Šamaš* |
| TEXT 5 | 26/V/RS 45 | Guarantee | *Gimillum* | - | *Ubar-Šamaš* |

Examining the table above, we find that the contracts of slaves pledged as guarantee are very different from each other, each having specific clauses of assurance and price of the payment declaration. Contracts Nº 1 (RS 28) and Nº 4 (RS 39) have, however, some similarities because, in both cases, the slave is given as guarantee in exchange for silver. The text 1, line 6 also explains that it is the payment of a debt. Otherwise, in the text Nº 3 (RS 35), the slave is given as guarantee in exchange for a house and an orchard. This procedure has already been pointed out by Van de Mieroop (1987: 7), quoting the YOS text VIII, 35 (RS 19) to illustrate his claim, and, more recently, by Skaist (1994: 212-213). The only text where no asset is pledged is in contract Nº 5 (RS 45), in which three members of the slave's family were engaged only morally. Finally,

text 2 (RS 31) is an atypical contract, because it is said that the slave status of the person concerned was established by a decision of the king. A possible explanation would be that this is a royal decree or a sentence presented in a process.

Contract Nº 1, through which Ikmatum gave himself as guarantee of Ubar-Šamaš, states that the contractor took advantage of this mechanism to repay a debt of five pieces of silver. It also states that Ikmatum could regain his freedom once the due sum was paid.

Text 2 (RS 31) reports the placing as guarantee of a slave of Ubar-Šamaš, called Issaya, with the wife of the latter. It is expressed, although Issaya was made a slave by royal order. One might think that it was a prisoner of war, for Rîm-Sîn had just conquered Isin; furthermore, one of the witnesses was an Elamite (a foreigner). Instead of a quantity of silver, it is the person that receives the slave, and his own wife, and a house of its property are placed as guarantee in this transaction. This example illustrates once again that this practice - giving up real estate as guarantee - was still usual in the kingdom of Larsa at that time.

In text Nº 3, we find the same kind of business, ie., a slave given as guarantee to the very family of the merchant in return for an orchard and a house. We realize that Ubar-Šamaš was designated as the owner of a slave but it was Sîn-damiq, a shepherd, who made the transaction, which leads us to think that this slave worked under the orders of the latter.

Contract Nº 4 shows Ubar-Šamaš pledging his slave Iddin-Amurrum to a certain Ibni-Amurrum who should pay 20 shekels of silver to the merchant in the case of disappearance of the slave.

Text Nº 5 records Ubar-Šamaš putting in guarantee its slave Gimillum into the servant family, specifically his brother and his two nephews; however, no amount of silver, or any immovable property, were involved in this case.

This type of transaction consisted in letting a slave in the services of the captive's own family (Charpin; Durand, 1993: 367-368). It was much more profitable for the owner, who no longer had the obligation to feed, clothe or watch the slave, as he passed the responsibility to his new master (Van Mieroop 1987: 11). We realized that in all such contracts, whose reasons are not indicated, Ubar-Šamaš appears as the owner of the slave, and thus, as the transaction’s beneficiary. We must remember that the seasonal nature of agricultural work affect the need for slaves, and consequently, on the period of their releases by guarantee to members of their families.

## Contracts Sales of Slaves

**Text 6**

*1 slave named Ilam-Nisu, slave of Naram-Sîn, his brother, Simat-Sîn, his mother and children. Ubar-Šamaš bought Naram-Sîn, his brother, Simat-Sîn, his mother, and children, the slave's owners, and he paid him 15 1/6 shekels of silver for its cash price. In the future, forever, Naram-Sîn, his brother, Simat-Sîn, her mother and the children will recognize the Slave's claim, they will not say, is my slave, they will not turn back. They swore by the name of Sîn, Šamaš, and King Rîm-Sîn. Before Ubar-Šamaš, cutter, before Ilšu-nasir, innkeeper, before Sîn-išmeani, doctor, before Inanna-Ili, priest, before Alîwaqrum the priest, before Dumuqum, scribe, before Ili-turram, blacksmith. The seals of the witnesses. Seal: Ubar-Šamaš, son of Irîbam-Sîn, of Pabilsag server.*

**Text 7**

*1 slave Kabta-lamassi, is her name, the daughter of Mār-ersetim, Ubar-Šamaš bought from Simat-Sîn, her owner and Naram-Sîn, her owner. He expounded to him 12 pieces of silver for its price in cash, he transferred the baton. Before Adayatum the son of Iddin-Adad, before Ili-turram the son of Šu-geštinanna, before Sîn-imguranni the son of Nûratum, before Aplum the son of Mannum-illum, before Iballût, scribe. The seal of the witnesses. Seal: Adad, Enki-imgurra [...].*

**Text 8**

*1 slave, Sîn-gimlanni is your name, Ubar-Šamaš, his owner. ⌜Tarâm-Ulmaš in exchange for Sîn-gimlanni gave Šamaš-Tukulti, athlete to Ubar-Šamaš. In the future, forever Taram-Ulmaš recognize a claim related to Samas Tukulti, he will not turn back, he swore by their king. Before Imgur-Sîn, son of [...] before Sîn-iribam, businessman, son of Ili-Tayyar, before Urri-urnum, blacksmith, son of Andakullum, before Ibalût the son of Ilî- išmeani, before Ahûm the son of Ili-imitti, before Dagan-Eris, son of Puzur- Šamaš, before Sîn-uselli the son of Nanna-mansum, before Dumuq-Šamaš, son of Šamaš-Hazir, before Naram-Sîn, son of Naram-šarûr. The seal of the witnesses. Seal: Ilî-imitti the son of Sîn-rimenni, of Ninsianna server.*

## Table 2: Slaves of Sale

| TEXT | DATE | TYPE | NAME OF THE SLAVE | PRICE | SALESMAN |
|---|---|---|---|---|---|
| TEXT 6 | 19/X/RS 36 | Buy | *Ilam-nišu* | 15 1/6 silver shekels | *Naram-Sîn, his brother and Šimat-Sîn, his mother* |
| TEXT 7 | -/IV/RS 37 | Buy | *Kabta-lamassi* | 12 silver shekels | *Šimat-Sîn and Naram-Sîn* |
| TEXT 8 | -/VIII/RS 45 | Exchange | *Sîn-gimlanni*<br>*Šamaš-tukulti* | - | *Ubar-Šamaš and Tarâm-Ulmaš* |

These two slave sale contracts are part of the aforementioned archives of the businessman Ubar-Šamaš, which, in both cases, appears as the buyer. In the first (Nº 6), the slave is sold by members of his family, namely his mother and his brother, probably as payment for a debt. This constitutes a current and well-documented situation in the sources of the time, and paragraph 117 of Hammu-rabi Code limited such kind of slavery to three years (Bouzon, 2000).

The second contract (Nº 7) shows the *bukannu*[41] clause, which provides for the realization of a symbolic act of property transfer, through which the slave passed before a erected pylon on the ground, an act that represented his passing from an owner to another (Matouš, 1950; Charpin, 1991: 65-73). This clause existed, especially in North Babylon, having disappeared from the archives at the end of Old-Babylonian period. Some authors consider that this disappearance is connected to the conquest of the region by king Hammu-rabi, for that provision had not existed in the contracts of the southern regions. However, this is contradicted by text 7 (- / IV / RS 37), which belonged to the archives of the businessmen Ubar-Šamaš. Although rare, this clause also appeared at this time in South Babylonian documents.

[41] CAD B 308 1b, literally means wooden pestle.

In contract 6, Ubar-Šamaš bought the slave Ilam-Nisu from the servant's older brother, Naram-Sîn, the mother, Simat-Sîn, and from his other brothers and sisters[42]. The second purchase contract (7) established between them refers to a slave called Kabta-lamassi. In this contract there is a *bukannum* clause, a rare case in Larsa.

Text Nº 8 is the only document in our archives that reports the exchange of two slaves held between Ubar-Šamaš and a woman named Taram-Ulmaš. The contract was written from the perspective of Ubar-Šamaš because the clauses of eviction and irrevocability aim to protect him, assuring him the slave's property given in exchange.

The two purchase agreements already mentioned, by which the merchant Ubar-Šamaš first acquired a slave and, a few months later, a slave woman from the same owners, are the only ones of their kind that relate to this merchant, and thus I can assume that he regularly practiced the slave trade. On the other hand, we must realize that these two contracts, 6 (RS 36) and Nº 7 (RS 37), record prices below the average for the season (Farber 1978: 12-14), which ranged between 20 and 30 shekels silver.

## Conclusions

Finally, we note that, in contracts where Ubar-Šamaš was the one who gave the pledge or sold the slave, the value of the guarantee was significantly higher than that of other contracts, which is to suggest the existence of a clearly unequal relationship between contractors for the benefit of Ubar-Šamaš.

Slave prices experienced significant variations in Old-Babylonian period, to which Van Mieroop (1987: 9-12) assigns different possible causes, such as wars, the proximity of crops and other agricultural work.

In his study of the fluctuation in prices and wages in North Babylon, Farber (1978: 13) deepens the hypothesis that the price of slaves was usually connected to the phenomenon of labor force capturethrough wars. In fact, according to the table of prices, it is evident that they fell after the wars, because of the increase in the number of slaves. Larsa also experienced a significant fluctuation in these prices. From the year 6 of Warad-Sîn to the RS 23, a slave was worth 20-30 shekels of silver and worth about 60 shekels of silver between RS 24 and RS 26. If we restrict ourselves to the period of

[42] This scheme follows the Mesopotamian legal tradition under which the eldest son held the upper hand in the family business.

the reign of Rîm-Sîn, we will see that in his accession to the throne of Larsa, the price of slaves was 20 pieces of silver for men and slightly lower for women. But this situation would change abruptly in 1793 BCE, the year when, in South Babylon, Rîm-Sîn conquered Isin. The price of slaves would fall then to half of its value, thus corroborating the situation described above. Later, prices would again fluctuate and experience a slight increase in the time of Hammu-rabbi, passing 24 pieces of silver for men and 13 pieces of silver for women[43].

Examining Tables 1 and 2, we find that the prices present a proportional difference of values between men and women to that of North Babylon. Men were bought by 15 1/6 shekels of silver and women, by 12. In the text Nº 4 (RS 39), Ubar-Šamaš is seen pledging a male slavefor the sum of 20 shekels of silver. Through the contract 1 (RS 28), it is Ikmatum that is offered as guarantee to Ubar-Šamaš, to pay a debt of five shekels of silver. According to the document, the merchant would have advanced the sum and would own the slave until the day that he was payed back, which may explain this low price in relation to to the average of the season (Skaist 1994: 209). On this subject, Van Mieroop (1987: 9-10) points out: "The lower price often occurs when persons sell themselves because of their debts, or when parents sell their child."

In two other contracts, Nº 2 (RS 31) and Nº 3 (RS 35), Ubar-Šamaš received for a slavethe guarantee of real estate, allowing us to suppose that the merchant has obtained in the transaction an important advantage, since the value of these assets was clearly superior to the slave. Only the text Nº 5 (RS 45) does not inform us about the value of the guarantee. Finally, the contract Nº 8 (RS 45) seals an exchange of slaves, but no indication for the reasons and the benefits of such a procedure.

[43] The Hammu-rabi Code assessed the price of a slave in 20 pieces of silver.

## Table 3: Texts Correspondence Table

| Number | Publication Code | Dating (Old Calendar) | Dating (Current Calendar) |
|---|---|---|---|
| **1** | VS XIII, 96 | (-/V/RS 28) | 1795 AEC |
| **2** | VS XIII, 68 | (-/X/RS 31) | 1792 AEC |
| **3** | VS XIII, 73 | (25/V/RS 35) | 1788 AEC |
| **4** | YOS VIII, 146 | (-/I/RS 38) | 1785 AEC |
| **5** | VS XIII, 84 | (26/V/RS 45) | 1778 AEC |
| **6** | VS XIII, 76 | (19/X/RS 36) | 1787 AEC |
| **7** | YOS VIII, 144 | (-/IV/RS 37) | 1786 AEC |
| **8** | VS XIII, 85 | (-/VIII/RS 45) | 1778 AEC |

## Table 4: Ponderal Measurement Units

| **1 mine = 60 shekels** |
|---|
| **1 shekel = 8 grams** |

## Bibliography


ARNAUD, D. A Catalogue of the Cuneiform tablets and inscribed objects found during the 6th Season in Tell Senkereh/Larsa. *SUMER* 34/1, 1978, p.165-176.

_____. Textes divers concernant le royaume de Larsa, IN: HUOT, J.-L. *Larsa et Oueili, travaux de 1978-1981*, Paris, 1983, p.231-251.

BARTON, G. *The Royal Inscriptions of Sumer and Akkad*. The Yale University Press, New Haven, 1929, p.325-389.

BECKMAN, G. *Catalogue of the Babylonian Collections at Yale 2*. CDL Press, Bethesda, 1995.

BIROT, M. *Correspondance des gouverneurs de Qattunân*. ARM 27, ERC, Paris, 1993.

BOTTÉRO, J. Désordre économique et annulation des dettes en Mésopotamie à l'époque paléo-babylonienne. *JESHO* 4/2, 1961, p.113-164.

BOUZON, E. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAD. *Chicago Assyrian Dictionnary*. Chicago: The Oriental Institute.

CHARPIN, D. *Archives Familiales et Propriété Privée en Babylonie Ancienne: Étude des documents de Tell Sifr*. Librairie Droz, Genève, 1980.

_____. Le geste, la parole et l'écrit dans la vie juridique en Babylonie ancienne. In: CHRISTIN, A.-M. (org.), *Écritures - Systèmes Idéographiques et Pratiques Expressives*. Le Sycomore, Paris, 1982, p.65-73.

_____. Immigrés, réfugiés et déportés en Babylonie sous Hammu-rabi et ses successeurs, IN: CHARPIN, D. e JOANNÈS, F. *La circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche-Orient ancien - Actes de la XXXVIIIe Rencontre Assyriologique Internacional*. ERC, Paris, 1992, p.207-218.

_____. e DURAND, J-M. La suzeraineté de l'empereur (sukkalmah) d'Elam sur la Mésopotamie et le nationalisme amorrite. *Actes de la XXXVIème RAI*, 1991, p.59-66.

EDZARD, D. O. Die bukânum-Formel der altbabylonischen Kaufverträge und ihre sumerische Entsprechung. *ZA* 60, 1970, p.8-53

FARBER, H. A Price and Wage Study for Northern Babylonia during the Old Babylonian Period. *JESHO* 21, 1978, p.27.

FAUST, D. *Contracts from Larsa-Dated in the Reign of Rîm-Sîn*. YOS VIII, New Haven, 1941.

FIGULA, H.H. *Vorderasiatische abteilung-Altbabylonische Verträge*. VS XIII, Leipzig, 1914.

GASCHE, H. *La Babylonie au 17$^{e}$ siècle avant notre ère: Approche Archéologique, Problèmes et Perspectives*. Mesopotamian History and Environment, series II, memoirs I, University of Ghent, 1989.

GELB, I. The Ancient Mesopotamian Ration System. *JNES* 24, 1965, p.230-243.

_____. Household and Family in Early Mesopotamia. *OLA 5*, Leuven, 1979, p.5.

GRICE, E.M. Cronology of the Larsa Dynasty. *YOS* IV/1 Researches, New Heaven, 1919.

HALLO, W. Trade and traders in the Ancient Near East: some Perspectives, IN: CHARPIN, D. e JOANNÈS, F. (org.), *La circulation des biens, des personnes et des idées dans le Proche-Orient ancien - Actes de la XXXVIIIe Rencontre Assyriologique Internationale*, ERC, Paris, 1992, p.351-356.

HUOT, J.-L. Larsa Archäologisch. *RLA* VI, Berlin - New York, 1980-1983, p.503-505.

_____ (dir.). *Larsa et Oueili-Travaux de 1978-1981*. ERC, mémoire n°26, Paris, 1983.

_____ (dir.). *Larsa - Travaux de 1985*. ERC, Mémoire n° 83, Paris, 1989.

_____ (dir.). *Oueili - Travaux de 1987 et 1989*. ERC, Paris, 1996.

_____. Les Travaux Français a Tell El 'Oueili et Larsa. Un bilan provisoire. *Akkadica* 73, 1991, p.1-32.

LEEMANS, W.F. *The Old-Babylonian Merchant*. SD III, Leiden, 1950.

_____. *Legal and Economic Records from the Kingdom of Larsa*. Leiden, 1954.

_____. *Foreign Trade in the Old Babylonian Period*. SD VI, Leiden, 1960.

_____. *Old Babylonian Legal and Administrative Documents*. TLB I, Leiden, 1954-1964.

_____. Old Babylonian Letters and Economic History. *JESHO* 11/2, 1968, p.171-226.

MARGUERON, J. Larsa - Archäologisch. *RIA* VI, Berlin - New York, 1980-1983, p.500-503.

MATOUŠ, L. Les Contrats de Vente d'immeubles provenant de Larsa. *ArOr* 18/4, 1950, p.11-67.

NISSEN, H. J. *The Early History of the Ancient Near East*. Chicago and London, 1988.

POZZER, K.M.P. *Les Archives Privées de Marchands à Larsa pendant la deuxième moitié du règne de Rîm-Sîn*. Lille: ANRT, 2003.

_____. O Exercício do Direito na Mesopotâmia Antiga. *Justiça & História.* v.2, p.55-76, 2002.

_____. Arquivos Familiares e Propriedade Privada na Mesopotâmia Antiga. *Classica* (São Paulo). v.13/14, p.277-299, 2001.

_____. Selos-cilindros Mesopotâmicos: um estudo epigráfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. v.10, p.163-174, 2000.

_____. O Reinado de Rîm-Sîn: Uma Nova Visão da História de Larsa. *Phoînix* (UFRJ). , v. Ano IV, p.271-286, 1998.

RENGER, J. Interaction of Temple, Palace, and 'Private Enterprise' in the Old Babylonian Economy. *OLA* 5, Leuven, 1979, p.251-252.

SKAIST, A. *The Old Babylonian Loan Contract*. Bar-Ilan University Press, Ramat Gan, 1994.

STOL, M. State and Private business in the land of Larsa. *JCS* 34, 1982, p.127-230.

VAN DE MIEROOP, Marc. The Archive of Balmunamhe. *AfO* 34, Horn, 1987, p.1-19.

_____. *Society and Enterprise in Old Babylonian Ur*. BBVO 12, Berlin, 1992.

# O ESPÍRITO DO MEDO: ROMA E O ABSOLUTISMO

Adilton Luís Martins[44]

## Resumo

Este artigo apresenta a tese de que o filósofo iluminista Montesquieu produziu uma teoria histórica e política baseada na história de Roma. O foco principal deste texto está na associação entre a ideia de que o Império romano e o despotismo oriental são semelhantes. Para o filósofo, a corrupção destruiu o espírito da liberdade e da virtude da República romana e instaurou um império baseado no medo, que é o princípio do despotismo. A fonte principal de análise é a obra Espírito das Leis.

## Palavras-chaves

Montesquieu; República romana; Despotismo oriental; Império romano; Espírito das Leis.

[44] Universidade Federal de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil. e-mail: adiltton@hotmail.com

## Abstract

This article affirms that Enlightenment philosopher Montesquieu produced a historical and political theory based on the history of Rome. The main focus of this text is the association contained in the idea of a similarity between the Roman Empire and Oriental Despotism. For Montesquieu, corruption destroyed the spirit of freedom and virtue of the Roman Republic and founded an empire based on fear, which is the principle of despotism. The main source of analysis here is the book *The spirit of the laws.*

## Keywords

Montesquieu; Roman Republic; Oriental Despotism; Roman Empire; The Spirit of the Laws.

## Introdução

Neste artigo, o conde Montesquieu aparece como teórico político que sai em defesa dos seus, os nobres. Entra em cena o anti-absolutismo de Montesquieu, sua compreensão da história romana e sua teoria germanista de história; uma e outra, em oposição ao absolutismo e à sua historiografia legitimadora, ou melhor, criadora.

Certamente, a história é o metal que liga os dois gumes da espada do poder absoluto, a criação deste poder e a sua legitimação. A historiografia erudita se comporta como liga metálica. Ela fabrica sua crítica com o medo e com a sedução. O historiador absolutista comporta-se como profeta espiritual do Estado, que vê por sua vidência a reencarnação da Roma Imperial, sob os pés da Monarquia.

Montesquieu enfrentou a erudição da historiografia católica, absolutista e burguesa com a exaltação e queda da República romana. Se Roma alguma vez foi boa como modelo, então, esta verdade começou e encerrou com a sua República. Para Montesquieu, a República Romana é acima de tudo a política sem medo, virtuosa que cai sob o Império do medo, o Império romano. A lei histórica do medo, outrora visível na política dos imperadores e no despotismo oriental, agora, como fonte de corrupção, grassa as ruas e as salas da França do século XVIII.

## Montesquieu e a Erudição

Para bem compreender a oposição que Montesquieu faz à história erudita da empresa absolutista pode-se se observar o grande conjunto da obra de diversos autores da *Académie* e dos mosteiros contratados pela coroa. Por exemplo, tem-se a obra de Gabriel Mably, *Parallèle des Français et des Romains, de* 1741.

Ausente da discussão anti-absolutista, Mably fora pintado por Helga Gahyva como um defensor da igualdade francesa:

> *O rival em comum é uma convergência entre Mably e Boulainvilliers. Segundo Furet, elas vão além: "os dois homens dividem uma mesma concepção de história. Mas, também, os mesmos materiais e uma temática idêntica" (Furet, 1997, p.174). Porém, se o destinatário principal de Boulainvilliers é o delfim, o do abade é o terceiro estado. E os objetivos são também divergentes: enquanto o primeiro se preocupa em reforçar as*

> *diferenças estamentais entre nobres e burgueses, Mably não apenas as refuta, como intenta superá-las. Se o estabelecimento de ordens fixas fundou uma dualidade nacional, o restabelecimento da unidade pressupõe o reingresso da parcela alijada nas assembleias da nação. Reconciliados no seio do germanismo, os estados transformar-se-ão, enfim, em classes distintas pertencentes à mesma ordem (Gahyva, 2006: 131).*

O conhecido germanismo de Henri de Boulainvilliers consiste numa defesa de privilégios, mas, a partir de uma teoria bem mais complexa. Para este nobre normando, o germanismo consiste em um ideário aristocrata. Boulainvilliers vê na aristocracia o melhor dos governos (Tholozan, 1999). Indefensável a ideia de igualdade, quando há a presença de privilégios legais e reais para nobreza, mesmo sob Luís XIV. O que Mably tenta é constituir uma França serva do Absolutismo, naquilo que Montesquieu definiu como igualdade sob o déspota.

> *Todos os homens são iguais no governo republicano; são também iguais no governo despótico: no primeiro, por serem tudo, no segundo, por serem nada (Montesquieu, 1973: 91).*

O debate que propõe a nobreza contra a historiografia absolutista configura-se a partir da relação entre moral e política, entre a ideia de queda romana pela imoralidade e o uso de mercenários, sem honra, pelo exército romano. Este debate constitui-se por uma representação histórica do saber burguês em meio ao Estado Absolutista. O privilégio fiscal e jurídico dos nobres se caracteriza por uma teoria de poder. Uma teoria de governo. Diferente dos historiadores da coroa, estes nobres buscavam nos francos (germanismo) a defesa da aristocracia, contra os absolutistas (galo-romanistas).

Tanto um quanto outro grupo de historiadores procurava na história razões de legitimidade para sua posição política e jurídica. Montesquieu, por exemplo, de forma notável constituirá o absolutismo de Luís XIV como um despotismo, estruturando-o no fim da República romana. O fim desta república constitui para Montesquieu sua verdadeira "Queda de Roma". Este tema é um elemento importante da historiografia anti-absolutista, em especial, partir dos anos 1740.

Por isso, a tese de igualdade sob o Antigo Regime não é realizada pela academia francesa, sempre a serviço da Monarquia. Ela aparecerá na obra de alguns autores iluministas nesse contexto, e, principalmente, depois da Revolução Francesa. O que aponta a inexistência de um período pré-revolucionário, pelo menos não no campo da historiografia.

Quem se afirma como imperial e romano é a monarquia. Afirma Senarclens:

> *Se, ao lado do discurso moralista sobre a virtude e o patriotismo romano, o tema da grandeza de Roma guarda uma atualidade política no século XVIII, também, o é, porque a França concorreu por um lugar particular na herança de Roma. Numerosos historiadores fazem de Roma um "modelo" para a*

> *França aspirante à glória. O caráter excepcional desta cidade é, com efeito, a medida de uma nação que faz uma grande ideia de sua própria história, mas também de "seu destino" (Senarclens, 2003: 19).*

Não se pode ignorar Claude Nicolet (2001), que nos aponta um dado quase óbvio até 1791 – o tema de Roma era o mais importante na *Académie*, em seguida o da Grécia antiga; os dois temas somados produzem o número de 55% do total da produção da Academia. Em torno ao tema das "Belas letras" somam-se o total 201 títulos, sobre poesia, eloquência, teatro e obras literárias, em geral. Os mais lidos eram Homero e Virgílio. Sobre os historiadores romanos e gregos há 47 títulos.

Ao tratar de legislação e política, 16 são sobre a Grécia, 41 sobre Roma e 42 sobre a Gália e a França antiga. A arte militar grega aparece em 08 títulos, enquanto que a romana em 31. Algo que se repete na numismática, com 28 títulos. As outras centenas de títulos que tratam do mundo oriental, africano e dos povos do norte também ecoam o interesse pelo Império Romano; o mesmo acontece quando se faz referência à "história da pátria", que se deleita sobre o tema da Gália, entendida como a França antiga.

O sentimento de romanidade provém do texto histórico (*mimeses II)* e de sua leitura (*mimeses III*) (Ricouer, 1994: 101). Assim, pela narrativa, a coroa pode afirmar a sua linhagem romana. Senarclens (2003: 40) mapeia o regime de textos. Em primeiro lugar, aparece a aura gloriosa de Roma pela imensa obra de Catrou e Rouillé (1725); o mesmo pode ser dito sobre outra obra de renome, a de Jacques Bossuet (1691; Martins, 2010: cap.II) e sua teocracia que conta a história do mundo, ou universal, desde a criação do mundo até o nascimento de Luís XIV. Também, elencado por Senarclens, o jansenista Charles Rollin (1738-1748) aparece afirmando a providência divina sobre Roma e a monarquia francesa. Nestes autores, a figura de Carlos Magno consiste na ponte entre a derrocada de Roma e a glória francesa.

O tema da reencarnação de Roma está em Mably, por meio do paralelo entre romanos e franceses. Sobre a obra de Mably, afirma Senarclens:

> *Mably compara termo a termo os grandes momentos da história francesa com os da história romana. Ele enumera as circunstâncias que impediram a França de atender mais rápido o nível de Roma, ou mais exatamente, os "principais fatos que mantivera durante muitos séculos o governo longe de sua perfeição (2003: 44).*

A tese geral de Senarclens trata da historiografia da *Académie* como a de uma França de linhagem ou reencarnação romana. Também, afirma que com a morte de Luís XIV surge um novo tema: a decadência do Império romano; tema anti-absolutista, em vigor desde o século XVII, com Henri de Boulainvilliers (Martins, 2010: Cap. III).

## O Espírito de Roma

Por influência de sua formação humanista, característica de seu século, Montesquieu conhecia bem a história de Roma. Por isso, ao criar sua concepção de formas de governo, sabia bem aonde encontrar os modelos.

República, Monarquia e Despotismo são as formas históricas de governo. Já são encontráveis em Aristóteles, mas, para Montesquieu, Roma é a expressão maior de todas elas. Monarquia, República e Império são os grandes momentos da história de Roma. Tais divisões da história romana serão em toda a obra a condição epistemológica do pensamento político. História e política se agenciam em Montesquieu. O conhecimento de Aristóteles não determina completamente a divisão dos poderes, porque o conde iluminista, sendo um empirista da história, inspirado por Newton, precisa de dados mais experimentais que a teoria política antiga. A autoridade histórica supera a autoridade filosófica.

A presença Aristóteles informa aquilo que Bobbio afirma:

> *Mas existe também, embora como subclasse, a ideia da extraordinária originalidade e fecundidade das categorias elaboradas pelos gregos, em particular por Aristóteles, a cuja Política deve o Ocidente um sistema conceitual que resistiu ao tempo e chegou até nós praticamente intacto. Era uma ideia que devia ser posta à prova: parece-me que nenhum tema se adaptaria mais a esta prova do que a forma de governo, no mínimo por duas razões: não há obra política clássica que não trate desse tema e não há autor clássico, que, tratando dele, não faça, direta ou indiretamente, referência aos autores gregos (de resto, os termos ainda hoje usados - monarquia, oligarquia, aristocracia, democracia, autocracia, tirania - são de origem grega, do mesmo modo que os termos construídos artificialmente, como tecnocracia e hierocracia) (2005, 3).*

Montesquieu, ainda que se pareça em alguma escala com Aristóteles, afasta-se do mesmo por dois motivos: primeiro seu ideal político não é a cidadania moral, e sim a monarquia constitucional de modelo inglês, a chamada monarquia moderada. O segundo motivo está na presença de Roma. Roma era totalmente desconhecida por Aristóteles. Em seu conjunto, a história de Roma conduz às transformações políticas por meio dos homens, virtudes e corrupções. Um só povo, em um mesmo clima, vivenciou todos os tipos de governo e todos os tipos de corrupções. E sobre todas as transformações, há textos de altíssimo grau de formalidade dando ao filósofo iluminista as condições de autoridade junto à ordem discursiva da chamada erudição. Portanto, Roma é uma garantia de toda teoria; os outros povos são apenas ramificações e exemplificações.

A teoria política é uma teoria histórica na medida em que as transformações e as espacialidades iluminam o pensamento, exemplificam, produzem questionamentos e apontam para soluções. Há um sentido de previsibilidade histórica. A derrocada do Império romano pode ser o alerta para derrocada do Absolutismo, e, talvez, da França.

> *Em Roma, que nasceu pequena para tornar-se poderosa; em Roma feita para experimentar todas as vicissitudes da fortuna; em Roma, que tinha, ora, quase todos os cidadãos fora de suas muralhas, ora, toda a Itália e uma parte de terra no interior de sua muralhas, não se especificara esse número (de eleitores) sendo uma das principais causas de sua ruína (Montesquieu, 1973: 39).*

## A República Romana

Para Montesquieu, todos podem perceber a diferença de natureza nos três tipos de governo, república é reconhecida até mesmo pelos "não instruídos" como:

> *Governo republicano é aquele em que o povo, como um todo ou somente uma parcela do povo, possui o poder soberano;(nota 14 da edição francesa: Por democracia se entende que Montesquieu fala de Atenas e de Roma) (Montesquieu, 1973: 39).*

A indicação dos fatos observados nos afasta de Aristóteles, pois implica severamente o único povo histórico a experimentar os três governos - a começar pela democracia. Quando todo o povo tem o poder, então, há a democracia. Outrossim, quando o povo é governado por um grupo que tem em mãos a soberania, tem-se aí a aristocracia. Estas duas afirmações respondem a pergunta aristotélica sobre o "quem?". A resposta a respeito do "Como?" consiste no sufrágio. Cabe à lei determinar o modo de sufrágio: "Com efeito, aqui é tão importante regulamentar como, por quem, sobre o que os sufrágios devem ser atribuídos" (Montesquieu, 1973: 39).

Montesquieu cita como exemplo uma afirmação do sofista Libânio (314-390 dC) (Fabricius, 1978): "*Libânio afirma que em Atenas um estrangeiro que se imiscuísse na assembleia do povo era punido com a morte*" (Montesquieu, 1973: 39). Morte daquele que usurpa o direito ao sufrágio. Assim, o povo é quem possui o poder soberano e tem a responsabilidade de agir de forma correta com intermédio de seus ministros. A legitimidade do magistrado está na escolha popular. Diretamente como em Atenas ou por meio de magistrados como em Roma (Montesquieu, 1973: 40).

No belo discurso sobre a república, muito próximo à contribuição empirista dos ingleses, Newton e Locke, Montesquieu observa:

> *O povo é admirável para escolher aqueles a quem deve confiar parte de sua autoridade, Só pode decidir-se por coisas que não pode ignorar e por fatos que estão ao alcance de seus sentidos. Sabe muito bem que determinado homem esteve muitas vezes em guerra e que obteve tais e tais êxitos; é, então, capaz de eleger um general. Sabe que um juiz é assíduo, que muita gente sai de seu tribunal satisfeita com ele, que não se pode corrompê-lo: isso é suficiente para que eleja um pretor. Se está impressionado com a magnificência ou com as riquezas de um cidadão, isso é suficiente para que possa escolher um edil. Todas essas coisas são fatos que o povo aprende melhor na praça pública do que um monarca em seu palácio (Montesquieu, 1973: 40).*

Mas, há um "entretanto" aqui: o limite específico da condição empírica da política. O povo conhece a qualidade moral, ou virtude, como capacidade na praça pública. O povo conhece os homens. No entanto, não conhece os problemas. Montesquieu, responde à própria pergunta como se em questão estivesse a *virtú* maquiavélica: entretanto, saberá o povo dirigir um negócio, conhecer lugares, as ocasiões, os momentos e aproveitá-los? Não, não saberá (Montesquieu, 1973: 40).

Apesar de poder eleger pessoas de todas as classes, Grécia e Roma não elegiam plebeus para altos cargos. Afinal, para Montesquieu, a ausência de conhecimento dos negócios da cidade criava uma autoridade técnica. E a divisão em classes sociais sempre fora para os legisladores a condição de prosperidade. Mas, esta afirmação parte da "empiricidade histórica" de Montesquieu.

Tito Lívio[45] e Dionísio de Halicarnasso[46] demonstram a aristocracia, quando Sérvio Túlio impôs a aristocracia como condição do desenvolvimento de Roma, com a divisão das 183 centúrias e das seis classes. Sólon em Atenas teria dividido a cidade em quatro classes.

A divisão de classes caracteriza a base do sufrágio:

> *Como a divisão dos que têm direito a voto é, na república, uma lei fundamental, a maneira de dá-lo é outra lei fundamental.*
>
> *O sufrágio pelo sorteio é de natureza da democracia[47]; o sufrágio pela escolha é da natureza da aristocracia (Montesquieu, 1973: 41).*

Para corrigir o sorteio, caso alguém tivesse sido escolhido para o cargo, mas não tivesse a dignidade e a competência para exercê-lo, julgava-se o mérito do indivíduo. No caso,

---

[45] Nota de Montesquieu: *Tito-Lívio*, *liv. I.* Disponível na internet a edição bilíngue francês e original latino.
[46] Nota de Montesquieu: Dionísio de Halicarnasso Liv. IV, art. 15 e segs..
[47] Aqui Montesquieu cita: Voyez l'oraison de Démosthène, *De falsa legat*, et l'oraison contre Timarque. Demosthenes (1853).

a grande preleção de Demóstenes contra Timarco, em termos de corrupto, prostituto e vicioso.

A publicidade da acusação e o fato de expor a vida do elegível contribuíam para o conhecimento e desenvolvimento das repúblicas. Para afirmar isso, Montesquieu evoca o testemunho de Cícero em seu "Tratado sobre as Leis" (Cicéron, 1719), para exemplificar que o fim da República Romana se caracteriza também pelo voto secreto.

> *Está fora de dúvida que, quando o povo vota, seus votos devem ser públicos*[48] *e isso deve ser considerado como uma lei fundamental da democracia. É preciso que a plebe seja esclarecida pelos principais e contida pela seriedade de seus personagens. Assim, na República Romana, estabelecendo-se o sufrágio secreto, destrói-se tudo (...) uma questão de prevenir os conluios, os sufrágios não poderiam ser em nada secretos (Montesquieu, 1973: 41).*

A cidadania da República Romana estava diretamente relacionada à vida da cidade: "*Todo soldado era também cidadão: cada cônsul recrutava um exército e outros cidadãos iam à guerra" (Montesquieu, 2002: 71).* A ideia de acrescentar ao exército pessoas abastadas promovia um incentivo à vitória e ao retorno à cidade. As lutas em solo "italiano" permitiam exércitos pequenos, generais vigiados pelo Senado e o retorno para cidade natal.

Quando as conquistas se tornaram grandes, além mar e além Alpes, perde-se o espírito de cidadão. Os generais sentem seu poder, tornam-se senhores de suas tropas. A cidade deixa de ser a referência para o general. Agora, a sua identidade das tropas está relacionada diretamente ao general. Já não eram mais soldados da República, e sim de Sila, de Mário, de Pompeu ou de César (Montesquieu, 2002: 72). Em Montesquieu só há um valor republicano que deve ser perseguido, a própria ideia de república: Uma República sábia não deve arriscar nada que a exponha à sorte ou ao azar: o único bem a que deve aspirar é a perpetuidade de seu Estado (Montesquieu, 2002: 72).

Transformar-se em império significa primeiro vivenciar a corrupção. *Se a grandeza do Império corrompeu a República, a grandeza da cidade é a causa (Montesquieu, 2002: 72).* Ao subjugar o universo, Roma perdeu seu espírito de amor à liberdade e à igualdade. O ódio à soberania desapareceu. A união desapareceu.

> *O que se chama união em um corpo político é uma coisa muito dúbia: a verdadeira é a uma união de harmonia, que faz com que todas as partes, por mais opostas que pareçam, concorram para o bem geral da cidade, tal como as dissonâncias na música concorrem para a harmonia global (Montesquieu, 2002: 71).*

[48] Em Atenas, levantavam-se as mãos (nota de Montesquieu).

Por outro lado, a união falsa é aquela em que cada um oprime ao outro, a união sem liberdade, pela opressão. Montesquieu usa o despotismo, aplicado ao mundo asiático no século XVIII, como condição explicativa. Estes Estados:

> *Estão unidos porque uns oprimem os outros sem resistência. Quando se vê união nessas circunstâncias, o que se une não são cidadãos, mas cadáveres sepultados ao lado uns dos outros (Montesquieu, 2002: 74-75).*

A liberdade exige amor ao político e é uma conquista. A leitura de Hannah Arendt sobre a política antiga nos propõe a transparência e a conquista constante do político.

> *A resposta à questão do significado da política é tão simples e conclusiva que se poderia pensar que todas as outras são absolutamente irrelevantes. A resposta é: o significado da política é a liberdade (Arendt, 2008: 171).*

Arendt explica que raramente o homem teve a oportunidade de experimentar o político. Para ela, o protótipo da política que busca a liberdade, por meio da palavra, depois que as necessidades básicas já estão saciadas, está em Heitor e Aquiles:

> *O Protótipo da rivalidade entre os homens era ainda o combate entre Heitor e Aquiles, que, independente de quem ganha ou perde, dá a cada um a oportunidade de se mostrar tal como é, ou seja, de vir à realidade para se tornar totalmente real. O mesmo se dá com a guerra entre gregos e troianos, que pela primeira vez dá a ambos a oportunidade de realmente se mostrarem. Ela espelha o enfrentamento dos deuses, o que não apenas dá à luta que está sendo travada na terra o seu verdadeiro significado, mas também revela claramente que em ambos os lados há um elemento de divindade, mesmo que um deles esteja condenado a perecer (Arendt, 2008: 226).*

A transparência na república, tanto do voto quanto do eleito; a possibilidade de acusar e ser acusado em praça pública, diante de todos, produz uma realidade enobrecedora à luta política. Então, a liberdade se refaz quando existem as multiplicidades de pontos de vista sobre a fala, o desejo e o agente. Arendt alcança uma dimensão para esta política dos antigos, pensada sobre os gregos, mas, facilmente, comparada à República romana de Montesquieu. Para a filósofa:

> *O decisivo não é que se possam tecer argumentos e inverter proposições, mas que se adquiriu a capacidade de ver, de fato as coisas de diferentes lados – isto é, politicamente – daí resultando que as pessoas compreendiam como assumir as muitas perspectivas, proporcionadas pelo mundo real, desde as quais um mesmo objeto pode ser considerado e no qual cada um deles, apesar de sua unicidade, segundo uma grande diversidade de pontos de vista (Arendt, 2008:228).*

A divisão clássica dos tipos de governo, a pergunta sobre o "quem" aristotélico do governo, leva à diferenciação de dois governos populares em Montesquieu, democracia, capítulo II do livro II do "Espírito das Leis", e aristocracia, capítulo III do mesmo livro.

A lei define o espaço público e constitui a harmonia, limitando poderes e exortando fazeres. O fim da República romana está marcado pela autoproclamação individual de poder; constitui-se por uma quebra das regras políticas, num contexto de acomodação política em que se encontrava o final da República romana. Sobre isto Montesquieu escreve:

> *Numa república em que um cidadão se faz atribuir um poder exorbitante, o abuso desse poder é maior, pois as leis que não o previram, nada fizeram para pará-lo (Montesquieu, 1973: 41).*

Para melhorar a aristocracia é preciso que ela participe da vida do povo; os aristocratas não precisam estar distantes. Devem se aproximar. "*Quanto mais uma aristocracia aproximar-se da democracia, tanto mais perfeita será ela*" (Montesquieu, 1973: 43). Assim, quanto menos parecida com a monarquia, melhor. Precisa, sobretudo, diferenciar-se da aristocracia polonesa, onde os aristocratas são senhores da servidão dos camponeses. A aristocracia *mais imperfeita de todas é da Polônia, onde parte da população obedece, em uma escravidão civil* (Montesquieu, 1973: 107).

A aristocracia polonesa sofre de uma condenação em quase toda obra de Montesquieu. Distante das pessoas, quase um despotismo. Acusada de excesso de luxo, excesso de desigualdade. No entanto, como a população é pobre o luxo relativo também o é:

> *Na Polônia, por exemplo, as fortunas são extremamente desiguais, mas pobreza do conjunto impede que haja tanto luxo quanto num Estado mais rico (Montesquieu, 1973: 107).*

Na matemática racionalista de Montesquieu, o luxo é proporcional à desigualdade. Somente a partilha das riquezas, ou da fortuna, faz o Estado com cidadãos iguais. O luxo dentro da Polônia era escandaloso diante da pobreza, enquanto, medíocre diante de outros Estados.

> *O luxo é sempre proporcional à desigualdade das fortunas. Se, num Estado, as riquezas são igualmente divididas, não haverá luxo, pois ele só está baseado nas comodidades que obtemos com o trabalho dos outros (Montesquieu, 1973: 107).*

Conceito que pode fazer referência à alienação do trabalho em Marx. No entanto, a matemática aplicada à economia do luxo é da ordem da aritmética. O trecho abaixo serve como indício para relação empírica racionalista no "Espírito das Leis".

> *Supondo que o necessário físico seja igual a uma soma determinada, o luxo daqueles que só possuirão o necessário será igual à zero; aquele que possuir o dobro terá um luxo igual a um; aquele que possuir o dobro do bem deste último terá um luxo igual a três; quando tiver ainda o dobro, terá um luxo igual a sete; de sorte que se supusermos que o bem do particular seguinte seja sempre o dobro do anterior, o luxo crescerá do dobro mais uma unidade, na seguinte progressão: 0, 1, 3, 7, 15, 31, 63, 127 (Montesquieu, 1973: 107).*

Por outro lado, a multidão reunida cria o desejo do supérfluo, uma característica dos grandes impérios, das grandes cidades:

> *O luxo também é proporcional ao tamanho das cidades, e principalmente da capital; de forma que ele está na razão composta das riquezas do Estado, da desigualdade das fortunas dos particulares e do número de homens que se reúnem em certos lugares.*
>
> *Quanto maior o número de homens reunidos, mais vãos eles se tornam e sentem nascer dentro de si à vontade de se singularizar por meio de pequenas coisas. Se estiverem em tão grande número que a maioria seja desconhecida uns dos outros, a vontade de se destacar redobra, porque há mais esperança de ser bem-sucedido. O luxo dá esta esperança; cada um assume o aspecto da condição que lhe é superior. Mas, de tanto querer singularizar-se, tudo se torna igual, e ninguém mais se destaca: como todos querem fazer-se notar, ninguém é notado (Montesquieu, 1973: 107).*

Um leitor desavisado poderia ler no texto acima um trecho de algum pensador franckfurtiano, ao tratar das sociedades de massa. No entanto, os excessos do luxo fazem a característica de cada tipo de governo. Na democracia o luxo é quase que inexistente, afinal, numa atmosfera de igualdade como supor que alguém tenha proporção de até quatro vezes o que o outro tem.

Deste modo, a excelência da democracia reside na igualdade de riqueza. Novamente a proporção aritmética "*quanto menos luxo haja numa república, tanto mais perfeita ela será*". (Montesquieu, 1973: 108). Nos primeiros tempos de Roma e de Esparta não havia luxo. Assim, fortalecia o espírito comunitário, já que o luxo, uma vez estabelecido, produz o sentimento de interesse meramente particular.

Uma das motivações do fim da República romana fora o luxo (Montesquieu, 1973: 108). Este velho discurso moral sobre a queda de Roma agora utilizado como fim da República e início do Império. O Império só é possível na corrupção.

Na aristocracia a virtude da moderação deve ser usada contra o luxo. É o caso de Veneza, que por meio de Saint-Didier[49] (1685) pode pensar a Aristocracia de seu tempo (Volpilhac-Auger, 1998: 16-26). Em Veneza havia leis que obrigam os nobres à modéstia. Do contrário, no caso da Polônia (Slugocki, 1999: 139-151), a própria lei que garante a desigualdade cria também a corrupção do Estado. Assim, o Estado corroído sofre com a insurreição do povo.

[49] Livro encontrado na Biblioteca de Montesquieu. A partir da página começa a narrativa sobre a riqueza de Venesa.

Para pensar a corrupção, Montesquieu compara a Polônia com a antiga Creta, recurso da comparação antigos e modernos para estabelecer uma ordem teórica metahistórica. O barão de Breda não cessa de citar a *República*, de Platão (2006), como fonte histórica para demonstrar suas comparações, do mesmo modo que utiliza as obras de Plutarco (Plutarque, 1655) e Marcial (1864).

O que está em jogo entre Creta e a Polônia é a educação do povo. Educados para exercícios de guerra, tanto em Creta quanto em Tebas, os jovens que nas palavras de Platão praticam seus esportes de luta, nus, em praça pública, tiveram maior êxito na sua insurreição; o mesmo não pode acontecer na Polônia. O remédio da insurreição apenas torna-se eficaz quando há "amor à pátria". Amor este que as leis polonesas do século XVIII não promovem, muito pelo contrário, criam uma enorme independência individual - "*a independência de cada particular é o objeto das leis da Polônia; e resulta, a opressão de todos" (Montesquieu, 1973: 107).*

A própria legislação polonesa (Lukowski, 2001: 49-59) afeta o comércio deste país, empobrece o povo e os nobres, aproxima a Polônia de um universo bárbaro. No trecho abaixo nota-se a severidade contra as leis deste país:

> *A Polônia servirá de exemplo para tanto. Ela não possui quase nada do que chamamos bens mobiliários do universo, a não ser o trigo de suas terras. Alguns senhores possuem províncias inteiras; eles forçam o lavrador para terem uma maior quantidade de trigo que possam vender aos estrangeiros e conseguirem as coisas que seu luxo requer. Se a Polônia não fizesse comércio com nenhuma nação, seus povos seriam mais felizes. Seus grandes, que só teriam o trigo, dá-lo-iam aos camponeses para que estes vivessem; domínios grandes demais ser-lhes-iam pesados e os dividiriam com os camponeses; como todos teriam peles e lãs em seus rebanhos, não haveria mais uma imensa despesa por fazer com as roupas; os grandes, que sempre amam o luxo e só poderiam encontrá-lo em seu país, encorajariam os pobres a trabalhar. Afirmo que esta nação seria mais florescente, a não ser que se tornasse bárbara, coisa que as leis poderiam evitar (Montesquieu, 1973: 48).*

Veneza, outra república do tempo de Montesquieu, também é comparada à República romana. Em primeiro lugar quando discute a magistratura:

> *A exceção a esta regra acontece quando a constituição do Estado é tal que ele precisa de uma magistratura que tenha um poder exorbitante. Assim era Roma com seus ditadores, assim é Veneza com seus inquisidores de Estado; são magistraturas terríveis, que trazem violentamente o Estado de volta à liberdade (Montesquieu, 1973: 42-43).*

A relação tipicamente moderna, antigo-moderno, permite uma compreensão política da magistratura dentro da república. O magistrado vigia o poder do príncipe, limita-o. No caso da Roma antiga, o importante era estabelecer um ditador segundo uma

função, assim, a magistratura intervinha entre o povo e o ditador. Já em Veneza, há uma magistratura permanente (Georgelin, 1978. Vol. 41), pois,

> *é nela que os planos podem ser iniciados, acompanhados, suspensos, retomados, que a ambição de um indivíduo toma-se a ambição de uma família, e a ambição de uma família a de muitos. Precisa-se de uma magistratura oculta porque os crimes que ela pune, sempre profundos, formam-se no segredo e no silêncio. Esta magistratura deve possuir uma inquisição geral, porque ela não precisa acabar com os males que se conhecem, e sim prevenir até mesmo aqueles que não se conhecem (Montesquieu, 1973: 42-43).*

Além disso, a magistratura veneziana impõe-se contra os nobres, trata-se de defender a aristocracia. Vigiando constantemente os nobres, impede a formação da monarquia ou de um despotismo. Como o povo é carregado pelas emoções do momento, a magistratura romana teria a duração do problema a ser resolvido. A veneziana permanente caçaria os crimes silenciosos dos nobres, invisível a todos, pois, sorrateiros.

A proximidade da aristocracia com o povo é uma característica importante - exibir as conquistas da cidade, os bens, ao invés de dá-los ao povo produz o espírito de unidade. Assim, a dobra, antigo e moderno, serve como máxima para tratar o povo. Como dividir os bens com o povo? Apenas demonstrando-os.

> *Mostrá-los significa, de algum modo, fazer com que o povo goze deles. A cadeia de ouro que se estendia em Veneza, as riquezas que se carregavam em Roma nos triunfos, os tesouros que se guardavam no templo de Saturno eram verdadeiramente a riquezas do povo (Montesquieu, 1973: 42-43).*

Ainda sobre a comparação entre Roma e Veneza, quando pensa na administração dos bens do Estado, Montesquieu compara a lei veneziana com a lei Cláudia. Na fonte citada pelo filósofo iluminista, o caso moderno aparece:

> *Não se permite aos nobres exercer o comércio, com medo que os negócios públicos sejam atrasados por assuntos particulares. Algo que não está de acordo com a Majestade do Governo, eis a razão porque o comércio era proibido aos senadores romanos (Montesquieu, 1973: 93. Citando Houssaie, 1714).*

Sobre a "Lei Cláudia", passagem mencionada por Montesquieu:

> *Ademais, era malvisto dos senadores em virtude da nova lei proposta por Quinto Cláudio, tribuno da plebe, e que só Caio Flamínio apoiara em prejuízo do Senado. Com efeito, rezava a lei que nenhum senador ou filho de senador poderia dispor de um navio de mais de trezentas ânforas, tonelagem considerada suficiente para transportar a colheita de uma propriedade; afora isso, todo tráfico parecia indigno de um senador (Montesquieu, 1973: 93. Citando Tito Lívio).*

Aqui há duas de três dobras que constituem o pensamento historiográfico moderno: a "*dobra 1*", antigos e modernos, e a "*dobra 2*", erudição e empirismo. Houssaie (moderno) e Tito Lívio (antigo) justapostos fazem a "*dobra 1*", mas, a autoridade desta primeira dobra depende da segunda. Por ser Houssaie (empírico) um viajante, por ter estado em Veneza, produz-se a autoridade empírica. Já Tito Lívio (erudição) permite a autoridade clássica. Justapostos novamente, são a "*dobra 2*". O tecido narrativo, além de sua composição textual, é dado por dobras bem específicas, eis a mimeses II (Ricouer, 1994: 101) de Montesquieu.

A teoria aristocrática de Montesquieu associa, também, Veneza a Esparta (Lacedemônia):

> *Elas devem mortificar sempre o orgulho da dominação. É necessário que haja, por um tempo ou para sempre, um magistrado que faça os nobres tremerem, como os éforos na Lacedemônia e os inquisidores de Estado em Veneza, magistraturas que não estão submetidas a nenhuma formalidade. Este governo precisa de forças bastante violentas. Uma boca de pedra abre-se para qualquer delator em Veneza; dir-se-ia que é a boca da tirania (Montesquieu, 1973: 76).*

Essas magistraturas tirânicas dentro da aristocracia têm a função de moderação, principalmente, dos nobres. São funções que não se pode condenar. De Veneza a Roma "*os romanos eram admiráveis; podia-se reclamar de todos os magistrados em razão de seus procedimentos, exceto aos censores* (Montesquieu, 1973: 93).

A "*dobra 3*", "identitária", produz conhecimento sobre a aristocracia veneziana; em especial, quando trata da magistratura, e, principalmente, dos tipos de governo, o regime hereditário de Veneza precisa se diferenciar por meio do tipo de governo do regime oriental tipificado constantemente como despótico. Constantemente Montesquieu compara os povos europeus com os não europeus, eis a "dobra 3".

> *Creio que a pura aristocracia hereditária das repúblicas da Itália não corresponde precisamente ao despotismo da Ásia. A multidão de magistrados suaviza por vezes a magistratura; nem todos os nobres possuem sempre os mesmos objetivos; formam-se diversos tribunais que moderam uns aos outros. Assim, em Veneza, o grande conselho tem a legislação; o pregadi, a execução; os quarenties, o poder de julgar. Mas o mal está em que estes diferentes tribunais são formados por magistrados do mesmo corpo, o que constitui um mesmo poder (Montesquieu, 1973: 157).*

Para Montesquieu o regime político marca os costumes do povo. Porém, afirma que os espíritos "mau preparados" não podem receber boas leis. As boas leis são risíveis para os despreparados. O curto capítulo II do Livro XIX do "Espírito das Leis" apresenta isso, e, por sua vez, várias dobras.

A "*dobra 1*", antigos e modernos, está em Justiniano, que impôs o tribunal de *Varus* aos germânicos; ela se encaminha ao fim do capítulo; a "*dobra 2*", erudição e empirismo, ligados por Veneza. Aqui, há uma certa ironia de Montesquieu, tão presente em Cartas Persas. Eis a "*dobra 3*", Oriente e Ocidente:

> *Um veneziano chamado Balbi, quando estava em Pegu*[50]*, foi apresentado ao rei. Quando este soube que não havia rei em Veneza, deu tamanha gargalhada que uma tosse o acometeu e ele teve muito trabalho para conseguir falar com seus cortesãos. Que legislador poderia propor o governo popular para povos semelhantes? (Montesquieu, 1973: 359).*

Eis a citação que Montesquieu apenas menciona em nota:

> *Todas suas respostas tinham sido escritas, e foram apresentadas ao rei por um orador. O rei ainda perguntou em qual lugar do mundo Veneza estava situada, e se ela era governada por um rei? Quando respondeu que se situava na Itália, e que não havia nenhum Rei, mas que era governada por um conselho de principais, e pelo povo, ele parecera surpreso, e fez uma escandalosa gargalhada (Montesquieu, 1973: 157. Citando Renneville).*

Este intermeio entre Veneza e Polônia deve esclarecer ainda mais o que vem a ser, para Montesquieu, a República romana. Quando trata das divisões na cidade de Roma no período republicano faz referência indireta a Veneza:

> *Aqueles que obedecem a um rei são menos atormentados pela inveja e pelo ciúme do que aqueles que vivem em uma aristocracia hereditária. O príncipe fia tão longe de seus súditos que quase não é visto, e está tão acima deles que não lhes é possível imaginar nenhum contato que possa chocá-los. Mas os nobres que governam acham-se à vista de todos e não são tão elevados que com eles não se façam comparações odiosas, repetidas vezes (Montesquieu, 2002: 64).*

## O princípio da República: a virtude

A virtude é a condição da aristocracia e da democracia:

> *O que estou dizendo é confirmado por todo o conjunto da história e está bem conforme a natureza das coisas. Pois fica claro que numa monarquia, onde aquele que faz executar as leis julga estar acima das leis. Precisa-se de menos virtude do que num governo popular, onde aquele que faz executar as leis*

[50] Birmania.

> *sente que está a elas submetido e que suportará seu peso (Montesquieu, 1973: 49).*

Na condição de "*dobra 1*", antigo e moderno, Montesquieu considera os problemas de Cromwell (cf. Hill, 1988) e Sila[51] ao tentar, respectivamente, construir uma democracia ou restaurar a liberdade aos cidadãos. A ambição burguesa não era virtuosa, daí o fracasso da democracia inglesa, fracasso de Cromwell. Já Sila, nada podia fazer, ainda mais depois que César, Tibério, Caio, Cláudio, Nero e Domiciano devoraram toda virtude, e Roma *não possuía mais do que um tênue resquício* da mesma, tendo tornado-se escrava.

Montesquieu compara o passado e o presente para afirmar a falta de virtude em seu tempo, que também pode ser uma assustadora ironia para os discursos políticos do século XXI:

> *Os políticos gregos, que viviam no governo popular, só reconheciam uma força capaz de mantê-los: a força da virtude. Os políticos atuais só nos falam de manufaturas, de comércio, de finanças, de riqueza e até de luxo (Montesquieu, 1973: 50).*

Virtude e ambição são as antíteses em meio ao governo. A virtude produz o respeito, enquanto, a ambição o medo. Para Montesquieu, a frugalidade torna-se a avareza. Assim, os bens particulares que eram o tesouro público, com a ambição, tornam-se algo privado para alguns. Este fora este o motivo da queda de Cartago:

> *De que forma Cartago teria podido sustentar-se? Quando Aníbal, que se tornara pretor, quis impedir os magistrados de pilharem a república, não foram acusá-lo junto aos romanos? Infelizes, que queriam ser cidadãos sem cidade e receber suas riquezas da mão de seus destruidores! Logo Roma lhes pediu como reféns trezentos de seus principais cidadãos; fez com que lhe entregassem as armas e as naves e depois lhes declarou guerra. Pelas coisas que realizou o desespero de Cartago desarmada; pode-se julgar o que ela teria podido fazer com sua virtude, quando era senhora de suas forças (Montesquieu, 1973: 50).*

A ambição é o fim da democracia. Quanto mais virtudes os cidadãos possuem, mais liberdade – isto constitui a verdadeira República. Atenas, quando preocupada por seus prazeres, é dominada, pois, seus prazeres foram os substitutos do ideal de liberdade.

> *Atenas teve em seu seio as mesmas forças quando dominava com tanta glória e quando serviu com tanta vergonha. Possuía vinte mil cidadãos quando defendeu os gregos contra os persas, quando disputou o império com a Lacedemônia e quando atacou a Sicília. Possuía vinte mil deles quando*

[51] *Lucius Cornelius Sulla*; (138 a.C. — 78 a.C)

> *Demétrio de Faleros os contou como são contados, num mercado, os escravos. Quando Filipe ousou dominar a Grécia, quando apareceu às portas de Atenas, (...). Podemos ver em Demóstenes o trabalho que deu acordá-la: temia-se Filipe, não enquanto inimigo da liberdade, e sim dos prazeres (Montesquieu, 1973: 50).*

Montesquieu faz seu juízo histórico com palavras absolutamente dramáticas:

> *Esta cidade, que havia resistido a tantas derrotas, que fora vista renascendo após suas destruições, foi vencida em Queronéia, para sempre. Que importância tem que Filipe tenha devolvido todos os prisioneiros? Não estava devolvendo homens. Sempre foi tão fácil vencer as forças de Atenas quanto foi difícil vencer sua virtude (Montesquieu, 1973: 50).*

A virtude fora tão importante que Montesquieu diferenciava o valor do elemento privado. Assim, um problema privado é também um problema público, visto que o crime privado choca-se com a constituição do Estado. Crime contra a virtude. Daí a absoluta transparência.

> *A lei romana que estabelecia que a acusação de adultério deveria ser pública era admirável para preservar a pureza dos costumes; intimidava as mulheres, intimidava também aqueles que deviam velar por elas (Montesquieu, 1973: 74).*

A educação para virtude é a característica das instituições gregas, o que faz delas tão fortes. Mas, o amor à pátria não é uma característica totalmente grega; a seus olhos, os selvagens do Paraguai também o têm. Articulando a "*dobra 1*", antigo e moderno, com a "*dobra 3*", europeus e não europeus, apresenta seu argumento explicativo, por meio da sua visão das missões jesuíticas.

"Dobra 1", Antigos e modernos:

> *Creta e a Lacônia foram governadas por estas leis. Lacedemônia foi à última que cedeu aos macedônios, e Creta, a última vítima dos romanos. Os samnitas tiveram estas mesmas instituições, e elas foram para esses romanos motivo de vinte e quatro triunfos. Esta coisa extraordinária que se via nas, instituições da Grécia, vimo-la na lama e na corrupção de nossos tempos modernos*
>
> *Um legislador honrado formou um povo para o qual a probidade parece tão natural quanto à bravura para os espartanos. Penn*[52] *é um verdadeiro Licurgo e, ainda que o primeiro tivesse a paz como objetivo enquanto o outro tinha a guerra, eles se parecem pela via singular onde colocaram seu povo, na ascendência que tiveram sobre homens livres, nos preconceitos que venceram, nas paixões que subjugaram. (Montesquieu, 1973: 63).*

[52] William Penn (1644 – 1718), fundador da província de Pensilvânia.

"Dobra 3", europeus e não europeus (identitária):

> *O Paraguai pode fornecer outro exemplo. Quiseram imputar à Companhia*[53]*, como um crime o que considera o prazer de comandar como único bem na vida; porém será sempre belo governar os homens tornando-os mais felizes (Montesquieu, 1973: 63).*

As missões jesuíticas foram comparadas ao ideal da república platônica. As características das missões, como Montesquieu as via, circulavam sobre a ideia de uma religião unida à humanidade, reparando as devastações espanholas, "praga jamais vista na história". As missões promoviam a honra, o zelo, retirando homens das florestas para dar subsistência, vestindo-os.

Ao tratar das missões do Paraguai, os jansenistas acusam Montesquieu de não falar o suficiente sobre a cristianização:

> *No capítulo VI do livro IV, eu havia falado do estabelecimento dos jesuítas no Paraguai. Eu havia dito que algumas más cores, desejaram dar, a respeito de sua conduta e neste sentido muito louvável; e os jansenistas acharam muito ruim eu ter defendido o que eles atacaram (Montesquieu, 1865).*

Sendo a virtude o amor pela República, na democracia torna-se amor pela igualdade, que só é possível pela frugalidade – modéstia. Roma começa sua história no espírito de igualdade:

> *Alguns legisladores antigos, como Licurgo e Rômulo, dividiram igualmente as terras. Isto só poderia acontecer na fundação de uma nova república; ou então quando a lei antiga estava tão corrompida e os espíritos em tal disposição que os pobres se acreditavam forçados a buscar e os ricos forçados a suportar tal remédio (Montesquieu, 1973: 70).*

A igualdade deve ser orientada pela força da subordinação. Assim, quanto mais submissão terem os jovens melhor será a moderação. Os velhos devem ter respeito por si mesmos, e os jovens pelos mais velhos. A submissão familiar, para Montesquieu, constituía uma das estruturas da República romana. Portanto, o que era público dependia do privado.

> *Em Roma, os pais tinham direito de vida ou morte sobre seus filhos. Na Lacedemônia, todo pai tinha direito de castigar o filho de outro. O poder paterno perdeu-se, em Roma, com a república (Montesquieu, 1973: 74).*

A autoridade paterna dentro do agrupamento familiar e a presença dos tribunos conferem uma referência de poder e ordem à República Romana:

---

[53] Jesuítas.

> *Cícero acredita que o estabelecimento dos tribunos e Roma foi à salvação da república. "De fato", diz ele, "a força do povo que não possui chefe é mais terrível. Um chefe sente que o caso depende dele e pensa nisso; mas o povo, impetuoso, não conhece o perigo no qual está se lançando". Pode-se aplicar esta reflexão a um Estado despótico, que é um povo sem tribunos, e a uma monarquia, onde o povo possui, de alguma forma, tribunos (Montesquieu, 1973: 78).*

O estado francês necessitava de tribunos? Quem representava o povo? Para Montesquieu, segundo a nota sugerida da citação acima, os parlamentos. Instâncias muito mais jurídicas do que legislativas. Eram reuniões de nobres. Lugar da justiça. Desde Mazarino, a autoridade dos parlamentos entra em derrocada. A imposição do Absolutismo também é imposição sobre outros poderes, diluição dos poderes que não os da coroa (Hurt, 2004; Roelker, 1997). Aqui um indício de propaganda anti-absolutista.

## Características gerais da República romana

*Nunca se pode abandonar os romanos* (Montesquieu, 1973: 166). Por esta frase Montesquieu aponta para algo que conhecia pessoalmente, as ruínas e os castelos de Roma. Mas, o que chamou atenção de Montesquieu foram os campos romanos. Lugar dos patrícios, dos grandes, que elegiam nos primeiros tempos seus reis. Assim, com a expulsão dos reis, Roma pôde vivenciar a distribuição dos "três poderes". Para esta história da República romana duas fontes são fundamentais para Montesquieu, Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso.

A república nasce com as magistraturas populares, e com a dissolução do consulado em diversas magistraturas: os pretores para questões privadas, os questores para crimes públicos, os edis para polícia, os tesoureiros para questões de finanças, além disso, tribunos que poderiam intervir contra os patrícios e, por último, a influência do povo nas grandes decisões. Tudo isso sob Sérvio Túlio.

O amargo da escravidão viria com Tarquínio (Montesquieu, 1973: 168), mas, dramaticamente o capítulo XV dispõe a República romana entre dois sangues. A morte de Virgínia (Antiqueira, 2009), cujo sangue marca a ruína dos decênviros, e o Sangue nas vestes de Júlio César.

> *O espetáculo da morte de Virgínia, imolada por seu pai em nome do pudor e da liberdade, fez desvanecer-se o poder dos decênviros. Todos se acharam livres, porque todos foram ofendidos: todos se tornaram cidadãos, porque todos se acharam pais. O senado e o povo recuperaram uma liberdade que havia sido confiada a ridículos tiranos (Montesquieu, 1973: 168).*

Cada detalhe da história, no caso, desta realizada por Tito Lívio, e eternizada no juízo moral em *mimeses I* – copiar para si – e em mimeses *II* – escrever para outros –, não é apenas retórica vazia, mas sim justaposição da política em *mimeses III* – ação do leitor. Daí uma memória para compreensão política e moral do texto. Uma maquinaria de fazer crer, lembrar e legitimar. Para um determinado fim político.

O sangue de Virgínia se contrapõe a outro: *A veste ensanguentada de César trouxe Roma de volta à servidão* (Montesquieu, 1973: 168). Retórica do sangue? Dado vazio? Não, em absoluto. Tudo está justaposto para produzir o efeito de que o império é um despotismo cujo princípio é o medo. O sangue nas vestes de Júlio César, sangue bárbaro para sua glória e sangue romano para sua vergonha, marca a servidão de Roma, isto é, o nascimento do Império, ou, ainda, o fim da República.

Ter um modo de julgar fixo é uma das características da República. Como o objeto geral do "Espírito das Leis" são as leis, para explicar e legitimar Montesquieu usa as leis romanas.

> *Em Roma, os juízes sentenciavam somente que o acusado era culpado de um determinado crime, e a pena se encontrava na lei, como podemos ver em várias leis que foram feitas. Assim também, na Inglaterra, os jurados decidem se o acusado é culpado ou não do fato que lhes foi relatado, e se ele for declarado culpado o juiz pronuncia a pena que a lei inflige para este crime e para tanto ele só precisa ter olhos (Montesquieu, 1973: 91).*

Além disso, cada cidadão poderia acusar publicamente ou formalmente outro cidadão; os juízes não poderiam se comunicar, colocando-se sempre diante do povo (Montesquieu, 1973: 92). O juiz julgava com o povo. O povo da República romana era, acima de tudo, virtuoso, capaz de juízos justos e não necessitava de muitas leis.

> *O povo romano tinha probidade. Esta probidade teve tanta força, que muitas vezes o legislador só precisou mostrar-lhe o bem para fazê-lo seguir. Parecia que no lugar de ordens era suficiente dar-lhe conselhos.*
>
> *As penas das leis reais e das leis das Doze Tábuas foram quase todas abolidas na república, quer em consequência da lei Valeriana (Lacorne, 1992), quer em consequência da lei Pórcia (Montesquieu, 1973: 96).*

A lei Valéria, ou valeriana, afirmava a punição com a morte para quem usurpasse o poder da República, enquanto que a lei Pórcia impedia que qualquer cidadão fosse colocado em açoite, ou, outra forma de punição flageladora. Ademais, esta lei permitia que o acusado pudesse recorrer à população. A perda da humanidade é a marca do despotismo. Tanto é que:

> *O espírito da república teria exigido que os decênviros não tivessem incluído essas leis em suas Doze Tábuas, mas pessoas que aspiravam à tirania não se preocupavam com seguir o espírito da república. Tito Lívio disse, sobre o suplício de Metius Suffetius, ditador de Alba, que foi condenado por Tullus*

> *Hostilius a ser puxado por duas carroças, que este tinha sido o primeiro e último suplício onde se testemunhou que haviam perdido a lembrança da humanidade. Ele está errado; a lei das Doze Tábuas está cheia de disposições muito cruéis (Montesquieu, 1973: 99).*

Para Montesquieu, a expulsão dos decênviros produz a moderação das leis,

> *Após a expulsão dos decênviros, quase todas as leis que tinham fado as penas foram suprimidas. Não foram expressamente revogadas, mas, tendo a lei Pórcia proibido que se matasse um cidadão romano, elas não tiveram mais aplicação. Eis o tempo em que se pode lembrar o que Tito Lívio disse dos romanos: jamais um povo amou mais a moderação das penas (Montesquieu, 1973: 99).*

Somente o espírito republicano suaviza as penas. O respeito à humanidade é sua característica principal. Não necessitando de clemência de príncipes, a justiça era feita pela liberdade e igualdade. Num ambiente de simplicidade e pouco luxo (Montesquieu, 1973: 108), frugalidade, uma vez que *tudo isso leva a uma reflexão: as repúblicas acabam pelo luxo; as monarquias, pela pobreza* (Montesquieu, 1973: 109).

Roma era um barco seguro, a palavra de um romano, um juramento, valia tanto quanto uma lei, pois neste barco havia duas correntes para qualquer tempestade - *a religião e os Costumes* (Montesquieu, 1973: 128). Pois quando os costumes se vão, acontece o mesmo que a Aníbal, que ao voltar para Cartago encontrou-a em lastimável corrupção (idem).

As mulheres da República romana eram inspiradas à modéstia, não carregavam grandes dotes e, quando necessário, julgadas em tribunais particulares, sob a direção do marido e em frente aos seus parentes. Não havia um tribunal público para este tipo de assunto. O costume dirigia o tribunal para que fosse ele mesmo mantido. Os costumes aprisionavam as mulheres, enquanto que a lei as libertava, a não ser em caso de adultério:

> *O tribunal doméstico cuidava da conduta geral das mulheres. Mas havia um crime que, além da animadversão deste tribunal, era também submetido a uma acusação pública: era o adultério; quer porque numa república tão grande violação dos costumes interessasse ao governo; quer porque o desregramento da mulher pudesse fazer desconfiar do desregramento do marido; quer enfim porque se temesse que as pessoas preferissem esconder esse crime a puni-lo, ignorá-lo a vingá-lo (Montesquieu, 1973: 113).*

## Corrupção da República Romana

A corrupção da República romana estava, também, em uma das suas leis:

> *Era uma lei ruim a lei romana que permitia que os magistrados recebessem pequenos presentes, contanto que não ultrapassassem cem escudos no ano inteiro. Aqueles para quem nada se dá não desejam nada; aqueles para quem se dá um pouco logo desejarão um pouco mais e, em seguida, muito. Aliás, é mais fácil incriminar aquele que, não devendo receber nada, recebeu algo do que aquele que recebeu. Mais quando deveria receber menos, que encontra sempre, pretextos, desculpas, causas e razões plausíveis (Montesquieu, 1973: 84).*

Destes pequenos presentes, o espírito de luxo vai se apossando dos corações republicanos, tornando-os ocupados demais pelo amor privado, levando-os ao esquecimento do amor público, a ponto de tornar a coisa pública objeto de uso particular. Nada é suficiente ao um homem corrompido pelo luxo. As terras férteis que sustentam uma pequena república não serão suficientes para uma república corrompida, é preciso dominar. O tamanho da república indica sua permanência. O crescimento desordenado das conquistas romanas produziu o efeito do luxo e da devassidão dos costumes. Por isso, a dolorosa queda da República:

> *Enquanto Roma conservou seus princípios, os julgamentos puderam ficar, sem abuso, entre as mãos dos senadores; mas, quando se tornou corrupta, para qualquer corporação para a qual se transportassem os julgamentos, para os senadores, os cavaleiros; os tesoureiros da poupança, a dois destes corpos, a todos os três juntos, a qualquer outra corporação, sempre se estava mal. Os cavaleiros não possuíam mais virtude do que os senadores, os tesoureiros da poupança não mais do que os cavaleiros e estes tão pouca quanto os centuriões (Montesquieu, 1973: 127).*

O gosto pelo poder domina os corações, cada um deseja sempre o maior, o mais poderoso. O povo enoja-se com frugalidade, simplicidade ou modéstia, quer poder - ama aos poderosos:

> *Quando o povo de Roma conseguiu participar das magistraturas patrícias, era natural pensar que seus bajuladores iriam ser os árbitros do governo. Não: viu-se este povo, que tornava as magistraturas comuns aos plebeus; sempre eleger patrícios. Porque era virtuoso, era magnânimo; porque era livre, desdenhava o poder. Mas, quando perdeu seus princípios, quanto mais poder possuía, menos cuidados tinha; até que, afinal, tornando-se seu próprio tirano e seu próprio escravo, perdeu a força da liberdade para cair na fraqueza da licenciosidade (Montesquieu, 1973: 127).*

O preço da liberdade é o luxo, o excesso. A promessa cesarista, afinal, um grande império, supõe uma autoridade despótica (Montesquieu, 1973: 130). Na teoria da possibilidade do fim de uma república Montesquieu aponta para dois lados, dois fins possíveis, condições de derrocada para um despotismo. Afinal, não via na relação entre dois governos, que chamava de moderados, derrocada, ou seja, não há mal em uma república tornar-se monarquia, e nem o seu contrário, a monarquia tornar-se uma república. O grande mal residia na possibilidade do desfecho despótico.

O primeiro caminho para queda de uma república, que só pode subsistir quando pequena, é de ser vencida por uma força externa, um Império. O segundo caminho é a corrupção interna, quando a república se agiganta (Montesquieu, 1973: 127).

Como defender a república? Montesquieu compara as cidades gregas frente aos persas. República federativa. Foi por meio destas "federações" que Roma enfrentou o universo, aliando-se a cidades "do outro lado do Danúbio e do Reno" (Montesquieu, 1973: 136). A Holanda, a Alemanha e as Ligas Suíças, as chamadas *Repúblicas eternas* (idem).

Roma torna-se grande, este é um dos caminhos para sua derrocada. Está inscrita na história de Montesquieu. Não é possível um império sem despotismo, sem o luxo, que é o pai da desigualdade. Não havia o caminho para a monarquia:

> *Os antigos não conheciam o governo fundado num corpo de nobreza, e ainda menos o governo fundado num corpo legislativo formado pelos representantes de uma nação. As repúblicas da Grécia e da Itália eram cidades que, possuíam cada uma seu governo e reuniam seus cidadãos centro de seus muros. Antes que os romanos tivessem absorvido todas as repúblicas, quase não havia rei em lugar nenhum, na Itália, na Gália, na Espanha, na Alemanha; tudo eram pequenos povos ou pequenas repúblicas; até a África estava submetida a uma grande; a Ásia Menor estava ocupada pelas colônias gregas. Logo, não havia exemplo de deputados de cidades nem de assembleias de Estados; precisava-se ir até a Pérsia para encontrar o governo de um só. É verdade que havia repúblicas federativas; várias cidades enviavam deputados a uma assembleia. Mas afirmo que não havia monarquia baseada nesse modelo (Montesquieu, 1973: 163).*

Roma fora, de certa forma, determinada em direção ao despotismo oriental. Era grande demais e sem qualquer noção de um governo moderado para seu tamanho. Algo que vai aprender com os germanos. Os fundadores do sistema francês de governo. Aqui está a presença do mecanismo das origens do anti-absolutismo nobre (Martins, 2010: cap. II).

> *Eis como se formou o primeiro plano das monarquias que conhecemos. As nações germânicas que conquistaram o Império Romano eram, como se sabe, muito livres. É só ler sobre este assunto em Tácito, Sobre os costumes dos germanos. Os conquistadores espalharam-se pelo país; moravam nos campos e pouco nas cidades. Quando estavam na Germânia, toda a nação podia reunir-se. Quando foram dispersos pela conquista, não o puderam mais. No entanto, era preciso que a nação deliberasse sobre seus negócios, como o fazia antes da conquista: ela o fez através de representantes. Eis a origem do governo gótico entre nós. Foi, no início, uma mistura de aristocracia e de monarquia. Havia o inconveniente de que o baixo povo era escravo (Montesquieu, 1973: 163).*

A derrocada do Império Romano será a criação irônica dos governos feudais:

> *Era um bom governo que tinha em si a capacidade de se tornar melhor. O costume veio dar cartas de alforria, e logo a liberdade civil do povo, as prerrogativas da nobreza e do clero, o poder dos reis encontraram-se em tal concerto, que não creio que tenha havido na terra um governo tão bem moderado quanto o foi o de cada parte dá Europa durante o tempo em que subsistiu. E é admirável que a corrupção do governo de um povo conquistador tenha formado a melhor espécie de governo que os homens tenham podido imaginar (Montesquieu, 1973: 163).*

Este germanismo é a principal arma contra o romanismo absolutista.

## A República Germânica

Consiste em grande erro não perceber a estratégia política aristocrata de Montesquieu. Se o vulgo chega a afirmar que ele é o teórico dos três poderes, até mesmo o inventor do conceito, o erro consiste em retirar a autoria de John Locke, posta bem antes no "Tratado sobre o Governo" (2001). Montesquieu defende a Aristocracia, que para ele é uma república. A monarquia constitucional, invenção germânica, é facilmente comparada à república. Tanto é que Sérvio Túlio é constantemente pensado como criador da República Romana.

Em seu projeto político não há espaço para a democracia, governo para cidades pequenas, mas para monarquia constitucional de características inglesas. Tudo que ele não apoia é o absolutismo. Toda sua obra, "Espírito das Leis", tem este caráter anti-absolutista, para firmar seu ideário político. Pensa "agenciamento das origens" a partir dos francos, da República Romana e das experiências históricas, que para ele eram negativas, como o despotismo romano e oriental, afirmado positivamente a experiência do resultado da Revolução Inglesa – uma monarquia constitucional.

No tecido narrativo, entrelaçam história e política. Mas, para fortalecer sua manta política, sua tapeçaria de poder, dobra o tecido várias vezes. Assim, tornando resistente em busca de ser inquebrável. Faz isso de modo consciente? Não se pode saber. Faz segundo a ordem do discurso histórico político de seu tempo. Faz segundo a erudição absolutista e sua maquinaria histórica para ser contra a erudição.

Seu tecido se dobra uma primeira vez, sua narrativa alcança dois pontos, a Antiguidade e o seu Mundo Moderno. Produzindo uma continuidade, ora devastadora, ora exemplar. Imperadores, reis, sábios, leis num *continuum* histórico não linear, dobrado, portanto, com o duplo peso argumentativo. A dobra torna-se invisível para transparecer a força do tecido argumentativo. A mistura de épocas para argumentos atemporais e, ao mesmo tempo, históricos. Estranhamente cria uma

atemporalidade histórica. Exemplos históricos em contextos diferentes para produzir artificialmente a força argumentativa necessária.

Por exemplo, quando trata do comércio nas repúblicas, tece as seguintes afirmações:

> *No governo de vários, está com maior frequência baseado na economia. Como os negociantes têm vistas sobre todas as nações da terra, levam para uma o que tiram da outra. Foi assim que as repúblicas de Tiro, de Cartago, de Atenas, de Marselha, de Florença, de Veneza e da Holanda fizeram o comércio. Esta espécie de tráfico diz respeito ao governo de vários por sua natureza, e ao monárquico por oportunidade (Montesquieu, 1973:293).*

A dobra discursiva da narrativa é realizada de novo. Muito mais epistemológica, escorregadia, impura, não polarizada, densa. Em uma ponta do tecido está a erudição racionalista, cartesiana. Em outra ponta, está o empirismo de Newton. A dobra obriga as pontas se tocarem. Assim, a argumentos empiristas (exemplos históricos e contemporâneos) mesclam-se autoridades eruditas, textos clássicos e deduções teóricas.

O empirismo leva a uma terceira dobra. Esta última dobra unirá dois pontos divergentes: em uma polaridade está a Europa, noutra o mundo bárbaro, ou, o selvagem, ou melhor, não europeu. Romper o espaço geográfico e histórico, a partir das narrativas de viagem, é a condição do empirismo de Montesquieu. O outro está em oposição à identidade. Somadas, essas dobras produzem a teoria do homem universal, a política universal e seus braços governamentais.

Portanto, o tecido narrativo tem oito vezes o peso de cada argumento. Uma dobra sustenta outra. "*Dobra 1*", que é temporal; "*Dobra 2*", que é epistemológica; "*Dobra 3*", que é identitária. Ao desconstruir todas as dobras, aparecem as estratégias do autor, objetivos e posição inicial.

## Conclusão

Montesquieu pensou a República com a finalidade de contrapô-la ao Império romano. Fez uma etnografia das repúblicas e teorizou a república. Exaltou a República romana, exaltou a "germânica". Sua motivação principal é minar teoricamente qualquer possibilidade de benefícios provenientes do despotismo, no que via a França sendo vítima.

Entra em cena, o anti-absolutismo de Montesquieu, sua compreensão da história romana e sua teoria germanista de história, uma e outra, em oposição ao Absolutismo e à sua historiografia legitimadora, ou melhor, criadora.

Montesquieu enfrentou a erudição católica, monárquica e burguesa com a exaltação e queda da República do romana. Se Roma alguma vez foi boa como modelo, isto começou e encerrou com a República. A República romana é acima de tudo a política sem medo, virtuosa que cai sob o Império do medo.

## Referências bibliográficas:


ANTIQUEIRA, Moisés. Tito Lívio e a lógica dos corpos: Ou por que assassinar Lúcio Sício e sacrificar Virgínia?. Rev. hist., São Paulo, n. 161, dez. 2009 . Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000200013&lng=pt&nrm=iso acessos em 16 jul. 2012. Sobre a relação da Fronde e o parlamento de Paris:

ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel, 2008. p. 161.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo.* Tradução Sérgio Bath. 10a Edição. UnB: Brasilia, 2005.

GAHYVA, Helga. Boulainvilliers, Mably e Tocqueville: genealogia de uma exclusão. In: *Philósophos 11* (1): 129-144, jan./jun. 2006.

GEORGELIN, Jean. *Venise au siècle des Lumières. In: Civilisations et Sociétés, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales: Walter de Gruyter,* 1978. Vol. 41.

HILL, Christopher. Oliver Cromwell e a Revolução inglesa In: O Eleito de Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HURT, John Jeter. *Louis XIV And The Parlements: The Assertion Of Royal Authority*. Manchester University Press, 2004.

LACORNE, Denis. Mémoire et amnésie : les fondateurs de la République américaine, Montesquieu et le modèle politique romain. In: Revue Française de science politique, 42e année, n°3, 1992. P. 363-374

LUKOWSKI, J. « L'influence de L'Esprit des lois sur la pensée politique en Pologne à l'époque des Lumières ». in: *Montesquieu du Nord au Sud: Cahiers Montesquieu* 2, 2001.

MARTINS, Adilton Luís. *Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

NICOLET Claude. Des Belles-Lettres à l'érudition :l'érudition: l'Antiquité gréco-romaine à l'Académie au XVIIIe siècle. In*: Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 145e année, N. 4, 2001. p. 1627-1637.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

ROELKER, Nancy L. e HAYDEN, J. Michael. King. One Faith: The Parlement of Paris and the Religious Reformations of the Sixteenth Century. In: *History: Reviews of New Books.*Vol. 25, Iss. 2, 1997.

SENARCLENS, Vanessa. *Montesquieu Historien de Roma: un tournant pour la réflexion sur le statut de l'histoire au XVIIIe siècle*. Droz: Gevevè, 2003.

SLUGOCKI, L. *«La Pologne et les problèmes polonais dans L'Esprit des lois de Montesquieu », Actes du colloque international*, Bordeaux, 1999.

THOLOZAN, Olivier. *Henri de Boulainvilliers: l'anti-absolutisme aristocratique légitimé par l'histoire*. Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

VOLPILHAC-AUGER, Catherine e WEIL, Françoise. Principes de l'édition. Catalogue de la bibliothèque de Montesquieu à La Brède. In: *Cahiers Montesquieu*, n°4. Naples, Liguori Editore 1998.

## Fontes Históricas Modernas

BOUSSUET, Jacques Bénigne. *Discours sur Histoire universelle*. Paris, 1691. Outras versões disponíveis em 12 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=-yBCAAAAcAAJ&dq=bossuet%20discours%20sur%20la%20histoire%20universell&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks

CATROU, François et ROUILLE, Pierre-Julien. *Histoire romaine depuis la fondation de Rome: avec des notes historiques, geographiques[et] critiques*. Paris. 1725. Disponível em 12 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=0o5oX-DREv0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

FABRICIUS, Johann Albert. *The life of Libanius, the sophist: From the Latin*, Volume 1. Cadell e Strand: Londres, 1798. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=wyMbAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:LByXq3DF3g0C&source=bl&ots=fbMA4m77Z4&sig=o3xd0Dmjbea7Z8OKXgNXHjD0yUg&hl=pt-

BR&sa=X&ei=WU4AUInEK4us8ATMwOSOCA&ved=0CDgQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false

HOUSSAIE, Amelot de la. *Histoire du gouvernement de Venise*. Paris: David Mortier, 1714. Disponível em 14 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books/about/Histoire_du_gouvernement_de_Venise.html?hl=pt-BR&id=E1nu4Ypb-ZAC

LOCKE, John. *Segundo Tratado Do Governo Civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanso e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence.* Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734 disponível http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/considerations/considerations.html

MONTESQUIEU, Charles de. *Espírito das Leis*. São Paulo, Abril Cultura: 1973. Coleção Pensadores.

MONTESQUIEU. Au Marquis De Stainville , Ministre Plénipotentiaire De L'empereur D'allemagne A Paris. De Paris, le 27 mai 4750. In: *Oeuvres complètes*, Volume 3. 1865. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=bx0TAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=MONTESQUIEU.+1865+oeuvres&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjzs6y7tdTLAhVIFpAKHSFtA9gQ6AEIIDAA#v=onepage&q=Stainville%20&f=false

RENNEVILLE, René Augustin Constantin de. *Recueil des voiages qui ont servi à l'établissement & aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales, formée dans les provinces-unies de Païs-bas,* Volume 1; Volume 3. J. Frederic Bernard, 1725. Disponível em 15 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books?id=JOJaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Recueil+des+voyages+qui+ont+servi+%C3%A0+l%E2%80%99%C3%A9tablissement+de+la+compagnie+des+Indes+++balbi&source=bl&ots=-VgvCuJWcv&sig=1DElONL639Ua8ckG1paiLiZizpk&hl=pt-BR&sa=X&ei=XgYDUK2bN4n88gTdofisCA&ved=0CDwQ6AEwAQ#v=onepage&q=balbi&f=false

ROLLIN, Charles. De la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres par rapport à l'esprit et au cœur..., Paris, 1726-1728, 4 vol. Versão de 1810 disponível em 12 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=2zQnkQaBGzMC&printsec=frontcover&dq=De+la+mani%C3%A8re+d'enseigner+et+d'%C3%A9tudier+les+Belles-Lettres+par+rapport+%C3%A0+l'esprit+et+au+c%C5%93ur&source=bl&ots=ia_wMqrnGG&sig=C7zjscwyEDPbY-F8L7x7Be01uDo&hl=pt-BR&sa=X&ei=sjz_T4uhLIi88ATJnqiiBw&ved=0CDUQ6AEwAA#v=onepage&q=De%20la%20mani%C3%A8re%20d'enseigner%20et%20d'%C3%A9tudier%20les%20Belles-Lettres%20par%20rapport%20%C3%A0%20l'esprit%20et%20au%20c%C5%93ur&f=false

SAINT-DIDIER, Alexandre Toussaint Limojon de. La ville et la république de Venise. Adrian Moetjens, 1685. Disponível em 14 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=wvpaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

## Fontes Históricas Antigas

CICÉRON, Marcus Tullius CICERO. *Traité des loix*. Chez Jean Mariette, 1719.

DEMOSTHENES, AESCHINES. *Oeuvres completes*. Jean F Stiévenart org. F. Didot, 1853. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=brgWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

DENYS D'HALICARNASSE. *Les antiquites romaines.* Traduzido por François Bellanger. Philippe-Nicolas Lottin, 1723.

FABRICIUS, Johann Albert. *The life of Libanius, the sophist: From the Latin*, Volume 1. Cadell e Strand: Londres, 1798. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=wyMbAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:LByXq3DF3g0C&source=bl&ots=fbMA4m77Z4&sig=o3xd0Dmjbea7Z8OKXgNXHjD0yUg&hl=pt-BR&sa=X&ei=WU4AUInEK4us8ATMwOSOCA&ved=0CDgQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false

PLATÃO. *A República.* Liv. V. tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TITE-LIVE. *Histoire romaine.* Vol. 1. Trad. p A. A. J. Liez, N. A. Dubois, V. Verger. C.L.F. Panckoucke, 1830. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=Bko-enCGE_sC&dq=inauthor:%22Tito+Livio%22&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

# THE SPIRIT OF FEAR: ROME AND ABSOLUTISM[54]

Adilton Luís Martins[55]

## Abstract

This article affirms that Enlightenment philosopher Montesquieu produced a historical and political theory based on the history of Rome. The main focus of this text is the association contained in the idea of a similarity between the Roman Empire and Oriental Despotism. For Montesquieu, corruption destroyed the spirit of freedom and virtue of the Roman Republic and founded an empire based on fear, which is the principle of despotism. The main source of analysis here is the book *The spirit of the laws*.

## Keywords

Montesquieu; Roman Republic; Oriental Despotism; Roman Empire; The Spirit of the Laws.

[54] Translated by Demerval de Sena Aires Júnior.

[55] Federal University of São Paulo – Guarulhos, SP, Brazil. E-mail: adiltton@hotmail.com

## Resumo

Este artigo apresenta a tese de que o filósofo iluminista Montesquieu produziu uma teoria histórica e política baseada na história de Roma. O foco principal deste texto está na associação entre a ideia de que o Império romano e o despotismo oriental são semelhantes. Para o filósofo, a corrupção destruiu o espírito da liberdade e da virtude da República romana e instaurou um império baseado no medo, que é o princípio do despotismo. A fonte principal de análise é a obra Espírito das Leis.

## Palavras-chaves

Montesquieu, República romana, Despotismo oriental, Império romano, Espírito das Leis

## Introduction

In this article, Count Montesquieu appears as a political theorist who sticks out his neck in defense of his peers, that is, nobility. Montesquieu's anti-absolutism, based on his knowledge of Roman history and on his Germanist theory of history, opposes both absolutism and its legitimizing, or even better, fabricated historiography.

History is certainly the metal that connects the two sword edges of absolute power: on the one hand, the creation of such power; on the other, its legitimization. In this sense, erudite historiography acts as a metal alloy, fabricating its critique with fear and seduction. And an absolutist historian acts as a spiritual prophet of the State, who uses his clairvoyance to portray the reincarnation of Imperial Rome, under the feet of Monarchy.

The extolment of the Roman Republic and the reconstruction of its fall were used by Montesquieu to oppose the Catholic, absolutist and bourgeois erudition of his days. If Rome were ever to be seen as a good model, then such truth started and ceased to exist during its republic. In Montesquieu's view, the Roman Republic was above all fearless and virtuous politics crumbling before the empire of fear, i.e., the Roman Empire. And the historical law of fear, which could also be seen in the politics of the emperors and in Eastern despotism, was also thriving as a source of corruption in the streets and halls of 18th century France.

## Montesquieu and erudition

In order to better understand Montesquieu's opposition to the erudite history of the absolutist enterprise, we can observe the large oeuvre produced by several authors of the *Académie* and monasteries hired by the Crown. For instance, Gabriel Mably's work, *Parallèle des Français et des Romains*, of 1741.

Mably was absent from the anti-absolutist discussion, but he was described by Helga Gahyva as a defender of French equality:

> *The existence of a common rival is a point of convergence between Mably and Boulainvilliers. According to Furet, their convergence goes even beyond, since the two authors "share one single conception of history. [And] they also share the same materials and an identical theme" (Furet, 1997, p.174). However, if on the one hand, Boulainvilliers' main target is the Dauphin, Mably's target, on the other, is the third estate. Their objectives also diverge: while Boulainvilliers is concerned with reinforcing estate distinctions*

> *between the nobility and the bourgeoisie, Mably not only refutes such distinctions, but he also attempts to overcome them based on an understanding that if the consolidation of fixed estates had founded a national duality, then success in reestablishing unity would necessarily presuppose the reinsertion of the excluded population in the assemblies of the nation. Once the estates could be reconciled by a Germanist outlook, they would then be finally bound to turn into different classes within one and the same order (Gahyva, 2006: 131).*

The well-known Germanist approach of Henri de Boulainvilliers consists in a defense of privileges, though based on a much more complex theory. For this noble Normand, Germanism is an aristocratic ideology. Boulainvilliers sees aristocracy as the best form of government (Tholozan, 1999). The equality idea was indefensible in a context of legal and royal privileges for the nobility, even under Louis XIV. What Mably tries to do is to constitute France as a servant of Absolutism – what Montesquieu defined as 'equality under a despot'.

> *Les hommes sont tous égaux dans le gouvernement républicain; ils sont égaux dans le gouvernement despotique: dans le premier, c'est parce qu'ils sont tout; dans le second, c'est parce qu'ils ne sont rien (MONTESQUIEU, 1748: 90)*

The debate of the nobility against absolutist historiography took shape around the relation between morality and politics; between the idea of the fall of Rome as a consequence of immorality and of the employment of dishonored mercenaries by the Roman army. This debate emerged from a historical representation of bourgeois knowledge in the context of an absolutist State. The tax and legal privileges of the nobility were characterized by a theory of power, that is, a theory of government. Differently from the historians of the Crown, these nobility members looked to the Franks (Germanism) to defend aristocracy against the absolutists (Gaul-Romanists).

Both groups of historians turned to history in search of reasons to justify their political and juridical positions. Montesquieu, for instance, notably identified the absolutism of Louis XIV as a despotic government and structured his analysis based on the final days of the Roman Republic. In his view, the end of the Republic was, truly speaking, the "Fall of Rome" itself. This theme was an important element of anti-absolutist historiography, especially starting in the 1740s.

For this reason, the thesis of equality under the Ancient Regime was not to be seen in the production of the French academy, which remained at the service of the monarchy. Instead, it appeared in the works of some Enlightenment authors both in this context, and, in particular, after the French Revolution. This fact indicates the inexistence of a pre-revolutionary period – at least, not in the historiography field.

It was the monarchy that affirmed itself as imperial and 'Roman'. In the words of Senarclens:

> *Si, à côté du discours moraliste sul la vertu et le patriotism romains, le theme de la grandeur romaine garde une actualité politique au XVIIIe siècle, c'est aussi parce que la France brigue une place toute particulière dans l'héritage de Rome. Nombreux sont les historiens que font de Rome un "modèle" pour la France aspirant à la glorie. La caractère exceptionnel de cette cite est, en effet, à la mesure d'une nation que se fait une haute idée de sa proper histoire, mais aussi de "sa destinée". (Senarclens, 2003: 39).*

One cannot ignore Claude Nicolet (2001), who presents some facts that were practically obvious until 1791: Rome was by then the most important theme in the *Académie*, followed by that of ancient Greece. Together, the two themes accounted for 55% of the *Académie*'s total production. Meanwhile, the *Belle lettres* accounted for a total of 201 works on poetry, eloquence, theater and general literary. Homer and Virgil were the most-read authors, and 47 titles were published on Roman and Greek historians.

In the fields of legislation and politics, 16 works dealt with Greece, while 41 dealt with Rome, and 42 with Gaul and ancient France. Greek military art had 8 titles, and Roman military art had 31 titles. The same phenomenon was seen in the field of numismatics with 28 titles. The other hundreds of titles on the Eastern world, Africa and northern peoples were also an indirect product of the interest in the Roman Empire; and the same occurred in regard to the "history of the homeland", which authors were delighted to treat the theme of Gaul, understood as ancient France.

The Roman feeling emerged from the historical texts (*mimesis II)* and their reading (*mimesis III*) (Ricouer, 1994: 101). By resorting to narrative, the Crown managed to affirm itself as a continuation of the Roman lineage. Senarclens (2003: 40) maps out its text regime. First, the glorious aura of Rome emerged in the vast work of Catrou and Rouillé (1725); and the same can be said of another celebrated author, Jacques Bossuet (1691; Martins, 2010: chap. II), with his theocracy that narrates a history of the world, or universal history, from the creation of the world to the birth of Louis XIV. Senarclens also lists the Jansenist author Charles Rollin (1738-1748), who affirmed divine providence as a driving force behind the history of Rome and of the French monarchy. These authors identified Charlemagne as the figure that bridged the path between the downfall of Rome, on the one hand, and the French glory on the other.

The theme of the reincarnation of Rome is present in Mably, who established a parallel between the Romans and the French. Regarding Mably's work, Senarclens states that:

> *Mably compare terme à terme les grands moments de l'histoire française à ceux de l'histoire romaine. Il enumère les circonstances que empêchèrent la France d'atteindre plus vite le niveau de Rome ou, plus exactement, les*

> *"principaux faits que retirent pendante plusiers siècles le Gouvernement loin de sa perfection (Senarclens, 2003: 44).*

Senarclens' general thesis approaches the historiography of the *Académie* as the historiography of France from the perspective of a Roman lineage, or as Rome's reincarnation. According to Senarclens, after Louis XIV's death, the decadence of the Roman Empire emerged as a new, anti-absolutist theme that was studied since the work of Henri de Boulainvilliers in the 17th century (Martins, 2010: Chap. III).

## The spirit of Rome

Montesquieu's education was based on typical humanist values of his time. He was, therefore, well acquainted with the history of Rome, and he used it as a source of models as he presented his notions of the different forms of government.

Republic, Monarchy and Despotism – the historical forms of government – had been already treated in the works of Aristotle. Yet, for Montesquieu, Rome was their greatest expression, and Monarchy, Republic and Empire marked the central moments of its history. These three chapters of Roman history, in his entire work, are the epistemological condition of his political thought: for Montesquieu, history and politics are intertwined agents. Aristotelian knowledge, as he saw it, was not capable of fully covering the division of powers. Inspired by Newton, Montesquieu worked out an empirical view of history, based on more experimental data that the ancient political theory could not provide. Thus, the authority of history surpasses the authority of philosophy.

The presence of Aristotle, in Norberto Bobbio's words, meant that:

> *However, one must recognize – here, as a subclass –, the extraordinary originality and fertility of the categories produced by the Greeks in general, and in particular, by Aristotle's Politics, which resulted in a conceptual system that resisted the test of time and reached us in the West in practically intact form. It was an idea that had to be put to test, and it seems to me that no other theme would be better suited for such a test than that of the forms of government, for two reasons: there is no classical work on politics that does not deal with this theme, and there is no classical author who has not referred to the Greeks either directly or indirectly when dealing with it. Furthermore, the terms we still use in the present, such as monarchy, oligarchy, aristocracy, democracy, autocracy and tyranny have all a Greek origin, as well as other artificially constructed terms such as technocracy and hierocracy (2005, 3).*

Although comparable with Aristotle to some extent, Montesquieu sets himself apart from the Greek philosopher for two reasons. First, Montesquieu's political ideal is not one of moral citizenship, but of constitutional monarchy along the lines of the English model, known as a moderated monarchy. The second reason lies in the very presence of Rome, which was totally unknown by Aristotle. Considered in its entirety, the history of Rome leads to the knowledge of political transformations produced by human agency, with its virtues and vices. One single population, living under one climate, experienced all types of government and all types of vices in the course of their history. And throughout all transformations, texts with an extremely high level of formality had emerged, providing Montesquieu – as an Enlightenment philosopher – with the conditions for an authoritative position vis-à-vis the discursive order of the so-called erudition. Thus, Rome became an assurance of his entire theory, while other peoples could be seen as ramifications and illustrations.

Political theory became a theory of history inasmuch as those transformations and their spatial features could shed light on thought by providing examples, leading to new questions and pointing at possible solutions. A sense of historical predictability could then be identified, and the downfall of the Roman Empire could serve as a warning of the downfall of Absolutism, and, perhaps, of France itself.

> *À Rome, née dans la petitesse pour aller à la grandeur; à Rome, faite pour éprouver toutes les vicissitudes de la fortune; à Rome, qui avait tantôt presque tous ses citoyens hors de ses murailles, tantôt toute l'Italie et une partie de la terre dans ses murailles, on n'avait point fixé ce nombre; et ce fut une des grandes causes de sa ruine (MONTESQUIEU, 1748: 39).*

## The Roman Republic

For Montesquieu, all persons can perceive the difference in the nature of the three types of government. A republic can be recognized even by the least educated as: *le gouvernement républicain est celui où le peuple en corps, ou seulement une partie du peuple, a la souveraine puissance*;

His reference to the observed facts sets us apart from Aristotle, as he assumes in a categorical way that the only population in history to have experienced the three types of government, starting with democracy, was the Roman people. A democracy exists when the people have the power. On its turn, an aristocracy is found when the people are governed by a group that has the sovereign power.

The two statements above are an answer to Aristotle's question of "who?". And the answer regarding "how?" is provided by the reality of the suffrage. The law is

responsible for determining the type of suffrage: "indeed, it is as important to regulate in a republic, in what manner, by whom, to whom, and concerning what suffrages are to be given" (Montesquieu, 1748: 39).

As an example, Montesquieu cites the sophist Libanius (314-390 A.D.) (Fabricius, 1978), who stated that "in Athens, a foreign who intermeddled in the assemblies of the people was punished with death" (Montesquieu, 1748: 39). It was the death of a person who usurped the suffrage right. The people had the sovereign power and were responsible for acting correctly, by means of its ministers. The legitimacy of the elections stemmed from popular decision. Therefore, power was exercised by the people – either directly, as in Athens, or by means of magistrates, as in Rome (Montesquieu, 1748: 40).

In his beautiful discourse on the republic, which closely resembles the empiricist contributions of English authors such as Newton and Locke, Montesquieu points out that:

> *Le peuple est admirable pour choisir ceux à qui il doit confier quelque partie de son autorité. Il n'a à se déterminer que par des choses qu'il ne peut ignorer, et des faits qui tombent sous les sens. Il sait très bien qu'un homme a été souvent à la guerre, qu'il y a eu tels ou tels succès: il est donc très capable d'élire un général. Il sait qu'un juge est assidu, que beaucoup de gens se retirent de son tribunal contents de lui, qu'on ne l'a pas convaincu de corruption; en voilà assez pour qu'il élise un préteur. Il a été frappé de la magnificence ou des richesses d'un citoyen; cela suffit pour qu'il puisse choisir un édile. Toutes ces choses sont des faits dont il s'instruit mieux dans la place publique, qu'un monarque dans son palais. Mais saura-t-il conduire une affaire, connaître les lieux, les occasions, les moments, en profiter? Non: il ne le saura pas. (Montesquieu, 1748: 40).*

However, at this point, a specific limitation appears in regard to the empirical condition of politics. People did recognize moral quality, or virtue, at the public space. People did know men. But people did not know the problems. Montesquieu answers his own question as if Machiavelli's *virtú* itself were at stake: are people "capable of conducting an intricate affair, of seizing and improving the opportunity ad critical moment of action? No; this surpasses their abilities" (Montesquieu, 1748: 40).

Despite being capable of electing individuals from all social classes, Greece and Rome did not elect plebeians to high offices. After all, for Montesquieu, the lack of knowledge regarding the business of a city resulted in a technical type of authority. Social class divides had always been a condition of prosperity for public legislators. However, this assertion appears here as a result of Montesquieu's "historical empiricism".

Titus Livius[56] and Dionysius of Halicarnassus[57] described the aristocracy when Servius Tullius imposed it as a condition for the development of Rome by establishing the division of the Roman people into 193 centuriae and six classes. Solon, on his turn, had divided Athens into four classes.

The division of classes characterizes the basis of the suffrage:

> *Comme la division de ceux qui ont droit de suffrage est, dans la république, une loi fondamentale, la manière de le donner est une autre loi fondamentale.*
>
> *Le suffrage par le sort est de la nature de la démocratie; le suffrage par choix est de celle de l'aristocratie (Montesquieu, 1748: 41).*

To amend the suffrage by lot, if an individual selected for a function did not have the dignity and competence to exercise it, his merit should be judged. The famous speech of Demosthenes accusing Timarchus of corruption, prostitution and viciousness, is a case in point. The public status of the accusations and the exposure of the life of an eligible person were seen to contribute to the knowledge and development of the republic. Montesquieu, in this regard, cites Cicero's testimony in his *Treatise on the laws* (Cicéron, 1719) to show that secret suffrage had become one of the features of the Roman Republic in its final days.

At the Roman Republic, citizenship was directly linked to the life of the city: "every soldier was at the same time a citizen; every consul raised an army, and other citizens marched into the field" (Montesquieu, 2002: 71). The idea to include wealthy individuals in the army had the effect of encouraging victory and the return home. The battles on "Italian" territories enabled the existence of small armies, the surveillance of generals by the Senate and the return to the home city.

> *Sans doute que, lorsque le peuple donne ses suffrages, ils doivent être publics [58] ; et ceci doit être regardé comme une loi fondamentale de la démocratie. Il faut que le petit peuple soit éclairé par les principaux, et contenu par la gravité de certains personnages. Ainsi, dans la république romaine, en rendant les suffrages secrets, on détruisit tout; il ne fut plus possible d'éclairer une populace qui se perdait. Mais lorsque, dans une aristocratie, le corps des nobles donne les suffrages [59] , ou dans une*

[56] Montesquieu's note: *Titus Livius*, book I.
[57] Montesquieu's note: *Dionysius of Halicarnassus*, book IV, art. 15ff.
[58] À Athènes, on levait les mains.
[59] Comme à Venise.

> *démocratie, le sénat [60] ; comme il n'est là question que de prévenir les brigues, les suffrages ne sauraient être trop secrets (Montesquieu, 1748: 41).*

With the increased scale of Roman conquests beyond the seas and beyond the Alps, the citizen's spirit was lost. Generals felt their own power and became lords of their troops, while Rome ceased to be their main reference. In this new context, the identity of the troops was directly linked to the figure of their general: "they were no longer the soldiers of the republic, but of Sylla, of Marius, of Pompey, and of Caesar" (Montesquieu, 2002: 72). For Montesquieu, there was a sole republican value that had to be pursued, namely the idea of the republic itself. "A wise republic ought not to run any hazard which may expose it to good or ill fortune; the only happiness the several individuals of it should aspire after is to give perpetuity to their State" (Montesquieu, 2002: 72).

Rome's transformation into an empire meant first to experience corruption. "If the unbounded extent of the Roman empire proved the ruin of the republic, the vast compass of the city was no less fatal to it" (Montesquieu, 2002: 72). By subduing "the whole universe", the city lost its spirit of love for liberty and equality, along with its hatred of tyranny. Thus, its internal union disappeared.

> *Ce qu'on appelle union dans un corps politique est une chose très équivoque : la vraie est une union d'harmonie, qui fait que toutes les parties, quelque opposées qu'elles nous paraissent, concourent au bien général de la société, comme des dissonances dans la musique concourent à l'accord total (Montesquieu, 1734:59).*

On the other hand, a false union is one in which each individual oppresses the others; such is a state of union without freedom, that is, union based on oppression. Montesquieu cites the image of despotism in the 18th century Asian world as an explicative condition. Those States:

> *ne sont joints que parce que les uns oppriment les autres sans résistance, et, si l'on y voit de l'union, ce ne sont pas des citoyens qui sont unis, mais des corps morts, ensevelis les uns auprès des autres (Montesquieu, 1734:60).*

Freedom demands love for politics and is an achievement. Hannah Arendt's view of ancient politics is instructive in regard to the importance of transparency and of the continuous conquest of the political.

> *The response to the issue of the meaning of politics is so simple and conclusive that one could actually come to think that all other issues are*

---

[60] Les trente tyrans d'Athènes voulurent que les suffrages des aréopagites fussent publics, pour les diriger à leur fantaisie: Lysias, Orat. contra Agorat., cap. VIII [37].

> *absolutely irrelevant. The response is: the meaning of politics is freedom itself (Arendt, 2008: 171).*

Arendt argues that man rarely had the opportunity to experience the political. In her reasoning, the prototype of politics in search of freedom, by means of the word, after meeting the basic needs, is found in Hector and Achilles:

> *The prototype of rivalry between men is still the combat between Hector and Achilles. Independently of the question of who wins or loses, it gives each side an opportunity to reveal itself; in other words, it gives each side the opportunity to come to reality, and thus to become effectively real. The same process occurred in the war between Greeks and Trojans, which for the first time gave both sides an opportunity to effectively reveal themselves. By mirroring the confrontation between the gods, this war not only attained its true meaning as it was fought on Earth, but it also clearly revealed that both sides also contained an aspect of divinity, even though one of them should perish (Arendt, 2008: 226).*

Transparency in the republic, both in regard to the suffrage and to the elected individuals, and materialized in the possibility of publicly accusing and being accused before the entire society, produced here an ennobling reality for the political struggle. Freedom re-emerges in this context amidst the existence of multiple points of view in terms of speech, desire and agency. Reflecting particularly on the Greeks, Arendt conceives a dimension of ancient politics that can be contrasted to Montesquieu's account of the Roman Republic. For Arendt:

> *The decisive element is not the capacity to affirm rationales and invert propositions, but the fact that one has acquired the capacity to effectively see things from different sides – that is, the capacity to see things politically. Hence, people came to understand how to adopt different perspectives provided by the real world, from which one and the same object can be considered, and in which each object can be appreciated according to several points of view, in spite of its uniqueness (Arendt, 2008:228).*

The classic division among the government forms – Aristotle's question about "who?" – leads Montesquieu to a differentiation between two popular government types: democracy in chapter II, book II of *The Spirit of the Laws*; and aristocracy in chapter III.

The law defines the public space and establishes harmony, limiting the powers and stimulating tasks. The end of the Roman republic was characterized by the self-proclamation of individual power, which broke the established rules in a context of political accommodation. In this regard, Montesquieu affirms:

> *mais, dans une république où un citoyen se fait donner un pouvoir exorbitant, l'abus de ce pouvoir est plus grand, parce que les lois, qui ne l'ont point prévu, n'ont rien fait pour l'arrêter (Montesquieu, 1748: 41).*

An improved aristocracy must participate of the popular life. Aristocrats must not remain aloof; instead, they must be closer: "The more an aristocracy approaches democracy, the more perfect it will be" (Montesquieu, 1748: 43). Conversely, the less an aristocracy resembles a monarchy, the better it will be too. Aristocrats must above all avoid situations such as the one of Poland, where aristocrats ruled the peasants as their serfs: "the most imperfect of all [aristocracies] is that in which the part of the people that obeys is in a state of civil servitude to those who command, as the aristocracy of Poland, where the peasants are slaves to the nobility" (Montesquieu, 1748: 107).

Montesquieu criticizes the Polish aristocracy along his work as a distant social class whose living almost resembles a form of despotism, marked by excessive luxury and excessive inequality. However, since the local population is too poor, the same occurs in regard to relative luxury:

> *En Pologne, par exemple, les fortunes sont d'une inégalité extrême; mais la pauvreté du total empêche qu'il y ait autant de luxe que dans un État plus riche (Montesquieu, 1748: 131).*

In Montesquieu's rationalist mathematics, luxury is proportional to inequality. Only by sharing wealth and fortune can the State be established by equal citizens. Luxury in Poland was a scandal when one considered the local poverty, but it was still mediocre when compared to the luxury found in other nations.

> *Le luxe est toujours en proportion avec l'inégalité des fortunes. Si, dans un État, les richesses sont également partagées, il n'y aura point de luxe; car il n'est fondé que sur les commodités qu'on se donne par le travail des autres (Montesquieu, 1748: 130).*

Here, one may notice a similarity between Montesquieu's reasoning and Karl Marx' view of labor alienation. Nonetheless, Montesquieu's mathematics of luxury economics belongs to arithmetic. The following excerpt indicates the rationalist and empirical relation contained in *The spirit of the laws*:

> *Supposant le nécessaire physique égal à une somme donnée, le luxe de ceux qui n'auront que le nécessaire sera égal à zéro; celui qui aura le double aura un luxe égal à un; celui qui aura le double du bien de ce dernier aura un luxe égal à trois; quand on aura encore le double, on aura un luxe égal à sept; de sorte que le bien du particulier qui suit, étant toujours supposé double de celui du précédent, le luxe croîtra du double plus une unité, dans cette progression 0, 1, 3, 7, 15, 31, 63, 127 (Montesquieu, 1748: 131).*

On the other hand, the assembled crowd creates superfluous desires, which are a characteristic of the great empires and large cities:

> *Le luxe est encore en proportion avec la grandeur des villes, et surtout de la capitale; en sorte qu'il est en raison composée des richesses de l'État, de*

> *l'inégalité des fortunes des particuliers et du nombre d'hommes qu'on assemble dans de certains lieux.*
>
> *Plus il y a d'hommes ensemble, plus ils sont vains et sentent naître en eux l'envie de se signaler par de petites choses [61]. S'ils sont en si grand nombre que la plupart soient inconnus les uns aux autres, l'envie de se distinguer redouble, parce qu'il y a plus d'espérance de réussir. Le luxe donne cette espérance; chacun prend les marques de la condition qui précède la sienne. Mais à force de vouloir se distinguer, tout devient égal, et on ne se distingue plus: comme tout le monde veut se faire regarder, on ne remarque personne (Montesquieu, 1748: 131).*

An unadvised reader could even think that the excerpt above was written by a Frankfurt-school thinker about contemporary mass societies. However, an excessive luxury is a characteristic of a different type of government. In democracy, luxury is almost inexistent, since in a context of equality, one would not expect to find, for instance, individuals who own up to four times more than the others.

Therefore, the superiority of democracy could be seen in the equal distribution of wealth. Once more, we see Montesquieu's arithmetic proportion: "the less luxury there is in a republic, the more it is perfect" (Montesquieu, 1748: 108). The earliest days of Rome and of Sparta did not see luxury. Such state of things strengthened the community spirit, in contrast to a context in which luxury is established and leads to a sense of private greed.

The luxury appears in Montesquieu as one of the reasons behind the end of the Roman republic (Montesquieu, 1748: 108). The criticism of luxury had been a long-standing moral discourse regarding the fall of Rome. Now it was resorted to in order to help explain the end of the Roman Republic and the beginning of the Roman Empire. The Empire was only possible in a context of corruption.

In aristocracies, the virtue of moderation must be used against luxury. Such was the case of Venice in the thinking of Saint-Didier[62] (1685) about the aristocracy of his days (Volpilhac-Auger, 1998: 16-26). Venice was then a city with laws that obliged its nobility to exercise modesty. In contrast to it, Poland (Slugocki, 1999: 139-151) had a society in which the law guaranteed inequality and resulted in State corruption. Thus, such an eroded State was bound to suffer with the insurrection of its people.

---

[61] Dans une grande ville, dit l'auteur de La *Fable des abeilles*, t. 1, p. 133, on s'habille au-dessus de sa qualité, pour être estimé plus qu'on n'est par la multitude. C'est un plaisir pour un esprit faible, presque aussi grand que celui de l'accomplissement de ses désirs.

[62] Saint Didier's book was found in Montesquieu's personal library. The cited page number is where the narrative about the wealth of Venice begins.

Reflecting about corruption, Montesquieu undertakes a metahistorical exercise of theory and compares modern Poland to ancient Crete. He repeatedly cites Plato's *Republic* (2006) as a historical source to demonstrate his comparisons, along with the works of Plutarch (Plutarque, 1655) and Martial (1864).

The issue at stake between Crete and Poland is the education of the people. According to Plato's account, the naked youth who practiced fighting sports at the public squares of Crete and Thebes were educated with war exercises and attained success in their insurrection. The same, on the other hand, could not possibly occur in Poland. As a remedy, an insurrection can only be efficacious when a "love for the homeland" exists. Polish laws in the 18th century did not promote such love; quite to the contrary, they created an excessive individual independence. "The independence of individuals is the end aimed at by the laws of Poland, [and] thence results the oppression of the whole" (Montesquieu, 1748: 107).

Polish laws (Lukowski, 2001: 49-59) had a deleterious effect on the country's trade, impoverishing both its people and nobility, while drawing Poland closer to barbarism. The following excerpt severely criticizes the laws of that country:

> *La Pologne servira ici d'exemple. Elle n'a presque aucune des choses que nous appelons les effets mobiliers de l'univers, si ce n'est le blé de ses terres. Quelques seigneurs possèdent des provinces entières; ils pressent le laboureur pour avoir une plus grande quantité de blé qu'ils puissent envoyer aux étrangers, et se procurer les choses que demande leur luxe. Si la Pologne ne commerçait avec aucune nation, ses peuples seraient plus heureux. Ses grands, qui n'auraient que leur blé, le donneraient à leurs paysans pour vivre; de trop grands domaines leur seraient à charge, ils les partageraient à leurs paysans; tout le monde trouvant des peaux ou des laines dans ses troupeaux, il n'y aurait plus une dépense immense à faire pour les habits; les grands, qui aiment toujours le luxe, et qui ne le pourraient trouver que dans leur pays, encourageraient les pauvres au travail. Je dis que cette nation serait plus florissante, à moins qu'elle ne devînt barbare: chose que les lois pourraient prevenir (Montesquieu, 1748 (4): 43).*

Venice – another republic of Montesquieu's days – was also compared to the Roman Republic. First, in the discussion regarding the magistrates:

> *L'exception à cette règle est lorsque la constitution de l'État est telle qu'il a besoin d'une magistrature qui ait un pouvoir exorbitant. Telle était Rome avec ses dictateurs, telle est Venise avec ses inquisiteurs d'État; ce sont des magistratures terribles, qui ramènent violemment l'État à la liberte (Montesquieu, 1748: 44).*

The ancient-modern relation – typical of modern days – allows us to grasp the political role of the magistrates during the republic. A magistrate was a check on the power of the prince and was capable of setting therefore, limits to such power. In the case of ancient Rome, it was important to establish a dictator according to a function; thus, the

magistrates acted between the people and the dictator. In Venice, on its turn, the magistrates exercised a permanent function (Georgelin, 1978. Vol. 41), since,

> *c'est là que les desseins peuvent être commencés, suivis, suspendus, repris; que l'ambition d'un seul devient celle d'une famille, et l'ambition d'une famille celle de plusieurs. On a besoin d'une magistrature cachée, parce que les crimes qu'elle punit, toujours profonds, se forment dans le secret et dans le silence. Cette magistrature doit avoir une inquisition générale, parce qu'elle n'a pas à arrêter les maux que l'on connaît, mais à prévenir même ceux que l'on ne connaît pas. (Montesquieu, 1748: 44).*

Furthermore, the Venetian magistrates asserted themselves against the nobility in defense of the aristocracy. By continuously watching the nobility, they prevented the emergence both of a monarchy and of despotism. Since popular reaction is an easy prey for the emotions of the moment, Roman magistrates lasted only as long as the problem they had to solve. Venetian magistrates, in turn, were in a position to chase the sly, silent crimes of nobility, which were invisible to the people.

The proximity between the aristocracy and the people is an important feature. The ability to exhibit the conquests and possessions of the city, instead of giving them to the people, cultivated a spirit of unity. Thus, the *fold* that brings together the ancient and modern contexts acts as a maxim in the relations with the people. How does one share one's goods with the people? Simply by showing them.

> *Si l'on ne distribue point les revenus au peuple, il faut lui faire voir qu'ils sont bien administrés: les lui montrer, c'est, en quelque manière, l'en faire jouir. Cette chaîne d'or que l'on tendait à Venise, les richesses que l'on portait à Rome dans les triomphes, les trésors que l'on gardait dans le temple de Saturne étaient véritablement les richesses du peuple (Montesquieu, 1748: 83).*

While reflecting on Rome and Venice, Montesquieu approaches the issue of the administration of State property and compares the Venetian law to the Claudia Law. In the source quoted by Montesquieu, the modern case appears: *Les lois de Venise* [63] *défendent aux nobles le commerce qui pour-rait leur donner, même innocemment, des richesses exorbitantes* (Montesquieu, 1748: 84).

Regarding the Claudia Law, Montesquieu cites the following text:

> *"[...] invisus etiam patribus ob novam legem, quam Quintus Claudius, tribunus plebis, adversus senatum, atque uno patrum adjuvante Caio Flaminio, ne quis senator, cuive senator pater fuisset, maritimam navem,*

[63] Amelot de La Houssaye, Du *gouvernement de Venise*, partie III. La loi Claudia défendait aux sénateurs d'avoir en mer aucun vaisseau qui tînt plus de quarante muids. Tite-Live, liv. XXI, 63, 3.

> *quae plus quam trecentarum amphorarum esset, haberet: id satis habitum ad fructus ex agris vectandos quaestus omnis patribus indecorus visus"(Titus Livius Ab Urbe Condita,. Montesquieu, 1748: 84).*

Here, one can identify two of the three main folds that characterize modern historiographical thought: the *first fold*, which brings together the ancient and the modern; and the *second fold* of erudition and empiricism. Houssaie (modern) and Livy (ancient) are juxtaposed as a *first fold*. However, the authority of the first fold depends on the second. The facts that Houssaie (empirical) was a traveler and had been to Venice established his authority as an empirical source. On his turn, Livy (erudition) imparts the classical authority. Thus, their juxtaposition allows a *second fold*. The narrative fabric, beyond its composition in the form of a text, appears according to quite specific folds. Hence, a *mimesis* II appears in Montesquieu's text (Ricouer, 1994: 101).

Montesquieu's aristocratic theory also links Venice to Sparta (Lacedaemonia):

> *Elles doivent mortifier, dans tous les temps, l'orgueil de la domination. Il faut qu'il y ait, pour un temps ou pour toujours, un magistrat qui fasse trembler les nobles, comme les éphores à Lacédémone, et les inquisiteurs d'État à Venise, magistratures qui ne sont soumises à aucunes formalités. Ce gouvernement a besoin de ressorts bien violents. Une bouche de pierre s'ouvre à tout délateur à Venise; vous diriez que c'est celle de la tyrannie (Montesquieu, 1748: 73)..*

These tyrannical magistrates within the aristocracy play a role of moderation, especially among the nobility, and such role ought not to be condemned. In contrast to Venice, "Romans were admirable. All other magistrates might be required to justify their official conduct, but never censors" (Montesquieu, 1748: 93).

The *third fold* – 'identity' – teaches more about the Venetian aristocracy, in particular, as it regards the magistrates and, especially, the types of government. Venice's hereditary regime needs to be distinguished by means of the Oriental type of government, which is constantly presented as despotic. Montesquieu frequently compares European peoples with non-Europeans. Here, therefore, we find his third fold.

In Montesquieu's view, each political regime leaves a mark on the customs of the people. Yet, he states that "unprepared" spirits cannot receive good laws, since these laws seem intolerable to them. The brief chapter II, book XIX of *The spirit of the laws* presents this reasoning, along with several folds.

The *first fold* – ancient and modern – is found in Justinian's imposition of the tribunal of Varus to the Germans; it flows down to the end of the chapter along the *second fold* – erudition and empiricism – connected by the account of Venice. Here, Montesquieu's

somehow ironical mood, which is present in the Persian Letters, can be seen too. Hence, the *third fold* – East and West – appears:

> *Un Vénitien nommé Balbi, étant au Pégu* [64]*, fut introduit chez le roi. Quand celui-ci apprit qu'il n'y avait point de roi à Venise, il fit un si grand éclat de rire, qu'une toux le prit, et qu'il eut beaucoup de peine à parler à ses courtisans. Quel est le législateur qui pour-rait proposer le gouvernement populaire à des peuples pareils? (Montesquieu, 1748: 112).*

Montesquieu's comparison of Venice and Poland provides an additional clarification of his view of the Roman Republic. As he describes the divisions of Rome in the republican period, he indirectly refers to Venice:

> *Ceux qui obéissent à un roi sont moins tourmentés d'envie et de jalousie que ceux qui vivent dans une aristocratie héréditaire. Le prince est si loin de ses sujets qu'il n'en est presque pas vu, et il est si fort au-dessus d'eux qu'ils ne peuvent imaginer aucun rapport qui puisse les choquer. Mais les nobles qui gouvernent sont sous les yeux de tous et ne sont pas si élevés que des comparaisons odieuses ne se fassent sans cesse (Montesquieu, 1734,52).*

## Virtue as the principle of the Republic

Virtue is the condition both for aristocracy and democracy:

> *Ce que je dis est confirmé par le corps entier de l'histoire, et est très conforme à la nature des choses. Car il est clair que dans une monarchie, où celui qui fait exécuter les lois se juge au-dessus des lois, on a besoin de moins de vertu que dans un gouvernement populaire, où celui qui fait exécuter les lois sent qu'il y est soumis lui-même, et qu'il en portera le poids (Montesquieu, 1748: 51).*

From the perspective of the *first fold*, ancient and modern, Montesquieu considers the problems of Cromwell (cf. Hill, 1988) and Sylla,[65] as they attempted to build a democracy and to restore freedom to the citizens, respectively. Bourgeois ambition was no longer virtuous: hence, the failure of English democracy and of Cromwell. Sylla, in his days, was left without any option after Caesar, Tiberius, Caius, Nero and Domitian had devoured all virtue, leaving only its "feeble remains […], which were continually diminishing". Rome, therefore, had become a slave.

---

[64] Il en a fait la description en 1596. *Recueil des voyages qui ont servi à l'établissement de la Compagnie des Indes*, t. III, part. I, p. *33.*

[65] *Lucius Cornelius Sulla* (138 B.C. — 78 B.C).

Montesquieu compares the past to the present in order to point out to the lack of virtue in his time, which can also be seen as a fearsome irony for the political speeches in the 21st century:

> *Les politiques grecs, qui vivaient dans le gouvernement populaire, ne reconnaissaient d'autre force qui pût les soutenir que celle de la vertu. Ceux d'aujourd'hui ne nous parlent que de manufactures, de commerce, de finances, de richesses et de luxe même (Montesquieu, 1748: 51).*

Virtue and ambition are antithetical in a government. Virtue leads to respect, while ambition leads to fear. For Montesquieu, frugality degenerates into avarice. Thus, the wealth of the individuals, which constituted the public treasure, became through ambition the patrimony of a few private persons. This was the reason for the fall of Carthage:

> *Comment Carthage aurait-elle pu se soutenir? Lorsque Annibal, devenu préteur, voulut empêcher les magistrats de piller la république, n'allèrent-ils pas l'accuser devant les Romains? Malheureux, qui voulaient être citoyens sans qu'il y eût de cité, et tenir leurs richesses de la main de leurs destructeurs! Bientôt Rome leur demanda pour otages trois cents de leurs principaux citoyens; elle se fit livrer les armes et les vaisseaux, et ensuite leur déclara la guerre. Par les choses que fit le désespoir dans Carthage désarmée on peut juger de ce qu'elle aurait pu faire avec sa vertu, lorsqu'elle avait ses forces (Montesquieu, 1748: 51).*

Ambition marks the end of democracy. The more virtuous the citizens are, the more freedom there is: this is what constitutes a true Republic. When Athens became concerned with its own pleasures, it was dominated, because its pleasures became a substitute for the ideal of freedom.

> *Athènes eut dans son sein les mêmes forces pendant qu'elle domina avec tant de gloire, et pendant qu'elle servit avec tant de honte. Elle avait vingt mille citoyens [66] lorsqu'elle défendit les Grecs contre les Perses, qu'elle disputa l'empire à Lacédémone, et qu'elle attaqua la Sicile, Elle en avait vingt mille lorsque Démétrius de Phalère les dénombra [67] comme dans un marché l'on compte les esclaves. Quand Philippe osa dominer dans la Grèce, quand il parut aux portes d'Athènes [68], elle n'avait encore perdu que le temps. On peut voir dans Démosthène quelle peine il fallut pour la réveiller: on y*

---

66 Plutarque, *in Pericle* [37, 4]; Platon, *in Critia* [112e].

67 Il s'y trouva vingt et un mille citoyens, dix mille étrangers, quatre cent mille esclaves. Voyez Athénée, liv. VI [section 103 (272)].

68 Elle avait vingt mille citoyens. Voyez Démosthène, in Aristog..

> *craignait Philippe, non pas comme l'ennemi de la liberté, mais des plaisirs* [69]*. (Montesquieu, 1748: 51).*

Montesquieu issues his historical judgement in truly dramatic words:

> *Cette ville, qui avait résisté à tant de défaites, qu'on avait vue renaître après ses destructions, fut vaincue à Chéronée, et le fut pour toujours. Qu'importe que Philippe renvoie tous les prisonniers? Il ne renvoie pas des hommes. Il était toujours aussi aisé de triompher des forces d'Athènes qu'il était difficile de triompher de sa vertu (Montesquieu, 1748: 51).*

Virtue is so important for Montesquieu, that he sets a premium on the value of the private element. Thus, a private problem would also become a public problem, considering that a private crime collides with the constitution of the State and is, in essence, a crime against virtue. Hence the need for absolute transparency.

An education capable of cultivating virtue was the characteristic of the Greek institutions and the reason behind their strength. Yet, love to the homeland is not only a characteristic of the Greeks. For Montesquieu, the savages of Paraguay also had it. Linking the *first fold* – ancient and modern – to the *third fold* – Europeans and non-Europeans –, he presents his explanation, including his view of the Jesuit missions.

*First fold* – ancient and modern:

> *La Crète et la Laconie furent gouvernées par ces lois. Lacédémone céda la dernière aux Macédoniens, et la Crète* [70] *fut la dernière proie des Romains. Les Samnites eurent ces mêmes institutions, et elles furent pour ces Romains le sujet de vingt-quatre triomphes* [71] *(Montesquieu, 1748: 67).*

*Third fold* – Europeans and non-Europeans (identity):

> *Le Paraguay peut nous fournir un autre exemple. On a voulu en faire un crime à la Société, qui regarde le plaisir de commander comme le seul bien de la vie; mais il sera toujours beau de gouverner les hommes en les rendant plus heureux* [72] *(Montesquieu, 1748: 67).*

The Jesuit missions were compared by him to the ideal of Plato's republic. The characteristic of these missions, in Montesquieu's eyes, was the idea of religion joined with the idea of humanity. Thus, "repairing the pillages of the Spaniards, it begun to

---

[69] Ils avaient fait une loi pour punir de mort celui qui proposerait de convertir aux usages de la guerre l'argent destiné pour les théâtres.

[70] Elle défendit, pendant trois ans, ses lois et sa liberté. Voyez les livres XCVIII, XCIX et C de Tite-Live, dans *l'Epitome* de Florus. Elle fit plus de résistance que les plus grands rois.

[71] Florus, liv. I [16, 8].

[72] Les Indiens du Paraguay ne dépendent point d'un seigneur particulier, ne payent qu'un cinquième des tributs, et ont des armes à feu pour se défendre.

heal one of the greatest wounds mankind has yet received". The missions promoted honor and zeal, removing men from the forests to provide them with subsistence, and dressing them.

The Jansenists accused Montesquieu of not having said enough about the process of Christianization, as he wrote on the missions to Paraguay:

> *Au chapitre VI du livre IV de mon livre, j'ai parlé de l'établissement des jésuites au Paraguay, et j'ai dit que, quelques mauvaises couleurs que'on ait voulu y donner, leur conduit à cet égard étoit très-louable; et les jansénistes ont trosuvé très-mauvais que j'aie par là défendu ce qui les a mis de très mauvaise humeur (Montesquieu, 1865: 303).*

Since virtue is the love for the Republic, in democracy it becomes love for equality, which is only possible by means of a frugal life, that is, modesty. The history of Rome began amidst the spirit of equality:

> *Quelques législateurs anciens, comme Lycurgue et Romulus, partagèrent également les terres. Cela ne pouvait avoir lieu que dans la fondation d'une république nouvelle; ou bien lorsque l'ancienne loi était si corrompue, et les esprits dans une telle disposition, que les pauvres se croyaient obligés de chercher, et les riches obligés de souffrir un pareil remède (Montesquieu, 1748:75).*

Equality must be driven by diligent subordination. Thus, the more the youth can subordinate to the elders, the more moderate a society will be. The elders must respect each other and the young must respect the elders. Subordination within the families was, for Montesquieu, one of the pillars of the Roman Republic. Thus, the public outcomes hinged on the private conduct.

The authority of fathers in the families and the presence of the tribunes were key references of power and order for the Roman Republic:

> *À Rome, les pères avaient droit de vie et de mort sur leurs enfants [73]. À Lacédémone, chaque père avait droit de corriger l'enfant d'un autre.*
>
> *La puissance paternelle se perdit à Rome avec la république. Dans les monarchies, où l'on n'a que faire de mœurs si pures, on veut que chacun vive sous la puissance des magistrats (Montesquieu, 1748: 81).*

[73] On peut voir, dans l'histoire romaine, avec quel avantage pour la république on se servit de cette puissance. Je ne parlerai que du temps de la plus grande corruption. Aulus Fulvius s'était mis en chemin pour aller trouver Catilina; son père le rappela et le fit mourir. Salluste, *De bello Catilinae*. Plusieurs autres citoyens firent de même, Dion, liv. XXXVII [36].

Did the French State need tribunes? Who represented the people at that time? For Montesquieu, the parliaments represented the people, as the citation above shows. They had much more of a juridical than a legislative nature, as meeting points of the nobility and instances of justice. However, starting with Mazarin, the authority of the parliaments began to wane, and the imposition of Absolutism became valid for all powers other than the Crown (Hurt, 2004; Roelker, 1997). Thus, we find here a hint of an anti-absolutist vindication.

> *Cicéron croit que l'établissement des tribuns de Rome fut le salut de la répu-blique. « En effet, dit-il, la force du peuple qui n'a point de chef est plus terrible. Un chef sent que l'affaire roule sur lui, il y pense; mais le peuple, dans son impétuosité, ne connaît point le péril où il se jette. » On peut appliquer cette réflexion à un État des-potique, qui est un peuple sans tribuns; et à une monarchie, où le peuple a, en quelque façon, des tribuns (Montesquieu, 1748: 89).*

## General characteristics of the Roman republic

Montesquieu's maxim "one can never leave the Romans" (Montesquieu, 1748: 166) points at a scene he was personally acquainted with: the ruins and castles of Rome. There, what most caught Montesquieu's attention was the sight of the Roman fields, home of the patricians – the great ones who elected their kings in the early times of the city. With the expulsion of the kings, Rome experienced the fractionation of the "three powers". For Montesquieu, two sources are fundamental for understanding this period of the Roman history: Livy and Dionysius of Halicarnassus.

The republic was born with the popular magistrates, while consulships were dissolved into several magistracies: praetors for private suits, questors for public crimes, aediles for supervising the police, and treasurers for administering public monies, along with the tribunes, who could intervene against the patricians, and, lastly, the influence of the people over the important decisions. All this took place during the reign of Servius Tullius.

The bitter taste of slavery emerged with Tarquin (Montesquieu, 1748: 168). Chapter XV of *The spirit of the laws* dramatically demarcates the Roman republic as the period between two bloodsheds: on the one hand, the death of Virginia (Antiqueira, 2009), whose blood represents the ruin of the decemvirs; and, on the other, the bloody robe of Julius Caesar.

> *Le spectacle de la mort de Virginie, immolée par son père à la pudeur et à la liberté, fit évanouir la puissance des décemvirs. Chacun se trouva libre, parce que chacun fut offensé: tout le monde devint citoyen, parce que tout le monde*

> *se trouva père. Le sénat et le peuple rentrèrent dans une liberté qui avait été confiée à des tyrans ridicules (Montesquieu, 1748 (2): 73).*

Each detail of history, presented in this case by Livy, is immortalized as a moral judgment in the form of a *mimesis I* – to copy for oneself – and a *mimesis II* – to write for the others, not only as empty rhetoric, but as a close political contact, to attain a *mimesis III* – action by the readers. Therefore, it is both a memoir aimed at the political and moral comprehension of the historical text *and* a device for believing, remembering and legitimizing, in order to attain a specific political goal.

The shedding of Virginia's blood is contrasted to "the bloody robe of Caesar [, which] returned Rome to servitude" (Montesquieu, 1748: 168). Now, would this be only a "blood-based rhetoric"? A display of empty information? Absolutely not. These accounts were brought together in order to convey the effect that the empire was a form of despotism based on the principle of fear. The bloody robe of Julius Caesar – barbarous blood, for his glory, and Roman blood for his shame – demarcates the servitude of Rome, that is, the birth of the Empire and the end of the Republic.

A common method for judging is one of the characteristics of the Republic. Since the general goal of *The spirit of the laws* is to analyze the laws, Montesquieu uses the Roman laws in order to explain and support his assertions.

> *À Rome, les juges prononçaient seulement que l'accusé était coupable d'un certain crime, et la peine se trouvait dans la loi, comme on le voit dans diverses lois qui furent faites. De même, en Angleterre, les jurés décident si l'accusé est coupable, ou non, du fait qui a été porté devant eux; et, s'il est déclaré coupable, le juge prononce la peine que la loi inflige pour ce fait; et pour cela il ne lui faut que des yeux (Montesquieu, 1748: 108).*

Furthermore, each citizen could publicly or formally accuse another citizen, while judges could not communicate to each other and always had to stand before the people (Montesquieu, 1748: 92). Thus, the judges would judge with the people. The people of the Roman Republic were above all virtuous and capable of issuing fair judgments, and for this reason they did not need have too many laws.

> *Le peuple romain avait de la probité. Cette probité eut tant de force, que souvent le législateur n'eut besoin que de lui montrer le bien pour le lui faire suivre. Il semblait qu'au lieu d'ordonnances, il suffisait de lui donner des conseils.*
>
> *Les peines des lois royales et celle des lois des douze Tables furent presque toutes ôtées dans la république, soit par une suite de la loi Valérienne , soit par une con-séquence de la loi Porcie (Montesquieu, 1748: 117).*

The Valerian Law established that anyone who usurped power of the Republic should be sentenced to death, whereas the Porcian Law prevented all citizens from being whipped or suffering any other form of scourge as a punishment. The Porcian Law also

gave accused persons the right to appeal to the people. A loss of humanity is the distinctive mark of despotism. In this regard:

> *L'esprit de la république aurait demandé que les décemvirs n'eussent pas mis ces lois dans leurs douze Tables; mais des gens qui aspiraient à la tyrannie n'avaient garde de suivre l'esprit de la république.*
>
> *L'esprit de la république aurait demandé que les décemvirs n'eussent pas mis ces lois dans leurs douze Tables; mais des gens qui aspiraient à la tyrannie n'avaient garde de suivre l'esprit de la république.*
>
> *Tite-Live [74] dit, sur le supplice de Métius Suffétius, dictateur d'Albe, qui fut condamné par Tullus Hostilius à être tiré par deux chariots, que ce fut le premier et le dernier supplice où l'on témoigna avoir perdu la mémoire de l'humanité. Il se trompe; la loi des Douze Tables est pleine de dispositions très cruelles [75] (Montesquieu, 1748: 123-124).*

For Montesquieu, the expulsion of the decemvirs resulted in a moderation of the laws:

> *Après l'expulsion des décemvirs, presque toutes les lois qui avaient fixé les peines furent ôtées. On ne les abrogea pas expressément. mais la loi Porcia ayant défendu de mettre à mort un citoyen romain, elles n'eurent plus d'application.*
>
> *Voilà le temps auquel on peut rappeler ce que Tite-Live [76] dit des Romains, que jamais peuple n'a plus aimé la modération des peines (Montesquieu, 1748: 124).*

Only the republican spirit softened the penalties, since respect for humanity is its main characteristic. Without the need to appeal for the clemency of the princes, justice was exercised with freedom and equality in a frugal context of simplicity and scarce luxury, (Montesquieu, 1748: 108). "All this leads to a reflection: republics end in luxury; monarchies, in poverty (Montesquieu, 1748: 109).

Rome was then a safe vessel, and the word of a Roman citizen had the strength of an oath and was as binding as a law, since this vessel was "held by two anchors: religion and mores" (Montesquieu, 1748: 128). When morality dissolved, the result was what Hannibal experienced upon his return to Carthage, as he found the city in a deplorable state of corruption (Montesquieu 1748: 128).

Women in the Roman Republic were encouraged to a modest existence and did not have considerable endowments. When necessary, they were judged in private tribunals

---

74 Liv. I [28, 11].
75 On y trouve le supplice du feu, des peines presque toujours capitales, le vol puni de mort, etc.
76 Liv. I [28, 11].

presided by the accused woman's husband before their relatives. There were no specific public tribunals for such matters, and the customary rules guided these types of tribunals to uphold the custom. Thus, on the one hand, women were held prisoners of the customs; and, on the other, they were set free by the law, except in cases of adultery:

> *Le tribunal domestique regardait la conduite générale des femmes. Mais il y avait un crime qui, outre l'animadversion de ce tribunal, était encore soumis à une accusation publique: c'était l'adultère; soit que, dans une république, une si grande violation de mœurs intéressât le gouvernement; soit que le dérèglement de la femme pût faire soupçonner celui du mari; soit enfin que l'on craignit que les honnêtes gens mêmes n'aimassent mieux cacher ce crime que le punir, l'ignorer que le venger (Montesquieu 1748: 141).*

## The corruption of the Roman Republic

The corruption of the Roman Republic was also inscribed in one of its laws:

> *C'était une mauvaise loi que cette loi romaine [77] qui permettait aux magistrats de prendre de petits présents [78], pourvu qu'ils ne passassent pas cent écus dans toute l'année. Ceux à qui on ne donne rien, ne désirent rien; ceux à qui on donne un peu, désirent bientôt un peu plus, et ensuite beaucoup. D'ailleurs, il est plus aisé de convaincre celui qui, ne devant rien prendre, prend quelque chose, que celui qui prend plus, lorsqu'il devrait prendre moins, et qui trouve toujours, pour cela, des prétextes, des excuses, des causes et des raisons plausibles (Montesquieu 1748: 99).*

Through these small gifts, the spirit of luxury corroded the republican hearts until they became too busy with the love for private things and forgot the love for the public good, to the point of converting public goods into private objects. A man who is corrupted by luxury is never content. The fertile lands that sustain a small republic do not suffice for a corrupt republic, which craves for new dominions. The size of a republic is a sign of its permanence. The uncontrolled increase in the Roman conquests produced the effects of luxury and the dissolution of the customs. Thus, the painful fall of the Republic:

> *Pendant que Rome conserva ses principes, les jugements purent être sans abus entre les mains des sénateurs; mais quand elle fut corrompue, à quelque corps que ce fût qu'on transportât les jugements, aux sénateurs, aux*

---

77 Leg. 6, §2, Dig. ad leg. Jul. repet.
78 Munuscula.

> *chevaliers, aux trésoriers de l'épargne, à deux de ces corps, à tous les trois ensemble, à quelque autre corps que ce fût, on était toujours mal. Les chevaliers n'avaient pas plus de vertu que les sénateurs, les trésoriers de l'épargne pas plus que les chevaliers, et ceux-ci aussi peu que les centurions (Montesquieu 1748: 158).*

The lust for power dominated the hearts, as each one would always desire the greatest and most powerful things. People were no longer interested in the values of frugality, simplicity or modesty. Now they wanted power, and were in love with the powerful:

> *Lorsque le peuple de Rome eut obtenu qu'il aurait part aux magistratures patriciennes, il était naturel de penser que ses flatteurs allaient être les arbitres du gouvernement. Non: l'on vit ce peuple, qui rendait les magistratures communes aux plébéiens, élire toujours des patriciens. Parce qu'il était vertueux, il était magnanime; parce qu'il était libre, il dédaignait le pouvoir. Mais lorsqu'il eut perdu ses principes, plus il eut de pouvoir, moins il eut de ménagements; jusqu'à ce qu'enfin, devenu son propre tyran et son propre esclave, il perdit la force de la liberté pour tomber dans la faiblesse de la licence (Montesquieu 1748: 158).*

The price of freedom was luxury and excess. Behind Caesar's promise of a great empire lied the assumption of a despotic authority (Montesquieu, 1748: 130). In his theory on the possible outcomes of a republic, Montesquieu points at two distinct sides, i.e., two possible endings, as downfall conditions for despotism. After all, he did not see risks in the relation between two governments (called moderate), that is, he saw no evil in the possibility that a republic could become a monarchy, nor in its opposite, if a monarchy were to become a republic. Instead, the great evil lied in the possibility of a despotic outcome.

The first possible path to the fall of a republic, which can only subsist as a small republic, is to be defeated by an external force – an empire. The second path is that of its own internal corruption, when a republic attains gigantic dimensions (Montesquieu, 1748: 127).

How can the republic be defended? Montesquieu compares the Greek cities to the Persians: an association. It was by means of these confederate associations that the "Romans attacked the universe, and with their use alone, the universe defended itself from the Romans; and when Rome had reached its greatest height, the barbarians were able to resist it by associations made beyond the Danube and the Rhine […] Because of them, Holland, Germany and the Swiss leagues are regarded in Europe as eternal republics" (Montesquieu, 1748: 136).

Rome became great, and this was one of the paths that led to its own downfall. Such a path is present in Montesquieu's view of history: it is neither possible to conceive an empire without despotism, nor without luxury – the begetter of inequality. The path to monarchy was simply not available:

> *Les anciens ne connaissaient point le gouvernement fondé sur un corps de noblesse, et encore moins le gouvernement fondé sur un corps législatif formé par les représentants d'une nation. Les républiques de Grèce et d'Italie étaient des villes qui avaient chacune leur gouvernement, et qui assemblaient leurs citoyens dans leurs murailles. Avant que les Romains eussent englouti toutes les républiques, il n'y avait presque point de roi nulle part, en Italie, Gaule, Espagne, Allemagne; tout cela était de petits peuples ou de petites républiques. L'Afrique même était soumise à une grande; l'Asie Mineure était occupée par les colonies grecques. Il n'y avait donc point d'exemple de députés de villes, ni d'assemblées d'États; il fallait aller jusqu'en Perse pour trouver le gouvernement d'un seul* (Montesquieu, *1748 (2): 64).*

In a certain way, Rome was destined toward an Oriental form of despotism. It was too vast as an empire and lacked all notions of a moderated government for its vastness. It was also destined to learn with the Germans – who founded the French system of government. Here, we can identify the mechanism from which nobility's anti-absolutism originated (Martins, 2010: cap. II).

> *Voici comment se forma le premier plan des monarchies que nous connaissons. Les nations germaniques qui conquirent l'empire romain étaient, comme l'on sait, très libres. On n'a qu'à voir là-dessus Tacite sur Les Mœurs des Germains. Les conquérants se répandirent dans le pays; ils habitaient les campagnes, et peu les villes. Quand ils étaient en Germanie, toute la nation pouvait s'assembler. Lorsqu'ils furent dispersés dans la conquête, ils ne le purent plus. Il fallait pourtant que la nation délibérât sur ses affaires, comme elle avait fait avant la conquête: elle le fit par des représentants. Voilà l'origine du gouvernement gothique parmi nous. Il fut d'abord mêlé de l'aristocratie et de la monarchie. Il avait cet inconvénient que le bas peuple y était esclave* (Montesquieu, *1748 (2): 64).*

Ironically, the downfall of the Roman Empire was to result in the emergence of the feudal government:

> *C'était un bon gouvernement qui avait en soi la capacité de devenir meilleur. La coutume vint d'accorder des lettres d'affranchissement; et bientôt la liberté civile du peuple, les prérogatives de la noblesse et du clergé, la puissance des rois, se trouvèrent dans un tel concert, que je ne crois pas qu'il y ait eu sur la terre de gouvernement si bien tempéré que le fut celui de chaque partie de l'Europe dans le temps qu'il y subsista. Et il est admirable que la corruption du gouvernement d'un peuple conquérant ait formé la meilleure espèce de gouvernement que les hommes aient pu imaginer* (Montesquieu, *1748 (2): 64).*

This Germanist outlook became then the main weapon to be used against absolutist Romanism.

## The Germanic Republic

It would be a great mistake if we were to overlook the aristocratic political strategy employed by Montesquieu. Distracted readers have already affirmed that he is the theorist of the three powers, and even the creator of this concept, when its authorship can actually be traced back to John Locke's *Treatise on government* in earlier days. Montesquieu is a defender of aristocracy, which for him is a republic. The constitutional monarchy – a Germanic invention – is easily compared to the republic. A proof of this fact is that *Servius Tullius* is constantly referred to as the creator of the Roman Republic.

In his political project, Montesquieu leaves no space for democracy – a suitable form of government for small cities –, since his aim is a constitutional monarchy along English lines. What he does *not* support is absolutism. His entire work *The spirit of the laws* is marked by this anti-absolutist character and firmly establishes his political ideas. Montesquieu reflects upon the "origins agency", starting with the Franks, the Roman Republic and the historical experiences that were negative in his eyes, such as the Roman and Oriental despotisms, while positively affirming the experience resulting from the English Revolution, that is, constitutional monarchy.

History and politics are interwoven in Montesquieu's narrative fabric. And in the attempt to strengthen his political mantle – or power tapestry –, he actually folded it several times, so that it became a resistant fabric aspiring to infallibility. Did Montesquieu do it consciously? One cannot know; what we do know is that he did it following the order of the historical and political discourse of his time, in response to the absolutist erudition and its historical machinations, acting against such erudition.

As Montesquieu's fabric folds for the first time, his narrative reaches the two edges of Antiquity and his own Modern World, and produces a continuity that is alternately devastating and exemplary. Emperors, kings, wise men and laws appear in a non-linear and folded historical *continuum*, which acts therefore with the two-fold weight of its reasoning. The fold becomes invisible as its argumentative fabric reveals its strength, bringing together different epochs into a reasoning that is at once timeless and historical. By citing historical examples in different contexts to artificially produce the necessary argumentative strength, Montesquieu creates an odd historical timelessness.

For instance, when writing on trade in the republics, Montesquieu stated that:

> *Dans le gouvernement de plusieurs, il est plus souvent fondé sur l'économie. Les négociants, ayant l'œil sur toutes les nations de la terre, portent à l'une ce qu'ils tirent de l'autre. C'est ainsi que les républiques de Tyr, de*

*Carthage, d'Athènes, de Marseille, de Florence, de Venise et de Hollande ont fait le commerce* (Montesquieu, 1748 (4): 64)

The discursive fold of Montesquieu's narrative appears again. At this point, it is more epistemological, slippery, impure, non-polarized and dense. The first edge of its fabric reveals a rationalist, Cartesian erudition, while the second edge reveals Newton's empiricism. As the fabric is folded, the two edges are made to touch each other: Montesquieu's empiricist reasoning (with its historical and contemporary examples) is blended with erudite authorities, classical texts and theoretical deductions.

A result of his empiricism is a third fold, which brings together two divergent points: the polarities of Europe and of the barbarian or savage world – or better yet, the non-European world. Breaking free from geographical and historical space, based on the travel narratives, is the condition for Montesquieu's empiricism. The otherness is found in opposition to one's identity. Together, these folds produce a theory of universal man, with universal politics and its governmental levers.

Therefore, Montesquieu's narrative fabric has eight times the weight of each of his reasoning. One fold sustains another: the *first fold*, which is temporal; the *second fold*, which is epistemological; and the *third fold*, which concerns identity. By deconstructing his work in the study of these folds, we may find his strategies, his aims and his point of departure.

## Conclusion

Montesquieu reflected on the Roman Republic in order to contrast it to the Roman Empire. He undertook an ethnographic analysis of the republics and theorized about the republican institutions. He extolled both the Roman and "German" republics. His main aim was to set a theoretical check on any advantage that could be possibly accrued from despotism – an evil to which France had then fallen victim.

Therefore, Montesquieu's anti-absolutism, based on his knowledge of Roman history and on his Germanist theory of history, enters the scene to oppose both absolutism and its legitimizing, or even better, fabricated historiography.

The extolment of the Roman republic and the reconstruction of its fall were used by Montesquieu to oppose the Catholic, monarchical and bourgeois erudition of his days. If Rome were ever to be seen as a good model, then such truth had started and ceased to exist during its republic. For him, the Roman republic was, above all, fearless politics – a virtuous historical reality that eventually crumbled before the Empire of fear.

## References


ANTIQUEIRA, Moisés. Tito Lívio e a lógica dos corpos: Ou por que assassinar Lúcio Sício e sacrificar Virgínia?. Rev. hist., São Paulo, n. 161, dez. 2009 . Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092009000200013&lng=pt&nrm=iso acessos em 16 jul. 2012. Sobre a relação da Fronde e o parlamento de Paris:

ARENDT, Hannah. A promessa da Política. Organização e introdução Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, Difel, 2008. p. 161.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo.* Tradução Sérgio Bath. 10a Edição. UnB: Brasilia, 2005.

GAHYVA, Helga. Boulainvilliers, Mably e Tocqueville: genealogia de uma exclusão. In: *Philósophos 11* (1) : 129-144, jan./jun. 2006.

GEORGELIN, Jean. *Venise au siècle des Lumières. In: Civilisations et Sociétés, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales: Walter de Gruyter,* 1978. Vol. 41.

HILL, Christopher. Oliver Cromwell e a Revolução inglesa In: O Eleito de Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HURT, John Jeter. *Louis XIV And The Parlements: The Assertion Of Royal Authority*. Manchester University Press, 2004.

LACORNE, Denis. Mémoire et amnésie : les fondateurs de la République américaine, Montesquieu et le modèle politique romain. In: Revue Française de science politique, 42e année, n°3, 1992. P. 363-374

LUKOWSKI, J. « L'influence de L'Esprit des lois sur la pensée politique en Pologne à l'époque des Lumières ». in: *Montesquieu du Nord au Sud: Cahiers Montesquieu* 2, 2001.

MARTINS, Adilton Luís. *Arestas do Poder: Antiguidade e Modernidade*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

NICOLET Claude. Des Belles-Lettres à l'érudition :l'érudition: l'Antiquité gréco-romaine à l'Académie au XVIIIe siècle. In*: Comptes-rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 145e année, N. 4, 2001. p. 1627-1637.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

ROELKER, Nancy L. e HAYDEN, J. Michael. King. One Faith: The Parlement of Paris and the Religious Reformations of the Sixteenth Century. In: *History: Reviews of New Books.*Vol. 25, Iss. 2, 1997.

SENARCLENS, Vanessa. *Montesquieu Historien de Roma: un tournant pour la réflexion sur le statut de l'histoire au XVIIIe siècle*. Droz: Gevevè, 2003.

SLUGOCKI, L. *« La Pologne et les problèmes polonais dans L'Esprit des lois de Montesquieu », Actes du colloque international*, Bordeaux, 1999.

THOLOZAN, Olivier. *Henri de Boulainvilliers: l'anti-absolutisme aristocratique légitimé par l'histoire*. Presses universitaires d'Aix-Marseille, 1999.

VOLPILHAC-AUGER, Catherine e WEIL, Françoise. Principes de l'édition. Catalogue de la bibliothèque de Montesquieu à La Brède. In: *Cahiers Montesquieu*, n°4. Naples, Liguori Editore 1998.

## Sources – I

BOUSSUET, Jacques Bénigne. *Discours sur Histoire universelle*. Paris, 1691. Outras versões disponíveis em 12 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=-yBCAAAAcAAJ&dq=bossuet%20discours%20sur%20la%20histoire%20universell&hl=pt-BR&source=gbs_similarbooks

CATROU, François et ROUILLE, Pierre-Julien. *Histoire romaine depuis la fondation de Rome: avec des notes historiques, geographiques[et] critiques.* Paris. 1725. Disponível em 12 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=0o5oX-DREv0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

FABRICIUS, Johann Albert. *The life of Libanius, the sophist: From the Latin,* Volume 1. Cadell e Strand: Londres, 1798. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=wyMbAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:LByXq3DF3g0C&source=bl&ots=fbMA4m77Z4&sig=o3xd0Dmjbea7Z8OKXgNXHjD0yUg&hl=pt-BR&sa=X&ei=WU4AUInEK4us8ATMwOSOCA&ved=0CDgQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false

HOUSSAIE, Amelot de la. *Histoire du gouvernement de Venise*. Paris: David Mortier, 1714. Disponível em 14 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books/about/Histoire_du_gouvernement_de_Venise.html?hl=pt-BR&id=E1nu4Ypb-ZAC

LOCKE, John. *Segundo Tratado Do Governo Civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

MONTESQUIEU, Charles de. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanso e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

MONTESQUIEU, Charles de. *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence.* Amsterdam: Jacques Desbordes, 1734

MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. Genève: Barillot et fils, 1749. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/partie_1/de_esprit_des_lois_1.html

MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. Genève: Barillot et fils, 1749 (2). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/partie_1/de_esprit_des_lois_2.html

MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. Genève: Barillot et fils, 1749 (3). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/partie_1/de_esprit_des_lois_3.html

MONTESQUIEU, Charles de. *L'Esprit des lois*. Genève: Barillot et fils, 1749 (4). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/montesquieu/de_esprit_des_lois/partie_1/de_esprit_des_lois_4.html

MONTESQUIEU. Au Marquis De Stainville , Ministre Plénipotentiaire De L'empereur D'allemagne A Paris. De Paris, le 27 mai 4750. In: *Oeuvres complètes*, Volume 3. 1865. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=bx0TAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=MONTESQUIEU.+1865+oeuvres&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjzs6y7tdTLAhVIFpAKHSFtA9gQ6AEIIDAA#v=onepage&q=Stainville%20&f=false

RENNEVILLE, René Augustin Constantin de. *Recueil des voiages qui ont servi à l'établissement & aux progrès de la Compagnie des Indes Orientales, formée dans les provinces-unies de Païs-bas*, Volume 1; Volume 3. J. Frederic Bernard, 1725. Disponível em 15 de julho de 2012 em:

http://books.google.com.br/books?id=JOJaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=Recueil+des+voyages+qui+ont+servi+%C3%A0+l%E2%80%99%C3%A9tablissement+de+la+compagnie+des+Indes+++balbi&source=bl&ots=-VgvCuJWcv&sig=1DElONL639Ua8ckG1paiLiZizpk&hl=pt-BR&sa=X&ei=XgYDUK2bN4n88gTdofisCA&ved=0CDwQ6AEwAQ#v=onepage&q=balbi&f=false

ROLLIN, Charles. De la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres par rapport à l'esprit et au cœur..., Paris, 1726-1728, 4 vol. Versão de 1810 disponível em 12 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books?id=2zQnkQaBGzMC&printsec=frontcover&dq=De+la+mani%C3%A8re+d'enseigner+et+d'%C3%A9tudier+les+Belles-Lettres+par+rapport+%C3%A0+l'esprit+et+au+c%C5%93ur&source=bl&ots=ia_wMqrnGG&sig=C7zjscwyEDPbY-F8L7x7Be01uDo&hl=pt-BR&sa=X&ei=sjz_T4uhLIi88ATJnqiiBw&ved=0CDUQ6AEwAA#v=onepage&q=De%20la%20mani%C3%A8re%20d'enseigner%20et%20d'%C3%A9tudier%20les%20Belles-Lettres%20par%20rapport%20%C3%A0%20l'esprit%20et%20au%20c%C5%93ur&f=false

SAINT-DIDIER, Alexandre Toussaint Limojon de. La ville et la république de Venise. Adrian Moetjens, 1685. Disponível em 14 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books?id=wvpaAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

## Sources – II

CICÉRON, Marcus Tullius. *Traité des loix*. Chez Jean Mariette, 1719.

DEMOSTHENES, AESCHINES. *Oeuvres completes*. Jean F Stiévenart org. F. Didot, 1853. Disponível em 13 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books?id=brgWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

DENYS D'HALICARNASSE. *Les antiquites romaines.* Traduzido por François Bellanger. Philippe-Nicolas Lottin, 1723.

FABRICIUS, Johann Albert. *The life of Libanius, the sophist: From the Latin*, Volume 1. Cadell e Strand: Londres, 1798. Disponível em 13 de julho de 2012 em:
http://books.google.com.br/books?id=wyMbAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=editions:LByXq3DF3g0C&source=bl&ots=fbMA4m77Z4&sig=o3xd0Dmjbea7Z8

OKXgNXHjD0yUg&hl=pt-BR&sa=X&ei=WU4AUInEK4us8ATMwOSOCA&ved=0CDgQ6wEwAA#v=onepage&q&f=false

PLATÃO. *A República.* Liv. V. tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TITE-LIVE. *Histoire romaine.* Vol. 1. Trad. p A. A. J. Liez, N. A. Dubois, V. Verger. C.L.F. Panckoucke, 1830. Disponível em 13 de julho de 2012 em: http://books.google.com.br/books?id=Bko-enCGE_sC&dq=inauthor:%22Tito+Livio%22&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

# ARTIGOS

# ARTICLES

# A HISTORIOGRAFIA CONSTRUCIONISTA DA ERÓTICA GREGA

Daniel Barbo[79]

## Resumo

O artigo analisa o olhar pós-moderno e foucaultiano do campo teórico e das metodologias de algumas obras da Historiografia Construcionista que se ocupou com o estudo da erótica grega a partir da década de 1980, tentando revelar seus vínculos com a Nova História Cultural.

## Palavras-chaves

Historiografia construcionista, erótica grega, Nova História Cultural, Pós-modernidade, Michel Foucault.

[79] Pós-doutorando, Capes. Universidade Federal de Alagoas – Maceió, AL, Brasil. e-mail: danielbarbo@yahoo.com.br

## Abstract

The article analyzes the postmodern and foucaultian view of the theoretical field and methodologies of some works of the Constructionist Historiography that engaged with the study of Greek erotic since the 1980s, trying to reveal their ties to the New Cultural History.

## Keywords

Construcionist historiography, Greek erotic, New Cultural History, Postmodernity, Michel Foucault.

## I. História e fragmentação

Em 1990, foram publicadas três obras que inauguraram a abordagem construcionista na convergência da História da Sexualidade e da História Cultural: *The constraints of desire: the anthropology of sex and gender in Ancient Greece*, de John J. Winkler, *One hundred years of homosexuality and other essays on greek love*, de David M. Halperin e *Before sexuality: the construction of erotic experience in the greek world*, editada por David M. Halperin, John J. Winkler e Froma I. Zeitlin. Estas obras foram compostas, em sua maior parte, por artigos escritos pelos respectivos autores (bem como outros, norte-americanos, franceses e ingleses no caso de *Before Sexuality*) ao longo da década de 1980. A série de ensaios que elas enfeixa emprega posturas teórico-metodológicas em plena compatibilidade com o pensamento de Michel Foucault, especialmente suas teses pós-estruturalistas sobre os comportamentos eróticos no mundo grego antigo[80]. A diversificação nacional dos autores que compuseram essa trilogia dá a medida, por um lado, da extensão do aval ao novo campo teórico-metodológico e, por outro, da pluralidade de contribuições ao estudo renovado do erotismo na Grécia Antiga. Consideramos o empenho comum dessas três obras o representante precursor, portador mesmo de credenciais de movimento fundador, dessa nova abordagem, fértil e em profícua expansão, na historiografia renovada da sexualidade. A importância dessa trilogia como um marco renovador na confluência da História da Sexualidade com a História Cultural foi tematizada por diversos pensadores em muitas resenhas e críticas[81]. Verstraete, comentando a importância do surgimento dessa trilogia, observou que

> *Devido ao seu escopo abrangente e a originalidade e qualidade de sua erudição, Before Sexuality deve ser acolhido como um trabalho verdadeiramente maior, oferecendo uma cornucópia de insights novos e uma abertura ampla de panorama para pesquisas e reflexões mais profundas. Juntamente com as coleções de Halperin e Winkler e os livros prévios de Foucault e Dover, ele tem preparado a fundação para uma fenomenologia legítima da sexualidade no Mundo Grego antigo. (Verstraete, 1991: 293)*

[80]Para a argumentação da importância da obra *História da Sexualidade* de Michel Foucault como uma das bases teóricas mais importantes para a Historiografia Construcionista, a qual vem abordando de forma inovadora a erótica grega desde a década de 1980, cf: Barbo, "Michel Foucault e a Historiografia Construcionista", 2011; Barbo, *O triunfo do falo:* homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas Clássica, 2008.

[81] Cf. Sutton Jr., 1991/1992; Verstraete, 1991; Thorp, 1992; Dover, 1991; Goldhill, 1991; Laipson, 1992.

As perspectivas, as metodologias, as matrizes interpretativas fundamentais deste conjunto de obras são tomadas de empréstimo da antropologia cultural, da crítica feminista, do estruturalismo francês (Verstraete, 1991: 290), bem como da crítica literária. Para analisarmos a matriz historiográfica construcionista, é necessário que se coloque em perspectiva a questão das identidades culturais na Modernidade Tardia. Stuart Hall distingue três concepções muito diferentes de identidade que se sucedem temporalmente: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo, ou cartesiano, estava baseado numa concepção de pessoa humana dotada de um núcleo interior autônomo e autossuficiente, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. Embora esse sujeito tenha a capacidade de se desenvolver ao longo da vida, ele permanecia essencialmente o mesmo, contínuo ou 'idêntico' a ele, ao longo de sua existência. Com a crescente complexidade da sociedade moderna, surge a noção de sujeito sociológico, cujo núcleo interior deixa de ser autônomo e autossuficiente, já que sua formação estava na dependência de sua relação com os outros e com o exterior, que mediavam para este sujeito os valores, os sentidos e os símbolos dos mundos que habitava. A interação entre o eu e a sociedade seria a formadora da identidade desse sujeito sociológico.

Esses dois primeiros tipos de sujeito, produtos da Modernidade, são conceituados como tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A marca fundamental da Modernidade, no que tange às relações entre sujeito e sociedade, era a estabilidade, a fixidez, a unicidade. Hall acredita que exatamente essa relação está se desfazendo como resultado de mudanças estruturais e institucionais características da Modernidade Tardia, isto é, a segunda metade do século XX[82], especialmente em função do último processo de globalização. Essas mudanças estão deslocando e fragmentado (ou 'pluralizando') as identidades, colocando em colapso a estabilidade, a fixidez e a unicidade da relação moderna entre sujeito e estrutura. O processo de identificação, com o qual nos projetamos em nossas identidades culturais, está se tornando cada vez mais provisório, variável e problemático, uma vez que o sujeito pós-

[82] HALL, 2006, p. 34-46, aponta cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, ou que sobre ele tiveram seu principal impacto, no período da modernidade tardia, tendo como maior efeito o descentramento final das noções que vêem o sujeito racional e a identidade como fixos e estáveis (isto é, a morte do sujeito cartesiano): i) a releitura do marxismo pelo estruturalismo de Louis Althusser; ii) a releitura da descoberta freudiana do inconsciente por pensadores psicanalíticos como Lacan; iii) a linguística estrutural de Ferdinand de Saussure; iv) a 'genealogia do sujeito moderno' do filósofo e historiador francês Michel Foucault; v) o nascimento histórico na década de 1960 da *política de identidade*, tanto como crítica teórica quanto como movimento social, com a qual cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores: "o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante".

moderno está sendo visto como "composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas". Portanto, o sujeito pós-moderno é conceituado, na visão de muitos pensadores, como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente (Hall, 2006: 10-12). Esta obra de Hall, mapeia

> *as mudanças conceituais através das quais, de acordo com alguns teóricos, o 'sujeito' do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno. (Hall, 2006: 46)*

Com essas mudanças estruturais e institucionais das últimas décadas, provocadoras de descentralizações, deslocamentos, desestruturações e fragmentações na identidade do sujeito e em sua relação com a estrutura, o que configura, para muitos pensadores, as novas condições da pós-modernidade,

> *o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (Hall, 2006: 13)*

Em tais condições, em que "a pós-modernidade *desconstrói*, *deslegitima*, *deslembra*, *desmemoriza* o discurso da 'Razão que governa o mundo' " (Reis, 2003: 73), Reis afirma que "o ser é diferença constante, isto é, temporal e inessencial, e aparece em linguagens múltiplas. Sem pronunciar o ser, as linguagens múltiplas o constituem transitório e diferente..." (Reis, 2003: 73).

A nova abordagem da História Cultural está estreitamente vinculada a essa visão da mutação da relação do sujeito com a estrutura, bem como da mutação do próprio sujeito, mutações que criaram novas bases para o estatuto do conhecimento histórico e para a escrita historiográfica. O percurso intelectual, filosófico, conceitual e historiográfico que explica a sexualidade como uma construção cultural emerge dessas mutações que nos levam à condição pós-moderna.

Seguindo a análise de Reis, verificamos que essa mutação no estatuto da história e na escrita historiográfica – fruto da transmutação do sujeito e das novas relações que se estabelecem entre sujeito e estrutura, especialmente no processo de globalização – está claramente evidenciada pela passagem que se verifica entre a história global (do século XIX à segunda geração dos Annales) e a história em migalhas (a terceira geração dos

Annales)[83]. A história cultural parece ser o empreendimento intelectual mais bem sucedido nesse processo de esmigalhamento da história. Reis contabiliza as perdas e os ganhos que a nova forma de se perceber o real e a temporalidade e de se escrever a história representa e, considerando os prós e os contras, enumera algumas características dessa transição ou ruptura. Seguiremos essas características, tentando ler atentamente a análise de Reis, para evidenciar o tom pós-moderno da historiografia construcionista e, portanto, sua plena conformidade com a história cultural. Consideramos que os processos descritos por Hall e Reis, ligeiramente expostos aqui, sobrepõem-se, recobrem-se e são, por conseguinte, complementares. Ou, antes, perfazem as duas faces de Jano, passado e futuro, de um processo múltiplo. Descrevem, no conjunto, a mutação do moderno ao pós-moderno, da história global à história em migalhas, nos âmbitos teórico, historiográfico, conceitual, do sujeito e da relação do sujeito com a estrutura, o que sinaliza as condições pós-modernas da escrita historiográfica da história cultural.

Pensando na esfera das identidades eróticas, então, uma constatação possível a partir da observação da transição da história global à história em migalhas descrita por Reis no nível macroteórico, historiográfico e conceitual, e do processo descrito por Hall, processo que este autor condensa e sistematiza a partir de vários autores (A. Giddens, D. Harvey, E. Laclau) e é relatado aqui de forma muito esquemática – qual seja, a transmutação do sujeito, e, portanto, das identidades no desenrolar da modernidade e da modernidade tardia – é a afirmação de que, se a historiografia essencialista do homoerotismo grego está calcada na concepção de sujeito cartesiano (sujeito do Iluminismo e/ou sujeito sociológico)[84], a historiografia construcionista reflete já (ou remete-nos para) uma concepção de sujeito pós-moderno, comprometida, nesse sentido, com a chamada Nova História Cultural. Partindo de diferentes concepções de sujeitos e de diferentes interações entre sujeitos e estruturas, cada uma dessas matrizes historiográficas produz discursos particulares e diversificados ao estabelecer uma relação dialética entre as categorias eróticas do mundo grego antigo e as categorias eróticas da modernidade e da pós-modernidade. Lugar comum: as narrativas históricas, os produtos da escrita da história e as tendências historiográficas prendem-se inexoravelmente às temporalidades ou, nas palavras de Koselleck, aos tempos históricos. Constatamos, portanto, que a historiografia essencialista está vinculada à modernidade, ao passo que a historiografia construcionista está vinculada à pós-modernidade. E entre elas há diferenças profundas, pois, em função da vitória, nas últimas décadas, do individualismo capitalista globalizante, acelera-se a fragmentação

[83] Cf. Reis, 2003, especialmente Capítulo 2: Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que se perde?
[84] Cf: Barbo, D. "Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista".

do sujeito (das identidades) e da escrita histórica (História em migalhas); o historiador vê-se na impossibilidade de falar do todo, de uma História Global, totalizante (a ilusão do universal), mas quer falar de tudo (fragmentação extrema tendente à incongruência e à perda da especificidade lógica da história); e o sentido da história (a ilusão das filosofias da história) esvazia-se cada vez mais (que horizonte de expectativa se pode esperar de histórias fragmentadas, desconectadas? O horizonte da diversidade multifragmentada?).

Entretanto, quando defendemos o argumento de que a narrativa da historiografia construcionista seja uma das produções da história cultural das últimas décadas do século XX, e, portanto, estreitamente vinculada aos complexos deslocamentos provocados pelo mundo pós-moderno, ou, melhor dizendo, uma narrativa que fala a partir da pós-modernidade, não consideramos que os autores construcionistas se alinhem, de forma alguma, em termos de narratividade da história, a "uma posição relativista à Hayden White, que não vê no discurso de história senão um livre jogo de figuras retóricas, senão uma expressão dentre outras da invenção ficcional." (Chartier, 2002: 15) Concordamos plenamente com Roger Chartier (e também, num outro registro metodológico, com Carlo Ginzburg) que recomenda – contra essa dissolução do estatuto de conhecimento da história produzida por obras como as de White e que frequentemente é considerada nos Estados Unidos como uma figura do pós-modernismo – "sustentar com força que a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado." (Chartier, 2002: 15)

As lutas pelas liberdades sexuais em torno de construções de identidades eróticas, identidades multiplicadas, perfazem uma das facetas dessas mudanças sociais, dessas mutações históricas e historiográficas. Nesse processo, Stonewall, guardadas as devidas proporções, teve o efeito de uma "Revolução Francesa" para essas lutas: sua propagação sísmica acelerou o movimento pluralizador de identidades; contribuiu com a produção da fragmentação dos sujeitos. Evidencia-se, então, o impacto desse acontecimento e de seus desdobramentos diversos sobre a nova escrita da história da sexualidade, cristalizada naquilo que se autodenominou construcionismo.

## II. A vocação pós-moderna da historiografia construcionista

### 1. Antes da Sexualidade

Um dos principais articuladores da abordagem construcionista, David Halperin, em sua obra *One Hundred years of homosexuality and other essays on greek love*, considera esse

novo enfoque um posicionamento diante das relações entre práticas sociais e cultura que avança, em relação à tendência essencialista, na análise das expressões, dos comportamentos e das experiências eróticas na história ao repensar e resignificar a constituição da 'sexualidade' na Modernidade e redefini-la enquanto categoria de análise operativa para a História da Sexualidade e ao propor o método intitulado 'poética cultural do desejo' para a análise da construção das experiências e dos comportamentos eróticos na história. Ao aprofundar o debate sobre a articulação entre categorias eróticas e a cultura na qual elas emergem, ou seja, a determinação cultural de categorias eróticas, a abordagem construcionista está principalmente preocupada com a construção dos significados eróticos em cada sociedade e em cada cultura. Somente no mundo moderno ocidental essa construção é articulada pelas categorias da 'sexualidade'. Como compreender a construção desses significados nas sociedades que não instituíram a 'sexualidade'? A obra *Before sexuality*, tratando dessa construção no mundo grego antigo, aponta uma metodologia: a 'poética cultural do desejo'.

Os ensaios reunidos nessa obra combinam duas tradições intelectuais. Neles, mesclam-se as preocupações teórico-metodológicas específicas da prática francesa denominada *les sciences humaines*, com seu olho ávido na semiótica e nas estruturas profundas, e os procedimentos descritivos e interpretativos desenvolvidos na tradição anglo-americana da *antropologia cultural*. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 7) Desse cruzamento, nascem as técnicas da 'poética cultural do desejo'.

Esta metodologia trata o campo erótico de uma dada sociedade, não enquanto uma instância isolada e autônoma da realidade social, como poderia ensejar um enfoque que se baseasse numa categoria de análise unitária e datada como a 'sexualidade', mas enquanto uma instância na qual estão implicados vários outros aspectos culturais e campos sociais daquela sociedade. Os idealizadores dessa metodologia afirmam que múltiplos significados da vida erótica, em qualquer sociedade, só são inteligíveis se tomados em relação ao todo do tecido social. Por essa forma, os vários autores dos ensaios que compõem a obra *Before sexuality* não estudam os aspectos da erótica na Antiguidade grega como se esses aspectos formassem um assunto à parte, como se a erótica fosse uma variável independente, cujos tremores e vicissitudes pudessem ser descritos numa narrativa linear e coerente com mínima referência às outras áreas de interesse humano. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 3)

Esses autores, historiadores da cultura, redefinem conceitualmente a categoria 'sexualidade'. Nessa nova definição, 'sexualidade' deixa de ser pensada como uma categoria de análise unitária, essencialista, e passa a ser pensada como uma das linguagens para definir, descrever, interpretar e negociar todas as condutas, modos, valores e perspectivas dos outros campos culturais da sociedade. Ela torna-se uma área de discussão na qual interagem muitos projetos sociais diferentes, como, por exemplo, matrimônio, política, trabalhos domésticos, herança, educação. A sexualidade passa a

ser pensada como uma instância social que sofre mudanças. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4). Sob essa nova perspectiva, então, ainda poderíamos chamar esse campo de estudo de História da Sexualidade. Mas somente a partir da perspectiva mais ampla e profunda da interação social, dessa rede de mutualidade que são os processos sociais de construção de significados, será possível compreender de forma mais acurada o modo como acontece a construção dos significados eróticos nas diversas sociedades. Segundo esses novos idealizadores do construcionismo, essa compreensão pode ser atingida por meio da noção de 'poética cultural do desejo'. Primeiramente, vejamos o que esses autores chamam de 'poética cultural'. Ela refere-se

> *ao processo pelo qual uma sociedade e seus subgrupos constroem significados largamente compartilhados – convenções comportamentais, distinções sociais, esquemas conceituais, valores estéticos, atitudes religiosas, códigos morais, papéis masculinos e femininos e paradigmas de excitação sexual. Esses significados são conjuntamente produzidos, distribuídos, postos em vigor e subvertidos pelas comunidades humanas. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4)*

Esse processo mais amplo de construção de significados culturais inclui a formação de identidades eróticas. Afirmando a interdependência cultural entre práticas sociais e experiências subjetivas, a abordagem construcionista pode falar, então, de uma 'poética cultural do desejo': "as experiências eróticas dos indivíduos, são, assim, do nosso ponto de vista, artefatos que refletem, em parte, a poética cultural mais ampla das sociedades nas quais aqueles indivíduos vivem." (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4)

A 'poética cultural do desejo' é, pois, uma parte da 'poética cultural' total de uma sociedade. A abordagem construcionista, então, procura compreender a formação das identidades eróticas de uma dada sociedade através da investigação da 'poética cultural do desejo' em processo naquela sociedade. Os ensaios contidos na obra *Before sexuality* seguem essa linha de análise e trazem à tona a multiplicidade de concepções, por vezes incompatíveis, que moldavam as práticas e as experiências fundamentais da vida erótica na Antiguidade grega. A tônica dessa obra, a construção das experiências eróticas gregas, tornou-se, na medida em que era investigada, um território vasto de inúmeras possibilidades. Explorando diferentes discursos e comportamentos eróticos, a obra mostra uma parte significativa da diversidade erótica na Antiguidade e um conjunto de possíveis evidências disponíveis para estudo. Vistos sob esse novo prisma, os gregos antigos tinham muitos modos diferentes de falar e agir em relação às questões eróticas, muitas estratégias de desvelamento ou ocultação, de representação ou supressão. A obra *Before sexuality* reflete essa diversidade ao apresentar alguns exemplos dos trabalhos que estão sendo feitos nesse campo.

Verstraete notava, em 1991, que "*Before Sexuality* abriga material literário, epigráfico e iconográfico dificilmente ou não totalmente integrado até agora ao estudo do sexo e do

gênero no mundo grego antigo." (Verstraete, 1991: 292) Os quinze artigos que compõem *Before Sexuality*, privilegiando então fontes gregas negligenciadas, exploram dimensões simbólicas para transcender a sexualidade enquanto tema. Nessa complexa obra, os artigos dos autores franceses disponibilizam uma gama de evidências iconográficas: The sexual life of satyrs, de François Lissarrague, mostra que as extravagâncias semi-humanas dos sátiros retratadas nos vasos áticos expressam normas para o comportamento sexual humano; From Ambiguity to Ambivalence: A Dionysiac Excursion through the 'Anakreontic' Vases, de Françoise Frontisi-Ducroux e François Lissarrague, explica os *komoi* 'anacreonticos' retratados em vasos como uma mediação dionisíaca da desordem causada pela 'estranheza/alteridade', através de sinais de feminilidade e exterioridade. Este artigo possui a mais detalhada erudição iconográfica na coleção e chega a uma convincente interpretação estruturalista das figuras masculinas andróginas em algumas cenas de *komoi* na pintura de vasos gregos; Aspects of Baubo: Ancient Texts and Contexts, de Maurice Olender, examina figurinos e textos sobre Baubo, uma figura genital obscena e humorística que funde a sexualidade feminina com as nutridoras e assustadoras afetações das velhas enfermeiras. (Sutton Jr., 1991/1992: 190; Verstraete, 1991: 292)

The Future of Dreams: From Freud to Artemidorus, de S. R. F. Price, compara as análises de sonhos de Artemidoro e Freud. O artigo de Price compartilha solo comum com o de Winkler, Unnatural Acts, o primeiro de sua obra *The Constraints of Desire*. Ambos mostram que a interpretação dinâmico-sexual dos sonhos não tem contrapartida na oneirocrítica da Grécia Antiga, a qual estava em grande parte preocupada com a explicação da saúde e do *status* político futuros do sonhador, ao ponto de que até mesmo a simbologia sexual dos sonhos era decodificada nos limites dessa estrutura de predição. The Semiotics of Gender: Physiognomy and Self-Fashioning in the Second Century C.E., de Maud W. Gleason, examina estereótipos de gêneros em textos fisiognômicos e astrológicos para descobrir regras que decodificam o comportamento criptografado do homem efeminado (*cinaedus*). A antiga pseudociência da fisiognomia sobreviveu no Ocidente até bem depois da Renascença. Se The Medical Writers' Woman, de Ann Ellis Hanson, um artigo que faz uso de uma literatura médica e ginecológica, demonstra que ginecologias antigas reconheciam o hímen, já Maidenhood without Maidenhead: The Female Body in Ancient Greece, de Giulia Sissa, argumenta o contrário, posto que tal evidência tangível era desconsiderada em favor de sinais mais confiáveis da virgindade. O artigo de Sissa combina a literatura médica e ginecológica com outras fontes antigas, tais como a mitologia, a história e a etnografia.

The Poetics of Eros: Nature, Art, and Imitation in Longus' Daphnis and Chloe, de Froma I. Zeitlin, vê o tratamento de eros em Daphnis & Chloe como uma peça sofisticada por meio das familiares dicotomias natureza/cultura e arte/vida. From Sex

to Politics: The Rites of Artemis Triklaria and Dionysos Aisymnetes at Patras, de James Redfield, considera que um complexo mítico-ritual em Patras envolvendo Ártemis e Dioniso coloca a política como a resposta para os problemas do sexo. Putting Her in Her place: Woman, Dirt, and Desire, de Anne Carson, descobre, em textos que descrevem as mulheres como sendo úmidas, selvagens, vazantes e poluidoras, uma concepção de feminilidade como um ilimitado perigoso na carência de contenção, a qual seria providenciada pelo casamento e pelo véu. Novamente, como em sua obra *Eros the bittersweet: an Essay*, de 1986, Carson apresenta uma análise aguda e penetrante, embora continue a ignorar os escritos feministas, que poderiam relativizar a misoginia grega. Herakles: The Super-Male and the Feminine, de Nicole Loraux, considera elementos masculinos e femininos contraditórios no herói Heracles, pondo em foco particularmente sua barriga, sua túnica e sua relação com Hera. One... Two... Three...: Eros, de Jean-Pierre Vernant, considera eros como mediação entre a pessoa e os outros, a respeito de Platão, Dioniso, Narciso e Plotino. Bodies and Minds: Sexuality and Renunciation in Early Christianity, de Peter Brown, descreve novos alinhamentos entre a pessoa, o sexo e a sociedade que surgiram com o Cristianismo. O artigo de Brown é uma incisiva recapitulação das principais teses de sua obra *The Body and Society* de 1988. (Sutton Jr., 1991/1992: 190; Verstraete, 1991: 292)

O que se percebe, também, nesses artigos, é tanto uma prática da *especialização* em detrimento da *síntese* quanto uma prática da *descrição/constatação/relativismo* em detrimento da *explicação/conceito*. Seguindo ainda a análise de Reis, podemos constatar que os autores de *Before Sexuality*

> *consideram impossível compatibilizar olhar global com estudo cientificamente conduzido; [...] defendem a história-problema, que só pode controlar o seu objeto se o delimita ao máximo; [...] consideram que só se pode formular um problema controlável e uma hipótese sustentável e elaborar uma documentação diversa e suficiente se houver uma especialização por parte do historiador, pois não se pode conhecer cientificamente o todo, só a parte. (Reis, 2003: 92)*

> *[...] desconfiam de uma ciência globalizante, que seria uma contradição, pois o discurso científico se autocontrola evitando a abordagem total e delimitando, limitando, assumindo um relativismo moderado, o que só é possível na fragmentação e na especialização. (Reis, 2003: 93)*

2. Os constrangimentos do desejo

Em sua obra *The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece*, publicada em 1990, John J. Winkler sustenta que as mulheres-cidadãs gregas, de

um modo geral, possuíam um grau de autonomia muito maior que os *protocolos* sociais, referendados pelos discursos públicos prescritivos masculinos [85], fizeram aos investigadores do mundo grego antigo supor. Estes protocolos ou as premissas usualmente tácitas "que governam a força das declarações públicas, e parece que grande parte da conversa fiada dos homens sobre as mulheres e sobre si mesmos" (Winkler, 1994: 16) – isto é, o androcentrismo – eram, diz Winkler, uma farsa calculada. Os elementos fundamentais destes protocolos consistem em que:

> *o contato sexual é entendido nos contextos públicos como iniciado pelo varão, falocentrado e estruturado em torno do ato da penetração; todos os atos que se conformam com esses protocolos são relativamente não-problemáticos (katá nomon); os únicos atos que se podia supor um horror geral são o incesto e o contato oral-genital; e, por último, há um pressuposto implícito de que a identidade sexual não organiza a pessoa, posto que seja periférica aos objetivos e às preocupações centrais, que se concentram na sobrevivência, no status público, na manipulação em busca de um lugar nas hierarquias sociais às expensas dos outros competidores, na estabilidade e na prosperidade das famílias patriarcais num ambiente hostil. (Winkler, 1994: 56)*

Havia, portanto, no que se refere à condição de liberdade e autonomia dessas mulheres-cidadãs em relação aos homens, uma grande distância entre os *protocolos androcêntricos* e a realidade social. "Eram as mulheres gregas antigas (o que usualmente quer dizer as da Atenas Clássica) tratadas apenas como algo melhor que um escravo ou tinham um lugar honorável, respeitado e protegido na sociedade?" (Winkler, 1994: 15)

Winkler constata que a asserção mais comum na historiografia moderna de uma submissão feminina tão generalizada no mundo grego pode ser relativizada a partir da leitura de trechos de obras de alguns autores como Longo, Homero e Safo, posto que

> *[...] a convenção do androcentrismo é uma linguagem limitada dos homens em certas condições; não representa de maneira adequada todo o mundo social, como gostaríamos de descrevê-lo, mas antes serve melhor para demarcar uma área restrita de importância (a das transações públicas) e para falar dela em termos absolutos como se se tratasse da totalidade. [...] O androcentrismo mediterrâneo é tanto uma verdade inquestionável como uma mentira universal. (Winkler, 1994: 17).*

Demarcar o que Winkler chama de *protocolos androcêntricos* é pôr em evidência um campo representacional do mundo grego que articula os três registros de realidade,

---

[85] Winkler. Laying down the law: the oversight of men's sexual behavior in classical Athens. In: Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990. Neste ensaio, Winkler argumenta que "as convenções sociais e editoriais dentro das quais tinha lugar a maior parte dos discursos orais públicos e dos escritos publicados tendiam a dar voz a um grupo seleto de cidadãos adultos do sexo masculino e a emudecer os outros – mulheres, adolescentes, metecos", p. 173.

enunciados por Chartier, no que diz respeito ao domínio do erótico e do gênero com plena referência ao espaço público e à política, verificando a sua validade e seu escopo de abrangência, decodificando o alcance de sua verdade e seu fundo ficcional. A verificação dessa constatação perpassa os artigos reunidos nessa obra de Winkler, que, dividida em duas partes (*Andres* e *Günaikes*), tem como pontos centrais alguns aspectos do sexo e do gênero na Grécia Antiga analisados sob uma perspectiva antropológica. A instrumentação metodológica adquirida pelo autor com as técnicas da antropologia social e cultural, particularmente como as praticam as feministas, indica-o um modo para se fazer uma análise mais rica e completa do sexo e do gênero nas sociedades da Grécia Antiga, para além do que nos podem informar, a respeito destes temas, os *protocolos* detectados em obras de vários autores gregos. Também, os estudos feminista e gay são referências utilizadas para a compreensão de "que as sociedades passadas podem ser estudadas não por seu valor para fazer uma observação política a respeito do presente, mas por sua diferença cabal e surpreendente" (Winkler, 1994: 15). Procurando responder à pergunta *o que é História Cultural?*, Peter Burke faz uma pequena consideração a respeito da obra *The Constraints of Desire*, incluindo Winkler no rol dos novos historiadores culturais. Sobre um dos resultados da obra, Burke diz:

> *No caso da Grécia Antiga, um classicista inspirado pela antropologia cultural, John Winkler, mostrou que, embora as fontes sobreviventes sejam quase inteiramente resultado do trabalho de homens, elas podem ser vistas sob a ótica contrária, revelando pontos de vista claramente femininos sobre sexo e outros assuntos. Ele trata a lírica de Safo e o festival feminino de Adonia como evidências particularmente valiosas de "uma consciência, por parte das mulheres gregas, no que se refere ao significado de sexo e gênero diferentes dos enunciados por seus maridos e pais". (Burke, 2005: 41)*

O projeto de analisar as construções culturais de gênero e de sexo leva Winkler à questão da construção cultural de identidades na história. A respeito do estudo da sexualidade, Winkler repropõe as perguntas de Rosalind Coward:

> *Por que, quando aparece nas ciências sociais, o estudo da sexualidade é com frequência subsumido em estudos de formas (sociais) institucionalizadas da regulação sexual, como o matrimônio? Por que não há uma teoria das formas de dominação e desigualdade na dinâmica das relações sexuais? Por que não há uma compreensão da construção da identidade sexual ou uma consideração do poder e do status que essa identidade poderia entranhar? (Winkler, 1994: 15-16)*

Em *The Constraints of Desire*, Winkler evita para o conjunto dos ensaios qualquer tipo de enfoque unificador que tenda à simplificação. Antes, deixa os ensaios seguirem sua própria lógica para que, em conjunto, possam reproduzir a diversidade de perspectivas e experiências, o que entra em harmonia com a sua intuição de que

> *[...] tanto o enfoque da história das ideias como o estruturalista não logram, de certo modo, fazer justiça a seu objeto. O primeiro não capta as práticas das*

> *pessoas reais, incluindo os intelectuais, ao passo que o segundo, com sua ênfase no sistema e na regularidade, passa por alto pelo debate e pelo conflito de uma sociedade com múltiplos centros de autoridade e um elevado sentido da ilusão/fraude e do tácito. (Winkler, 1994: 23)*

A divisão do livro nas partes *Andrés* e *Günaikes* e a sequência dos sete ensaios e dos apêndices seguem uma lógica que se relaciona com as especificidades das identidades sexuais e de gênero nas sociedades gregas. No primeiro artigo, 'Atos antinaturais: protocolos eróticos na análise dos sonhos de Artemidoro', a obra deste autor grego guia Winkler na análise dos protocolos do androcentrismo, do alocentrismo e da invasão, posto que Artemidoro[86] é para Winkler a melhor testemunha da verificação de que "de todos os significados e facetas do comportamento sexual que poderiam ser singularizados para oferecer-lhes uma atenção especial, os gregos se concentraram insistentemente na dominação e na submissão, tal como as constitui a penetração fálica." (Winkler, 1994: 23) Winkler faz certas afirmações acerca do social tanto para caracterizar os protocolos fundamentais como para mostrar os limites de sua aplicação às vidas reais. Ao propor essa estratégia, o autor, naturalmente, recusa-se a reconstruir a história cultural do sexo simples ou primordialmente em termos de ideias, mas nos termos das *práticas sociais em conflito*. Para tanto, nesse enfoque antropológico, ele "[...] usa *A interpretação dos Sonhos* (*Oneirocritica*) de Artemidoro para por em relevo os princípios básicos dos significados empregados pelos homens de fala grega da Bacia Mediterrânea na Antiguidade para interpretar os atos sexuais." (Winkler, 1994: 32)

Como introdução a sua análise da obra de Artemidoro, Winkler identifica a faceta cultural disfarçada naquilo que muitos autores gregos e latinos chamam de 'natureza' ao falar de sexo. Como ele próprio diz ao analisar certas passagens: "onde se diz natureza, leia-se cultura" (Winkler, 1994: 29). Ou seja, Winkler alerta que nos discursos produzidos por estes autores sobre o sexo, o que eles consideravam natural ou atribuíam à natureza era, na realidade, cultural, não-universal, datado, "convencional e apropriado" (Winkler, 1994: 29). Sendo assim, nos contextos de comportamento humano, 'antinatural' geralmente significa 'seriamente anticonvencional', demarcando territórios morais. O próprio contraste *phüsis/nomos* ou *natureza/cultura*, um produto do empreendimento sofístico do século V a.C.,

> *[...] é em si mesmo um elemento cultural, uma forma de pensamento descoberta recentemente, que daí de preferência se estendeu e finalmente foi*

[86] Artemidoro Efésio ou Artemidoro Daldiano foi um adivinho profissional do século II d.C. É conhecido por sua famosa obra, em cinco volumes, intitulada *Oneirocritica* (A Interpretação dos Sonhos). Segundo Artemidoro, parte do material de sua obra fora recolhida de diversos adivinhos que encontrava durante suas longas viagens pela Grécia, Península Itálica e Ásia. Outras fontes foram os seus predecessores, dos quais dezesseis são nominalmente citados em sua obra.

> *utilizada como arma em uma luta cultural historicamente específica (hoje chamada de Ilustração) [...] isto significa dizer que ainda que nos pareça natural discutir sobre o sexo em termos de natureza e 'antinatureza', a 'naturalidade' dessas categorias é, em si mesmas, uma espécie de ilusão cultural. Como a sexualidade, a 'natureza' (segundo se aplica ao sexo) tem uma história. (Winkler, 1994: 30)*

Entre os vários exemplos deste tipo de discurso no mundo grego que Winkler investiga para desmistificar o "natural", decodificando o seu lastro "cultural", temos um exemplo nas *Leis* de Platão, as quais, segundo o historiador, parecem inaugurar as condenações às práticas da pederastia:

> *O porta-voz de Platão nas **Leis** (835B-842A) joga com a ideia de inventar uma ordem social que se conformasse com a 'natureza' como a sociedade grega supunha que ela fosse antes de o pai de Édipo, Laio, inventar a pederastia. Fazer isso exigiria uma reestruturação massiva das crenças e práticas comuns, colocando a pederastia em pé de igualdade com o incesto, para que todo mundo sentisse horror por ela. O legislador de Platão confessa que sua ideia é um sonho impossível. Ainda que este sonho, ou melhor, pesadelo, se realizasse – e o fizesse nos mesmos termos empregados nas **Leis**, vindo a pederastia a ser estigmatizada como "antinatural" – o que deveria se destacar a respeito do texto de Platão é o desespero sentido nele acerca do impossível, quase a inconcebilidade, do projeto. Tratava-se claramente de uma ideia-experimento da mesma ordem que a censura à poesia tradicional na **República** e que estava completamente na contramão dos valores, práticas e debates da sociedade de Platão. Essas especulações de Platão são pouco representativas – não o movimento de abertura em um novo jogo para moralizar o sexo – e, portanto, somente obliquamente útil para escrever a história dos costumes e das práticas sexuais de uma sociedade. (Winkler, 1994: 30-31)*

Há analogias entre a interpretação artemidoriana e a freudiana, pondo-as em uma interessante relação de espelho. Ambas dividem a mente humana em consciência e inconsciência. Ambas consideram os sonhos como atividades naturais da *psükhé* e os sonhos consistem em colocar um véu sobre sentimentos significativos mediante a condensação e o deslocamento a uma linguagem simbólica cujos elementos são extraídos das associações imediatas do sonhador. Divergem, no entanto, em dois pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, na interpretação artemidoriana, a ação da alma no sonho tem como alvo o futuro próximo do sonhador. A mente inconsciente conhece as mudanças transcendentais que estão prestes a suceder. A função do intérprete (Artemidoro) é ajudar o sonhador a fazer uma leitura do conteúdo onírico premonitório. Já na interpretação freudiana, o alvo é o passado distante do sonhador. A mente inconsciente é assediada pelos fatos remotos da infância. A função do intérprete (Freud) é ajudar o sonhador a compreender ou encarar os estados emocionais internos.

Em segundo lugar, embora em ambos os sistemas as teorias da estrutura, o funcionamento da alma e as práticas de entrevistas aos clientes sejam semelhantes, há uma grande diferença no valor culturalmente determinado que se atribui ao sexo. (Winkler, 1994: 39-43)

A *Oneirocritica* põe continuamente em exibição supostos sociais comuns e mostra o funcionamento dos *protocolos androcêntricos* e de outros baseados no sexo e no gênero, mas se mantendo exterior a eles, escapando, assim, das limitações impostas pelas inclinações habituais dos textos moralistas ou elitistas de um Platão, um Dion ou um Filon. Winkler considera que a teoria e a prática da obra de Artemidoro, diferentemente das obras dos moralistas e dos elitistas, estão livres dos preconceitos e tendências que comumente estão presentes em qualquer autor antigo que transmita e avalie informações sociais. "A postura empírica de Artemidoro permite-nos captar uma semântica geral do sexo no mundo antigo, costumeiramente obscurecida pelo tratamento tendencioso dos moralistas" (Winkler, 1994: 56). A obra tem um valor enorme para reconstruir os parâmetros da prática sexual antiga porque sua categorização dos atos sexuais, de ampla difusão e muito perduráveis, corresponde à percepção pública do significado do comportamento sexual, desde que:

> *O traço mais importante do sistema interpretativo de Artemidoro é seu princípio operativo de que os símbolos e as associações de um sonho codificado são extraídos, pela alma, da própria experiência cultural do sonhador, não de um Livro de Significados universal ou da linguagem dos deuses. O fato de que sonhos filologicamente sofisticados somente aparecem em pessoas educadas é uma prova a mais de que "[os] óneiroi são obra da alma e não provêem de nada exterior". (Winkler, 1994: 41)*
>
> *Na maioria dos casos, à parte os sonhos únicos e individuais, encontra-se naturalmente confrontado todo o espectro de associações e avaliações comuns e públicas, o que faz dela [Oneirocritica] uma excelente fonte de informação sobre a vida cotidiana no mundo antigo. (Winkler, 1994: 43)*

Sendo assim, um intérprete de sonhos como Artemidoro, para o sucesso de sua profissão, deve conhecer os costumes, a cultura, os códigos simbólicos dos povos a que pertencem seus clientes. Ou seja, deve ser um observador-participante, posto que Artemidoro, "como um antropólogo, compartilha da vida das pessoas que investiga, tratando simultaneamente de se meter em seus sentimentos e comportamentos e também de se colocar fora deles" (Winkler, 1994: 43). Esse axioma interpretativo requer que o intérprete distinga dentre as convenções (ethe) as que são universais das que são específicas de uma cultura local. Assim,

> *Os trácios que sonham com tatuagens dizem algo diferente do que dizem os getas que sonham com o mesmo, dado que entre aqueles a tatuagem é um sinal de nascimento nobre, enquanto que entre os getas é um signo de escravidão. (Winkler, 1994: 41)*

Requer também que o intérprete conheça as especificidades da identidade de cada sonhador, seja a riqueza, o *status* social e conjugal, a ocupação, a saúde, a idade e coisas semelhantes. O significado de 'transformar-se numa ponte', em sonhos, varia de acordo com a identidade do sonhador. Segundo a interpretação de Artemidoro:

> *Alguém sonhou que se transformava numa ponte: passou a ser barqueiro, cumprindo a mesma função que uma ponte... Todavia, um homem rico sonhou que se transformava numa ponte: muitos o desprezaram e, desse modo, foi (por assim dizer) pisoteado. Se alguma vez uma mulher ou um belo jovem tem este sonho, tornar-se-ão prostitutas [/os] e receberão muitos sobre si. Um homem comprometido em um pleito judicial que tenha este sonho elevar-se-á acima de seus adversários e do próprio juiz, posto que o rio seja como um juiz, enquanto faz o que quer com impunidade, mas uma ponte está por cima do rio. (Winkler, 1994: 42)*

Fica claro que essa investigação de Winkler coaduna-se perfeitamente com a postura da escrita da história nos moldes da historiografia pós-moderna, forjada sob a urgência e a regência do sujeito pós-moderno. Noutro exemplo,

> *[...] o cunnilingus e a felatio entre marido e mulher são ocorrências oníricas terrivelmente nefastas, mas não para dois homens determinados, conhecidos de Artemidoro, a quem simplesmente agradavam essas práticas. "Simplesmente viam o que os excitavam." (Winkler, 1994: 42)*

Seguindo as interpretações de Artemidoro, o que interessa a Winkler é explorar "o axioma de que as imagens oníricas são determinadas em princípio pelas próprias experiências e associações contingentes do indivíduo, mais que por conexões universais ou divinas estabelecidas há muito tempo" (Winkler, 1994: 42). Interessa-lhe investigar a diversidade das identidades culturais do mundo grego, sob a perspectiva da fragmentação identitária (método da Antropologia Cultural em face da nova realidade sociocultural surgida após a década de 1960), que escapa aos *protocolos androcêntricos*, e não as ilusórias estruturas universais que falam muito mais das ideias culturalmente impostas por elites que do real vivido. A obra de Artemidoro lhe permitiu tal empreendimento teórico-metodológico:

> *Essa prolongada discussão dos métodos e princípios de Artemidoro foi necessária para lançar os fundamentos de minha leitura de suas afirmações acerca dos acontecimentos sexuais nos sonhos. O valor de seu texto para nós depende de nossa compreensão de que ele representa não somente a opinião de um homem acerca dos protocolos sexuais das sociedades antigas, mas também uma coleção incalculável de evidências – uma espécie de Relatório Kinsey da antiguidade –, baseado em milhares de entrevistas de clientes. (Winkler, 1994: 46)*

Winkler aceita a proposição de Foucault (*História da Sexualidade*) de que os esquemas de avaliação geralmente aceitos descritos no *Oneirocritica*, obra do século II d.C., "estão muito próximos dos princípios gerais que já no período clássico organizavam a

experiência moral da *aphrodisia*. O livro de Artemidoro é, portanto, um marco. Dá testemunho de um esquema de pensamento que tinha larga vigência e era corrente em sua época" (Foucault *apud* Winkler, 1994: 57). O historiador norte-americano tira algumas grandes conclusões, a partir desse estudo da *Oneirocritica*, em relação à esfera erótica do mundo grego antigo do século II d.C., as quais formam, assim, as bases para a análise do comportamento sexual dos homens feita no artigo subsequente intitulado 'Ditando a lei: a vigilância do comportamento sexual dos homens na Atenas Clássica'.

Primeiro, a *Oneirocritica* possui uma vasta gama de informações sobre a percepção dos significados públicos da atividade sexual. O ofício de Artemidoro, enquanto um antropólogo dos significados oníricos, estabelecendo uma postura empírica diante da substância dos sonhos premonitórios de seus clientes, permite-o – em suas interpretações dos símbolos numa operação ventríloqua entre significantes e significados – tanto evidenciar a consistência e o alcance dos *protocolos androcêntricos*, quanto escapar destes, ao rejeitar os juízos de valor e as preconcepções que Winkler denuncia nos autores moralistas e elitistas/intelectualistas. Segundo, ao operar com a categoria "natureza", a obra evidencia mais uma vez o que Winkler já havia identificado e analisado em outros autores gregos, isto é, "natureza", para os autores gregos citados que expressam contextos sobre sexo, quer dizer "cultura". Os protocolos fundamentais que determinam o campo de significação do sexo são vistos pelos autores gregos como fazendo parte da "natureza". Esta "supõe que o que é significativo na atividade sexual é (i) os homens, (ii) os pênis que penetram e (iii) com isto, a articulação dos *status* relativos através de relações de dominação. [...] Uma vez mais, 'natureza' resulta significar 'cultura' " (Winkler, 1994: 52-53). Entretanto, afirma Winkler:

> *Artermidoro usa a palavra "natureza" não como um juízo de valor, mas como um termo categórico para assinalar um limite importante neste campo da significação social. Por "antinatural" entende simplesmente que certos atos são impossíveis ou irrelevantes, ou seja, não são significativos dentro dos termos do significado social do sexo. Assim, a seu próprio modo, ilustra mais uma vez o tema de que "natureza" quer dizer "cultura", mas com a interessante peculiaridade de que cultura (sua "natureza") inclui tanto o convencional (katá nomon) como o anticonvencional (pará nomon), já que ambas as categorias formam parte do "natural" (katá phüsin). (Winkler, 1994: 56)*

Tendo em mente essas conclusões gerais, Winkler, no artigo *Ditando a lei*, propõe-se a examinar as operações sociais mediante as quais o desvio em relação aos *protocolos androcêntricos* se articulou, se inspecionou e se manejou, no que se refere ao comportamento sexual dos homens nas camadas mais elevadas da cidadania ateniense entre os anos 430 e 330 a.C., tendo como foco o funcionamento cotidiano da comunidade e em particular suas práticas de autocontrole. (Winkler, 1994: 59)

Para tanto, Winkler faz um levantamento das várias imagens culturais da virilidade correta e incorreta expressas no caráter agonístico da esfera pública ateniense[87]. Ali, ele analisa, fundamentalmente, os limites da aplicação nas práticas sociais de uma convenção característica dessa esfera pública: a *competição* soma-zero no sistema de *moralidade honra/vergonha*[88] nas disputas e debates públicos. (Winkler, 1994: 61) Essa competitividade pública tem como um de seus parâmetros a ideologia *hoplítes* x *kínaidos*. O *hoplítes* e o *kínaidos* são as personificações, respectivamente positiva e negativa, dos protocolos fundamentais. Essa polarização revela a representação da masculinidade na tensão entre o comportamento positivo da figura do *hoplítes* (soldado-cidadão com posses o suficiente para obter a panóplia) e o comportamento negativo da figura do *kínaidos* (imagem poderosa de um homem cujo comportamento social e erótico era desviante na medida em que violava a definição social dominante de masculinidade idealizada na figura do *hoplítes*). Enquanto o *hoplítes* é a representação da masculinidade ideal que todo cidadão em busca de honra almeja, o *kínaidos*, sempre vítima de troça, zombaria ou indignação, é a representação da efeminização pavorosa que constantemente ronda a reputação desse cidadão, quando quer que ele comece a perder seu próprio equilíbrio moral. (Winkler, 1994: 59-60)

Contra um exército inimigo na guerra, o espírito de solidariedade prevalecia entre os soldados atenienses. Mas, dentro da *pólis*, a competição entre os cidadãos no espaço público podia ser atroz, particularmente entre os mais influentes, os mais empreendedores, os mais conspícuos e os mais jovens. E as competições políticas e jurídicas nesses espaços públicos, seja na *ágora*, na assembleia ou nos tribunais, organizavam-se de acordo com os mesmos cânones de virilidade, bravura e altivez expressos pelo ideal de masculinidade do *hoplítes* em guerra contra o inimigo. Como propõe Winkler, a rinha ou briga de galos, uma atividade muito praticada na Atenas Clássica, é uma metáfora bem apropriada para representar as disputas nas altas rodas do espaço público da democracia ateniense. O conjunto dos discursos forenses de

[87] A constituição ateniense previa auditorias rigorosas (*dokimasía* e *dokimasía rhetoron*) das contas e atos dos funcionários públicos ao final do ano de ofício, dando ampla oportunidade a qualquer cidadão para fazer acusações contra qualquer ato de sua administração. Essas oportunidades eram constantemente usadas pelos inimigos políticos para ataques maliciosos e chantagens. Esse é o caso, por exemplo, da própria acusação que Ésquines fez contra Timarco, embora ele não considere a si próprio um sicofanta (*sykophántes*): "eu tenho me mostrado um homem modesto e tranquilo." [Ésquines, *Contra Timarco*, 1]. A leitura de uma peça jurídica como o *Contra Timarco* revela a amplitude e o teor da feroz competitividade forense em Atenas ao longo do século IV a. C.

[88] Winkler afirma que entre os atenienses "a compreensão cultural da competição não era simplesmente a de que os vencedores ganhavam recompensas e honra, mas, também, a de que os perdedores eram estigmatizados com vergonha e penalidades em quantidades proporcionais", p. 178. E acrescenta que "a luta de galos era uma representação supremamente clara da competição soma zero". Winkler. Laying down the law: the oversight of men's sexual behavior in classical Athens. *In*: Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990, p. 181, nota 28.

Ésquines e Demóstenes, por exemplo, ilustra muito bem essa agressividade *necessária* num ambiente de democracia direta. Para sobreviver nesse ambiente, um cidadão deveria demonstrar uma *virilidade hoplítica*.

Um cidadão poderia ser acusado de abandonar as suas responsabilidades tanto por um escrutínio público movido pelo Estado, quanto por um processo iniciado privadamente. Dentre essas responsabilidades, nos quadros desse sistema de imagens culturais em vigor nas discussões públicas sobre o comportamento apropriado de um soldado-cidadão, prescrevia-se, no que se refere ao comportamento erótico, uma conduta moral estabelecida como adequada à virilidade hoplítica. Mas as leis referentes à moralidade erótica eram formuladas não em termos de desvio efeminizante (*katápygon*, *eurýproktos*, *kínaidos*), o qual não era, como tal, acionável juridicamente nos tribunais atenienses, mas em termos de prostituição (*hetairekós*, *pórnos*, *peporneuménos*). A acusação de prostituição, como no caso de Timarco, formalizava-se em três componentes não claramente discerníveis num ato efeminizante: promiscuidade, venalidade e passividade à penetração fálica.

Somente os cidadãos mais influentes no gerenciamento político do Estado, no entanto, costumavam empregar tais recursos jurídicos, os quais eram usados como armas para derrubar seus oponentes na arena pública. Essa pequena elite considerava-se a representante dos mais altos níveis de masculinidade. Principalmente para um homem desse grupo de cidadãos, a não exibição de bravura (*andreía*) proporcionava-lhe um rebaixamento simbólico de sua masculinidade que podia remetê-lo à classe oposta das mulheres. (Winkler, 1994: 60)

Nesse sentido, a virilidade dos cidadãos encontra-se sempre à prova em competições públicas, correndo o perigo constante de resvalar para o servil ou para o feminino. Por um lado, o masculino e o feminino não participam de uma oposição simples, como os dois lados de uma moeda. Entre eles, há um *continuum* que pode ser atravessado, como num arco-íris. Uma gradação que parte do *hoplítes*, passa pelas várias nuances da efeminização, pelas categorias da prostituição, e chega ao polo mais inferior da escala da cidadania: a mulher. Por outro lado, a identidade feminina não é somente um oposto da identidade masculina. É também a sua constante ameaça. Essa polaridade fundamental entre o homem e a mulher instaura uma polaridade inframasculina traduzida pelos contrastes *hoplítes* x *kínaidos* e cidadão politicamente ativo (*politeuómenos*) *versus* prostituto (*hetairekós, pórnos*, *pepornéumenos*). O contraste entre o *hoplítes* e o *kínaidos* reflete uma polaridade mais fundamental que os gregos estabeleceram entre homens e mulheres. Isto é, a polaridade cultural entre os gêneros age internamente em um deles, criando um conjunto de polaridades inframasculinas entre o *hoplítes* e o *kínaidos*. Essa observação da reversibilidade da pessoa masculina no mundo antigo, ameaçando-lhe constantemente com o perigo de deslizar para o servil

ou o feminino, tinha já sido advertida por Stephen Greenblatt[89] em sua obra *Fiction and Friction.* (Winkler, 1994: 65)

Essa imagem cultural da virilidade hoplítica prescreve para o homem a necessidade de exercer os desejos de uma forma em que se demonstre domínio sobre si e sobre os outros. Desde que a atividade erótica é um ato simbólico da competição soma-zero, o *hoplítes* quer dominar e o *kínaidos* quer ser dominado. De acordo com a polarização *penetrador* e *penetrado*, supunha-se que a figura do *kínaidos* expressava o desejo de ser penetrado, o que assimilava essa figura ao papel feminino. (Winkler, 1994: 67)

Portanto, a altivez de uma masculinidade moldada na função bélica era um elemento fundamental da honra na alta competitividade política dos escalões superiores da vida pública ateniense. Para derrubar um adversário público, valia conspurcar a sua vida privada e o seu comportamento erótico, justamente como fez Ésquines em sua acusação contra Timarco, e como fez muitos outros retores, oradores e cidadãos politicamente ativos. O orador Ésquines atesta essa prática explicitamente: "[...] o que é frequentemente dito sobre os processos públicos não é mentira, a saber, que muitas inimizades privadas corrigem abusos públicos." (Aeschines, *Against Timarchus*, 2)

Nessa análise das imagens culturais sob as quais o comportamento sexual dos homens está submetido a uma constante vigilância no âmbito da esfera pública ateniense, Winkler adverte a que distância o ideal de *erómenos*, o parceiro mais jovem da relação pederástica, se encontra tanto das categorias da prostituição masculina quanto da imagem cultural do *kínaidos*:

> Estamos evidentemente, em um âmbito diferente do da procura romântica de varões adolescentes por parte de homens jovens dentre vinte e trinta anos, conhecida como pederastia, uma atividade bem ilustrada nos vasos atenienses de fins do século VI e começos do V e retratada nos diálogos platônicos como uma experiência às vezes sofrível, às vezes deliciosa, mas sempre de interesse e aprovação geral. Na pederastia, como demonstraram cuidadosamente Dover [Greek Homosexuality], Golden [*Pais*, Child and Slave] e Foucault [The History of sexuality: The Use of Pleasure], combinavam-se várias convenções para proteger o membro menor do par do estigma da efeminização, de ser um *kínaidos*. (Winkler, 1994: 68)

[89] O crítico literário e teórico norte-americano Stephen Greenblatt é considerado por muitos um dos fundadores do *New Historicism*, um conjunto de práticas críticas que ele próprio refere como *Poética Cultural*.

A relação pederástica (*erastés*/*erómenos*) encontra-se, é claro, intimamente articulada com essas imagens culturais. Por ela, perpassam os mecanismos da estratégia desse jogo sociopolítico estruturado pelos protocolos androcêntricos na medida em que (i) O *erómenos*, enquanto *politeuómenos* (cidadão politicamente ativo) em potencial, participa, em tese, de uma relação pedagógica; (ii) O comportamento erótico dos cidadãos masculinos em geral, mas em especial o do *politeuómenos* e do jovem, estão em constante vigilância sob a ideologia *hoplítes* x *kínaidos*; (iii) A relação erótica entre *erastés* e *erómenos*, se, por um lado, deve preservar a masculinidade do *erómenos*, por outro, reproduz as relações de poder sociopolítico.

Descortina-se, então, a simbologia social e o caráter de representação coletiva dos *protocolos*, o que o impele a garimpar discursividades que lhe possibilita repensar as margens de autonomia feminina e revelar pontos de vista femininos sobre sexo e outros assuntos numa sociedade androcêntrica/falocêntrica à beira, em alguns recantos discursivos gregos, da misoginia. A História Cultural e a Crítica Literária exigem-lhe que decodifique em verdade incontestável e mentira universal as estratégias representacionais que balizam e vigiam os comportamentos sexuais dos cidadãos atenienses da alta esfera pública em suas imagens culturais: a ideologia *hoplítes* x *kínaidos*, a competição soma zero, a moralidade honra/vergonha e a inframasculinidade. A condição do sujeito pós-moderno, obsedado por identidades múltiplas e contraditórias em variáveis deslocamentos, move o seu interesse em direção à diversidade identitária em seu fluxo entre o real e o idealizado, imaginado, representado no próprio mundo grego: *erastés*, *erómenos*, *hoplítes*, *kínaidos*, *hetairekós, pórnos*, *pepornéumenos*, identidades eróticas visualizadas agora num descentramento ignorado pela visão essencialista que miopemente enxergava homossexualidade e heterossexualidade na Grécia Antiga e que estava impossibilitada de pensar a alteridade. Desmascarar pressupostos naturais sobre sexo e gênero como sendo profundamente culturais – *onde se diz natural, leia-se cultura* – é um empreendimento da História Cultural. E é com esse mesmo olhar antropológico que ele pode analisar a pederastia ateniense, isto é, a relação *erastés*/*erómenos*, em sua especificidade, em sua alteridade, demarcando as suas profundas diferenças em relação à categoria moderna da homossexualidade.

3. Cem anos de homossexualidade

Retomando a tese foucaultiana da construção da sexualidade, os ensaios contidos na obra *One hundred years of homosexuality* de David M. Halperin gravitam em torno do tema da erótica da cultura masculina na antiguidade clássica, em particular, no mundo grego antigo. O objetivo fundamental da obra é

> *[...] examinar mais intimamente os vários aspectos pelos quais as práticas sexuais gregas diferem das 'nossas próprias' [...] e conceber uma interpretação das experiências eróticas na antiguidade clássica que coloque*

> *em primeiro plano a especificidade histórica e cultural daquelas experiências. (Halperin, 1990: 1-2)*

Em termos macroteóricos, a rejeição de uma história global (a não totalidade) e a tônica posta na fragmentação (o não sistema) já se enunciam no prefácio da obra. Estes ensaios, diz Halperin,

> *não constituem um tratamento compreensivo e sistemático daquele (grande) tópico [a erótica da cultura masculina no mundo grego antigo]. Antes, eles focam aspectos selecionados deste e exploram uma variedade de questões que emergiram dos esforços modernos para elucidá-lo. (Halperin, 1990: ix)*

A obra não possui um ensaio exclusivo sobre a pederastia ateniense, ainda que dela o autor faça uma brilhante análise. Antes, Halperin inquire

> *os componentes e contextos sociais mais amplos do 'Amor Grego', acreditando que nós possamos chegar a um entendimento mais satisfatório da pederastia ateniense clássica se não a virmos como uma instituição isolada, e portanto 'queer', mas se a considerarmos, de preferência, como meramente um fio numa rede maior e mais intricada de práticas eróticas e sociais na Grécia Antiga, que variam da amizade heróica ao sexo comercial. O resultado dessa mudança de ênfase, eu espero, será o de ampliar o escopo do estudo da erótica da cultura masculina na Grécia antiga, e de distanciar este estudo da moderna categoria médico/forense/social-científica da homossexualidade. (Halperin, 1990: ix)*

A obra está dividida em duas partes: os ensaios da primeira parte [1. One Hundred Years of Homosexuality; 2. 'Homosexuality: A Cultural Construct (An Exchange with Richard Schneider); 3. Two Views of Greek Love: Harald Patzer and Michel Foucault] são, em grande medida, teóricos e remetem para um número de questões relacionadas com o método erudito e a prática crítica corrente. Os da segunda [4. Heroes and their Pals; 5. The democratic body: Prostitution and Citizenship in Classical Athens; 6. Why is Diotima a Woman?], são exemplos de crítica literária prática e análise histórica que ampliam alguns dos princípios contidos nos ensaios anteriores para uma série de problemas concretos na interpretação da cultura grega. (Halperin, 1990: 9)

No primeiro ensaio, One Hundred Years of Homosexuality, Halperin investiga o surgimento dos neologismos "homossexual" e "homossexualidade" no século XIX, demonstrando que o termo mais comumente usado naquele século para se referir ao contato erótico entre pessoas do mesmo sexo ou ao comportamento desviante de gênero, isto é, "inversão sexual", não denotava o mesmo fenômeno conceitual que "homossexualidade". Segundo Halperin, de acordo com o estudo da literatura médica sobre o assunto feito por George Chauncey em 1982-83,

> *'Inversão sexual' referia-se a uma larga variedade de comportamentos desviantes de gênero da qual o desejo homossexual era somente um aspecto*

> *lógico, mas indistinto, ao passo que 'homossexualidade' focava-se na questão mais limitada da escolha de objeto sexual. A diferenciação do desejo homossexual dos comportamentos 'desviantes' de gênero na virada do século reflete uma reconceitualização maior da natureza da sexualidade humana, sua relação com o gênero e seu papel na definição social do indivíduo. (Chancey apud Halperin, 1990: 15)*

A verificação de tal reconceitualização, da "inversão sexual" à "homossexualidade", que explora e põe em relevo a formação de subjetividades e de identidades eróticas, remete-nos à preocupação da História Cultural em colocar em primeiro plano na escrita histórica não mais a *estrutura*, mas o *indivíduo*, não mais o *social objetivo*, mas o *individual subjetivo*. O que reflete o descrédito, para a historiografia vinculada às mudanças pós-modernas, das abstrações estruturais, desencarnadas e irreais; a consideração como "reais", indivíduos concretos e singulares; a valorização da subjetividade e do tendencioso, por representarem manifestações do indivíduo e não terem mais a pretensão do claro e do distinto universal. (Reis, 2003: 93)

Para Halperin, a evidência dos múltiplos fenômenos eróticos examinados no *corpus* documental grego vem confirmar a tese foucaultiana de que as identidades eróticas são socialmente construídas, além de fornecer um campo instigante de investigação para a História da Sexualidade, fundamentalmente no que diz respeito às relações eróticas entre pessoas de mesmo sexo, o que proporcionou os novos avanços alcançados pela historiografia construcionista. Na sequência do capítulo One Hundred Years of Homosexuality, o autor elabora uma primeira argumentação nesse sentido ao refutar a tese fundamental das obras de John Boswell, a tese de que as identidades eróticas são essências humanas, e, portanto, tendem à universalidade e à naturalidade.

Por essa via de raciocínio, mesmo bem antes de surgir o termo homossexualidade, existia já a sua prática e identidade, da mesma forma como a gravidade já era experimentada antes de 1685, ano em que Isaac Newton formulou a Lei da Gravitação Universal. Boswell afirmou que a proposta do famoso mito de Aristófanes relatado no *Banquete* platônico "é explicar porque os seres humanos são divididos em grupos de interesse predominantemente homossexual ou heterossexual". Portanto, para este autor, este mito, juntamente com vários outros da Antiguidade Clássica, garantiria a existência da homossexualidade e da heterossexualidade enquanto categorias eróticas antigas (senão universais) da experiência humana. A sua interpretação do mito leva-o a concluir que, de acordo com o Aristófanes platônico, interesses homossexuais e heterossexuais são "tanto exclusivos quanto inatos". (Halperin, 1990: 18-19)

A argumentação de Halperin para refutar essa tese de Boswell é convincente. Ela desconstrói a ideia de que pudesse haver na cultura grega algum indício de que os gregos compartilhassem qualquer noção que fosse remotamente semelhante ao que hoje podemos chamar de homo e heterossexualidade. Halperin defende a ideia de que

não se pode concluir tal divisão a partir deste mito já que, das consequências dele, o próprio Aristófanes não apontara aquela conclusão. Pelo contrário, este mito ajuda a ilustrar o quanto os atenienses clássicos desejavam evitar conceituar comportamentos sexuais em acordo com uma oposição binária que polarizasse *contatos sexuais entre pessoas de mesmo sexo* e *contatos sexuais entre pessoas de sexo oposto*. Os contra-argumentos são dois:

> *Em primeiro lugar, o mito de Aristófanes gera não duas, mas pelo menos três "sexualidades" distintas (homens atraídos por homens, mulheres atraídas por mulheres, e – consignadas igualmente em uma única classificação, evidentemente – homens atraídos por mulheres, bem como mulheres atraídas por homens). Além do mais, não há a mais leve sugestão, em nada que Aristófanes diz, de que os atos ou preferências sexuais de pessoas descendentes de um original feminino sejam de algum modo similar aos, sem falar congruente com ou isomórfico aos, atos e preferências sexuais daqueles descendentes de um original masculino. Daí que nada no texto permite-nos suspeitar da existência mesmo de uma categoria implícita à qual pertençam tanto homens que desejam homens quanto mulheres que desejam mulheres em contradição a alguma outra categoria contendo homens e mulheres que desejam um ao outro. (Halperin, 1990: 19-20)*

Por esse modo de analisar o mito, a sua consequência é o de perceber o desejo sexual de todos os seres humanos como *formalmente idênticos*: todos os humanos estariam procurando "um substituto simbólico para um objeto originário uma vez amado e subsequentemente perdido num trauma arcaico." Nesse sentido, todos os humanos pertencem a uma mesma "sexualidade" e, dessa forma, ninguém é individualizado ao nível do ser sexual. (Halperin, 1990: 20)

Em segundo lugar, e contrariando as implicações claras do mito expostas acima, o relato de Aristófanes, argumenta Halperin, "figura uma distinção *dentro* da categoria de homens que são atraídos por homens, um detalhe infraestrutural que não consta na descrição de cada uma das outras duas categorias". Halperin refere-se às características fundamentais da pederastia grega, isto é, à condição de que tal homem é um *paiderastes* (o adulto que ama o jovem) e um *philerastes* (o jovem que é receptivo ao adulto) em diferentes momentos de sua vida, bem como às diferenças que caracterizam as "sexualidades" de cada uma dessas categorias[90]. Assim,

> *diferentemente das pessoas que integram as duas primeiras categorias, aqueles que descendem de um masculino original não atraem um ao outro sem qualificação; Pelo contrário, eles desejam garotos quando são homens e*

[90] Para uma análise mais ampla das diferenças entre as categorias *paiderastes* e *philerastes*, ver Halperin, 1990, nota 31 do capítulo One hundred years of homosexuality; Barbo, 2008, capítulo 3: O homoerotismo na cultura falocêntrica.

> *obtêm um certo prazer (não-sexual) no contato físico com homens, quando são garotos. Então, desde que – como a passagem prévia sugere – os atenienses clássicos distinguiam claramente os papéis de paiderastes e philerastes, relegando-os não somente a diferentes classes de idade, mas virtualmente a diferentes "sexualidades", o que Aristófanes está descrevendo aqui não é uma orientação sexual homogênea e única comum a todos aqueles que descendem de um masculino original, mas antes um conjunto de comportamentos distintos e incomensuráveis os quais tais pessoas exibem em períodos diferentes de suas vidas [...]. (Halperin, 1990: 20)*

Representações de distinções identitárias num mito num diálogo filosófico... *Representação* é um conceito-chave para a história cultural. Roger Chartier, um autor definitivamente associado à Nova História Cultural pensa que a importância deste conceito está em permitir

> *articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como o êxito (ou o fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada). Consequentemente, ela compreende a dominação simbólica como o processo pelo qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento. (Chartier, 2002: 11)*

As identidades eróticas são socialmente construídas e suas representações codificam-se na diversidade dos produtos culturais. Em relação ao mito analisado, Halperin evidencia esses registros de realidade articulados por meio das representações, ao afirmar que "a imagem desenhada pelo Aristófanes de Platão é uma representação historicamente precisa das *convenções morais* que governam o comportamento sexual na Atenas Clássica, senão da realidade do próprio comportamento sexual." (Halperin, 1990: nota 31)

Halperin estabelece alguns pontos básicos a respeito do ato erótico na Atenas Clássica. Sinteticamente, eles podem ser assim enumerados: (i) o ato erótico não é intrinsecamente relacional ou colaborativo; (ii) ele é profundamente polarizador e hierárquico: ele efetivamente divide, classifica e distribui seus participantes em duas categorias distintas e radicalmente opostas: o papel ativo e o papel passivo; (iii) ele articula-se com a política, expressando as relações de poder, isto é, as categorias eróticas ativo e passivo são social e politicamente articuladas. (Halperin, 1990: 29-30)

Na Atenas Clássica, o discurso público masculino tende a representar o ato erótico, primeiro, não como um ato coletivo compartilhado, uma conjugalidade, mas como uma ação praticada por uma pessoa sobre outra. Ele não produz uma relação de mutualidade, mas um ato ou um impacto, de acordo com o ponto de vista do participante. Por isso, ele não possui um caráter intrinsecamente relacional ou colaborativo, mas unilateral, exclusivista e de dominação pessoal.

Segundo, precisamente porque ele é concebido como essencialmente centrado no gesto assimétrico da penetração fálica, o ato erótico é uma experiência profundamente polarizadora, dividindo, classificando e distribuindo seus participantes em categorias distintas e radicalmente opostas, quais sejam, o parceiro insertivo ou ativo e o parceiro receptivo ou passivo. Desde que o parceiro insertivo é interpretado como um *agente* erótico, cuja penetração fálica expressa 'atividade' erótica, ao passo que o parceiro receptivo é interpretado como um *paciente* erótico, cuja submissão à penetração fálica expressa 'passividade' erótica, o ato erótico também é hierárquico.

Finalmente, essa hierarquia expressa uma dominação sociopolítica. A relação entre os parceiros eróticos ativo e passivo reproduz a relação configurada entre superior e subordinado nas esferas social e política. Estabelece-se, destarte, uma isomorfia entre o papel erótico de um indivíduo e seu *status* sociopolítico. Isso implica em que um cidadão masculino adulto só pode ter relações eróticas legítimas com pessoas de *status* sociopolítico inferior, ou seja, mulheres, garotos, estrangeiros ou escravos. Um ato erótico reproduz o diferencial em *status* sociopolítico que distingue os parceiros envolvidos: a autoridade e o prestígio do cidadão masculino adulto expressam-se em seu *privilégio erótico* – em seu poder de iniciar um ato erótico, em seu direito de obter prazer por meio desse ato e na própria precedência do papel erótico insertivo.

Assim, para um contato erótico entre dois homens ser considerado legítimo e respeitável, as pessoas envolvidas não devem possuir o mesmo *status* sociopolítico. A relação *erastés*/*erómenos*, ou pederastia, deve incluir obrigatoriamente uma pessoa de *status* superior e uma de *status* inferior. Além disso, os atos eróticos nessa relação devem ser congruentes com o diferencial de poder de acordo com o qual a relação foi estruturada. Isso implica em que o parceiro superior tomava a precedência erótica – somente ele poderia iniciar um ato erótico, penetrar o corpo de seu parceiro e obter prazer erótico. A falta de reciprocidade social na relação acarretava a falta de reciprocidade erótica, e ambas eram necessárias. Em sua análise, Halperin chega a uma conclusão muito importante, pois reveladora da interdependência cultural entre práticas sociais e experiências subjetivas:

> *Os autores gregos sugerem que as escolhas sexuais nem sempre expressam a essência individual de um agente ou revelam a orientação profunda da vida interna de uma pessoa, independentemente de sua vida política ou social. Pelo contrário, as identidades sexuais dos atenienses clássicos – as*

> *experiências de si próprios enquanto agentes sexuais e enquanto seres humanos possuidores de desejos – parecem ser inseparáveis de, se não determinadas por, suas posições públicas. (Halperin, 1990: 32-33)*

Sendo assim, o sistema erótico dos atenienses clássicos não pode ser entendido se for descrito enquanto uma esfera autônoma da vida governada por leis internas próprias. Suas atitudes e práticas eróticas só revelam sua coerência sistemática se as situamos no amplo contexto social no qual elas estão mergulhadas, desde que a esfera erótica dos atenienses clássicos, longe de ser independente e estar separada da política, era constituída pelos mesmos princípios pelos quais se organizava a vida pública ateniense. (Halperin, 1990: 31)

Diferentemente do mundo moderno ocidental, no qual as categorias sexuais (homo-, hetero- e bissexualidade) são articuladas pela 'sexualidade', enquanto esfera ideologizante autônoma, e não se relacionando de forma tão direta com questões sociopolíticas, na Atenas Clássica, as categorias eróticas (ativo e passivo) são articuladas pelas relações de poder e não podem ser entendidas sem referência a essas relações.

Desse modo, podemos pensar as categorias ativo e passivo para os atenienses clássicos, não apenas enquanto categorias eróticas, mas enquanto categorias sócio-eróticas, pois elas exprimem uma posição erótica e uma posição na hierarquia sociopolítica. A cidadania para o homem ateniense, portanto, era um conceito (e uma experiência) sociopolítico simultaneamente articulado com o gênero e com a prática erótica de seu titular. (Halperin, 1990: 11)

A partir desses pontos, Halperin pôde estabelecer que na Atenas Clássica vigorava uma complexa estruturação que articulava estreita e intimamente a erótica e o poder político. Essa estruturação concede a exclusividade do direito à voz política e do acesso ao espaço público aos cidadãos atenienses em plena maturidade da *atividade* fálica (papel erótico insertivo). Esse direito e esse acesso são vetados aos outros membros da cidadania (mulheres e jovens) e aos outros membros da comunidade (escravos e estrangeiros), todos em submissão real ou potencial ao falo através da *passividade* (papel erótico receptivo). A articulação entre erótica e poder político plasma-se, assim, na polaridade *ativo/passivo*, o que faz identificar a masculinidade com a *atividade* fálica (o ato de penetrar quem quer que seja, do sexo masculino ou feminino) e considerar a *passividade* erótica voluntária, condição identificada com a inferioridade política, um ato de submissão indigno para o cidadão ateniense do sexo masculino, já que tal desejo representa o abandono voluntário de uma identidade masculina a favor de uma identidade feminina, violando o senso de congruência profundamente sentido e ansiosamente defendido no mundo grego, entre gênero, práticas eróticas e identidade social de uma pessoa. Portanto, essa cultura erótica masculina estabelece uma assimetria erótica estruturada por, e simultaneamente estruturante de, uma assimetria

sociopolítica. O comportamento erótico, muito mais que expressar inclinações ou disposições internas de alguém, servia para posicionar atores sociais nos lugares designados para eles na estrutura hierárquica da política e da sociedade ateniense.

Desse modo, o poder dessa cultura erótica masculina era posto em funcionamento através de um dispositivo complexo responsável por uma dupla dominação: uma dominação erótica configurada por uma dominação sociopolítica. E essa dominação constitui-se em torno do falo, não enquanto simplesmente pênis ou um mero equipamento da anatomia masculina, mas enquanto um símbolo do poder sociopolítico construído culturalmente pelo discurso erótico grego[91].

## III. Conclusão

A historiografia construcionista da erótica grega vincula-se claramente à Nova História Cultural. Seus historiadores "defendem e praticam a descrição da pluralidade dos objetos, dos métodos." (Reis, 2003: 76) Na análise que Reis faz do processo que vai da história global à história em migalhas, verifica-se a passagem da história-ciência social à história-literatura, o que pôde tornar o conhecimento histórico "mais flexível, mais qualitativo, mais poético, mais pessoal, mais imaginativo, mais livre. Libertou-se do rigor da ciência, que na verdade era um falso rigor". (Reis, 2003: 94) Uma das técnicas fundamentais do método criado pelos autores construcionistas, a Poética Cultural do Desejo, é retirada do arsenal metodológico da crítica literária:

> *Críticos literários, pesquisando o campo da produção literária, descrevem as estratégias artísticas dominantes (e contra-dominantes), combinando e ordenando elementos literários para construir vários tipos, ou gêneros, de trabalhos literários. Alguns críticos culturais estão agora usando técnicas análogas para descrever os procedimentos por meio dos quais formas significativas de experiência coletiva são socialmente construídas, muitas vezes através de uma reconstituição de componentes herdados. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4)*

Também, reflete-se nesta historiografia as mudanças que estão deslocando e fragmentado as identidades, que estão colocando em colapso a estabilidade, a fixidez e

[91] Halperin, 1990, capítulo 1, nota 83, chama o discurso erótico grego de *fálico* porque "(1) os contatos sexuais são polarizados em torno da ação fálica, isto é, são definidos por quem tem o falo e pelo que é feito com ele; (2) prazeres sexuais que não sejam prazeres fálicos não contam na categorização de contatos sexuais; (3) para qualificar um contato de sexual, requer-se que um – e não mais do que um – dos dois parceiros tenha um falo".

a unicidade da relação moderna entre sujeito e estrutura[92], o que se traduz na recusa da metafísica, da história filosófica tradicional, na crença "na possibilidade de uma observação eficaz de qualquer objeto em escala micro" (Reis, 2003: 92), na consideração do olhar global como totalitário e ameaçador das liberdades individuais, na crença de "que a intervenção na sociedade deva ser localizada e pontual, sem pretensões de mudanças revolucionárias globais" (Reis, 2003: 92), o que Reis pondera como sendo a "passagem do todo (holismo) ao tudo (micro)" (Reis, 2003: 92). Na introdução de *Before Sexuality*, Zeitlin diz:

> *Descrito assim, o projeto pode soar muito ambicioso, talvez mesmo presunçoso, e então nos apressamos em negar qualquer pretensão a praticar alguma ciência universal da humanidade. Realmente, tendemos a estar desconfiados de reivindicações a ver e compreender o inteiro, qualquer inteiro; será suficiente o bastante se formos capazes de iluminar partes ou aspectos de nossa matéria em estudo. Este volume, então, não aspira prover uma pesquisa abrangente do sexo grego antigo, muito menos da sexualidade. Os esboços que ele contém são admitidamente pluralistas, parciais e descontínuos – uma série de vislumbres como que flagrados através de diferentes vigias postados nas paredes ao redor do canteiro de uma grande construção. Vindos de diferentes direções, mas trabalhando juntos, esperamos fornecer uma série de relatos em andamento sobre alguns dos mais importantes meios – religioso, social, político, filosófico, médico, literário e artístico – nos quais a experiência sexual foi construída e refletida pelos povos falantes da língua grega que viviam ao redor da bacia mediterrânica dos tempos arcaicos até o Império Romano. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4-5)*

Verifica-se, ainda, na análise de Reis, a passagem do material ao imaginário, ao simbólico, isto é, a valorização do mundo psicológico, íntimo, dos indivíduos e coletividades, das crenças e superstições, medos e fantasias, sonhos e pesadelos. (Reis, 2003: 93)

A emergência do sujeito pós-moderno que se corporifica a partir da desenfreada fragmentação das identidades na nova realidade instaurada pela segunda metade do século XX guia Winkler em sua antropologia cultural do sexo e do gênero na Grécia Antiga. A Crítica Feminista condiciona a sua preocupação em desmistificar os discursos masculinos gregos cristalizados nos *protocolos androcêntricos* da cultura grega.

Afloram na análise de Halperin as emergências das questões pungentes ligadas às multiplicações, as diversificações, as contradições identitárias postas pelos

[92] Cf. Hall, 2006, A identidade em questão, p. 7-22.

desdobramentos, pelos deslocamentos sociais promovidos pela Modernidade tardia (ou, se preferirem, pela pós-Modernidade).

Em termos de manifestações identitárias eróticas, "em uma época em que as fortes tentações da história identitária correm o risco de embaralhar toda distinção entre um saber controlado, universalmente aceitável, e as reconstruções míticas que vêm confirmar memórias e aspirações particulares" (Chartier, 2002: 15), a interpretação de Boswell sofre do mesmo mal que nos alerta Eric J. Hobsbawn em relação às *comunidades imaginárias*:

> *A projeção no passado de desejos do tempo presente ou, em termos técnicos, o anacronismo, é a técnica mais corrente e mais cômoda para criar uma história própria a satisfazer as necessidades de coletivos ou de 'comunidades imaginárias' – conforme a expressão de Benedict Anderson – que estão longe de serem exclusivamente nacionais. (Hobsbawn apud Chartier, 2002: 15)*

Se John Boswell pretendia ainda a clareza da estrutura, o distinto universal, a essência da identidade, valores típicos do pensamento moderno, Halperin ocupa-se com as múltiplas e complexas manifestações identitárias. Ele retorna ao mito do Aristófanes platônico com outras perguntas, com o olhar iluminado por outras questões que só a pressão dos deslocamentos do sujeito pós-moderno poderia proporcionar.

## Referências Bibliográficas


AESCHINES. *Against Timarchus*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.

BARBO, Daniel. Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista. *História da historiografia*, Ouro Preto, número 6, março, 2011, 171-188.

BARBO, Daniel. Michel Foucault e a Historiografia Construcionista. *E-hum*, Belo Horizonte, Editora uniBH. Vol.4, N. 2, 2011, 21-41.

BARBO, Daniel. *O Triunfo do Falo:* Homoerotismo, Dominação, Ética e Política na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

BOSWELL, John. *Christianity, social tolerance and homosexuality:* gay people in western Europe from the beginning of the Christian Era to the fourteenth century. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

BOSWELL, John. *Same-sex unions in premodern Europe*. New York: Vintage Books, 1994.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia:* a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DOVER, K. J. Review: Greek Sexual Choices. Reviewed work: One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love by David M. Halperin. The Classical Review, New Series, Vol. 41, Nº 1, (1991), pp. 161-162.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* a vontade de saber. 13ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREUD, Sigmund. *A Interpretação dos Sonhos.* Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDHILL, Simon. [untitled] Reviewed work: Before Sexuality: The construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World by David M. Halperin; John J. Winkler; Froma I. Zeitlin. The Classical Review, New Series, Vol. 41, Nº 1, (1991), pp. 159-161.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALPERIN, David M. *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love.* New York, London: Routledge, 1990.

HALPERIN, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Froma I. *Before sexuality*: the construction of erotic experience in the Greek world. Princeton: Princeton University Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à análise dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LAIPSON, Peter. Review: From Boudoir to Bookstore: Writing the History of Sexuality. A Review Article. Reviewed Work: One Hundred Years of Homosexuality by David M. Halperin, Making Sex by Thomas Laqueur, Passion and Power by Kathy Peiss; Christina Simmons; Robert A. Padgug, Romantic Longings by Steven Seidman. Comparative Studies in Society and History, Vol. 34, nº 4, (Oct., 1992), pp. 636-644.

REIS, José Carlos. *História & Teoria:* Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SUTTON Jr., Robert F. [untitled] Reviewed works: Before Sexuality: The construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World by David M. Halperin; John J. Winkler; Froma I. Zeitlin; One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love by David M. Halperin; The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece by John J. Winkler. The Classical Journal, Vol. 87, nº 2, (Dec., 1991 – Jan., 1992), pp. 189-191.

THORP, John. The Social Construction of Homosexuality. Phoenix, Vol. 46, nº 1, (Spring, 1992), pp. 54-61.

VERSTRAETE, Beert C. [untitled] Reviewed works: One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love by David M. Halperin; The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece by John J. Winkler; Before Sexuality: The construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World by David M. Halperin; John J. Winkler; Froma I. Zeitlin. Journal of the History of Sexuality, Vol. 2, nº 2, Special Issue, Part 1: The State, Society, and the Regulation of Sexuality in Modern Europe, (Oct., 1991), pp. 289-293.

WINKLER, John J. *Las coacciones del deseo:* antropología del sexo y el género en La antigua Grecia. Buenos Aires: Manantial, 1994.

# THE CONSTRUCTIONIST HISTORIOGRAPHY OF GREEK EROTICS[93]

Daniel Barbo[94]

## Abstract

The article analyzes the postmodern and foucaultian view of the theoretical field and methodologies of some works of the Constructionist Historiography that engaged with the study of Greek erotic since the 1980s, trying to reveal their ties to the New Cultural History.

## Keywords

Construcionist historiography; Greek erotic; New Cultural History; Postmodernity; Michel Foucault.

[93] Translated by author.

[94] Postdoctoral Researcher, Capes Fellow. Federal University of Alagoas – Maceió, AL, Brasil. e-mail: danielbarbo@yahoo.com.br

## Resumo

O artigo analisa o olhar pós-moderno e foucaultiano do campo teórico e das metodologias de algumas obras da Historiografia Construcionista que se ocupou com o estudo da erótica grega a partir da década de 1980, tentando revelar seus vínculos com a Nova História Cultural.



## Palavras-chaves

Historiografia Construcionista, Erótica Grega, Nova História Cultural, Pós-Modernidade, Michel Foucault.

## I. History and fragmentation

In 1990, there were been published three works that opened the constructionist approach at the convergence of History of Sexuality and Cultural History: *The constraints of desire: the anthropology of sex and gender in Ancient Greece*, by John J. Winkler, *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love*, by David M. Halperin and *Before sexuality: the construction of erotic experience in the Greek world*, edited by David M. Halperin, John J. Winkler and Froma I. Zeitlin. These works were composed, for the most part, by articles written by the respective authors (as well as others, American, French and English authors in the case of *Before Sexuality*) along the 1980s. The range of essays they blend employs theoretical and methodological postures in full compatibility with Michel Foucault's thought, especially his poststructuralist theories about the erotic behavior in the ancient Greek world [95]. The national diversification of authors who composed that trilogy is a measure, on the one hand, of the extent of approval to the new theoretical and methodological field and, on the other, of the plurality of contributions to the renovated study of eroticism in Ancient Greece. We consider the common commitment of those three works the precursor representative, the carrier even of credentials of foundation movement, of that new approach, fertile and in fruitful expansion, in renewed historiography of sexuality. The importance of this trilogy as a milestone at the confluence of History of Sexuality with Cultural History was discussed by various thinkers in many reviews and criticism[96]. Verstraete, commenting on the importance of the emergence of this trilogy, noted that

> *Because of its wide-ranging scope and the originality and quality of its scholarship, Before Sexuality must be welcomed as a truly major work, offering a cornucopia of fresh insights and opening up new vistas for further research and reflection. Together with the collections by Halperin and Winkler and the earlier books by Foucault and Dover, it has laid the foundation for a veritable phenomenology of sexuality in the ancient Greek world. (Verstraete, 1991: 293)*
>
> *Perspectives, methodologies and fundamental interpretive matrices of this body of works were drawn from cultural anthropology, feminist criticism,*

[95] For the reasoning of the importance of the work *History of Sexuality* by Michel Foucault as one of the most important theoretical basis for the Constructionist Historiography, which has been addressing innovatively the Greek erotic since the 1980s, see Barbo, "Michel Foucault e a Historiografia Construcionista", 2011; Barbo, *O triunfo do falo:* homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas Clássica, 2008.

[96] See Sutton Jr., 1991/1992; Verstraete, 1991; Thorp, 1992; Dover, 1991; Goldhill, 1991; Laipson, 1992.

*French structuralism (Verstraete, 1991: 290) as well as of literary criticism. To analyze the constructionist historiographical matrix, it is necessary to put into perspective the question of cultural identities in the Late Modernity. Stuart Hall distinguishes three very different conceptions of identity that succeed temporally: the Enlightenment subject, the sociological subject and the post-modern subject.*

The Enlightenment subject, or Cartesian, was based on a conception of human person endowed with an autonomous and self-sufficient inner core, equipped with the capacity of reason, awareness and action. Although this subject has the ability to develop throughout life, he remained essentially the same, continuous or 'identical' to himself, throughout his existence. With the increasing complexity of modern society, emerge the notion of sociological subject, whose inner core ceases to be autonomous and self-sufficient, since his formation was dependent on his relationship with others and with the outside, which mediated to that subject the values, meanings and symbols of the world he inhabited. The interaction between the self and society would be the creator of identity of this sociological subject.

These first two types of subject, products of Modernity, are conceptualized as having a fixed, essential or permanent identity. The hallmark of modernity, in reference of the relationship between subject and society, it was stability, fixity and oneness. Hall believes that exactly this relationship is crumbling as a result of structural and institutional changes characteristic of Late Modernity, namely, the second half of the twentieth century[97], especially due to the last process of globalization. These changes are shifting and breaking up (or 'pluralizing') identities by collapsing stability, rigidity and uniqueness of modern relationship between subject and structure. The process of identification, with

[97] HALL, 2006, p. 34-46, points out five major advances in social theory and humanities occurred in thought, or that over it had its main impact in the period of Late Modernity, having as the greatest effect the final decentralization of the notions that see the rational subject and identity as fixed and stable (namely, the death of the Cartesian subject): i) the re-reading of Marxism by Louis Althusser's structuralism; ii) the re-reading of Freud's discovery of the unconscious by psychoanalytic thinkers like Lacan; iii) the structural linguistics of Ferdinand de Saussure; iv) the 'genealogy of the modern subject' by the French philosopher and historian Michel Foucault; v) the historical birth in the 1960s of *identity politics*, both as theoretical critique and as social movement, with which each movement appealed to the social identity of their supporters: "feminism appealed to women, the sexual politics to gays and lesbians, racial struggles to blacks, the antiwar movement to pacifists, and so on."

which we project ourselves in our cultural identities, is becoming increasingly temporary, variable and problematic, since the postmodern subject is being seen as "consisting not of a single but multiple identities, sometimes contradictory or unresolved." Therefore, the post-modern subject is conceptualized, in the view of many thinkers, such as not having a fixed, essential or permanent identity. (Hall, 2006: 10-12). The work of Hall explains that

> *the conceptual shifts by which, according to some theorists, the Enlightenment "subject," with a fixed and stable identity, was de-centered into the open, contradictory, unfinished, fragmented identities of the post-modern subject. (Hall, 2006: 46)*

With those structural and institutional changes of the last decades, provocative of decentralization, displacement, disruption and fragmentation in the identity of the subject and in its relation to the structure, what sets, to many thinkers, the new conditions of postmodernity,

> *The subject assumes different identities at different times, identities which are not unified around a coherent "self." Within us are contradictory identities. pulling in different directions, so that our identifications are continuously being shifted about. If we feel we have a unified identity from birth to death, it is only because we construct a comforting story or "narrative of the self" about ourselves. The fully unified, completed, secure, and coherent identity is a fantasy, Instead, as the systems of meaning and cultural representation multiply, we are confronted by a bewildering, fleeting multiplicity of possible identities, any one of which we could identify with - at least temporarily. (Hall, 2006: 13)*

In such conditions, in which "postmodernity *deconstructs*, *delegitimizes*, *misremembers* and *mismemorizes* the discourse of 'Reason that governs the world' " (Reis, 2003: 73), Reis claims that "the being is constant difference, that is, temporal and inessential, and appears in multiple languages. Without uttering the being, the multiple languages constitute himself transitory and different ..." (Reis, 2003: 73).

The new approach to Cultural History is closely linked to this vision of the mutation of the relationship between subject and structure as well as the subject's own mutation, mutations which create new bases for the statute of the historical knowledge and the historiographical writing. The intellectual, philosophical, conceptual and historiographical route that explains sexuality as a cultural construct emerges from these mutations that lead us to the postmodern condition.

Following Reis' analysis, we verify that this mutation in the statute of history and historiographical writing – fruit of the subject's transmutation and new relationships established between subject and structure, especially in the globalization process – is clearly evidenced by the passage that occurs between the global history (from the

nineteenth century to the second generation of Annales) and the history in crumbs [L'histoire en miettes] (the third generation of Annales)[98]. The Cultural History seems to be the most successful intellectual enterprise in that process of crumbling history. Reis records the losses and gains that the new way of perceiving reality and temporality and to write history represent and, considering the pros and cons, lists some characteristics of this transition or rupture. We'll follow those characteristics, trying to read carefully Reis' analysis to highlight the postmodern tone of the constructionist historiography and therefore its full compliance with the cultural history. We believe that the procedures described by Hall and Reis, slightly exposed here, overlap, overlie and are therefore complementary. Or rather, make up the two faces of Janus, past and future, of a multiple process. They describe, as a whole, the mutation from modernity to postmodernity, from global history to history in crumbs in theoretical, historiographical and conceptual realm and in the context of the subject and of the relationship between subject and structure, which signals the postmodern conditions of historiographical writing and cultural history.

Thinking about the realm of erotic identities, then a possible conclusion from the observation of the transition from global history to history in crumbs described by Reis in the macro theoretical, historiographical and conceptual level, and of the process described by Hall, a process that he condenses and systematizes from various authors (A. Giddens, D. Harvey, E. Laclau) and is reported here very schematically – that is, the transmutation of the subject and therefore of identities in the course of modernity and late modernity – is the claim that if the essentialist historiography of Greek homoeroticism is grounded in the concept of Cartesian subject (the Enlightenment subject and/or the sociological subject)[99], the constructionist historiography already reflects (or refers us to) a conception of postmodern subject committed, in this sense, with the so-called New Cultural History.

Starting from different conceptions of subjects and different interactions between subjects and structures, each one of these historiographical arrays produces particular and diversified discourses to establish a dialectical relationship between the erotic categories of the ancient Greek world and the erotic categories of modernity and postmodernity. Common place: the historical narratives, the products of the writing of history and the historiographical trends are linked inexorably to temporalities or, in the words of Koselleck, to the historical times.

---

[98] See Reis, 2003, especially Capítulo 2: Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que se perde?

[99] See Barbo. "Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista".

We note, therefore, that the essentialist historiography is linked to modernity, while constructionist historiography is linked to post-modernity. And among them there are deep differences, for due to the victory, in the last decades, of the globalizing capitalist individualism, it speeds up the fragmentation of the subject (of identities) and of the historical writing (History in crumbs); the historian finds himself unable to speak of the *whole*, a Global History, totalizing (the illusion of universal), but he can speak of *everything* (extreme fragmentation prone to inconsistency and loss of logical specificity of the history); and the sense of history (the illusion of philosophies of history) empties increasingly (what horizon of expectation can be expected of fragmented and disconnected histories? The horizon of multifragmented diversity?).

However, when we defend the argument that the narrative of the constructionist historiography is one of the productions of the cultural history of the last decades of the twentieth century, and thus closely linked to the complex displacements caused by post-modern world, or rather, a narrative speaking from post-modernity, we do not consider that the constructionist authors align in some way, in terms of narrative of history, to "a relativist position à la Hayden White" who "see historical discourse as merely a free play of rhetorical figures and as one mode of fictional invention among others." (Chartier, 1997: 8). We totally agree with Roger Chartier (and also, in another methodological record, with Carlo Ginzburg) who recommends

> *against that dissolution of the status of history as a specific knowledge (a stance often taken as a figure of postmodernism) one must insist forcefully that history is commanded by an intention and a principle of truth, that the past history has taken as its object is a reality external to discourse, and that knowledge of it can be verified. (Chartier, 1997: 8)*

The struggles for sexual freedom around constructions of erotic identities, multiplied identities, make up one of the facets of these social changes, of these historical and historiographical changes. In the process, Stonewall, preserving due proportions, had the effect of a "French Revolution" for those struggles: its seismic propagation accelerated the generation of identities; contributed to the production of fragmentation of the subjects. It is evident, then, the impact of this event and its various consequences on the new writing of the history of sexuality, crystallized in what is known by constructionism.

## II. The postmodern vocation of constructionist historiography

1. Before Sexuality

One of the main articulators of the constructionist approach, David Halperin, in his book *One Hundred years of homosexuality and other essays on Greek love*, considers this new approach a positioning against the relationship between social practices and culture that advances, in relation to the essentialist tendency, in analysis of expressions, behaviors and erotic experiences in history to rethink and reframe the constitution of 'sexuality' in Modernity and redefine it as an operational category of analysis for the History of sexuality and to propose the method called 'cultural poetics of desire' to analyze the construction of erotic experiences and behavior in history.

Deepening the debate on the articulation between erotic categories and the culture in which they emerge, namely, the cultural determination of erotic categories, the constructionist approach is primarily concerned with the construction of erotic meanings in every society and in every culture. Only in modern Western world such construction is articulated by the categories of 'sexuality'. How to understand the construction of these meanings in societies that haven't established 'sexuality'? The work *Before sexuality*, thinking about this construction in the ancient Greek world, points out a methodology: the 'cultural poetics of desire'.

The essays collected in this work combine two intellectual traditions. In them, the specific theoretical and methodological concerns from the French practice called *les sciences humaines*, with its keen eye searching for semiotics and deep structures, mingle with the descriptive and interpretative procedures developed in the Anglo-American tradition of *cultural anthropology*. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 7) From this intersection were born the techniques of 'cultural poetics of desire'.

This methodology deals with the erotic field of a given society, not as an isolated and autonomous instance of social reality, as an approach that was based on a unitary category of analysis and dated like 'sexuality' could give rise, but as an instance in which is implicated several other cultural aspects and social fields of that society.

Proponents of this approach argue that multiple meanings of erotic life in any society are only intelligible if taken in relation to the whole of the social fabric. Thus, the various authors of the essays that compound the work *Before sexuality* do not study aspects of the erotics in Greek antiquity as if these aspects formed a separated issue, as if the erotics were an independent variable, whose tremors and events could be described in a linear and coherent narrative with minimal reference to other areas of human interest. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 3)

These authors, cultural historians, redefine conceptually the category 'sexuality'. In this new definition, 'sexuality' is no longer thought of as a unitary category of analysis, essentialist, and is now thought of as one of the languages to define, describe, interpret and negotiate all behaviors, modes, values and perspectives of other cultural fields of society. It becomes a discussion area in which interact many social projects like, for

example, marriage, politics, housework, heritage, education. Sexuality comes to be thought as a social sphere which undergoes changes. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4) From this new perspective, then we could still call this field of study History of Sexuality. But only from the wider and deeper perspective of social interaction, of this mutuality network that are the social processes of construction of meanings, one can understand more accurately how happens the construction of erotic meanings in different societies.

According to these new creators of constructionism, this understanding can be achieved through the notion of 'cultural poetics of desire'. First, let's see what these authors call 'cultural poetics'. It refers

> *To the process whereby a society and its subgroups contruct widely shared meanings – behavioral conventions, social distinctions, conceptual schemes, aesthetic values, religious attitudes, moral codes, gender roles, and paradigms of sexual excitement. These meanings are jointly produced, distributed, enforced, and subverted by human communities. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4)*

This broader building process of cultural meanings includes the formation of erotic identities. Affirming the cultural interdependence between social practices and subjective experiences, then the constructionist approach can speak of a 'cultural poetics of desire': "the erotic experiences of individual human beings are thus, in our view, artifacts that reflect, in part, the larger cultural poetics of the societies in which those individuals live" (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4).

Cultural poetics of desire is therefore a part of the total 'cultural poetic' of a society. Consequently, the constructionist approach seeks to understand the formation of erotic identity of a given society through some research of 'cultural poetics of desire' in process in that society. The essays in the book *Before sexuality* follow this type of analysis and bring out the multiplicity of views, sometimes conflicting, that shape the fundamental practices and experiences of erotic life in ancient Greece.

The emphasis of this work, the construction of Greek erotic experiences, has become, as that was investigated, a vast territory of many possibilities. Exploring different speeches and erotic behaviors, the work shows a significant portion of erotic diversity in the Antiquity and a bunch of possible evidence available for study. Seen through this cleavage, the ancient Greeks had many different ways of speaking and acting in relation to erotic issues, many unveiling or concealment strategies, many representation or suppression tactics. The work Before sexuality reflects this diversity in presenting a few examples of the work being done in this field.

Verstraete noted in 1991 that "*Before Sexuality* covers literary, epigraphic, and iconographic material hardly or not at all integrated into the study of sex and gender in

the ancient Greek world until now." (Verstraete, 1991: 292) The fifteen articles that compound *Before sexuality*, then focusing on neglected Greek sources, explore symbolic dimensions to transcend sexuality as an issue. In this complex work, the articles of the French authors offer a range of iconographic evidence: The sexual life of satyrs, by François Lissarrague, shows that satyrs' semi-human extravagances portrayed on Attic vases express standards for human sexual behavior; *From Ambiguity to Ambivalence: The Dionysiac Excursion through the 'Anakreontic' Vases*, by Françoise Frontisi-Ducroux and François Lissarrague explains the 'anakreontics' komoi portrayed in pots as a Dionysian mediation of the disorder caused by the 'strangeness / otherness', by signs of femininity and externality. This article has the most detailed iconographic scholarship in the collection and comes to a convincing structuralist interpretation of androgynous male figures in some komoi scenes in the painting of Greek vases; Aspects of Baubo: Ancient Texts and Contexts, by Maurice Olender examines costumes and texts on Baubo, an obscene and humorous genital figure who merges female sexuality with the nurturing and frightening affectations of the old nurses. (Sutton, Jr., 1991/1992: 190; Verstraete, 1991: 292)

*The Future of Dreams: From Freud to Artemidoros*, by SRF Price, compares Freudian's analysis of dreams with Artemidoros's. Price's article shares common ground with Winkler', *Unnatural Acts*, the first of his work *The Constraints of Desire*. Both show that the dynamic-sexual interpretation of dreams has no counterpart in *Oneirocritica* of Ancient Greece, which was largely concerned with the explanation of health and of the dreamer's future political *status*, to the point that even the sexual symbolism of dreams was decoded within the limits of this prediction structure. *The Semiotics of Gender: Physiognomy and Self-Fashioning in the Second Century CE*, by Maud W. Gleason, examines gender stereotypes in physiognomic and astrological texts to discover rules that decode the effeminate man's encrypted behavior (*cinaedus*). The ancient pseudoscience of physiognomy survived in the West until after the Renaissance. While *The Medical Writers' Woman*, by Ann Ellis Hanson, an article that makes use of a medical and gynecological literature shows that ancient gynecology recognized the hymen, *Maidenhood without Maidenhead: The Female Body in Ancient Greece*, by Giulia Sissa, argues the opposite, since such tangible evidence was disregarded in favor of more reliable signs of virginity. Sissa's article combines medical and gynecological literature with other ancient sources, such as mythology, history and ethnography.

*The Poetics of Eros: Nature, Art, and Imitation in Longus' Daphnis and Chloe*, by Froma I. Zeitlin, sees the treatment of eros in Daphnis & Chloe as a sophisticated piece through the familiar dichotomies nature/culture and art/life. *From Sex to Politics: The Rites of Artemis and Dionysus Aisymnetes Triklaria at Patras*, by James Redfield, believes that a mythical-ritual complex in Patras involving Artemis and Dionysus puts politics as the answer to the problems of sex. *Putting Her in Her place: Woman, Dirt, and Desire*, by

Anne Carson, finds out in texts that describe women as being wet, wild, fluid and polluting, a conception of femininity design as a dangerous unlimited and in lack of limitation, which would be provided by marriage and by the veil.

Again, as in his book *Eros the Bittersweet: an Essay*, published in 1986, Carson presents a sharp and penetrating analysis, although it continues to ignore the feminist writings, which could relativize the Greek misogyny. *Herakles: The Super-Male and the Feminine*, by Nicole Loraux, considers masculine and feminine contradictory elements in the hero Heracles, putting into focus particularly his belly, his tunic and his relationship with Hera. *One ... Two ... Three ...: Eros*, by Jean-Pierre Vernant, considers eros as a mediator between the person and the others, regarding Plato, Dionysus, Narcissus and Plotinus. *Bodies and Minds: Sexuality and Renunciation in Early Christianity*, by Peter Brown, describes new alignments between the person, sex and society that emerged with Christianity. Brown's article is a pointed reminder of the main theses of his book *The Body and Society*, published in 1988. (Sutton Jr., 1991/1992: 190; Verstraete, 1991: 292)

What is noticeable also in these articles is both a practice of *specialization* at the expense of *synthesis* as a practice of *description/observation/relativism* at the expense of explanation/concept. Still following Reis' analysis, we note that the authors of *Before Sexuality*

> *find it impossible to reconcile overview with scientifically conducted study; [...] Defend the problem-based history, which can only control its object if delimits it the most; [...] Believe that one can only formulate a manageable problem and a sustainable hypothesis and develop a diverse and sufficient documentation if there is an expertise by the historian, because you can not scientifically know the whole, only the part. (Reis, 2003: 92)*
>
> *[...] Are suspicious of a holistic science, which would be a contradiction, for the scientific discourse self-regulates avoiding the total approach and delimiting, limiting, assuming a moderate relativism, which is possible only in the fragmentation and specialization. (Reis, 2003: 93)*

2. The constraints of desire

In his work *The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece*, published in 1990, John J. Winkler argues that Greek women-citizens, in general, had a much greater degree of autonomy than the social protocols, endorsed by male prescriptive public speeches[100], made the researchers of ancient Greek world

[100] Winkler. Laying down the law: the oversight of men's sexual behavior in classical Athens. In: Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990. In this essay, Winkler argues that "The social and editorial conventions within which most public speaking and published writing took place tended to

suppose. These protocols or the usually unspoken assumptions "that govern the strength of public statements, and it seems that much of men's chatter and gossip about women and about themselves" (Winkler, 1994: 16) – that is, the androcentrism - were, says Winkler, a calculated farce. The key elements of these protocols are that

> *sexual contact is understood in public contexts as male-initiated, phallos-centered, and structured around the act of penetration; all acts that conform to those protocols are relatively non-problematic (kata nomon); the only acts for which a general horror could be assumed are incest and oral-genital contact; and, lastly, there is an implicit presumption that sexual identity does not organize the person but is peripheral to the central goals and worries which are focused on survival, public status, jockeying for place in social hierarchies at the expense of fellow competitors, the stability and prospering of patriarchal families in a hostile environment. (Winkler 1990: 43)*

There was, therefore, with regard to the condition of freedom and autonomy of these women-citizens in relation to men, a great gap between the *androcentric protocols* and the social reality. "Were the ancient Greek women (which usually means those of Classical Athens) treated only as something better than a slave or had they an honorable, respected and protected place in society?" (Winkler, 1994: 15)

Winkler notes that the most common assertion in modern historiography of female submission so widespread in the Greek world can be relativized from the reading of excerpts from works of authors like Longo, Homer and Sappho, since

> *As such the convention of androcentrism is a limited language of men in certain conditions; it does not adequately represent the entire social world as we would like to describe it, but rather serves to mark off a restricted area of importance (that of public transactions) and to speak of it in absolute terms as if it were the whole. [...] Mediterranean androcentrism is both an unquestionable truth as a universal fib. (Winkler 1994: 17)*

Demarcating what Winkler calls *androcentric protocols* is to highlight a representational field of the Greek world that links the three recordings of reality displayed by Chartier, with regard to the domain of erotics and genre with full reference to public space and politics by checking its validity and its scope of breadth, decoding the reach of its truth and its fictional background. The verification of this finding runs through the articles

---

give voice to a select group of adult male citizens and to mute the others – female, adolescent, demotic (working persons with a minimum of leisure), metic (noncitizens). Those conventions are well known and roughly correspond to proprieties still observable in the family of cultures around the Mediterranean basin", p. 173.

collected in this work of Winkler, which, divided into two parts (*Andres* and *Günaikes*), has as central point some aspects of sex and gender in ancient Greece analyzed from an anthropological perspective.

The methodological instrumentation acquired by the author with the techniques of social and cultural anthropology, particularly like the feminists practice them, indicates to him a way to make a richer and more complete analysis of sex and gender in societies of ancient Greece, beyond what can inform us, about these subjects, the *protocols* detected in works of various Greek authors. Also, feminist and gay studies are references used to understanding "that past societies can be studied not for its value to make a political statement about the present, but for its complete and amazing difference" (Winkler, 1994: 15).

Trying to answer the question *what is Cultural History?*, Peter Burke makes a little consideration about the work *The Constraints of Desire*, including Winkler on the list of new cultural historians. About one of the outcome of the work, Burke says:

> *In the case of Ancient Greece, a classicist inspired by cultural anthropology, John Winkler, has shown that although the surviving sources are almost entirely the work of men, they may be read against the grain to reveal distinctively feminine views of sex and other matters. He treats Sappho's lyrics and the female festival of the Adonia as particularly valuable evidence of 'a different consciousness on the part of Greek women concerning the meanings of sex and genre from those enunciated by their husbands and fathers" (Burke, 2005: 41)*

The project to analyze the cultural constructions of gender and sex takes Winkler to the issue of cultural construction of identities in history. Regarding the study of sexuality, Winkler proposes anew the questions of Rosalind Coward:

> *Why is the study of sexuality when it appears in the social sciences frequently subsumed under studies of institutionalized (social) forms of sexual regulation, like marriage? Why is there no theory of forms of domination and inequality in the dynamic of sexual relations? Why is there no understanding of the construction of sexual identity or consideration of the distribution of power and status which this identity might entail? (Rosalind Coward apud Winkler, 1994: 15-16)*

In *The Constraints of Desire*, Winkler avoids for the set of essays any unifying approach that tends to simplification. Rather, let them follow their own logic so that, together, can reproduce the diversity of perspectives and experiences, which comes in harmony with your intuition that

> *this is in keeping with the insight that both a traditional history-of-ideas approach and a structuralist approach fail in certain ways to do justice to their object. The former does not capture the practices of real people, intellectuals included, while the latter, with its emphasis on system and*

> *regularity, misses the contest and conflict of a society with multiple centers of authority and a high sense of bluff and the unspoken. (Winkler 1994: 23)*

The division of the book in the parts *Andrés* and *Günaikes* and sequence of the seven essays and appendices follow a logic that relates to the specificities of sexual and gender identities in the Greek societies. In the first article, 'Unnatural acts: erotic protocols in Artemidoros' analysis of dreams', the work of this Greek author guides Winkler in the analysis of the protocols of the androcentrism, the allocentrism and the invasion, since Artemidoros[101] is to Winkler the best witness of the verification that "of all the meanings and aspects of sexual behavior that could be singled out to give them special attention, the Greeks focused strongly on domination and submission, just as they are constituted by the phallic penetration." (Winkler, 1994: 23) Winkler makes certain statements about the social both to characterize the fundamental protocols and to show the limits of its application to real life. In proposing that strategy, the author, of course, refuses to reconstruct the cultural history of sex simply or primarily in terms of ideas, but in terms of *social practices in conflict*. For this purpose, in that anthropological approach, he "[...] uses Artemidoros' *Oneirocritica* (*The interpretation of Dreams*) to put into relief the basic principles of the meanings used by Greek-speaking men of the Mediterranean basin in Antiquity to interpret sexual acts." (Winkler 1994: 32)

As an introduction to his analysis of Artemidoros' work, Winkler identifies the cultural facet disguised in what many Greek and Latin authors call 'nature' to talk about sex. As he himself says when analyzing certain passages: "where it says nature, read up culture" (Winkler, 1994: 29). So, Winkler warns us that in the speeches made by these authors about sex, what they considered natural or attributed to nature was, in fact, cultural, non-universal, dated, "conventional and appropriate" (Winkler, 1994: 29). Thus, in human behavior contexts, 'unnatural' usually means 'seriously unconventional', delimiting moral territory. The very contrast *phüsis/nomos* or *nature/culture*, a product of the sophistical enterprise of the fifth century BC,

> *[...] is itself a cultural item, a format of thought once newly discovered, which thereafter spread and eventually was enlisted as a weapon in a historically specific cultural struggle (now called the Enlightenment). Over time it has become an automatic cliché, a deeply embedded habit of the sort*

[101] Artemidoros Ephesus or Artemidoros Daldianus was a professional soothsayer of the second century AD. He is known for his famous work, in five volumes, entitled *Oneirocritica* (The Interpretation of Dreams). According to Artemidoros, part of the material of his work was collected from various soothsayers he had met during his long journeys by Greece, the Italian Peninsula and Asia. Other sources were his predecessors, of which sixteen are nominally cited in his work.

> *that is almost (as we say) a second nature, such that we can hardly imagine not thinking in those terms. This is to say that although it seems natural to us to discuss sex in terms of nature and 'unnature', the 'naturalness' of these categories is itself a sort of cultural illusion. Like sexuality, 'nature' (as applied to sex) has a history. (Winkler, 1994: 30)*

Among many examples of this kind of discourse in the Greek world that Winkler investigates to demystify the "natural", decoding their "cultural" base, we have an example in Plato's *Laws*, which, according to the historian, seem to inaugurate the condemnations to the practices of pederasty:

> *Plato's spokeman in the Laws (835B-842A) toys with the idea of inventing a social order that would conform to 'nature' as Greek society supposed it was before Oidipus' father Laios invented paederasty. To do so would require a massive restructuring of common belief and practice, placing paederasty on a pair with incest so that everyone acquired a horror of it. Plato's legislator confesses his idea to be a pipe-dream. Yet even though that dream, or rather nightmare, came true – and did so in the very terms employed in the laws, with paederasty coming to be stigmatized as 'unnatural' – what should stand out about Plato's text is the despair there felt about the impossibility, almost the inconceivability, of the project. It was clearly a thought-experiment on the same order as censoring traditional poetry in the Republic, one that went utterly against the grain of the values, practices, and debates of Plato's society. These speculations of Plato are unrepresentative – not the opening move in a new game of moralizing sex – and hence only obliquely useful for writing the history of a society's sexual mores and practices. (Winkler, 1990: 18-19)*

There are analogies between Artemidorian and Freudian interpretation, putting them in an interesting mirror relationship. Both divide the human mind into consciousness and unconsciousness. Both consider dreams as natural activities of the psyche and dreams consist of putting a veil over significant feelings by condensation and displacement to a symbolic language whose elements are extracted from the immediate associations of the dreamer. They differ, however, on two key points.

In first place, in the Artemidorian interpretation, the action of the soul in the dream targets the near future of the dreamer. The unconscious mind knows the transcendental changes that are about to happen. The interpreter's role (Artemidoros) is to help the dreamer to do a reading of the premonitory dream content. In the Freudian interpretation, the target is the distant past of the dreamer. The unconscious mind is harassed by remote facts of childhood. The interpreter's role (Freud) is to help the dreamer to understand or face internal emotional states.

In second place, although in both systems the theories of structure, the operation of the soul and the interview practices to customers are similar, there is a big difference in the culturally determined value which is attributed to sex. (Winkler 1994: 39-43)

*Oneirocritica* puts continually on display common social assumptions and shows the operation of *androcentric protocols* and others based on the sex and gender, but remaining outside them, escaping from the limitations imposed by habitual inclinations of a Dion, Philon or Plato's moralist or elitist texts. Winkler believes that the theory and practice of Artemidoros' work, unlike moralists and elitist's works, are free from prejudice and trends that are commonly present in any ancient author who transmits and evaluates social information. "Artemidoros' empirical stance allows us to grasp a general semantics of sex in the ancient world usually obscured by the tendentious treatment of the moralists" (Winkler, 1990: 43). The work has a tremendous value to reconstruct the parameters of the ancient sexual practice because its categorization of sexual acts, of broad dissemination and long lasting, corresponds to the public perception of the meaning of sexual behavior, provided that:

> *The most important feature of Artemidoros' interpretive system is his working principle that the symbols and associations of a coded dream are drawn by the soul from the individual dreamer's own cultural experience, not from a universal Book of Meanings or from the language of the gods. (Winkler 1990: 28)*

> *In most cases, apart from unique and individual dreams, he naturally finds himself dealing with the whole range of common, public associations and evaluations which makes him an excellent source for information about daily life in the ancient world. (Winkler 1990: 30)*

Thus, an interpreter of dreams like Artemidoros, for the success of his profession, should know the customs, the culture and the symbolic codes of the people his clients belong to. That is, he must be a participant-observer, since Artemidoros,

> *like an anthropologist he shares the life of the people he studies, trying at once to get inside people's feelings and behaviors and also to stand outside them. (Winkler, 1990: 31)*

> *like the participant-observer he both enters as deeply as possible into the mind and behavior of his informant and at the same time interprets his informant's words and deeds in terms not necessarily shared by or even accessible to the informant. (Winkler, 1990: 33)*

This interpretative axiom requires the interpreter to distinguish among the conventions (ethe) those that are universal of those that are specific to a local culture. Thus,

> *Thracians who dream of tattooing are telling themselves something different from Getai who dream of tattooing, since among Thracians tattooing is a sign of noble birth, whereas among the Getai it is a sign of slavery. (Winkler 1990: 28)*

It also requires the interpreter to know the identity specificities of each dreamer, whether wealth, social and marital *status*, occupation, health, age and the like. The

meaning of 'becoming a bridge' in a dream varies depending on the dreamer's identity. According to Artemidoros' interpretation:

> *Someone dreamed that he became a bridge: he became a river ferryman serving the same function as a bridge ... However, a rich man dreamed he became a bridge: he was despised by many and thus was (as it were) trampled on. If ever a woman or a handsome lad sees this dream they will become prostitutes and receive many onto themselves. A man involved in a lawsuit who sees this dream will rise above his adversaries and the judge himself, for the river is like a judge in that it does what it wants with impunity, but a bridge is above a river. (Winkler 1990: 29)*

It's clear that Winkler's research is entirely in line with the procedures of the writing of history on the basis of the postmodernist historiography, forged under the urgency and regency of the postmodern subject. In another example,

> *[...] Cunnilingus and felatio between husband and wife are terribly ominous dream-acts, but not for two particular of Artemidoros' acquaintance who merely liked that sort of thing. "They simply saw what excited them." (Winkler, 1990: 29)*

Following Artemidoros' interpretations, what interests Winkler is to explore "the axiom that dream-images are determined in principle by the individual's own contingent experiences and associations, rather than by universal or divine connections laid down ahead of time" (Winkler, 1990: 29). He's interested in investigating the diversity of cultural identities of the Greek world from the perspective of identity fragmentation (method of cultural anthropology in the face of the new socio-cultural reality that emerged after the 1960s) that escapes the *androcentric protocols*, not the illusory universal structures that speak more from the culturally imposed ideas by elites than the real life. Artemidoros' work allowed him such theoretical and methodological development:

> *This lengthy discussion of Artemidoros' methods and principles has been necessary to lay the groundback for my reading of his pronouncements about sexual events in dreams. The value of his text for us depends on our confident realization that it represents not just one man's opinion about the sexual protocols of ancient societies but an invaluable collection of evidence – a kind of ancient Kinsey report – based on interviews with thousands of clients. (Winkler 1990: 33)*

Winkler accepts Foucault's statement (*History of Sexuality*) on the schemes of evaluation described in *Oneirocritica*. Artemidoros' Dreams analysis

> *let us see certain generally accepted schemes of evaluation. And one can affirm these are very near to the general principles which already in the classical period organized the moral experience of aphrodisia. Artemidoros' book is therefore a landmark. It testifies to a scheme of thinking that was long-enduring and current in his day. (Foucault apud Winkler, 1990: 43)*

The American historian draws some great conclusions from the study of *Oneirocritica* in relation to the erotic sphere of the ancient Greek world of the second century AD, which form the basis for the analysis of men's sexual behavior made in the subsequent article entitled 'Laying down the law: The Oversight of Men's Sexual Behavior in Classical Athens'.

Firstly, *Oneirocritica* has a wide range of information on the perception of the public meanings of sexual activity. Artemidoros' craft, as an anthropologist of dream meanings, establishing an empirical stance on the substance of premonitory dreams of his customers, allows him – in his interpretations of symbols in a ventriloquist operation between signifiers and meanings – both to highlight the consistency and extent of the *androcentric protocols* and to escape them by rejecting value judgments and preconceptions that Winkler denounces in the moral and elitist/intellectualists authors. Secondly, when operating with the category 'nature', the work demonstrates once again what Winkler had already identified and analyzed in other Greek authors, that is, 'nature', for the cited Greek authors that express contexts about sex, means 'culture'. The fundamental protocols that determine the field of sex meaning are seen by Greek authors as being part of 'nature'. 'Nature' "assumes that what are significant in sexual activity are (i) men, (ii) penises that penetrate, and (iii) the articulation thereby of relative statuses through relations of dominance. […] 'nature' once more turns out to stand for 'culture'" (Winkler, 1990: 39-40). However, says Winkler:

> *Artemidoros uses the word 'nature' not as a value judgment but as a category term to mark an important boundary in this field of social signification. By 'unnatural' he simply means that certain acts are either impossible or irrelevant, that is, they are insignificant within the terms of the social meaning of sex. Thus, Artemidoros in his own way illustrates once more the theme that 'nature' means culture, but with the interesting twist that culture (his 'nature') includes both the conventional (kata nomon) and the unconventional (para nomon), for both categories fall under 'natural' (kata phusin). (Winkler 1990: 43)*

Bearing in mind those general conclusions, Winkler, in his article *Laying down the law*, proposes to examine the social transactions by which the deviation from the *androcentric protocols* had articulated, inspected and managed, in regard to men's sexual behavior in the higher layers of the Athenian citizenship between the years 430 and 330 BC, focusing on the daily functioning of the community and in particular their self-control practices. (Winkler, 1994: 59)

For this purpose, Winkler makes a survey of the various cultural images of correct and incorrect virility expressed in the agonistic character of the Athenian public sphere[102]. There he analyzes mainly the limits of the application in the social practices of a characteristic convention of this public sphere: the *zero-sum competition* in the *honor/shame system* in disputes and public debates. (Winkler, 1994: 61) This public competitiveness has as one of its parameters the *hoplítes vs. kínaidoi ideology*. The *hoplíte* and *kínaidos* are the personifications, respectively positive and negative, of the fundamental protocols. This polarization reveals the representation of masculinity in the tension between the positive behavior of the figure of the *hoplíte* (soldier-citizen with possessions enough to get the panoply) and the negative behavior of the figure of the *kínaidos* (powerful image of a man whose social and erotic behavior was deviant in so far as it violated the dominant social definition of masculinity idealized in the figure of the *hoplíte*). While the *hoplíte* is the representation of the ideal masculinity that every citizen in search of honor aims, the *kínaidos*, always the victim of mockery, scorn or indignation, is the representation of the dreadful feminization that constantly hangs around the reputation of the citizen, whenever he starts losing his own morality. (Winkler 1994: 59-60)

Against an enemy army at war, the spirit of solidarity prevailed among the Athenian soldiers. But within the polis, the competition among citizens in the public spaces could be atrocious, particularly among the most influential, the most enterprising, the most conspicuous and the youngest. And the political and legal competition in those public spaces, whether in the agora, in the assembly or in the courts, was organized in accordance with the same canons of virility, bravery and pride expressed by the ideal of masculinity of the *hoplíte* at war with the enemy. As Winkler proposes, cockfight, an activity widely practiced in Classical Athens, is a very appropriate metaphor to represent the disputes in the high-society circles in the public space of Athenian democracy. The ensemble of forensic speeches of Aeschines and Demosthenes, for example, nicely illustrates that aggression *necessary* in a direct democracy environment. To survive in this environment, a citizen should demonstrate a *hoplitic virility*.

---

[102] The Athenian constitution provided rigorous audits of accounts and acts of public officials (*dokimasía* and *dokimasía rhetoron*) at the end of the office, giving ample opportunity for any citizen to bring charges against any act of their administration. These opportunities were constantly used by political enemies to blackmail and malicious attacks. That is the case, for example, of the charge that Aeschines made against Timarchus, though he did not consider himself a sycophant (*sykophántes*): "I have, as I believe, shown myself a quiet and modest man" [Aeschines, Against Timarchus, 1]. The Reading of a legal piece like *Against Timarchus* reveals the amplitude and the fierce forensic competitiveness content in Athens along the IV century BC.

A citizen could be accused of abandoning his responsibilities both by a public scrutiny moved by the state and by a process initiated privately. Among these responsibilities, in the frames of that system of cultural images in force in the public discussions about the appropriate behavior of a soldier-citizen, it was prescribed, in regard to the erotic behavior, an established moral conduct as appropriate to the hoplitic virility. But the laws referring to erotic morality were formulated not in terms of effeminate deviation (*katápygon*, *eurýproktos*, *kínaidos*), which was not, as such, actionable legally in Athenian courts, but in terms of prostitution (*hetairekós*, *pórnos*, *peporneuménos*). The charge of prostitution, as in the case of Timarchus, was formalized into three components not clearly discernible at an effeminate act: promiscuity, venality and passivity to phallic penetration.

Only the most influential citizens in the political management of the State, however, used to employ such legal resources, which were used as weapons to take down their opponents in the public arena. The components of that small elite considered themselves the representative of the highest levels of masculinity. Especially for a man of this group of citizens, to display no bravery (*Andreía*) would provide him a symbolic lowering of his manhood that could launch him to the class of women. (Winkler, 1994: 60)

In this sense, the virility of the citizens is always to the test in the public competitions, at the constant danger of sliding into the servile or female. Besides, male and female do not participate in a single opposition as the two sides of a coin. Among them, there's a *continuum* that can be crossed, like a rainbow. A gradation which goes from the *hoplíte*, crosses the various nuances of feminization, the categories of prostitution, and reaches the lower pole of the scale of citizenship: the woman. Moreover, female identity is not only the opposite of male identity. It's also its constant threat. This fundamental polarity between man and woman establishes an infra-masculine polarity represented by the contrasts *hoplíte* vs. *kínaidos* and politically active citizens (*politeuómenos*) vs. prostitute (*hetairekós*, *porn*, *pepornéumenos*). The contrast between *hoplíte* and *kínaidos* reflects a more fundamental polarity that the Greeks established between men and women. That is, the cultural polarity between the genders acts internally on one of them, creating a set of infra-masculine polarities between *hoplíte* and *kínaidos*. This observation of the male person reversibility in this ancient world, threatening him

constantly in danger of slipping into the servile or female, had already been advised by Stephen Greenblatt[103] in his book *Fiction and Friction*. (Winkler, 1994: 65)

This cultural image of the hoplitic virility prescribes for men the need to exercise desires in a way one should demonstrate mastery over himself and over the others. Since that erotic activity is a symbolic act of zero-sum competition, the *hoplíte* wants to dominate and the *kínaidos* wants to be dominated. According to the *penetrator* and *penetrated* polarization, it was assumed that the *kínaidos* figure expressed the desire to be penetrated, what assimilated this figure to the female role. (Winkler, 1994: 67)

Therefore, the haughtiness of a masculinity shaped in war role was a key element of honor at the high political competitiveness of the upper echelons of the Athenian public life. To knock down a public opponent, it wasn't uncommon pollute his private life and erotic behavior, just as did Aeschines in his charge against Timarchus, and as did many other rhetorician, speakers and politically active citizens. The rhetorician Aeschines testifies this practice explicitly: "Thus it appears, fellow citizens, that what is so frequently said of public suits is no mistake, namely, that very often private enmities correct public abuses" (Aeschines, Against Timarchus, 2)

In this analysis of the cultural images in which men's sexual behavior is subjected to constant surveillance under the Athenian public sphere, Winkler warns how far the ideal *erómenos*, the youngest partner of paederastic relationship, is from both the categories of male prostitution as the *kínaidos*' cultural image:

> *We are obviously in a different scope of the romantic pursuit of teenager rods by young men of twenties and thirties, known as pederasty, a well illustrated activity on Athenian vases of the late sixth century and the beginning of fifth and portrayed in the Platonic dialogues as an experiment sometimes poorly, sometimes delicious, but always of general interest and approval. In Pederasty, as carefully shown by Dover [Greek Homosexuality], Golden [Pais, Child and Slave] and Foucault [The History of sexuality: The Use of Pleasure], several conventions were combined to protect the younger member of the couple from the stigma of feminization, from being a kínaidos. (Winkler, 1994: 68)*

The paederastic relationship (erastés/erómenos) is, of course, closely linked with those cultural images. Through it, cross the mechanisms of the strategy of the socio-political game structured by the androcentric protocols to the extent that (i) the *erómenos*, while potentially politeuómenos (politically active citizen), participates, in theory, in a

[103] The American literary critic and theorist Stephen Greenblatt is considered by many one of the founders of the *New Historicism*, a set of critical practices that he himself refers to as *Cultural Poetics*.

pedagogical relationship; (ii) in general, the erotic behavior of male citizens, but especially of the *politeuómenos* and the youth, are constantly monitored by *hoplítes vs. kínaidoi ideology*; (iii) the erotic relationship between erastés and erómenos whether, on the one hand, must preserve *erómenos*' masculinity, on the other hand, it reproduces the relations of sociopolitical power.

Then, the social symbology and the character of collective representation of the *protocols* are revealed, what encourages Winkler to search discursivities that enables him to rethink the borders of female autonomy and to reveal women's views on sex and other issues in an androcentric/phallocentric society on the edge, in some Greek discourses, of misogyny. The Cultural History and Literary Criticism require him to decode in undeniable truth and universal lie the representational strategies that mark out and oversee the sexual behavior of Athenian citizens of high public sphere in their cultural images: *hoplítes vs. kínaidoi* ideology, the zero-sum competition, the honor/shame system of morality and the inframasculinity. The condition of the postmodern subject, obsessed by multiple and contradictory identities in variable displacements, moves his interest towards the identity diversity in its flow between the real and the idealized, the imagined, the represented in the very Greek world: erastés, erómenos, hoplíte, *kínaidos*, *hetairekós*, *pórnos*, *pepornéumenos*, erotic identities now visualized by a decentralization ignored by the short-sighted essentialist view that has seen homosexuality and heterosexuality in Ancient Greece and has been unable to think seriously about the otherness of self.

Unmask natural assumptions about sex and gender as deeply cultural – where it says natural, read cultural – is an achievement of Cultural History. It's with this same anthropological look that he can analyze the Athenian pederasty, that is, the relationship *erastés/erómenos*, in its specificity, in its otherness, delimiting its deep differences from the modern category of homosexuality.

3. One hundred years of homosexuality

Retaking the Foucaultian thesis of the construction of sexuality, the essays in the book *One hundred years of homosexuality* by David M. Halperin gravitate around the theme of erotics of male culture in classical antiquity, in particular, in the ancient Greek world. The main objective of the work is

> *[…] to examine more closely the many respects in which Greek sexual practices differ from "our own" […] to devise an interpretation of erotic experiences in classical antiquity that foregrounds the historical and cultural specificity of those experiences. (Halperin, 1990: 1-2)*

In macro theoretical terms, the rejection of a global history (the non-totality) and the emphasis placed on fragmentation (the non-system) have already been set out in the preface of the book. These essays, Halperin says,

Do not constitute a comprehensive and systematic treatment of that (large) topic. Rather, they focus on selected aspects of it and explore a variety of issues that have emerged from modern efforts to elucidate it. (Halperin, 1990: ix)

The work does not have an exclusive essay on the Athenian pederasty, although the author does a brilliant analysis of it. Instead, Halperin had inquired

> *into the wider social components and contexts of "Greek love", believing as I do that we may come to a more satisfactory understanding of classical Athenian paederasty if we do not view it as an isolated, and therefore, "queer", institution but if we regard it, rather, as merely one strand in a larger and more intricate web of erotic and social practices in ancient Greece, ranging from heroic comradeship to commercial sex. The result of this shift in emphasis, I hope, will be to broaden the scope of the study of the erotics of male culture in ancient Greece, to distance that study from the modern medical/forensic/social-scientific category of homosexuality. (Halperin, 1990: ix)*

The work is divided into two parts: the essays of the first part [1. One Hundred Years of Homosexuality; 2. "Homosexuality": A Cultural Construct (An Exchange with Richard Schneider); 3. Two Views of Greek Love: Harald Patzer and Michel Foucault] are largely theoretical and refer to a number of issues related to the scholarly method and the current critical practice. The essays of the second part [4. Heroes and Their Pals; 5. The democratic body: Prostitution and Citizenship in Classical Athens; 6. Why is Diotima a Woman?], are examples of literary criticism and historical analysis that extend some of the principles contained in the previous assays for a number of specific problems in the interpretation of Greek culture. (Halperin, 1990: 9)

In the first essay, One Hundred Years of Homosexuality, Halperin investigates the appearance of the neologisms "homosexual" and "homosexuality" in the nineteenth century, showing that the most commonly used term in that century referring to erotic contact between same sex people or deviant gender behavior, i.e. "sexual inversion", did not denoted the same conceptual phenomenon that "homosexuality". As stated by Halperin, according to the study of the medical literature on the subject done by George Chauncey in 1982-83,

> *'sexual inversion' referred to a broad range of deviant gender behavior, of which homosexual desire was only a logical but indistinct aspect, while 'homosexuality' focused on the narrower issue of sexual object choice. The differentiation of homosexual desire from 'deviant' gender behavior at the turn of the century reflects a major reconceptualization of the nature of human sexuality, its relation to gender, and its role in one's social definition. (Chancey apud Halperin, 1990: 15)*

The investigation of this reconceptualization, form "sexual inversion" to "homosexuality", which explores and brings into focus the formation of subjectivities

and erotic identities, leads us to the concern of Cultural History with placing at the forefront of the writing of history not anymore the *structure*, but the *individual*, not anymore the *objective social*, but the *subjective individual*. What reflects the discredit, for the historiography linked to the post-modern changes, of the structural, disembodied and unreal abstractions; the consideration of concrete and singular individuals as "real"; the appreciation of the subjectivity and the personal. The constructionist historiography considers as "real" the concrete and singular individuals; it values the subjectivity to represent manifestations of the individual and no longer demands for the clear and distinct universal. (Reis, 2003: 93)

For Halperin, the evidence of multiple erotic phenomena examined in the Greek documental corpus confirms Foucault's hypothesis that the erotic identities are socially constructed and provides an instigating field of research for the History of Sexuality, mainly with regard to erotic relations between same-sex people, which provided the new advances achieved by the constructionist historiography. In the sequence of the Chapter One of Hundred Years of Homosexuality, the author elaborates a prime argument to that effect to refute the fundamental thesis of John Boswell's works, by which the erotic identities are human essences and therefore tend to universality and naturalness.

By this way of thinking, even well before the emergence of the term homosexuality there were already its practice and identity, just as gravity was already experienced before 1685, the year when Isaac Newton formulated the Law of Universal Gravitation. Boswell claimed that the proposal of Aristophanes' famous myth reported in Plato's *Banquet* "is to explain why humans are divided into groups of predominantly homosexual or heterosexual interest" (Boswell *apud* Halperin, 1990: 18). Therefore, for this author, this myth, along with several others from Classical Antiquity, would ensure the existence of homosexuality and heterosexuality as ancient erotic categories (if not universal) of the human experience. His interpretation of the myth leads him to conclude that, according to the Platonic Aristophanes, homosexual and heterosexual interests are "both exclusive as innate" (Boswell *apud* Halperin, 1990: 19).

Halperin's argumentation to refute Boswell's thesis is cogent. It deconstructs the idea that there could be in Greek culture any indication that the Greeks shared any notion which was remotely similar to what nowadays we might call homo and heterosexuality. Halperin defends the idea that one cannot conclude such division from that myth, since Aristophanes himself didn't point out that conclusion to the consequences of it. On the contrary, that myth helps to illustrate how much the classic Athenians wished to avoid conceptualizing sexual behavior in accordance with a binary opposition that polarized *sexual contacts between same-sex people* and *sexual contacts between opposite-sex people*. The counter-arguments are twofold:

> *First of all, Aristophanes's myth generates not two but at least three distinct "sexualities" (males attracted to males, females attracted to females, and – consigned alike to a single classification, evidently – males attracted to females as well as females attracted to males). Moreover, there is not the slightest suggestion in anything Aristophanes says that the sexual acts or preferences of persons descended from an original female are in any way similar to, let alone congruent or isomorphic with, the sexual acts or preferences of those descended from an original male; hence, nothing in the text allows us to suspect the existence of even an implicit category to which males who desire males and females who desire females both belong in contradistinction to some other category containing males and females who desire one another. (Halperin, 1990: 19-20)*

By this way of analyzing the myth, its consequence is to perceive the sexual desire of all human beings as *formally identical:* all humans would be looking for "a symbolic substitute for an originary object once loved and subsequently lost in an archaic trauma". In this sense, all humans belong to the same "sexuality" and thus no one is individuated at the level of his/her sexual being. (Halperin, 1990: 20)

Second, Aristophanes' account, argues Halperin, "features a crucial distinction *within* the category of males who are attracted to males, an infrastructural detail missing from his description of each of the other two categories" (Halperin, 1990: 20) Halperin refers to the fundamental characteristics of Greek pederasty, that is, to the condition that such a man is a *paiderastes* (the adult who loves the young) and a *philerastes* (the young who is receptive to the adult) at different times of his life, as well as the differences that characterize the "sexualities" of each of these categories[104]. So,

> *unlike the people comprehended by the first two categories, those descended from an original male are not attracted to one another without qualification; rather, they desire boys when they are men and they take a certain (non-sexual) pleasure in physical contact with men when they are boys. Now since – as the foregoing passage suggests – the classical Athenians sharply distinguished the roles of paederast and philerast, relegating them not only to different age-classes but virtually to different "sexualities", what Aristophanes is describing here is not a single, homogeneous sexual orientation common to all those who descend from an original male but rather a set of distinct and incommensurable behaviors which such persons exhibit in different periods of their lives. (Halperin, 1990: 20)*

Representations of identity distinctions in a myth in a philosophical dialogue... *Representation* is a key concept for cultural history. Roger Chartier, an author definitely

[104] For further analysis of the differences between the categories *paiderastes* and *philerastes*, see Halperin, 1990, note 31 of Chapter "One hundred years of homosexuality"; Barbo, 2008, capítulo 3: O homoerotismo na cultura falocêntrica.

associated with the New Cultural History, thinks that the importance of this notion is to allow the articulation of

> *[…] three levels of reality: first, on the level of collective representations that embody, within individuals, the divisions of the social world and organize the schemes of perception by which individuals classify, judge and act; second, on the level of forms of exhibition and stylization of the identity that those individuals or groups hope will be recognized; third, on the level of the delegation to representatives (single individuals, institutions, or abstract instances) of the coherence and stability of the identity thus affirmed.*
>
> *The history of the construction of social identities thus becomes a history of relations of symbolic forces. It defines the construction of the social world as the success (or failure) of the works that groups perform on themselves – and on others – to transform the objective properties common to their members into a "belonging" that is perceived, demonstrated, and recognized (or denied). It understands symbolic domination as the process by which the dominated accept or reject the identities imposed on them with a view to ensuring and perpetuating their subjection. (Chartier, 1997: 5)*

Erotic identities are socially constructed and their representations encode on the diversity of cultural products. Regarding the analyzed myth, Halperin evidences those records of articulated reality through the representations, stating that "the picture drawn by Plato's Aristophanes is a historically accurate representation of *the moral conventions* governing sexual behavior in Classical Athens, if not the reality of sexual behavior itself". (Halperin, 1990: 160, note 31)

Halperin establishes some basic points about the erotic act in Classical Athens. Briefly, they can be listed as follows: (i) the erotic act is not inherently relational or collaborative; (ii) it is deeply polarizing and hierarchical: it effectively splits, classifies and distributes its participants into two distinct and radically opposing categories: the active and the passive sexual role; (iii) it is linked to politics, expressing power relations, i.e. active and passive erotic categories are socially and politically articulated. (Halperin, 1990: 29-30)

In Classical Athens, the male public discourse tends to represent the erotic act, first, not as a shared collective act, but as an action performed by one person on another. It does not generate a relation of mutuality, but an act or an impact in accordance with the participant's viewpoint. So it does not have an intrinsically relational or collaborative nature. On the contrary, it is a personal domination, whose nature is unilateral. Second, precisely because it is conceived as essentially centered on the asymmetrical act of the phallic penetration, the erotic act is a deeply polarizing experience, splitting, classifying and distributing the participants in different and radically opposed categories, namely, the insertive or active partner and the receptive or passive partner. Since the insertive partner is interpreted as an erotic *agent*, whose phallic penetration

expresses erotic 'activity', while the receptive partner is interpreted as an erotic *patient*, whose submission to the phallic penetration expresses erotic 'passivity', the erotic act is also hierarchical.

Finally, this hierarchy expresses a socio-political domination. The erotic relationship between the active and passive partners reproduces the relationship set up between superior and subordinate in social and political spheres. There is established, thus, an isomorphism between the erotic role of an individual and his socio-political status. This implies that an adult male citizen can only have legitimate erotic relations with people of low socio-political status, i.e., women, boys, foreigners or slaves. An erotic act redoes the differential in socio-political status that distinguishes the partners involved: the authority and prestige of the adult male citizen were expressed in his *erotic privilege* – in his power to initiate an erotic act, in his right to get pleasure through this act and in the precedence itself of the erotic insertive role.

So, for an erotic contact between two men be considered legitimate and reputable, the persons involved must not possess the same socio-political status. The relationship *erastés/erómenos*, or paederasty, must include mandatorily a person of higher status and a person of lower status. In addition, in this relationship the erotic acts must be congruent with the power differential according to which the relationship has been structured. This implies that the higher partner took sexual precedence – only he could start an erotic act, penetrate the body of his partner and get erotic pleasure.

The lack of social reciprocity in the relationship leads to a lack of erotic reciprocity, and both were necessary. In his analysis, Halperin comes to a very important conclusion as it reveals the cultural interdependence between 'social practices' and 'subjective experiences':

> *The Greek record suggests that sexual choices do not always express the agent's individual essence or reveal the profound orientation of the inner life of a person, independent of social and political life. Quite the contrary: the sexual identities of the classical Athenians – their experiences of themselves as sexual actors and as desiring human beings – seems to have been inseparable from, if not determined by, their public standing. (Halperin, 1990: 32-33).*

Thus, the *ars erotica*[105] of the classical Athenians cannot be understood if it is described as an autonomous sphere of life governed by its own internal laws. The attitudes and

[105] See Michel Foucault, The history of sexuality, 1978. The modern West is not the first place to develop a discourse about the truth of sex. The cultures of Rome, China, Japan, India, and the Arabic-Muslim world, have all treated sex as an object of knowledge. However, Foucault distinguishes these

erotic practices of that *art* only reveal their systematic coherence if we locate them in the wider social context in which they are immersed, since the erotic sphere of the classical Athenians, far from being independent or separated from politics, was composed by the same principles by which the Athenian public life was organized. (Halperin, 1990: 31)

Unlike the modern Western world, where the sexual categories (homo-, hetero- and bisexuality) are articulated by 'sexuality', seen as an autonomous ideological sphere and not related so directly with socio-political issues, the Classical Athens held a culture in which the erotic categories (active and passive) were articulated by relations of power and honor and cannot be understood without reference to them.

Thereby, the Athenian categories *active* and *passive* must not be thought of only as erotic categories, but as socio-erotic categories, because they express an erotic position and a position in the socio-political hierarchy. Citizenship for Athenian males, therefore, was a sociopolitical concept (and an experience) articulated simultaneously to the genre and the erotic practice. (Halperin, 1990: 11)

From this, Halperin was able to establish that in Classical Athens prevailed a complex structure which articulated close and intimately erotics and political power. This structure grants Athenian citizens at full maturity of phallic *activity* (insertive erotic role) the exclusive right to political voice and access to public space. These privileges were refused to the other members of the citizenship (women and youth) and other members of the community (slaves and foreigners), all of them in real or potential submission to the phallus by the *passivity* (receptive erotic role). So, the links between erotics and political power merge in the polarity active/passive, what makes identifying masculinity with phallic *activity* (the act of penetrating whoever, male or female) and considering voluntary erotic *passivity*, the condition identified with the political inferiority, an unworthy submissive act for male Athenian citizens, since such desire represents a voluntary abandonment of a masculine identity in favor of a female identity, violating the sense of congruence, deeply felt and anxiously advocated,

---

societies from our own by saying they deal in an *ars erotica* (erotic art) whereas we deal in a *scientia sexualis* (science of sexuality). The knowledge passed on by the *ars erotica* is a knowledge of sensual pleasure. The truth it contains is the truth about pleasure itself: how pleasure can be experienced, intensified or maximized. A mystique and secrecy evolves around this knowledge, and it can only be passed from an experienced master to an initiated novice. There is no question of what pleasures are permitted and what forbidden: only a question of the pleasures themselves. The *scientia sexualis*, by contrast, deals with confessions extracted from the unlearned rather than secrets passed down from the learned. Since the Middle Ages, Foucault asserts, confession has become increasingly important to us. In law, we demand the confession of criminals; in literature, we relish self- conscious confession; in philosophy, we have increasingly come to see truth as something to be dug out of our own consciousness.

between gender, erotic practices and social identity of a person in the Greek world. Therefore, this male erotic culture establishes an erotic asymmetry structured by, and simultaneously structuring of, a socio-political asymmetry. The erotic behavior, much more than express someone's internal inclinations or dispositions, served to position social actors in the places designated for them in the hierarchical structure of Athenian politics and society.

Thus, the power of this male erotic culture was put into operation through a complex device responsible for a double domination: an erotic dominance configured by a socio-political dominance. And this domination is constituted around the phallus, not just as penis or a mere equipment of the male anatomy, but as a socio-political power symbol culturally constructed by the Greek erotic discourse[106].

[106] Halperin, 1990, Chapter 1, note 83, called the Greek sexual discourse *phallic* because "(1) sexual contacts are polarized around phallic action – i.e., they are defined by who has the phallus and by what is done with it; (2) sexual pleasures other than phallic pleasures do not count in categorizing sexual contacts; (3) in order for a contact to qualify as sexual, one – and no more than one – of the two partners is required to have a phallus (boys are treated in paederastic context as essentially un-phallused and tend to be assimilated to women […] By 'phallus' I mean a culturally constructed signifier of social power […]"

## III. Conclusion

The constructionist historiography of Greek erotics is clearly rooted in the New Cultural History. Those historians "advocate and practice the description of the plurality of objects and methods." (Reis, 2003: 76) In Reis' analysis of the process from global history to history in pieces, we verify the passage from social science-based History to literature-based History, which could make the historical knowledge "more flexible, more qualitative, more poetic, more personal, more imaginative and freer. History broke free from the rigor of science, which actually was a false rigor". (Reis, 2003: 94) One of the fundamental techniques of the method created by the constructionist authors, the Cultural Poetics of Desire, is taken from the methodological arsenal of literary criticism:

> *Literary critics, surveying the field of literary production, describe the prevailing (and the countervailing) artistic strategies for combining and ordering literary elements to construct various kinds, or genres, of literary artworks. Some cultural critics are now using analogous techniques to describe the procedures whereby meaningful forms of collective experience are socially constructed, often by a reconstitution of inherited components. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4)*

Also, this historiography reflects the changes that are displacing and fragmenting identities, which are putting in collapse the stability, the fixity and the uniqueness of the modern relation between subject and structure[107], which results in the refusal of the metaphysics and the traditional philosophical history; which results in the belief in "the possibility of an effective observation of any object in micro scale" (Reis, 2003: 92); which results in considering the overview as totalitarian and threatening individual liberties; which results in the belief "that the intervention in society should be localized and punctual, without ambitions of global revolutionary changes" (Reis, 2003: 92), what Reis considers to be the "passage of the whole (holism) to everything (micro)" (Reis, 2003: 92). In the introduction of *Before Sexuality*, Zeitlin says:

> *So described, the project may sound very ambitious, perhaps even presumptuous, and so we hasten to disclaim any pretense of practicing some universal science of humanity. Indeed, we tend to be suspicious of claims to see and comprehend the whole, any whole; it will be quite enough if we are able to illuminate parts or aspects of our subject. This volume then, does not aspire to provide a comprehensive survey of ancient Greek sex, much less sexuality. The sketches it contains are avowedly pluralistic, partial, and*

[107] See Hall; Held; Hubert; Thompson, 1996, Identity in question, p. 596-631.

> *discontinuous – a series of glimpses, as it were, through different peepholes placed in the walls around a large construction site. Coming from different directions but working together, we hope to provide a series of progress reports on some of the major modes – religious, social, political, philosophical, medical, literary, and artistic – in which sexual experience was constructed and reflected by Greek-speaking people living in and around the Mediterranean basin from archaic times through the Roman Empire. (Halperin; Winkler; Zeitlin, 1990: 4-5)*

Furthermore, we can check on Reis' analysis, the passage from the material to the imagery and symbolic, that is, the appreciation of the psychological and intimate world of individuals and collectives; the appreciation of beliefs and superstitions, fears and fantasies, dreams and nightmares. (Reis, 2003: 93)

The emergence of postmodern subject that takes shape from the rampant fragmentation of identities in the new reality brought by the second half of the twentieth century guides Winkler in his cultural anthropology of sex and gender in ancient Greece. The Feminist Criticism molds his worry to demystify the Greek male discourses crystallized in the *androcentric protocols* of Greek culture.

The emergency of pungent issues related to identity multiplication, diversification and contradiction posed by social developments and displacements promoted by the late modernity emerge in Halperin's analysis.

In terms of erotic identity manifestations, "a moment when the strong temptations of identitarian history risk muddying all distinction between a universally acceptable, verified knowledge and the mythical reconstructions that sustain particular memories and aspirations" (Chartier, 1997: 8), Boswell's interpretation suffers from the same malady that Eric J. Hobsbawm alerts us in relation to the *imagined communities:*

> *Reading the desires of the present into the past, or, in technical terms, anachronism, is the most common and convenient technique of creating a history satisfying the needs of what Benedict Anderson has called 'imagined communities' or collectives, which are by no means only national ones. (Hobsbawn apud Chartier, 1997: 8)*

If John Boswell still wanted the clarity of structure, the universal distinction, the essence of the identity, which are some typical values of the modern thought, Halperin is concerned with the multiple and complex manifestations of the identities. He returns to the Platonic Aristophanes's myth with other questions, with the enlightened eyesight for other issues that only the pressure of the displacements of postmodern subject could provide.

## Bibliography


AESCHINES. *Against Timarchus*. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.

BARBO, Daniel. Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista. *História da historiografia*, Ouro Preto, número 6, março, 2011, 171-188.

BARBO, Daniel. Michel Foucault e a Historiografia Construcionista. *E-hum*, Belo Horizonte, Editora uniBH. Vol. 4, N. 2, 2011, 21-41.

BARBO, Daniel. *O Triunfo do Falo: Homoerotismo, Dominação, Ética e Política na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

BOSWELL, John. *Christianity, social tolerance and homosexuality: gay people in western Europe from the beginning of the Christian Era to the fourteenth century*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

BOSWELL, John. *Same-sex unions in premodern Europe*. New York: Vintage Books, 1994.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. *On the edge of the cliff: history, languages and practices.* Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1997.

DOVER, K. J. Review: Greek Sexual Choices. Reviewed work: One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love by David M. Halperin. The Classical Review, New Series, Vol. 41, Nº 1, (1991), pp. 161-162.

FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality*. Volume 1: an introduction. New York: Pantheon Book, 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* a vontade de saber. 13ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREUD, Sigmund. *A Interpretação dos Sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDHILL, Simon. [untitled] Reviewed work: Before Sexuality: The construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World by David M. Halperin; John J. Winkler; Froma I. Zeitlin. The Classical Review, New Series, Vol. 41, Nº 1, (1991), pp. 159-161.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; HELD, David; HUBERT, Don; THOMPSON, Kenneth. *Modernity: an introduction to modern societies*. Wiley-Blackwell, 1996.

HALPERIN, David M. *One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love.* New York, London: Routledge, 1990.

HALPERIN, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Froma I. *Before sexuality: the construction of erotic experience in the Greek world.* Princeton: Princeton University Press, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à análise dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LAIPSON, Peter. Review: From Boudoir to Bookstore: Writing the History of Sexuality. A Review Article. Reviewed Work: One Hundred Years of Homosexuality by David M. Halperin, Making Sex by Thomas Laqueur, Passion and Power by Kathy Peiss; Christina Simmons; Robert A. Padgug, Romantic Longings by Steven Seidman. Comparative Studies in Society and History, Vol. 34, nº 4, (Oct., 1992), pp. 636-644.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SUTTON Jr., Robert F. [untitled] Reviewed works: Before Sexuality: The construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World by David M. Halperin; John J. Winkler; Froma I. Zeitlin; One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love by David M. Halperin; The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece by John J. Winkler. The Classical Journal, Vol. 87, nº 2, (Dec., 1991 – Jan., 1992), pp. 189-191.

THORP, John. The Social Construction of Homosexuality. Phoenix, Vol. 46, nº 1, (Spring, 1992), pp. 54-61.

VERSTRAETE, Beert C. [untitled] Reviewed works: One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on Greek Love by David M. Halperin; The Constraints of Desire: The Anthropology of Sex and Gender in Ancient Greece by John J. Winkler; Before Sexuality: The construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World by David M. Halperin; John J. Winkler; Froma I. Zeitlin. Journal of the History

of Sexuality, Vol. 2, nº 2, Special Issue, Part 1: The State, Society, and the Regulation of Sexuality in Modern Europe, (Oct., 1991), pp. 289-293.

WINKLER, John J. *Las coacciones del deseo: antropología del sexo y el género en la antigua Grecia*. Buenos Aires: Manantial, 1994.

WINKLER, John J. *The constraints of desire: the anthropology of sex and gender in Ancient Greece*. New York, London: Routledge, 1990

# OVÍDIO E O IDEAL DE *PUELLA DOCTA* NA ELEGIA ERÓTICA ROMANA[108]

Renata Cerqueira Barbosa[109]

## Resumo

A Elegia Erótica Romana, é um tema que tem sido muito pesquisado por estudiosos de áreas relacionadas aos Estudos Clássicos. Contudo, as pesquisas geralmente dizem respeito à questão poética relacionada ao gênero elegíaco, ou tratam de autores elegíacos e suas composições. Neste gênero literário, principalmente no que se refere à poesia amorosa, os temas estão sempre relacionados às mulheres, amantes e seus comportamentos morais e ideais, o que desperta a curiosidade de outras mulheres para este tipo de leitura. O que esta poesia amorosa pode nos dizer sobre a educação das mulheres? Neste sentido, o objetivo do presente trabalho diz respeito à elegia erótica e a sua possibilidade de contribuição à educação das mulheres romanas.

## Palavras-chaves

Elegia erótica; Ovídio; educação feminina.

---

[108] Este artigo faz parte da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida na Unicamp com a supervisão do Prof. Pedro Paulo A. Funari.

[109] Professora Doutora. Universidade Estadual de Londrina – Londrina, PR, Brasil. email: renata7barbosa@hotmail.com

## Abstract

The Erotic Roman Elegy is a topic that has been widely researched by scholars from areas related to Classical Studies. However, the researches usually concern on the poetic issue related to the elegiac genre, or address to elegiac authors and their compositions. In this literary genre, especially when it comes to love poetry, the themes are always related to women, lovers and their moral behaviors and ideals, which arouses the curiosity of other women for this type of reading. What this love poetry can tell us about the education of women? In this sense, the objective of this study concerns to the erotic elegy and their possibility of contributing to the education of Roman women.

## Keywords

Erotic elegy, Ovid, women's education.

Em total contraste com antigos pontos de vista defendidos por homens conservadores da elite romana (Carcopino, s/d) e com a doutrina moral dos filósofos, como o estoicismo, por exemplo, (Aubenque, 1981), estão as ideias não convencionais dos poetas romanos que cantam o amor, da república tardia a época de Augusto. Catulo, Tibulo, Propércio, Ovídio (poetas elegíacos) e outros expressam opiniões sobre as mulheres, o comportamento feminino e as relações homem-mulher, que em muitos aspectos, são uma inversão dos valores tradicionais: em sua poesia (provavelmente fictícia) a amada é o partido dominante e seu poeta-amante, o servo humilde, que coloca o seu amor-affair acima da perseguição romana tradicional a uma carreira militar ou política (Veyne, 1985); (Filipe, 2002).

Parte dessa inversão de papéis e a atitude pouco convencional para com as mulheres encontraram expressão nos poetas que admiravam a *puella docta* (James, 2003). Com este termo bastante vago, poetas denotavam qualquer atrativo da jovem, atraente e hábil mulher, na tríade educacional grega: poesia, música e dança. Aos olhos do poeta os encantos de suas realizações, seu gosto pela poesia, dom para a música, a habilidade na dança e conversa inteligente, classificação acima do nascimento e da riqueza, compensavam sua suposta falta de virtudes tradicionais.

A Elegia erótica é uma das formas de arte mais sofisticadas de toda a história da literatura; e também não existem muitas cuja natureza tenha sido mais desconhecida. Dois ou três decênios antes do começo da nossa era, jovens poetas romanos, Propércio, Tibulo e na geração seguinte Ovídio, decidiram cantar na primeira pessoa, com seu verdadeiro nome, episódios amorosos e relacionar esses diversos episódios a uma só e mesma heroína, designada por um nome mitológico; a partir de então os leitores passaram a imaginar os poetas e suas amantes; Propércio e sua Cíntia, Tibulo e sua Delia, Ovídio e sua Corina (Veyne, 1985).

Na Grécia e em Roma, os gêneros poéticos eram facilmente classificados segundo a métrica na qual eram escritos, do mesmo modo que o são as danças conforme o ritmo; esses versos de amor eram feitos em ritmo elegíaco[110]. Segundo Paul Veyne, "a elegia romana é uma poesia que só requer o real para abrir uma fenda imperceptível entre ele e ela...", no caso o autor e a heroína; entre suas heroínas, poetas como Ovídio, Propércio e Tibulo mendigavam noites de amor. No princípio estava estabelecido que ela, a heroína, distribuiria seus favores como quisesse e a quem quisesse. Esta heroína adorada por poetas nobres, não é uma dama nobre e sim uma mulher de vida irregular, estariam prontos para tudo pela amada, menos desposa-la.

[110] São poemas metrificados em dísticos, isto é, compostos de hexâmetro que se alterna com pentâmetro.

O poeta e adorador, diz "eu" e fala de si mesmo com seu verdadeiro nome de Propércio, de Tibulo, ou de Ovídio: é possível reencontrar seus traços nos poetas de sua posteridade petrarquista e romântica. Os comentadores preferiram não saber demais o que os amores elegíacos possuíam de pouco edificante. É possível que Propércio, ou antes, o Ego que ele traz em cena, sofra menos com o ciúme do que considera temíveis as correntes da paixão, que na Antiguidade era considerada como uma fatalidade trágica, uma escravidão, uma ilustre desventura.

Sharon James (2003) afirma que a Elegia Erótica é um tema que tem sido muito discutido, por duas razões principais. Em primeiro lugar, ela parece expressar a emoção sentida, mas de forma inconsistente e autobiográfica, embora seja ao mesmo tempo, preenchida com artifício. Em segundo lugar, os leitores condicionados pelo romantismo que esperam sinceridade, espontaneidade e, frequentemente, biografia a partir de sua poesia de amor, têm tropeçado nas ironias e obscuridades da elegia, incapaz de reconciliar sua aparente emoção com o seu artifício evidente. O artigo de A. W. Allen (1950) "Sincerity and the Roman Elegists" (Apud James, 2003: 7) provou que é impossível derivar uma autobiografia factual de um poeta elegíaco ou a história real do caso de amor aparentemente descrito em suas elegias; ele demonstrou que o que poderia ser chamado de "a exigência de sinceridade" - a expectativa de que o amor à poesia expressa necessariamente a emoção genuína do poeta - não é relevante para a Elegia, que está mais preocupada com a poesia do que com a autobiografia ou em recontar eventos factuais em qualquer caso histórico de amor. James afirma ainda, que desde que se tem tentado demonstrar a natureza altamente trabalhada da elegia, a exigência da sinceridade dificultou seu alcance (James, 2003: 3).

Esse importante trabalho de Sharon James (2003: 7-8) não quer sugerir, segundo ela, que cada poema elegíaco romano deve ou deveria ser interpretado do ponto de vista feminino, nem que tal perspectiva é dominante. Em primeiro lugar, há muitos elogios individuais tendo pouco ou nada a ver com as mulheres ou amores heterossexuais, e, em segundo, toda elegia amorosa Romana é esmagadoramente masculina em suas perspectivas sonoras. Mas a elegia, tanto implícita como explicitamente, identifica o seu objeto de amor preferido como uma *puella docta* - a "learned girl" que pode entender, apreciar e avaliar as estratégias literárias de um determinado poema - e exige uma estrutura de gênero de oposição parceria, em que o amante e sua *puella* envolvem-se em sua tática estratégica, em uma coreografia complexa de oposição regular em relação a união ocasional. Nessa parceria de oposição, o amante-poeta e a *puella* compartilham valores e interesses importantes: eles desrespeitam a moralidade convencional, ignoram a política, apreciam a poesia apreendida, bem como, a habilidade em música e dança; além disso, seu status como *puella*, ao invés de uma mulher respeitável, faz com que sua complicada relação seja possível. Finalmente, como argumenta a autora, sua profissão e estado também governam os tipos de

comunicação e persuasão dirigidas a ela. É genericamente necessário, portanto, examinar o gênero, muitos de seus poemas individuais e *topoi* do ponto de vista dos seus membros e destinatários do sexo feminino, bem como seus falantes do sexo masculino.

Ao analisar a poesia elegíaca romana, James faz uma abordagem baseada na própria elegia de amor. Seu foco esta em realidades materiais e sociais o que significa a não discussão a partir de uma perspectiva linguístico-psicanalítica. A autora esta interessada na posição social, na maneira combinada com o gênero elegíaco, que governa a leitura da *puella* de forma genérica e da persuasão intensa que dirigiu seu caminho. Esta abordagem é baseada em práticas históricas romanas, bem como eventos biofisiológicos como o envelhecimento (que é devastador para a *puella*). A Elegia (para não mencionar cultura romana antiga) estabelece a existência dentro de seu universo de macho e fêmea, como ambos os sexos e gêneros, isto é, como corpos e como conceitos culturais. Masculino e Feminino ocupam locais diferentes e mutáveis nas relações sociais e sexuais elegíacas. A sua natureza exata é de fato uma das principais preocupações da elegia - testemunhar as suas posições invertidas na hierarquia social, designada pelo *servitium amoris* elegíaco ("escravidão de amor") e termos que domina (amante) - como é a natureza exata das suas relações. Nas definições de ambos os sexos masculino e feminino, e das suas relações, em constante mudança, com um princípio organizacional, estrutural, e episódico primordial, a elegia finge querer que seus homens e mulheres estejam no mesmo lado, por assim dizer, e, na verdade, por vezes, eles estão, mas se eles sempre estivessem não haveria elegia. Sem a tensão fornecida pela sua estrutura de gênero da oposição parceria, a elegia desmoronaria. A fluidez de definições e relações de gênero da elegia variam de aparente reversão de ideologias de gênero padrão para os romanos, para um reino de fantasia livre de exigências sociais e costumes, em que o amante e amado são praticamente um. Estes são elementos intencionais e conscientes, constituintes do gênero em si.

Do ponto de vista de Veyne (1995: 17), a elegia trata as mulheres de vida irregular como heroínas da Fábula e os senhores como amantes febris. Para o autor, a elegia não é um quadro do *demi-monde*, pois ela não descreve nada em absoluto e não impõe a seus leitores que pensem na sociedade real; ela se passa num mundo de ficção em que as heroínas são também mulheres levianas, e a realidade só é evocada por *flashes,* e por *flashes* pouco coerentes; de uma página a outra, Delia, Cíntia ou Corina, poderiam ser cortesãs, esposas adulteras, mulheres livres; o mais frequentemente, não se sabe o que elas são e não se está preocupado com isso: são mulheres de vida "irregular", é tudo.

Emily Hemelrijk (1999) segue a mesma linha interpretativa. A liberdade, comportamento e realizações sexuais livres, deram origem à suposição de que as mulheres da poesia de amor romana são do *demi-monde*, mas o status social de amantes dos poetas de amor não é clara e sua possível relação com as mulheres identificáveis

permanece duvidosa. Esta irregularidade não é uma parte da vida de nossos poetas e de sua suposta amante, mas uma peça de um sistema; ela representa a lei do gênero, desempenha um papel que Paul Veyne chama de semiótico. Era apenas num segundo tempo, que o leitor poderia relacionar esta ficção às esferas sociais um pouco livres da época, - se tivesse o trabalho de se interrogar -; aliás, esta atribuição não acrescenta nada ao poema, no máximo o leitor se divertia, vendo o quanto à ficção tinha embelezado a realidade.

> *A ficção dispensa a realidade e a forma desmente o conteúdo: mas uma sinceridade pode ser amaneirada; atendo-se ao texto, esta estética instituía um equilíbrio indecidível entre a verdade e a representação teatral (Veyne, 1995: 17).*

Os elegíacos romanos sentiam uma forte atração pelas crenças populares e pelas antiguidades romanas. Fizeram poemas em que eles também lançaram ambiguidades sobre esses temas no qual a verdade dogmática não se impunha mais aos espíritos cultivados. Mas foram atraídos ainda mais por outro tema, o amor, que é uma "matéria duvidosa" e subalterna, quando não se trata do amor conjugal e quando a heroína é uma mulher de vida irregular ao invés de uma matrona. A elegia erótica guardará esta tradição de rir das crenças populares, de imitar o texto das leis sagradas e dos ex-votos. O "eu" elegíaco, permite um humor a mais: o poeta atribui a si a crença ingênua do homem simples. E a falsa ingenuidade em matéria de religião é tradicional na elegia; uma brincadeira consagrada era a de perguntar a uma amante uma dessas proezas de piedade que era um *pannychis*, uma noite em que se privava completamente do sono como promessa de piedade, sendo que o próprio poeta era o deus que a amada, festejará na cama. Em suma, a elegia erótica era um gênero tal que nele se podia brincar com as coisas sagradas e também com a moral e com o dever de fazer carreira pública para servir ao império sem que haja consequência dessa brincadeira (Veyne, 1995: 48).

Segundo Paul Veyne, a elegia erótica, "quer seja mentira divertida quer transforme a realidade em objeto de arte" é de origem helenística (James, 2003); (Too, 2001). Os romanos sabiam há dois séculos que os amantes escreviam elegias sobre a casa de sua amada. Fazia seis ou sete séculos que os gregos cantavam o amor, nas métricas mais variadas, na primeira ou na terceira pessoa; no entanto para Veyne (1995: 48),

> *(...) saber se se havia omitido a cantar também, na primeira pessoa, em ritmo elegíaco e se deixaram aos romanos à honra de terem sido os primeiros a fazê-lo, não deixa de ter um interesse limitado e cuja resposta é não: já houve elegias helenísticas onde o amor era cantado sob a ficção do ego, mesmo que fossem elegias que chamamos erradamente de epigramas sob falso pretexto de que são breves demais (...).*

Uma elegia compõem-se da repetição *ad libitum* de um elemento rítmico completo, o dístico, e este dístico era a verdadeira unidade de base da elegia; entre os romanos, ele oferece ordinariamente um sentido completo e seu final coincide com o da frase. De acordo com Veyne, o poeta debulha seus dísticos um por um; dois ou três dísticos constituirão uma elegia completa, que o autor chama de epigrama, e um único dístico pode até ser um poema completo. Em termos tipográficos e anacrônicos, poder-se-ia dizer que, para o leitor antigo, cada dístico era separado do seguinte como se fosse por um branco, de tal modo, que no interior de uma mesma peça elegíaca, as descontinuidades na sequência das ideias ou na narração o chocavam menos do que a nós (Veyne, 1995: 68).

A Elegia era uma poesia divertida que compunha um quadro engraçado, embora fantasista, da vida dos senhores galantes; era uma poesia de fazer rir; "a elegia é uma amiga leviana, uma *levis amica*," diz Ovídio em seus *Remédios de amor*. No entanto, era costume lê-la como uma poesia para chorar. Os tormentos da vida galante eram tomados ao pé da letra, enquanto que a elegia era divertida no fato de que não era para ser levada a sério. É uma poesia sem ação, sem intriga que leva a um desfecho ou que sustente uma tensão, e é por isso que nela o tempo não tem nenhuma realidade. O antes e o depois não existem, e a duração também não.

## *Puella Docta*: A Elegia como prática educativa

A educação transmitida ao ocidente trata-se de uma educação voltada aos jovens do sexo masculino. Pensando na sociedade romana, em sua fase arcaica de base rural, a educação assenta na tradição (*mos maiorum*) e na reverência para com os mais velhos e os deuses (*pietas*). A criança está sujeita desde seu nascimento ao poder paternal (*pátria potestas*). Isto não impede que a mãe seja a sua primeira mestra e aos sete anos, o pai passa a ser o educador. Autores tardios como Tácito[111] e Plínio o Moço[112] confirmam que era geralmente a mãe a primeira educadora e o pai o mestre-escola das crianças romanas e nesse processo eles aprendiam de cor a Lei das Doze Tábuas. Para os homens, a educação familiar termina, em regra geral, aos dezesseis anos com a utilização da toga viril. Segue-se um ano de aprendizado no fórum, com um amigo da

[111] Tácito. *Diálogo sobre os oradores* 28.4: "É que outrora cada filho, nascido de mãe casta, era educado não no quarto minúsculo de uma ama paga, mas no grémio e no seio da mãe, cujo principal louvor era guardar a casa e servir os filhos".
[112] Plínio-o-Moço. *Cartas* VIII.14.6: "A cada um servia o pai de mestre; e, quem não tinha pai, os mais velhos e venerados lhe faziam as vezes".

família que seja "notável" e depois o serviço militar, para o qual o jovem foi preparado pelos exercícios físicos, executados, não com uma finalidade opressiva, como entre os gregos, mas para alcançar maior destreza e força.

Com a chegada do helenismo, esta educação altera-se com a formação de uma cultura helenístico-romana. Este fato se verifica em grande escala, desde meados do séc. II a.C. devido as conquistas romanas tanto no sul da Itália quanto no Mediterrâneo Oriental. Vindos como prisioneiros de guerra, facilmente passavam a libertos e obtinham a confiança das famílias romanas. Entre vários casos conhecidos, temos o de Políbio, a quem Cipião Emiliano solicitou que tomasse conta da educação de seu filho, pois achava que o conhecimento da tradição (*mos maiorum*) não seria suficiente e queria enobrece-lo com a *sophia grega*. Nesse contexto, tem-se a difusão da filosofia estóica, com Panécio e os poetas Lucílio e Terêncio. A este grupo de influência decisiva no futuro da cultura romana, chamam de "Círculo dos Cipiões". Este aprendizado com os Gregos estende-se ao estrangeiro e os jovens romanos se aperfeiçoam na filosofia e na retórica em Atenas e em Rodes (Pereira, 1989: 189).

Já no que diz respeito ao estudo das mulheres educadas na sociedade romana fica-se impressionado pela escassez de mulheres de aprendizagem mencionadas em nossas fontes. Nem mesmo a *matrona docta*, termo utilizado no título do livro de Emily Hemelrijk (1999), é encontrado na literatura romana. É uma mistura de matrona, classificada como uma mulher romana casada, e *puella docta*, cujos louvores foram cantados na poesia de amor. Ambos os termos são carregados com os valores morais. A matrona está intimamente associada com os valores femininos tradicionais, como a castidade, a modéstia, austeridade, domesticidade e devoção ao marido e filhos. Em contrapartida, a *puella docta* da poesia de amor do século de Augusto foi elogiada por suas realizações culturais (em poesia, música e dança), mas aos olhos romanos tradicionais sua moral levantou suspeitas; além disso, a *puella docta* típica não parece ter pertencido à elite. Claro, palavras e prática social nem sempre coincidem, mas detecta-se a falta de um termo para designar uma mulher respeitável, educada, contrapondo a reputação duvidosa da *puella docta*, o que indica como os sentimentos ambivalentes romanos eram no que diz respeito à educação das mulheres (Hemelrijk, 1999).

Uma vez que na sociedade romana do período, não havia conventos cristãos em que as meninas poderiam ser ensinadas e que as mulheres pudessem retirar-se para dedicar sua vida ao estudo e à oração (como acontecia na Idade Média) e, como não havia nenhuma outra instituição, costumes ou oportunidades, existiam mulheres que escolhiam outra alternativa para o casamento e a maternidade. É talvez compreensível que quase não tenhamos ouvido falar de nenhuma mulher famosa que tenha sido "docta" na sociedade romana. No entanto, como veremos, algumas mulheres da elite

eram altamente qualificadas. Então, o que pode ter causado sua obscuridade no mundo da educação?

Devemos ter em mente que na sociedade romana a educação e a aprendizagem eram atividades tipicamente masculinas; conhecimento da cultura literária e as artes liberais eram a marca do "cavalheiro" da elite romana. Para os homens educados da elite, além de seu valor prático para uma carreira política, era um campo de competição e um instrumento de diferenciação de classes: a exibição da educação distinguiam membros da elite de membros de outras camadas. De qualquer forma, o estudo conferiu prestígio e a educação era fundamental para o status social e atividades intelectuais, na medida em que não contribuíam para importantes atividades aristocráticas, como a política e a prática da lei. Pertenciam ao lazer (*otium*) e, portanto, de acordo com a antiga noção republicana, de importância secundária[113] (Hemelrijk, 1999; Pereira, 1989).

Durante o principado houve uma mudança na atitude em relação à educação: com a paz e prosperidade do principado e o declínio do poder político da classe senatorial, as atividades intelectuais ganharam estima. Isso deu mais espaço para atividades que tinham pouco valor prático ou haviam sido consideradas frívolas antes, mas os membros da classe senatorial sempre se mantiveram amadores em atividades intelectuais literárias. A pretensão do amadorismo que respeita às atividades intelectuais foi de grande importância para a atitude das classes superiores em relação à educação e uma vida inteiramente dedicada ao estudo era incomum, uma vez que estava entre os membros da classe equestre e decurial (embora em menor grau).

Este *ethos* amador também afetou as mulheres da elite; por um lado, pode ter facilitado a sua participação, e, por outro, foi proibida a vida dedicada ao estudo, uma vez que isso ia contra as tradições de sua classe (e sexo). É claro, o "lazer" das mulheres difere fundamentalmente do "lazer" dos homens de sua classe: ao serem impedidas de participação política e assuntos militares, as mulheres da classe superior, cujas vidas passavam, ou era esperado que passassem na privacidade de suas casas e famílias, foram condenadas a uma vida de *otium* (o que não quer dizer que elas não tinham nada para fazer). Será que este *otium* lhes permitiu dedicar suas horas de lazer para estudar, o que seria comparável ao *otium honestum* de seus pares masculinos? Não, não há contraparte feminina do respeitoso *doctus* qualificado, o que denota um homem de cultura, formado em artes liberais e conduta civilizada; no entanto *docta* às vezes é usado para uma mulher, mas nem sempre é entendida como um elogio, isso não

[113] Mais informações a respeito do conceito de *otium*, consultar M. H. R. Pereira (1989) que trata do conceito de *Otium cum dignitate*, em Cícero.

implica que a educação foi considerada inadequada para todas as mulheres e que as distinções de classe eram de nenhuma consequência. As questões eram mais complicadas: riqueza, histórico familiar e outros fatores relacionados com a posição social das mulheres da elite interagiram com o gênero na determinação da natureza de sua educação (Hemelrijk, 1999).

Na vida adulta algumas mulheres de classe alta voltaram para os temas que haviam sido ensinadas durante sua juventude e continuaram seu estudo da poesia, matemática ou filosofia. Essas mulheres educadas não eram universalmente admiradas na sociedade romana, onde a opinião sobre elas variou de idealização da *puella docta* ao desdém para com a literata "intolerável". Hemelrijk (1999) questiona como esses sentimentos contraditórios podem ser explicados. Existe alguma evolução no julgamento feito às mulheres educadas na sociedade romana? Segundo a autora, havia em especial, alguns objetivos na educação das mulheres de elite. A necessidade de uma "educação moral", "o ideal da maternidade educada", onde se expressa os ideais de educação da mulher conforme as fontes literárias, principalmente os escritos de filósofos morais e senadores conservadores do período imperial, em que se ressaltam os efeitos benéficos da educação sobre a moral das mulheres e o cumprimento de seu papel tradicional de esposa e mãe. Além desses objetivos, as fontes moralizantes valorizam "o papel social da matrona de classe alta" e a "educação como um sinal de status social".

Cynthia, a amada de Propércio, é um bom exemplo. Além de sua beleza, ela é elogiada como uma musicista habilidosa, que colocou seus versos de amor na música e cantava ao som de sua lira, como uma dançarina elegante, um conversador espirituoso e - por último, mas não menos importante - uma mulher com um bom gosto para a poesia. De fato, uma poetisa em si mesma, capaz de julgar e apreciar a poesia de seu amante como seu crítico mais exigente. No entanto, essas realizações que ela compartilha com outras *puellae doctae* como Corina de Ovídio, mais se assemelham aos encantos da cortesã educada do que a erudição das respeitáveis mulheres da classe alta, tanto mais que suas realizações literárias e musicais são retratadas como parte de sua atração erótica. Sexualmente, ela parece independente: embora em alguns casos o marido seja mencionado, a *puella* é retratada como livre para entreter conversa e até mesmo um (secreto) caso de amor com seu poeta-amante.

## Os Círculos Literários e a Divulgação

A literatura latina era uma questão de grupos de amigos ou "círculos": amigos desempenharam um papel importante no processo de escrita, revisão e "publicação"

de uma obra literária. Uma vez que um trabalho foi concebido e elaborado, passou por várias etapas antes de ser lançado ao público. Embora estes possam, é claro, variar muito, cerca de três fases podem ser distinguidas. Em primeiro lugar, uma cópia era enviada a um amigo próximo que foi convidado para comentar o assunto crítico. Em seguida, após o trabalho ser revisto, seria lido por um pequeno grupo de amigos para testar a sua recepção, ou cópias poderiam ser enviados a eles para a crítica. Se, depois de uma ou mais revisões, o autor sentir que está suficientemente certo que esta foi a sua versão final, cópias de apresentação eram enviadas para um grupo maior de amigos, em primeiro lugar o homenageado - se houvesse um. Era nessa fase que o trabalho se tornava público, ou para usar um termo anacrônico, "publicado". Com mais uma cópia, a circulação da obra agora estava fora do controle do autor: pessoas desconhecidas para o autor poderiam copiar a partir do texto de um amigo, de uma cópia em uma livraria ou cópia de um volume depositado em uma biblioteca pública -, mas os dois últimos foram desenvolvimentos relativamente tardios. Amigos (e patronos) desempenharam um papel importante também nesta fase da "publicação", tendo em vista que poderiam ajudar a tornar o livro conhecido por um público mais amplo por recomendá-lo aos seus amigos e conhecidos ou através da organização de uma recitação pública (Hemelrijk, 1999: 147).

A amizade literária parece ter sido praticamente uma questão masculina: tanto quanto sabemos, as mulheres quase não tiveram lugar nela. Embora poucas mulheres de classe alta fossem lidas na poesia, algumas agiram como patronas para poetas, há apenas um caso que talvez justifique a suposição de que uma mulher - sob determinadas condições - poderia participar de um círculo literário: Sulpicia, a elegíaca. Teoricamente é possível que as mulheres tenham tido seus próprios círculos literários para distribuição dos seus trabalhos, mas para isso não há provas. O raro acesso das mulheres, ou ausência total das amizades literárias masculinas deve ter sido um obstáculo para as suas obras literárias: mesmo se tivessem a educação necessária, lazer e talento para escrever poesias, faltavam-lhes o incentivo de amigos literatos que iriam ler e criticar seu trabalho e promover a sua publicação. No entanto, os trabalhos de todas as mulheres que escreveram poesias que temos conhecimento, devem ter tido seus trabalhos circulados de uma forma ou de outra entre os homens instruídos, ou não teríamos sabido da sua existência. Como elas conseguiram isso? A resposta mais provável parece ser que, como as escritoras em outros períodos da história, elas encontraram os contatos necessários para a produção e circulação de seu trabalho através de seus parentes do sexo masculino.

Tomando Perilla como exemplo, sabemos ainda muito pouco. Ao que parece; nem mesmo seu nome real foi preservado. Ela era a destinatária de uma "carta" poética de *Tristia* de Ovídio (3.7), enviada a ela de Tomis. O nome "Perilla" deve ser um pseudônimo: no *Tristia* Ovídio não menciona os nomes de seus destinatários, por medo

de embaraçara-los. Segundo Hemelrijk (1999: 149) este pseudônimo foi conhecido: o poeta de amor Ticida, ou Ticidas, contemporâneo de Catulo, o tinha usado, de acordo com Apuleio, para esconder sua amada Metella; e o próprio Ovídio menciona Perilla como pseudônimo de Metella que era celebrada por alguns poetas que ele não menciona o nome. Ele pode tê-la escolhido como uma homenagem poética a esses poetas que pertenciam à geração anterior.

Em seu poema, Ovídio se dirige a ela como uma mulher solteira e jovem, vivendo com sua mãe: sua carta, personificada como uma mensageira irá encontrá-la, de modo que ele a imagine sentada com sua mãe (um *topos* de castidade feminina) ou entre os seus livros. A julgar pela forma como ele escreve sobre sua "modesta fortuna" e sua biblioteca pessoal, ela pode ter pertencido à mesma classe (equestre) que o próprio Ovídio. Ele frequentemente refere-se à relação íntima e cordial entre eles que datava dos "tenros anos de infância" de Perilla, no qual ele era para ela "como um pai para sua filha". A partir dessas observações, foi assumido que Perilla era sua enteada de sua terceira esposa de um casamento anterior. Há muito a dizer sobre este ponto de vista: a relação longa e cordial de sua juventude em diante, a semelhança na forma como ele descreve sua relação com a "Perilla" (como um pai para sua filha) e talvez também o fato de que ele retrate Perilla como uma *puella docta*, mas enfaticamente como uma casta. Se o nome da enteada de Ovídio foi Nerulla - que parece ter o cognome Nerullinus para seu filho - isso daria um argumento adicional para sua identificação com "Perilla" por causa da equivalência métrica do nome. No entanto, a segurança não pode ser alcançada; a atitude paternal de Ovídio em direção a Perilla pode ter sido significativa metaforicamente ou em algum outro relacionamento, embora presumivelmente uma relação familiar, não possa ser descartada (Hemelrijk, 1999: 150).

A partir do poema de Ovídio, "Perilla" surge como uma jovem mulher de talento, cujos dons poéticos ele estimulou. A parte mais interessante do poema é aquela em que ele lida com a sua colaboração poética antes de seu banimento para Tomis. Ovídio pergunta se ela manteve-se fiel à sua busca comum de compor versos e a lembra que mantém sua ajuda para guiar seu talento, de sua primeira juventude em diante. Aqui vemos uma jovem mulher trabalhando em sua poesia, assim como poetas masculinos costumavam fazer quando se inicia uma carreira poética: ela é assiduamente aconselhada e recomendada por um amigo mais velho. Ovídio reconhece seu talento poético, o qual, como orgulhosamente observa, ele tinha sido o primeiro a descobrir: "Eu era o primeiro a perceber isso nos tenros anos de sua infância, quando, como um

pai para sua filha, eu era o seu guia e companheiro [*duxque comesque*]". [114] A terminologia militar usada pela colaboração poética é comum, e mostra que ela foi aceita no mundo masculino da amizade literária, em que um poeta mais velho, mais experiente, é tido como "um líder e um colega soldado" usado para orientar os mais jovens. Segundo a descrição de Ovídio, ele e Perilla leram e criticaram a poesia de cada um, uma cooperação em que, sendo o poeta "sênior", ele assumiu a liderança com firmeza:

> *Dum licuit, tua saepe mihi, tibi nostra legebam; saepe tui iudex, saepe magister eram: aut ego praebebam factis modo versibus aures, / aut ubi cesares, causa ruboris eram. (Ovid Trist.3.7.23-6.)*

Neste poema, encontramos uma jovem participante, como uma parceira júnior, no mundo masculino da amizade literária. Como fora deste poema nada se sabe sobre Perilla, ela permanece sombria. Se ela é identificada como a enteada de Ovídio, ela viveu sua vida adulta no anonimato, como a maioria das mulheres romanas: casou e teve filhos. Ou, pode ter vivido como uma moça solteira, uma poetisa promissora como no versículo citado, que foi estimulada por um poeta sênior, com uma poesia composta com o objetivo de publicação. Se ela continuou a escrever durante a sua vida de casada e se seus poemas foram finalmente publicados, não podemos dizer; também não há qualquer menção a eles em nossas fontes.

As informações sobre Perilla são escassas, contudo, sobre Sulpícia encontramos mais referências. Sulpicia é a única escritora feminina da poesia latina cuja obra é, pelo menos em parte, preservada; seis elegias curtas dela chegaram até nós por meio do *corpus Tibullianum*. Sulpícia era filha de *Seruius Sulpicius Rufus*, homem ligado à política. Sua mãe parece ter sido Valéria, irmã de Messala, tendo este, após a morte do cunhado, desempenhado um papel preponderante na educação e formação de Sulpícia (Filipe, 2002). Como a produção poética do período de Augusto girava em torno de círculos literários, como o de Mecenas, dos quais faziam parte, Horácio, Virgílio e Propércio, entre outros, Sulpícia fazia parte do círculo de Marco Valério Messala Corvino, juntamente com Tibulo, Lígdamo e posteriormente Ovídio (Paratore, 1983). Encontramos as produções poéticas do grupo reunidas naquilo a que chamaríamos hoje um "cancioneiro", conhecido como *Corpus Tibullianum*, por ser Tibulo o poeta de maior renome (Parker, 1994). O fato de haver passado a infância num meio não convencional - levando em conta o que sabemos da formação de uma jovem romana -

[114] Ovidio. *Tristia*,3.7.17-18: "primus id aspexi teneris in virginis annis, / utque pater natae duxque comesque fui".

pode ter contribuído para elevar o seu sentido de independência, bem como para alguma liberdade na sua produção poética.

A poesia de Sulpicia usa seu próprio nome e identidade; dá a seu amado um nome associado com a poesia; evade envolvimentos familiares; deseja isolamento com seu amado; procura ser conhecida publicamente por amá-lo; diferenciada pela elegância, erudição, alta-classe é rival da prostituta comum; ressente a infidelidade do seu amado; procura provas de que ele a ama em troca de sua devoção; e identifica a poesia como meio de persuasão sexual. Onde ela identifica seu status como uma mulher de elite, em contraste com a *scortum*, ela invoca desdém ao macho amante e poeta por um rival de classe baixa. Partindo do fato de que Sulpicia é uma mulher de elite escrevendo uma elegia amorosa, segue-se que a sua fala não precisa oferecer verso no lugar de dinheiro; portanto, no caso dela, a poesia se liberta do impasse elegíaco. O que a elegia de Sulpicia oferece principalmente é um meio de explorar a sexualidade feminina e expressar a ansiedade sexual feminina e insegurança (James, 2003: 220). Assim, este gênero de poesia que as mulheres gostam, e que se parece com as mulheres, permite uma voz feminina para falar de suas próprias preocupações eróticas. Significativamente, como Hallett (1989: 71) aponta, Sulpicia parece "retratar-se como tendo muito em comum com a amante celebrada por seus colegas elegíacos masculinos. " A Elegia e a *puella docta*, permitem que Sulpicia experimente, na concepção de Hallett, tanto a si mesma como "igual" e como "outra". Lesbia de Catulo e numerosas mulheres de Horácio não oferecem essa oportunidade. O sexo de Sulpícia e seu status social, no entanto, provocam o encurtamento da trajetória de sua narrativa poética. As parcelas habituais e argumentos de elegia não estão disponíveis para sua fala, portanto, seus poemas são poucos e curtos, embora, graciosos e completos. Ela oferece um lembrete poético significativo tanto da recepção do sexo feminino na elegia amorosa, quanto às circunstâncias sociais não ditas que ditam e predeterminam as resoluções do amor elegíaco (James: 2003, 220).

Os exemplos de Perilla e Sulpicia mostram duas etapas sucessivas no processo de composição e de publicação de uma obra literária: colaboração poética (Perilla) e "publicação" (Sulpicia). No entanto, a participação das mulheres no mundo da amizade literária deve ter sido rara. Tanto quanto sabemos, os círculos literários romanos normalmente eram compostos exclusivamente por homens; nenhuma poetisa é mencionada entre os pupilos literários de Mecenas ou de qualquer outro patrono literário. A metáfora militar (*comesque duxque*) utilizada para a cooperação poética entre um poeta sênior e um mais novo - neste caso, aplicada entre Ovídio e Perilla - reflete claramente o fato de que o mundo da produção literária era exclusivamente masculino. No entanto, como vimos, as mulheres de talento podem ocasionalmente ter tido acesso a círculos literários e aos canais de publicação; pelo menos, quando eles tiveram o

apoio de parentes do sexo masculino que eram poetas ou os próprios clientes literários (Hemelrijk, 1999: 153).

Claro, duas poetisas do sexo feminino, todas escrevendo por volta do mesmo período (a partir do meio do primeiro século a.C. para o início do primeiro século d.C.), não provam que as mulheres talentosas não poderiam participar de um círculo literário ou publicar sua poesia, a menos que elas fossem incentivadas por parentes do sexo masculino. É talvez possível que no final do primeiro e segundo séculos d.C., quando escrever poesia era a moda entre os homens e, ao que parece, as mulheres da classe alta, o acesso aos círculos literários tenha se tornado mais aberto para as mulheres. No entanto, as poetisas discutidas aqui confirmam a opinião que o apoio por parentes do sexo masculino foi fundamental.

Como os contatos literários e incentivos foram essenciais, o limitado acesso das mulheres aos círculos literários restringiu severamente o número de mulheres que estavam em condições de circular e publicar o seu trabalho. Embora isso não impeça esforços na poesia, na privacidade de suas casas, seu relativo isolamento da vida literária tornou quase impossível para elas fazer a sua poesia conhecida por seus contemporâneos, e, assim, eventualmente, para nós. Os poucos casos que formam uma exceção tem que ser considerados.

## Ovídio e a Elegia Erótica

Os estudiosos se dividem sobre a finalidade, o efeito, e o sucesso da forma que Ovídio brinca com o gênero poético, embora seja provavelmente seguro dizer que muitos, se não a maioria, dos leitores encontram-no irreverente, muitas vezes chocante e inadequado, por esse motivo, o resultado de seu trabalho é julgado inferior ao de seus contemporâneos e antecessores (ver Boyd 1997: 1-12), apresentando estar em falta na moral, estética, gosto, e caráter (James, 2003: 155). A *Ars Amatoria* e *Amores* têm sido criticados por zombar, satirizar, parodiar ou tirar sarro das obras de Propércio e Tibulo, bem como Catulo; como resultado o próprio Ovídio foi criticado como um poeta inferior, e como pessoalmente e moralmente defeituoso. Na opinião de Sheron James, tal crítica ignora os elementos "auto-paródicos" e divertidos da elegia como um todo; ele falha ainda mais ao indagar porque satirizar um gênero é necessariamente uma coisa ruim ou porque a sátira literária deve indicar compreensão ou apreciação do gênero inadequado de um autor. Este tipo de crítica repousa sobre a interpretação erronia e romântica da elegia e a exigência de sinceridade, motivo pelo qual a Elegia não pode ser entendida como relatos de fatos reais, os acontecimentos são sempre fictícios.

Na opinião de James (2003:155), Ovídio sabia muito bem o que estava fazendo em suas obras *Amores* e *Ars Amatoria.* É relevante notar que o trabalhado persistente no gênero elegíaco por vinte e sete anos, revendo e republicando *Amores*, acrescentando o livro III a *Ars* e incluindo o *Remedia Amoris* ao seu corpus, enfim, dedicando tanto tempo de sua vida à elegia, não era possível argumentar que ele não sabia o que estava fazendo. A autora toma como um dado, não apenas o fato de Ovídio considerar cada poema em *Amores* adequado e necessário para o seu programa poético, mas também que sua colocação deles é deliberada (particularmente a localização inicial de 1,7 e 1,14 e a posição relativamente central de 2.13-: - 14) criado para mostrar as questões e problemas específicos da elegia.

Muitos autores interpretam questões levantadas pela elegia de Ovídio como uma ofensa as mulheres. Por que ele encontra espaço na elegia para poemas sobre sua calvície súbita (1,14) e aborto (2,13-14), a condição priápica constante do amante poeta (2,4) ou sua falha (3,7), a sua vontade de ser ao mesmo tempo explorador e abertamente abusivo com sua amante e seus escravos (2,2-31 2,7-8) e assim por diante? Porque a elegia de Ovídio expressa abertamente tanta falta de sinceridade e tão pouca paixão e sofrimento elegíacos? Por que ele continua se concentrando tão atentamente sobre a falta de sinceridade, decepção, infidelidade, e repulsa contra as mulheres?

Para James (2003:157) Ovídio não adiciona hipocrisia, exploração e pretensão na elegia de amor romana - ele a coloca nua. Como Mack (1988: 62) aponta, "Ovídio nos oferece vislumbres da vida real por trás das convenções elegíacas. Na vida real, as ações têm consequências. Parte da análise das convenções de Ovídio implica trazer algumas dessas consequências para o mundo ficcional da elegia".

O efeito perturbador e desorientador que *Amores* e *Ars* têm em muitos leitores são deliberados e estratégicos e devem ser considerados como um efeito de choque projetado para fazer os leitores repensarem a elegia de amor. A carga primária contra elegias amorosas de Ovídio é que elas se concentram demais no sexo, mas relativamente pouco sobre o amor; isto é, que o seu discurso não parece ser realmente referente ao amor com uma mulher, mas sim em busca de aventuras. Segundo James, essas queixas sexuais poderiam muito bem ser corrigidas da seguinte forma: em *Amores*, Ovídio presta atenção não para o coração, como Propércio e Tibulo são pensados para fazer, mas para o corpo. Vale a pena notar que o corpo focado em *Amores* é da *puella.* Em 1.141 o cabelo cai para fora; em 2,13-14 ela tem um aborto. Tudo isso levou os leitores a concluir que tanto Ovídio quanto seu discurso homônimo estão mais interessados no corpo do que na mente e no coração. E de fato o amante-poeta, Ovídio, fala de amar o corpo de uma *puella* ao invés de sua personalidade. No entanto, a autora argumenta que este aspecto da elegia de Ovídio - sua ênfase na carnalidade, por assim dizer - revela a mesma base de toda a base elegíaca. É na atração sexual masculina pela beleza feminina, que está simultaneamente o agente gerador do desejo

sexual do amante-poeta, o alvo físico de sua raiva quando ele percebe que ele não pode controlar a *puella*. A exposição focada de Ovídio nas conexões entre a beleza feminina e agressão sexual masculina revela retrospectivamente os mesmos fenômenos em Propércio e Tibulo (James, 2003: 157-158).

## Conclusão

Questões referentes à educação das mulheres na antiguidade clássica é um tema com muitas lacunas a serem preenchidas. As obras que temos acesso, sempre tratam da educação do homem, geralmente referente à esfera pública e política, enquanto as mulheres recebiam uma educação destinada à sua função esperada na sociedade, a de ser mãe e esposa. Nesse sentido, a elegia erótica romana se destaca, ao passo que era acessível às mulheres, com temas referentes a elas, que tratavam delas.

Nesse universo de leitura e leitores, muitas mulheres se sentiram seduzidas a escrever suas próprias histórias, poesias e questões relacionadas ao seu cotidiano. No entanto, devido ao fato da história, principalmente na antiguidade, ser escrita por homens, esses relatos e escritas não nos foram acessíveis. Podemos contar apenas com poucas fontes e relatos vindos das mulheres. Neste contexto a *puella docta* é a personagem que foge aos padrões da respeitável matrona romana, devido, justamente ao acesso que tinha ao mundo masculino vigente, e principalmente pela sua formação artística e cultural.

Um caminho encontrado para tratar desta temática no artigo aqui exposto foi o de demonstrar que por meio da poesia de Sulpícia e as correspondências de Ovídio com Perilla, as mulheres tinham sim voz ativa, mas necessitavam da presença masculina para tal divulgação, o que as tornava dependentes de seus círculos de amigos poetas e escritores. Porém, o fato de fazerem parte de círculos literários já nos confirma sua participação ativa na cultura escrita da sociedade romana.

A partir do final da república em diante, o número de mulheres educadas aumentou, causando sentimentos contraditórios na sociedade do período. Senadores conservadores, como Cícero e Salústio, defendiam a dignidade e virtudes tradicionais para as suas mulheres e Salústio, defendida dignidade e virtudes tradicionais para as mulheres de sua classe, e isso entrou em confronto com a vida de luxo e prazer associada à cultura grega. Portanto, eles ignoraram a aprendizagem grega em mulheres que eles respeitavam. Falavam da educação das mulheres e, especialmente, sua habilidade em música e dança apenas quando queriam difamar adversários do sexo feminino. Isso não significa que eles se opunham à educação das mulheres na vida privada, mas em seus escritos eles colocaram a moralidade tradicional em primeiro

lugar. Em oposição ao ideal de Matrona, na elite, os poetas de amor da república tardia e período de Augusto, como Propércio e Ovídio, idealizaram a *puella docta*, uma jovem mulher de status social indefinido e moral sexual solta que era especialista na tríade educacional grega de poesia, música e dança. Assim, vemos que as opiniões opostas coexistiram, embora em diferentes grupos da sociedade: os poetas de amor eram jovens cavaleiros que se opunham aos rigorosos padrões morais prescritos de membros da elite como reavivado na legislação moral de Augusto.

Num período mais tardio do principado, a imagem da mulher letrada e culta mudou. O ideal de *puella docta* foi destituído de sua conotação de licença sexual e incorporado aos ideais da vida de casado. Nas cartas de Plínio para e sobre sua esposa, a influência das poesias de amor do período de Augusto são vistas: além de elogiar suas virtudes tradicionais Plínio confessa publicamente o seu amor e até mesmo a sua paixão por sua esposa de uma maneira incomum (e talvez até mesmo impensável) entre os homens de sua classe, antes do império. Em suas cartas a Calpúrnia ele adota as convenções literárias e imagens da poesia de amor. As cartas de Plínio demonstram a eventual "domesticação" do ideal da *puella docta* por sua incorporação na vida conjugal. Assim, a sofisticada e emocionante *puella docta* da poesia de amor se transformou na bem-educada e dedicada esposa.

No que diz respeito à elegia erótica de Ovídio, esta suscitou muitos debates de críticos e estudiosos do tema. Alguns autores interpretaram a poesia amorosa de Ovídio, como uma crítica e uma depreciação da imagem feminina, outros não, defendem a ideia de que Ovídio "tocava na ferida" da sociedade e da família romana, ao propor as atividades femininas que encantavam os homens. Muitas questões podem ser levantadas ainda nesta perspectiva e vários trabalhos têm surgido a respeito do tema, como as obras citadas de Emily A. Hemelrijk e Sharon James que tratam das matronas letradas e cultas da sociedade romana e da imagem da *puella* na poesia elegíaca. O trabalho de Yun Lee Too, também traz grande contribuição com informações sobre a Educação na antiguidade clássica, que fogem dos estudos tradicionais e generalizantes do tema. Trabalhos como estes relacionados à temática feminina contribuem com a possibilidade de novas pesquisas que tratem das mulheres e sua participação pública na sociedade romana.

## Referências Bibliográficas


ALFÖLDY, Géza. **A História Social de Roma.** Lisboa: Editorial Presença, 1984.

AUBENQUE, P. As filosofias Helenísticas: Estoicismo, Epicurismo, Cericismo. In: CHÂTELET, François (org). In: **História da Filosofia**: ideias, doutrinas. Vol. 1. A Filosofia Pagã .Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 167-198.

BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P. P. A. **Repensando o Mundo Antigo.** Textos Didáticos. Campinas: Unicamp, 2005.

BOYD, B. W. **Ovid's Literary Loves: Influence and Innovation in Ovid's *Amores*.** Ann Arbor, 1997.

BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

CARCOPINO, J. **A Vida quotidiana em Roma no apogeu do Império.** Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

CHERVEL, A.; COMPÈRE, M-M. As humanidades no ensino. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul/dez, 1999.

CÍCERO. **Da República**. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Atena Editora, s/d.

CURRIE, H. MacL., **The Poems of Sulpicia**, *ANRW* 2,30.3 (1983) 1753.

DE CERTEAU, Michel. A operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 65-119.

DIXON, S. **The Roman Mother**. London: Routledge, 1990.

FILIPE, R. T. As elegias de Sulpícia: Uma voz feminina num mundo de homens. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate 4.** 2002. P. 57-78.

FINLEY, M. I. As Silenciosas Mulheres de Roma. In: **Aspectos da Antiguidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 149-164.

_____. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, Pedro P. A. Romanas por elas mesmas. In: **Cadernos Pagu.** 1995. pp. 179-200.

HALLET, J. Woman as Same and Other in the Classical Roman Elite. **Helios**. 1989, 16.

HEMELRIJK, Emily A. **Matrona Docta:** Educated women in the Roman élite from Cornelia to Julia Domna. London and New York: Routledge, 1999.

HORÁCIO; OVÍDIO. **Sátiras/Fastos**. Traduções de Antonio Luís Seabra e Antonio Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1949. v. 4.

JAMES, Sharon L. **Learned Girls and Male Persuasion:** Gender and Reading in Roman Love Elegy. Los Angeles: University of California Press, 2003.

LEITE, L. R. Difusão e recepção das obras literárias em Roma. In: LEITE, L. R.; SILVA, G. V. (Orgs.) **As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens.** Vitória: EDUFES, 2013. P. 83-99.

MACK, S. **Ovid.** New York: Yale University Press, 1988.

MACROBIUS. **The Saturnália**. Columbia University Press, 1969.

NOVAK, M. G.; NERI, M. L. **Poesia lírica Latina.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

OVIDE. **L'Art d'Aimer**. Tradução de Henry Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

_____. **Oeuvres complètes**. Tradução de Th. Burrette *et al*. Paris: C.L.F. Panckoucke, 1834/1837.

OVÍDIO. **Ars Amatoria**. Edição Bilíngue. Trad. Natália Correia e David Mourão-Ferreira. São Paulo: Ars Poética, 1997.

_____. **As Metamorfoses**. Tradução de Antonio de Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1959.

_____. **Las Heroidas**. Tradução em verso de Diego de Mexía. Buenos Aires: Coleção Austral, 1950.

_____. **Obras:** Os Fastos, Os Amores e Arte de Amar. Traduções de Antonio Feliciano de Castilho. São Paulo: Edições Cultura, 1943.

_____. **Os Remédios do amor: os cosméticos para o rosto da mulher.** Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Nova Alexandrina, 1994.

_____. **Tristium.** Edição bilíngüe. Tradução de Augusto Velloso. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

PARATORE, E. **História da literatura Latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PARKER, H. Sulpicia, the *Auctor de Sulpicia,* and the authorship of 3.9 and 3.11 of the *Corpus Tibullianum,* **Helios.** 1994, 21.1: 39-62.

PEREIRA, M. H.R. **Estudos de História da Cultura Clássica II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

PETRÔNIO. **Satyricon**. Tradução de Paulo Leminski. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PLINY THE YOUNGER. **Letters.** Trad. William Melmoth. Londres: W. Heinemann, 1958.

RODRIGUES, N. S. Agripina e as Outras: Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero. **Gerión.** V. 26, n. 1, p. 281-295, 2008.

SÊNECA. Consolação a Hélvia. *In*: _____. **Cartas Consolatórias**. Tradução de Cleonice Furtado Mendonça Van Raji. Campinas: Pontes, 1992.

SUETÔNIO. **As Vidas dos Doze Césares.** Trad. Sady-Garibaldi. São Paulo: Atena, 1959.

SUETÔNIO. **A vida dos doze Césares**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TÁCITO. **Diálogo dos Oradores.** Tradução de Agostinho Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 1974

TÁCITO. **Diálogo sobre los oradores.** Tradução de Nicolás Gelorminni. Buenos Aires: Losada, 2009.

TOO, Yun Lee. **Education in Greek and Roman Antiquity.** Boston: Brill, 2001.

VEYNE, Paul. **A Elegia Erótica Romana**. O amor, a poesia e o ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1995.

# OVID AND THE IDEAL OF *DOCTA PUELLA* IN THE ROMAN EROTIC ELEGY[115]

Renata Cerqueira Barbosa[116]

## Resumo

A Elegia Erótica Romana, é um tema que tem sido muito pesquisado por estudiosos de áreas relacionadas aos Estudos Clássicos. Contudo, as pesquisas geralmente dizem respeito à questão poética relacionada ao gênero elegíaco, ou tratam de autores elegíacos e suas composições. Neste gênero literário, principalmente no que se refere à poesia amorosa, os temas estão sempre relacionados às mulheres, amantes e seus comportamentos morais e ideais, o que desperta a curiosidade de outras mulheres para este tipo de leitura. O que esta poesia amorosa pode nos dizer sobre a educação das mulheres? Neste sentido, o objetivo do presente trabalho diz respeito à elegia erótica e a sua possibilidade de contribuição à educação das mulheres romanas.

## Palavras-chave

Elegia Erótica, Ovídio, Educação Feminina.

---

[115] Translated by Bruno Sanches Mariante da Silva. This article is part of the postdoctoral research developed at Unicamp under the supervision of Professor Pedro Paulo A. Funari.

[116] Associate Professor. State University of Londrina – Londrina, PR, Brasil. email: renata7barbosa@hotmail.com

## Abstract

The Roman Erotic Elegy is a topic that has been widely researched by scholars from areas related to Classical Studies. However, the researches usually concern on the poetic issue related to the elegiac genre, or they address to elegiac authors and their compositions. In this literary genre, especially when it comes to love poetry, the themes always relates to women, lovers and their moral behaviors and ideals, which arouses the curiosity of other women for this type of reading. What this love poetry can tell us about the education of women? In this sense, the objective of this study concerns to the erotic elegy and their possibility of contributing to the education of Roman women.

## Keywords

Erotic Elegy, Ovid, Women's Education

In complete contrast to old positions espoused by conservative men of the Roman elite (Carcopino, s/d) and the moral doctrine of the philosophers, like stoicism, for example, (Aubenque, 1981), are the unconventional ideas of Roman poets who sings love, from the late republic to the time of Augustus. Catullus, Tibullus, Propertius, Ovid (elegiac poets) and others express their views about women, female behavior and male-female relationships, which in many ways this is a reversal of traditional values. In thier poetry (probably fictitious) the beloved is the dominant party and her poet-lover, the humble servant who puts his love affair above the traditional Roman persecution of a military or political career (VEYNE, 1985); (FILIPE, 2002).

Part of this role reversal and unconventional attitude toward women found expression in poets who admired the *docta puella* (JAMES, 2003). With this rather vague term, poets denoted some appeal of young, attractive and clever woman, in the Greek educational triad: poetry, music and dance. In the eyes of the poet, the charms of her achievements, her taste for poetry, gift for music, dance ability and the intelligent conversation, classification above the birth and wealth, made up her supposed lack of traditional virtues.

The erotic Elegy is one of the most sophisticated forms of art throughout the history of literature; and, there are not many forms whose nature was more unknown. Two or three decades before the beginning of our era, young Roman poets, Propertius, Tibullus and, in the following generation, Ovid decided to sing in the first person, with their real names, loving episodes and relate these various episodes to one and same heroin, designated for a mythological name. Since then, readers have come to imagine the poets and their mistresses, Propertius and his Cynthia, Tibullus and his Delia, Ovid and his Corina (Veyne, 1985).

In Greece and Rome, the poetic genres were easily classified according to the metric on which they were written, the same way was the dance in accordance with the beat; these verses of love were made in elegiac pace[117]. According to Paul Veyne, "Roman elegy is a poetry that only requires the real to open an imperceptible gap between it and the poems...", in this case, between the author and the heroine; among his heroines, poets like Ovid, Propertius and Tibullus begged nights of love. In the principle was established that she, the heroine, distribute her favors as she pleased and to whom she wanted. This heroine, worshiped by noble poets, was not a noble lady but a woman of irregular life, and these poets would be ready for everything for their beloved, except marrying her.

[117] Metrical poems in couplets, this is, composed by hexameter alternating with pentameter.

The poet and worshiper says "I" and speaks of himself with his real name of Propertius, Tibullus or Ovid: it is possible to find its traces in the poets of petrachist and romantic posterity. Interpreters have preferred not knowing too much what the elegiac love had as unedifying. It is possible that Propertius, or rather the Ego that it brings into play, suffer less with the jealousy than what he considers as fearsome the currents of passion, which in Antiquity was considered as a tragic fatality, bondage, an illustrious misfortune.

Sharon James (2003) states that the Erotic Elegy is a topic that has been much discussed, for two main reasons. First, it seems to express the emotion felt, but in an inconsistent and autobiographical form, although, at the same time, filled out with artifices. Second, readers, conditioned by romanticism, waiting sincerity, spontaneity and often biography from love poetry, have "stumbled" in the ironies and obscurity of the elegy, unable to reconcile its apparent emotion with its obvious artifice. The A.W. Allen's article (1950) "Sincerity and the Roman Elegists" (Apud James, 2003: 7) proved that it is impossible to derive a factual autobiography from an elegiac poet or even the real story of the love affair apparently described in his elegies. He demonstrated that, what might be called "the requirement of sincerity" - the expectation that the love of poetry expresses necessarily the genuine poet's emotion -, is not relevant to the Elegy, which is more concerned with poetry than with the autobiography or telling the factual events in any historical case of love affair. James, further, says that, since it has been trying to demonstrate the highly crafted nature of elegy, the requirement of sincerity hindered reaching it (James, 2003: 3).

This important work of Sharon James (2003: 7-8) do not want to suggest, she said, that every Roman elegiac poem must or should be interpreted from a female point of view, or that such perspective is dominant. First, there are many individual eulogies having little or nothing to do with women or heterosexual love, and, second, all Roman love elegy is overwhelmingly male in its sound perspectives. But the elegy, as implicitly as explicitly, identifies its favorite love object as a *docta puella*. A "learned girl" who can understand, appreciate and evaluate the literary strategies of a particular poem - and requires a gendered structure of partnered opposition , in which the lover and his *puella* engage themselves in its strategic tactic, in a complex choreography of regular opposition to the occasional union. In this partnered opposition, the poet-lover and the *puella* share important values and interests: they disregard conventional morality, ignore the politics, appreciate apprehended poetry, as well as the ability in music and dance; furthermore, the status as *puella*, instead of a respectable woman, makes her complicated relationship possible. Finally, as argued by the author, her profession and condition also rule the types of communication and persuasion directed at her. It is generally necessary, therefore, to examine the genre, many individual poems and *topoi*

from the point of view of its members and female recipients, as well as their male speakers.

By analyzing the Roman elegiac poetry, James has done an approach based on the elegy of love. Her focus is on material and social realities, which means no discussion from a linguistic and psychoanalytic perspective. The author is interested in social position, in a combined way with the elegiac genre, which governs the *puella*'s reading in generically way and the intense persuasion that directed her path. This approach is based on Roman historical practices, as well as biophysiological events, such as aging (which is devastating for the *puella*). The Elegy (not to mention ancient Roman culture), within its universe, establishes the existence of male and female, as both sexes and genders, this is, as bodies and as cultural concepts. Male and female take different and changing places in social and sexual elegiac relations. Its exact nature is indeed one of the major concerns of elegy - witness their inverted positions in the social hierarchy, designated by elegiac *servitium amoris* ("slavery of love") and terms that dominates (lover) - as it is the exact nature of their relations. The definitions of male and female, and their relationships, in constantly changing, with an organizational, structural and primary episodic principle, the elegy pretends to want its men and women are on the same side, so to speak, and, in fact, sometimes they are, but if they always were, there would be no elegy. Without the tension provided by its gendered structure of partnered opposition, the elegy would collapse. The fluidity of definitions and gender relations of the elegy vary from apparent reversal of the Roman pattern ideologies of gender to a fantasy realm, free of social requirements and customs, in which the lover and the beloved are practically one. These are intentional and conscious elements, constituents of this gender itself.

From the point of view of Veyne (1995: 17), the elegy treats women in an irregular life as heroines of Fable and the masters as feverish lovers. For the author, the elegy is not a *demi-monde* picture, once it does not describe anything in absolute and does not require its readers to think of the real society; it takes place in a fictional world where the heroines are also frivolous women, and reality is only evoked by flashes, inconsistent flashes. From a page to another, Delia, Cynthia or Corina, could be courtesans, adultery wives, free women; most often, it is not known what they are, and there are no worries about it: they are women with an "irregular" living; that is all.

Emily Hemelrijk (1999) follows the same line of interpretation. Freedom, behavior and free sexual accomplishments led to the assumption that women of the Roman love poetry are from *demi-monde*, but the social status as lovers of love poets is not clear and the possible relation with identifiable women remains doubtful. This irregularity is not a part of the lives of our poets and their alleged mistress, but a part of a system; it represents the law of the genre, plays a role that Paul Veyne calls as semiotic. It happened only subsequently, the reader could relate this fiction to the social spheres, a

bit free from the time - if had the job of questioning himself -; moreover, this assignment adds nothing to the poem, at most the reader could amuse, seeing how the fiction had embellished reality.

> *Fiction waives reality and the shape belies the content: but sincerity can be mannered; being faithful to the text, this aesthetic imposed a undecidable balance between truth and theatrical performance (Veyne, 1995: 17).*

Roman elegiacs felt a strong attraction to popular beliefs and the Roman antiquities. They made poems in which they also put ambiguities on these issues, where the dogmatic truth did not impose itself anymore to cultivated minds. However, they were even more attracted to another topic, the love, which is a subordinate and "questionable subject", when it is not the conjugal love and when the heroine is an irregular-life woman rather than a matron. The erotic elegy will keep the tradition of laughing at the popular belief, and imitating the text of the sacred laws and *ex-votos*. The elegiac "I" allows plus one humor: the poet attributes to himself the naive faith of the simple man. And the false ingenuity in matters of religion is traditional in the elegy; there was a consecrated joke about asking a lover one of these pious feats that was a *pannychis,* a night when one was completely deprived of sleep as a promise of mercy, and the poet himself was the god who the beloved would celebrate in bed. In short, the erotic elegy was a genre such that it could joke with sacred things, as well with the moral and the duty to make public career to serve the empire, without consequences from this joke (Veyne, 1995: 48).

According to Paul Veyne, the erotic elegy, "whether being a fun lie or turning reality into art object", it has a Hellenistic origin (James, 2003); (Too, 2001). The Romans knew, two centuries ago, that lovers wrote elegies about the home of their beloveds. It had been six or seven centuries that the Greeks sang love, in various metrics, in the first or third person; however for Veyne (1995: 48),

> *(...) knowing whether it had been omitted to sing too, in the first person, in elegiac pace and if they had led to the Romans the honor of being the first to do so, does have a limited interest and which answer is not: there have already been Hellenistic elegies where love was sung under the fiction of the ego, even if they were elegies that we wrongly call epigrams under the false pretense that they are too short (...).*

An elegy consists of the *ad libitum* repetition of a full rhythmic element, the couplet, and this couplet was the true base of the unit of the elegy; among the Romans, it ordinarily offers a full meaning and its end coincides with the sentence. According to Veyne, the poet thrashes his couplets one by one; two or three couplets constitute a complete elegy, which the author calls epigram, and a single couplet may even be a complete poem. In typographical and anachronistic terms, it may be said that, for the ancient reader, each couplet was separated from the next by - as if it were - a blank, so

that within the same elegiac piece, the discontinuities in the sequence of the ideas or the narration, shocked him less than us (Veyne, 1995: 68).

The Elegy was a fun poetry that composed a funny picture, although fantasistic, of the gallant men's lives; it was a poetry to make laugh; "the elegy is a flighty friend, a *levis amica*," says Ovid in his *"Love's Remedy"*. However, it was customary to read it as a poem to cry. The torments of gallant life were taken at face value, while the elegy was fun in fact that was not to be taken seriously. It is a poetry without action, without intrigue that leads to an outcome or that sustains a tension, and that is why, in it the time has no reality at all. The before and the after do not exist, and neither the duration.

## *Docta puella*: The Elegy as educational practice

Education transmitted to the west is an education oriented into young males. Thinking about Roman society, in its archaic rural-based phase, education sets on tradition (*mos maiorum*) and on reverence for the elderly and the Gods (*pietas*). The child, since birth, is subject to parental authority (*patria potestas*). This does not prevent the mother to be their first teacher and at the age of seven, the father becomes the educator. Later authors, such as Tacitus[118] and Pliny-the-Younger[119], confirm that it was usually the mother the first educator and the father was schoolmaster for Roman children and, in this process, they learned by heart the Law of Twelve Tables. For men, familial education ends, as a rule, at sixteen, wearing the manly toga. Then, a year after it, the young man starts his learning at forum with a family friend who is "remarkable" and then his military service, for which the he has been prepared by physical exercise, performed not with an oppressive purpose, as among the Greeks, but to achieve greater dexterity and strength.

Coming the Hellenism, this education changes with the formation of a Hellenistic-Roman culture. This fact can be seen on a large scale since the mid-second century BC due to Roman conquests, as in southern Italy as in the Eastern Mediterranean. Coming as prisoners of war, they easily became freedmen and could obtain the trust of Roman families. Among several known cases, we have the case of Polybius, to whom Scipio Emiliano asked to take care of his child's education because, for him, the knowledge of

[118] Tacitus. *Dialogus de oratoribus*. 28.4 "It is that once each child, born from chaste mother, was brought up not in the tiny room of a nursemaid, but in the guild and the mother's breast, whose main praise was to guard the house and serve the children" .
[119] Pliny-the-Younger. Letters. VIII.14.6: "To each one served as a master the father; and, who had no father, the elders and revered stepped in for him".

tradition (*mos maiorum*) would not be enough and wanted to ennoble it with the Greek *sophia*. In this context, there is the spread of Stoic philosophy, with Panaetius and the poets Lucilius and Terence. This group of critically influence in the future of Roman culture is called "Circle of Scipios". This learning with the Greeks extends abroad and the young Romans perfected themselves in philosophy and rhetoric in Athens and Rhodes (Pereira, 1989: 189).

In what concerns to the study of educated women in Roman society, it is impressively how scare women of apprenticeship are mentioned in our sources. Not even the *matrona docta*, a term used in the title of Emily Hemelrijk's book (1999), is found in Roman literature. It is a mixture of matron, classified as a married Roman woman, and *docta puella*, whose praises were sung in the poetry of love. Both terms are full with moral values. The matron is closely associated with traditional feminine values such as chastity, modesty, austerity, domesticity and devotion to her husband and children. In opposite, the *docta puella* from the love poetry from Augustan century was praised for its cultural achievements (in poetry, music and dance), but to the traditional Roman eyes her moral arouse suspicions; furthermore, the typical *docta puella* does not seems to have belonged to the elite. Of course, words and social practice do not always coincide, it is possible to detect the lack of a term to designate a respectable and educated woman, contrasting with the dubious reputation of *docta puella*, which indicates how ambivalent the roman feelings were with regard to women education (Hemelrijk, 1999).

In Roman society of the period there were no Christian monasteries in which girls could be taught and where women could retire themselves to devote their lives to the study and prayer (as it happened in the Middle Age), and as there was no other institution, customs or opportunities. Assuming that, there were women who chose another alternative to marriage and motherhood. It is perhaps understandable that we have hardly heard of any famous woman who has been "docta" in Roman society. However, as we shall see here, some elite women were highly qualified. So, what may have caused their obscurity in the world of education?

We must keep in mind that in Roman society the education and learning were typically male activities; knowledge of literary culture and the liberal arts were the hallmark of the "gentleman" of Roman elite. For educated men of elite, besides its practical value for a political career, it was a competitive field and a class differentiation instrument: the exhibition of education distinguished members of the elite from the members of other layers. Anyway, the study provided prestige, and education was fundamental to the social status and intellectual activities, while it did not contribute to important

aristocratic activities such as politics and the practice of law. It belonged to leisure (*otium*) and, therefore, according to the old republican notion of secondary importance[120] (Hemelrijk, 1999; Pereira, 1989).

During the Principate, there have had a change in attitude towards education: with peace and prosperity of Principate and the political power of the senatorial class declined, the intellectual activities gained esteem. It gave more room for activities that had little practical value or had been considered frivolous before, but members of the senatorial class always remained amateurs in literary intellectual activities. The pretense of amateurism regard to intellectual activities have had great importance to the attitude of the upper classes in relation to education and an entirely life dedicated to the study was unusual as it was among the members of the equestrian class and the decurions (although to a lesser extent).

This amateur *ethos* also affected elite women; on the one hand, it may have facilitated their participation, and on the other, a life dedicated to the study has been forbidden, once it was against the traditions of their class (and sex). Of course, the "leisure" of women differs fundamentally from the "leisure" of the men of their class: by being barred from political participation and military affairs, women of the upper class, whose lives have passed, or was expected to pass, in the privacy of their homes and families, had been condemned to a life of *otium* (which is not to say that they had nothing to do). Would this *otium* had allowed them to devote their leisure time to study, which could be comparable to *otium honestum* of their male pairs? No, there is no female counterpart of the respectful qualified *doctus*, which denotes a man of culture, degreed in liberal arts and with a civilized conduct. However, *docta* is sometimes used for a woman, but not always understood as a compliment, nevertheless, this does not imply that education was considered inappropriate for all women and that the class distinctions were of no consequences. The questions were more complex: wealth, family history and other factors related to the social position of elite women interacted with gender to determine the nature of their education (Hemerlrijk, 1999).

In adulthood, some upper-class women returned to the themes that had been taught during their youth and they continued their study of poetry, mathematics or philosophy. These educated women were not universally admired in Roman society, where the opinion on them varied from idealization of *docta puella* to dislike for the "intolerable" literate. Hemelrijk (1999) asks how these contradictory feelings can be

[120] More information about the concept of *otium*, consult M.H.R. Pereira (1989) who deals with the concept of *Otium cum dignitate* in Cicero.

explained. Is there any progress in the judgment made on women educated in Roman society? According to the author, there were especially some goals in the education of elite women. The need of a "moral education", "the ideal of the educated motherhood", which can be expressed the ideals of women's education according to the literary sources, particularly the writings of moral philosophers and conservative senators from the imperial period, in which they highlight the beneficial effects of education on the women's moral and fulfilling their traditional role of wife and mother. In addition to these purposes, moralizing sources value "the social role of the upper-class matron" and the "education as a social status symbol."

Cynthia, the beloved of Propertius, is a good example. In addition to her beauty, she is praised as a skilled musician, who put her verses of love in music, and sung to the sound of her lyre, as an elegant dancer, a conservative spirited and - last but not least - a woman with a good taste for poetry. Indeed, a poet herself able to judge and appreciate the poetry of her lover as his most demanding critic. However, these achievements, she shares with other *puellae doctae* as Corina of Ovid, are more similar to the charms of an educated courtesan than the erudition of a respectable upper-class woman, more so, their literary and musical achievements are portrayed as part of their erotic attraction. Sexually, she seems independent: although in some cases the husband is mentioned, the *puella* is portrayed as free to hold converse and even a (secret) love affair with her poet-lover.

## Literary Circles and the Disclosure

The Latin literature was a matter of groups of friends or "circles": friends played an important role along the writing, reviewing and "publication" process of a literary work. Once a work was conceived and drafted, it means it has gone through several stages before being released to the public. Although it may, of course, vary widely, three phases can be distinguished. First, a copy was sent to a close friend who was invited to comment on the critical issue. Then, after the work being revised, a small group of friends would read it to test its reception; or copies could be sent to them for criticism. If, after one or more revisions, the author feels that he is sufficiently certain that this is the final version, then, presentation copies were sent to a larger group of friends, first the honored - if there was one. The work, in this phase, became public, or, using an anachronistic term, the work was "published". With more one copy, the work circulation was, then, out of the author's control: strangers to the author could copy it from a friend's text, from a copy in a bookstore or copy from a volume deposited in a public library - but the last two were relatively late developments. Friends (and patrons) played an important role at this stage of "publication", considering that they

could help to make the book known to a wider audience by recommending it to their friends and acquaintances or by organizing public recitations (Hemelrijk, 1999: 147).

The literary friendship seems to have been a male question: as far as we know, women have almost no place in it. Although few upper-class women had their poetry read, some acted as patron to poets; and there is only one case that may justify the assumption that a woman - under certain conditions - could participate in a literary circle: Sulpicia, the elegiac. It is theoretically possible that women have had their own literary circles for distribution of their own work, but there is no evidence of it. The rare access of women or total absence of any male literary friendships must have been an obstacle for their literary works: even if they had the necessary education, leisure and talent for writing poetry, they lacked the encouragement from literary friends who would read and criticize their work and published them. However, the work of all women who wrote poetry, that we know, must have had their work circulated in one way or another among educated men, or we would not have known of their existence. How did they achieve this? The most likely answer seems to be that, as the writers in other periods of history, they found the necessary contacts for the production and circulation of their work through their male relatives.

Taking Perilla as an example, we still know very little. Apparently, not even her real name has been preserved. She was the recipient of a poetry "letter" from Ovid's *Tristia* (3.7), sent to her from Tomis. The name "Perilla" may be a pseudonym: in *Tristia* Ovid does not mention the names of its recipients, for fear of embarrass them. According to Hemelrijk (1999: 149) this pseudonym was known: the love poet Ticida or Ticidas, a contemporary of Catullus, had used it, according to Apuleius, to hide his beloved Metella; and Ovid himself mentions Perilla as Metella's pseudonym who was celebrated by some poets, who he did not mention the names. He can have chosen it as a poetic tribute to those poets who belonged to the previous generation.

In his poem, Ovid addresses to her as an unmarried young woman, living with her mother: his letter, personified as a messenger that will find her, so he imagine her sitting with her mother (one female chastity *topos*) or among her books. Judging by the way he writes about her "modest fortune" and her personal library, she may have belonged to the same class (equestrian) that Ovid himself. He often refers to the close and cordial relationship between them, dating back to the "tender years of Perilla's childhood", in which he was to her "like a father to his daughter." From these observations, we assume that Perilla was his stepdaughter from a previous marriage of his third wife. There is much to say about this point of view: the long and cordial relationship from her youth onwards, the similarity in the way he describes his relationship with "Perilla" (like a father to his daughter) and perhaps, also, the fact that he portrays Perilla as a *docta puella*, but emphatically as chaste. If the name of Ovid's stepdaughter was Nerulla - which seems to have the Nerullinus nickname for his child

- it would give an additional argument for his identification with "Perilla" because of the metric equivalence of the name. However, safety cannot be achieved; paternal attitude from Ovid towards Perilla may have been metaphorically significant or some other relationship, although, presumably, a family relationship cannot be overlooked (Hemelrijk, 1999: 150).

From Ovid's poem, "Perilla" emerges as a young talented woman, whose poetic gifts he encouraged. The most interesting part of the poem is the one in which he deals with her poetic collaboration before his banishment to Tomis. Ovid asks if she remained faithful to their common pursuit of composing verses and reminds her that he keeps helping her to guide her talent, from her early youth onwards. Here, we see a young woman working in her poetry, as well as male poets used to do when starting a poetic career: she is assiduously advised and encouraged by an older friend. Ovid recognizes her poetic talent, which, as he proudly pointed out, he had been the first to notice it: "I was the first to realize that in the early years of her childhood, when, as a father to his daughter, I was her guide and companion [*duxque comesque*]" [121]. The military terminology used by the poetic collaboration is common, and it shows that she was accepted into the male world of the literary friendship, in which an older poet, more experienced, is considered "a leader and a fellow soldier" used to guide the younger ones. As described by Ovid, he and Perilla read and criticized the poetry of each other, a cooperation in that, as the "senior" poet, he took the lead with firmness:

> *Dum licuit, tua saepe mihi, tibi nostra legebam; saepe tui iudex, saepe magister eram: aut ego praebebam factis modo versibus aures, / aut ubi cesares, causa ruboris eram. (Ovid. Trist.3.7.23-6.)*

In this poem, we can find a young female participant, as a junior partner in the male world of literary friendship. Seeing that, outside this poem nothing is known about Perilla, she remains shadowy. If she is identified as Ovid's stepdaughter, she lived her adult life in anonymity, as most Roman women: she got married and had children. Alternatively, she may have lived as an unmarried girl, a promising poet, as in the verse quoted, stimulated by a senior poet, with a poetry composed for the purpose of publication. If she continued writing during her married life and her poems were finally published, we cannot say; and neither there is mention of them in our sources.

Information about Perilla is scarce, however, about Sulpicia we find more references. Sulpicia is the only female writer of Latin poetry whose work has been preserved, at least in part. Six short elegies of hers come to us by the *corpus Tibullianum*. Sulpicia was

[121] Ovid. *Tristia*, 3.7.17-18: "primus id aspexi teneris in virginis annis, / utque pater natae duxque comesque fui".

the daughter of *Servius Sulpicius Rufus*, man of politics. Her mother seems to have been Valeria, sister of Messala, who, after her brother-in-law's death of, played a leading role in education and training of Sulpicia (Filipe, 2002). As the poetic production of the Augustan period turned around literary circles, like the one of Maecenas, in which Horace, Virgil and Propertius took part, among others. Sulpicia was part of the circle of Marcus Valerius Messalla Corvinus, along with Tibullus, Lygdamus and subsequently Ovid (Paratore, 1983). We can find the poetic productions of this group brought together in what we would call today a "songbook", known as *Corpus Tibullianum*, because Tibullus is the most renowned poet (Parker, 1994). The fact of having spent her childhood in a non-conventional means - taking into account what we know of the formation of a Roman young - may have contributed to arouse her sense of independence and some freedom in poetry, as well.

Sulpicia's poetry uses her own name and identity; gives her beloved a name associated with poetry; evades family involvement; wills isolation with her lover; seeks to be known publicly for loving him. Distinguished by elegance, erudition and high-class, the common prostitute is her rival; resents the infidelity of her beloved; demands proofs that he loves her in return for her devotion; and identifies poetry as a means of sexual persuasion. Where she identifies her status as an elite woman, in contrast with a *scortum*, she invokes disdain meant for the male lover and poet for a lower-class rival. Considering that Sulpicia is an elite woman writing a love elegy, her speech did not need to offer verses in place of money; therefore, in her case, poetry is free from the elegiac impasse. What Sulpicia's elegy offers is, mainly, a means of exploring female sexuality and express female sexual anxiety and insecurity (James, 2003: 220). Thus, this kind of poetry that women like, and that looks like women, allows a female voice to talk about their own erotic concerns. Significantly, as Hallett (1989: 71) points out, Sulpicia seems "to portray herself as having much in common with the celebrated mistress of her male elegiac colleagues". The Elegy and the *docta puella*, allow Sulpicia to try herself, in designing of Hallett, both as "equal" and as "other". Catullus' Lesbia and Horace's numerous women do not offer such opportunity. Sulpicia's sex and her social status, however, cause the shortening of the trajectory of her poetic narrative. The usual plots and arguments of elegy are not available to her speech, therefore, her poems are few and short, although, graceful and complete. She offers a significant poetic reminder of, as much, the receiving of the female sex in the loving elegy, as the unspoken social circumstances that dictate and predetermine the resolutions of the elegiac love (James: 2003, 220).

The examples of Perilla and Sulpicia show two successive steps in the writing and publishing process of a literary work: poetic collaboration (Perilla) and "publication" (Sulpicia). However, the participation of women in the world of literary friendship must have been rare. To our knowledge, the Roman literary circles were usually

composed exclusively of men; no female poet is mentioned among literary pupils of Mecenas or any other literary patron. The military metaphor (*comesque duxque*) used for poetic cooperation between a senior poet and a younger one - in this case applied between Ovid and Perilla - clearly reflects the fact that the world of literary production was exclusively male. However, as we have seen, the talented women can occasionally have had access to literary circles and to the publishing channels; at least, when they were supported by male relatives, who were poets or literary clients (Hemelrijk, 1999: 153).

Certainly, two female poets, all writing about the same period (from the middle of the first century BC to early first century AD), do not prove that the talented women could not participate in a literary circle or publish their poetry unless they were encouraged by male relatives. It's possible that at the end of the first and second centuries AD, – when writing poetry was the trend among men and, as it seems, the women from the upper class – the access to literary circles has become more open to women. However, the female poets discussed here sustain the view that the support provided by male relatives was crucial.

As the literary contacts and incentives were essential, the limited access of women to literary circles severely restricted the number of women who were able to circulate and publish their work. Although this does not hold back the efforts in poetry, in the privacy of their homes, their relative isolation of the literary life it happened almost impossible for them to make their poetry known by their contemporaries and, thus, eventually, to us. The few cases that form an exception have to be considered.

## Ovid and the Elegy Erotic

Scholars are divided on the purpose, the effect and the success of the way Ovid deals with the poetic genre, although it is probably safe to say that many, if not the most, readers find him irreverent, often shocking and inappropriate. Therefore, the result of his work is judged inferior to his contemporaries and predecessors' (see Boyd, 1997: 1-12), demonstrating be missing the moral, aesthetic, taste and character (James, 2003: 155). The *Ars Amatoria* and *Amores* have been criticized for mocking, satirizing, parodying or making fun of the works of Propertius, Tibullus and Catullus; as a result, Ovid was criticized as an inferior poet, and as personally and morally defective. According to Sheron James's opinion, such criticism ignores the "self-parodic" and hilarious elements of the elegy, as a whole. Ovid failed even more asking why satirizing a genre is necessarily a bad thing, or why the literary satire should indicate understanding or comprehension of the inappropriate gender of an author. This kind

of criticism rests on the wrong and romantic interpretation of the elegy and the demand of sincerity, reasons why the Elegy can not be understood as real facts reported, the events are always fictitious.

In James' view (2003: 155), Ovid knew very well what he was doing in his works *Amores* and *Ars Amatoria*. It's worth noting that the persistent work in the elegiac genre for twenty-seven years, revising and republishing *Amores*, adding the book III to *Ars* and including *Remedia Amoris* to its corpus and, finally, devoting so much time of his life to the elegy, it was not possible argue that he did not know what he was doing. James takes as a fact, not just the fact that Ovid considers each poem in *Amores* appropriate and necessary for his poetic program, but also that their placement is deliberate (particularly the initial location of 1.7 and 1.14 and relatively central position 2.13-: - 14) designed to show the specific issues and problems of elegy.

Many authors interpret issues aroused by the elegy of Ovid as an offense against women. Why does he find room in the elegy for poems about his sudden baldness (1.14) and abortion (2,13-14), the constant priapic condition of the poet lover (2.4) or his failure (3.7), his willingness to be, at the same time, both exploitative and openly abusive with his mistress and his slaves (2.2 to 31 2,7-8) and so on? Why does the elegy of Ovid openly expresses so much insincerity and so little passion and elegiac suffering? Why does he continue, so intently, focused on the insincerity, deception, infidelity and revulsion against women?

To James (2003: 157) Ovid does not add hypocrisy, exploitation and pretension in the Roman love elegy - he puts it naked. As Mack (1988: 62) points out, "Ovid offers us glimmers of real life behind the elegiac conventions. In real life, actions have consequences. Part of the Ovid's analysis of the conventions involves bringing some of these consequences to the fictional world of elegy. "

The disturbing and disorienting effect that *Amores* and *Ars* have over many readers are deliberate and strategic and should be considered as a shock effect designed to make readers rethink the elegy of love. The primary charge against Ovid's love elegies is that they are too focused on sex, but relatively little about love. That is to say that his speech does not seem to be actually about love with a woman, but rather a search of adventure. According to James, these sexual complaints could very well be fixed, as it follows: in *Amores*, Ovid pays attention not to the heart, as Propertius and Tibullus are thought to do, but to the body. It's worth noting that the body focused on *Amores* is the *puella*'s. In 1.141 the hair falls out; in 2,13-14 she has an abortion. This led all the readers to conclude that both Ovid as its homonym speech are more interested in the body than the mind and the heart. Indeed, the poet-lover, Ovid, speaks about loving the body of a *puella* rather than her personality. However, the author argues that this aspect of Ovid's elegy - its emphasis on carnality, so to speak - reveals the same basis of

all elegiac base. It's in the male sexual attraction to feminine beauty, where is, simultaneously, the generator agent of the sexual desire of lover-poet, the physical target of his anger when he realizes that he cannot control the *puella*. The focused exhibition of Ovid on the connections between female beauty and male sexual aggression reveals, retrospectively, the same phenomena in Propertius and Tibullus (James, 2003: 157-158).

## Conclusion.

Issues relating to women's education in classical antiquity is a subject with many gaps to be filled. The works that we have access always deal with the men's education, usually referring to the public and political sphere; while women received an education aimed at their expected role in society; this is, to be wife and mother. In this manner, Roman erotic elegy stands out, whereas it was accessible to women, with issues relating to them, which dealt with them.

In this universe of reading and readers, many women felt seduced to write their own stories, poetry and issues related to their daily lives. However, due to the fact of history, especially in antiquity, be written by men, these stories and writings were not accessible to us. We can rely only on few sources and reports coming from women. In this context, *docta puella* is a character who flees from the respectable Roman matron standards, due, precisely, the access she had to the current male world and mainly for her artistic and cultural training.

A way found to deal with this set of themes, in the article exposed here, was to demonstrate that through Sulpicia's poetry and the correspondence between Ovid and Perilla, women had rather an active voice, but they needed the male presence for propagation, which made them dependent on their circles of poets and writers friends. Nevertheless, the fact of being part of the literary circles have confirmed their active participation in the written culture of Roman society.

From the end of the Republic onwards, the number of educated women increased, causing mixed feelings in the society of the period. Conservatives senators, such as Cicero and Sallust, defended the dignity and traditional virtues to their wives; Sallust defended dignity and traditional virtues for women of his class, and this topic clashed with the life of luxury and pleasure associated with Greek culture. Therefore, they ignored the Greek learning in women they respected. They spoke of women education, especially their ability in singing and dancing, only when they wanted to defame female opponents. This does not mean that they were opposed to women's education in private life, but, in their writings, they put traditional morality in first place. As

opposed to the ideal of matron, in elite, the poets of love from the late republic and Augustan period, as Propertius and Ovid, idealized the *docta puella*, a young woman of indefinite social status and loose sexual morality, who was an expert in Greek educational triad, poetry, music and dance. Thus, we see that the opposing views coexisted, albeit in different groups of society: the poets of love were young knights who opposed the strict prescribed moral standards of members of the elite as revived in the moral legislation of Augustus.

In a later period of the Principate, the image of the literate and educated woman has changed. The ideal of *docta puella* had been stripped of its sexual license connotation and had incorporated the ideals of the married life. In the letters of Pliny for and about his wife, the influence of the love poetry from Augustus period are seen: in addition to complement her traditional virtues, Pliny publicly confesses his love and even his passion for his wife in an unusual way (and maybe even unthinkable) among men of his class, before the empire. In his letters to Calpurnia, he adopts the literary conventions and images of love poetry. Pliny's letters demonstrate some "domestication" of the ideal of *docta puella* for her incorporation into married life. Thus, the sophisticated and exciting *docta puella* from the love poetry has become the well-educated and devoted wife.

Regarding to the erotic elegy of Ovid, this has roused many critical debates and scholars on the theme. Some authors have interpreted the love poetry of Ovid, as criticism and depreciation of female image, some not, who defend the idea that Ovid "touched the wound" of Roman family and society when proposing feminine activities that enchanted men. Many issues can be further raised in this perspective and several works have appeared on the subject, as the cited works of Emily A. Hemelrijk and Sharon James that deal with literate and educated matrons of Roman society and the image of the *puella* in the elegiac poetry. The work of Yun Lee Too also brings great contribution with information on education in classical antiquity, escaping from traditional and generalizing studies of the topic. Works like these related to female themes contribute to the possibility of new researches that address women and their public participation in Roman society.

## Bibliographic References

ALFÖLDY, Géza. **A História Social de Roma.** Lisboa: Editorial Presença, 1984.

AUBENQUE, P. As filosofias Helenísticas: Estoicismo, Epicurismo, Cericismo. In: CHÂTELET, François (org). In: **História da Filosofia**: ideias, doutrinas. Vol. 1. A Filosofia Pagã .Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 167-198.

BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P. P. A. **Repensando o Mundo Antigo.** Textos Didáticos. Campinas: Unicamp, 2005.

BOYD, B. W. **Ovid's Literary Loves: Influence and Innovation in Ovid's *Amores*.** Ann Arbor, 1997.

BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

CARCOPINO, J. **A Vida quotidiana em Roma no apogeu do Império.** Lisboa: Livros do Brasil, s/d

CHERVEL, A.; COMPÈRE, M-M. As humanidades no ensino. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul/dez, 1999.

CÍCERO. **Da República**. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Atena Editora, s/d.

CURRIE, H. MacL., **The Poems of Sulpicia**, *ANRW* 2,30.3 (1983) 1753.

DE CERTEAU, Michel. A operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 65-119.

DIXON, S. **The Roman Mother**. London: Routledge, 1990.

FILIPE, R. T. As elegias de Sulpícia: Uma voz feminina num mundo de homens. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate 4.** 2002. P. 57-78.

FINLEY, M. I. As Silenciosas Mulheres de Roma. In: **Aspectos da Antiguidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 149-164.

_____. **Uso e Abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, Pedro P. A. Romanas por elas mesmas. In: **Cadernos Pagu.** 1995. pp. 179-200.

HALLET, J. Woman as Same and Other in the Classical Roman Elite. **Helios**. 1989, 16.

HEMELRIJK, Emily A. **Matrona Docta:** Educated women in the Roman élite from Cornelia to Julia Domna. London and New York: Routledge, 1999.

HORÁCIO; OVÍDIO. **Sátiras/Fastos**. Traduções de Antonio Luís Seabra e Antonio Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1949. v. 4.

JAMES, Sharon L. **Learned Girls and Male Persuasion:** Gender and Reading in Roman Love Elegy. Los Angeles: University of California Press, 2003.

LEITE, L. R. Difusão e recepção das obras literárias em Roma. In: LEITE, L. R.; SILVA, G. V. (Orgs.) **As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens.** Vitória: EDUFES, 2013. P. 83-99.

MACK, S. **Ovid.** New York: Yale University Press, 1988.

MACROBIUS. **The Saturnália**. Columbia University Press, 1969.

NOVAK, M. G.; NERI, M. L. **Poesia lírica Latina.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

OVIDE. **L'Art d'Aimer**. Tradução de Henry Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

_____. **Oeuvres complètes**. Tradução de Th. Burrette *et al*. Paris: C.L.F. Panckoucke, 1834/1837.

OVÍDIO. **Ars Amatoria**. Edição Bilíngue. Trad. Natália Correia e David Mourão-Ferreira. São Paulo: Ars Poética, 1997.

_____. **As Metamorfoses**. Tradução de Antonio de Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1959.

_____. **Las Heroidas**. Tradução em verso de Diego de Mexía. Buenos Aires: Coleção Austral, 1950.

_____. **Obras:** Os Fastos, Os Amores e Arte de Amar. Traduções de Antonio Feliciano de Castilho. São Paulo: Edições Cultura, 1943.

_____. **Os Remédios do amor: os cosméticos para o rosto da mulher.** Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Nova Alexandrina, 1994.

_____. **Tristium.** Edição bilíngüe. Tradução de Augusto Velloso. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

PARATORE, E. **História da literatura Latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PARKER, H. Sulpicia, the *Auctor de Sulpicia,* and the authorship of 3.9 and 3.11 of the *Corpus Tibullianum,* **Helios.** 1994, 21.1: 39-62.

PEREIRA, M. H.R. **Estudos de História da Cultura Clássica II**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

PETRÔNIO. **Satyricon**. Tradução de Paulo Leminski. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PLINY THE YOUNGER. **Letters.** Trad. William Melmoth. Londres: W. Heinemann, 1958.

RODRIGUES, N. S. Agripina e as Outras: Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero. **Gerión.** V. 26, n. 1, p. 281-295, 2008.

SÊNECA. Consolação a Hélvia. *In*: _____. **Cartas Consolatórias**. Tradução de Cleonice Furtado Mendonça Van Raji. Campinas: Pontes, 1992.

SUETÔNIO. **As Vidas dos Doze Césares.** Trad. Sady-Garibaldi. São Paulo: Atena, 1959.

SUETÔNIO. **A vida dos doze Césares**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TÁCITO. **Diálogo dos Oradores.** Tradução de Agostinho Santos. Lisboa: Livros Horizonte, 1974

TÁCITO. **Diálogo sobre los oradores.** Tradução de Nicolás Gelorminni. Buenos Aires: Losada, 2009.

TOO, Yun Lee. **Education in Greek and Roman Antiquity.** Boston: Brill, 2001.

VEYNE, Paul. **A Elegia Erótica Romana**. O amor, a poesia e o ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1995.

# ARISTOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA POLÍTICA ROMANA REPUBLICANA

Jonathan Cruz Moreira[122]

## Resumo

Um dos temas recorrentes na historiografia contemporânea acerca da organização política e social do estado romano, reside na participação ou não da população de modo efetivo nas decisões tomadas nas diferentes assembleias do povo romano. Algumas divergências surgem com relação à soberania do povo romano nestas votações e o papel da aristocracia no controle destas decisões, sendo por meio do sistema de clientela, ou pelos meios que o próprio funcionar das assembleias ofereciam. A resposta a estas questões passa pela analise tanto do lugar da aristocracia e da plebe nesse sistema, quanto pelo conhecimento do próprio sistema de tradições que regiam a res publica. O objeto deste artigo é refletir sobre a participação dos diferentes grupos sociais no processo político romano, por meio da análise do processo político e suas tradições.

## Palavras-chaves

Roma; plebe; política; aristocracia.

[122] Programa de Pós-graduação em História – Mestrado. Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, SP, Brasil. e-mail: jonathan.cruzmoreira@gmail.com

## Abstract

One of the recurrent themes in contemporary historiography on political and social organization of roman state resides on the participation or not of the population in decisions made in the different assemblies of roman citizens. Some of the discrepancies arise from the Roman citizens' sovereignty in these elections and the role of aristocracy in controlling these decisions, either through patronage system or by the assemblies' modus operandi themselves. The answer to these questions involves analyzing the place of aristocracy and plebs in this system, as well as the knowledge on the traditions system that ruled the res publica. This article aims at reflecting about the participation of the different social groups in Roman political process, by analyzing the political process and its traditions.

## Keywords

Rome; plebs; politics; aristocracy.

A organização da república romana e sua estrutura, principalmente no tocante ao funcionamento de suas instituições, perpassam na historiografia contemporânea por uma reflexão sobre a viabilidade da caracterização desta mesma estrutura estatal como participativa e democrática, ou como um Estado oligárquico ou aristocrático e, portanto, pelos limites e possibilidades da participação popular efetiva no processo político. Esta análise pode acarretar a transposição de noções modernas às realidades políticas muito distintas no tempo e, aplicadas à História romana, levam à observação das estruturas políticas sempre em função de instituições modernas, tais como "parlamento", ou ferramentas legais igualmente modernas, tais como "constituição", ou ainda com a transposição de modelos clássicos, mas distantes da realidade romana, como a democracia ateniense.

Ao analisarmos o funcionamento dos aparatos políticos da República romana, nos deparamos com uma série de impasses na análise de uma estrutura muito particular.

> *Inquestionavelmente, elas (assembleias do povo romano), possuíam poderes constitucionais inquestionáveis, ao menos em teoria. Mas, realmente importava o que os eleitores nessas assembleias pensavam acerca do as questões sobre as quais votavam? Ou era, o exercício do poder, de alguma forma, pré-determinada pelo patronato ou manipulação política? Era o poder exercido por meio do processo político sobre o qual ouvimos tanto, ou a batalha aparente era apenas um efeito colateral secundário de um sistema fixo de autoridade investido na elite dominante? (North, 1990:.277)*

O debate que leva às diferentes abordagens sobre o tema, sugere uma reflexão sobre a própria natureza da "constituição" romana ou o conjunto de normas, códigos e tradições que regiam o processo político, as assembleias onde os magistrados eram eleitos e seu sistema de funcionamento e, por fim, a prática do voto e suas consequências práticas para a formação das magistraturas que comandariam o estado no período seguinte. Roma, segundo Brennan (2004), nunca possuiu uma constituição escrita, sob a semântica moderna do termo, que significa um ato legal fundacional sob o qual as demais esferas políticas se regulam, possuindo, porém uma miscelânea de regulamentos e tradições políticas que guiam, moldam e avaliam tanto as relações travadas em âmbito público quanto no privado:

> *A República Romana não possuía constituição escrita. Possuía, no entanto, um conjunto de instituições contínuas, extremamente resistentes (no senso mais amplo do termo), algumas das quais eram, ou ao menos pareciam virtualmente primitivas (Brenanan, 2004:.31).*

Mesmo observando-se as instituições que formavam o Estado e suas estruturas legais de uma perspectiva distanciada, toda comparação com formas modernas de constituição e organização política pode incorrer na formulação de teorias a partir de bases anacronicamente estabelecidas.

A reconstrução do sistema político romano sob a perspectiva de *staatsrecht*, estabelecida por Theodor Mommsen, no final do século XIX, a partir da qual a "constituição Romana" seria um sistema baseado em leis constitucionais, ou seja, em um sistema isolado e independente em relação à sociedade, vem sendo substituída por uma análise que destaca o sistema político e social no qual as instituições da vida pública romana se viam inseridas, como únicas e a partir dos quais não cabe uma análise em paralelo com a política moderna.

Mesmo a concepção de uma "constituição não escrita", guarda sob si este mesmo aspecto comparativo. Para Christian Meier (1966), a ideia de constituição escrita fundacional não necessariamente é contraposta a uma "constituição não escrita", mas pode ser contrastado como uma "constituição orgânica". Segundo Holkeskamp (2010.15):

> *Em oposição a uma constituição "fundacional", a constituição "orgânica" é capaz de funcionar com o mínimo conjunto de estruturas institucionalizadas, pois é pragmaticamente desenvolvida e trabalhada na prática política, sem muita institucionalização ou formalismo.*

Deste modo, esta constituição orgânica como argumenta Meier, uma vez que é inerente à vida política prática, baseia-se em tradições e precedentes estabelecidos no que diz respeito a situações reais da vida pública. Em uma sociedade na qual se confunde de modo tão próximo o publico e o privado, Estado e sociedade terminam por combinar-se:

> *Uma simbiose particular do Estado e sociedade, combinando com uma forte orientação entorno do Estado – um foco excepcional sobre "poder", política e guerra, domínio e império – com uma fortemente assimétrica interpretação e interligação entre a sociedade e as instituições e os poderes e procedimentos do Estado sob os quais era subordinados em função de uma sociedade tradicional e sua hierarquia social. (Meier,* apud *Holkeskamp, 2010:.5).*

Dentre os motivos pelos quais não houve, ao decorrer da história da República romana, um esforço sistemático no sentido da criação de um código definitivo de leis que orientasse de modo definitivo o sistema político romano, podemos listar a resistência por parte da classe senatorial, conscientes de que isto poderia limitar de algum modo suas amplas prerrogativas e influencias, além do fato de que, no início do século II a.C, quando a literatura legal latina desenvolvia-se, o sistema político, ao menos em suas bases, já era vasto demais para ser abrangido como um todo. Esta concepção nos impede, portanto, de descrever de modo exato o sistema e sua complexidade. Pode ser descrito como um conjunto ou conglomerado de instituições e regras formais de atuação política que, como um todo eram compreendidos e aplicados na prática como um suporte legal e apenas ocasionalmente aprimorados, reformados ou desenvolvidos a partir de leis (Holkeskamp, 2010).

Este conglomerado de tradições e práticas políticas não pode ser compreendido, porém, como um sistema estático, mas como um processo político contínuo, e que só pode ser analisado levando-se em consideração a dinâmica da formação dos grupos sociais participantes. Este processo baseava-se ainda em um importante arcabouço de regras morais que orientavam a vida pública. Estes "códigos" de conduta moral pública compreendem uma série de conceitos abstratos como *auctoritas*, *dignitas*, gratia e *honos*, sendo o mais relevante deles, o *mos maiorum*.

A disputa por cargos e posições de destaque no Estado Romano dependia profundamente destes valores pessoais ou herdados, socialmente aceitos e legitimados, que refletiam a importância tanto do indivíduo quanto de sua família. A ausência de um código definido a partir do qual as relações políticas se guiassem, tornava ainda mais relevante este conjunto de condições e características esperadas de um magistrado ou candidato às magistraturas a serem desempenhadas no Estado. O grego Políbio (203 a.C-120 a.C), que conheceu testemunhalmente as práticas políticas omanas, na intenção de demonstrar a seus conterrâneos os motivos pelos quais, Roma havia se tornado detentora da maior parte do mundo conhecido, relembra as tradições funerárias da aristocracia Romana.

> *Quando algum de seus ilustres homens morre, durante seu funeral, o corpo com todos seus paramentos é carregado no fórum para a Rostra, como uma plataforma elevada, e é chamado seu filho e na falta dele, um de seus amigos mais próximos na Rostra, e este faz um discurso, expondo as principais virtudes do falecido e as principais proezas desempenhadas por ele durante sua vida. [...] Após o enterro, posicionam uma imagem do falecido no local mais sagrado da casa [...], esta imagem é apresentada em sacrifícios públicos com muito esmero. E quando qualquer homem ilustre da família morre, carregam estas máscaras no funeral, colocando-as em homens, o mais semelhantes possível do original em altura e outras particularidades pessoais. E estes substitutos vestem roupas de acordo com a posição que a pessoa representava. Se era um cônsul ou pretor, a toga com bordas em púrpura; se um censor, toda púrpura; se celebrou um triunfo ou qualquer feito deste tipo, a toga bordada em ouro. [...] O Orador, pós encerrado o panegírico desta pessoa em particular, inicia sobre os representantes ali presentes, começando pelo mais antigo, e recontando os sucessos e aquisições de cada um. Deste modo, a memória gloriosa dos bravos homens é continuamente renovada; a fama dos quais haviam feito algum ato nobre nunca morre. [...] Mas o maior benefício desta cerimonia é inspirar os jovens a não pouparem esforços pelo bem estar geral, na esperança de obter a gloria que espera os bravos. (Políbio,* apud, Rosentein: 2006, 365*).*

A descrição de Políbio da cerimônia funerária da aristocracia romana demonstra tanto a importância para a família aristocrática em manter seu poder simbólico, baseado na bravura militar e no desempenho de cargos públicos, como de demonstra-lo. O fórum e, sobretudo, a *Rostra*, eram locais de acesso livre nos quais eram desempenhadas

funções principalmente de comunicação, como discursos dos magistrados e candidatos e atividades legais como defesa e acusação nos julgamentos públicos.

Além disso, para o jovem proveniente dessas famílias, tornava-se imprescindível que igualasse ou superasse a memória de seus antepassados, continuamente revitalizada pelas tradições cívicas, afinal: "a gloria dos ancestrais dos homens são como a luz que ilumina seus descendentes, não permitindo que nem seus vícios, nem suas virtudes, permaneçam escondidos" (SALÚSTIO, Guerra de Jugurta, LXXIII.23). A tradição militar, além da política, também tinha especial importância. Quando ocorreu a expulsão do ultimo rei etrusco de Roma, segundo a tradição em 519 a.C., a cidade via-se cercada por outras cidades ainda sob o domínio Etrusco, que ameaçavam sua frágil independência.

> *Seu território compreendia apenas 800 km². A cidade murada estava continuamente sob a possibilidade de ataque e mesmo as assembleias públicas podiam ser interrompidas com o levantar de uma bandeira, simbolizando ataque iminente e a mobilização dos cidadãos, que podiam então preencher apenas 2 legiões, ou cerca de 8.000 homens (Brunt, , 1971:.1).*

Segundo Rosenstein (2006), o termo *virtus*, embora tenha sido revestido de enorme complexidade ao longo dos séculos, tem origem militar, e significa coragem no campo de batalha. Consequentemente, a vida do jovem aristocrata que pretendia ascender na política, conquistando a mesma *virtus* de seus antepassados, iniciava-se com o serviço militar, aos 17 anos e a partir do qual poderia candidatar-se aos cargos públicos. Apesar do consenso historiográfico acerca da belicosidade da aristocracia Romana, pois, a importância da reputação de bravura em batalha era certamente essencial para o sucesso na luta aristocrática pela honra, esse aspecto não era o suficiente para uma rápida ascensão na carreira política.

A atuação na acusação e defesa em tribunais (para os quais nenhum pagamento era permitido) servia também como arenas de combate, nas quais aristocratas competiam entre si. A vitória em casos importantes, não apenas trazia reconhecimento público, mas também estreitava ligações, principalmente entre réus e defensores. Para isso, a habilidade na oratória era crucial para os objetivos de escalada na carreira política. "Apenas oradores que eram hábeis em convencer a assembleia dos cidadãos de seus pontos de vista poderiam esperar sucesso e cargos mais altos"(Holkeskamp, 2010: 4).

A defesa em julgamentos era parte importante do sistema de *amicitia*, que ligava aristocratas individuais e famílias romanas ou não romanas por laços de riqueza, força e *dignitas*, que, segundo Syme (2002), significava posição, prestígio e honra, a ser firmemente defendida de ataques políticos. Estas ligações se davam em laços de clientela e de apoio político, o que era sacramentado por meio de casamentos e, até mesmo, de adoções. "Amicitia era uma arma política, não um sentimento baseado em

harmonia. Indivíduos chamam a atenção e preenchem a história, mas as mudanças mais revolucionárias da política romana foram obra de famílias ou alguns homens" (Syme, 2002:12).

Clientela, no século I, havia mudado substancialmente seu significado original de fidelidade entre a plebe e uma casa patrícia específica, a partir da qual era esperada fidelidade mútua. O sistema de patronato antigo teria sido herdado, segundo a tradição, do próprio Rômulo, que teria dividido plebeus sob a tutela do patriciado: "Ele alocou os plebeus à confiança das mãos dos patrícios, permitindo que cada plebeu escolhesse para seu patrono, qualquer patrício que desejasse" (Dionísio, 2.9.2). Dionísio também observa que, diferentemente do sistema de patronato que existiu em Atenas, o patronato romano dos primeiros séculos não permitia castigos físicos e que tratava-se de "uma ligação amigável, condizente com colegas cidadãos" ( Dionísio, 2.9.3). Em fins do período republicano, a clientela entre as famílias proeminentes e a plebe configurava-se no auxílio alimentar da aristocracia à plebe em troca de apoio político. Por isso, as repetidas tentativas de implementação da prática de distribuição de alimentos gratuitos subsidiados pelo Estado por parte de políticos sem o mesmo poder de persuasão econômica, no sentido de afrouxar estes laços entre os clientes e patronos e, mais ainda, por isso a resistência da aristocracia com relação a estas leis. Todas as manhãs, a aristocracia romana recebia seus clientes, amigos e aliados para o *salutatio*, saudação matinal na qual se pediam favores e conselhos. Gelzer afirma que "O número de eleitores que compareceriam por ele (candidato), pode ser calculado pelo número dos que esperavam por eles nas casas de manhã, escoltavam diariamente e formavam sua constante comitiva" (1969, p.38). Enquanto iam ao fórum, seus clientes e amigos os seguiam em cortejo, demonstrando de forma pública sua fides, fidelidade para com seus aliados e sua *auctoritas*, autoridade, exercida na vida pública e entre seus aliados e adversários (Mouritsen, 2007).

A demonstração simbólica do poder, em termos de capital simbólico acumulado durante as várias gerações, reavivado durante o desempenho de magistraturas por candidatos cujas famílias há muito tempo vinham perdendo prestigio pelo distanciamento dos altos círculos da política, ou desempenhado por homines *novus*, candidatos em cuja linhagem não constavam magistrados de alto escalão, era continua e expressava-se nesses rituais da vida pública, nos quais o prestígio político era tornado visível a todos. Com relação a estes últimos, em especial, a falta da herança simbólica impunha dificuldades para a obtenção de cargos importantes, sendo que a grande maioria dos "homens novos" chegavam apenas á magistraturas medianas. Quinto Cícero alertava o irmão Marco Túlio das dificuldades a serem enfrentadas no caminho do consulado de 63 a.C, uma vez que era "homem novo", apesar da habilidade na oratória:

> *Considere que cidade é esta, qual é seu objetivo e quem você é. Todos os dias quando desceres ao fórum, isso deve estar em sua mente: "Sou um homem novo; o consulado é meu objetivo; isso é Roma". Sua "novidade" na política e o fato de que ninguém da sua família jamais exerceu altos magistrados em Roma é uma fraqueza que será superada pela sua fama como orador (Cícero, Comentariolum petitionis, I. 10).*

Outro "homem novo", Caio Mário, teve de enfrentar o desprezo da aristocracia para ser aceito mesmo entre os candidatos ao consulado. Seu pedido de apoio a outro aristocrata, Metelo, só foi bem sucedido por que havia sido acompanhado de uma "enxurrada de cartas de comerciantes e soldados da África endossando a candidatura" (Konrad,2006:173). Tratavam-se, em geral, de membros das aristocracias municipais emigrados para Roma, embora alguns pesquisadores como Mathias Gelzer defendam que as famílias aristocráticas romanas eclipsadas no jogo político ao longo do tempo, também eram recebidas como "homens novos" (Gelzer, 1969:36).

Esta gama de conceitos simbólicos, cultivados e difundidos pela classe política romana, era reunida em um termo de abrangência mais ampla: *mos maiorum*. A amplitude da noção de *mos maiorum* torna difícil a circunscrição do termo em um conceito único, sem incorrer na limitação do termo. Pode ser compreendido como o conjunto das tradições morais e políticas que estavam por trás de todas as avaliações de conduta dos magistrados, desde o inicio da carreira ao final dela, e baseava-se em precedentes históricos apoiados nos costumes ancestrais:

Este estoque mental de princípios, princípios tradicionais, e regras de conduta apropriada, de políticas testadas no tempo, regulamentos, e praticas bem estabelecida não apenas prescrevia o comportamento social da vida privada, mas também regulava todo o direito "criminal" e "público", a religião oficial, bem como o sistema militar, os modos e meios de conduta política interna ou externa. Por último, e não menos importante, *mos maiorum* também inclui o que podem ser chamados de "convenções constitucionais". (Holkeskamp,2010:12).

Inclusive, a complexa responsabilidade do Senado, seus regulamentos e direitos, estavam apoiados, sobretudo, no costume e não em leis e regulamentos estabelecidos, assim como as regras gerais de administração das províncias. Competências conflitantes entre órgãos individuais do Estado romano eram reguladas também por meio da análise de precedentes e da tradição. Por este motivo, por exemplo, a forte oposição do Senado ao projeto de Caio Graco, de fundação de uma colônia no local onde havia a cidade de Cartago, devastada no fim da III Guerra Púnica, em 146 e sua gerência de assuntos externos, como o tesouro do reino de Pérgamo (Brunt, 1971). A política externa era prerrogativa tradicional do Senado, portanto, um tribuno da plebe que invadisse esta prerrogativa, infringia o costume e agia de modo contrário ao *mos maiorum*.

Os Romanos colocavam um alto valor na tradição e, portanto, tomavam decisões constitucionais, com base na reivindicação de precedentes antigos. "Apelavam para a concepção do *mos maiorus* (costume ancestral) como um guia confiável para a legitimidade, o que implica que a continuidade era sempre desejável" (North, 2006:257).

A estrutura do Estado romano, portanto, era baseada em uma "constituição orgânica". Em grande medida, um processo no qual o estado baseava-se em leis e regulamentos mas, sobretudo, em elementos culturais que ditavam as regras de conduta social, pessoal e política, desde a ascensão e posse, até a vida após as magistraturas e comandos militares. Os valores da aristocracia Romana, virtus, auctoritas, dignitas, fides, etc, eram ostensivamente defendidos e acima de tudo demonstrados. Estar entre os maiores homens da República ou relacionar-se com eles, era crucial na cada vez mais disputada política da República em seus últimos anos. No campo da política romana, as magistraturas representavam troféus importantes a serem conquistados, mesmo entre as magistraturas menores. A competitividade acirrava-se quando o que estava em disputa eram as magistraturas maiores, como a dos pretores, censores e cônsules, que trazia honra e nobreza para a família por gerações, confirmando, ou renovando sua autoridade.

Do lado oposto da estrutura política da república romana, que compreendia a maior parte dos eleitores, estava a população plebeia (*plebs*, multidão) e formava uma camada cada vez mais numerosa da sociedade romana. Era formada por imigrantes de várias regiões da Itália, e formavam a massa de camponeses, muitas vezes empobrecidos frente à competição da aristocracia fundiária latina, artesãos e comerciantes que formavam uma massa urbana profundamente heterogênea e sub representada pela política patrícia. Apesar da pobreza de boa parte da plebe, um núcleo em ascensão econômica, ligado, sobretudo, ao comércio, manufaturas e outros ofícios, desprendeu-se da dependência patrícia e, sabendo de sua importância para a defesa militar da cidade durante o século IV a.C, passou a reivindicar, com apoio da plebe empobrecida de Roma, maior participação política:

> *A revolta da plebe contra a nobreza patrícia desde o início da republica só se explica por haver pelo menos um sólido núcleo de plebeus em parte livres das obrigações econômicas, sociais, políticas e também morais que pesavam sobre os dependentes de uma gens em relação aos seus chefes patrícios e, por tanto, recaíam principalmente sobre as massas da população camponesa. (Alfody, 1989:26).*

As intenções de maior participação política por parte das camadas emergentes da plebe e as massas famintas que procuravam na resistência oportunidade de acesso à terra, por exemplo, abriu caminho para revoltas que pretendiam dar mais espaço a plebe na administração da cidade.

Era a primeira secessão da plebe. Separar-se implicava em menos homens na defesa da cidade, em um momento em que a frágil posição no Lácio não permitia a diminuição do efetivo sem riscos à defesa da cidade. Com a pressão exercida pela secessão, os patrícios tiveram de ceder e paulatinamente, à medida que Roma necessitava de toda sua força militar disponível, a plebe foi angariando mais posições possíveis de acesso na política Romana. Os primeiros cargos reservados à plebe, além das primeiras leis feitas em seus benefícios coincidiam com períodos de conflitos militares na região, portanto a formação das magistraturas romanas é:

> *Caracterizada pela interação de questões internas e externas, tais como: as tensões e a luta pela igualdade de direitos civis e políticos; a debilidade socioeconômica testemunhada pelo aumento da escravidão por dívidas e a necessidade de obtenção da terra; as ameaças e guerras com as cidades latinas e etruscas. (Funari, 2009:91).*

O quadro abaixo demonstra como o contexto de guerras locais favoreceram a inclusão de parte da plebe no processo político, e foram relevantes no processo de formação e consolidação das magistraturas romanas, das mais altas às mais baixas do *cursus honorum*.

Na tabela a seguir é possível acompanhar a relação entre as conquistas dos plebeus ao longo dos séculos V e IV e as pressões sobre Roma exercidas pelas cidades-estados da região do Lácio. Observamos que a resistência dos plebeus em forma de greve militar surtia significativos efeitos quando Roma era ameaçada.

| ANO | TRANSFORMAÇÕES INTERNAS | ANO | POLÍTICA EXTERNA |
|---|---|---|---|
| 494 | Secessão da Plebe (criação dos tribunos da plebe e edis plebeus ) | | Formação de um exército contra os *Volscos* |
| 494 | Criação da Questura | | Início dos problemas com a cidade de Veios |
| 491 | Lei das XII Tábuas | | |
| 443 | Supressão do consulado e criação dos tribunos militares com poder Consular. Criação da Censura | 485 a 474 | |
| 367 | Leis Licínia-Sextias - uma regulava as dívidas, outra possivelmente possibilitava aos plebeus a posse da terra pública, e uma terceira abolia o tribunato consular reestabelecendo o consulado com a condição de que um dos Cônsules deveria ser plebeu | 390 ou 386 | Vitória sobre *Veios* |
| | | 386 | Invasão Gaulesa |
| | | 358 | Hostilidades da liga latina |
| | | | Submissão das cidades latinas transformadas em municípios ou cidades aliadas de Roma |
| | | 346 | Submissão dos Volscos; dominação da Campânia e tratado com Cartago |
| 366 | Criação da Pretura e do Edilato Curul | | |

FONTE: FUNARI, 2009:92.

O resultado dos primeiros êxitos da plebe foi o reconhecimento das instituições exclusivamente plebeias como as assembleias plebeias (*concilia plebis*) e o tribunato da plebe, uma magistratura que pertencia a um "estado dentro do estado Romano (Taylor, 1949:5)."

Porém, a possibilidade de ação política da plebe, já limitada geograficamente pela distância, foi ainda mais cerceada pelo alistamento de novos cidadãos nas tribos urbanas nos séculos subsequentes e, de forma ainda mais acentuada, após as chamadas "guerras sociais" no século I a.C. As assembleias que elegiam os magistrados e aprovavam as leis, tinham a incumbência de espelhar a vontade soberana do *populus Romanos*. A prática do funcionamento dessas instituições estava distante da representatividade real da população, ao menos de todos os seus grupos sociais.

As assembleias do povo romano formavam um corpo de instituições que pretendiam, ao menos no nível do discurso político, representar a vontade do povo romano, elegendo seus magistrados que, a partir do poder confiado pelo povo , exerciam sua *auctoritas* e *imperium* em nome dele; além da eleição dos magistrados, também formavam o corpo legislativo do estado romano, aprovando ou não as leis propostas pelos representantes e debatidas no senado. Sua história remonta à semi lendária expulsão do rei Tarquínio, o soberbo, e a eleição do primeiro magistrado, o pretor (posteriormente cônsul.). Nestes primeiros anos, a assembleia limitava-se à *comitia centuriata*, que já existia no período monárquico. As instituições plebeias que foram fundadas no decorrer dos enfrentamentos entre plebeus e patrícios nos séculos V e IV passaram a ser aceitas paulatinamente, bem como suas deliberações. No final do século II e durante o século I, ja haviam sido consolidadas a *comitia centuriata* e os dois comícios tribais, o *concilia plebis* e *comitia tributa,* além da *comitia curiata*, que já havia perdido importância e , no século I, era apenas formalidade. Estas diferentes formas de reunião do povo romano para eleger seus representantes e aprovar suas leis guardam especificidades entre si, tanto na forma de organização quanto no local de reunião e em suas prerrogativas.




a)




b)

**FIG.1** DENÁRIO DE P. NERVA (POBJOY 200.73)

A figura acima, (a e b) é a imagem de um denário, datado entre 113 e 112 e cunhado por P. Nerva entre 113 e 112 a.C:

> *No reverso, há uma figura á direita em pé sobre uma plataforma (pons), depositando a cédula em uma urna de votação, enquanto á esquerda o próximo homem a votar recebe a cédula de uma figura em pé atrás da plataforma. As duas linhas paralelas e a linha imediatamente sobre o nome do cunhador da moeda, que parece segurar uma tábua com uma letra gravada (indicando a tribo de votação?), provavelmente demarca a área de voto, (Pobjoy, 2006:72)*

Segundo Mouritsen, a imagem representada na moeda é uma cena em dois momentos do mesmo personagem, recebendo a cédula e depositando o voto (Mouritsen:2007). Lily Ross Taylor salienta, ainda, a presença do *custus*, antigo *rogator*, encarregado da entrega das cédulas após as mudanças eleitorais estabelecidas por Caio Graco e Mário, poucos anos antes. Taylor destaca também que: é notável que o homem usa toga, não as vestes tradicionais da população comum em Roma, o que é evidentemente essencial na *comitia* (Taylor, 1966:39). A cédula, *tabellae ceretae*, constituía-se de uma tábua de madeira revestida de cera, onde uma letra era riscada. "O voto afirmativo em uma lei era V para V(ti), *uti roga,* "como solicitado", e o negativo era A, para *antiquo,*" eu mantenho as coisas como elas estão. Em assembleias judiciais, os votos eram L e D. *Libero* e *damno*."(Taylor, 1966: 35). Livre e condenado, respectivamente. Quando o voto era para a eleição de algum magistrado, se riscava a inicial do candidato escolhido. Este sistema foi introduzido a partir de 139, quando um tribuno propôs a adoção desta forma de cédula e voto secreto. Antes disso, o voto era oral. Cada eleitor declarava seu voto a um *rogator*, que perguntava os votos e os assinalava com um ponto, sobre tábuas já preparadas com os nomes dos candidatos. Tal sistema permitia fácil intimidação, fraudes e falsificação desses votos. No reverso da moeda observa-se, também, a *pons*, plataforma sobre a qual o eleitor, de posse de sua tábua para votação, atravessava para ter acesso a cesta onde as tabuas com os votos eram depositadas, conforme demonstra a moeda, com o segundo indivíduo nela representada. Atrás desta plataforma, dando a tabua de voto para a primeira figura, está o *custos*, fiscal encarregado do procedimento, além de supervisionar possíveis fraudes ou compras de voto (Taylor, 1966). Acima da plataforma, estão as cordas que separam as repartições onde eram separadas as tribos ou centúrias, aguardando sua vez de votar.

A primeira dessas assembleias foi a *comitia cenuriata*, que baseou sua organização, na forma em que eram organizados os exércitos. As centúrias organizavam-se a partir das *classes,* antiga unidade de contingente militar e que se hierarquizavam de acordo com a quantidade de equipamento que poderiam fornecer em caso de batalha. Quanto maior o número de propriedades do indivíduo, mais equipamentos poderiam ser usados, já que segundo o antigo modelo, anterior às reformas do final do século II, o exército baseava-se em soldados camponeses, que mantinham seu equipamento por suas próprias expensas. Eram 18 centúrias de cavalaria, onde eram agrupados membros da cavalaria patrícia. Estes formavam a *supra classem*, a classe sobre as demais (Alfoldy, 1989).

A *prima classem,* ou primeira classe, agrupava 80 centúrias. Nela estava a maior parte dos plebeus ricos. Os outros proprietários agrupavam-se entre as 3 classes seguintes, com 20 centúrias cada. Na quinta, constituída por 30 centúrias, estavam os pobres em geral. Havia ainda uma inferior às demais, onde agrupavam-se os *proletarii*, que de acordo com o censo, não possuíam mais do que a si próprios ou a prole para servir ao exército da cidade (Alfoldy,1989). Cada centúria representava um voto. Com 98 votos disponíveis, somando-se as 18 da *supra classem* e as 80 da *prima classem*, o que era decidido entre os eleitores mais ricos, dificilmente podia ser revertido pelas demais classes. A *comitia centuriata* reunia-se fora dos limites formais da cidade, sinalizado pelo *pomerium*, no campo de marte. Além do procedimento de votação, a tradição e a religiosidade permeavam as assembleias romanas, como a *comitia centuriata*. Toda cerimônia de votação era precedida de uma prece e de um *contio*, reunião na qual eram apresentados os pontos importantes da legislação que seria votada. Era sempre presidida por um pretor, no caso de julgamento, ou o magistrado, que viria a ser substituído no ano seguinte pelo eleito na assembleia. O magistrado comandava todo o procedimento, seguido por um augure, religioso encarregado de avaliar os auspícios e decidir se o procedimento poderia seguir ou se deveria ser interrompido.

A *comitia centuriata* elegia anualmente os principais magistrados, entre eles o cônsul, o pretor e o censor, e foi o maior corpo legislativo da república até 218, quando a maior parte das leis passou a ser votadas nas assembleias tribais.

> *As 35 tribos rurais e urbanas, diferentemente dos antigos clans tribais, que haviam sido largamente abandonadas, eram grupos puramente locais de cidadãos, dependendo de seus locais de domicílio ou propriedade. Todo cidadão era membro de uma destas tribos locais, e ser um membro de uma tribo era parte essencial da cidadania. Uma abreviatura consistindo das primeiras 3 letras do nome de sua tribo era parte de seu nome oficial. Cícero, por exemplo, que veio de Arpinium, na tribo Cornélia, escrevia seu nome como M. Tulius M.f.Cor.Cicero. As tribos teriam sido estabelecidas por Sérvio Tulio não para votações, mas para efeitos de censo, de recrutamento e coleta de impostos. (Taylor, 1966:59).*

Duas eram as formas de assembleia com a organização baseada nas tribos geográficas. *A comitia tributa* e a *concilia plebis*. Ambas se diferenciavam pelo fato de que, na primeira, compareciam patrícios e plebeus sem distinção, enquanto na segunda apenas plebeus participavam. Segundo Taylor (1966), a *comitia tributa* era presidida por cônsules ou pretores, enquanto a assembleia da plebe era presidida pelo tribuno da plebe e possuíam objetivos distintos. A assembleia das tribos, *comitia tributa*, aprovava as leis enviadas dos magistrados, além de eleger as magistraturas menores, ou seja, aquelas que não eram eleitas na *comitia centuriata*, como os edis curul e questores.

A assembleia da plebe elegia o tribuno da plebe e o edil plebeu, além de votar as *plebicita*, legislações propostas pelos tribunos e que tinham validade para todo o povo

romano, e este, o tribuno, desempenhava um papel ambivalente como defensor dos direitos do povo e da liberdade e, ao mesmo tempo, como braço do senado" (Nippel, 2003:20). Ambas reuniam-se no fórum para julgamentos. Para eleições, geralmente reuniam-se no campo de marte, ao menos na República tardia. Como o sistema de votação romana baseava-se no voto da tribo, somando-se a maioria entre os votos individuais, as 5 tribos urbanas, nas quais estavam representados a maioria da população menos abastada de Roma, não possuíam poderes políticos relevantes, sendo suplantadas pelas 30 tribos rurais, menos numerosas, e onde estavam proprietários rurais. A partir de 168, escravos libertos eram subscritos em uma única tribo, entre as tribos urbanas (Alfody, 1989).

A teórica liberdade, normalmente analisada segundo paralelos feitos à democracia clássica grega, com relação às assembleias romanas, ou seja, a sua prerrogativa de corpo legislativo e eleitor soberano da república, tem sido a base da argumentação de uma corrente de historiadores que recentemente atribuem ao sistema republicano um caráter " democrático".

A principal voz entre os partidários da abordagem "democrática" da republica romana, é do historiador Fergus Millar. Segundo Holkeskamp (2010:3):

> *Para Millar, o próprio populus Romanus era o poder soberano, própria e verdadeiramente, e não em sentido meramente abstrato, formal, simbólico, ou ideológico. As assembleias do povo – comitia centuriata, comitia tributa e concilia plebis – sempre tiveram a palavra final no processo político.*

Esta linha de análise consiste, portanto, na abordagem das assembleias como um corpo político independente. A intensa disputa pelos cargos mais altos na administração da República e as ferramentas de oratória e campanhas eleitorais seriam então provas de que Roma era, em seu período republicano, uma "democracia direta". "Neste sentido limitado, em seus modelos de persuasão (pela apresentação de discursos, para quem pudesse comparecer), e nos modos de legislação (por voto direto popular), o sistema da *res publica* Romana era sim democrático"(Millar,2002:225). A ênfase desta análise é dada, sobretudo, nas prerrogativas legislativas, por parte das assembleias romanas: "O mais fundamental de todos os direitos do povo era o fato de que ele, e apenas ele, poderia legislar" (Millar,2002:209).

A comunicação também é parte importante da análise de Millar, que compreende os discursos feitos na *rostra* para o publico romano, como parte de uma cultura de persuasão necessária para o sucesso na carreira publica. Este cenário é rebatido pela argumentação de Morsten-Marx, segundo a qual, estes discursos não tinham mais do que poder simbólico, uma vez que vários discursos de objetivos diferentes, a maior parte deles convocados para leitura de decretos, eram realizados. Além disso, nenhum dos presentes poderia se pronunciar. ( Morstein-Marx, 2004).

Outros fatores impediam que a participação popular nos processos de votação ocorresse de modo pleno. O primeiro deles diz respeito à abrangência da política romana, mesmo em termos espaciais. As dimensões dos locais onde se encontravam as assembleias, sendo eles o fórum, o templo de júpiter capitolino ou o campo de marte, não apresentavam condições para que uma parte minimamente significativa da plebe Romana tivesse acesso. Além disso, a frequência destas assembleias e sua duração eram, por si só, barreiras para que a maior parte da plebe, cujo tempo não poderia ser dispendido além do necessário para o trabalho, pudesse participar de modo significativo. As votações tinham de ocorrer durante o dia. Não haviam votações durante a noite :

> *Com base em estimativas, provavelmente reunia-se uma multidão de 10.000 cidadãos, e 15 horas de votação, supondo que todas as tribos fossem chamadas, com a adição do tempo que o contio de abertura e a leitura do texto da legislação teria tomado. Um cenário mais provável teria envolvido cerca de 3.000 cidadãos, que terminariam de votar depois de 6 horas e meia. A maioria das vezes a maioria já teria sido alcançada antes que todas as tribos tivessem votado. (Mouritsen, 2007:23)*

A plebe urbana de Roma, numerosa e circunscrita nas 5 tribos urbanas, raramente era chamada para a votação, já que as primeiras tribos a votar eram as tribos rurais e, uma vez alcançada a maioria entre as tribos, dava-se por encerrada a votação. Por tanto, ao menos no período que antecedeu a legislação de Tibério e Caio Graco, a partir de 133, os grupos que participavam, tanto como ouvintes nos *contio*, quanto como eleitores nas diferentes assembleias, eram pessoas que possuíam meios a partir dos quais se poderia dispor do tempo necessário para permanência nas assembleias. Além disso, a dificuldade de representação afastava a plebe, em seus estratos mais baixos, do interesse no envolvimento com o processo político. Durante todo o período republicano, era muito comum faltarem tribos inteiras e, no lugar delas, deslocarem-se membros de outras tribos para estas, para que o processo pudesse ter continuidade. Apesar da igualdade de direitos, apenas uma pequena parte do *populus* poderia exercê-los de fato. Os grupos sociais que de fato participavam do processo político tinham, portanto, ideais semelhantes.

Henrick Mourtisen, na obra *Plebs and polítics in the late Roman republic*, vê uma ruptura no final do século II e início do século I. Segundo ele, novos agentes políticos entram em cena e novos métodos, oriundos todos da elite política romana, mudaram o cenário político.

> *Em resumo, antes da ascensão dos populares, os comícios legislativos eram, em larga escala, não muito mais do que formalidade constitucional, a qual atendia um pequeno grupo, provavelmente de cidadãos abastados, que apenas raramente exerciam escolhas. A maioria deles com ligações com a classe politica. (Moutitsen, 2007:79)*

Seguindo-se esta análise, a política romana transformou-se, durante as últimas décadas da República, na esfera da disputa aristocrática. A participação da plebe também sofreu modificações, o que, segundo John North, equaciona pontos importantes das diferentes abordagens do campo eleitoral republicano, de modo que a pouca possibilidade de participação da população, característica da república arcaica e média, não é mais aplicável quando analisamos o século I.

> *É relativamente fácil argumentar que as condições conhecidas nos últimos anos da República não eram típicos da República como um todo: neste caso, o colapso das convenções que marcou os anos 60 e 50 a.C, pode ter tido como uma de suas consequências a diminuição da autoridade da nobreza, de modo que, mesmo os eleitores Romanos passaram a exercer alguma independência de iniciativa, de um modo que nunca havia sido possível em tempos anteriores. (North, 1990:279)*

A partir de meados do século II, a atitude, na busca de apoio político por parte da classe política modificou-se. Por meio de propostas que, sozinhas ou não, buscavam atender a necessidades da plebe Romana, como, por exemplo, as legislações agrárias, ou na distribuição de alimentos subsidiados, estas novas forças políticas passaram a movimentar grupos sociais, ao menos em parte, alheios a política.

> *Esta quebra no paradigma político, não se deveu ao fato de que os tradicionais participantes da comitia, tivessem por algum motivo se virado contra o senado. Mais provável é que seja consequência de membros de classes mais pobres, agora comparecendo as assembleias que anteriormente não compareciam. Isso ocorria sob a iniciativa de magistrados que buscavam apoio popular para passar alguma legislação contra a oposição do senado e das classes mais abastadas. (Mouritsen 2007).*

O crescimento do império e de suas possibilidades de ganho, bem como as dificuldades da administração de um território cada vez mais vasto sob um modelo político circunscrito às decisões tomadas em uma única cidade, tornou a competição no interior da elite política mais acirrada. A necessidade de suplantar adversários no processo político em desenvolvimento resulta na necessidade de novos meios por meios dos quais angariar apoio político. Alguns pretendem buscar este apoio no interior da própria aristocracia, através da mobilização das antigas esferas mais institucionalizadas da política. Outros grupos buscam a mobilização de novos agentes que até então permaneciam praticamente alheios à política, tanto pelas dificuldades de exercício dos direitos políticos, quanto pelo desinteresse pela política, uma vez que se via distante dos conflitos no cerne da *nobilitas*, esta camada mais empobrecida da sociedade que, no século I, passa a frequentar com mais assiduidade as decisões da *res publica*, sempre sob a tutela de grupos políticos cuja estratégia concentrava-se na busca de seu apoio, foi de vital importância para a consolidação do domínio político de nomes como Cneu Pompeu, Publio Clódio ou Caio Julio César. A distribuição mais ampla dos direitos de cidadania, a divisão das terras públicas, a doação de grãos

subsidiados pelo governo e o oferecimento de jogos e festas públicas foram bandeiras políticas que atraíram a população para a esfera de influência desses aristocratas, conhecidos como *populares*, servindo-lhes de forma importante para a conquista de destaque no meio político:

> *No período de tempo em que exerceu a função de edil, ornamentou, além do comitium, o forum, e as basílicas, como também o Capitólio, favorecendo-o com pórticos provisórios que se destinavam a exposição de uma parte, pelo menos, das suas extraordinárias e numerosas riquezas. Além disso, instituiu também através da colaboração do seu colega ou, muitas vezes, por si mesmo, o esporte venatório, e outros divertimentos. O resultado disso foi que recebeu, sozinho, as honras das despesas que foram feitas em comum, pois seu colega Bíbulo não disfarçava ter chegado a mesma situação de Pólux: Da mesma maneira que o templo dedicado aos irmãos gêmeos [Castor e Pólux], no fórum, ostentava somente o nome de Castor, assim também a sua própria munificência e a de César eram apresentadas como sendo apenas de César (Suetônio, A vida dos 12 Césares, 2012, p.14).*

Era claro, porém, tanto para *optmates* ou *populares*, que a participação popular residia em um instrumento político, e sua utilização como elemento de coação e violência possuía tanto ou maior valor do que como eleitores presentes às votações. Discorrendo sobre estes grupos, Salústio comenta que: "Pois a dizer a verdade em poucas palavras, quantos depois daquela época, debaixo de honestos pretextos agitaram a República, uns como para defender os diretos do povo, outros para ampliar a autoridade do senado, todos afetavam zelo do bem público e cada qual combatia pelo próprio poder (SALÚSTIO. Guerra de Catilina, XXXVIII. 3.) ".

Portanto, as transformações políticas e sociais vivenciadas a partir do século II a.C tiveram implicações também no modelo político no tocante à participação da plebe. As concepções de patronato e de um modelo eleitoral dele absolutamente dependente e que representava não muito além de uma legitimação das propostas colocadas em pauta, já não satisfazem a análise quando observamos o século I a.C., devido ao aumento demográfico e a utilização, por parte da aristocracia, do elemento popular. Segundo North apud Mouritsen, (2007:89): " A vontade popular do povo Romano, encontra expressão no contexto, e apenas no contexto, das divisões da oligarquia". O desenvolver da crise que alterna no domínio da cidade, entre facções, pequenos grupos e indivíduos, para dar lugar no Principado de Augusto leva, portanto, à mobilização parcial da plebe, sob a orientação, porém, da classe governante.

## Referências Bibliográficas

ALFOLDY, Geza. **A História Social de Roma**. Editora Presença: Lisboa, 1989

BRUNT, P. A**. Social Conflicts in the Roman Republic**. Norton & Company: New York, 1997.

BRENNAN, T. Corey, *apud* HOLKESKAMP, Karl-j**. Reconstructing the Roman Republic**. Princeton university press: New Jersey, 2010

FUNARI, Pedro Paulo. **Política e identidade em Roma Republicana**. In. FUNARI, Pedro Paulo. & OLIVEIRA, Maria Aparecida. Política e identidade no mundo antigo. Anablume: São Paulo, 2009

GELZER, Mathias, **The Roman Nobility**. Barnes & Noble inc.: New York, 1969

HOLKESKAMP, Karl-j. **Reconstructing the Roman Repúblic**. Princeton university press: New Jersey, 2010.

KONRAD, C. F**. From the Grachi to the first Civil War**. In. ROSENSTEIN, Nathan & MORSTEN-MARX, Robert. (Org.). The Cambridge companion to the Roman Republic. Blackwell: Oxford, 2006

LINTOTT, Andrew. **The Crises of the Republic: Sources and source-problems**. In: The Cambridge Ancient History: The last age of the Roman Republic, 146-43 a.C.: Cambridge University Press,1992.

MILLAR, Fergus. **The crowd in Rome in the Late Republic**. The university of Michigan press: Michigan, 2002.

_____.**Popular politics at Rome in the late Repúblic**. In: MALKIN,I & RUBINSOHN,Z.W, Leaders and masses in the Roman world. E.J.Brill: New York, 1995.

MORSTEIN-MARX, Robert**. Mass oratory and political Power at the late Roman Republic**. Cambridge University Press: New York, 2004.

MOURITSEN, Henrik. **Plebs and politics in the late Roman Republic**. Cambridge University Press: New York 2007

NIPPEL,Wilfried. **Public order in ancient Rome**. Cambridge university press: New

York,1995

NORTH, Jhon A**. The constitution of the Roman Republic**. In. ROSENSTEIN, Nathan & MORSTEN-MARX, Robert. (Org.). The Cambridge companion to the Roman Republic. Blackwell: Oxford, 2006

_____**Politics and aristocracy in the Roman Republic**. In. Classical Philology, Vol. 85, No.04. 1990. p. 277.

POBJOY, Marc. **Epigraphy and numismatics**. . In. ROSENSTEIN, Nathan & MORSTEN-MARX, Robert. (Org.). The Cambridge companion to the Roman Republic. Blackwell: Oxford, 2006

SYME, Ronald. **The Roman revolution**. Oxford University Press: Oxford.2001

TAYLOR, Lily Ross, **Party Politics in the age of Ceasar**. University of California Press: Los Angeles,1949

_____.**Roman voting assemblies**: From the Hanibalic war to the dictatorship of Caesar. University of Michigan Press:New York, 1966

## Referências Documentais

DIONÍSIO DE HALICARNASSO, **Roman Antiquities**,, Volume I: Books 1-2. Translated by Earnest Cary. Loeb Classical Library 319. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1937

QUINTO CÍCERO. ***Comentariolum Petitionis***, Trad. Robert Wind. Pennsylvania State University: 1989

SUETÔNIO. **A vida dos doze Cesares**. Trad. Pietro Nasset. Martin Claret: São Paulo, 2004

CAIO SALÚSTIO CRISPO. **A Guerra de Catilina**. Loeb Classical Library. Trad. J. C. Rolfe. Ed. Willian Heinemann. Londres: 1921

_____. **A guerra de Jugurta**, Loeb Classical Library. Trad. J. C. Rolfe. Ed. Willian Heinemann. Londres: 1921.

# Aristocracy and Popular Engagement in Republican Roman Politics

Jonathan Cruz Moreira[123]

## Abstract

One of the recurrent themes in contemporary historiography on political and social organization of roman state resides on the participation or not of the population in decisions made in the different assemblies of roman citizens. Some of the discrepancies arise from the Roman citizens' sovereignty in these elections and the role of aristocracy in controlling these decisions, either through patronage system or by the assemblies' *modus operandi* themselves. The answer to these questions involves analyzing the place of aristocracy and plebs in this system, as well as the knowledge on the traditions system that ruled the *res publica.* This article aims at reflecting about the participation of the different social groups in Roman political process, by analyzing the political process and its traditions.

## Keywords

Rome; plebs; politics; aristocracy.

[123] Postgraduate program in History – Master Degree. Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, SP, Brazil. e-mail: jonathan.cruzmoreira@gmail.com

## Resumo

Um dos temas recorrentes na historiografia contemporânea acerca da organização política e social do estado romano, reside na participação ou não da população de modo efetivo nas decisões tomadas nas diferentes assembleias do povo romano. Algumas divergências surgem com relação à soberania do povo romano nestas votações e o papel da aristocracia no controle destas decisões, sendo por meio do sistema de clientela, ou pelos meios que o próprio funcionar das assembleias ofereciam. A resposta a estas questões passa pela analise tanto do lugar da aristocracia e da plebe nesse sistema, quanto pelo conhecimento do próprio sistema de tradições que regiam a res publica. O objeto deste artigo é refletir sobre a participação dos diferentes grupos sociais no processo político romano, por meio da análise do processo político e suas tradições.

## Palavras-chaves

Roma ; plebe ; política ; aristocracia.

The organization of Roman Republic and its structure, mainly concerning how its institutions operated, spans in contemporary historiography a reflection on the possibility of characterizing this same state structure as participative and democratic, or as an oligarchic due to limits and possibilities of an effective popular participation in the political process. This analysis can lead to the transposition of modern concepts to political realities that are far distinct in time and, shall they be applied to roman history take us to the observation of political structures always related to modern institutions, such as "Parliament" or legal tools like "constitution" or even the transposition of classic models, but more distant of roman reality like athens democracy.

By analyzing the modus operandi of the political apparatus of Roman Republic, one can come to a number of standstills in analyzing a very particular structure.

> *Unquestionably, they held (the Roman people) important constitutional power, at least in theory. But did it in fact matter what the voters in these assemblies thought about the issues on which they voted? Was the exercise of their power somehow pre-determined by patronage or political manipulation? Was power being exercised at all through political process of which we heard so much, or the apparent battle was just a meaningless side effect of a fixed system of authority vested in the ruling elite? (North, 1990:.277)*

The debate that leads us to different approaches about the theme suggests a reflection on the nature of the Roman "constitution" itself or the set of rules, codes and traditions that ruled the political process, the assemblies where the magistrates were elected and their working system and, finally, the vote process and its practical consequences for the magistracies composition that would command the State in the following period. Rome, according to Brennan (2004) never owned a written constitution, under the modern semantics of the word, what means a founding legal act under which the other political areas regulate, having however a miscellaneous of regulations and political traditions that guide, shape and evaluate the relationships in public as well as in private scope:

> *Republican Rome had no written constitution. It did, however, have an array of remarkably tenacious continuing institutions (in the broadest sense of the word), some of which were, or at least seemed virtually primeval. (Brennan, 2004:31).*

Even observing the institutions that formed the State and its legal structures from a distant perspective, all the comparison with modern systems of constitution and political organization can incur in the formulation of theories from anachronistically established basis.

The reconstruction of roman political system under the perspective of *staatsrecht*, established by Theodor Mommsen, ate the end of XIX century, from which the "Roman constitution" would be a system based on constitutional laws, what is, in an isolated and independent system, has been being replaced by an analysis that highlights the political and social systems, in which the institutions of Roman public life were inserted as unique and from which it is not possible to have a parallel analysis with modern politics.

Even the conception of an "unwritten" constitution owns this comparative aspect. For Christian Meier (1966), the idea of a foundational written constitution is not necessarily opposed to an unwritten "constitution", although it can be contrasted with an "organic constitution". According to Hökenskamp (2010:15):

> *Contrasting with a "foundational" constitution, an "organic" constitution is capable of working with a minimum set of institutionalized structures due to the fact it is pragmatically developed and worked in political practices without much institutionalization or formalism.*

Thereby, this organic constitution as Meier argues, since it is inherent to practical political life, is based on traditions and established precedents concerning the real situations of public life. In a society where public and private and is so confused, State and society end up mixing:

> *A particular, and peculiar, symbiosis of state and society, combined with a strong orientation toward the state - an exceptional focus upon "power", politics and war, rule and empire – with a high level of an asymmetrical kind of interpretation and interchange between society and state's institutions, powers and the procedures which subordinated to, indeed turned into, functions of a traditional society and its hierarchical order. (Meier, apud Holkeskamp, 2010:5).*

The reasons why there hadn´t been, throughout Roman Republic history, a systematic effort to create a definitive Roman political system, we can list the resistance from the Senate, aware of the fact that it could limit in some way their ample privileges and influences, apart from the fact that in the beginning of century II B.C. when the Latin legal literature was being developed, the political system, at least in its basis, was too ample to be encompassed as a whole. This conception, therefore, prevent us from describing accurately the system and its complexity. It can be described as a set or conglomerate of institutions and formal rules of political performance that were understood and applied in practice as a legal support and only occasionally improved, reformed or developed from laws (Holkeskamp, 2010).

This conglomerate of political practices and traditions cannot be understood however as a static system, but as a continuous political process which can only be analyzed taking into account the dynamics for the social groups' formation. This process was still based on an important framework of moral rules that guided public life. These "codes" of moral public behavior comprise a series of abstract concepts such as *auctoritas*, *dignitas*, gratia, e honos, and the most relevant of the all, *mos maiorum*.

The dispute for jobs and leading positions in Roman State depended deeply upon these personal or inherited values, socially accepted and legitimized, which reflected the importance of the individual as well as the family. The absence of a defined code on which the political relationships were guided made even more relevant this set of conditions and characteristics expected from a magistrate or a candidate to be developed by the State. The Greek Polybius (203 B.C. – 120 B.C.), who witnessed the Roman political practices, aiming at showing to his compatriots the reasons

why Rome had become owner of most part of the known world, reminds us of the funeral traditions in Roman aristocracy.

> *Whenever one of their illustrious men dies, in the course of his funeral, the body with all of its paraphernalia is carried into the forum to the Rostra, as a raised platform there is called his son or, failing him, one of his relations mounts the Rostra and delivers a speech concerning the virtues of the deceased and the successful exploits performed by him in his lifetime. [...]These likenesses they display at public sacrifices adorned with much care. And when any illustrious member of the family dies, they carry these masks to the funeral, putting them on men as like the originals as possible in height and other personal peculiarities. And these substitutes assume clothes according to the rank of the person represented. If he was a consul or praetor, a toga with purple stripes; if a censor, whole purple; if he had also celebrated a triumph or performed any exploit of that kind, a toga embroidered with gold. [...]the speaker over the body about to be buried, after having finished the panegyric of this particular person, starts upon the others whose representatives are present, beginning with the most ancient, and recounts the successes and achievements of each. By this means the glorious memory of brave men is continually renewed; the fame of those who have performed any noble deed is never allowed to die. [...]But the chief benefit of the ceremony is that it inspires young men to shrink from no exertion for the general welfare, in the hope of obtaining the glory which awaits the brave (Polybius, apud, ROSENSTEIN, 2006, p.365).*

Polybius´s description of the funeral in Roman aristocracy shows the importance for the family of maintaining their symbolic power, based on military bravery and performance in public positions, as well as demonstrating it and making it public. The Forum, and mostly the Rostra, were places of free access where roles were performed, mainly communication, such as magistrates' and candidates' speeches and legal activities like defense and accusation in public judgments.

Furthermore, for the youngsters members of these families, it was essential that they were equal or better than their ancestors' memory, continuously renewed by civic traditions, after all: "Assuredly the matter stands thus: the glory of ancestors is, as it were, a light shining upon their posterity, suffering neither their virtues nor their faults to be hidden (Sallust, War of Jugurtha, 85.23). The military tradition, besides the political, also had special importance. When the last Etruscan king in Rome was expelled as set by the tradition in 519, the city was surrounded by other cities which were still under the rule of Etruscans, which threatened its fragile independence.

> *Its territory was just 800 km². The walled city was constantly threatened by a possible attack and even the public assemblies could be interrupted by a simple waive of a flag, symbolizing imminent attack and the mobilization of the citizens who could engage only 2 legions, or about 8,000 men (Brunt, 1971:1).*

According to Rosenstein (2006), the term virtus, although has carried a lot complexity throughout the centuries, has military origin and means bravery in the battle field. Consequently, the life of the young aristocrats who intended to move up in politics, conquering the same virtus of their ancestors, started with military service at the age of seventeen and from when they could candidate to public positions. In spite of the historiographical consensus on the bellicosity of

Roman aristocracy due to the importance of bravery reputation in battles, this aspect was not sufficient for a fast moving up in the political career.

The performance in accusation and defense in tribunals (for those no payment was permitted) was also used for a fighting arena, where aristocrats competed among themselves. The victory in important cases did not bring only public acknowledgment, but it also narrowed the relationships mainly between defendants and defenders. For that, the public speaking skills was essential for political career climbing up. "Only Orators who were skillful to convince the people's assembly to agree with their points of view could expect success and higher positions".The defense in judgments was an important part of the amicitia system which linked individual aristocrats and Roman or not Roman families by bounds of wealth, strength and dignitas which, according to Syme (2002) meant position, prestige and honor, to be firmly defended against political attacks. These bounds took place in patronage and political support, what was sanctified by marriages and even adoptions. "Amicitia was a political weapon, not a feeling based on harmony. Individuals draw the attention and fill in history, but the most revolutionary changes in Roman politics were performed either by families or by some men". (Syme, 2002:.12).

In century I, patronage (clientela) had substantially changed its original meaning of loyalty between plebs and a specific patrician house, from which it was expected mutual loyalty. The former patronage system was said to be inherited, according to the tradition, from Romulo, who divided the plebs under the protection of the patricians: "He placed the plebeians under the patrician's protection, permitting that each plebeian chose any patron they liked." Dionísio, 2.9.2). Dionysius also observes that, unlike the patronage system that existed in Athens, the Roman patronage of the first centuries did not allow corporal punishment and that was "a friendly connection, befitting fellow citizens" (Dionísio, 2.9.3). In the late Republican period, clientela among the prominent families and the plebs consisted of the food aid from the aristocracy in exchange for political support. Therefore, the repeated attempts to implement the practice of distributing free food subsidized by the State, from politicians without the same power of economic persuasion, in order to loosen these ties between clients and patrons and even more that is why the resistance of the aristocracy to these laws. Every morning the Roman aristocracy hosted their customers, friends and allies to the salutatio, a morning greeting in which they asked for favors and advice. Gelzer states that "The number of voters who would appear for him (applicant) can be calculated by the number of those who were waiting for them in the morning, escorted daily forming his constant entourage" (1969, p.38). As they went to the forum, their customers and friends followed in the procession, showing publicly their fides, fidelity to their allies and their auctoritas, authority exercised in public life and among its allies and opponents (Mouritsen, 2007).

The symbolic demonstration of the power in terms of symbolic accumulated capital during several generations, revived during the performance of magistracies by candidates whose families long ago had been losing prestige distanced from the highest circles of politics, or played by *homines novus*, candidates whose lineage not included high magistracies, was continued and was expressed in these rituals of public life, in which the political prestige was made visible to all. Regarding the

latter ones, in particular the lack of symbolic heritage imposed difficulties to obtain important positions, and the vast majority of "new men" just came to median positions. Quintus Cicero warned his brother Marcus Tullius about the difficulties to be faced in the path of the consulate of 63 BC, since it was "new man", despite the skill in oratory:

> *Consider what city this is, what your objective is and who you are. Every day when you go down to the forum, this should be on your mind: "I am a new man; the consulate is my goal; this is Rome. Its "newness" in politics and the fact that no one in your family ever exerted senior magistrates in Rome is a weakness to be overcome by his fame as an Orator (Cicero, comentariolum petitiones, I. 10).*

Another "new man", Gaius Marius, had to face aristocracy despise to be accepted even among the candidates for the consulate. His support request from another aristocrat, Metellus, was only successful because it had been accompanied by a "flood of letters from merchants and African soldiers endorsing the candidacy" (Konrad, 2006:173). They were in general members of municipal aristocracies emigrated to Rome, although some researchers like Mathias Gelzer, argue that the Roman aristocratic families eclipsed at the political game over time, were also welcomed as "new man" (Gelzer, 1969:36).

This range of symbolic concepts, grown in and disseminated by the Roman political class, was gathered in a broader coverage term: *mos maiorum*. The scope of the term *mos maiorum* makes it difficult to restrict the term to a unique concept without incurring in the term limitation. It can be understood as a set of moral and political traditions that were behind all the reviews of conduct of magistrates, from the beginning of the career to the end of it, and was based on historical precedent supported in ancestral manners:

This mental inventory of principles, traditional principles and rules of proper conduct, tested policies in time, regulations, and well-established practices not only prescribing social behavior of private life, but also regulated every "criminal" and "public" right, the official religion and the military system, as the ways and means of internal or external political conduct. Last but not least, mos maiorum also includes what may be called "constitutional conventions". (Holkenskamp, 2010:12).

Furthermore, the complex responsibility of the Senate, its regulations and rights were supported especially in habits and not on established laws and regulations, as well the general rules for the administration of provinces. Conflicting responsibilities between individual organs of the Roman state were also regulated by previous analysis and tradition. For this reason, for example, the strong Senate opposition to the project of Gaius Gracchus about the foundation of a colony in the place where the city of Carthage was, devastated at the end of the Third Punic War in 146 and its management of foreign affairs, such as Pergamum kingdom´s treasure (Brunt, 1971). Foreign policy was the traditional prerogative of the Senate, therefore, a tribune of the plebs who trespass this prerogative, infringed habits and acted contrary to mos maiorum.

The Romans placed a high value on tradition and thus took constitutional decisions, based on the claim of ancient precedents. "They called to the conception of the *mos maiorus* (ancestral customs) as a reliable guide to legitimacy, what implies that continuity was always desirable" (North, 2006:257).

The structure of the roman state, therefore, was based on an "organic constitution", largely a process in which the state was based on laws and regulations, but above all cultural elements that dictated the rules of social, personal and political conduct, from the rise and inauguration, even life after the magistracies and military commands. The values of the Roman aristocracy, virtus, auctoritas, dignitas, fides, etc. were ostensibly defended and above all demonstrated. Being among the greatest men of the Republic or relate to them was crucial in the increasingly disputed Republic politics in his later years. In the field of Roman politics, the magistracy represented important trophies to be acquired, even among the lower magistracies. Competitiveness urges when what was in dispute were the highest magistrates, like the praetors, censors and consuls, who brought honor and nobility to the family for generations, confirming or renewing their authority.

On the opposite side of the political structure of the Roman republic, which comprised the majority of voters, it was the plebeian population (plebs, mob) and formed an increasingly large layer of Roman society. It was formed by immigrants from various regions of Italy, and formed the mass of peasants, often impoverished facing competition from Latin land aristocracy, artisans and merchants who formed a profoundly heterogeneous urban mass sub represented by the patrician policy. Despite the poverty of much of the mob, a core for economic rise, linked mainly to trade, manufacturing and other crafts, came off the patrician dependence and, knowing its importance for the military defense of the city during the fourth century BC, initiate to claim, with support from impoverished rabble of Rome, greater political participation:

> *The revolt of the plebs against the patrician nobility since the beginning of the republic can only be explained by having at least a solid core of commoners partly free of economic, social, political and even moral obligations that weighed on dependents of a gens in relation to their patricians heads and, therefore, from falling mainly on the masses of the peasant population. (Alfoldy, 1989:26).*

The intentions of greater political participation by emerging layers of the plebs and the hungry masses seeking in resistance opportunity of access land, for example, gave way to riots which intended to give more space to common people in city administration.

It was the first secession of the plebeians. Separating implied fewer men in defense of the city, at a time when the weak position in Lazio did not allow the reduction of the effective without risk the defense of the city. With the pressure for secession, the patricians had to give in gradually as Rome needed all his military force available, the plebs raising more possible positions of access in the Roman policy. The first positions reserved for the mob, beyond the first laws made in its benefits

coincided with periods of military conflict in the region, and therefore the formation of the Roman magistracy is:

> *Characterized by the interaction of internal and external issues, such as tension and struggle for equal civil and political rights; the socio-economic weakness witnessed by the increase in debt bondage and the need to obtain land; threats and wars with the Latin and Etruscan cities. (Funari, 2009:91).*

The table below demonstrates how the context of local wars favored the inclusion of part of the plebs in the political process, and was relevant to the process of formation and consolidation of Roman magistracy, of the highest to the lowest of the *cursus honorum*.

In the following table we can track the relationship between the achievements of plebeians during the fifth and fourth centuries and pressures on Rome exerted by the city-states of the Lazio region. We observed that the resistance of the plebeians in the form of military turn-out had significant effects when Rome was threatened.

## Community integration and institutional training

| YEAR | INTERNAL CHANGES | YEAR | EXTERNAL POLITICS |
|---|---|---|---|
| **494** | Secession Plebe (creation of the tribunes of the people and commoners aldermen) | | Training an army against the *Volsci* |
| **494** | Creation of the *Questura* | 485 to 474 | Early problems with the city shafts |
| **491** | Law XII boards | | |
| **443** | Abolition of the consulate and the creation of military tribunes with consular power. Creation Censorship | | |
| **367** | *Licinia-Sextias* laws - one regulated the debt, another possibly enabled the commoners possession of public land, and a third abolished the consular Tribune reestablishing the consulate under the condition one of the consuls should be a commoner | 390 or 386 | Victory over *Veios* |
| | | 386 | Gallic invasion |
| | | 358 | Hostilities league Latin |
| | | | Submission of the Latin cities became allied municipalities or cities of Rome |
| | | 346 | Submission of Volsci; domination of Campania and treated with Carthage |
| **366** | Creation of the *Pretura* and *Edilato curul* | | |

SOURCE: FUNARI, 2009, P.92.

The result of the first successes of the plebs was the recognition of exclusively plebeian institutions like the plebeian assemblies (*concilia plebis*) and the Tribune of the plebs, a magistracy that belonged to a "state within the Roman state (Taylor, 1949:5)".

However, the possibility of political action of the plebs, already limited geographically by distance, was further restrained by the enlistment of new citizens in urban tribes in subsequent centuries and even more markedly after the "social war" in the first century BC. The assemblies that elected

magistrates and approve laws, had the duty to reflect the sovereign will of the Roman *populus*. The experience of the operation of these institutions was far from the real representative of the population, at least of all their social groups.

The Roman people's assemblies form a body of institutions that intended, at least in political discourse represent the will of the Roman people, electing its magistrates who, from the power entrusted by the roman people exercised their *auctoritas* and imperium in his name. Besides the election of magistrates, it also formed the legislative body of the roman state, approving or not laws proposed by the representatives and debated in the Senate. Its history dates back to semi legendary expulsion of King Tarquin, The Proud, and the election of the first magistrate, the praetor (later consul). In those early years, the council was limited to *centuriata comitia*, which had already in the monarchic period. The plebeian institutions that were founded in the course of clashes between plebeians and patricians in the fifth and fourth centuries, came to be accepted gradually as well its deliberations. At the end of the second century and during the first century they had already been consolidated the *comitia centuriata* and the two tribal rallies, the *concilia plebis* and *comitia tributa*, besides the *comitia curiata*, which had already lost its importance and in the first century was only formality. These different ways of meeting by the Roman people, electing their representatives and approving its laws, keep specifics with each other both in the form of organization as the meeting place and in its prerogatives.



a)




b)

**FIG.1** DENARIUS DE P. NERVA (POBJOY, 2006:73).

The figure above (a and b) is the image of a denarius dated from between 113 and 112 and coined by P. Nerva between 113 and 112 BC.:

> *On the reverse, there is a figure on the right standing on a platform (pons), depositing the ballot in a ballot box, while on the left the next man to vote receives a ballot of a figure standing behind the platform. The two parallel lines and the line immediately on the coiner name of the currency, which seems to hold a board with a written letter (indicating the voting tribe?) Probably marks the area to vote. (Pobjoy, 2006:72)*

According Mouritsen, the image represented on the coin is a scene in two moments of the same character, receiving the ballot and depositing the vote (Mouritsen 2007). Lily Ross Taylor also highlights the presence of *custus*, former *rogator*, in charge of delivering the ballots after the election changes established by Gaius Gracchus and Mario, a few years before. Taylor also points out that: It is remarkable that the man wears toga, not the traditional dress of the common people in Rome, what is clearly essential in the comitia (Taylor, 1966:39). The ballot, *tabellae ceretae*, consists of a wooden board covered with wax, where a letter was scratched. "The affirmative vote in a law was V to V (it), *uti roga*, "as requested ", and the negative was A, for *antiquo*," I keep things as they are. In judicial assemblies, votes were L and D. *Libero* and *Damno*" (Taylor 1966:35). Free and condemned respectively. When the vote was to elect a magistrate, the initial of the selected candidate was written off. This system was introduced from 139, when a tribune proposed the adoption of this form of ballot and secret ballot. Before that, the vote was oral. Each voter declared his vote to a *rogator*, who asked the votes and marked with a dot on boards already prepared with the names of candidates. Such system allows easy intimidation, fraud and falsification of such votes. On the reverse of the coin we see also the pons, the platform on which the voter, in possession of his board to vote, crossed to access the basket where the tablets with the votes were deposited, as shown in the coin, with the second individual represented. Behind this platform, giving the board to vote for the first figure is the *custus*, the supervisor in charge of procedure, as well as overseeing possible fraud or purchasing of votes (Taylor, 1966). Above the platform are the ropes that separate the offices where tribes or centuries were separated, waiting for their turn to vote.

The first of these meetings was the *comitia cenuriata*, basing their organization in the way the armies were organized. The centurias were organized from the old military contingent unit classes and that had a hierarchy according to the amount of equipment that could be provided in case of battle. The greater the number of individual properties, the more equipment could be used as according to the old model prior to the reforms of the late second century; the army was based on peasant soldiers who kept their equipment at their own expenses. There were 18 centuries of cavalry, which were grouped members of the patrician cavalry. These formed the supra *classem*, the class over the others (Alfoldy. 1989).

The prima *classem*, or first class, grouped 80 centurias. The richest commoners were in it. The other owners were clustered among the following three classes, each with 20 centurias. The fifth consisted of 30 centurias of the poor in general. There was also a lower than the others, where it is grouped the *proletarii*, which according to the census had no more than themselves or the offspring to serve the army of the city (Alfoldy, 1989). Each centuria represented a vote. With 98 votes available, adding 18 of supra *classem* and 80 of prima *classem*, which was decided between the

richest voters it could hardly be reversed by other classes. The comitia *cenuriata* met outside the formal boundaries of the city, signaled by *Pomerium* the Mars field. In addition to the voting procedure tradition and religion permeated the Roman assemblies, such as *comitia cenuriata*. All voting ceremony was preceded by a prayer and a *contio*, a meeting in which were presented the key points of the legislation that would be voted on. It was always presided over by a Praetor in the case of judgment, or the magistrate who was to be replaced the following year by elected at the meeting. The magistrate ruled the entire procedure followed by an augure, a religious figure responsible for assessing the auspices and decide whether the procedure could follow or whether it should be stopped.

The *comitia cenuriata*, annually elected the chief magistrates, including the consul, the praetor and the censor and was the highest legislative body of the Republic until 218, when most of the laws began to be voted on in the tribal assemblies.

> *The 35 rural and urban tribes unlike the old tribal clans, which had been largely abandoned were purely local citizen groups depending on their place of residence or property. Every citizen was a member of one of these local tribes and be a member of a tribe was an essential part of citizenship. An abbreviation consisting of the first three letters of the name of his tribe was part of its official name. Cicero, for example, who came from Arpinium in Cornelia tribe, wrote his name as M. Tullius M.f.Cor.Cicero. The tribes would have been made by Serbian Tullius but not for vote, rather for census purposes, recruitment and tax collection. (Taylor 1966:59).*

Were two forms of assembly with the organization based on geographical tribes. The *comitia tributa* and *concilia plebis*. Both distinguished by the fact that at first attended patricians and plebeians alike, while in the second only plebeians participated. According to Taylor 1966, the *comitia tributa* was chaired by consuls or praetors while the assembly of the plebs, was chaired by the tribune of the plebs and had different objectives. The assembly of the tribes, *comitia tributa*, approved laws sent from magistrates in addition to electing the lower magistrates that is those who were not elected in *comitia cenuriata*, as *edis curul* and *quaestors*.

> *The assembly of the plebs, elected the tribune of the plebs and plebeian aedile, and vote on the plebicita, legislations proposed by tribunes and had validity for the entire Roman people, playing an ambivalent role as at the same time defender of the rights of the people and freedom and as a senate arm "(Nippel 2003:20). Both gathered in the forum for trials. For elections, usually gathered in the Mars field at least in the late Republic. As the Roman voting system was based on the vote of the tribe, adding to the majority of individual votes, the 5 urban tribes in which were represented the majority of the less affluent population of Rome had no relevant political powers, being supplanted by the 30 rural tribes, fewer and where were the landowners. From 168, freed slaves were signed in a single tribe, among the urban tribes (Alfoldy, 1989).*

The theoretical freedom, usually analyzed according to parallel-made classical Greek democracy, regarding the Roman assemblies, i.e., its legislative body prerogative and sovereign of voters of the Republic has been the basis of the argument of a stream of historians who recently attach to Republican system, a "democratic" feature.

The main voice among the supporters of "democratic" approach of the Roman republic is the historian Fergus Millar. According Holkeskamp (2010:3):

> *For Millar, the populus Romanus itself was the sovereign power, inherent and truly), not merely in the abstract sense, formal, symbolic or ideological. The assemblies of the people - comitia centuriata, comitia tributa and concilia plebis - always had the final say in the political process.*

This line of analysis is therefore addressing the assemblies as an independent political body. The Intense competition for the senior positions in the administration of the Republic and the oratory tools and election campaigns would be evidence that Rome was, at his Republican period, a "direct democracy". "In this limited sense in their persuasion models (by presenting speeches, for those who could attend) and in the legislation of ways (by direct popular vote), the res system publishes Roman was rather democratic." (Millar 2002:225). The emphasis in this analysis is given especially in legislative prerogatives by the Roman assemblies: "The most fundamental of all rights of the people was the fact that the people, and only it could legislate" (Millar 2002:209).

Communication is also an important part of Millar analysis, which includes the speeches made at the rostra to the Roman public as part of a compliance culture necessary for success in public career. This scenario is countered by the argument of Morsten-Marx, according to which these speeches were no more than symbolic power since several speeches of different goals, most of them summoned to reading ordinances, were performed. In addition, none of those present could pronounce. (Morstein-Marx, 2004).

Other factors impeded the popular participation on the voting process to be held to the fullest. The first of them is related to Roman politics comprehensiveness, even in spatial terms. The dimensions of the places where the assemblies were held, being the forum, Jupiter Temple, or Mars field did not present conditions for a minimum significant part of the Roman plebe had access. Furthermore, the frequency of these assemblies and their duration were barriers for most part of the plebe whose time could not be wasted from work. The polls had to occur during the day. There were not polls during the night:

> *Based on estimates, 10,000 citizens would reunite for 15 hours, supposing that all tribes were called, and with additional time for the opening contio and the legislation reading. A more probable scenario would have involved about 3,000 citizens who would finish voting after 6 and half hours. Most of times the majority would have been reached before all the tribes had voted. (MOURITSEN 2007:23)*

The Roman urban plebe, numerous and restricted in the 5 urban tribes, was rarely called for the polls, once the first tribes to vote were the rural tribes and once the majority was reached, the polls was concluded. Thus, at least in the period before the legislation of Tiberius and Gaius Gracchus, from 133 on, the groups that participated as listeners in the *contio,* as well as electors in the different assemblies, were people who were able to spend the necessary time in the assemblies. Furthermore, the difficulty of representation drove the plebe away the interest in involving in the political process. During all Republican period it was quite common that entire tribes were absent

and in their places, members of other tribes were used so that the process could continue. In spite of rights equality, only a small part of *populus* could exercise theirs in fact. The social groups that really participated in the political process had, for that, similar ideals.

Henrick Mourtisen, in his work *Plebs and politics in the late Roman republic*, sees a rupture at the end of century II and beginning of century I. According to him, new political agents from Roman political elite go into play and change the political scenario.

> *Summarizing, before the populus moving up, the legislative rallies were not more than constitutional formality which served a small group, probably constituted of wealthy citizens who just rarely exercised the right of choosing. Most of them with Strong links with the political class. (MOURITSEN, 2007:79)*

Following this analysis, the Roman politics has changed during the last decades of Republic in the aristocratic dispute aspect. The participation of plebe also changed, and according to John North it balanced important points in the different approaches of the republican electoral field. Consequently, the little possibility of the population´s participation, one of the characteristics of archaic and median republic is not applied anymore when we analyze century I.

> *It is relatively easy to argument that the known conditions in the last years of Republic were not typical of the Republic as a whole: in this case, the collapse of conventions that marked the 60's and 50's BC can have resulted in the weakening of nobility authority. Thus, the same Roman electors started having initiative independence, something that had been never possible before. (NORTH, 1990:279)*

From mid-century II, the attitude of searching political support changed. Through proposals which tried to meet Roman plebs' necessities, like for example land legislation, or subsided distribution of food, these new political streams started to move other social groups, at least in part, unrelated to politics.

> *This rupture in political paradigm did not occur due to the fact that traditional participants of comitia turned against the Senate. More likely, it was a consequence of the frequency of poorer members in assemblies they were not present before. It happened under the initiative of the magistrates who sought popular support to have some legislation against the Senate opposition or the wealthier classes approved. (MOURITSEN, 2007:79).*

The growth of the Empire and its possibilities of gains, as well as the difficulties of administrating a vaster territory under a political model restricted to decisions taken in an only city made the competition in the political elite even fiercer. The necessity of defeating opponents in the political process being developed results in the need of new means, among them, seek for political support. Some intend to seek this support inside aristocracy, through the mobilization of older and more institutionalized spheres of politics. Other groups go after the mobilization of other agents which remained practically unrelated to politics until then due to difficulty in exercising their political rights as well as because of their lack of concern towards politics. This poorer class that, in century I, starts to be more frequently present at the decisions of *res publica,* always under the protection of

political groups whose strategy concentrated on seeking help, was of vital importance for the consolidation of political dominance of names like Gaius Julius Caesar, Gnaeus Pompeius Magnus or Publius Clodius Pulcher. A broader distribution of citizenship rights, the division of public lands, the donation of grains donated by the government and games and public parties were political flags that attracted the population to aristocracy influence. This group, known as *populares* was an important tool for their conquering a great view in the political scenario:

> *During the time he performed as an aedile ornamented, apart from the comitium, also the forum, and the basilicas, as well as the Capitol, offering temporary porches that were aimed at exposing, at least in part, his extraordinary and numerous treasures. Besides, he instituted, with his colleague´s cooperation and sometimes by himself, the venatorius sport and other kinds of entertainment. The result was that he received, himself, the honors of the expenses which were commonly made, as his colleague Marcus Calpurnius Bibulus did not hide that his situation was like Pollux's: the same way the temple dedicated to the twin brothers [Castor and Pollux], in the forum, showed only Castor's name, also his own munificence and Caesar's were presented as if they were only Caesar's. (SUETONIUS, The 12 Caesars, 2012, p.14).*

It was clear, however, that for the *optmates* as well as for the *populares* the popular participation was a political instrument and its use as an element of coercion and violence was as important as the presence of the electors. Discoursing about these groups, Sallustius comments: For, to state the truth in few words whatever parties, during that period, disturbed the republic under plausible pretexts, some, as if to defend the rights of the people, others, to make the authority of the senate as great as possible, all, though affecting concern for the public good, contended everyone for his own interest. In such contests there was neither moderation nor limit; each party made a merciless use of its successes. (SALLUSTIUS. Conspiracy of Cantiline XXXVIII. 3.).

For such, both political and social changes from century II BC on, influenced also the political model concerning the plebs' participation. The conceptions of *clientela* and of an absolutely dependent electoral model and which represented not more than a legitimation of the proposals to be discussed, is not the correct representation when we observe century I BC due to the demographics increase and the use, by the aristocracy, of a popular element. According to North *apud* Mouritsen, (2007:89): "The popular will of Roman people finds expression in the context, and only in the context, of the oligarchy divisions". The crisis that develops and alternates the dominance of the city among the factions, small groups and individuals, to make room for Augustus Principate leads, for such, the partial mobilization of the plebs, however under the guidance of the dominant class.

## Bibliographic References

ALFOLDY, Geza. **A História Social de Roma**. Editora Presença: Lisboa, 1989

BRENNAN, T. Corey, *apud* HOLKESKAMP, Karl-j**. Reconstructing the Roman Republic**. Princeton university press: New Jersey, 2010

BRUNT, P. A**. Social Conflicts in the Roman Republic**. Norton & Company: New York, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. **Política e identidade em Roma Republicana**. In. FUNARI, Pedro Paulo. & OLIVEIRA, Maria Aparecida. Política e identidade no mundo antigo. Anablume: São Paulo, 2009

GELZER, Mathias, **The Roman Nobility**. Barnes & Noble Inc.: New York, 1969

HOLKESKAMP, Karl-j. **Reconstructing the Roman Republic**. Princeton university press: New Jersey, 2010.

KONRAD, C. F**. From the Gracchi to the first Civil War**. In. ROSENSTEIN, Nathan & MORSTEN-MARX, Robert. (Org.). The Cambridge companion to the Roman Republic. Blackwell: Oxford, 2006

LINTOTT, Andrew. **The Crises of the Republic: Sources and source-problems**. In: The Cambridge Ancient History: The last age of the Roman Republic, 146-43 BC.: Cambridge University Press,1992.

MILLAR, Fergus. **The crowd in Rome in the Late Republic**. The university of Michigan press: Michigan, 2002.

_____.**Popular politics at Rome in the late Republic**. In: MALKIN,I & RUBINSOHN,Z.W, Leaders and masses in the Roman world. E.J.Brill: New York, 1995.

MORSTEIN-MARX, Robert**. Mass oratory and political Power at the late Roman Republic**. Cambridge University Press: New York, 2004.

MOURITSEN, Henrik. **Plebs and politics in the late Roman Republic**. Cambridge University Press: New York 2007

NIPPEL,Wilfried. **Public order in ancient Rome**. Cambridge university press: New

York,1995

NORTH, John A**. The constitution of the Roman Republic**. In. ROSENSTEIN, Nathan &

MORSTEN-MARX, Robert. (Org.). The Cambridge companion to the Roman Republic. Blackwell: Oxford, 2006

_____**Politics and aristocracy in the Roman Republic**. In. Classical Philology, Vol. 85, No.04. 1990. p. 277.

POBJOY, Marc. **Epigraphy and numismatics**. . In. ROSENSTEIN, Nathan & MORSTEN-MARX, Robert. (Org.). The Cambridge companion to the Roman Republic. Blackwell: Oxford, 2006

SYME, Ronald. **The Roman revolution**. Oxford University Press: Oxford.2001

TAYLOR, Lily Ross, **Party Politics in the age of Caesar**. University of California Press: Los Angeles,1949

_____.**Roman voting assemblies**: From the Hanibalic war to the dictatorship of Caesar. University of Michigan Press: New York, 1966

## Documentary References

DIONÍSIO DE HALICARNASSO, **Roman Antiquities**,, Volume I: Books 1-2. Translated by Earnest Cary. Loeb Classical Library 319. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1937

QUINTUS TULLIUS CICERO. ***Comentariolum Petitionis***, Trad. Robert Wind. Pennsylvania State University: 1989

SUETONIUS. **The 12 Ceasers**. Trad. Pietro Nasset. Martin Claret: São Paulo, 2004

GAIUS SALLUSTIUS CRISPUS. **The Cantiline Conspiracy**. Loeb Classical Library. Trad. J. C. Rolfe. Ed. Willian Heinemann. London: 1921

_____. **Jugurthine War**, Loeb Classical Library. Trad. J. C. Rolfe. Ed. William Heinemann. Londres: 1921.

# ANTIGUIDADE TARDIA: IMAGEM E DOCUMENTO

Cláudio Umpierre Carlan[124]

**Resumo:**

O artigo começa com uma descrição da iconografia como documento histórico. A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, maioria analfabeto, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política.

**Palavras-Chaves**

Moeda; poder; Roma; iconografia;

[124] Professor Doutor. Universidade Federal de Alfenas – Alfenas, MG, Brasil. e-mail: claudiocarlan@yahoo.com.br

## Abstract

The article begins with a description of the iconography as document history. The image in Antiquity had a specific function: to present a particular social group, mostly illiterate, something that represented the edge of power. She not only legitimized an emperor or king, was a kind of propaganda.

## Keywords

Money; power; Rome; iconography.

## Introdução

A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política.

A moeda tem sido estudada pelos historiadores sob o prisma de mercadoria, objeto de troca. Procurou-se ligá-la com a história social, ou seja, com os reflexos que a mutação monetária produzia na sociedade, nível de salários, custo de vida e os consequentes comportamentos coletivos perante estes. O estudioso da moeda se tem preocupado mais com o corpo econômico e social que ela servia do que com o metal que a produzia e a informava. Estruturalmente, este ultrapassava os limites geográficos do poder que a emitia e definia ideologicamente não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia.

O homem contemporâneo dificilmente pode ligar a moeda a um meio de comunicação entre povos distantes. Ao possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal nobre ou não em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-lhe a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhe algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. È dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

## A Numismática[125] como fonte: lendo a "moeda."

A numismática ligou-se tradicionalmente ao estudo da História, sobretudo a História Política, ajudando a estabelecer a cronologia de reinados e a datar fatos importantes da política; à Economia, informando sobre o valor das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários; à Arqueologia, contribuindo para auxiliar a datação de estratos e

[125] Todos as fontes numismáticas aqui analisadas, pertencem ao acervo do Museu Histórico Nacional, com sede no Rio de Janeiro. O museu possui a maior coleção de moedas da América Latina.

sítios arqueológicos; e à História da Arte, permitindo, através de seus tipos, uma análise da evolução dos estilos e o reconhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de textos literários (Vieira: 1995, 94)[126].

Nesse sentido, a numismática não está restrita aos museus, apesar de durante décadas estar "presa" a catálogos e acervos guardados a sete chaves. Ela parte de um interesse mais amplo, colaborando com diversas disciplinas, auxiliando nas mais variadas pesquisas, tanto arqueológicas quanto relacionadas com a Antiguidade Clássica ou demais períodos históricos. Trata-se de um veículo propagandístico, com mensagens, arte, religião (magias e superstições), ideologia e política.

A utilização das moedas como fonte não é novidade. Não pretendemos aqui explorar todos aqueles que trilharam esse caminho, mas citaremos alguns autores que trabalharam com tal documentação. Quanto a nós, analisaremos a propaganda política representada pela iconografia, através de uma análise simples de conteúdo, tratando de identificar as conotações tanto históricas quanto estéticas.

Com identificação prévia da documentação disponível e na catalogação, estabelecemos um *corpus* documental. Para isso, seguimos a categorização conhecida como "esquema de Lasswell", pioneiro, desde 1927, das análises de conteúdo aplicadas à política e à propaganda. Relacionamos o *corpus* com: a natureza do emissor; a quem se destina tais representações; e o seu significado.

1. **Primeira etapa da análise de conteúdo: análise prévia da documentação disponível e estabelecimento de um *corpus* documental ao qual será aplicado aquele método[127].**

Mesmo já tendo decidido – função de características que percebe na documentação disponível pertinente às hipóteses que formulou e de que pretende obter a comparação (ou a refutação) – aplicar alguma modalidade de análise de conteúdo, a posição do historiador diante de suas fontes é, quanto a isso, imprecisa e intuitiva de início. Ele sabe em que direção e partindo de quais perguntas se vai orientar, mas ainda ignora em que consistirá o suporte de sua análise de conteúdo – pelo menos, não o sabe necessariamente, a não ser que esteja mais ou menos repetindo, para outro caso e outro *corpus*, algum tipo de aplicação já bem conhecido e testado alhures.

[126] Rejane Maria Lobo Vieira foi durante muitos anos encarregada da Seção de Numismática. Realizou um trabalho pioneiro sobre as moedas de D. Fernando de Portugal, último governante da Dinastia de Borgonha.
[127] Notas das aulas do Professor Ciro Flamarion Cardoso.

Certos critérios devem ser satisfeitos para que a análise de conteúdo possa ser aplicada com sucesso. Será preciso renunciar a certas fontes: as que não formarem uma série completa para os fins da aplicação; e/ou apresentarem uma natureza pouco adequada ao método; e/ou não forem homogêneas. Com efeito, a escolha de um *corpus* documental ao qual aplicar alguma forma de análise de conteúdo passa por estes três critérios principais: 1) o *corpus* em questão deve ser completo no sentido exigido pela natureza do tema e das hipóteses; 2) deve ser uma documentação que, em seus conteúdos e em suas dimensões, justifique ser pertinente o uso da análise de conteúdo; 3) deve ser homogênea segundo princípios que se definam. Nesta fase pré-analítica, é frequente que o pesquisador hesita entre diversos conjuntos documentais, faça tentativas parciais de aplicação do método para avaliar os resultados assim obtidos e, em função destes, os que se conseguiriam com uma aplicação detalhada ou total.

Ao cabo desta primeira etapa, o pesquisador disporá então de um *corpus* documental constituído de um só documento ou, o que é mais provável, de vários: mas, no segundo caso, é preciso poder justificar o fato de considerá-los como uma espécie de supertexto suficientemente homogêneo constituído por textos individuais. Em certos casos, é possível e necessário distinguir entre o *corpus* total e o *corpus* pertinente: isto é, entre a documentação que integra o *corpus* em questão vista em sua totalidade, por um lado, e, por outro, o recorte parcial dela ao qual, devido aos contornos da pesquisa (delimitação do tema, objetivos, hipóteses), for de fato útil aplicar a análise de conteúdo.

## 2. Segunda etapa da análise de conteúdo: a categorização.

Antes de passar a esta etapa, é preciso aplicar ao corpus escolhido a operação conhecida como "esquema de Lasswell", conforme já explicamos na página anterior.

Existe, na análise de conteúdo de qualquer tipo, um postulado (ou hipótese teórica de base) nem sempre explicitado pelos pesquisadores: a afirmação de que haja, nos textos interrogados mediante este método, algum significado não imediatamente dado, evidente ou visível e que só a análise revelará. Outrossim, é preciso preocupar-se com a necessidade de não desnaturar, não falsificar os conteúdos contidos nos textos ao aplicar-lhes o método de análise. Em suma, há de início duas exigências: de originalidade de saber tratar os textos de um modo que responda a perguntas ou problemas não formulados antes em relação a eles; e de fidelidade aos conteúdos efetivamente presentes no *corpus*.

A operação central é, nesta etapa, o estabelecimento de uma grade ou rede de categorias. A partir de uma leitura prévia do *corpus* completo, com atenção voltada constantemente para o que for útil à pesquisa (delimitação do objeto, objetivos, problema formulado, hipóteses), registram-se os elementos pertinentes observáveis nele, distinguindo-os em temas ou categorias temáticas que possam, eventualmente,

ser computados e, sobretudo, que permitam comparações significativas entre os diferentes textos integrantes do *corpus* (ou, se tratar de um só documento de ampla extensão, entre diferentes partes desse documento). Na verdade, uma análise de conteúdo valerá aquilo que valerem as categorias segundo as quais for realizada – quanto ao que tragam efetivamente à pesquisa em curso, bem como no tocante ao grau de fidelidade que observem diante dos conteúdos documentais.

Uma boa categorização tem como condição prévia *sine qua non* uma compreensão adequada dos conteúdos semânticos dos textos do *corpus*; e tal compreensão só ocorrerá se o pesquisador possuir familiaridade e informações suficientes acerca da época em estudo e de seu universo mental. A formação que representa, por exemplo, a análise de conteúdo é uma segunda leitura fundamentada em outra: uma primeira leitura ou decodificação, ou mais simples e mais básica, que depende de conhecer-se a língua e a cultura da época em que se geraram os textos. Sem esta primeira leitura feita adequadamente, as categorias escolhidas dificilmente serão pertinentes e profícuas. Tais categorias são conceitos de nível superior (secundários, "supraordenados"), enquanto os conceitos obtidos na primeira leitura ou decodificação são de nível primário: os primeiros dependem necessariamente destes, embora possam reuni-los em esquemas mais amplos.

As categorias temáticas selecionadas para a análise, estabelecidas pelo pesquisador no final de um processo às vezes longo de ensaio e erro, correções e renúncias, devem responder a quatro critérios principais: pertinência, exaustividade, exclusividade e objetividade.

A pertinência é dada pela medida em que as categorias escolhidas tiverem a capacidade de refletir escrupulosamente os conteúdos do *corpus* e, ao mesmo tempo, de expressar a problemática do processo de pesquisa em função do qual se aplique a análise de conteúdo.

A exaustividade das categorias se dá quando, no seu conjunto, permitam interrogar a totalidade do *corpus* (ou parte do mesmo pertinente à pesquisa). Em certos casos, não se consegue uma exaustividade completa, restando algumas categorias para acomodar porções "inclassificáveis" do mencionado *corpus*: mas estas devem ser residuais, ter dimensões reduzidas no relativo à parte do *corpus* que nelas entrem.

A exclusividade significa que elementos idênticos de conteúdo não devem aparecer em mais de uma categoria: a relação categoria/conteúdo deve ser discreta ou excludente. De novo: se não for possível uma exclusividade total, para que o trabalho funcione adequadamente é preciso pelo menos chegar perto dela.

A objetividade é somente tendencial, mesmo porque diferentes pesquisadores podem chegar a diferentes categorias em relação a um mesmo *corpus*, cada um deles

defendendo as suas como sendo mais fiéis aos conteúdos efetivos do mesmo. Pelo menos, seria preciso que um leitor informado, mesmo que preferisse uma grade de categorias diferente no todo ou em parte da que elaborou o pesquisador, aceitasse que o analista registrou adequadamente cada unidade de conteúdo nas categorias que formulou. Espera-se, naturalmente, que o autor estabeleça e defenda sua objetividade mediante um espírito crítico sempre ativo manifestado diante de seu próprio trabalho, pela clareza com que exponha o encaminhamento e a justificativa das categorias que estabeleceu. Em especial, cabe ao pesquisador precisar alguns indicadores que informem ao leitor as razões de suas escolhas em matéria de categorização. Segundo Berelson, "as hipóteses devem exprimir o problema o mais adequadamente que for possível; as categorias devem fazer o mesmo em relação às hipóteses; e os indicadores, em relação às categorias (Berelson: 1952, 78) "

## 3. Terceira etapa da análise do conteúdo: codificação e cômputo das unidades.

Para possibilitar a aplicação das categorias ao *corpus*, é preciso delimitar as unidades que determinarão os recortes a fazer no mesmo. Em geral se distinguem as unidades de registro de contexto.

Unidade de registro é o segmento de conteúdo que o pesquisador decidiu tomar como menor unidade de sua grade de leitura e análise: uma palavra, um grupo de palavras, um parágrafo, um semema, etc. Sua dimensão pode, pois, variar segundo os critérios de recorte que houveram sido introduzidos na dependência da natureza e dos objetivos da análise de conteúdo.

Unidade de Contexto é a unidade imediatamente superior em suas dimensões à unidade de registro. Sua finalidade é permitir optar por uma determinada categoria onde classificar uma dada unidade de registro, em caso de dúvida.

## 4. Quarta etapa da análise de conteúdo: a interpretação dos resultados.

Nesta etapa é que ficarão patentes – se for o caso – a fecundidade das escolhas de método operadas e a pertinência das hipóteses de trabalho. "Interpretação", no sentido do termo que aqui interessa, é uma leitura nova (original) e objetiva do *corpus*, apoiada nas etapas Segunda e terceira acima e, também, nos conhecimentos do pesquisador acerca do período estudado, do tema tratado, do contexto em que se insere, etc. segundo Lasswell, teríamos aqui outra pergunta a propor: com que resultados os textos foram formulados e circulam? (Lasswell: 1965, 95). No entanto, nem sempre é esta a intenção: pode-se tentar, simplesmente, "ler" determinada ideologia, representação, imaginário no *corpus*, mesmo ao se tratar, eventualmente, de documentos que não tiveram importante circulação para, deste modo, vir a entender melhor algum tema.

Interpretar é inferir: uma operação lógica por meio da qual, de uma ou mais proposições – no caos presente, os dados estabelecidos ao terminar o processo da análise de conteúdo aplica ao *corpus* – se retira uma ou mais consequências que resultem necessariamente daquelas proposições. Trata-se aqui, de voltar às hipóteses para, por meio dessa inferência, avaliar até que ponto forma comprovadas. Caso uma ou mais hipóteses hajam sido, pelo contrário, refutadas pelos resultados da análise de conteúdo, será preciso verificar a razão de tal coisa ter acontecido e, conforme as circunstância, completar, modificar parcialmente ou substituir as hipóteses em questão; e, a seguir, recomeçar a análise ou pelo menos, introduzir nela as consequências de tais operações.

Realizamos uma comparação significativa entre as diferentes imagens contidas no reverso de cada moeda, fazendo uma primeira leitura ou decodificação dos símbolos existentes. Assim, foi possível encontrar e identificar determinados elementos que representavam a ideologia política, militar ou religiosa da época.

Em tais representações, política e estética estavam intimamente ligadas em Roma. As moedas associavam-se tanto à propaganda ideológica quanto à política. As peças não apenas são instrumentos importantes para estabelecer a datação de documentos que chegaram até nós sem seu contexto original, como têm grande valia, em si mesmas, por meio de nossa compreensão desses "retratos" de uma realidade antiga. Com frequência, o tipo monetário de reverso mostra determinada reprodução artística. Ainda que o seu significado, em alguns casos indicado pela legenda que a acompanha, ou pelo tipo do anverso, possa aparecer com uma interpretação original em relação ao modelo, muitas vezes tipos monetários e modelo têm o mesmo sentido.

Estas práticas do poder- e seus simbolismos- atuam, de uma maneira direta ou não, através de questões ideológicas. E, em toda uma sociedade, através das ideias da classe dominante, predominam, oralmente ou escrita. Cardoso diz que "...é de especial interesse e bem esclarecedor o estudo dos mecanismos que asseguram e reproduzem a hegemonia ideológica..." (Cardoso: 1979, 397).

Podemos verificar uma resistência tenaz das antigas formas de administração e de comunicação. Na própria Inglaterra do século XII, apesar dos progressos quanto ao domínio da leitura e da escrita, a palavra ouvida e o gesto visto permanecem a expressão essencial do poder de comando e justiça. (Chartier: 1990, 218).

Não podemos esquecer que a história deve sempre procurar explorar o seu objeto a partir da análise dos diferentes elementos nela intervenientes, aberta a uma nova linguagem, às novas interrogações que cada época faz ao passado:

> *Engajar-se no presente, dar ouvidos a todos os seus rumores - numa palavra, viver - exige que o historiador se mantenha informado sobre o que descobre e*

> *se transforma no campo das ciências vizinhas. A história se enfraqueceria isolando-se. (Duby: 1986, 190)*

Umberto Eco, em sua obra *Tratado Geral de Semiótica,* explica que é na própria estrutura do código, onde a semiótica propõe o problema do estudo da configuração sintática do código como nascente de uma informação sígnica (Eco: 1980, 194). Estes conjuntos de objetos, no caso as moedas e seus símbolos, produzidos pela ação do homem e mediante ordem de alguém, *o emissor*, devem ser entendidos pelo destinatário, *o receptor*, como uma expressão de um dado conteúdo. Podendo ser por uma correlação anteriormente codificada, em outras peças chamadas de *variantes*, ou por causa de uma possível correlação diretamente por parte deste *receptor*.

Tal relação *emissor/receptor* é nitidamente identificada nas cunhagens realizadas durante o início do século IV. Diocleciano, Galério, Constâncio Cloro, Maximiano, Severo Augusto e Maximino Daia cunharam moedas com tipos semelhantes: GENIO AVGVSTI, GENIO POPVLI ROMANI, VIRTVTI EXERCITVS, CONCORDIA MILITVM, SAC MON VRB AVGG ET CAESS NN, VOT XX E; entre outras. Defendiam a salvação do império num retorno ao passado e as suas divindades, impondo tal ideologia através de um veículo propagandístico com o qual toda a população teria contato: a própria moeda. Esses signos externos correspondentes a tais hierarquias eram utilizados para diferenciar um governante de outro. Recordemos que uma simples faixa de tecido ao redor da cabeça era o emblema que distinguia os generais de Alexandre, que repartiram seus domínios e governaram como verdadeiros monarcas.





FOTO CLÁUDIO UMPIERRE CARLAN. ACERVO NUMISMÁTICO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 2000.

## Descrição da Moeda

ANVERSO: *DN CONSTAN-TIVS PF AVG* – busto de Constâncio II, diademado à direita. Nessas cunhagens, *centenional*, o imperador é representado com manto, globo na mão direita. Globo, símbolo da perfeição e do poder imperial, levado em uma das mãos, representa domínio ou o território sobre o qual se estende a autoridade do soberano (Chevalier; Gheernrant; 1997, 472). *Centenionalis* eram moedas de bronze cunhadas por Constantino I, o grande, pai de Constâncio II, a partir do ano de 330, pesando aproximadamente 4 gramas. Essa denominação foi dada no século XIX. Nome original dessa cunhagem ainda é desconhecida.

REVERSO: *FEL TEMP REPARATIO* – Imperador, com armadura de combate, dominando dois prisioneiros germânicos. Na mão direita, lábaro com sinal de Constantino, X (chi) e P (rho), presente em outras cunhagens do período. Constâncio, em tamanho maior que os dois prisioneiros, por ser centro do poder real, pisa no joelho de um dos cativos. Outro, olha o estandarte em sinal de submissão, tanto a Roma, quanto ao Cristianismo. Símbolos cristãos tornaram-se comuns nas cunhagens do

século IV a partir do ano de 317. No exergo ou linha de terra, SNN ┌ referente à casa monetária de Nicomédia. Peso: 3,78 g; diâmetro 2,02 mm; alto reverso ou linha de terra 6 horas.

Para Pastoureau, a "escrita circular" é pouco estudada. As legendas monetárias foram vistas e manuseadas por indivíduos das mais variadas condições sociais (Pastoureau: 1988, 125). Mas o texto tocado pelas pessoas, não significa que foi lido. O autor pretende dar uma maior importância às inscrições do que o tipo da moeda, representado no reverso, onde estaria localizado o maior número de informações em um pequeno espaço.

Essas legendas eram abreviaturas em latim, relacionadas com as imagens de anverso e reverso, ocorrendo assim a união escrita/imagem. O receptor daquela peça saberia identificar o seu governante, suas mensagens simbólicas. Existiam todas as espécies de signos, figuras geométricas, signo de pontuação, astros, animais, vegetais, brasões, que levavam uma mensagem governante/governado ao vasto mundo romano.

Nas representações políticas, a riqueza iconográfica está mais destacada no período da tetrarquia, mas não negligenciaremos os outros períodos da História Romana. Como exemplo, *PROVIDENTIA DEORVM, IOVI / HERCVLES* (Diocleciano e Maximiano juntos), *VIRTVTI AVGG, PAX* (figura feminina), *PRINCI A INVENTVTIS, BEATA* (Altar com os votos nas amoedações de Crispus), *PROVIDENTIA CAESS* (campo militar ou fortaleza, Constantino I e II, Constâncio II, Galo, Constante, Valentiniano I), a loba amamentando Rômulo e Remo (sem legenda, Constantino), *PROVIDENTIA AVGG* (campo militar, Licínio), *IOVI / CAESAR, VIRTVS* (Licínio filho), *CASTOR / POLVX* (Maxêncio); templo com a cúpula redonda, sem legenda, cunhado após à morte do filho de Maxêncio, Rômulo, ainda criança (alusão a nomeação de César no anverso).

A moeda mostra-se uma excelente fonte, pois, a partir de sua análise encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade. Ou seja, aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos, estéticos. Podendo informar sobre os mais variados retrospectos de uma sociedade. Ela testemunha determinadas relações culturais importantes para o historiador. Mas também não podemos esquecer que a moeda como documento não é reflexo de um simples aquecimento econômico, e sim trata-se de outro acontecimento paralelo. Uma materialidade constituída por camadas sedimentares de interpretações: "o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento (Jenkins: 2001, 11).

Donis Dondis afirma que, para os analfabetos, a linguagem falada, a imagem e o símbolo continuam sendo os principais meios de comunicação. E dentre eles apenas o visual pode ser mantido em qualquer circunstância prática.

> *(...) isso é tão verdadeiro como tem sido ao longo da história. Na Idade Média e no Renascimento, o artista servia à Igreja como propagandista...O comunicador visual tem servido ao imperador e ao comissário do povo...a comunicação pictórica dirigida aos grupos de baixo índice de alfabetização, se pretende ser eficaz, deve ser simples e realista (...). (Dondis: 1997, 184)*

Pascal Arnaud destaca que nas moedas da Antiguidade Clássica, principalmente durante os séculos IV e V, são comuns, no anverso, a cabeça ou busto do imperador virem cingida por um diadema com o aspecto de simples fita de pérolas com duas ou três pontas (Arnaud: s/d, 195). Trata-se de uma mensagem simbólica específica, cujo significado é o de designar a pessoa do governante.

Ao possuidor romano de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal, nobre ou não, em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder do emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

## Considerações Finais

O poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais restritas. O poder não é característico de uma classe ou de uma elite dominante, nem pode ser atribuído a uma delas. Para Foucault, o poder é uma estratégia atribuída às funções. O poder não se origina nem na política, nem na economia, e não é ali que se encontram suas bases. Ele existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos sociais. O poder não se reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico de todos é a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder (Hunt: 1995, 46).

Cabe ao historiador identificar e definir as suas fontes, pois o documento não é inócuo e, segundo Le Goff, "... uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, das sociedades que o produziram... esforço para as sociedades históricas para impor ao futuro... determinada imagem de si próprias..." (Le Goff: 1984, 103). É necessário haver uma interdisciplinaridade para ser realizada uma desmontagem da ambivalência documento / monumento, através do próprio ambiente que o produziu, auxiliado pela arqueologia, e não baseado em uma única crítica histórica.

Os símbolos que habitam a numismática estão dotados sempre de uma clara organização hieroglífica, pois procedem do fato de que essas imagens difundidas se articulam sempre com o idioma figurado, no qual o poder se expressa secularmente. Trata-se, segundo de la Flor, do surgimento de representações de águias, leões, como também de torres, cruzes (Flor: 1995, 183), da fênix, de imperadores ou de personagens pertencentes a uma elite político-econômica, que representam a órbita de ação do poder, chegando ao ponto em que a numismática pode ser definida "como um monumento oficial a serviço do Estado."[128] Lembramos ainda que, como afirma Cassirer, "...em lugar de definir o homem como um animal *rationale*, deveríamos defini-lo como um animal *symbolicum*." (Cassirer: 1977, 70). Desse modo, a iconografia, e toda a sua simbologia, aparece de fato como testemunho mais evidente do imaginário das sociedades passadas.

Esses signos mantêm com seu objeto uma relação causal de contiguidade física natural. Como exemplo, podemos citar as letras ou símbolos gregos localizados no *campo* das moedas. Eles indicam que as amoedações foram realizadas por casas monetárias de origem ou influência cultural grega. Realizando uma comparação com o *exergo*, comprovamos esta relação. Greenwell, no século XIX, já defendia a posição importante das cidades gregas, principalmente de Cyzicus, como centro de cunhagem (Greenwell: 1887, 9).

Chartier destaca a importância da interpretação dessa simbologia, chamada por ele de "signos do poder".

> *"Daí a necessidade de constituir séries homogêneas desses signos do poder: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, ceptros, vestes, selos, etc.), os monumentos que, ao identificarem o rei, identificam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores), ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado, como os emblemas, as medalhas, os programas arquitetônicos, os grandes ciclos de pintura..."(Chartier: 1990, 220).*

## Fontes

## Numismática

Moedas de Diocleciano, Constantino I, o Grande e Constâncio II. Rio de Janeiro: acervo do Museu Histórico Nacional, Medalheiro de Número 3; **Lote Número: 11, Lâminas de Números: 2 e lote 16 número 5;**

## Impressas

AMIANO MARCELINO. *Historia (Rerum Gestarum Libri).* Edición de Maria Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

CLAVDIVS CLAVDIANUS. *Panegyricus de sexto consulatu Honorii Augusti.* Edited with introduction, translation, and literary commentary by Michael Dewar. Oxford: Clarendon Press, 1996.

DION CASIO. *Historia Romana*. Edición de Domingo Plácido Suarez, Jose Maria Candau Moron y Maria Luisa Puertas Castaños. Madrid: Gredos, 2004.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966 e 1967. texto datilografado.

## Dicionários / Enciclopédias / Catálogos / Anais

ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. VOLUMES 1 / 27. Rio de Janeiro, 1940 / 1995.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos.* 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

GREIMAS, Algirdas J. e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica.* Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembra, Tieko Y. Miyazaki. São Paulo: Editora Cultrix,1979.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VI, VII, VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

## Bibliografia

ARNAUD, Pascal. Le Commentaire de Documents en Histoire Ancienne. Paris: Belin Sup, S/D.

BERELSON, Bernard. *Content Analysis in Communication Research.* New York: New York University Press, 1952, p. 78.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. Os *Métodos da História.* 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica.* Ensaio sobre o Homem. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CARLAN, Cláudio Umpierre. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Moeda: a numismática e o estudo da História.* São Paulo: Annablume, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da Linguagem Visual.* Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUBY, Georges. *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 190.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica.* Tradução Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FLOR, Fernando R. de La. *Emblemas Lectures de La Imagem Simbólica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. *Numismática e História Antiga.* In: Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: 1984.

GREENWELL, Willian. *The Electrum Coinage of Cyzicus.* London: Rollin and Feuardent, 1887.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. *A História Repensada.* Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

LASSWELL, Harold D. et alii (org.). *Language of Politics. Studies in quantitative semantics.* Cambridge (Mass): Massachusetts Institute of Technology Press, 1965, p.95.

LE GOFF, Jacques. *História: Novos Objetos*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, l988.

PASTOUREAU, Michel. *Coleurs, images, symboles*. Études d´Histoire et d´Anthropologie. Paris: Léopard d´Or, 1988.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. *Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional?* In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

# LATE ANTIQUITY: IMAGE AND DOCUMENT[129]

Cláudio Umpierre Carlan[130]

## Abstract

The article begins with a description of iconography as historical document. Image in Antiquity had a specific function: to present to a particular social group, mostly illiterate, something that represented the edge of power. It not only legitimized an emperor or king, but was also a type of advertising.

## Keywords

Money; power; Rome; iconography

[129] Translated by the author.

[130] Associate Professor. Federal University of Alfenas – Alfenas, MG, Brasil. e-mail: claudiocarlan@yahoo.com.br

## Resumo

O artigo começa com uma descrição da iconografia como documento histórico. A imagem na Antiguidade tinha uma função específica: apresentar a um determinado grupo social, maioria analfabeta, algo que representasse a orla do poder. Ela não apenas legitimava um imperador ou rei, funcionava como uma espécie de propaganda política.



## Palavras-Chaves

Moeda; poder; Roma; iconografia.

## Introduction

Image in Antiquity had a specific function: to present to a particular social group something that represented the edge of power. It not only legitimized an emperor or king, but also worked as a type of political advertising.

Currency has been studied by historians under the prism of merchandise, object of trade. It was sought to insert it in social history, that is, with the reflexes monetary mutation produced in society, wage's level, cost of life and consequent collective behavior towards these. The scholar of currency has been more worried with the economic and social body it served than with the metal from which it was produced and informed. Structurally, the metal surpassed the geographical boundaries of the power that issued it and defined ideologically not only a people, but also the civilization to which it belonged.

The contemporary man can hardly connect a coin to a way of communication between distant peoples. To the possessor of a particular species of strange currency, it spoke to him through the noble or non-precious metal in which it was coined, by type and inscription. The first element informed him about the wealth of a kingdom and the other two told him something about the art, that is, the greater or lesser technical improvement used in the manufacture of current cash, about the power of the issuer and, above all, about the political-religious ideology that gave body to it. It is within this last aspect that we seek to explore the numismatic source.

## Numismatics[131] as source: Reading the "coin"

Numismatics connected itself traditionally to the study of History, especially Political History, helping to establish the chronology of reigns and to date important facts of politics; to Economy, informing about the value of coins within different monetary systems; to Archaeology, contributing to aid in dating archaeological layers and sites; and to Art History, enabling, through its types, an analysis of the evolution of styles

[131] All the numismatic sources analyzed here belong to the collection of the National Historical Museum, based in Rio de Janeiro. The museum holds the largest coin collection in Latin America.

and the recognition of missing works or those only known through literary texts (Vieira: 1995, 94)[132].

In this sense, Numismatics is not only restricted to museums, despite being during decades "stuck" on catalogs and closely guarded collections. It departs from a wider interest, collaborating with several disciplines, assisting in the most varied research, both archaeological and related to Classical Antiquity or other historical periods. It is a propagandistic vehicle, with messages, art, religion (magic and superstition), ideology and politics.

Coin usage as a source is not a novelty. We do not intend here to explore all those who took that path, but we will quote some authors that worked with such documentation. As for us, we will analyze the political advertising represented by iconography, through a simple content analysis, trying to identify both historical and aesthetic connotations.

With previous identification of available documentation in catalog, we established a documental *corpus*. For that, we followed the categorization known as "The Lasswell Formula", pioneer, since 1927, of content analysis applied to politics and propaganda. We related the *corpus* with: the nature of the issuer; to whom such representations were destined; and their meaning.

1. **First stage of content analysis: previous analysis of available documentation and establishment of a documental *corpus* to which that method will be applied[133].**

Even having already decided – function of characteristics perceived in available documentation pertinent to the formulated hypothesis and from which one intends to obtain comparison (or refutation) – to apply some modality of content analysis, the position of the historian before his sources is, about that, imprecise and intuitive at the start. He knows which direction and questions he will use to guide himself, but yet ignores in what will consist the support of his content analysis – at least, does not necessarily know it, unless he is more or less repeating, for another case and *corpus*, some kind of well-known and elsewhere tested application.

Certain criteria must be satisfied so that the content analysis can be successfully applied. It will be necessary to renounce to certain sources: those which do not form a

[132] Rejane Maria Lobo Vieira was, during many years, in charge of the Numismatic Session. She conducted pioneering work about the coins of D. Fernando de Portugal, the last ruler of the Burgundy Dynasty.
[133] Class notes of Professor Ciro Flamarion Cardoso.

complete series for application purposes; and/or present an unsuited nature to the method; and/or are not homogenous. Indeed, the choice of a documental *corpus* to which apply some form of content analysis goes through these three main criteria: 1) the *corpus* concerned must be complete in the sense demanded by the nature of the theme and hypothesis; 2) should be a documentation that, in its contents and dimensions, justifies the use of content analysis as pertinent; 3) it must be homogenous according to principles that define themselves. In this pre-analytic phase, the researcher often hesitates between several documental sets, makes partial attempts to apply the method in order to evaluate the results thus obtained and those obtained through detailed or total application.

By the end of this first stage, the researcher will have a documental *corpus* consisting of only one document or, what is more likely, of several: but, in the second case, it is necessary to justify the fact of considering them as a type of "supertext", homogeneous enough formed by individual texts. In certain cases, it is possible and necessary to distinguish between the total *corpus* and the pertinent *corpus*: that is, between the documents that integrate the *corpus* in question, seen as a whole, and, on the other side, the partial cut of it to which, due to the contours of the research (theme limitation, objectives, hypothesis), is in fact useful for applying the content analysis.

**2. Second stage of analysis: categorization.**

Before going through this stage, it is necessary to apply the operation known as "The Lasswell Formula" to the chosen *corpus*, as we explained in the previous page.

There is, in content analysis of any kind, a postulate (or basic theoretical hypothesis) not always explained by researchers: the statement that there is, in the questioned texts by this method, some not immediately given, evident or visible meanings that only analysis will reveal. Furthermore, it is necessary to worry about the need of not denaturing, not falsifying the contents inserted in the texts when applying the analysis method. In short, there are two demands at first: treating the texts originally, in a way that answers questions or non-formulated problems before and regarding them; and being faithful to the effectively present contents in the *corpus*.

The central operation, in this stage, is the establishment of a grid or network of categories. From a previous reading of the complete *corpus*, with attention aimed constantly to what is useful to the research (object delimitation, objectives, formulated problem, hypothesis), the pertinent elements observed in it are registered, and distinguished in themes or thematic categories that might, eventually, be computed and, above all, allow significant comparisons between the different texts, members of the *corpus* (or, if it is only one document of wide extension, between different parts of this document). Actually, a content analysis will be worth what the categories according to which it was realized are worth – as to what they effectively bring to the

ongoing research, as well as the degree of faithfulness they observe before the documental contents.

A good categorization has as precondition *sine qua non*, an adequate comprehension of the semantic contents of the *corpus'* texts; and such comprehension will only occur if the researcher possesses familiarity and enough information regarding the time of the study and its mental universe. The formation that represents, for example, the content analysis is a second reading based on another: a first reading or decoding, or simpler and more basic, that depends on knowing the language and culture of the time the texts were generated. Without this first reading done properly, the chosen categories will hardly be pertinent and useful. Such categories are higher level concepts (secondary, supra ordered), while concepts obtained in the first reading or decoding are of primary level: the first ones depend necessarily on these, although they can reunite them in wider schemes.

Selected thematic categories for analysis, established by the researcher at the end of a sometimes long process of trial and error, corrections and renounce, must answer four main criteria: pertinence, exhaustiveness, exclusivity and objectivity.

Pertinence is given by the measure to which the chosen categories have the capacity of reflecting scrupulously the contents of the *corpus* and, at the same time, of expressing the problematic of the research process according to which the content analysis is applied.

The exhaustiveness of the categories is given when, taken together, they allow interrogating the whole *corpus* (or part of the same, pertinent to the research). In certain cases, complete exhaustiveness is not achieved, and some categories remain to accommodate "unclassifiable" portions of the referred *corpus*: but these should be residual, have reduced dimensions in relation to the part of the *corpus* that they are in.

Exclusivity means that elements of identical content should not appear in more than one category: the relationship category/content must be discrete or exclusionary. Again: if it is not possible to have full exclusivity, for the work to function properly, it is necessary to get at least close to it.

Objectivity is only tendential, since different researchers may arrive to different categories regarding a same *corpus*, each of them defending theirs as the most faithful to the effective contents of the same. At least, it would be necessary that an informed reader, even if he preferred a whole or partially different category grid than what the researcher elaborated, accepted that the analyst properly registered each content unity in the categories he formulated. It is expected, naturally, that the author establishes and defends his objectiveness by an always active critical spirit before his own work, by clearly setting out the routing and the justification of the established categories.

Especially, it is up to the researcher to specify some indicators that inform the reader of the reasons of his choices regarding categorization. According to Berelson, "the hypothesis must express the problem as adequately as possible; the categories must do the same with respect to the hypothesis; and the indicators, in relation to the categories (Berelson: 1952, 78)".

**3. Third stage of content analysis: coding and calculation of units.**

In order to enable the application of the categories to the *corpus*, it is necessary to delimitate the units that will determine the cuts to be done in it. Generally, the units of context register are distinguished.

Register unit is the content segment that the researcher chose to take as the smallest unit of his reading and analysis grid: one word, a group of words, a paragraph, a week, etc. Its dimension can, therefore, vary according to the cut criteria that were introduced in nature's and content analysis objects' dependencies.

Context unit is the one directly above the register unit, in terms of dimensions. Its goal is to allow choosing a particular category where a certain register unit will be classified, in case of doubt.

**4. Fourth stage of content analysis: interpreting the results.**

In this stage the fecundity of the operated method choices and the pertinence of the work hypothesis will be apparent – if it is the case. "Interpretation", in the sense of the term of interest here, is a new (original) and objective reading of the *corpus*, supported in the second and third stages described previously and, also, in the researcher's knowledge regarding the studied period, the subject covered and the context in which it is inserted. According to Lasswell, we would have here another question to propose: with what results the texts were formulated and circulate? (Laswell: 1965, 95). However, this is not always the intention: one may try, simply, to "read" a particular ideology, representation, *corpus* imaginary, even when it comes, possibly, to documents that had no important circulation in order to better understand a certain theme.

To interpret is to infer: a logical operation through which, from one or more propositions – in the present case, the data established when finishing the content analysis process applied to the *corpus* – one or more consequences, that result from those propositions, are withdrawn. It is about coming back to the hypothesis in order to, through this inference, evaluate until which point they were proven. In case one or more hypothesis were, on the contrary, refuted by the content analysis results, it will be necessary to verify the reason for it and, according to the circumstances, to

complete, partially modify or substitute the hypothesis in the matter; and, next, to restart the analysis or, at least, to introduce in it the consequences of such operations.

We made a significant comparison between the different images contained on the back of each coin, making a first reading or decoding of the existing symbols. Thus, it was possible to find and identify certain elements that represented the political, military or religious ideology of the time.

In such representations, politics and aesthetics were deeply connected in Rome. Coins were associated both with ideological advertising and politics. The pieces were not only important instruments to establish the dating of documents that arrived to us without their original context, but also have great value in themselves, through our comprehension of these "portraits" of ancient reality. Frequently, the back of the monetary type shows certain artistic reproduction. While its meaning, in some cases pointed by the inscriptions that accompany it or by the kind of obverse, can appear as an original interpretation in relation to the model, monetary types and model often have the same sense.

These power practices – and their symbolisms – act, in a direct or indirect way, through ideological questions and, throughout a society, they predominate by the ideas of the dominating class, orally or written. Cardoso states that "… it is of special interest and enlightening the study of the mechanisms that assure and reproduce the ideological hegemony…" (Cardoso: 1979, 397).

We can verify a tenacious resistance of ancient forms of administration and communication. In the 17th century England, despite the progress regarding reading and writing mastery, the heard word and the seen gesture remained the essential expression of command power and justice. (Chartier: 1990, 218).

We cannot forget that history must always seek to explore its object based on the analysis of the different elements that intervene in it, open to a new language, to new interrogations each time makes to its past:

> *To engage in the present, to listen to all its rumors – in a word, to live – demands the historian to be kept informed about what is discovered and transformed in the field of neighbor sciences. History would weaken in isolation. (Duby: 1986, 190)*

Umberto Eco, in his work *General Treaty of Semiotics*, explains that it is within code structure, where Semiotics proposes the study of the syntactic configuration of the rising code problem as sign information (Eco: 1980, 194). These objects sets, in the case the coins and their symbols, produced by the action of man and by the order of someone, the *emitter*, should be understood by the receiver, the *receptor*, as an

expression of a particular content. It can be through a previously coded correlation, in other pieces called *variants*, or because of a possible correlation directly by this *receptor*.

Such *emitter/receptor* relation is clearly identified in the coinages made during the beginning of the 4th century. Diocletian, Galerius, Constantius Chlorus, Maximinian, Severus Augustus and Maximinus Daja coined coins with similar types: *GENIO AVGVSTI, GENIO POPVLI ROMANI, VIRTVTI EXERCITVS, CONCORDIA MILITVM, SAC MON VRB AVGG ET CAESS NN, VOT XX* E; among others. They defended the empire's salvation through a return to the past and its deities, imposing such ideology by the means of an advertising vehicle with which all the population would have contact: the coin itself. These external signs corresponding to those hierarchies were used to differentiate one governor from another. Let us remember that a simple fabric band around one's head was the emblem that distinguished Alexander's generals, who divided his dominions and ruled as real monarchs.





PHOTO: CLÁUDIO UMPIERRE CARLAN. NUMISMATIC COLLECTION OF THE NATIONAL HISTORICAL MUSEUM, RIO DE JANEIRO, JUNE 2000.

## Coin Description

OBVERSE: *DN CONSTAN-TIVS PF AVG* – bust of Constantius II, crowned at the right. In these coinages, *centenional*, the emperor is represented with mantle, globe in the right hand. The globe, symbol of perfection and imperial power, carried in one hand represents dominance or the territory over which extends the sovereign's authority (Chevalier; Ghernrant; 1997, 472). *Centenionalis* were bronze coins coined by Constantinus I, the great, Constantius II's father, from the year 330, weighing approximately 4 grams. This denomination was given in the 19th century. The original name of this coinage is still unknown.

REVERSE: *FEL TEMP REPARATIO* – Emperor, with combat armor, dominating two Germanic prisoners. On his right hand, labarum with the sign of Constantinus, X (chi) and P (rho), present in other coinages of the period. Constantius, bigger than the two prisoners, for being the center of royal power, steps on the knee of one of the captives. The other looks at the standard as a sign of submission, both to Rome and Christianity. Cristian symbols became common in coinages of the 4th century from the year 317 on.

In the exergue or land line, SNN ┌ referred to the monetary house of Nicomedia. Weight: 3,78 g; diameter 2,02 mm; high reverse or land line 6 hours.

For Pastoureau, the "circular writing" is little studied. The monetary inscriptions were seen and handled by individuals of the most varied social conditions (Pastoureau: 1988, 125). But it does not mean that the text touched by people was read. The author intends to give a bigger importance to the inscriptions rather than the coin type, presented in the reverse, where more information would be located.

These inscriptions were abbreviations in Latin, related to the images in the obverse and reverse, thus occurring a writing/image union. The receiver of that piece would know how to identify its ruler, its symbolic messages. There were all kinds of signs, geometric figures, punctuation signs, stars, animals, vegetables, coats of arms, who led a message governor/governed to the vast Roman world.

In political representations, iconographic wealth is highlighted in the tetrarchy period, but we will not neglect other periods of Roman History. For example: *PROVIDENTIA DEORVM, IOVI / HERCVLES* (Diocletian and Maximinian together), *VIRTVTI AVGG, PAX* (feminine figure), *PRINCI A INVENTVTIS, BEATA* (altar with the votes in the coinages of Crispus), *PROVIDENTIA CAESS* (military field or fortress, Constantinus I and II, Constantius II, Gallus, Constante, Valentinianus I), the wolf breastfeeding Romulus and Remus (without inscription, Constantinus), *PROVIDENTIA AVGG* (military field, Licinius), *IOVI / CAESAR, VIRTVS* (Licinius the son), *CASTOR / POLVX* (Maxentius); temple with round dome, without inscription, coined after the death of Maxentius' son, Romulus, still an infant (reference to the nomination of Caesar on the obverse).

The coin still presents itself as an excellent source because, from its analysis, we find several aspects that cover the series in its totality. That is, political, state, legal, religious, economic, mythological and aesthetic aspects. It can give information about the most varied flashbacks of a society. It witnesses certain cultural relationships that are important for a historian. We cannot forget, though, that the coin as a document is not a reflex of a simple economical heating, but of another parallel occurrence. A materiality formed by sedimentary layers of interpretations: "the document, thus, is archeologically thought as a monument" (Jenkins: 2001, 11).

Donis Dondis states that, for the illiterate, spoken language, image and symbol continue to be the main forms of communication. And among them only the visual form can be maintained under any practical circumstance.

> *(...) this is as true as it has been throughout History. In the Middle Ages and Renaissance, the artist served the Church as a propagandist… The visual communicator has served the emperor and the people's commissary…*

> *Pictorial communication directed to low literacy level groups, if it intends to be effective, must be simple and realistic (…). (Dondis: 1997, 184)*

Pascal Arnaud highlights that in Late Antiquity coins, especially during the 4th and 5th centuries, it is common, in the obverse, that the head or bust of the emperor comes crowned by a diadem with the aspect of a simple pearl band with two or three edges (Arnaud: undated, 195). It is a specific symbolic message, whose meaning is that of designating the person of the ruler.

To the Roman possessor of a certain strange monetary species, this would speak to him through the metal, noble or non-precious, in which it was coined, by the type and inscription. The first informed him about the wealth of a kingdom and the other two elements told him something about the art, that is, the bigger or lesser technical improvement used in the fabrication of the current cash; about the power of the issuer and, above all, about the political-religious ideology that gave body to it.

## Final Considerations

Power cannot be apprehended by the study of conflict, fight and resistance, unless in its most restrict manifestations. Power is not a feature of a class or dominating elite, nor can it be attributed to one of them. For Foucault, power is a strategy attributed to functions. Power does not have its origin in politics, nor economy, and it is not there that its basis is found. It exists as an infinitely complex net of "micropowers", power relations that permeate all social aspects. Power cannot be repressed, but it can also create. Within all these aspects, the most controversial is the understanding that power creates truth and, therefore, its own legitimation. It is up to historians identify this production of truth as a function of power (Hunt: 1995, 46).

It is the job of the historian to identify and define his sources, since the document is not innocuous and, according to Le Goff, "… a conscious or unconscious assembling of the history, of the time, of the societies that produced it… effort for historical societies to impose to the future… a particular image of themselves…" (Le Goff: 1984, 103). The support of several disciplines is necessary so that a disassembling of the ambivalence document/monument is carried out, through the same environment that produced it, aided by archeology and not based on a single historical criticism.

The symbols that inhabit Numismatics are provided with a clear hieroglyphic organization, since they come from the fact that these widespread images are always articulated with the shown language, in which power expresses itself secularly. It is, according to de la Flor, the rise of the representations of eagles, lions, as well as towers,

crosses (Flor: 1995, 183), of the phoenix, of emperors or characters belonging to a political-economic elite, that represent the orbit of power's action, up to the point in which Numismatics can be defined "as an official monument at the service of the State."[134] We remind that, as Cassirer states, "… instead of defining the man as a *rationale* animal, we should define him as a *symbolicum* animal." (Cassirer: 1977, 70). Thus, iconography, and all its symbology, appears as a more evident testimony of the imaginary of past societies.

These signs keep a causal relationship of natural physical contiguity towards their object. As an example, we can quote the letters or Greek symbols located in the coins' field. They point out that the coinages were done by monetary policies of Greek origin or influence. Making a comparison with the *exergo*, we can prove this relation. Greenwell, in the 19th century, already defended an important position of Greek cities, especially Cyzicus, as a coinage center (Greenwell: 1887, 9).

Chartier highlights the importance of the interpretation of this symbology, named by him as "signs of power".

> *"Hence the need of constituting homogenous series of these signs of power: whether is the insignia that distinguishes the sovereign from other men (crowns, scepters, vests, seals, etc.), the monuments that, as they identify the king, also identify the State, even the nation (coins, weapons, colors), or the programs that have the goal of symbolically representing the power of the State, as the emblems, medals, architectural programs, the great cycles of painting…" (Chartier: 1990, 220).*

## Sources

## Numismatics

Moedas de Diocleciano, Constatntino I, o Grande e Constâncio II. Rio de Janeiro: acervo do Museu Histórico Nacional, Medalheiro de Número 3; **Lote Número: 11, Lâminas de Números: 2 e lote 16 número 5;**

## Printed

AMIANO MARCELINO. *Historia (Rerum Gestarum Libri).* Edición de Maria Luisa Harto Trujillo. Madrid: Akal, 2002.

CLAVDIVS CLAVDIANUS. *Panegyricus de sexto consulatu Honorii Augusti.* Edited with introduction, translation, and literary commentary by Michael Dewar. Oxford: Clarendon Press, 1996.

DION CASIO. *Historia Romana*. Edición de Domingo Plácido Suarez, Jose Maria Candau Moron y Maria Luisa Puertas Castaños. Madrid: Gredos, 2004.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Relatórios anuais de 1934, 1960, 1966 e 1967. texto datilografado.

## Dicitionaries / Encyclopedias / Catalogs / Annals

ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. VOLUMES 1 / 27. Rio de Janeiro, 1940 / 1995.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos.* 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

GREIMAS, Algirdas J. e COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica.* Tradução de Alceu D. Lima, Diana L. P. de Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignacio A. Silva, Maria José C. Sembra, Tieko Y. Miyazaki. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

THE ROMAN IMPERIAL COINAGE. Edited by Harold Mattingly, C.H.V. Sutherland, R.A.G. Carson. V. VI, VII, VIII. London : Spink and Sons Ltda, 1983.

## Bibliography

ARNAUD, Pascal. Le Commentaire de Documents en Histoire Ancienne. Paris: Belin Sup, S/D.

BERELSON, Bernard. Content Analysis in Communication Research. New York: New York University Press, 1952, p. 78.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. Os Métodos da História. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

CASSIRER, E. Antropologia Filosófica. Ensaio sobre o Homem. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CARLAN, Cláudio Umpierre. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Moeda: a numismática e o estudo da História. São Paulo: Annablume, 2012.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DONDIS, Donis A. Sintaxe da Linguagem Visual. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 190.

ECO, Umberto. Tratado Geral de Semiótica. Tradução Antônio de Pádua Danesi e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FLOR, Fernando R. de La. Emblemas Lectures de La Imagem Simbólica. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. Numismática e História Antiga. In: Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: 1984.

GREENWELL, Willian. The Electrum Coinage of Cyzicus. London: Rollin and Feuardent, 1887.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. A História Repensada. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

LASSWELL, Harold D. et alii (org.). Language of Politics. Studies in quantitative semantics. Cambridge (Mass): Massachusetts Institute of Technology Press, 1965, p.95.

LE GOFF, Jacques. História: Novos Objetos. 3a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, l988.

PASTOUREAU, Michel. Coleurs, images, symboles. Études d´Histoire et d´Anthropologie. Paris: Léopard d´Or, 1988.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional ? In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.

# TRADUÇÕES

# TRANSLATIONS

# OS ROMANOS NA ÁFRICA OU A ÁFRICA ROMANIZADA? ARQUEOLOGIA, COLONIZAÇÃO E NACIONALISMO NA ÁFRICA DO NORTE[135]

Claude Lepelley

Professor emérito de História Romana, Université de Paris X (Nanterre)

Paul Valéry escreveu certa vez que "a história é, infelizmente, inseparável do historiador" e Raymond Aron publicou um "Ensaio sobre os limites da objetividade histórica".[136] Henri Marrou pensava, com justiça, que o "infelizmente" de Valéry era supérfluo.[137] O historiador, como ele mostrava em seu livro *Sobre o conhecimento histórico*, busca sempre conhecer e compreender a si mesmo, quando procura conhecer e compreender os homens do passado. "Um laço umbilical, escrevia ele, liga o historiador a sua história", pois é "do mais profundo de seu ser que jorram as questões que, de antemão, orientam e determinam toda a pesquisa".[138] Os positivistas do passado haviam acreditado poder alinhar a História com as Ciências Exatas, das quais eles faziam, de resto, uma ideia "cientificista" bastante ingênua. Nessa perspectiva, o historiador não seria mais do que um instrumento registrador restituindo uma história totalmente objetiva. Na verdade, é preciso reconhecer que uma obra histórica é também um testemunho sobre a época em que viveu o historiador. Guizot escrevia que "a história muda com o presente", e acrescentava: "Fatos despercebidos se revelam nos fatos antigos. A experiência ulterior permite enriquecer os conceitos, a problemática, as questões que colocamos aos documentos do passado".[139] Benedetto Croce diria as coisas mais radicalmente: "Toda história é história contemporânea".[140] O perigo dessa concepção (ou melhor, dessa constatação) é que o passado reinterpretado corre o risco

---

[135] Conferência inédita pronunciada na École Française de Rome, em 5 de fevereiro de 2002. Traduzida para o português com autorização do autor. Tradução: Julio Cesar Magalhães de Oliveira - Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil. e-mail: jcmagalhaesoliveira@gmail.com

[136] R. ARON. *Introduction à la philosophie de l'histoire.* Essai sur les limites de l'objectivité historique. Paris: Gallimard, 1938.

[137] H.-I. MARROU. *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954, p. 47.

[138] *Ibid.* p. 201-202.

[139] F. GUIZOT. *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe.* Bruxelas: Méline, Caen et Cie., 1851, p. 8.

[140] B. CROCCE. *La storia come pensiero e come azione.* Bari: Laterza, 1938, p. 5.

de assim perder sua especificidade, a narrativa histórica não sendo mais do que uma projeção anacrônica do presente.

Eis um exemplo do peso do presente sobre a interpretação do passado. Dois grandes livros sobre a Antiguidade Tardia foram publicados imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial: *O Império Cristão*, de André Piganiol, e a *História Literária das Grandes Invasões Germânicas*, de Pierre Courcelle. Piganiol resumia sua visão na frase lapidar que termina a sua obra: "A civilização romana não morreu de morte natural. Ela foi assassinada".[141] Assassinada, obviamente, pelos bárbaros germânicos. Poder-se-ia objetar que essa perspectiva negligenciava a longa sobrevivência do Império no Oriente bizantino e que os Germanos, no Ocidente, adotaram rapidamente a língua, a cultura e até mesmo o direito desse império cuja estrutura política eles haviam destruído: as invasões do século V, portanto, não assassinaram a *civilização* romana enquanto tal. Courcelle, por sua vez, oferecia uma brilhante antologia comentada dos textos contemporâneos descrevendo os horrores das invasões: as devastações, os massacres, as pilhagens, os incêndios, o terror que esmagava as populações.[142] Ele negligenciava, todavia, os textos que revelavam a rápida romanização dos invasores e o fato de que, passado o primeiro choque, muitas regiões haviam retomado uma vida tranquila. Vê-se bem que nossos dois autores haviam escrito seus livros durante os anos sombrios da ocupação da França pela Alemanha nazista, e eles revelam, de fato, o traumatismo que foi ressentido na época e que suscitou um violento antigermanismo. Assim, Courcelle atacava com veemência aqueles que, no século V, haviam buscado um acordo com os Germanos (como o monge gaulês Salviano), tratando-os de colaboradores, no sentido que a palavra havia tomado na França de Vichy. Piganiol e Courcelle eram grandes estudiosos e seus livros, por sua ciência e suas qualidades formais, permanecem instrumentos essenciais para quem estuda o fim da Antiguidade, mas é claro que uma leitura crítica se impõe a nós.

Se Marrou julgava legítimo (e inevitável) a parte existencial que entra em todo trabalho histórico, ele era justamente bastante severo com o que podemos chamar de instrumentalização da história, ou seja, sua utilização para justificar as ideologias políticas ou os nacionalismos agressivos. Esse é o caso, para manter o mesmo exemplo, das considerações dos historiadores alemães (como Otto Seeck) sobre as invasões germânicas, vistas como a regeneração racial e moral de um mundo romano corrompido por seus contatos com o Oriente semítico. Marrou sabia detectar a parte pessoal e subjetiva do trabalho do historiador, ele a legitimava e mostrava todo o seu

---

[141] A. PIGANIOL. *L'empire chrétien (325-395).* Paris: Presses Universitaires de France, 1947, p. 422.
[142] P. COURCELLE. *Histoire littéraire des grandes invasions germaniques*. Paris: Hachette, 1948.

interesse, mas também alertava o leitor contra as deformações que dela podiam resultar.

Eu chego agora ao meu tema principal, mediante mais um desvio. É possível encontrar um bom resumo das concepções dos historiadores franceses sobre a história da Gália no manual de história da França redigido há pouco mais de um século por Ernest Lavisse, livro destinado a crianças e utilizado durante gerações, dentre as quais a minha.[143] Ele começa com a evocação dos Gauleses, ancestrais dos franceses. Descreve suas casas e seu mobiliário, e a conclusão é que se a criança encontrasse um gaulês hoje em dia, "ela acreditaria que era um selvagem". Os pequenos gauleses não iam à escola: "Vocês não gostariam de ser ignorantes como essas crianças, não é?". Depois da grande festa do "Gui"[144], os gauleses se embebedavam e lutavam entre si: "os gauleses gostavam de discutir e brigar, como fazem os selvagens".[145]

Segue-se uma evocação comovida da heroica resistência e do sacrifício de Vercingétorix. Mas, se nós viramos a página (nos dois sentidos da expressão), encontramos uma imagem representando uma cidade romana, com suas colunatas e suas fontes, e as crianças vestidas à romana indo à escola. Eis o comentário: "Os romanos sabiam fazer muitas coisas que os gauleses não sabiam fazer. Mas os gauleses eram muito inteligentes. Eles aprenderam a fazer tudo o que os romanos faziam. Então eles construíram belas cidades […]. As crianças foram à escola para aprender a ler e escrever […] e ainda muitas outras coisas".[146] Nenhum lamento, portanto, pela cultura céltica. Os gauleses, antes da conquista romana, eram selvagens, termo que substituía a palavra bárbaro, julgada muito difícil para crianças. Lavisse e seus contemporâneos eruditos estavam impregnados pelo humanismo clássico: para eles, não podia haver mais do que uma civilização, a cultura greco-romana da qual nós somos os herdeiros. Todavia, os romanos da Gália não eram vistos como os invasores, mas como galo-romanos, os gauleses romanizados. Não obstante o nacionalismo francês que anima todo o manual, a conquista de César não era vista como uma sujeição, mas como um benefício.

Atravessemos, enfim, o Mediterrâneo. Os países do Magreb são geograficamente muito próximos da Europa mediterrânica. No entanto, a conquista árabe e a islamização, a partir do século VII, fizeram dessas terras um mundo muito diferente: um profundo fosso cultural, religioso, político foi cruzado, fosso que não existia na Antiguidade.

---

[143] E. LAVISSE. *Histoire de France: Cours élémentaire.* Paris: Librairie Armand Colin, 1913.
[144] Ou "visco branco", planta parasita aderida a uma árvore de carvalho, objeto de veneração dos gauleses (N.T.).
[145] Ibid. p. 1-3.
[146] Ibid. p. 8.

Ora, a partir de 1830, esses países foram, por etapas, submetidos aos impérios coloniais francês e italiano (no que se refere à Líbia, a partir de 1911). Desde o início, os conquistadores descobriram inúmeros traços da presença romana antiga: dezenas de milhares de inscrições latinas, ruínas de cidades qualificadas muitas vezes de Pompeias africanas, obras de arte, dentre as quais muitos mosaicos. Os oficiais do exército francês tinham, em bom número, recebido uma formação humanista e aprendido o latim. Muitos se apaixonaram pela exploração arqueológica da região. Comunicaram aos especialistas o texto das inscrições que encontravam, fizeram o inventário das ruínas antigas que eles situavam em seus mapas oficiais. Assim nasceu, desde o início, o que poderíamos chamar, como já se disse sobre a Líbia italiana, "A épica do retorno" (esse é o título que Massimiliano Munzi deu a seu recente livro sobre a questão[147]).

Gaston Boissier era um eminente latinista, autor de um livro sempre citado sobre *Cícero e seus amigos.*[148] Em um discurso pronunciado em 1891 no Congresso das Sociétés Savantes, ele dizia: "Aceitemos a herança, Senhores […]. Nós viemos continuar uma grande obra de civilização interrompida durante séculos. Nós retomamos a posse de um antigo domínio, e esses velhos monumentos diante dos quais o árabe não passa sem um sentimento de respeito e de espanto [!], são precisamente nossos títulos de propriedade".[149] Na introdução de seu grande livro sobre *O exército romano da África*, publicado originalmente em 1892, René Cagnat escrevia: "Nós podemos, portanto, sem medo comparar nossa ocupação da Argélia e da Tunísia àquela das mesmas províncias africanas pelos Romanos. Como eles, nós conquistamos gloriosamente a região, como eles, nós asseguramos a ocupação, como eles, nós tentamos transformá-la à nossa imagem e ganhá-la para a civilização".[150] Em 1897, o eminente arqueólogo Paul Gauckler, então diretor do Departamento de Antiguidades da Tunísia, escrevia: "Nós somos seus herdeiros [entenda-se, dos cartagineses e dos romanos], os restos de suas civilizações são nosso patrimônio."[151] Incessantemente, retornam nesses escritos as palavras "herança", "herdeiros", "patrimônio", "possessão", "propriedade", ou ainda "restauração", "renascimento". O milênio decorrido entre a conquista árabe do Magreb e a colonização francesa era visto, portanto, como um vazio, uma ausência de

---

[147] M. MUNZI. *L'epica del ritorno:* archeologia e politica nella Tripolitania italiana. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2001.
[148] G. BOISSIER. *Cicéron et ses amis*: étude sur la société romaine au temps de César. Paris: Hachette, 1865.
[149] Citado em P.-A. FEVRIER. *Approches du Maghreb romain:* pouvoirs, différences et conflits. Aix-en-Provence, 1989, p. 89.
[150] R. CAGNAT. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire sous les empereurs.* 2ª ed. Paris: Imprimerie nationale, 1913, p. 776.
[151] P. GAUCKLER. Les aménagements agricoles et les grands travaux d'art des Romains. *La France en Tunisie*, Paris, p. 22-39, 1897, aqui p. 22.

civilização. A história do mundo arabo-islâmico e de sua cultura era julgada sem interesse, inexistente.

Quando da conquista da Líbia pela Itália, a partir de 1911, essas noções foram exaltadas ainda mais, uma vez que a Itália se via ainda mais diretamente do que a França como a herdeira por excelência da Roma antiga. Massimiliano Munzi publicou há pouco tempo um livro sobre essa questão: *L'epica del ritorno. Archeologia e politica nella Tripolitania italiana*. Aí se vê a reprodução de um desenho publicado em 1911. Vemos o mar e uma praia. Um marinheiro italiano, tendo acabado de desembarcar, encontra na areia o esqueleto de um soldado romano, ainda conservando todo o seu equipamento: seu capacete, seu escudo, sua couraça, seus calçados. O marinheiro recupera o gládio do soldado e a legenda proclama: "L'Italia brandisce la spada dell'antica Roma".[152] Esses temas foram desenvolvidos sem medida nos tempos de Mussolini, quando eram exaltados na própria Itália para justificar a política nacionalista e autoritária do fascismo. Essa utilização de um mito da Roma antiga, ao preço de uma radical deformação da realidade histórica, foi analisada com perfeição por Andrea Giardina, no livro que publicou recentemente com André Vauchez ("Il mito di Roma, da Carlo Magno a Mussolini", "Roma: a ideia e o mito da Idade Média aos nossos dias").[153]

A Arqueologia era então chamada a justificar o empreendimento colonial, os documentos que ela revelava sendo considerados, como vimos, como os títulos de propriedade legitimando a conquista europeia e a espoliação das populações indígenas.

Vimos como, mesmo nos manuais destinados a crianças, a historiografia francesa do período apresentava (não sem razão) a Gália romana como o fruto de um processo de integração, de romanização: os romanos da Gália eram os gauleses romanizados, os galo-romanos. A mesma coisa se passava com os romanos da Espanha, os hispano-romanos. A própria Itália conhecera o mesmo processo: céltica ao norte, grega ao sul, etrusca ao centro, ela havia sido lentamente unificada pela Romanidade. Segundo as perspectivas analisadas aqui, a situação seria muito diferente ao sul do Mediterrâneo. Um indício é revelador: não se forjou para a região uma palavra correspondente a galo-romano ou hispano-romano: na África, os romanos eram simplesmente romanos. Quando eu redigia meu livro sobre a África romana no Baixo Império, confrontava-me com essa carência de vocabulário. Na época, adotei romano-africano, termo inventado,

---

[152] M. MUNZI. *L'epica del ritorno,* p. 23.
[153] A. GIARDINA; A. VAUCHEZ. *Il mito di Roma, da Carlo Magno a Mussolini. Bari*: Laterza, 2000.

creio, pelos historiadores ingleses (*Romano-African*, a partir do modelo de *Romano-British*): era mais belo que afro-romano e menos longo que africano-romano.

O latinista e epigrafista E. Masqueray propôs uma análise estatística da romanização da África. Ele constatava que em 1886, encontrava-se na Argélia 377 000 europeus. Uma vez que os romanos haviam dominado toda a África do Norte, ele supunha uma imensa migração de quatro milhões de italianos, o que seria a única explicação possível para o grande número de cidades romanas na África, a densidade das ruínas e das inscrições latinas, a importância da romanização da região.[154] A ideia de que os homens que viviam nessas cidades ou nesses campos pudessem ser africanos romanizados não parece ter-lhe ocorrido. Um guia turístico da Argélia publicado em 1906 (citado por David Mattingly em um estudo ao qual retornaremos) descrevia assim a África romana: "São milhares as famílias romanas que chegam à região. Contudo, a agitação dos indígenas continua e é em meio a insurreições, a espada numa mão e o arado na outra [!], que Roma persegue seu trabalho colonial e civilizador na terra da África".[155] Vê-se claramente como a situação contemporânea da Argélia era projetada sem controle, tal e qual, para o passado antigo. O inventário das ruínas antigas no campo era frequentemente realizado por militares, notadamente por ocasião do estabelecimento dos mapas topográficos (pelas chamadas "Brigades topographiques"). Eles batizavam como "ruínas romanas" ("r.r." no mapa) todos os vestígios de edifícios antigos, que poderiam, de resto, ser tanto númidas, bizantinos ou árabes medievais como romanos. Por outro lado, por deformação profissional, eles muitas vezes atribuíam uma função militar a esses edifícios em ruínas: tratar-se-iam apenas de torres, fortalezas, pequenos fortes, castelos, postos militares, e uma fazenda só poderia ser "fortificada", mesmo quando o estado frequentemente insignificante dessas ruínas não justificava de modo algum a interpretação. Essa visão era, com frequência, aceita sem controle pelos arqueólogos de profissão. É assim que du Coudray de la Blanchère escrevia em 1882: "Tudo indica um estado ainda muito pouco seguro, uma colonização sempre incerta de sua sobrevivência, uma ocupação recente [*por que recente? Retornaremos a isso*] ou, em todo caso, pouco segura dela mesma. […] Era um sistema de ocupação e de defesa infinitamente mais compacto, mais completo, menos confiante

[154] E. MASQUERAY. *Formation des cités chez les populations sédentaires de l'Algérie*. Paris: Ernest Leroux, 1886, p. 8-11.
[155] GUIDES PRATIQUES CONTY, Algérie-Tunisie. Paris, 1906, p. 288. Retomo essa surpreendente referência do estudo de David Mattingly, citado infra, n. 165.

e realmente mais militar que o nosso".[156] Tratava-se, sim, como escreveu Paul-Albert Février, de uma visão militarizada e quase obsidional do mundo rural.[157]

Esses autores, dizíamos nós, projetavam no passado distante a situação de seu próprio tempo, situação essa que Gaston Boissier descrevia com lucidez, em seu livro intitulado *L'Afrique romaine*, publicado em 1895, nestes termos:

> *Após termos vencido os antigos habitantes, nós não soubemos conquistá-los. Nenhuma fusão, nenhuma aproximação foi feita entre eles e nós. Eles vivem à parte, guardando fielmente suas crenças, seus hábitos e, o que é mais perigoso, seus ódios. Eles se aproveitam das vantagens que nossa ocupação lhes oferece, sem ser-nos agradecidos por isso. A Argélia contém duas populações vizinhas e separadas, que não se confrontam mais, que parecem mesmo suportar-se mutuamente [em 1895], mas que, no fundo, são inimigas mortais uma da outra e que não se imaginaria jamais deverem se confundir. É uma situação grave, que torna nossa autoridade precária, e leva à reflexão os espíritos sábios e previdentes.*[158]

E Boissier levantava então uma boa questão: "Era esse o caso no tempo dos Romanos?"

Dentre as ideias pré-concebidas que circulavam no período colonial e que, muitas vezes, ainda circulam, encontra-se a seguinte: os berberes, que constituem, como se sabe, desde a Antiguidade mais recuada, o fundo de população norte-africana, teriam sido marcados por uma espécie de maldição, por uma dupla incapacidade: aquela de fazer nascer uma verdadeira civilização e, portanto, de sair da pré-história; e aquela de se unirem para criar verdadeiros Estados, estruturas políticas vastas e elaboradas. Eles permaneceriam desde sempre confinados em organizações tribais dispersas, muitas vezes nômades, e em uma cultura primitiva. Por conseguinte, seriam predestinados a sofrer as dominações estrangeiras, que lhes imporiam suas civilizações: aquelas dos fenícios, transformados em púnicos, dos romanos, dos vândalos, dos bizantinos, dos árabes, dos turcos e, enfim, dos franceses. Essa teoria da inaptidão natural dos berberes para a civilização foi sistematizada entre as duas guerras mundiais pelo geógrafo Émile Gautier, em seu livro *Les siècles obscurs du Maghreb*, no qual abundavam as considerações etnológicas de coloração racista.[159] E no entanto, a própria história da

---

[156] R.-M. M. C. LA BLANCHÈRE. *Voyage d'étude dans une partie de la Maurétanie césarienne. Rapport à M. le ministre de l'Instruction publique et des beaux-arts*. Paris: Impr. Nationale, 1883, p. 121-122.
[157] FÉVRIER, Approches du Maghreb romain, p. 85.
[158] G. BOISSIER. *L'Afrique romaine*: promenades archéologiques en Algérie et en Tunisie. Paris: Hachette, 1895, p. 315-316.
[159] Publicado inicialmente em 1927, o livro foi reeditado em Paris em 1937 com o título *Le passé de l'Afrique du Nord:* Les siècles obscurs. (última reedição, Paris, 1952). Esses séculos supostamente obscuros recobririam, na verdade, toda a história medieval do Magreb. Pierre Salama conta que, quando Gautier homenageou Georges Marçais na primeira edição, o grande historiador da Idade Média árabe

Antiguidade se insurgia contra essa visão. Com efeito, sabemos que vastos reinos mouros e númidas foram criados no curso do século III antes da era cristã. O reino do leste, aquele dos númidas massílios, havia adquirido um grande poder no tempo da Segunda Guerra Púnica e seu rei, Massinissa, entre 206 e 148 a.C., dominou a maior parte da África do Norte, onde, aliás, foram criadas cidades brilhantes. Esses reinos duraram em torno de três séculos, até a anexação ao Império do último deles (a Mauritânia), em 39 d.C. Ora, não se pode constatar nada de semelhante na Gália ou na Espanha. Os povos gauleses não conseguiram jamais se unir e seus conflitos facilitaram em grande medida a empreitada de César. No Magreb, durante a Idade Média muçulmana, os reinos berberes prosperaram: assim, para citar apenas um deles, aquele dos Ziridas no tempo de Ibn Khaldoun (século XIV). O prisma deformador da visão colonial acabava, portanto, por negar as próprias evidências. É verdade que as línguas berberes não foram quase nunca escritas e que os Estados adotaram as culturas dominantes (púnica, latina, árabe). Mas as línguas célticas ou ibéricas não tiveram uma sorte melhor e, contrariamente aos dialetos berberes, acabaram por desaparecer (salvo nas Ilhas Britânicas, no que se refere ao céltico). Lembremos que Lavisse considerava como selvagens os gauleses antes da romanização. As populações berberes que conservaram até os nossos dias seus costumes e suas tradições (como é o caso dos Kabilas) eram vistas, portanto, como primitivas, fixadas por toda a eternidade na barbárie. Um autor, não me recordo qual, chamava-os de "os últimos bárbaros brancos". Elizabeth Fentress soube mostrar, em um excelente livro publicado em 1996, o vazio dessas teorias, por vezes ainda sustentadas em nossos dias.[160]

Constata-se aqui uma vontade de encontrar a todo custo, na África, aquilo que eu chamaria de uma originalidade negativa, o que conduzia a negligenciar as semelhanças nas situações e evoluções do norte e do sul do Mediterrâneo. As conquistas da Gália e da África foram aproximadamente simultâneas, sincrônicas: 146 e 125 a.C. para a *Africa Vetus* e a Narbonense, César para as Três Gálias e a Numídia, enfim, no I século do Império, as províncias alpinas e a Mauritânia. Seguiu-se um longo processo de romanização, a adoção da cultura dominante helenístico-romana e o nascimento de culturas mistas, haja vista a manutenção parcial das diversas tradições locais. É o que se pode constatar em todas as províncias do Império. Ora, como notava Paul-Albert Février, "a historiografia francesa não empregou os mesmos conceitos, nem os mesmos termos para o Magreb e para suas próprias terras". O discurso histórico era adaptado à

---

respondeu-lhe: "Obscuros, sim, para aqueles que não os conhecem!" (P. SALAMA, Tableaux de Maîtres. In: C. LEPELLEY; X. DUPUIS (orgs.). *Frontières et limites géographiques de l'Afrique du Nord antique.* Hommage à Pierre Salama. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 308).

[160] M. BRETT; E. FENTRESS. *The Berbers*. Oxford: Blackwell, 1996. A parte da obra relativa à Antiguidade foi redigida por Elizabeth Fentress.

situação contemporânea. Na França, historiadores e arqueológos que estudavam o período galo-romano pretendiam mostrar que, passada a violência das conquistas, a autoridade romana havia permitido à região ascender a um nível superior de civilização e de economia, enquanto os gauleses traziam sua contribuição dinâmica e original à vida do Império. Na África, segundo os pontos de vista dos mesmos arqueólogos e historiadores, os autóctones foram vistos como rebeldes perpétuos ou como os receptores passivos de uma romanidade estrangeira. Tudo se passava como se, atravessando-se o Mediterrâneo, tudo se tornasse diferente. Eventos idênticos, processos perfeitamente comparáveis recebiam interpretações opostas, sendo os julgamentos de valor invertidos. A diferença essencial, induzida desde a Idade Média pela arabização e pela islamização do Magreb (e, no período colonial, pela situação colonial), era indevidamente projetada no passado antigo.

Os anticolonialistas e os intelectuais dos movimentos nacionais magrebinos deviam, naturalmente, reagir contra uma Arqueologia que legitimava o empreendimento colonial, mas eles o fizeram ao preço do mesmo anacronismo que consiste na projeção para o mundo antigo da situação atual, apenas invertendo o julgamento de valor. Para os historiadores coloniais, a dominação romana havia trazido a paz, a civilização, uma prosperidade sem precedentes e que não seria jamais igualada no futuro. A essa visão idealizada da África romana era agora contraposta aquela de uma dominação estrangeira brutal, fundada na opressão e na espoliação da população autóctone. A longa história da África romana não era aquela dos magrebinos: lembremos da formulação de Boissier sobre os monumentos romanos como títulos de propriedade dos colonialistas franceses, recuperando sua herança. Tais expressões, de certo modo, despossuíam os norte-africanos de seu passado, ou em todo caso de uma parte importante desse passado, atribuindo-o aos imigrantes estrangeiros, enquanto que aqueles que poderiam ser considerados seus ancestrais, os líbios, ou seja, os berberes da Antiguidade, eram descritos como primitivos, incapazes de criar um Estado estruturado ou uma civilização digna desse nome, podendo ser, no melhor dos casos, os receptores passivos das culturas exteriores. Os magrebinos, muitas vezes, tenderam a tomar esse discurso ao pé-da-letra: aqueles monumentos, aquelas obras de arte (pensemos nos mosaicos), aquelas inscrições latinas, não eram seu patrimônio e não revelavam nada da história de seus ancestrais: eram apenas os vestígios de uma colonização passada, tão estrangeira e detestável quanto a colonização moderna. Uma tal atitude era potencialmente perigosa para a pesquisa arqueológica e para a simples conservação dos sítios arqueológicos, e devemos nos dar por felizes por, no mais das vezes e mesmo na Argélia, não se ter chegado a consequências desastrosas. Os partidários dessa ideologia não faziam mais do que retomar as considerações tantas vezes expressas pelos historiadores e arqueólogos franceses ou italianos, invertendo seus julgamentos de valor. Sua visão era apenas o negativo, no sentido fotográfico do termo, daquela dos historiadores da época colonial. Doravante, eram exaltadas as

resistências à romanização, os combates de Jugurta, as lutas do númida Tacfarinas que travou, no tempo de Tibério, uma guerra visando impedir a ocupação pelo exército romano do centro e do sul da África do Norte, e aquelas do príncipe mouro Firmo, rebelde do século IV. A esses rebeldes e, de um modo geral, às populações do passado, era atribuída uma consciência nacional africana, berbere, que eles certamente não possuíam. Um argelino, Mohamed Sahli, publicou já em 1965 um pequeno livro intitulado *Descolonizar a história: introdução à história do Magreb.*[161] Esse era pouco mais que um panfleto acusando indistintamente todos os historiadores, arqueólogos, geógrafos, juristas franceses tendo estudado a Argélia de não terem feito mais do que propagar a ideologia colonialista, embora esse amálgama não trouxesse nenhuma análise séria dos dados do problema. Toda e qualquer asserção, mesmo banal, de um autor francês era objeto de uma suspeita frequentemente injusta. O livro do marroquino Abdallah Laroui, *A história do Magreb: um ensaio de síntese*, publicado em 1970, é muito mais sutil, mas o autor, mais familiarizado com a história do mundo árabe medieval do que com a Antiguidade, não dominava as fontes antigas e não é, portanto, de se surpreender de vê-lo condenar os historiadores franceses por suas reticências em admitir a existência de uma consciência nacional magrebina na época romana.[162]

Eis um exemplo que estudei pessoalmente. A África cristã havia sido cindida no século IV pelo cisma donatista, que pretendia constituir uma Igreja pura, a Igreja dos santos e dos mártires, opondo-se a uma Igreja Católica cujos bispos teriam fraquejado durante a perseguição de Diocleciano ao entregar aos perseguidores os livros santos. Essa facção rigorista e intransigente teve sucesso entre a população camponesa e uma confraria fanática proveniente de suas fileiras, os circunceliões, estimulou até mesmo uma jaqueria na Numídia nos anos 340. A partir da publicação do livro do historiador inglês William Frend, *The Donatist Church: A Movement of Protest in Roman North Africa*, publicado em 1952, o Donatismo foi considerado como um movimento nacional berbere antirromano e como a expressão da revolta do proletariado rural contra seus opressores.[163] Os especialistas (Mandouze, Février, Peter Brown, A. H. M. Jones) mostraram o quanto tal interpretação desse conflito religioso violento era arbitrária e anacrônica.[164] Eu mesmo publiquei um estudo sobre os senadores donatistas,

---

[161] M. SAHLI. *Décoloniser l'histoire*. Introduction à l'histoire du Maghreb. Paris: Maspero, 1965.
[162] A. LAROUI. *L'histoire du Maghreb*: un essai de synthèse. Paris: Maspero, 1970.
[163] W. H. C. FREND. *The Donatist Church:* A Movement of Protest in Roman North Africa. Oxford: Oxford University Press, 1952.
[164] A. H. M. JONES. Were Ancient Heresies National or Social Movements in Disguise? *Journal of Theological Studies*, v. 49, p. 280-298, 1959; A. MANDOUZE. Encore le donatisme. *L'Antiquité classique*, v. 20, p. 61-107, 1960; P. BROWN. Religious Dissent in the Later Roman Empire: the Case of

revelando que o cisma recrutava seus adeptos em todas as categorias sociais, inclusive nas mais elevadas.[165] É verdade que os donatistas atualmente perderam, entre os historiadores magrebinos, a aura nacionalista com a qual Frend os havia dotado: eles são agora tratados como integristas, às vezes até mesmo como terroristas, o que é uma outra manifestação da influência da atualidade na interpretação do passado.

O desejo de "descolonizar a história" conduziu certos meios argelinos a uma consequência radical e aberrante: a ideologia arabo-islâmica, emprestada aos partidos baasistas do Oriente Médio, levou seus partidários a negar a identidade berbere da região e a proibir sua expressão, linguística sobretudo. Donde a veemência da reação atual dos Kabilas a essa perseguição, a uma atitude, enfim, que, na realidade, ocultava a história pré-islâmica do país (atitude levada ao extremo pelos fundamentalistas islâmicos).

A dificuldade do projeto de descolonização da história revela-se em sua inteireza na interpretação que foi dada de um livro importante, publicado em 1976, aquele de Marcel Bénabou, *A resistência africana à romanização.*[166] O autor reunia nessa obra todos os elementos que atestavam a manutenção, durante o Alto Império, da especificidade africana: primeiro, a resistência armada, as insurreições recorrentes das tribos mauretanianas; depois, as particularidades linguísticas, religiosas, onomásticas, etc., que mantiveram, apesar da romanização, a identidade africana. Bénabou constatava que uma insistência unilateral sobre a romanização resultava em uma imagem parcial e, portanto, deformada da realidade. Mostrava como as tradições pré-romanas, púnicas e berberes, haviam poderosamente contribuído para dar à África do período sua fisionomia e sua personalidade: tradições mantidas tais quais nas zonas que permaneceram à parte da romanização, ou então, nas demais regiões, mescladas às contribuições latinas sob a forma de uma cultura mista. Poder-se-ia contestar muitas coisas nesse livro realmente brilhante: assim, por exemplo, o fato de não levar suficientemente em conta as imensas diferenças que opunham a África Proconsular, pacificada e profundamente romanizada, às Mauritânias; e, sobretudo, de amalgamar sob o termo de resistência qualquer particularidade local. De fato, uma resistência suporia, da parte do Estado romano, a vontade de nivelamento, de extirpação de todo particularismo: ora, o Império não tinha nem o poder, nem a intenção de impor em suas províncias uma tal uniformidade. Posto isso, o livro era erudito, meditado,

---

North Africa. *History*, p. 83-101, 1961; P.-A. FÉVRIER. Toujours le donatisme. À quand l'Afrique? *Rivista di storia e letteratura religiose*, v. 2, p. 228-240, 1966.

[165] C. LEPELLEY. Les sénateurs donatistes. *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France*, p. 45-56, 1990, republicado em C. LEPELLEY. *Aspects de l'Afrique romaine*. Les cités, la vie rurale, le christianisme. Bari: Edipuglia, 2001, p. 345-356.

[166] M. BÉNABOU. *La résistance africaine à la romanisation*. Paris: Maspero, 1976.

nuançado e rompia deliberadamente, desde o prefácio, com todos os excessos das duas visões antagônicas. Ora, ele foi visto por ambas as partes como uma espécie de manifesto antirromano, o que, como ele me disse, desolou o autor. "Habent sua fata libelli", os livros têm um destino próprio, que seu autor nem sempre previu. Em seu artigo de 1996, David Mattingly diz que essa obra (que ele certamente não leu mais do que superficialmente) é "radically anti-roman". Ele crê que Marcel Bénabou seja um autor magrebino chamado Mohamed Benabou e, embora prestando a homenagem à qualidade do estudo, coloca-o no mesmo plano que o ensaio polêmico de Laroui.[167] O que mostra que o sr. Mattingly trabalhou aqui muito rapidamente, mas vê-se também o quanto essas questões ainda são sensíveis.

Eu gostaria agora, trocando os trajes do procurador pelos do advogado, de tomar a defesa dos autores de outrora. Reconheçamos, em primeiro lugar, nossa dívida para com eles: eles descobriram e publicaram uma massa considerável de documentos. Assim, estima-se em torno de 60 000 o número das inscrições latinas encontradas na África e publicadas até os dias de hoje. Se as fontes literárias são muito ricas para a época das Guerras Púnicas e para o fim da República, elas são bastante raras para o período imperial, exceto no que se refere aos textos cristãos, a partir do século III d.C. É, portanto, graças às descobertas epigráficas e arqueológicas que a história da África romana durante o Império pôde ser escrita e é, assim, uma parte imensa do passado que pôde chegar ao nosso conhecimento, saindo do esquecimento. Este reconhecimento é devido até mesmo a certos oficiais, qualquer que seja o posicionamento ideológico de seus trabalhos. Assim, podemos citar o caso do coronel Carbuccia que, à época da conquista, fez a primeira descrição arqueológica da Numídia do Sul. Monique Dondin-Payre, recentement, prestou homenagem à sua obra, que guarda o testemunho de vestígios antigos hoje desaparecidos.[168] O comandante Delamare desenhou com talento e precisão, em meados do século XIX, centenas de inscrições e seus desenhos são, muitas vezes, o único testemunho que ainda subsiste desses documentos. A cultura humanística desses militares e seu conhecimento do latim haviam suscitado neles uma paixão pelas antiguidades que permitiu belas descobertas. Stéphane Gsell, René Cagnat, Paul Gaukler, Alfred Merlin eram grandes estudiosos (originários, muitas vezes, notemos de passagem, desta École Française de Rome), e reduzir sua obra a algumas citações exprimindo os preconceitos de sua época

[167] D. J. MATTINGLY. From one Colonialism to another: Imperialism and the Maghreb. In: J. WEBSTER; N. COOPER (orgs.). *Roman Imperialism*: *Post-Colonial Perspectives* (Leicester Archaeology Monographs, 3). Leicester, 1996, p. 49-69, aqui, p. 58. M. BÉNABOU, *op. cit.*, p. 12-13, toma claramente suas distâncias em relação às considerações nacionalistas de M. Sahli e A. Laroui.

[168] M. DONDIN-PAYRE. Réussites et déboires d'une œuvre archéologique unique: le Colonel Carbuccia au nord des Aurès. *Antiquités Africaines*, Paris, v. 32, p. 145-174, 1996.

é profundamente injusto. É essa atitude que devemos lamentar em um trabalho de um arqueólogo como David Mattingly, excelente conhecedor da arqueologia do Magreb, que, em um artigo publicado em 1996, dava uma antologia dessas asserções ideológicas retiradas de seu contexto, sem prestar, ao mesmo tempo, a homenagem devida à obra científica duradoura de alguns de seus autores e colocando-a no mesmo patamar que as citações retiradas de jornalistas e de vulgarizadores.[169]

A época da colonização francesa ou italiana remonta a um passado já distante e nós podemos dizer o mesmo das lutas pela independência. É chegada a hora de lançar sobre essa história um olhar distanciado e sereno. Constatemos, em primeiro lugar, que a deformação colonial da história da África romana era inevitável. Como já foi dito a propósito do antigermanismo dos historiadores franceses dos anos 1940, as paixões de uma época alteram o julgamento lançado sobre o passado. Os europeus que conquistavam a África do Norte abordavam um mundo muçulmano arabo-berbere totalmente estrangeiro e exótico a seus olhos. Ao contrário, as inscrições latinas restituíam o universo familiar de sua cultura clássica àqueles que haviam estudado. Não esqueçamos que, na época, qualquer pessoa que tivesse frequentado o ensino secundário havia aprendido o latim. Os mais letrados podiam até mesmo, em uma inscrição, encontrar jubiliosos uma citação ou uma reminiscência de Virgílio. Reconhecia-se as cenas mitológicas encontradas nos mosaicos. A arquitetura dos monumentos romanos lembrava aquela dos edifícios neoclássicos e neobarrocos ainda construídos nessa época na Europa. A partir dos séculos III e IV d.C., a África tornara-se cristã e eram agora exumadas as ruínas de centenas de igrejas, com seus batistérios, mosaicos representando variados símbolos paleocristãos, inscrições exaltando a lembrança dos mártires ou citando abundantemente a Bíblia, e isso, em um país do qual o cristianismo havia totalmente desaparecido desde a Idade Média. Esse patrimônio arqueológico, que comovia os europeus, deixava as populações locais totalmente indiferentes. Era, portanto, ineluctável que os recém-chegados se considerassem como os herdeiros de um passado que eles ressuscitavam e que lhes parecia de certa forma familiar.

Do mesmo modo, era inevitável que os magrebinos em busca da independência exaltassem as lutas de seus ancestrais e considerassem Jugurta como um herói nacional, atribuindo aos africanos antigos seus sentimentos e suas aspirações. Tratava-se apenas da consequência lógica do confisco em benefício do conquistador do patrimônio histórico e arqueológico de seu país, patrimônio herdado do tempo em que,

[169] MATTINGLY, *From one colonialism to another.* O tom polêmico desse estudo acerca da historiografia francesa e italiana é bastante surpreendente. É verdade que são igualmente criticadas, com razão (à p. 60), as considerações racistas de um certo M. Mackendrik, em um livro publicado em Londres em 1980.

como todas as margens do Mediterrâneo, ele havia sido integrado no Império Romano. Com o passar do tempo, décadas após o fim da era colonial, pode-se considerar essas controvérsias com o olhar do historiador: elas são um excelente documento de história contemporânea, um eco dos conflitos e das ideologias que agitaram as gerações precedentes e que hoje pode ser analisado sem paixão, como o fazem os livros recentes de André Vauchez, Andrea Giardina e Massimiliano Munzi, que nós evocamos.

Mais do que isso. Os mesmos velhos autores dos quais citei suas formulações colonialistas, marcadas pelos preconceitos de seu tempo, foram levados, graças a seu conhecimento dos documentos que eles descobriam, a emitir julgamentos que contradiziam essas asserções. Lembremos que Gaston Boissier havia afirmado que os monumentos romanos da Argélia eram os títulos de propriedade dos colonizadores franceses. Lembremos também a inquietação do mesmo Boissier, constatando a hostilidade irredutível que opunha nesse mesmo país os imigrados europeus e a população muçulmana. Ora, eis o que ele escrevia em 1895, em seu livro *L'Afrique romaine*: As inúmeras inscrições latinas poderiam fazer crer que levas de Italianos haviam-se estabelecido na África. "Se esse fosse o caso, a conquista romana seria muito semelhante à nossa". Seu colega latinista Masqueray imaginava, como vimos, a vinda de quatro milhões de europeus para a África romana. "Nada, dizia Boissier, pode indicar uma tal migração":

> *Os romanos tinham o sentimento de que eles poderiam muito bem chegar a conquistar o mundo, mas sabiam que não eram suficientemente numerosos para ocupá-lo. Por isso mesmo, procuraram em todos os lugares entender-se com os habitantes locais. Vimos que eles não destruíam as instituições existentes quando elas eram compatíveis com a sua segurança: eles preservavam os antigos governos municipais e serviam-se deles para administrar sua conquista; deixavam o poder nas mãos dos homens importantes da localidade que lhes ofereciam garantias. Desse modo, os vencidos se iniciavam, com o tempo, à vida romana. Tudo era feito aos poucos e gradativamente. Quando pensava-se ter chegado o momento, era-lhes conferido, primeiro, o direito latino, depois, a cidadania completa. […] Os antigos habitantes e os novos acostumavam-se a viver juntos e acabavam por confundir-se. Foi isso que aconteceu na Espanha e na Gália: a fusão das raças aí aconteceu prontamente. Após um século ou dois, todo mundo era romano nessas regiões e seria difícil de distinguir aqueles que vinham realmente de Roma e aqueles que descendiam dos ibéricos ou dos celtas. Por que o que se passou nesses dois países não se teria também produzido na África? Roma teria alguma razão para renunciar à sua política habitual?*[170]

A resposta é não:

[170] BOISSIER, *L'Afrique romaine*, p. 321-324.

> *De tudo o que acabamos de ver, segue-se que os romanos foram mais felizes do que nós na conquista dos indígenas. […] Esses resultados que a história e, sobretudo, a epigrafia permitem constatar, ou ao menos suspeitar, levam-nos a crer que a dominação dos romanos deve ter produzido no Norte da África os mesmos efeitos que nas regiões ocidentais da Europa e que a situação aí devia ser, no final do Império, mais ou menos a mesma que na Espanha e na Gália.*[171]

Inúmeros documentos foram descobertos no último século e importantes estudos foram realizados. No entanto, a análise de Boissier ainda é irrepreensível. Trabalhos precisos foram realizados sobre a onomástica que revelaram como, durante o Alto Império, em datas variadas segundo os lugares e os indivíduos, milhares de africanos adotaram nomes latinos, embora escolhendo com frequência cognomes tipicamente africanos: Fausto = favorecido; Donato = dado; Impetrato = obtido; Rogato = pedido; Optato = desejado. Subentendido: dado pelo deus, favorecido pelo deus, pedido ao deus, etc. Tratava-se de substitutos dos nomes púnicos em Baal = dom de Baal, favorecido por Baal, etc.: Aníbal, Marhabal, Asdrúbal, Muithumbaal, etc. Ou ainda Saturnino, relacionado a Saturno, a *interpretatio romana* de Baal Hammon. Ou nomes de bom augúrio, assim Félix ou Vítor. A adoção desses nomes permitia conciliar a integração à romanidade e a manutenção das tradições ancestrais. O grande livro de Jean-Marie Lassère sobre o povoamento da África Romana, *Ubique Populus*, de 1977, mostra de maneira definitiva que, em sua imensa maioria, os "romanos da África" eram africanos romanizados.[172] O fato de que, desde 1895, Boissier tenha pressentido esse dado fundamental mostra que nossa dívida para com os velhos autores não se restringe à sua contribuição puramente erudita (os *corpora* de inscrições ou de mosaicos, os atlas arqueológicos, as descrições de edifícios), mas que um certo número deles, apesar dos preconceitos e do senso comum de sua época, tiveram a intuição de dados históricos dos quais seus sucessores deveriam mostrar a pertinência nas gerações seguintes.

No momento da conquista da Líbia e na época mussoliniana, era um lugar comum exaltar a "epica del ritorno" e afirmar que os colonos sucediam a seus predecessores romanos que haviam outrora desbravado e cultivado o país, tendo o campo sido abandonado e transformado novamente em estepe após a queda do Império. Ora, as pesquisas arqueológicas na atual Líbia mostraram o caráter totalmente falacioso de uma tal perspectiva: elas mostraram, com efeito, que essa região jamais conheceu uma colonização romana. As cinco cidades gregas da Cirenaica guardaram suas tradições

---

[171] Ibid. p. 354.

[172] J.-M. LASSÈRE. *Ubique populus*: peuplement et mouvements de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères (146 a.C.-235 p.C.). Paris: CNRS, 1977.

helênicas e continuaram a dominar política e economicamente o país. As três cidades da Tripolitânia eram púnicas e permaneceram assim até sua romanização espontânea. Elas eram dominadas por uma aristocracia muito rica e poderosa, que o Império não privou de seus bens nem de sua autoridade. Inscrições bilíngues, púnicas e latinas, revelam que, na época de Augusto, esses aristocratas tinham nomes púnicos, mas adotavam gradualmente antropônimos latinos. É dessa aristocracia púnica que saiu o imperador Septímio Severo. Salvatore Aurigemma publicou em 1950 uma inscrição encontrada em Lépcis Magna que evoca o avô do imperador e que revela que ele foi sufeta, ou seja, magistrado púnico da cidade, e presidiu, sob Trajano, à transformação de sua pátria em colônia romana honorária.[173] O mito da colonização romana na Tripolitânia revelava-se, portanto, sem fundamento. Por outro lado, na Tripolitânia e nas demais regiões da África, os estudos prosopográficos revelaram o grande número de africanos que, a partir do século II, foram integrados na nobreza imperial, tanto na ordem senatorial, como na equestre. É esse processo que explica a fulgurante ascensão, até o poder imperial, do tripolitano Septímio Severo.

Os estudos sobre o exército romano da África suscitaram uma reviravolta de perspectivas igualmente considerável. As inscrições nos deram um conhecimento preciso desse exército, em primeiro lugar de seus efetivos. Dos confins orientais da Tripolitânia à fronteira da Mauritânia, perfaz-se, em linha reta, 1 200 km. Uma única legião (os 5 000 homens da *legio III Augusta*) era encarregada da tarefa de defender esse vasto território. Seus corpos auxiliares dobravam o efetivo, mas 10 000 soldados bastavam para vigiar a interminável fronteira do Saara e prevenir, a partir do quartel-general de Lambése, os eventuais ataques vindos da Mauritânia. A província da África Proconsular, ou seja, o coração da África romana, era *inermis*, o que quer dizer desprovida de tropas. Estamos, portanto, bem longe da visão militarizada e obisidional que prevalecia entre os historiadores do século XIX. Era uma situação comparável à da Gália, onde o exército estava concentrado ao longo do Reno, diante dos bárbaros, enquanto o interior do país permanecia isento de tropas. Por outro lado, a obra de Yann Le Bohec sobre a III Augusta revela que, a partir da segunda metade do século II, esse exército foi quase exclusivamente recrutado localmente.[174] Todavia, na parte ocidental da África do Norte, a Mauritânia, numerosas unidades militares auxiliares deviam enfrentar tribos poderosas, muito pouco romanizadas e que, periodicamente, se revoltavam. Totalmente inadequada no leste, a concepeção um tanto quanto obisidional da África Romana revelava-se mais pertinente na Orânia e no Marrocos atuais.

---

[173] S. AURIGEMMA. L'avo paterno, una zia ed altri congiunti dell'imperatore Severo. *Quaderni di Archeologia della Libia*, v. 1, p. 59-78, 1950.
[174] Y. LE BOHEC. *La Troisième Légion Auguste*. Paris: CNRS, 1989 (Études d'antiquités africaines).

É verdade que, nos tempos de César e de Augusto, houve uma verdadeira colonização no norte da Tunísia atual: a colônia cesariana de Cartago com suas dependências, as colônias de Útina e de Sica Venéria. Essas regiões eram destinadas a acolher os veteranos das guerras civis. Todavia, a colonização interrompeu-se em seguida, salvo na zona militar do sul (Timgad foi criada no ano 100 da era cristã). Em outras partes, as descobertas epigráficas e os estudos rigorosos que elas suscitaram permitiram constatar como as cidades africanas passaram, por etapas, do status de cidade peregrina mantendo as instituições locais (tais como a existência de magistrados chamados sufetas) àquele de município latino ou de colônia romana honorária. Esses status implicavam uma romanização das instituições municipais e uma atribuição da cidadania romana (aos notáveis do município latino, a todos em uma colônia honorária). Ora, sabemos que essa evolução foi espontânea e não imposta. Foram os habitantes dessas cidades que solicitaram à autoridade romana essas mudanças de status que eles consideravam como promoções. O resultado foi que, quando Caracala, em 212, generalizou no Império a cidadania romana, essa medida pôde ser vista, na África, como em todo o Ocidente, como uma simples conclusão de um processo há muito encaminhado.

Há um outro dado que se deve levar em conta para se ter uma visão objetiva da África romana: a longa duração. Lembrar esse dado pode parecer supérfluo, pois trata-se de uma evidência, mas ela foi muitas vezes ocultada. A África romana começa em 146 a.C., quando a República anexou o norte da atual Tunísia, após ter destruído Cartago. Ela termina quando da tomada da mesma cidade de Cartago pelos conquistadores árabes muçulmanos, em 698: no total, cerca de oito séculos e meio. Trata-se, portanto, de uma longuíssima história, de uma fase considerável da história do Magreb. Logo, a rejeição dessa fase pelos nacionalistas magrebinos constituiria uma amputação gravíssima de seu patrimônio histórico, de sua memória coletiva, posto que, contrariamente às ideias recebidas, esses romano-africanos eram de fato seus ancestrais. Também nesse ponto, a historiografia antiga contribuiu para essa ocultação devido a um desprezo injustificado pela Antiguidade Tardia e pela Alta Idade Média, reputadas épocas de decadência em relação à Antiguidade Clássica idealizada. Esse foco sobre o Alto Império resultou em uma espécie de achatamento cronológico. Acrescentava-se, salvo em alguns especialistas da patrística como Paul Monceaux, uma hostilidade voltairiana ou laica (ou melhor, laicista) diante do cristianismo (como se vê em Stéphane Gsell). Todos nós, que seguimos os passos de Marrou, tivemos muito trabalho para fazer justiça a essa época tardia e, assim, recolocar na longa duração e em toda a sua consistência histórica a história da África romana.

Paul-Albert Février escreveu que "o Magreb antigo era fundamentalmente diferente do sistema colonial que nós conhecemos: devemos lembrar esse fato para evitar todo anacronismo". [175] Dito isso, seria possível encontrar, na época moderna e contemporânea, uma sociedade que pudesse nos dar, a título de comparação, uma ideia aproximada do que era a África romana? Do meu ponto de vista, se a comparação com a colonização contemporânea, francesa, italiana ou britânica se revela falaciosa, poder-se-ia ousar uma comparação com os países da América Latina. Aí se encontra uma língua e uma cultura dominantes, espanhola e, no Brasil, portuguesa. Constata-se uma mistura étnica que é geral em certos países, bem como impressionantes formas de sincretismo religioso, assim o catolicismo hispânico misturado às crenças indígenas ou ainda ao vodu africano. A sociedade se caracteriza por enormes desigualdades de renda e os poderosos grandes proprietários de terra possuem enormes fortunas, dispondo de uma autoridade considerável e oprimindo os miseráveis *peones*, que, por vezes, se revoltam com violência. Nas regiões mais afastadas, tribos indígenas ainda vivem segundo seus costumes ancestrais. Essa situação é herdeira de uma história que remonta a cinco séculos, desde Cristóvão Colombo. Do meu ponto de vista, poder-se-ia transpor essa descrição ponto por ponto para a África romana (particularmente para o período romano tardio, sobretudo se se tem em mente a longa duração de sua história de mais de oito séculos). A difusão cada vez maior, no decorrer do Alto Império, da cidadania romana, generalizada a partir de 212 pelo edito de Caracala, havia favorecido uma mistura étnica unindo os descendentes da minoria de imigrados europeus com a população local. As estruturas tribais tradicionais sobreviviam nas zonas meridionais, às margens do Saara, e nas montanhas da Mauritânia, onde as revoltas muitas vezes eclodiam (com regularidade?). Mas nenhuma fonte evoca distúrbios de caráter étnico ou nacional no coração da África romana, ou seja, na África Proconsular e na Numídia. A situação aí não parecia ser muito diferente daquela que pode ser constatada na Gália ou na Espanha.

Eu citava no início as reflexões de Marrou sobre a parte existencial, pessoal e, portanto, subjetiva que entra inevitavelmente na obra do historiador. A análise do impacto da colonização e da descolonização sobre a visão da África antiga deu a essas considerações uma ilustração espetacular. Todavia, nós pudemos constatar que, graças ao enriquecimento considerável do número de documentos descobertos e graças às pesquisas pacientes e rigorosas dos historiadores, uma feição muito diferente da África romana começou a emergir. Correndo o risco de ser acusado de positivismo, eu ousaria afirmar que se trata, nesse caso, para citar Tucídides, de um resultado definitivo, uma "aquisição para sempre", *ktèma eis aei.*

---

[175] FÉVRIER, *Approches du Maghreb romain*, p. 215.

Pode-se constatar que os trabalhos eruditos realizados de um século para cá desmantelaram gradativamente tanto a visão colonial inicial da África romana, como a visão anticolonial, que era apenas o negativo da primeira. Daí resulta o que poderíamos chamar de uma banalização da história antiga da região, uma vez que todos aqueles contrastes radicais com as outras regiões do Ocidente romano que nossos predecessores haviam acreditado poder identificar se revelaram inexistentes. É preciso, no entanto, admitir que arrancar pela raiz os preconceitos não é tarefa das mais fáceis: os trabalhos eruditos dos especialistas são pouco conhecidos além de um círculo estreito e seus resultados encontram dificuldade em se impor ao grande público, mesmo culto, que prefere muitas vezes as imagens de Epinal.[176] No entanto, a esperança é sempre permitida. Um imenso trabalho de pesquisa arqueológica está em curso na Tunísia e numerosos pesquisadores tunisianos de grande qualidade estão nele empenhados com entusiasmo e competência. São empregados grandes esforços de conservação e de valorização do patrimônio e tanto pesquisadores, como autoridades de tutela política e administrativa afirmam em alto e bom som sua vontade de assumir o conjunto da herança histórica do país, seja ela berbere, púnica, romana, paleocristã ou muçulmana. Para esses colegas tunisianos, notadamente os mais jovens, a página das controvérsias de outrora foi totalmente virada, ou melhor, ela não é mais do que um objeto de reflexão histórica. Por efeito da emulação, um esforço comparável começa a vir à luz no Marrocos. E eis um fato ainda mais inesperado: em abril de 2001, eu participei de um colóquio internacional sobre Santo Agostinho reunido em Alger, por iniciativa do presidente Bouteflika. Os participantes provinham de diversos países, da Europa e até mesmo dos Estados Unidos e do Japão. Ouvimos na ocasião André Mandouze, Serge Lancel, François Dolbeau, Angelo di Bernardino, do Instituto Augustinianum de Roma.[177] O presidente argelino, em sua mensagem aos congressistas, citou essa interpelação de Marrou, endereçada em 1976, que pensava sobretudo à difusão do pensamento agostininano na Igreja do Ocidente: "Eu gostaria de mostrar que houve uma transferência do sul para o norte, da África para a Europa… Não sei se vocês, magrebinos, pensam nisso suficientemente… Mas acredito que vocês deveriam ser orgulhosos disso, de ter oferecido à Europa os mestres que a formaram, sejam eles Tertuliano, Cipriano ou Agostinho. … A Europa inteira foi, desse modo, fecundada e educada por seus ancestrais, seus pais".[178] A afirmação dessa nova vontade da Argélia de assumir seu passado, inclusive o passado romano e cristão

[176] Representação exageradamente esquemática (muitas vezes de um otimismo excessivo) de uma realidade complexa (N. T.).
[177] Comunicações publicadas em P.-Y. FUX; J.-M. ROESSLI; O. WERMELINGER (eds.). *Augustinus Afer*: Saint Augustin, africanité et universalité. Actes du colloque international, Alger-Annaba, 1-7 avril 2001. Friburgo: Éditions universitaires, 2003.
[178] *Ibid.* p. 44.

durante tanto tempo oculto e mesmo recusado, foi por diversas vezes proclamado no curso daquele encontro, que teve localmente um grande impacto midiático. O organizador do colóquio, o sr. Bou-Ayad, concluiu o encontro nestes termos: "Quiseram nos impor um pensamento único, aquele dos talebãs. Este colóquio mostra que nós o recusamos". É uma grande satisfação para os historiadores da Antiguidade, tantas vezes vistos como vivendo fora do mundo real, constatar aqui que as suas pesquisas sobre um passado distante podem contribuir para iluminar e pacificar o presente.

Eu citava no começo a formulação de Paul Valéry, "a história é, lamentavelmente, inseparável do historiador". Eu gostaria, para concluir, de citar Valéry ainda uma vez: "Nós, as civilizações, sabemos doravante que somos mortais".[179] Encontram-se no Magreb as ruínas de uma romanidade e de uma cristandade defuntas e é essa ruptura que torna particulares, diferentes, difíceis as abordagens históricas dessa região, especialmente por parte dos próprios magrebinos. Que não se imagine, por isso, como alguns o fizeram, que a ruptura se explique pelo caráter superficial e frágil de uma romanização e de uma cristianização que não seriam mais do que um leve verniz. Há testemunhos demais que revelam a profundidade e o dinamismo da romanidade e do cristianismo africanos antigos para que se possa contentar com essa explicação. Mas o que teria permanecido do uso da língua românica e do cristianismo na Espanha se os cristãos do norte não tivessem reconquistado a Andaluzia árabe? Pouca coisa, seguramente. No Magreb, contudo, a solução de continuidade na história dessa civilização revelou-se definitiva. E é perturbador lembrar que é exatamente nesse país que foi escrita esta grande meditação sobre o caráter transitório, face à eternidade divina, dos impérios e de todas as construções do gênio humano, que é a *Cidade de Deus* de Santo Agostinho.

[179] P. VALÉRY. La Crise de l'Esprit. *Nouvelle Revue Française*, v. 71, p. 321-337, agosto 1919, aqui p. 321.

# A ÁFRICA NO CAPÍTULO XXXV DO ÉDITO DO MÁXIMO DE DIOCLECIANO[180]

Pascal Arnaud

Université de Nice–Sophia–Antipolis

O capítulo XXXV do *Edictum de Pretiis rerum uenalium* de Diocleciano[181] é inteiramente dedicado à tarifação do transporte marítimo e fluvial. Seu tronco comum consiste em uma lista de quarenta e nove relações marítimas. A despeito de sua importância teórica, esse texto foi relativamente pouco estudado, e por autores que não dispunham das mais recentes edições (GRASER 1940, pp. 166-173; MICHELL 1947, p. 7; ROUGÉ 1966, pp. 88-89 et 97-99; DUNCAN-JONES 1974). Esse fato explica as dificuldades inerentes à natureza do édito e as dúvidas que são colocadas, já há bastante tempo, quanto à sua pertinência e valor documental. Com muito bom senso, Elsa Rose Graser defendeu, no entanto, o principio segundo o qual, mesmo que aceitemos a ideia de artificialidade dos preços indicados no Édito (o que é inerente à própria natureza de um documento que não nos deixa a lista dos preços reais, mas somente os limites teóricos recomendados de não exceder), os serviços ou bens tarifados existiam e eram objetos de uma demanda real. A ideia de que deveriam possuir entre eles um princípio de proporcionalidade incita a retomar sua análise, buscando um método à origem dessa relação de dados (JONES, 1974, p. 351).

Dentro desta lista de rotas marítimas, a África é com Alexandria, o Leste, a Ásia, Roma, a Sicília, a Nicomédia e Bizâncio, um dos lugares aos quais era atribuído o privilégio de encabeçar tópicos, denominada a este título como origem de uma série de caminhos. O seu nome aparece não menos que onze vezes neste capítulo, junto com o Leste, ou logo

[180] Texto traduzido com a autorização do autor. Publicação original : ARNAUD, Pascal. L'Afrique dans le chapitre XXXV de l'Édit du Maximum de Dioclétien. In: CANDAU MORÓN, José Maria; GONZÁLEZ PONCE, Francisco José; CHÁVEZ REINO, Antonio Luis (org.). Libyae Lustrare Extrema: Realidad y literatura en la visión grecorromana de África, Homenaje al prof. Jehan Desanges. Sevilha: Universidad de Sevilla, 2008, p. 127-144. Tradução: Felipe Alberto Dantas – Mestre em História. Universidade Paulo – São Paulo, SP, Brasil. e-mail: felipealbertodantas@hotmail.com

[181] As edições de refêrencia do capítulo são aquelas que deram M. Crawford e J. Reynolds da cópia de Aezani (CRAWFORD-REYNOLDS, 1979), depois por J. Reynolds daquela de Aphrodisias (REYNOLDS, 1989). Nós conservamos a numeração delas. As edições anteriores de S. Lauffer (LAUFFER, 1971) e de M. Giacchero (GIACCHERO, 1974) tornaram-se caducas para este capítulo e mais ainda para as adições de Aphrodisias.

atrás deste, se considerarmos, como é plausível, que *Foenice* (l. 44) é nominada como o sinônimo de Leste; e à frente de Alexandria, mencionada dez vezes, e de Roma e Nicomédia, citadas nove vezes nesse tronco comum.

Esta particularidade, não é simplesmente tão somente devido ao papel central que a África ocupa no seio do Império Romano Tardio. Ela nos conduz à interrogação sobre o papel da sua posição, na articulação entre dois sistemas meteorológicos e duas bacias de navegação, ligadas entre elas pelo canal da Sicília e pelo estreito de Messina. A África adquire, por isso, o valor de uma zona-teste, para se tentar entender a dinâmica e os princípios que presidiram a tarifação do transporte marítimo, e suas relações com a realidade das rotas de navegação.

Tivemos a ocasião, já duas vezes recentemente, de abrir este dossiê (Arnaud 2005, pp. 139-145; 2007). A justa homenagem que rendem hoje à J. Desanges seus colegas e amigos nos fornece a oportunidade de aprofundar a reflexão engajada, apoiando-nos num caso regional complexo.

## Objetivos e natureza do Édito: um estado da Historiografia

Os objetivos, a pertinência e a eficácia do "Édito do Máximo", continuam como uma questão tão discutida quanto o valor documental desse texto complexo, alimentando numerosos debates. Ordinariamente admitimos, seguindo J. Lafaurie, que o documento teria sido promulgado entre 20 de novembro e 10 de dezembro de 301 (LAFAURIE1965, pp.197-198), mas essa datação não se sustenta sobre nenhum argumento sólido, e, de fato, o Édito teria sido promulgado no mesmo dia em que o Édito de Reforma Monetária, de 1 de setembro de 301 (CRAWFORD, 1975, p. 277). A escolha de uma ou outra data não é irrelevante, porque as duas teses se opõem quanto à interpretação do Édito: a dominante, defende a interpretação de um texto escrito e publicado às pressas, para limitar os efeitos nocivos sobre os preços, da reforma monetária, que é anterior a 1 de Setembro daquele ano; a outra interpretação, é a de um texto que, ao contrário, foi lentamente desenvolvido e amadurecido, como parte de um projeto coerente, apoiado em dois decretos promulgados no mesmo dia. Também é discutivel o âmbito de aplicação geográfica do Édito.

Se acreditarmos nas palavras do preâmbulo, o Édito fixou-se o objetivo de pôr termo à *auaritia,* na qual reconhecia a principal razão para o aumento de preços. Essa apresenta-se não só como uma calamidade, mas também como uma fonte de desigualdade inaceitável entre as províncias. Ao definir um preço legal máximo para cerca de 1.300 produtos, serviços ou benefícios, o documento transformava os tetrarcas em benfeitores universais. De acordo com a fraseologia comum nesse período, o Édito

atribuía efetivamente um escopo universal[182], da qual a realidade continua a ser muito discutida. Com exceção de uma cópia descoberta na Itália, os trinta exemplares conhecidos até hoje, vêm de quatro províncias sob a autoridade de Diocleciano. A origem exata do único fragmento encontrado fora desta zona (cópia de Pettorano sul Gizio), infelizmente é incerta. Enquanto para alguns a origem italiana do documento - que por muito tempo, acreditou-se que fora gravado em mármore de Carrara - continua a ser fora de dúvida (Guarducci 1985), para muitos outros, o fato de que ele tenha escrito em grego, de modo que nenhuma versão bilíngue é conhecida, também serve aí de indícios de que se trate de uma pedra transportada da Acaia (Bingen,1954, p. 349, n. 2; DOYLE, 1976, p 78; CRAWFORD, 1984).

O fato de que não se sabe até hoje de nenhuma cópia do Édito proveniente da província de Bitínia, onde Diocleciano tinha sua capital, mostra que a escolha das modalidades de exposição e as línguas do Édito, grego ou latim, parecem, portanto, terem sido deixadas a critério dos governadores de cada província. Gravar os textos oficiais em pedra é a norma no Oriente. No Ocidente, o costume era o de gravar, mais normalmente, em bronze, o que testemunha em favor dos defensores da origem grega do fragmento de Pettorano. A ausência de uma cópia conhecida vinda da província da Bitínia poderia ser explicada pela aplicação da prática italiana, na província onde o imperador tinha a sua residência. A atribuição à Acaia do fragmento de Pettorano não parece, portanto, opor-se à aplicação universal do Édito, mesmo que ela seja de fato, indemonstrável.

A fraseologia moralizante do preâmbulo do Édito e na exposição dos motivos que o justificava, sem dúvida, decorre de uma construção retórica e ideológica da qual não há nenhuma razão em particular para ser surpreender, como, em efeito, era de costume para a época (VAN SICKLE, 1932). Ela não afeta os resultados que seus autores esperavam para um decreto que deveria ser considerado com a maior seriedade, embora seu valor documental na história econômica está longe de ser evidente.

Entre os temas mais debatidos figura no topo, o da artificialidade dos preços do Édito. Muitos estudiosos (ERIM [*et al.*], 1971 COPE, 1977) pensaram que que o objetivo visado era evitar ou impedir a especulação e desordem causadas pela implementação de uma reforma que, dobrando o valor de face do *argenteus*, dividida por dois o valor desse último (HENDY, 1985 pp. 451-457). O preâmbulo se refere a preços que subiram 4, 8 ou

[182] *Cohortamur ergo omnium devotionem, ut res constituta ex commodo publico benignis obsequis et debita religione <custodi>atur, m[ax]ime cum e<iu>s modi statuto non civitatibus singulis ac populis adque provinciis, sed universo orbi provisum esse videatur, in cuius pe[rnici]em pauci atmodum desaebisse noscantur, quorum avaritiam nec prol<i>xitas temporum nec divitiae, quibus studuisse cernuntur, m[iti]gareaut satiare potuerunt.*

mais vezes, o valor normal de alguns bens[183]. O medo da insolvência do contribuintes privar o Tesouro de parte de suas entradas teriam levado Diocleciano e sua administração a desenvolverem apressadamente um édito improvisado para limitar este fenómeno.

Alguns estudiosos, fundados no depoimento notoriamente hostil de Lactâncio, acreditam que os preços máximos permitidos pelo Édito, quando de sua promulgação, abaixo do mercado ou aberrante (JONES, 1953, p. 299) e sublinham bastante a artificialidade dos preços que ele menciona (JONES, 1974, p. 351; CRAWFORD, 1975). Pode ser tentador colocar essas características na conta da improvisação de um édito que deu errado. A análise mais apurada da realidade dos preços, na verdade, ilustra que, de acordo com o texto do preâmbulo, eles variavam muito de uma região para outra, e aqueles que aparecem no texto estavam, de fato, superiores ao fixado pela norma, especialmente nas províncias orientais. Apenas aqueles da capital se assemelhavam aos encontrados no Édito (SPERBER, 1974 pp. 115-130). Dado o ritmo da inflação, é necessário manter a cautela, mas essa análise tem o mérito de concordar com os objetivos fixados no Édito do máximo: reduzir as disparidades e limitar a especulação, definindo tetos legais, um ponto enfatizado por J.-P. Callu (CALLU, 1969, p. 405). Sem dúvida, este texto foi vítima junto aos estudiosos, seja por se mostrar ineficaz no médio prazo, seja pela visão preconceituosa que atribui-se ao pensamento econômico dos Antigos. Há todas as razões para acreditar que, no momento da sua promulgação, ele foi provavelmente o que ele pretendia ser e que realmente fixava os preços acima do verificados na prática, e, portanto, artificial na natureza. É a incapacidade da reforma monetária para conter a inflação, que fez o Édito o objeto amaldiçoado descrito por Lactâncio, e que parece ter justificado a destruição metódica de suas cópias.

Mais do que uma solução encontrada em uma emergência, o decreto parece se integrar na tentativa de uma reforma global da sociedade, por iniciativa dos novos *parentes generis humani*. Uma análise cuidadosa da política dos tetrarcas (CORCORAN 1996, pp. 215-245) levou a uma reavaliação do Édito, que resultaria de uma longa gestação, e teria sido amadurecido em Antioquia, durante a Guerra Persa de Diocleciano[184]. A ideia de que os preços poderiam ser os mesmos de uma extremidade à outra de um império livre da *uaritia* procedia de uma atitude, sem dúvidas, mais reveladora de uma pretensão ideológica de harmonia universal e felicidade que de realidades econômicas.

---

[183] *Pretia venalium rerum non quadruplo aut oct[uplo, sed i]ta extorquere, utnomina <a>estim<ati>onis et facti explicare humanae linguae ratio non possit.*

[184] Cf. *Pap. Antin.* , i 38, do 13 abril, 301,que teria colocado em prática uma medida preparatória ao Édito do Maximum (CRAWFORD, 1975, p. 277).

O decreto pregava introduzir uma revolução salutar. Como reconhece A.H.M. Jones: "the general scale of prices was arbitrary, but there is no reason to believe that the relation of one price to another was distorted" (Jones 1974, 351 p.). É difícil imaginar que a tarefa gigantesca de estabelecer uma lista de preços para mais de mil artigos, salários e serviços, conservando um mínimo de coerência interna, mesmo que não em contato direto com os preços real, tenha sido objeto de uma improvisação total. Estamos então fundados a nos interrogar sobre os princípios e métodos que levaram ao desenvolvimento e cálculo de preços-tetos legais. Estamos ainda mais inclinados a considerar seriamente este decreto que fixava como castigo para a sua violação a pena capital e, como veremos, no capítulo XXXV do Édito - o que vai nos interessar diretamente aqui - foi objeto de adições, retoques e precisões, mas ao nosso conhecimento, sem correções, e que estava ainda em vigor em 310, talvez, se é que podemos deduzir isso da gravação do nome de Maximiano na cópia de Ptolemaida (CRAWFORD 1975, p. 277).

## O capítulo XXXV

O capítulo final do Édito (XXXV), intitulado *ex quibus loci ad quas provincias quantum nauli excedere mínima sit licitum* é inteiramente dedicado à tarifação do *naulum*, ou seja, do transporte marítimo, concebido como um serviço de aluguel de um volume de casco para um determinado destino. Do ponto de vista retórico, é uma espécie de eco do preâmbulo, que apresenta o decreto como benfeitoria (évergésie) universal própria à restauração da paz. Ele nos dá a imagem pacífica de uma prosperidade e paz reencontradas, e de um império reunido, percorrido agora sem dificuldades por navios de comércio que negociam desde o Atlântico até o Cáucaso, e ao mesmo tempo, com uma visão otimista da continuidade e dos preços da cadeia de abastecimento, estreitamente associados ao aumento dos preços que o Édito pretendia regular.

Ele faz um balanço das quarenta e sete rotas marítimas que formam o primeiro estado de publicação do Édito. O texto correspondente deste relatório está completo. Ele é conhecido por duas versões latinas de Aezani e Aphrodisias (CRAWFORD-REYNOLDS, 1979; REYNOLDS, 1989), parcialmente completadas por fragmentos gregos dos manuscritos de Delfos e Tégea. Possuímos também extensos fragmentos de acréscimos posteriores a esse tronco comum, conhecidos pelo manuscrito único de Aphrodisias, sob a forma de uma outra lista, adicionada no fim do decreto.

Sabe-se agora que houve pelo menos duas versões deste capítulo. Em um primeiro estado, o decreto terminava após a versão curta do Capítulo XXXV, cujo texto é comum a Aezani e Aphrodisias. Uma cópia do Aezani acompanha a carta de Fulvius Asticus

(CRAWFORD-REYNOLDS, 1979), e a presença em Aphrodisias de uma fórmula conclusiva após a 1.56 deixa pouca dúvida de que o édito não parou por aí inicialmente (REYNOLDS 1989, p. 36).

Adições, de extensão difícil de mesurar foram praticadas em dois manuscritos: em Aezani, a carta de Fulvius Asticus é seguida por uma coluna mutilada que parece corresponder ao texto da Aphrodisias IX. 51 s. (ou seja, uma parte do cap. VI). O manuscrito Aphrodisias, por sua parte, manteve seis fragmentos de ordenamento complexo que se relacionam todos com o conteúdo do capítulo XXXV e que J. Reynolds os agrupou sob o rótulo de capítulo XXXV A. Um primeiro grupo de fragmentos (XXXV A I e II) retoma a lista original, estendendo-a, mas sem alterar sua ordem global: adiciona novas destinações[185], a tarifação do transporte lacustre e fluvial é refinada, e a menção *praeter onera fiscalia quae formam suam optinent* é adicionada à todas as referências a Roma. O custo das relações já presentes no Capítulo XXXV não é reavaliada. Um segundo grupo de fragmentos (IV e V) é caracterizado pela presença recorrente da fórmula de tributação *quae species praeter formam suam* optinent, que poderia ter relação com partidas originárias de Roma. A fórmula não é a que aparece no fragmento I e pode se relacionar com outra série de acréscimos. Finalmente, os fragmentos III e VI, muito mutilados, fornecem listas de lugares e preços irredutíveis com outras sequências conhecidas.

A existência destas adições sugere que não só o texto foi levado muito a sério por seus autores, mas também que os preços fixados nele pareciam relevantes o suficiente para não terem sido mudados. Apesar da característica globalmente artificial, enfatizada repetidamente, os preços que encontramos em vários capítulos, e, mais especificamente no capítulo XXXV, no qual estamos interessados, aos olhos dos autores tinham um valor efetivo suficiente o bastante para justificar precisões e acréscimos, mas nenhum remorso quanto à adequação do preço.

A estrutura do núcleo do capítulo é extremamente interessante. Recentemente, tivemos a oportunidade de nos deter sobre isso (ARNAUD, 2007) e daremos aqui a síntese

[185] Essas adições são: uma rota da Sicília a *Genua* (XXXV A I, 1. 3), cujo nome estava ausente do cap XXXV, tomando lugar após a rota Sicília-Gálias (XXXV 37); ela é imediatamente seguida por quatro rotas partindo da Sardenha (XXXV A I, II. 4-8): em direção à Roma, um lugar desconhecido, Gênova e *s[---]*, cujo qual o nome não aparecia no cap. XXXV; depois duas rotas em direção à Roma (XXXV A I, II, 9-12) a partir de lugares desconhecidos. Encontramos, em seguida, a ordem do cap. XXXV, mas entre XXXV 42 e 43 foi inserida uma rota *A Nicomedia [+++++++]am.* Os fragmentos que compõem XXXV A II retomam os II. 12-24 do cap. XXXV sem modificação, exceto a precisão *Hispaniam Terraconensem* no lugar de *Ispaniam* (sic); após as seis linhas que seguem, mutiladas, introduzem montantes irredutíveis à sequências conhecidas e uma menção que parece relativa à óleo. Não sabemos se esse fragmento deve ser reportado à mesma lista que I ou se ele deve ser reportado mais à IV e V.

desses resultados. De fato, o capítulo se apresenta como uma lista de rotas enumeradas a partir de uma série de oito pontos de partida, cujos nomes aparecem na ordem seguinte, no texto latino:

*Alexandria*

*Oriens*

*Asia*

*Africa*

*Roma*

*Sicilia*

*Nicomedia*

*Byzantium*

Essa ordem, geograficamente aberrante, à primeira vista, parece desprovida de qualquer lógica. No entanto, transcrita em grego a sequência se torna:

*Ἀλεξάνδρεια*

*Ἀνατολή*

*Ἀσία*

*Ἀφρική*

*Ῥώμη*

*Σικελία*

*Νικομηδία*

*Βυζάντιον*

Ou seja, até a menção à Sicília, a ordem é a alfabética grega. A escolha de uma ordem alfabética não é de surpreender. É a mesma que adota numerosos documentos utilizados pela administração romana, e notadamente, aqueles que temos o costume a reconhecer como *formulae prouinciarum* (CUNTZ, 1888; DETLEFSEN, 1908; CHRISTOL, 1994). A partir disso, podemos fazer já duas constatações: de uma parte, o Édito, gravado em latim mesmo em cidades gregas do oriente, remonta na realidade a um original redigido em grego. De outra parte, existe nessa ordem alfabética duas exceções, colocadas no fim: Nicomédia e Bizâncio. Nas adições de Aphrodisias (XXV A), a Sardenha foi inserida após a Sicília, sem dúvidas em nome da coerência em

relação ao posicionamento das ilhas na descrição. Ressaltamos, aliás, que na rúbrica relativa às rotas originárias de Alexandria, Nicomédia e Bizâncio, elas (Sicília e Sardenha) aparecem na mesma ordem que na lista geral, logo depois de Roma, que ocupa em sua qualidade de capital do Império o primeiro lugar de cada rubrica. Nicomédia e Bizâncio aparecem assim como adições. A Nicomédia foi inserida somente na primeira nota introdutória, com um objetivo ideológico: associar a residência de Diocleciano à capital do Império. A ausência dessa cidade nas outras listas mostra que, ou todas as menções à Nicomédia foram ajuntadas à lista inicial, ou a lista inicial foi reorganizada, para dar à Nicomédia uma distinção especial.

As relações já mencionadas a partir de um ponto de origem determinado não são retomadas quando a destinação se torna a cabeça de tópico: Por exemplo, as relações Alexandria-África, Oriente-África, Ásia-África não são retomadas na lista de relações *Ab Africa*. O conteúdo das rubricas diminui então, ao fim e ao cabo progredimos na ordem alfabética. Concretamente, isso significa que não existia diferenciação na tarifação entre as viagens praticadas em um ou outro sentido, enquanto maioria das relações impunham às idas e voltas itinerários diferentes.

Algumas destinações são mencionadas somente a partir de pontos de origem determinados. As províncias ibéricas são mencionadas somente a partir do Oriente, da África e de Roma, e são detalhadas somente nas partidas do Oriente (*Spaniam, Baeticam, Lysitaniam*).

A informação maior que nos dá a estrutura enunciativa parece então ser que o texto publicado em 301 se apoia sobre um texto grego mais antigo, que não comportava a Nicomédia nem Bizâncio. Podemos hesitar sobre as conclusões cronológicas que tiramos desse dado. Ou nos fixamos ao valor simbólico da Nicomédia, lugar da proclamação de Diocleciano por suas tropas, em 20 de novembro de 284, e, a este título, lugar de celebração das *Decennalia* e das *Vicennalia*, e assim temos que considerar o texto de referência anterior à Diocleciano; ou consideramos que a residência do imperador é a única visada. O texto de origem seria então, simplesmente anterior ao retorno daquele a esta cidade, em 301. O corpo principal do texto teria sido redigido entre 297 e 301, no Egito ou na Síria, e completado pela introdução de Nicomédia e Bizâncio em 301. Ressaltamos, no entanto, que a Nicomédia estava ausente na rubrica *Ab Oriente*. Essa lacuna é coberta na rubrica *A Nicomedia*, mas a designação *Oriens*, de uso no início da lista, cedeu lugar à designação *Foenice* (1. 44), conforme inclusive à ortografia, ao conteúdo da lista de Verona. Nós somos então, tentados de reconhecer na lista original um modelo anterior a Diocleciano.

A toponímia regional pode confirmar em parte esse julgamento. De fato, constatamos que os topônimos utilizados são de duas ordens: nomes de cidades (*Alexandria, Roma, Nicomedia, Byzantium, Aquileia, Ephesus, Thessalonica, Salona, Trapezus, Amastris, Sinope,*

*Tomi*, por ordem de aparecimento[186]) ou nomes de regiões (*Achaia, Asia, Africa, Baetica, Dalmatia, Foenice, Galliae, Lysitania, Oriens, Pamfylia, Sicilia, Spania*[187]). Nessa lista aparecem nomes que são conhecidos também por serem de dioceses saídas das reformas de Diocleciano: é o caso da África, do Oriente e das Gálias. Mas se tratava certamente de nomes de diocese? Uma comparação com a lista de Verona nos mostra que não. Encontramos as Gálias no lugar que deveria aparecer a antiga Narbonense, em que deveríamos encontrar *diocesis Viennensis*; Alexandria, que ultrapassava a *diocesis Orientis*, e considerada como uma entidade distinta do Oriente, que aparecia indicar aqui, os portos do Levante.

Em detalhe, as regiões de extensão mais reduzida portam nomes de províncias conhecidas na reforma de Diocleciano, mas certas ausências são marcantes: são assim mencionadas na Espanha as três províncias do Alto-Império, mas não novas províncias criadas por Diocleciano nessa diocese, como notadamente a *Karthaginiensis*, que deveria ser mencionada entre a Espanha, como em XXXV A II, 1.4 em que a Terraconense e a Bética são explicitamente designadas. A âncora desse documento numa realidade anterior a Diocleciano parece pois, verossímil, e poderia se inscrever no duplo contexto do conservadorismo ambiente próprio à obra legislativa de Diocleciano (VAN SICKLE, 1932) e de um édito longamente amadurecido, conforme a opinião de S. J. Corcoran.

## "A África" no Édito

No decorrer do capítulo XXXV, a África aparece como destinação em cada um dos das três rubricas que precedem a rubrica *Ab Africa,* e, em seguida, aparece na rubrica *A Nicomedia.*

*6 _ Ab Alexandria Africam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *decem.*

*14 _ Ab Oriente ad Africam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *sedecim.*

*23 _ Ab Asia ad Africam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *octo.*

*45 _ A Nicomedia in Africam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *quattuordecim.*

Ela aparece em seguida como ponto de partida de seis relações:

[186] XXXV A adiciona à lista *Genua.*
[187] Var.: *Ispaniam* (XXXV 15); *Hispaniam Tarraconensem* (XXXV A II, 1. 4). XXXV A adiciona à lista *Sardinia*.

*26 _ Ab Africam Salonam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *decem et octo.*

*27 _ Ab Africa in Sicilia in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *sex.*

*28 _ Ab Africa ad Spaniam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *octo.*

*29 _ Ab Africa ad Gallias in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *quattuor.*

*30 _ Ab Africa ad Achaiam in k(astrensi) in m(odio) uno* ~~X~~ *duodecim.*

*31 _ Ab Africa ad Pamfyliam in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *quattuordecim*.

Precisamos adicionar, à 1. 25, a cabeça de rubrica (*Item ab Africa Roman*) com menção da relação entre a África e Roma: a cópia de Afrodisias não contém, curiosamente, nenhum montante, embora a peça seja completa. O fim da linha sendo mutilada na cópia de Aezani, deixa impossível de determinar com certeza se trata-se de uma particularidade do Édito, como pensa J. Reynolds (REYNOLDS, 1989, p.305), ou de um simples erro, próprio a cópia de Afrodisias, que cometeu outros no mesmo capitulo[188], mais uma vez a propósito de uma cabeça de rubrica mencionando uma relação à destinação de Roma.

Nós pensamos, entretanto, que convêm supor ao fim da 1. 25 *Item Ab Africa Roman* <*in k(astrensi) m(odio) uno* ~~X~~ *duodecim*>. Não somentte esse montante é o que se encontra no final da 1. 24, o que explicaria facilmente o erro, mas ele também é igual à soma de dois dados já conhecidos: 6 denários da África na Sicília (1. 27) e 6 denários de Roma na Sicília (1 .32). Contudo numerosos preços foram obtidos pela soma de duas rotas distintas.

Não mais que na rubrica *Oriens*, o édito não distingue portos na nomeação genérica de *África*, única usada no texto. Esta nomeação é muito pouca clara. Podemos propor várias interpretações, a partir da escolha de reconhecimento um porto de predileção ao qual se identificaria a Africa - por exemplo Cartago -, antiga província da *Africa Proconsularis*, ou a nova província de *Proconsularis*, de extensão mais reduzida, criada por Dioclétien entre 290 e 294 (DI VITA-EVRARD, 1984), a *Diocesis Africae*, ou ainda, simplesmente, uma expressão geográfica irredutível a um corte administrativo em sentido estrito, que poderia ser uma correspondente do Grego Λιβύη . A ação de

[188] A l.46 da cópia de Aezani (*Item a Byzant[i]o [Romam]*) foi esquecida pelo lapicida (gravador). Esta rota aparece, no entanto, nas adições de Aphrodisias, XXXV A I, ll. 20-21*: [Ite]m a Byzant[io Rom]am in k(astrensi) m(odio) uno X decem et octo /[pr]aeter o[ne]ra f[iscalia quae formam suam optinent]*. Ela permite completar o custo da relação, que não figurava na cópia de Aezani. O custo que constava no final da l.46 do ch. XXXV era idêntico àquele que era escrito na linha seguinte, e que começava pelas mesmas palavras. Isto explica provavelmente o erro.

designar a África genericamente não é o própria do Edito. Chegamos "na África", como chegamos "na América", ao termo de uma percepção subjetiva do viajante que fez um travessia direta entre dois continentes. De Políbio à Estrabão (STR., II 4, 3,; II 5, 8), as distancias são dadas entre Narbona "na Líbia". Ainda é o caso quatro séculos mais tarde para Sulpício-Severo (*Dial*. I, 3) que fazia chegar Postumiano, saído de Narbona "de um porto da África" cuja a única certeza é de que não se tratava de Cartago[189]. A África pode assim ser revestida de significações muito diferentes para viajantes chegando do oeste ou do norte, ou para uma pessoa se percebendo "africana". Essa subjetividade complexa, que define igualmente a noção de *Oriens,* sem dúvidas contribuiu para a disfarçar os limites exatos dessas noções, em proveito de designações regionais genéricas mantidas pelo uso.

Sabemos também que o Édito expressa, em suas várias versões, destinos ou pontos de partida, nomeando às vezes explicitamente um porto (Alexandria, Nicomédia, Éfeso, Salônia, Gênova, Aquileia, Tessalônica, Bizâncio, Tomes (Constância), Amastris (Amasra), Sinop, Trebizonda), outras vezes com referência a uma região inteira (África, Ásia, Oriente, Fenícia, Sicília, Sardenha, Espanha [Tarraconense, Bética, Lusitânia], Acaia, Panfília, Gália, Dalmácia).

A menção de portos não apresenta nenhum problema em si. A colocação de regiões comporta vários.

Primeiramente a questão de saber qual espaço é potencialmente designado por esses nomes. É obviamente tentador de reconhecer as divisões sendo as divisões administrativas das reformas de Diocleciano. Já vimos acima, as razões pelas quais nós somos levados a reconhecer por trás dos topónimos regionais de designações irredutíveis às divisões administrativas estritas, *a fortiori* àqueles de Diocleciano, exceto, talvez, para a menção das três províncias espanholas anteriores de Diocleciano, e a introdução de *Foenice* em vez de *Oriens*. A maioria dos nomes das regiões parecem mais constituírem designações de uso de que dados graváveis em um espaço estritamente administrativo. A partir do Alto Empério, o nome étnico de *Dalmata* ou o topônimo *Dalmatia* parece ter sido um uso natural. A Panfília em vez de Lycia-Panfília, é certamente uma província saídas das reformas de Diocleciano, mas também é um

[189]Contrariamente a opinião bem disseminada (CASSON 1971, p.286, n.69), nada indica que este ponto tenha sido a Útica. Pelo contrário, podemos apostar que um nome tão famoso enquanto o de Útica tenha sido pronunciado no lugar anônimo de *Portus Africae*, que apenas o texto menciona.

espaço marítimo coerente, embora bem distinto de Lycia e tratado como tal pelos geógrafos e viajantes.

Quando os nomes são baseados em entidades administrativas, é aparentemente mais sobre aquelas do alto império do que aquelas de Diocleciano. Tudo isto concorda também muito bem com uma lista tributária de um documento anterior a Diocleciano.

Um segundo problema é de saber se essas regiões são reduzidas a um porto principal que designaria implicitamente ou por metonímia, ou se elas devem realmente ser consideradas como espaços. E. R Graser (GRASER 1940, p.169) deixou a porta aberta às duas interpretações. Sem dúvida, ela estava certa.

Se observamos a progressão dos valores de dados a partir de um único ponto de origem, como no caso de Alexandria e do Oriente, com destinação à Dalmácia (l. 4) e Salônia (l. 12) de uma parte, e de Aquileia (ll. 5 e 13) de uma outra, aparece claramente que o custo adicional para a viagem de Salônia e da Dalmácia para Aquileia se elevam igualmente a 6 denários. Salônia e Dalmácia são aqui claramente sinônimos. Se voltamos agora para a Ásia, é claro que a relação de Nicomédia em África (L.45: 14 denários) é igual à soma das duas viagens da Ásia para a África (L. 23: 8 denários) e de Nicomédia para Éfeso (L.39: 6 denários). Parece assim que para os autores do édito, Éfeso e a Ásia formavam uma única realidade. Da mesma forma, a tarifa proporcionalmente muito elevada da relação entre a África e a Sicília (L.27: 6 denários) só pode ser entendida considerando que sob a designação genérica de Sicília, apenas os portos da costa oriental, Messina, Catania ou, mais provavelmente, somente Siracuse, foram considerados.

No entanto, pode ser questionada tanto a possibilidade de que realmente tivessem em mente regiões inteiras e na pertinência das equivalências assim praticadas pelos autores do Édito entre um porto e uma região. O Édito nos dá um exemplo quando ele agrupa toda uma série de pontos, às vezes distantes, em uma mesma rubrica e para um custo idêntico. Tal é o caso da rota chamada *A Byzantio Amastris et Sinope Tomis* (l. 49 Aezani = 48/48ª Aphrodisias), no valor avaliado a oito denários. Da mesma forma, no *Stadiasme*, os portos do Levante, embora sendo distinguidos uns dos outros são todos considerados situados à mesma distância de Rodes (§ 272 Müller).

Logo veremos que a rota que serviu de referência para a avaliação do custo da relação entre a África e a Gália chegava muito a oeste de Cartago, e que aquela que serviu ao cálculo do custo da viagem da Ásia para a África, provavelmente chegava a leste do Cap-Bon. As rotas de referência nos levam a considerar que sob a designação comum de África, na verdade, designa-se lugares muito diversos, localizados de ambos os lados do canal da Sicília, cuj a travessia do leste a oeste, contra os ventos predominantes, não é uma tarefa fácil. A maneira a qual os autores do Édito fizeram a

tarifação das rotas somando os valores dos segmentos nos leva, porém, a admitir que eles trataram a África como um ponto e não como um espaço, ao contrário do que parece que fizeram para a Ásia.

## As Modalidades de Tarifação do Custo das Relações

O Édito foi capaz de estimar o custo por milhas do transporte terrestre (cap. XVII: *De vecturarum mercedibus*), mas também e especialmente do transporte fluvial, cujos custos são fixados ao final do mesmo capítulo XXXV e foram revisados no final da adição XXXV A I de Aphrodisias. A escolha, desde o título do capítulo, de não adotar uma tarifação linear em relação a distâncias mostra claramente que as distâncias marítimas, nas grandes rotas relativamente consensuais (ARNAUD 1993; 2005, pp. 61-96) não eram o objeto destas tarifas, e que cada relação era um objeto particular. O objeto tarifado é o *modius kastrensis*, igual a 1,5 *modius* itálico (DUNCAN-JONES 1996), e de dois artabes. Embora esta unidade tivesse sido usada no édito para a medição de grãos (cap.1), ela não indica aqui um transporte especificamente relacionado com cereais. Se trata do bushel (*modius kastrensis*, *modius*, artabe ou medimnus) utilizado, de acordo com o uso, como unidade de referência de tonelagem dos navios (WALLINGA 1964). É precisamente o volume de carena, alugado ao "nauclère" pelo fretador que é o objeto do *naulum* (Dig. XIV 2,10), a que é dedicado o capítulo XXXV.

Por razões de simplificação, as últimas linhas do capítulo (ll. 50s) estabelecem o valor em *modii kastrenses* dos seres vivos[190] assim graváveis em uma unidade de medida. Mais uma vez o objetivo de unificar caraterístico do Édito aparece de maneira óbvia. O uso de *modius kastrensis* é mais original, mesmo se a unidade é ocasionalmente utilizada em algumas outras passagens. Se não se trata de nenhuma influência das práticas de propaganda militar, poderia se tratar de uma simples facilidade de conta.

Ficamos impressionados com a similitude dos valores em denários, formulados pelo édito, e os tempos de viagens conhecidos por um certo número dessas relações, a ponto de sermos levados a formular a hipótese de que os valores em denários poderiam ser a transcrição pura e simples dos tempos das viagens registrados pela memória coletiva (ARNAUD 2005, pp. 139-145; 2007). Por um efeito da reforma monetária e da falta de unidade a inferior a dois denários, os preços parecem terem sido sistematicamente arredondados ao denário inferior.

[190] Homen (25 m.k), cavalo, mula, Bardoto, boi et burro (60 m.k), Ovelha, cabra e porco (10 m.k)

Podemos resumir essas semelhanças na tabela da página seguinte. É particularmente notável que alguns dos mais surpreendentes dados do édito, em particular os montantes de 4 e 6 denários que são respectivamente a tarifa do bushel dos campos entre a África e a Gália e entre a África e a Sicília, e encontram seu lugar nesta tabela. Não é menos notável que eles se entendam apenas por referência a tempos de percurso gravados na direção oposta do que é afirmado no decreto, e que os custos sejam reversíveis e indiferentes à direção de viagem.

O período de 4 dias entre a Gália e a África, que é o da viagem de Postumiano entre Narbona e a África (SULP. SEV., *Dial* I, 3) é de fato um dado amplamente consensual que fundou sobre a experiência dos marinheiros a avaliação dos geógrafos da distância entra a Gália/ As Gálias e a África (ARNAUD 2005, pp.153-157): cinco dias e cinco noite eram considerada a rota mais longa de Europa e a Líbia, a partir do fundo do Golfo Galático (STR., II 5, 8). O ponto de chegada na África é geralmente localizado bem a oeste (Golfo de Bejaïa [Bugia]), o que poderia constituir uma indicação do valor muito amplo de termo *África* no édito. Em revanche, aplicar este valor para a rota de retorno, dificilmente viável em uma linha reta, é uma especulação. Da mesma forma, o custo proporcionalmente muito alto aplicado ao itinerário África-Sicília tem como sentido sentido apenas aquele entre a costa oriental da ilha e o Cap-Bon, onde ele se efetua em toda a estação contra ventos e correntes, no canal de Malta. A rota mais natural de Siracusa para Cartago é aquela sugerida pela ordem de enumeração das ilhas ao sul da Sicília, em Diodoro da Sicília (V12), e que foi seguida em parte pela frota de Belisário (PRO-COP., *Vand*. I14), de Siracuse a Malta e Gozzo, e de lá por Lampedusa até *Caput-Vada* (Ras Kapudia), depois de um dia inteiro de navegação. Desde Kerkennah, ela seguia a costa até o Cab-Bon, que se confunde parcialmente com a rota de Selinunte, seguida desde Cirene pelas muralhas peloponesianas, em 413 413 (TH., VII 50, 2). Ela evitava os ventos e correntes contrários do canal da Sicília e utilizava os fluxos de sudeste característicos das costas orientais da Tunísia. A identidade dos custos entre a Sicília e a África a partir do Leste se explica, sem dúvidas, pelo uso comum para as duas destinações, totais ou parciais (até Leptis ou as Kerkennah) do mesmo itinerário. Estes dois exemplos são suficientes para demonstrar que as rotas não foram estimadas na base da hipótese mais otimista, mesmo que isso parecesse ter sido normalmente a norma.

| Rota | Preço em denários | Duração conhecida | Fonte | Notas |
|---|---|---|---|---|
| **África – Acaia**<br>**África – Sicília**<br>**+**<br>**Sicília - Acaia** | 12<br>6 | ?<br>6<br><br>6 | D.S., XX 6,1-2<br><br><br>PHILOSTR., VA VIII 15 | Siracusa-Cap-Bon (Cassion, 1971, p. 295, n. 108)<br>Siracusa-Alfeu |
| **África - Gálias** | 4 | 4<br><br>5<br><br>5,5 | SULP.SEV., Dial .I3<br>STR.,II 4, 3<br><br>*Geog. Compend., 40 (Müller, GGM II,p.105*)[191] | De Narbona em África ou de Marselha à Igilgili (Djidjelli) |
| **Oriente – Roma** | 18 | 18 | *VITA Melan. Iunior.* | 20 dias (dos quais uma escala de 2 dias para visitar um amigo à Nola |
| **Oriente - Bizâncio** | 12 | 12 | MARC. DIAC., *V. Porph. 55* | De Bizancio; 10 dias também atestados [192] desde Bizâncio, e 20 dias desde Gaza[193] |
| **Alexandria – África**<br>**Alexandria – Phicus**<br>**Leptis Magna – Ben Ghazi** | 10 | <br>6<br>3 | SYNES., Ep. 51<br>PLIN., Nat. V 31; PS..<br>SCYL., Per. 109 | |
| **Alexandria – Panfília**<br>**Ilhas Caledonianas – Canope**<br><br>**Alexandria – Cap Acamas de Chipre** | 6 | 4<br><br><br>6 | STR., XIV 3, 7<br><br><br>LUC., *Nau. 7* | Adicionar 1 dia até a Panfília<br><br><br>Adicionar 1 dia até a Panfília |
| **Alexandria – Tessalônica**<br>**Ascalon - Tessalônica** | 12 | 13/12 | MARC. DIAC., V. Porph. 6 | 13 dias de ida, 12 de retorno |

[191] Ptolomeu (*Georg., II 10, 8; IV 2,11*) local 11º, ou seja, 5.500 estádios, entre Marselha e Djidjelli.
[192] MARC. DIAC., *V. Porph. 55*: a destinação era Gaza nos dois casos.
[193] MARC. DIAC., V. Porph. 26 (Gaza–Byzance); Ibid. ,35.37 (10 dias de Césareia à Rodes, e o mesmo tanto dali à Bizâncio).

A indiferença absoluta dos autores do édito em relação à direção das rotas não deixa de ser um dos elementos mais surpreendentes deste édito. É claro que um número significativo de retornos eram feitos seja por vias diferentes seja com condições de ventos normalmente muito diferentes. Eles se distanciam aparentemente da realidade das rotas marítimas, mas sua indiferença com a direção das rotas é sem dúvida um efeito da estrutura pendular das trocas de longa distância, que é a qual emerge da estrutura do empréstimo para grandes aventuras (ARNAUD 2005, pp.114-117). Temos a sensação, inclusive, de que eles procuraram evitar, por simplificação, uma lista interminável, e encontrar um princípio tanto incontestável quanto vantajoso. Incontestável, uma vez que se baseava em dados validados por vários séculos de memória de navegação no Mediterrâneo e na sua "normalidade". Vantajoso, uma vez que tomava, em regra geral, como base não apenas as opções geralmente mais favoráveis, mas ainda rotas não segmentadas ou resultantes da simples adição de segmentos de percursos, sem subtrair o tempo necessário para a obtenção de um vento favorável à articulação entre os percursos[194].

## As rotas marítimas envolvendo a África

As onze relações que constam a África nos levam de fato a dois cenários, dependendo se o valor resulta de uma avaliação específica, ou se foi elaborado através da adição de dois segmentos ou mais. Esta diferença de abordagem não resulta inteiramente de uma simplificação burocrática. Ele revela duas formas de navegação: a travessia direta, quando possível, e a navegação "segmentada", mais complexa, articulando itinerários praticados em direções e condições variáveis.

As linhas "diretas" são os mais fáceis para reconstruir

Da África para Gália. Não vamos entrar de novo em detalhes sobre essa rota que já tivemos a ocasião de comentar acima. O valor especificado corresponde normalmente ao valor do itinerário norte-sul. O itinerário de referência foi uma travesseia direta que passava muito "a oeste da Sicília" (STR., II 5, 8). No verão, as condições eram sensivelmente comparáveis as do sul das ilhas Baleares. Ao norte do arquipélago, a Tramontana criava situações muito mais difíceis no sentido sul-norte (ARNAUD 2005, pp.153-156).

[194] Sobre a noção de « navegação segmentada », cf. ARNAUD 2005, pp. 97-148.

Da África para Sicília. A tarifa proporcionalmente muito alta dessa rota exclui que se trata da travesseia entre Lilybaeum (Marsala) ou Marittimo e o Cap-Bon ou Cartago, distâncias avaliadas como correspondentes a um ou dois dias diurnos, dependendo se a travessia é feita diretamente ou por Pantelária (ARNAUD 2005, pp. 160-163). Os dados do Ps.-Scylax (§ 13) e Timóstenes[195] (AGATHEM., V 22 Müller), colocam entre o cap Cap Pelorus e o cap Lilybaeum distancias correspondentes a dois dias de navegação. As figuras mais aproximadas são as relacionadas com a navegação pelo canal da Sicília entre Siracusa e Cap-Bon (D. S., XX 6, 1-2): do leste para o oeste, muitas vezes é preciso lidar com ventos estabelecidos e correntes contrárias, e no sentido oposto, é o cruzamento ao nível do cap Pachyne que é regularmente problemático. É provavelmente este itinerário, natural para quem adota um ponto de vista oriental, que foi tomado como referência. Isto não implica necessariamente que, quando os autores do édito combinaram esta avaliação a outras, eles tivessem necessariamente em mente essa rota específica, que para eles, é apenas a expressão de um custo máximo entre a Sicília e a África, e não uma rota.

Do Oriente para a África. Do mesmo modo que os custos de Alexandria à África (l. 6) e à Sicília (l. 7) são iguais (10 denários), igualmente, os custos do Oriente à África (l. 14) e à Sicília também são iguais (16 denários). Eles mostram que ambas as vias eram provavelmente em grande parte consideradas comum, e que a estrada a destinação da África não era reputada de passar pela Sicília, uma vez que teria gerado um custo adicional de 6 denários. O aumento de 6 denários entre Alexandria e o Oriente mostra que o itinerário de referência é aquele, atestada pela papirologia[196], que na primavera, corria ao longo das costas do Egito e de Cirenaica e, de lá, dirigia-se ou para a Sicília ou para a África, por itinerários que podiam ser em parte comuns até *Leptis Magna* ou até Malta (ROUGE 1960). A tarifa da relação Alexandria-Roma (l. 1a, 16 denários) se reduz, aliás, à soma Alexandria-Sicília (l. 7, 10 denários) e Roma-Sicília (l. 32). Este não é o caso da rota do Oriente para Roma cujo valor (l. 11, 18 denários) é inferior à soma das rotas do Oriente para a Sicília, e de Roma para a Sicília (16 + 6 = 22 denários), o que indica uma rota específica para a capital, provavelmente um percirso em direção ao norte que chegava em *Bruttium*.

Da África para Espanha. O custo (l. 28, 8 denários), igual ao da relação com a Ásia, é comparativamente bem elevado, especialmente se comparamos com o preço da relação África-Gália. Uma comparação com ll. 15-17, e sobretudo com XXXV A II, 1. 4, onde a precisão *Tarraconensem* foi adicionada, permitindo-nos de reconhecer com uma certa

[195] Mais do que Artémidore, ao contrário da opinião de Stiehle (STIEHLE 1856, p.259, fr.50)
[196] *Pap.Mich.* 420 ; cf. SYNES., *Ep.* 4. Uma linha sem escala entre a *Paraetonium* e a Sicília (ROUGÉ 1960) é igualmente atestada (HIER., *Vita Hilar*. 33-36)

probabilidade Tarraconense. Esta rota, muito rápida no verão para o oeste, desde a Sardenha onde começam os ventos etésios de setor leste é, no entanto, muito difícil de praticar na mesma temporada no sentido oposto. Mais do que o itinerário pela Sardenha, este valor aqui parece corresponder ao itinerário costeiro até o Iol-Césareia e daí para Cartagena.

Da Ásia para a África. A tarifa muito baixa, de 8 denários mostra claramente que esta rota evitava a Sicília (esta tarifada à 6 denários partindo da África). É quase necessariamente uma rota saída da costa oriental de *Africa* (algum lugar entre *Clypea* e *Leptis Magna*) e considerado em condições favoráveis, nas condições de início do verão, no sentido oposto à do enunciado, e sem dúvida destinada não a Éfeso, mas a Rodes ou à Caria.

A quase totalidade das rotas complexas resultantes da adição de dois ou mais itinerários tarifados inclusive no édito passam logicamente pela Sicília, sem que se possa especificar se trata-se sempre da costa oriental da Ilha, aparentemente concernido pela via, comum a todas estes itinerários, da África para a Sicília, eximinada acima.

De Roma para a África. Se, como sugerimos acima, o número que falta a l. 25 do cap. XXXV é de fato o de 12 denários, parece redutível à soma de dois valores conhecidos, ambos iguais a 6 denários, da África para a Sicília (l. 27) e de Roma para a Sicília (l. 32). Parece excluir a navegação direta pelo oeste da Sicília e a ilha de Marittimo.

Da África para Acaia. A tarifa, de 12 denários, parece particularmente elevada, se comparamos com o custo da relação da Ásia para a África. Esta é obviamente a usada como base de cálculo do custo da relação África para Salônia. Como temos visto acima, parece resultar de dois dados conhecidos: 6 denários da África para a Sicília, e também, correspondente aos 6 dias de viagem de lá para Alfeu. Nada permite determinar se esta tarifa organizava a próxima ou se ela procedia de seu desmembramento artificial.

Da África para Salônia. O édito (l. 26) avalia esta rota em 18 denários, ou seja, uma diferença de 6 denários com a rota África-Acaia, avaliada em 12 denários (l. 30). Esta diferença 6 denários é exatamente a mesma que encontramos entre as rotas de Nicomédia para Acaia (l. 41, 8 denários) e Nicomédia para Acaia (l. 42, 14 denários). Ela nos permite estabelecer que o preço da rota da África para Salônia resultava da adição da tarifa da África para Acaia (12 denários) e do custo de 6 denários, correspondente ao trajeto de Acaia para Salônia, que não é explicitamente formulada nas partes preservadas do édito. Ela se compreende, provavelmente a partir de Alfeu, ponto normal de chegada à Acaia, a partir da Sicília.

De Nicomédia para a África. O valor de 14 denários é igual à soma dos custos das relações Ásia-África (l. 23, 8 denários) e de Nicomédia para Éfeso (l. 39, 6 denários). É aparentemente a única rota complexa a não passar pela Sicília.

Em contrapartida, os custos máximos atribuídos aos três itinerários do Oriente para as Espanhas (ll. 15-17), ou seja, 20 denários até Tarraconense, 22 até Bética, e 24 até a Lusitânia, não podem ser reduzidos à soma dos custos atribuídos às relações Oriente-África (16 denários) e África-Espanha (8 denários). Estes itinerários são visivelmente tratados como uma rota própria, em direção à Tarraconense e prorrogado por uma viagem até Lusitânia, em direção da Tarraconaise e prolongada por um périplo até a Lusitânia, como o sugere o crescimento regular dos custos da Tarraconanse à Baetica e de lá para Lusitânia.

O caso da África nos parece bastante exemplar tanto pelo método de trabalho dos autores do édito quanto do potencial documental, limitado, mas não tão ruim como por vezes se pensa, deste documento. Sr. Crawford há trinta anos colocava a questão do método que permitiu a Diocleciano à fixação de preços máximos válidos em todas as partes do império, e supunha que seus serviços teriam utilisado o que eles tinham em mãos (CRAWFORD 1975, p.278). Para nos restrigirmos ao objeto que nos interessou, a hipótese de utilização parcial de um documento anterior, grego, de origem levantina, caminha claramente neste sentido. Ela é confortada por vários detalhes que apareceram durante este estudo. Em primeiro lugar o ponto de vista geralmente oriental optado para fixar a tarifa, quer se tratasse da tarifação elevada da rota da Africa para a Sicila, que terminou por condicionar a tarifação da rota África-Roma, quer se tratasse da super representação do Oriente no édito. Essa é geralmente a propensão de algumas linhas de transporte, evitando o canal da Sicília em favor do canal de Messina. É enfim um fato, de que as rotas cujo os preços são fixados com as adicões as mais artificiais são aquelas que concernem a Salônia e a Nicomédia. Poderia ter existido antes de Diocleciano uma tentativa de regulação de preços do *naulum* de cuja qual teria inspirado o fundador da Tetrarquia.

A simplicidade do algoritmo usado para o cálculo dos custos - talvez emprestado ao modelo do édito - poderia aparecer como um compromisso aceitável entre a realidade e artificialidade, entre a particularidade de cada linha de negócio, com seus itinerários sazonais e a necessidade de uma lista sucinta, ampla o suficiente para dar uma visão global da extensão do mar reaberto ao comércio pela paz, e restrita o suficiente para continuar a ser aplicável. É uma África cortada de sua rede de relações de proximidade e reintegrada nas relações de longa distância que, sozinha, toma em condideração o edital. As únicas linhas tafifadas são aquelas que condicionavam a unidade econômica do império, conectando seus pontos mais distantes.

As lacunas de adições de Aphrodisias, às quais gostaríamos de conhecer a data exata, seriam talvez capazes alterar um pouco visão das coisas, e a integração dos destinos intermediários, como a Sardenha e Gênova, a estas adições, mostra tanto a vontade de aperfeiçoar o Édito e a satisfação geral que se anexava, do ponto do governo central, à implementação das relações de tarifação. No estado de nosso conhecimento, eles também mostram um reequilíbrio em favor do Ocidente, em que a África ocupa um lugar fundamental. Os custos proporcionalmente muito baixos de relações entre a África e o resto do mundo (com exceção da Acaia) enfatizam o seu papel como um centro de comércio do Mediterrâneo e do seu lugar privilegiado no espaço-tempo da navegação no Mediterrâneo.

## Referências bibliográficas

A bibliografia deste artigo integra um conjunto de referências de todo o volume no qual ele foi publicado. Sugerimos aos leitores consulta à publicação original, disponível na página pessoal de Pascal Arnaud no academia.edu

# O EGITO E OS DESERTOS CIRCUNVIZINHOS À LUZ DE NOVAS DESCOBERTAS (IV-III MILÊNIOS A.C.)[197]

Juan Carlos Moreno García

Université Paris-Sorbonne – Paris IV

## Introdução

Falar do Egito dos faraós traz imediatamente à imaginação o Vale do Nilo, as inesquecíveis cenas campesinas que discorrem nas férteis margens do rio onde ainda se elevam, em grande número, vestígios monumentais do seu passado. Se Lenin resumiu a sua ideia de comunismo com a célebre fórmula "eletricidade mais os sovietes", não caberia dúvida que o Nilo seria um elemento inapelável em qualquer expressão que buscasse condensar em poucas palavras os fundamentos da civilização dos faraós. Já Heródoto foi um pioneiro ilustre com sua célebre consideração do Egito como um dom, uma dádiva do Nilo. E exemplos ainda mais remotos podem ser rastreados sem esforço nas próprias inscrições faraônicas, onde se indica que o poder do soberano abarcava as duas margens e, também, os dois limites (*tnw*), isto é, as regiões de contato entre as férteis terras do vale e os desertos que se estendiam pelo oriente e ocidente. Se a isso acrescentarmos a contraposição, comumente habitual nas fontes egípcias, entre o vale/Egito (*Kemet*) e os desertos (*desheret*), e a representação das áreas desérticas como regiões povoadas por criaturas fantásticas e repletas de perigo, podemos perceber até que ponto a Terra Negra seduzia e constituía para os antigos egípcios o universo familiar do conhecido. Para além deste âmbito reconfortante abriam-se espaços arruinados, impróprios para o transcorrer da vida civilizada. Não por acaso o ocidente crepuscular era o domínio dos mortos.

---

[197] Texto traduzido com a autorização do autor e da revista. Publicação original: MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Egipto y los desiertos circundantes a la luz de los nuevos hallazgos (IV-III milenios A. De C.) In: *Boletín de la Asociación Española de Egiptología*, ISSN 1131-6780, nº. 18, 2008, págs. 187-204. Tradução: Rafael Augusto Nakayama Rufino – Programa de Pós-graduação em História, Bolsista CAPES. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil. e-mail: rafaelnakayama@hotmail.com.

A consideração negativa do deserto tem sido habitual entre os pioneiros da Egiptologia. Se a vida sedentária e urbana foi tida tradicionalmente como a essência própria da civilização, do deserto só caberia esperar ameaças, quando não modos de vida certamente pitorescos, inclusive românticos, mais próximos do âmbito da Etnografia do que da História. Não é demais insistir na opinião que o beduíno ou o *tuareg* mereciam das autoridades inglesas, francesas e otomanas, e a desconfiança com que eram consideradas as populações pastoris em seu constante perambular em busca de pastos. Deste modo, curiosamente, levaram à cristalização de tópicos muito próximos daquele elaborados a milhares de anos atrás, de tal maneira que o desinteresse pelo deserto e sua consideração como um âmbito marginal, não estimulou precisamente seu estudo científico entre os egiptólogos durante décadas. As condições extremas do deserto ocidental egípcio, uma das regiões mais inóspitas do Saara, tampouco contribuíam para animar a curiosidade científica, ainda mais quando nem sequer parecia oferecer uma arte rupestre valiosa como observada em outras regiões saarianas. O deserto viria, com efeito, a corroborar seu caráter de cenário próprio de populações e atividades primitivas, um âmbito reservado, por conseguinte, a exploradores, pré-historiadores e etnógrafos. Por outro lado, quando se tratava de estudar a História, com maiúscula, os olhares dos pesquisadores se dirigiam para o vale do Nilo e seus promissores campos de ruínas.

Entretanto, não é possível afirmar que o deserto fosse, precisamente, um terreno evitado pelos antigos egípcios. Fonte de matérias-primas muito apreciadas, ademais oferecia linhas de comunicação alternativas ao curso do Nilo. As inscrições dos grandes chefes de caravanas de Elefantina, de finais do terceiro milênio, evocam a existência de uma rota dos oásis que podia ser utilizada para chegar a Nubia, ao invés da via fluvial. Além disso, o encontro inesperado, em 1917, de um enigmático depósito de jarros em Abu Ballas, distante cem quilômetros a oeste do vale do Nilo, abria uma perspectiva excitante de pesquisa, que só seria considerada de tal forma setenta anos depois. E o que dizer da descoberta das mastabas de Balat, prova irrefutável da presença de um assentamento faraônico e de uma linhagem de governadores provinciais da VI dinastia, em todos os aspectos comparáveis aos documentados no resto do Egito durante a mesma época? Com efeito, é no final do século XX que a coincidência de fatores diversos impulsionou a reconsideração do papel desempenhado pelo deserto na civilização egípcia, sobretudo em suas origens.

Um desses fatores foi, surpreendentemente, o cinema. O grande êxito de público de *Paciente Inglês* (1996) se justifica por ter contemplado os ingredientes habituais presentes nos grandes filmes clássicos de aventuras: uma história de amor impossível, um cenário exótico, personagens embarcados em uma busca existencial apenas dissimulada pela exploração geográfica e arqueológica, e tudo isso situado no período entre guerras. Um efeito inesperado do filme foi ressuscitar o interesse por um obscuro

explorador e aventureiro húngaro, o conde Laszlo Almásy, autor de valiosas descobertas arqueológicas e membro do *Club Zerzura*, um grupo informal de apaixonados pelo deserto, concentrados na busca do lendário oásis de Zerzura, possível ponte entre o Egito e as imensidões saarianas e africanas[198]. A onda de curiosidade desencadeada por esses aventureiros, bem como o cenário dessas aventuras, o deserto Líbico (o deserto ocidental egípcio), coincidiu com a irrupção de um personagem singular que confirmaria, mais uma vez, que a aventura e a exploração não eram incompatíveis com a arqueologia. Carlo Bergmann é um excêntrico economista alemão que há vinte anos abandonou uma promissora carreira bancária para realizar seu sonho de explorar o deserto ocidental egípcio e encontrar as provas da existência de antigas rotas de caravanas entre o antigo Egito e o interior da África. Desde então, pacientemente, dedica-se a percorrer o deserto Líbico ano após ano, divulgando pontualmente os achados realizados. Por último, em 1999, os pesquisadores italianos Giancarlo Negro e Vincenzo De Michele anunciaram à comunidade científica uma descoberta surpreendente: o escaravelho que adorna o célebre peitoral de Tutankamón tinha sido talhado em um material muito especial, um cristal esverdeado que procede unicamente de um lugar da Terra, uma área do deserto Líbico situada em pleno Mar de Arena a centenas de quilômetros a oeste do vale do Nilo. Ali, há milhões de anos, o impacto de um meteorito provocou a cristalização da arena circundante, produzindo um vidro cuja beleza foi considerada digna de enobrecer as joias dos soberanos do Egito.

No entanto, para além dessas circunstâncias midiáticas, o interesse pelo deserto ocidental egípcio estimulou o projeto arqueológico ACACIA, promovido pela Universidade de Colônia. As numerosas prospecções e estudos do terreno levados a cabo desde os anos 1990 permitiram descobrir numerosos assentamentos e conhecer em detalhes as condições ambientais em que viveram os antigos povoadores do Saara oriental. Projetos similares também tornaram possível uma melhor compreensão da pré-história da região, como no caso das pesquisas feitas por Fred Wendorf. O quadro ficaria incompleto sem mencionar as escavações francesas nos oásis de Dajla, Bahariya e Jarga, que culminaram com a localização de numerosos vestígios da presença egípcia nesses lugares tão distantes do vale do Nilo, desde a localidade de Balat, já mencionada, até templos e redes de galerias subterrâneas em Jarga, e tumbas de funcionários provinciais e novos assentamentos do terceiro milênio em Bahariya. Inesperados também foram os arquivos recuperados, que incluem numerosos

[198] Com o êxito do filme foi publicada na Áustria, em 1997, uma compilação de alguns dos relatos e informes elaborados por Almásy sobre suas explorações no deserto Líbico. Esta obra foi imediatamente traduzida para o espanhol: L.E. Almásy, *Nadadores en el desierto. A la búsqueda del oásis de Zarzura*, Barcelona, 1999.

documentos demóticos em Jarga e um notável conjunto de placas de argila procedente do palácio dos governadores de Balat e de suas capelas, do final do III milênio[199].

## Os desertos nas origens do Egito Faraônico

As recentes descobertas arqueológicas permitem reconstruir gradualmente a história da presença humana no deserto ocidental egípcio, uma presença que está ajudando a compreender melhor as circunstâncias que propiciaram o nascimento da primeira entidade politica proto-faraônica em Hieracômpolis.

Em primeiro lugar, as prospecções de campo e o uso de imagens de satélite revelaram que o Saara oriental estava repleto de centenas de lagos e de cursos de água permanentemente alimentados pelas chuvas, que permitiam a existência de uma fauna e de uma flora variadas, próprias de ambientes estépicos e lacustres, e de onde as populações de caçadores e coletores obtinham sua subsistência. Por volta de 4000 a.C., por exemplo, o lago Chade tinha uma superfície de 350.000 km² (aproximadamente o tamanho da Alemanha) e se constituía como o quarto lago de água doce do planeta, muito distante dos escassos 1500 km² atuais. Também foi localizada outra grande superfície de água doce, conhecida como Paleolago Nubio e situado no extremo noroeste do atual Sudão, com um tamanho de 5300 km². O Uadi el-Hogar (também conhecido como Nilo Amarelo) constituía desde então o principal afluente da margem esquerda do Nilo, com águas permanentes ao longo de um curso de 1100 km e de uma largura que chega em alguns lugares a 10 km. Em torno dele prosperava uma fauna de hipopótamos, elefantes, antílopes, girafas e, no geral, as espécies típicas das savanas africanas, enquanto que suas águas acolhiam uma rica variedade de peixes. Tal riqueza de recursos facilitava o deslocamento dos grupos humanos do Nilo até as baixas montanhas[200] de Ennedi, no atual Chade, enquanto que os lagos e os pontos de água que irrigavam o Saara oriental permitiam a mobilidade de populações pastoris que, em muitos casos, deixaram importantes vestígios de sua existência e de suas crenças, como sucede em Nabta Playa.

A distribuição de instrumentos líticos e de certas produções cerâmicas, como os chamados Clayton Rings, atesta a presença humana em regiões remotas de onde, posteriormente, ela ficaria excluída devido à deterioração das condições de aridez do

[199] Para uma visão geral, ver: J.C. Moreno García, *Egipto en el Imperio Antiguo (2650-2150 antes de Cristo)*, Barcelona, 2004, p.237-269.
[200] No original: *estribaciones* (N.T.)

Saara e da seca de lagos e de pontos de água. No entanto, também deve ser assinalado que a diferente distribuição de certos objetos pode apontar para usos muito específicos ligados à exploração de certos recursos; é nesse sentido que podem abundar em algumas regiões e escassear inteiramente em outras, e, portanto, sua validade para estabelecer fases de aridez pode ser discutível se não se atentar para outros vestígios arqueológicos. É o caso, por exemplo, da distribuição dos Clayton Rings, dos moedores (ou pedras de moer) do tipo Gilf e dos vasos altos calciformes. Os mapas de distribuição dos mesmos são muito diferentes, embora sejam contemporâneos, o que sugere usos muito especializados cuja compreensão, infelizmente, nos escapa por completo, mas que parecem ter sido protagonizados por grupos humanos muito restritos[201]. Contudo, a partir de 5000 a.C., aproximadamente, o agravamento das condições climáticas e a crescente escassez de recursos hídricos obrigaram as populações pastoris a se dirigirem para regiões que ofereciam condições de vida mais favoráveis e ampliaram o raio de seus descolamentos[202]. Se observarmos o caso de Djara, tem-se um ciclo sazonal de deslocamentos centrado em torno dessa depressão, onde as lagoas alimentadas pelas chuvas de inverno permitiam que os povoadores aproveitassem as pastagens das imediações. Por outro lado, na primavera, que coincidia com o início do período de seca, os deslocamentos pelos arredores eram cada vez maiores, até que a chegada da estação seca, no verão, forçava seus moradores a emigrar em direção a Fayum, ao Nilo ou aos oásis. Com a gradual aridez da região, o abandono de Djara foi inevitável a partir de 5000 a.C.[203]. Desse modo, os contatos entre o vale do Nilo e a região dos oásis foram cada vez mais como Gebel Uenat e Gilf el-Kebir, onde as populações se mantiveram até –2700 a.C. aproximadamente[204], e a região norte do atual Sudão, que seguiu sendo a morada de populações de pastores e o local onde as condições de umidade eram mais favoráveis que no deserto ocidental

[201] R. KUPER, «'Looking behind the scenes'—archaeological distribution patterns and their meaning», en: O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of Cultural and Environmental Change in Arid Africa* (Africa Praehistorica, 21), Colonia, 2007, p. 24-25. Ver também: H. Riemer, R. Kuper, ««Clayton rings»: enigmatic ancient pottery from the Eastern Sahara», *Sahara* 12 (2000), 91-100; M. C. Gatto, «Two Predynastic pottery caches at Bir Sahara (Egyptian Western Desert)», *Sahara* 13 (2001-2002), 51-60.

[202] H. RIEMER, «Mapping the movement of pastro-foragers: the spread of Desert Glass and other objects
in the eastern Sahara during the Holocene 'humid phase'», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of cultural and Environmental Change*, p. 30-33.

[203] K. KINDERMANN, O. BUBENZER, «Djara—humans and their environment on the Egyptian limestone plateau around 8,000 years ago», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of Cultural and Environmental Change*, p. 26-29.

[204] J. LINDSTÄDTER, «Rocky islands within oceans of sand—archaeology of the Jebel Ouenat/Gilf Kebir region, eastern Sahara», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of Cultural and Environmental Change*, p. 34-37.

egípcio[205]. No entanto, por volta de 2000 a.C. o Paleolago Nubio, o maior dos lagos da região, já se encontrava completamente seco, enquanto que o deserto ocidental egípcio era percorrido tão somente por grupos nômades muito especializados que deixaram testemunhos de sua passagem em forma de cerâmicas de tradição local do tipo Sheij Muftah, no oásis de Dajla, e dos anéis Clayton[206].

Diante desse cenário é possível compreender melhor o papel desempenhado por localidades como Hieracômpolis no nascimento de entidades políticas que dariam lugar, com o passar do tempo, ao nascimento do estado faraônico. Os achados arqueológicos das últimas décadas permitiram postular a existência no Alto Egito, no último terço do IV milênio, de vários proto-estados pré-dinásticos localizados ao redor de Hieracômpolis, Abidos e Nagada. Finalmente, os reis de Abidos haviam conseguido impor sua supremacia e, depois da conquista e da integração do resto do Alto Egito e do Delta, haviam se convertido nos primeiros soberanos de um Egito unificado e, ademais, estendido seu controle sobre as regiões vizinhas. Sabemos, com efeito, que realizaram expedições militares contra Nubia e que estabeleceram "colônias" comerciais na Palestina meridional mesmo antes e imediatamente depois do estabelecimento de uma monarquia única no país. Não obstante, as escavações mais recentes efetuadas em Hieracômpolis estão modificando rapidamente essa imagem. Assim, sabe-se que nessa localidade já existia algum tipo de autoridade política na primeira metade do IV milênio, isto é, vários séculos antes do que era conhecido até agora, e que essa autoridade expressava seu poder de uma maneira bastante elaborada, como demonstra a descoberta de fragmentos de uma estátua sentada de tamanho natural[207], de tumbas de dimensões consideráveis e de centros ritualísticos[208]. Tanto a estátua como os edifícios e as tumbas encontradas nesses últimos anos precedem em

---

[205] F. JESSE et alii, «Cattle herding in the southern Libyan Desert», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of Cultural and Environmental Change*, p. 46-49.

[206] H. RIEMER, «When hunters started herding: Pastro-foragers and the complexity of Holocene economic change in the Western Desert of Egypt», en M. Bollig, O. Bubenzer, R. Vogelsang, H.-P. Wotzka (ed.), *Aridity, Change and Conflict in Africa* (Colloquium Africanum, 2) Colonia, 2007, p. 105-144; H. Riemer, K. Kinder mann, «Contacts between the oasis and the Nile: a résumé of the Abu Muhariq Plateau Survey 1995-2002», en B. Midant-Reynes, Y. Tristant (ed.), *Egypt at Its Origins 2* (OLA, 172), Lovaina, 2008, p. 609-633.

[207] N. HARRINGTON, «Human representations in the Predynastic Period: the locality HK6 statue in contexto », en S. Hendrickx, R. F. Friedman, K. M. Cia owicz, M. Ch odnicki (ed.), *Egypt at its Origins. Studies in Memory of Barbara Adams* (OLA, 138), Lovaina, 2004, p. 25-44; H. F. Jaeschke, «The HK6 statue fragments», en Idem, *ibid.*, p. 45-66. Sobre los vestigios de otra estatua de tamaño natural procedente de la misma localidad, cf. J. E. Quibell y F. W. Green, *Hierakonpolis. Part II*, Londres, 1902, p. 15, pl. 57.

[208] R. F. FRIEDMAN, «Excavating Egypt's early kings: recent discoveries in the elite cemetery at Hierakonpolis », en B. Midant-Reynes, Y. Tristant (ed.), *Egypt at its Origins 2* (OLA, 172 ), Lovaina, 2008, p. 1157-1194; Idem, «The cemeteries of Hierakonpolis», en B. Midant-Reynes (ed.), *La naissance de l'architecture funéraire* (Archéo-Nil, 18), Paris, 2008, p. 8-29.

vários séculos as primeiras inumações de reis pré-dinásticos de Abidos, o que obriga a reconsiderar a natureza das relações entre Hieracômpolis (o primeiro centro da realeza no Egito?) e Abidos (sede dos primeiros faraós conhecidos). A importância de Hieracômpolis como um venerável centro ritual e simbólico para a realeza foi reconhecido por faraós posteriores, quer pela construção de imponentes monumentos em suas imediações (basta pensar no "forte" de Jasejemuy), ou pela colocação de estátuas com a sua imagem no santuário local, como a célebre estátua de cobre de Pepi II, do final do Império Antigo. Quanto ao papel desempenhado por Nagada a questão é mais ambígua. Numerosas marcas de selos datadas por volta da fase Nagada IIb-c foram descobertas um uma área precisa da Cidade Sul, o que pode ter sido talvez um setor dedicado a atividades institucionais ou "*comunais*"[209], haja vista que muitos dos artefatos de argila de natureza administrativa recuperados nele foram utilizados para o controle interno de locais de armazenagem. Entretanto, ainda que os vestígios funerários desse período apontem para um aumento da estratificação social, Nagada seguiu sendo uma localidade de dimensões reduzidas[210].

O resultado dessa acumulação de novos achados é uma inevitável reinterpretação não só das origens do estado faraônico, mas também do papel desempenhado por Hieracômpolis. O fato de essa localidade ter conhecido formas avançadas de autoridade política e de produções simbólicas relacionadas a isso, e de maneira tão precoce, indica não tanto uma coexistência de vários poderes regionais no Alto Egito (Hieracômpolis, Abidos e Nagada), mas uma sucessão entre os dois primeiros. Além disso, o prematuro surgimento dessa autoridade proporciona uma espécie de "profundidade histórica", que permitirá compreender melhor as origens da realeza egípcia, como cristalização de uma tradição plurissecular bem assentada antes mesmo de se produzir a efetiva unificação territorial do Egito sob um único soberano. É por esse motivo que não me parece descabido supor que após o desenvolvimento inicial de um poder político em Hieracômpolis, ao meno desde 3700 a.C., Abidos acabou se convertendo séculos depois em uma espécie de "Mênfis do sul", ou seja, na nova capital e centro de poder estabelecido (hipoteticamente) pelas autoridades e reis hieracompolitanos em uma região que oferecia melhores condições econômicas e estratégicas para seus interesses, em uma bacia fluvial mais extensa e com maior potencial agropecuário do que a área de Hieracômpolis, e melhor situada para exercer um controle efetivo tanto sobre as redes de intercâmbio com o Levante como sobre as

[209] No original: *comunales.* (grifo no original). N.T.

[210] R. DI MARIA, «Naqada (Petrie's South Town): The sealing evidence», en H. Hanna (ed.), *The International Conference on Heritage of Naqada and Qus Region*, Naqada, 2007, p. 65-78; R. Fattovich, «Exploration at South Town by the Naples Oriental Institute (1977-1986)», en Idem, *ibid.*, p. 46-56.

áreas mais setentrionais do Vale do Nilo, progressivamente incorporadas ao reino pré-dinásticos do Alto Egito. Inclusive me atreveria a afirma que essa mudança de capital obedece igualmente a fatores produtivos, significando a passagem definitiva de uma economia onde o pastoreio e o controle das rotas do deserto possuíam um papel importante para outra economia onde a agricultura e o tráfico fluvial adquirem uma relevância inquestionável, sobretudo diante do agravamento das condições climáticas do Saara oriental, em pleno IV milênio. Tal mudança de capitalidade se produzirá novamente em outro momento, quando a incorporação do Delta ao reino do Alto Egito e o surgimento de um reino unificado foram sucedidas pelo deslocamento da capital para Mênfis, a partir de onde seria possível exercer um controle mais efetivo dos abundantes recursos do Delta e do tráfico com o Levante. Enfim, as recentes descobertas em Hieracômpolis revelam a existência de algum tipo de realeza arcaica e de governo nessa localidade por volta de 3700 a.C., muito antes do surgimento dos primeiros reis pré-dinásticos de Abidos, de tal modo que o modelo de conquista e de organização territorial do reino pode ter surgido não aqui mas no extremo meridional do país, em torno de Hieracômpolis, na região que seria conhecida mais tarde justamente como *Hn-Nhn* (escrito em egípcio, com traço embaixo do H e concha embaixo do h) "o interior de Hieracômpolis".

Esse papel de Hieracômpolis pode ser mais bem compreendido se voltarmos a atenção para os desertos circundantes e para as descobertas produzidas neles nos últimos anos. Por um lado, encontraram-se os *serejs* de governantes pré-dinásticos nos desertos que rodeiam a localidade, como, por exemplo, em Uadi Mineh, Uadi Qash e Uadi Um Balad, no deserto oriental, assim como em Gebel Tjauti e a oeste de Armant, no deserto ocidental, e inclusive em regiões muito mais distantes, como em Gebel Seij Suleiman, na Núbia, e no oásis de Jarga[211]. Esses achados confirmam a existência de entidades políticas pré-dinásticas poderosas o suficiente para estender sua influência muito mais além das regiões costeiras do vale do Nilo que controlavam, e em direção tanto ao Mar Vermelho quanto ao oásis do deserto ocidental e à Núbia, sem esquecer a Palestina. A descoberta recente na tumba de um chefe de Abidos, datada da fase Nagada II, de cerâmica elaborada no oásis de Dajla e, por outro lado, de cerâmica da cultura de Nagada nesse mesmo oásis corroboram a existência de tais contatos[212]. Nesse contexto, faz sentido a consideração de Hieracômpolis como um importante ponto de intersecção

[211] 12 S. IKRAM, C. ROSSI, «An Early Dynastic *serekh* from the Kharga Oasis» *JEA* 90 (2004), 211-214.

[212] U. HARTUNG, R. HARTMANN, «Zwei vermutlich aus der Westwüste stammende Gefässe im prädynastischen Friedhof U in Abydos» *MDAIK* 61 (2005), 211-218, pl. 36; C. A. Hope *et alii*, «Report on the excavations at Ismant el-Kharab and Mut el-Kharab in 2006», *BACE* 17 (2006), 23-67, pl. 1-12, fig. 1-16.

por onde confluíam rotas terrestres e fluviais, que conectavam as rotas no sentido Leste-Oeste dos desertos com o eixo fluvial Norte-Sul pelo Nilo e que conduziam tanto à Palestina como à Núbia. A título anedótico cabe mencionar a descoberta dos restos de um elefante jovem, o que corrobora, de maneira certamente inesperada, a importância dos contatos com o Sudão[213].

Sendo assim, a despeito do agravamento das condições climáticas do Saara, o deserto continuou a ser percorrido por populações especializadas no pastoreio como forma de subsistência. E a arqueologia revela que grupos humanos procedentes da Núbia tiveram um papel ativo deslocando-se com seus rebanhos não só pelas margens do Nilo mas também pelas vastas extensões a oeste do rio durante o IV e III milênio[214]. Não se pode esquecer que, embora o deserto ocidental egípcio tenha conhecido uma notável diminuição das chuvas, o norte do Sudão foi mais favorecido a esse respeito, com maiores níveis de humidade[215], o que permitia o deslocamento de pastores por essa região que, ademais, podiam chegar até a região de Hieracômpolis a partir do deserto, como pode ser constatado pelos enterramentos de gado, bem pelos vestígios materiais encontrados nesse local. De fato, esse lugar continuou sendo em época histórica um importante centro ritual e de inumação para as populações núbias[216]. É por isso que, como enfatizou M. C. Gatto recentemente, o alto Egito e a Núbia setentrional e suas respectivas entidades culturais não devem ser consideradas antitéticas durante o período Pré-dinástico, uma vez que ainda compartilhavam numerosas tradições, se bem que com fortes variantes regionais, em especial no fim do IV milênio[217].

---

[213] R. F. FRIEDMAN, «Hiérakonpolis 2003: exhumer un éléphant», *BSFE* 157 (2003), 8-22.

[214] M. LANGE, «Nubier in der Wüste-Fundplätze des 5. Und 4. Jahrtausends vor Chr. in der Laqiya-Region (NW-Sudan)», *Archäologische Informationen* 27/1 (2004), 169-177; Idem, «Wadi Shaw 82/52: a peridynastic settlement site in the Western Desert and its relations to the Nile Valley», en T. Kendall (ed.), *Nubian Studies 1998. Proceedings of the Ninth International Conference of Nubian Studies*, Boston, 2004, p. 315-324.

[215] R. KUPER, «'Looking behind the scenes' - archaeological distribution patterns and their meaning», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of Cultural and Environmental Change*, p. 24-25.

[216] R. FRIEDMAN, «Pebbles, pots and petroglyphs: Excavations at HK64», en R. Friedman, B. Adams (ed.), *The Followers of Horus. Studies Dedicated to Michael Allen Hoffman*, Oxford, 1992, p. 99-106; Idem, «Pots, pebbles and petroglyphs, part II: 1996 excavations at Hierakonpolis Locality HK64», en A. Leahy, J. Tait (ed.), *Studies in Ancient Egypt in Honour of H. S. Smith*, Londres, 2000, p. 101-108; Idem, «Nubians at Hierakonpolis: excavations in the Nubian cemeteries», *Sudan & Nubia* 6 (2001), 20-24; S. Giuliani, «Nubian evidence in Hierakonpolis», en I. Caneva, A. Roccati (ed.), *Acta Nubica. Proceedings of the Tenth International Conference of Nubian Studies*, Roma, 2006, p. 223-227.

[217] M. C. GATTO, «Contacts between the Nubian 'A-Groups' and Predynastic Egypt», en L. Krzyzaniak,
K. Kroeper, M. Kobusiewicz (ed.), *Interregional Contacts in the Later Prehistory of Northeastern Africa*, edited by, Poznan, 1996, p. 331-334; Idem, «The most ancient evidence of the 'A-Groups'

É a partir dessas considerações que convém interpretar os emblemas onde um símbolo idêntico ao hieróglifo da água aparece inscrito em um signo quadrangular. Descoberto em primeiro lugar em uma colina batizada "*A montanha de água de Redyedef*", localizada a cerca de 100 km a sudoeste do oásis de Dajla, também fora encontrado recentemente em Gala el-Sheikh, no Uadi el-Howar, a 700 km ao sul de Dajla. Por isso, calcula-se que esses emblemas não representam hieróglifos egípcios, como se pensou em um primeiro momento, mas algum tipo de marca utilizada pelas populações nativas que percorriam esses vastos espaços desérticos[218]. Sem dúvida, as condições ambientais existentes no III milênio nessa região eram suficientemente favoráveis para permitir a presença de pastores, assim como a circulação de pessoas e objetos a cavalo entre o Egito e o Sudão[219]. É ainda mais surpreendente a descoberta de arte rupestre única na região de Gebel Uenat, datada em torno de 4000 a.C., com cenas de um possível conteúdo ritual protagonizadas por um ser[220] fantástico rodeado de nadadores. Ainda que seja discutível que tais cenas correspondam realmente a crenças proto-egipcias, a ausência de paralelos conhecidos aponta para que Gebel Uenat tenha sido um centro ritual único onde se cristalizaram crenças especiais, talvez por ser frequentado por populações de origem diversa provindas de lugares muito distantes entre si[221]. Por último, não se pode esquecer que a Núbia setentrional foi um ativo núcleo cultural e político no final do IV milênio, que mantinha estreitos laços com o Egito. Esses vínculos são particularmente evidentes na necrópole de Qustul, onde foram enterrados alguns poderosos chefes núbios. Suas tumbas mostram uma extraordinária riqueza que incluem objetos de grande qualidade fabricados no Egito. É muito provável que esses governantes tenham controlado a Baixa Núbia e que essa região tenha constituído uma entidade política antes do início da I dinastia egípcia, poderosa o suficiente para que os faraós das dinastias 0 a III empreendessem numerosas campanhas contra ela, como aquelas celebradas nas cenas de Gebel Sheikh Suleiman e as empreendidas por Jasejemuy, e que conduziriam finalmente ao abandono da necrópole de Qustul e a extinção do proto-estado núbio.

Em definitivo, com o agravamento das condições climáticas no Saara Oriental, sobretudo no deserto ocidental egípcio (no norte do Sudão a situação era mais

---

Culture in Lower Nubia», em L. Krzyzaniak, K. Kroeper, M. Kobusiewicz (ed.), *Recent Research into the Stone Age of Northeastern Africa*, Poznan, 2000, p. 105-117.

[218] S. KRÖPELIN, R. KUPER, «More corridors to Africa», en B. Gratien (ed.), *Mélanges offerts à Francis Geus* (CRIPEL, 26), Villeneuve d'Ascq, 2007, p. 219-229.

[219] F. JESSE, et alii, «Cattle herding in the southern Libyan Desert», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius
(ed.), *Atlas of Cultural and Environmental Change*, p. 46-49.

[220] No original: *bestia.* (N.T.)

[221] J.-L. LE QUELLEC, «Une nouvelle approche des rapports Nil-Sahara d'après l'art rupestre», *Archéo-Nil* 15 (2005), 67-74.

favorável), produziu-se uma contração das atividades e dos assentamentos humanos e, por conseguinte, o progressivo abandono de muitas rotas terrestres, então impraticáveis por falta de pontos de água. O Nilo se converteu, com efeito, na principal via (de modo algum a única) de contatos e intercâmbios e, com isso, o declínio de Hieracômpolis e a ascensão de Abidos como novo poder politico emergente no Alto Egito podem ser interpretados, simplesmente, como resultado do deslocamento do centro de gravidade política a uma localidade melhor localizada bem próxima do controle desse eixo de comunicações cada vez mais importante. Além disso, permitia um acesso mais fácil às amplas bacias fluviais, ao seu rico potencial agrícola do Médio Egito e às rotas comerciais da Palestina, onde foram estabelecidos numerosos centros comerciais e feitorias antes do início da I Dinastia[222]. Dada a importância de Hieracômpolis como centro cerimonial durante o período Arcaico talvez não seja descabido pensar que seus governantes meramente mudaram de residência estabelecendo-se em Abidos durante as últimas fases do Pré-dinástico. De fato, as iniciativas políticas dos últimos governantes pré-dinásticos do Alto Egito parecem ter almejado a eliminação de qualquer possível rival no Nilo: a conquista do Delta e a destruição de seus possíveis núcleos políticos, assim como as campanhas contra a Núbia e que acabaram com a destruição do proto-estado núbio em Qustul, culminaram com o surgimento do Egito faraônico, um amplo território unificado em uma entidade política própria que controlava o trecho final do Nilo e o acesso do nordeste da África ao Mediterrâneo. Uma vez concluída a unificação a capital foi deslocada novamente para o norte, nos arredores de Menfis, o que favoreceu o controle dos amplos espaços do Baixo Egito, que compreendiam mais de 50% das terras cultiváveis do país. Nesse sentido, a construção de uma fortaleza em Elefantina representa a culminação da atitude agressiva do Egito frente seus vizinhos meridionais. No entanto, o fato de contar com evidências de núbios assentados tanto em Elefantina como em outras localidades situadas ao sul de Armant durante o período Arcaico, indica que, tal como sugere Gatto, a área em torno de Elefantina não constituía uma fronteira impermeável entre duas culturas diferentes, mas uma região de contatos e de circulação de populações, produtos e influências. Quase é permitido afirmar que a situação não podia ser de outra maneira tendo em conta a importância estratégica dessa localidade para os faraós. As escavações arqueológicas têm demonstrado a existência de um importante centro administrativo de onde procedem centenas de marcas de selos. Muitas delas são datadas da III dinastia, o que permite vislumbrar o papel de Elefantina como base logística das expedições enviadas ao território africano, um papel que se manteve durante todo o III milênio. Os selos mostram que os oficiais e

[222] E. C. VAN DEN BRINK, T. E. LEVY (ed.), *Egypt and the Levant. Interrelations from the 4th through the Early 3rd Millennium BCE*, Leicester, 2002.

funcionários de Elefantina eram abastecidos pela distante Abidos, e que em torno dessa localidade se proliferava uma população heterogênea formada por mercadores, intérpretes, funcionários, militares, núbios, etc[223]. Ou seja, as próprias necessidades logísticas e administrativas da cidade favoreceram a ascensão de atividades cuja colaboração com os núbios era indispensável. Cabe lembrar que um pouco mais ao norte, em Gebelein, os arquivos da IV dinastia mencionam habitantes do deserto e caçadores entre os seus moradores[224], enquanto que Hieracômpolis, como foi assinalado, continuou sendo um importante centro ritual para núbios deslocados até ali.

## Os governadores do oásis: Balat no Império Antigo

O oásis de Dajla é o caso mais evidente que demonstra a importância do deserto para o Egito do III milênio. As escavações levadas a cabo há décadas pelo IFAO trouxeram à luz, em primeiro lugar, um conjunto de mastabas e de inscrições que revelaram a existência, durante a IV dinastia, de uma sociedade provincial comparável pela sua cultura e monumentos à documentada em tantos centros do Alto Egito na mesma época[225]. Apesar das distâncias, os contatos com as cortes não eram escassos e os

[223] J. P. PÄTZNICK, *Die Siegelabrollungen und Rollsiegel der Stadt Elephantine im 3. Jahrtausend v. Chr.* (BAR S1339), Oxford, 2005. Sobre la presencia nubia, cf. D. Raue, «Who was who in Elephantine of the third millennium BC?», *British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan 9* (2008), 1-14; Idem, «Nubians on Elephantine island», *Sudan & Nubia* 6 (2002), 20-24; Idem, «Éléphantine: cinq campagnes de fouilles dans la ville du IIIe millénaire avant J.-C.», BSFE 163 (2005), 8-26. Sobre el contexto histórico de Elefantina en el Imperio Antiguo, vid. S. J. Seidlmayer, «Town and state in the early Old Kingdom: A view from Elephantine», en J. Spencer (ed.), *Aspects of Early Egypt*, Londres, 2006, p. 108-127.

[224] P. POSENER-KRIEGER, *I Papiri di Gebelein —Scavi G. Farina 1935—*, Turín, 2004.

[225] J. OSING et alii, *Denkmäler der Oase Dachla aus dem Nachlass von Ahmed Fakhry*, Maguncia, 1982; A. Fakhry, *The Oases of Egypt*, 3 vols., El Cairo, 1973; L. Giddy, *Egyptian Oases. Bahariya, Dakhla, Farafra and Kharga during Pharaonic Times*, Warminster, 1987; H. S. Smith, L. Giddy, «Nubia and Dakhla oasis in the late third millennium B. C.: the present balance of textual and archaeological evidence», en F. Geus, F. Thill (comp.), *Mélanges offerts à Jean Vercoutter*, París, 1985, pp. 317-330; M. Valloggia, *Balat, 1. Le mastaba de Medou-Nefer*, El Cairo, 1986; Idem, *Balat, 4. Le monument funéraire d'Ima-Pepy/Ima-Meryrê*, El Cairo, 1998; A. Minault-Gout, P. Deleuze, *Balat, 2. Le mastaba d'Ima-Pépi. Tombeau d'un gouverneur de l'oasis à la fin de l'Ancien Empire*, El Cairo, 1992; G. Castel, L. Pantalacci, N. Cherpion, *Balat, 5. Le mastaba de Khentika. Tombeau d'un gouverneur de l'oasis à la fin de l'Ancien Empire*, El Cairo, 2001; G. Soukiassian, M. Wuttmann, L. Pantalacci, *Balat, 6. Le palais des gouverneurs de l'époque de Pépy II. Les sanctuaires de ka et leurs dépendances*, El Cairo, 2002; G. Castel et alii, *Balat 7. Les cimetières est et ouest du mastaba de Khentika, oasis de Dakhla*, El Cairo, 2005; A. J. Mills, «Pharaonic Egyptians in the Dakhleh oásis », en C. S. Churcher, A. J. Mills (ed.), *The Dakhleh Oasis Project. Reports from the Survey of Dakhleh Oasis, Western Desert of Egypt, 1977-1987* (Dakhleh Oasis Project Monograph, 2), Oxford, 1999, p. 171-178;

governadores locais tiveram a mesma atenção por parte dos faraós que seus parceiros instalados no Vale do Nilo. Objetos preciosos feitos em pedras duras e dados pelos reis como obséquio aos governadores provinciais também chegaram a Dajla, enquanto (p.198) que os governadores deixaram em suas autobiografias um testemunho dos favores recebidos por seus soberanos[226].

O centro administrativo do oásis ficava no entorno da localidade de Balat. E as mastabas não são o único testemunho de sua presença. As escavações francesas trouxeram à luz um conjunto de capelas funerárias próximas ao palácio dos governadores, onde eram celebrados rituais em honra dos dirigentes locais. As capelas foram destruídas por um incêndio e somente foi restaurada a de Medunefer, que serviu durante séculos ainda como centro de culto em honra desse prestigioso antepassado da dinastia de autoridades do oásis[227]. A descoberta, em meados da década de 1980, de um decreto real que autorizava a criação de capelas de culto em honra dos governadores locais contêm os nomes de vários deles, o que confirma uma informação já conhecida graças aos vestígios epigráficos presentes em seus monumentos funerários[228]. A autorização para construir capelas de culto em honra de um alto dignitário e de seus antepassados está bem documentada em outros centros provinciais durante o Império Antigo, como acontece, por exemplo, com Shemai de Coptos. Também é frequente que a tumba e o centro de culto de um alto dignitário provincial se transformem no decorrer do tempo em um importante polo ritual que enaltece e legitima a autoridade possuída por seus descendentes (reais ou fictícios) durante séculos, como é caso da tumba de Isi de Edfú e do santuário de Heqaib de Elefantina. Balat era, portanto, um centro provincial, sede de governadores e perfeitamente integrado na estrutura administrativa do reino a despeito da distância que o separava do Vale do Nilo.

---

G. Castel, «Mastaba de Khentika: gouvereneur de l'oasis à la fin de l'Ancien Empire», en Z. Hawass (ed.), *Egyptology at the Dawn of the Twenty-Frist Century. Vol. 1: Archaeology*, El Cairo/Nueva York, 2003, p. 103-111. Ultimamente se ha descubierto un nuevo centro administrativo en el oasis de Dajla: A. J. Mills, «Another Old Kingdom site in the Dakhleh oásis », en R. Friedman (ed.), *Egypt and Nubia. Gifts of the Desert*, Londres, 2002, p. 74-78.

[226] L. PANTALACCI, «De Memphis à Balat: les liens entre la Résidence et les gouverneurs de l'oasis à la VIe dynastie», en C. Berger-Naggar, B. Mathieu (ed.), *Études sur l'Ancien Empire et la nécropole de Saqqâra dédiées à Jean-Philippe Lauer*, vol. 2 (Orientalia Monspeliensia, 9), Montpellier, 1997, p. 341-349.

[227] G. SOUKIASSIAN, M. WUTTMANN, L. PANTALACCI, *Balat, 6. Le palais des gouverneurs de l'époque de Pépy II. Les sanctuaires de ka et leurs dépendances*, El Cairo, 2002; N. Cherpion, «La statue du sanctuaire de Medounefer », *BIFAO* 99 (1999), 89-101; M. Ziermann, Ch. Eder, «Zu des städtischen privaten ka-Hausanlagen des späten Alten Reiches in cAyn Asil», *MDAIK* 57 (2001), 309-356.

[228] L. PANTALACCI, «Un décret de Pépi II en faveur des gouverneurs de l'oasis de Dakhla», *BIFAO* 85 (1985), 245-254; H. Goedicke, «The Pepi II decree from Dakhleh», *BIFAO* 89 (1989), 203-212.

Por uma extraordinária casualidade as provas das atividades administrativas desempenhadas por esses governadores e pelos funcionários responsáveis foram preservadas em aproximadamente cento e setenta placas de argila e fragmentos encontrados tanto no palácio dos governadores como nas capelas funerárias consagradas aos mesmos, e anexas a esse edifício. A distância do vale e a consequente escassez de papiro levaram ao uso de placas de argila como suporte para a redação de rascunhos de cartas, listagens de funcionários, registros da movimentação de artesanatos e da organização dos trabalhadores e das áreas agrícolas, documentos de natureza diversa e, inclusive, de natureza privada, como é o caso de alguns testamentos[229]. A importância desse corpus documental é extraordinária dada a escassez de arquivos provinciais do III milênio conservados no Egito[230]. A imagem que nos transmite esses textos é a de uma sociedade organizada e delimitada por dignitários diversos, em contato estreito com a capital do reino, sugerindo, inclusive, contatos com chefes e lugares possivelmente exteriores ao oásis[231]. Por fim, o recinto administrativo dos governadores também tem proporcionado abundantes marcas de selos que completam a informação transmitida pelas placas de argila e permitem uma melhor compreensão das práticas administrativas vigoradas no oásis[232].

Apesar da importância de Balat, não foi essa a única localidade egípcia do oásis de Dajla no Império Antigo. Recentes escavações arqueológicas informam sobre a existência de outra localidade que parece ter desempenhado a função de centro de

[229] A. PHILIP-STÉPHAN, «Deux actes de disposition inédits découverts dans l'oasis égyptienne de Dakhla», RHD (2005), 273-281=Idem, *Dire le droit en Égypte pharaonique*, Bruselas, 2008, p. 261 [56].

[230] L. PANTALACCI, «Nouvelles récentes des archives anciennes trouvées dans la ville d'Éléphantine», en Ch.Gallois, P. Grandet, L. Pantalacci (ed.), *Mélangs offerts à François Neveu* (BdE, 145), El Cairo, 2008, p. 239-244.

[231] Acerca de las tablillas de arcilla de Balat, aún en proceso de edición, cf. P. Posener-Krieger, «Les tabletes en terre crue de Balat», en E. Lalou (ed.), *Les tablettes à écrire de l'Antiquité à l'époque moderne*, Turnhout, 1992, p. 41-49; L. Pantalacci, «Les habitants de Balat à la VIème dynastie: esquisse d'histoire sociale», en Ch. J. Eyre (ed.), *Proceedings of the 7th International Congress of Egyptologists*, Lovaina, 1998, p. 829-837; Idem, «La documentation épistolaire du palais des gouverneurs à Balat-'Ayn-Asil», BIFAO 98 (1998), 303-315; G. Soukiassian, M. Wuttmann, L. Pantalacci, *Balat, 6. Le palais des gouverneurs de l'époque de Pépy II*, passim; Idem, «Noveautés graphiques et lexicales dans le corpus des textes de Balat», en S. J. Seidlmayer (ed.), *Texte und Denkmäler des ägyptischen Alten Reiches* (Thesaurus Linguae Ægyptiae, 3), Berlín, 2005, p. 275-285; Idem, «Agriculture, élevage et société rurale dans les oasis d'après les archives de Balat (fin de l'Ancien Empire)», em J. C. Moreno García (ed.), *L'agriculture institutionnelle en Égypte ancienne: État de la question et perspectives interdisciplinaires* (CRIPEL, 25), Villeneuve d'Ascq, 2006, p. 79-91; Idem, «Archivage et scribes dans l'oasis de Dakhla (Égypte) à la fin du IIIe millénaire», en L. Pantalacci (ed.), *La lettre d'archive. Communication administrative et personnelle dans l'Antiquité proche-orientale et égyptienne* (Topoi—Supplément, 9), Lyon, 2008, p. 141-153.

[232] L. PANTALACCI, «L'administration royale et l'administration locale au gouvernorat de Balat d'après les empreintes de sceaux», *CRIPEL* 22 (2001), 153-160; Idem, «Fonctionnaires et analphabètes: sur quelques pratiques administratives observées à Balat», *BIFAO* 96 (1996), 359-367.

transformação, talvez a serviço da administração conduzida pelos governadores. Por fim, as autoridades de Dajla espalharam pontos de observação em diversas colinas situadas ao sul do oásis. Em cada uma estão conservados os restos de duas ou três cabanas de pedra de dimensões reduzidas, e onde permaneciam temporariamente pequenas patrulhas. A cerâmica encontrada procede do vale do Nilo e não foi produzida localmente, enquanto que as marcas de selos conservadas, bem como um petroglifo com a representação de um soldado, indicam que esses pontos de observação estavam integrados na administração local. Em outra colina, situada dessa vez a nordeste do oásis, foram localizados os vestígios de outro posto de observação de características similares, que vigiava a rota de passagem em direção ao oásis de Jarga e, a partir daí, o Vale do Nilo[233].

As escavações arqueológicas permitiram completar um quadro enriquecido a cada ano com novas descobertas e que sugerem que lugares similares podem muito bem ter existido em outros oásis. Em 2008, por exemplo, uma equipe tcheca anunciou a descoberta de restos de construções do Império Antigo no oásis de Bahariya, enquanto que a publicação de diversos grafites do oásis de Jarga mostra em alguns casos evidências inquestionáveis de sua datação nesse mesmo período[234]. Com isso, ganha vida um ativo mundo provincial pouco conhecido até o momento e que, apesar de levar uma vida distante do Vale do Nilo, apresenta traços culturais e administrativos similares aos de qualquer outro centro do Alto Egito na mesma época. Resta explicar, no entanto, quais motivos os faraós tiveram para promover a ocupação desses lugares remotos. E novas descobertas começam a contribuir para uma resposta fascinante.

## A rota de Abu Ballas

As inscrições do Império Antigo encontradas nas imediações de Elefantina, sobretudo na necrópole de Qubbet el-Hawa, contém alguns dos relatos autobiográficos mais extensos e informativos da VI dinastia. Neles, chefes de caravanas como Sabni e Herjuf, entre outros, contam com detalhes as vicissitudes do seu trabalho à frente das expedições que os faraós enviavam ao território núbio. Herjuf, por exemplo, narra como as caravanas podiam alcançar o território núbio e as regiões do interior da África seguindo as vias fluviais, navegando pelo curso do Nilo, ou utilizando a "rota dos

[233] O. E. KAPER, H. WILLEMS, «Policing the desert: Old Kingdom activity around the Dakhleh oasis», em R. Friedman (ed.), *Egypt and Nubi*, p. 79-94.
[234] C. ROSSI, S. IKRAM, «Petroglyphs and inscriptions along the Darb Ayn Amur, Kharga Oasis», *ZÄS* 129 (2002), 142-151.

oásis". Uma vez que Balat, seus governadores e sua organização administrativa datam também do final do terceiro milênio parecia evidente que Balat, assim como Elefantina, eram importantes centros logísticos que desempenhavam, entre outras coisas, a função de abastecer as caravanas egípcias que se dirigiam para o interior da África. De fato, a inscrição de Herjuf sugeria que o uso de uma ou outra rota dependia sobremaneira da situação política na Núbia e da disposição dos chefes locais diante dos enviados chegados do Egito. Nesse sentido, não é estranho que algumas inscrições autobiográficas de Qubbet el-Hawa mencionam a morte, até mesmo violenta, de alguns desses enviados, o que indica que quando a situação era particularmente insegura o uso de rotas alternativas, embora mais difíceis, era uma opção desejável. E a "rota dos oásis" devia servir a esse fim.

Contudo, a descoberta em 1917 de um depósito de trezentos jarros (*jarras*) na remota localidade de Abu Ballas, a cerca de 200 km ao sudoeste de Balat, abria a possibilidade da existência de outras rotas utilizadas em uma data imprecisa e que podiam ter se destinado não tanto à Núbia, mas à Líbia e o Chade. A datação da cerâmica revelou nos últimos anos que muitos dos recipientes encontrados não foram elaborados em datas mais recentes como se pensava, e que por isso não haviam sido depositadas por bandidos e por beduínos para facilitar seus deslocamentos entre o oásis de Kufra, as montanhas do Tibesti e os oásis egípcios. Muitos desses recipientes se referiam na realidade ao Império Antigo e outros ao Império Novo, o que demonstrava de maneira evidente duas coisas: por um lado, que as expedições egípcias penetravam muito mais além do que as áreas tradicionalmente conhecidas e, por outro, que o deserto ocidental apresentava algumas condições que, em pleno III milênio, ainda permitia a passagem de caravanas em uma época em que o dromedário era desconhecido na região e quando todos os deslocamentos deviam ser feitos em lombos de asnos.

Estimulado por esse mistério que ainda rondava na década de 1980 esse distante e, até então, único depósito de jarros conhecido, Carlo Bergmann, citado no início do artigo, empreendeu uma série de expedições a camelo por lugares remotos situados entre o oásis de Dajla e o maciço de Gil fel-Kebir, convencido da existência de uma antiga rota de caravanas utilizada na época dos faraós. A confirmação na década de 1990 da antiguidade dos recipientes descobertos em Abu Ballas viria justificar um esforço que se viu reforçado com a descoberta de uma inscrição a cerca de 50 km ao sudoeste de Balat, na chamada "*Roca de Mery*", em honra do protagonista da mesma. Nela, um funcionário do Império Médio, Mery, afirma ter saído em busca dos habitantes do deserto no ano 23 de um rei não mencionado. Desde então, Bergmann descobriu numerosos depósitos de jarros, distribuídos em intervalos regulares de 30 km e que

marcam claramente um itinerário que, partindo de Balat, dirigia-se até as pequenas montanhas do maciço de Gilf el-Kebir, a cerca de 400 km ao sudoeste, muito próximo do limite entre as modernas repúblicas do Egito, Líbia e Sudão[235]. Mais surpreendente ainda foi a descoberta posterior de um enclave, "*La Montaña del Agua de Redyedef*", em uma colina utilizada como etapa desse itinerário e situada a 100 km ao sudoeste de Balat. Além de alguns restos dos recintos usados como curral para os asnos das caravanas, foram descobertas marcas de selos e, sobretudo, várias inscrições da IV dinastia que evocam a passagem das expedições enviadas ao deserto pelos faraós Quéops e Redyedef em busca de pigmentos[236]. Por fim, foi anunciada, em 2008, a descoberta de uma nova inscrição hieroglífica, do início do II milênio, em Gebel Uenat, que faz menção ao nome do faraó Mentuhotep junto aos países de Yam e Tejebet (desconhecido até o momento) e a expressão "trazer inceso" (*traer incenso*)[237]. Em relação ao uso de pigmentos, a imprensa egípcia anunciou a descoberta em Giza, em 2005, de 26 marcas de selos datadas do reinado de Queóps e que mencionam soldados enviados ao deserto em busca de óxido de ferro com o qual era obtido o pigmento avermelhado utilizado na decoração das pirâmides. (p.202) Apareceram também por volta de cinquenta fragmentos de recipientes com marcas desses selos, assim como restos de vários sacos de couro utilizados para o transporte do precioso pigmento[238].

É indubitável que esses novos achados ajudaram a compreender melhor o uso e a datação dessas rotas e o papel de enclaves como Balat na organização da circulação de produtos e expedições pelo deserto ocidental. Fica claro em todo caso que os territórios ao sudoeste do oásis de Dajla eram percorridos durante a IV dinastia, muito antes da fundação do centro administrativo de Balat e da instalação de governadores do oásis nele. A complexa logística necessária para organizar tais missões, ainda mais em uma

---

[235] Dois excelentes artigos resumem em detalhes o atual estado dos conhecimentos: F. Förster, «With donkeys, jars and water bags into the Libyan Desert: the Abu Ballas Trail in the late Old Kingdom/First Intermediate Period», *British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan* 7 (2007), 1-36; K. P. Kuhlmann, «The «Oasis Bypath» or the issue of desert trade in Pharaonic times», en *Tides of the Desert. Contributions to the Archaeology and Environmental History of Africa in Honour of Rudolph Kuper* (Africa Præhistorica, 14), Colonia, 2002, p. 125-170. Ver também: R. Kuper, «The Abu Ballas Trail: pharaonic advances into the Libyan Desert», en Z. Hawass (ed.), *Egyptology at the Dawn of the Twenty-First Century. Vol. 2: History, Religion*, El Cairo/Nueva York, 2003, p. 372-376; F. Förster, «The Abu Ballas Trail: a Pharaonic donkey-caravan route in the Libyan Desert (SW-Egypt)», en O. Bubenzer, A. Bolten, F. Darius (ed.), *Atlas of Cultural and environmental Change*, p. 130-133; H. Riemer, «The archaeology of a desert road - the navigation system of the Abu Ballas Trail», en Idem, *ibid.*, p. 134-135.

[236] H. RIEMER et alii, «Zwei pharaonische Wüstenstationen südwestlich von Dachla», *MDAIK* 61 (2005), 291-350; F. Förster, «Preliminary report on the seal impressions found at site Chufu 01/01 in the Dakhla region (2002 campaign)», *GM* 217 (2008), 17-25.

[237] J. CLAYTON, A. de Trafford, M. Borda, «A hieroglyphic inscription found at Jebel Uweinat mentioning Yam and Tekhebet», *Sahara* 19 (2008), 129-134.

[238] Notícia disponível em: http://www.carlo-bergmann.de/ex2004-5/expedition2004-5-2.htm.

região que já apresentava condições difíceis devido à seca, parece apontar para algo além do que o envio ocasional de equipes em busca de pigmentos. Daí decorre o interesse da nova inscrição encontrada em Gebel Uenat, que não só confirma o uso dessa rota saariana no início do II milênio, mas que indica que por meio dela circulava o incenso e que, ademais, permitia alcançar o país de Yam, bem como outras regiões até agora desconhecidas. Talvez novas descobertas ajudem também a conhecer melhor a toponímia dessas regiões e as características de seus habitantes, sem negligenciar a sua contribuição para o esclarecimento da onomástica africana presente nos textos de execração do III milênio e a localização dessas populações nomeadas[239]. Podem também jogar luz sobre o passado dos líbios, que irromperam de maneira tão contundente no Egito do Império Novo.

[239] J. OSING, A. M. ABU BAKR, «Ächtungstexte aus dem Alten Reich», *MDAIK* 29 (1973), 97-133; J.Osing, «Ächtungstexte aus dem Alten Reich (II)», *MDAIK* 32 (1976), 133-185; S. Wimmer, «Neue Ächtungsfiguren aus dem Alten Reich», *Biblische Notizen* 67 (1993), 87-101; J. F. Quack, «Some Old Kingdom execration figurines from the Teti cemetery», BACE 13 (2002), 149-160.

## Epílogo

Mesmo que seja habitual na Egiptologia a descoberta de inscrições nas rotas frequentadas pelos enviados dos faraós, como em Uadi el-Hudi, Uadi Hammamat e nos *uadis* situados no sul do Egito e no norte do Sudão, os achados recentes incorporaram definitivamente à Egiptologia as vastas paragens que se estendem a sudoeste do Vale do Nilo. Antes considerados inóspitos e de pouco interesse para a compreensão dos períodos históricos do Egito, abrem-se agora perspectivas que podem contribuir para um melhor conhecimento da geopolítica do Egito em seu contexto africano, além de ampliar notavelmente o alcance dos contatos mantidos entre o Egito e seus vizinhos ocidentais e meridionais. É importante considerar o papel crucial que a geopolítica desempenhou na política exterior dos faraós, um tema pouco estudado até o momento[240]. Pois o Egito está localizado em uma confluência de rotas terrestres, fluviais e marítimas por onde, em diversos períodos da história, transitavam produtos chegados do nordeste da África e da costa do Mar Vermelho, que tinham como destino o Oriente Próximo e a bacia do Mediterrâneo oriental. Basta citar, por exemplo, como a perda do controle da antiga rota em direção a Punt, no reinado de Ramsés III, coincide com o auge de uma rota do incenso que circulará por via terrestre e que levará ao nascimento de novas entidades políticas, como os reinos transjordanos de Edom, Moab e Ammón primeiro, e o reino nabateu e Palmira. Ou, para citar outro exemplo, como a expansão Kushita para o Egito, bem como suas tentativas de controlar o Levante meridional e os conflitos com o Império Neoassírio, parecem indissociáveis da consolidação, na mesma época, de vários estados na meseta etíope e no Iêmen, que puderam ter bloqueado o acesso kushita às redes comerciais de importância, obrigando os reis núbios a buscar vias alternativas mediante o controle, primeiramente, do Egito e de uma saída para o Mediterrâneo, e, posteriormente, dos pontos de chegada de algumas rotas iemenitas ao Levante meridional[241]. É nesse ambiente geopolítico que

[240] Uma notável excessão: P. Grandet, *Les pharaons du Nouvel Empire (1550-1069 av. J.-C.): une pensée stratégique*, Mónaco, 2008.

[241] Os estudos sobre essas questões são ainda incipientes, mas é possível encontrar boas discussões parciais em: M. Liverani, «The trade network of Tyre according to Ezek. 27», en M. Cogan, I. Eph'al (ed.), Ah, Assyria… Studies in Assyrian History and Ancient Near Eastern Historiography Presented to Hayim Tadmor (Scripta Hierosolymitana, 33), Jerusalén, 1991, p. 65-79; Idem, «Early caravan trade between South-Arabia and Mesopotamia », Yemen 1 (1992), 111-115; Idem, «Beyond deserts, beyond oceans», en A. Avanzini (ed.), Profumi d'Arabia, Roma, 1997, p. 557-564; Idem, «Ramesside Egypt in a changing world. An institutional approach», en G. Colonna (ed.), L'impero Ramesside.Convegno

cabe compreender melhor não só a dispendiosa logística empregada pelo Egito para alcançar Punt nos milênios III e II, mas também os ataques puntitas ao Egito, documentados no Segundo Período Intermediário[242].

A importância das novas descobertas nos leva, portanto, a revalorizar o papel de uma região que esteve até o momento distante do interesse dos egiptólogos. Resta um longo caminho até que possamos conhecer em detalhes o volume e a frequência do trânsito nessas regiões, a natureza dos contatos entre o Egito e seus habitantes, as características da logística faraônica no oásis, o impacto da presença egípcia na transformação das culturas nativas e na aceleração de processos de mudança social e política em seu interior (caso de núbios e líbios), e o alcance da penetração egípcia na África. E, por outro lado, o papel desempenhado pelo controle das rotas e da circulação dos desertos na origem da civilização faraônica. O Egito é, certamente, um dom do Nilo, mas pode ser que, em menor medida, também seja dos seus desertos[243].

---

internazionale in onore di Sergio Donadoni (Vicino Oriente-Quaderno 1), Roma, 1997, p. 101-115; Idem, «The libyan caravan road in Herodotus IV.181-185», JESHO 43 (2000), 469-520; K. Kitchen, «Economics in ancient Arabia. From Alexander to the Augustans», en Z. H. Archibald, J. Davies, V. Gabrielsen, G. J. Oliver (ed.), Hellenistic Economies, Londres-Nueva York, 2001, p. 157- 173; S. Sherratt, «The Mediterranean economy: «Globalization» at the end of the second millennium B.C.E.», en W. G. Dever, S. Gitin (ed.), Symbiosis, Symbolism and the Power of the Past: Canaan, Ancient Israel, and Their Neighbors from the Late Bronze Age through Roman Palestine, Winona Lake, 2003, p. 37-62; P. Lunde, A. Porter (ed.), Trade and Travel in the Red Sea Region. Proceedings of the Red Sea Project I (Society for Arabian Studies—Monographs, 2), Oxford, 2004; M. Jasmin, «Les conditions d'émergence de la route de l'encens à la fin du IIe millénaire avant notre ère», Syria 82 (2005), 49-62.

[242] W. V. DAVIES, «Kush in Egypt: A new historical inscription», *Sudan & Nubia* 7 (2003), 52-54; Idem, Kouch en Égypte: une nouvelle inscription historique à El-Kab», *BSFE* 157 (2003), 38-44.

[243] C. A. HOPE, «Egypt and 'Libya' to the end of the Old Kingdom: A view from Dakhleh Oasis», en Z. A. Hawass, J. Richards (ed.), *The Archaeology and Art of Ancient Egypt : Essays in Honor of David B. O'Connor*, vol. I (ASAE-Cahier 36), El Cairo, 2007, p. 399-416 ; D. O'Connor, «The nature of Tjemhu (Libyan) society in Later New Kingdom Egypt», en A. Leahy (ed.), *Libya and Egypt c. 1300-750 BC*, Londres, 1990, p. 29-114 ; S. Snape, «The emergence of Libya on the horizon of Egypt», en D. O'Connor, S. Quirke (ed.), *Mysterious Lands*, Londres, 2003, p. 93-106.

# RESENHAS

# REVIEWS

# FEITOSA, LOURDES CONDE. THE ARCHEOLOGY OF GENDER, LOVE AND SEXUALITY IN POMPEII. OXFORD: ARCHEOPRESS, 2013. 63P.

André Pereira Rocha[244]

## Português

Em sua pesquisa, resultado de sua tese doutoral e traduzida por Mirian Adelman, Lourdes Feitosa analisa as concepções de "homem" e "mulher", partindo dos grafites da cidade de Pompeia e focando nas manifestações das classes populares. Para isto, temas como "gênero", "amor" e "sexualidade" tornam-se o centro de suas preocupações. Essas expressões, que aparecem sobre as paredes da cidade, revelam uma percepção da história normalmente ignorada pela historiografia tradicional.

Feitosa vem de uma perspectiva que se tornou importante para a historiografia na década de 1970, mas que ganhou real expressão a partir dos anos 2000. As questões de gênero na história acabam por refletir as necessidades da contemporaneidade; antes o que era considerado um problema menor na Antiguidade e na Roma antiga, tornou-se uma importante questão nos estudos sobre as relações de poder e a cultura popular. As influências de Paul Veyne e Michel Foucault podem ser vistas em sua pesquisa sobre a sexualidade.

Assim, a análise dos conceitos de "masculino" e "feminino" tem o objetivo de escapar de percepções estereotipadas. Uma de suas críticas sobre a historiografia tradicional está, precisamente, nos rígidos conceitos de gênero e sexualidade, profundamente influenciados pelos historiadores do século XIX. O reflexo do contexto histórico sobre suas escritas historiográficas é também colocada em questão. A autora, então, produz uma específica percepção do ofício do historiador e de suas relações com o passado ao longo do texto.

[244]Programa de Pós-graduação em História – Mestrado. Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, SP, Brasil. e-mail: andrerochabae@yahoo.com.br

O grafite, foco de sua pesquisa, poderia revelar não somente a manifestação individual de uma pessoa, mas, como objetiva Feitosa, a posição política construída coletivamente. Muito mais do que expressões linguísticas, ela se preocupa com a localização de tais inscrições. Todo seu trabalho é baseado no tomo IV do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL). De acordo com sua pesquisa e da forma como é exposto pelas pesquisas arqueológicas, as inscrições sobre as expressões amorosas, em um sentido amplo, estão por toda a cidade, ocupando os mesmos lugares públicos junto a centenas de outros escritos. Lugares assim revelam o dia a dia e o lugar comum de tal tema.

O trabalho é divido em cinco capítulos. O capítulo 1 é intitulado "Gender, love and sexuality: methodological perspectives", o segundo capítulo "Representations of love and sexuality in academic literature", o terceiro "Pompeii: constructing a historical scenario", o capítulo 4 "Graffiti as a form of popular expression" e o quinto e último "Love and sexuality on wall inscriptions".

O primeiro capítulo é centrado sobre a construção dos instrumentos teóricos e metodológicos usados na pesquisa. Inserida em uma historiografia específica, ela desenvolveu isto de acordo com as questões e as preocupações acerca da história do amor e da sexualidade que apareceram nas últimas décadas do século XX. Inúmeros autores são retomados, como Michel Foucault, Roger Chartier, Roland Barthes, Hayden White e David Harlan, por exemplo. Entretanto, duas afirmativas caracterizam o trabalho de Feitosa: o conhecimento histórico visto como discurso, uma perspectiva subjetiva, política e histórica (Feitosa, 2013: 2), e o uso da micro-história, porque ela revela as tensões sociais com a análise de uma pessoa em particular, um grupo ou um evento (Feitosa, 2013: 2). Feitosa cria aqui as bases das análises que serão feitas sobre Pompeia e as inscrições presentes nas paredes, e isso se revela mais clara e paulatinamente nos capítulos.

Ao mesmo tempo, há a construção do conceito de "gênero", baseado em autores como George Duby, Michelle Perrot e Michle D'Avino. Apesar de aproximar história de gênero e história das mulheres, Feitosa preocupa-se em diferenciar e mostrar os limites de ambas. Mais que postular um conceito esquemático de "masculino" e "feminino", ela analisa a pluralidade desses conceitos entre os romanos da Antiguidade. Também, é possível ver sua aproximação com o pensamento de Quentin Skinner e sua preocupação com a especificidade dos estudos sobre certos termos.

No capítulo 2, há a construção da historiografia tradicional e dos estudos sobre o amor e a sexualidade na Roma antiga. Enquanto critica o viés das pesquisas desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX, e expõe os diferentes caminhos trilhados pela historiografia contemporânea, ela foca, como um importante objetivo da pesquisa, alcançar as significações do comportamento amoroso nas classes populares. Foi somente nas últimas décadas do século XX que importantes estudos sobre esse tema surgiram, objetivando uma construção

histórica da sexualidade, visualizando o comportamento sexual como uma percepção específica dentro de um dado contexto. Feitosa recupera autores como Antonio Vanore e Eva Canterella de modo similar ao que foi feito com Foucault e Veyne.

No terceiro capítulo, Feitosa expõe de forma explícita o uso da micro-história. Ela põe a cidade de Pomeia dentro das dinâmicas do mundo romano, ao mesmo tempo, mostra as especificidades dos espaços de manifestação pública, presentes nas paredes da cidade, espaços estes que perduraram até os dias de hoje. O objetivo de expor os principais fatores sobre a economia e a política de Roma revela sua percepção do mundo romano da Antiguidade, quando visualiza as possibilidades de análise da epigrafia dentro de um multifacetado contexto da cultura romana.

Com esse intento, trabalhando dentro de um muito bastante fluído, o conceito de "cultura popular" é discutido e definido no capítulo 4. O mais importante nessa análise é o ponto de vista baseado sobre a posição jurídica dos romanos, conhecidos como *ingenuus*, *libertus* e *seruus*. Ao mesmo tempo, a dominância é baseada na concepção de ativo do homem branco da elite de Roma. Deste modo, ela constrói a cultura popular do através dos conceitos de gênero, cumprindo as necessidades das manifestações multifacetadas deste contexto.

Ao final, no quinto capítulo, a autora seleciona dois termos para explorar o amor e a sexualidade sobre as paredes de Pompeia: *futuere* e *cunnum lingere*. Partindo dessas duas práticas sexuais, Feitosa elabora uma clara exposição sobre a construção da masculinidade e da feminidade e como essas práticas eram intimamente refletidas em características que não somente as sexuais. Assim, as relações de poder, a posição social dos homens e mulheres e a situação jurídica de ambos estabelecem um horizonte histórico específico quando analisado através das representações linguísticas das paredes, das quais a criação conceitual da figura masculina, guiada pela ideia de virilidade, reverbera sobre toda a sociedade romana.

De qualquer forma, o discurso histórico produzido por Feitosa amplia as possibilidades de análise sobre o mundo da Roma antiga. As minúcias de sua pesquisa baseada nas manifestações linguísticas do amor e da sexualidade se expandem para uma complexa percepção das multifacetadas relações existentes nos mais diferentes níveis da sociedade. Deste modo, focar nos estudos de gênero e sexualidade, como dito pela autora, "dá caminho para uma visão do masculino construído em relação ao feminino" (Feitosa, 2013: 54), revelando características particulares desses significados na Antiguidade enquanto, ao mesmo tempo, critica a historiografia tradicional que não privilegiou as mulheres na história.

## English[245]

André Pereira Rocha[246]

In her research, the result of her doctoral thesis and translated by Miriam Adelman, Lourdes Feitosa analyses the conceptions of "man" and "woman", starting from the graffiti of the city of Pompeii and focusing on the manifestations of the non-elite classes. To achieve that, themes such as "gender", "love" and "sexuality" became the center of her concerns. These expressions, which appear on the pompeian walls, reveal a perception of the history usually ignored by the traditional historiography.

Feitosa comes from a perspective that became important to the historiography since the 1970's, but which gained real expression in the 2000's. Gender issues in history reflects the contemporaneity necessities; before a minor problem for the Antiquity and the Ancient Rome, it now become a important question to the studies about the relations of power and the popular culture. The influence of Paul Veyne and Michel Foucault can be viewed in her research about sexuality.

Thus, the analysis of the concepts of "masculine" and "feminine" has the objective to scape from stereotyped perceptions. One of her criticisms over the traditional historiography aims, precisely, the rigid concepts of gender and sexuality, deeply influenced by the historians of the nineteenth century. The historical context reflection over their historiographical writing is also pulled into question. The author, as such, produces a specific perception of the historian's craft and their relations with the past along her text.

The graffiti, focus of this research, could reveal not only the individual manifestation from a person, but, as Feitosa aims, the political position constructed collectively. Much more than a linguistic expression, she concerns herself with the locations which these inscriptions appear. Her whole work was based on the tome IV of the *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL). According her research and what is expose in the archaeological researches, the inscriptions about amourose expressions, in a broad sense, are in every city, occupying the same public places of hundred of other writings. Such places reveal the daily life and the commonplace this theme.

---

[245] Translated by author.

[246] Master's Student (History), FAPESP Fellow. Federal University of São Paulo – Guarulhos, SP, Brasil. e-mail: jonathan.cruzmoreira@gmail.com

The work is divided in five chapters. The Chapter 1 is entitled "Gender, love and sexuality: methodological perspectives", the Chapter 2 "Representations of love and sexuality in academic literature", the Chapter 3 "Pompeii: constructing a historical scenario", the Chapter 4 "Graffiti as a form of popular expression" and the Chapter 5, and last, "Love and sexuality on wall inscriptions".

The first one is centered over the construction of the theoretical and methodological tools used in the research. Inserted in a specific historiography, she developed it following the concerns and questions of the history of love and sexuality which appears in the final decades of the twentieth century. A profusion of authors are brought to fore, such as Michel Foucault, Roger Chartier, Roland Barthes, Hayden White and David Harlan, for example. However, two affirmatives characterize the Feitosa's work: the historical knowledge as discourse, a subjective, politic and historical perspective (Feitosa, 2013: 2), and the use of the micro-history, because it reveals the social tensions with the analyses of a particular person, group or event (Feitosa, 2013: 2). Feitosa create here the bases of the analyses over the Pompeii and the inscriptions on the walls, and it reveals itself more clearly in the following chapters.

At same time, there is the construction of the concept of "gender", based in authors such as George Duby, Michelle Perrot and Michele D'Avino. In spite of the approach of gender history and the women's history, Feitosa has a care that differs and the limits them both. Much more than anticipate a schematic concept of "masculine" and "feminine", she analyse the plurality of this conceptions among romans in the Antiquity. Also, it's possible to see her approach of the thinking of Quentin Skinner and her worries about the specificity on the studies over the certains terms.

In Chapter 2, there is a construction of the traditional historiography and the studies about love and sexuality in Ancient Rome. While criticizing the bias of the researches of the eighteenth and nineteenth centuries, and exposing the different paths taken by contemporaneous historiography, she aims, as important objective of the research, to grasp the meanings of the amorous behavior of the popular classes. It was only in the last decades of the twentieth century that importants studies about this theme arose, aiming to reach a historical construction of the sexuality, seeing the sexual behavior as a specific perception within a given context. Feitosa recuperates authors such as Antonio Vanore and Eva Canterella in a similar way as she has done with Foucault and Veyne.

In the third Chapter, Feitosa exposes the explicit use of the micro-history. She puts the city of Pompeii inside the world of the roman dynamics, in the same hand, she shows the specific spaces of public manifestation, present on the walls of the city, spaces that remain until these days. The objective of expose the key factors about the economic and the politic history of the

Rome reveals her perception of the Ancient Roman world, when designing the possibility of analysing the epigraphy inside of the multifaceted context of the roman culture.

For this intent, working in a fluid world, the conception of "popular culture" is discuss and defined in the Chapter 4. The most important in this analysis is the point of view based over the jurisdictional position of the romans, known as *ingenuus*, *libertus* and *seruus*. From this perspective, the *ingenuus* created a frame of the world over the *libertus* and *servuus*. At the same time, the dominance is based in a masculine conception of active of the white man from the roman elite. In this way, she constructs the popular culture of the Ancient Rome through the concepts of gender, fulfilling the need of the multifaceted manifestation from this context.

In the end, in the fifth Chapter, the author select two terms to explore the love and sexuality on the walls of Pompeii: *futuere* and *cunnum lingere*. Starting from this two sexual practices, Feitosa elaborate a clear exposition about the construction of the masculinity and the femininity and how these practices are intimately reflected in more features than merely the sexual ones. Thereby, the relations of power, the social position of men and women and the juridical situation of both stablish a specific historical horizon when analysed along the linguistic representations on the walls, of which the conceptual creation of the masculinity figure, guided by the ideia of virility, reverberates over the entire roman society.

Anyway, the historical discourse produced by Feitosa increases the possibilities of analyse of the Ancient Roman world. The minuteness of a research based on the linguistic manifestation of love and sexuality expands to a complex perception of the multifaceted relations existent in the different levels of the society. In this way, to focus in the studies of the gender and sexuality, as said by the author, "gives way to a view of the masculine constructed in relation to the feminine" (Feitosa, 2013: 54), revealing particular features of these meanings in the Antiquity while, at the same time, criticizes a traditional historiography that did not privileged the women in History.

# CAMPOS, CARLOS EDUARDO DA COSTA & CANDIDO, MARIA REGINA (ORGS). *CAESAR AUGUSTUS: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES*. VITÓRIA/RIO DE JANEIRO: DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS & UERJ – NEA, 2014, 375P.

Gregory Gallo[247]

## Português

A obra que é o conteúdo dessa resenha, *CAESAR AUGUSTUS: Entre Práticas e Representações*, foi organizada pelos professores Carlos Eduardo da Costa Campos e Maria Regina Candido, tendo sido publicada no primeiro semestre de 2015. Trata de uma figura política, ou, personagem muito significativa para aquilo que se convencionou chamar "Ocidente": o imperador Augusto.

A imagem de Augusto, e junto dela a do Império Romano, serviu de suporte ideológico para diversos reinos, impérios e líderes que buscavam legitimação frente aos jogos políticos que atuavam. Nesse sentido, o historiador Jacques Le Goff, no livro *A Civilização do Ocidente Medieval*, identifica no período do medievo não apenas um "renascimento" (ou, o "grande Renascimento", quando o autor se refere às transformações político/culturais ocorridas nos séculos XIV, XV e XVI), mas "renascimentos" que surgiram desde a época Carolíngia e que perpassaram o século XII. "Renascimentos" esses que procuraram vincular o seu tempo com os dias de Roma Imperial e Augusta. Ademais, segundo Richard Hingley, no livro *O Imperialismo Romano: Novas perspectivas a partir da Bretanha*, também no período do século XIX os impérios europeus, tais como o Inglês e francês, utilizaram-se da imagem do primeiro

[247] Programa de Pós-graduação em História, Bolssita Fapesp. Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, SP, Brasil. e-mail: gallo.terceiro@hotmail.com

imperador romano e seu império para legitimarem seus domínios nos continentes africano, asiático e sul-americano. O século XX presenciou algo semelhante nas décadas de 1930 e 1940, pois segundo Glaydson José da Silva, no livro *História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940 e 1944)*, os regimes totalitários de Hitler, Mussolini, Franco e na França Vichy, no afã de assegurarem as identidades nacionais calcadas na ideia de civilização, espelharam-se em Augusto e Roma. Portanto, o imperador Augusto não foi expoente apenas em seus dias, mas além de ter sido projetado para além das fronteiras imperiais do primeiro século, também o foi para além das fronteiras temporais.

A obra está dividida em quatro partes que abarcam desde a religião, relação de Roma com as províncias, restaurações de Augusto e as apropriações de sua imagem por culturas diversas. Ana Teresa Marques Gonçalves, que escreveu a apresentação do livro, explica bem a divisão: "Na primeira parte da coletânea, agregam-se estudos sobre a relação de Roma com os provinciais na época augustana; na segunda, as práticas religiosas e as inovações e restituições implementadas por Otávio [...]; na terceira, temos pesquisas [...] sobre as relações político-sociais engendradas por Otávio e os que o cercavam [...]; e na quarta, há análises de algumas das representações que foram elaboradas de Otávio em tempos e culturas diversas da romana [...]".

Nesse sentido, na primeira parte, a relação de Roma com as províncias é analisada em diversas regiões do império: os dois primeiros artigos, *Atenas sob o domínio do imperator Cesar Augusto,* de Maria Regina Candido e Alair Figueiredo Duarte, e *O Princeps Augusto e as relações políticas com a sociedade espartana*, de Luis Filipe Bantim de Assumpção, tratam das interações entre romanos e gregos. Por meio desses dois artigos é possível perceber que essa relação existia já no século II a.C. com as três *guerras macedônicas* e nos conflitos contra Nabis de Esparta. Mas Roma também interagia com a Hélade cooptando as elites através de acordos e ressignificações na religião grega. Os autores mostram bem como essa relação de cooptação das elites e práticas religiosas ajudaram Augusto na guerra contra Marco Antônio e Cleópatra. No artigo *L'Egitto e i poteri di Augusto: uma breve riflessione sulle Provinciae Caesaris*, de Davide Ambrogio Faoro, o autor mostra como o Egito foi peça fundamental para os jogos de poder em que Augusto esteve envolvido. E para finalizar a primeira parte, o artigo *Espaço e poder no principado augustano: a criação da província da Lusitânia em perpectiva* de Airan dos Santos Borges, elucida como que a partir das reformas de Augusto a *Hispania* sofreu modificações na sua organização espacial desde cidades, colônias e até aldeias, possibilitando, dessa forma, a criação da Lusitânia.

A religião é analisada por variados prismas na segunda parte do livro: o artigo *Religious policy and the rule of Augustus – Between political exploitation and righteous restoration* do Christoph L. Hesse trata como as restaurações de Augusto na religião

para preservar o *mos maiorum* o ajudaram no complexo jogo político romano. O primeiro imperador precisava manter a República tendo o poder centralizado na sua pessoa, o que constituía um paradoxo. Sua figura religiosa, portanto, lhe deu meios para driblar tal complexidade. No artigo *Práticas sacrificiais humanas por Caio Otávio? Uma proposta de debate*, Carlos Eduardo da Costa Campos analisa um tema caro para a historiografia: práticas sacrificiais humanas. Segundo Campos, essa prática só era aceitável no Império Romano se fosse executada pelo Estado e, por conseguinte, o que tornou justificável os sacrifícios humanos realizados por Augusto. Em *Augusto, Tito Lívio e as ambiguidades do divino Rômulo*, Moisés Antiqueira estuda a forma ambígua como Tito Lívio operou as aproximações de Augusto com Rômulo divinazado, tendo em vista o amplo poder que o imperador vinha adquirindo. Portanto, Tito Lívio manipulou o relato para proporcionar lições políticas para o presente. O artigo *Augustales e outros Collegia sacerdotais sob Avgvstus: testemunhos epigráficos na Campania*, de Maricí Martins Magalhães tem caráter de micro história. Magalhães identificou que na maior parte dos testemunhos epigráficos da Campania são de libertos e ex-escravos. Essas evidências, na sua maioria, são dedicatórias à *Domus Augusta.* Para o autor, essas epigrafias podem revelar muito sobre as condições e hierarquias dos "servos" da *Família Caesaris* e contribuir para o entendimento da escravidão no mundo antigo. Há um interessante diálogo nos artigos *A Domus Augusta no Vicus Sandaliarius: imagem e presença augustana num altar romano (2 AEC)*, de Claudia Beltrão da Rosa e Debora Casanova da Silva, e *Augusto, a Gália e o culto imperial*, de Tatiana Bina. Em ambos a *Domus Augusto* compõem a análise. No primeiro, as autoras estudam um altar romano dedicado à *Domus Augusta* que ficava na *Vicus Sandaliarius*, próximo ao Paladino. O importante dessa análise é a percepção de como Augusto se utilizou desses pequenos altares, fruto de sua restauração e renovação religiosa, localizados em lugares estratégicos na cidade de Roma para promover sua imagem e de sua família. No segundo artigo há o estudo do culto imperial na Gália por meio de moedas, templos e outras evidências materiais. Bina, utilizando-se da estatística, mostra com destreza as particularidades e natureza do culto imperial e a forma como a *Domus Augusta* foi representada em diversas regiões gaulesas. Levando-se em considerações esses dois artigos, pode-se inferir que não era apenas o *genius* do imperador alvo de adoração e representação, mas sua família também o era.

Gênero, Sexualidade, escravidão e questões sucessórias compõem a terceira parte da obra: o artigo *O gênero do poder: Plutarco e a contenda de Otávio e Cleópatra*, de Gregory da Silva Balthazar, esclarece que Plutarco, na verdade, não fomentou uma visão misógina em relação à Cleópatra, mas que esse escritor antigo procurou compreender uma mulher, que além de ser rainha de um importante reino, soube manter relações de poder com Augusto, o que fugia do ideal de comportamento e postura feminina greco-romana. No artigo *Sexualidade e Política à época de Augusto: considerações acerca da 'Lei*

*Júlia sobre adultério*', Sarah Fernandes Lino de Azevedo analisa como que algo privado, o adultério, passou a ser público. Fato esse que permitiu a Augusto, depois de implantar essa lei, interferir no cotidiano das casas romanas. João Victor Lanna e Ygor Klain Belchior, no artigo *Augusto e a Escravidão*, tratam como a escravidão antiga era bem diversa da ocorrida no período moderno e contemporâneo da História. Os autores mostram, também, que os escravos da *Domus Caesaris* conseguiram alcançar posições e status melhores que os escravos de outros seguimentos da sociedade romana e que a escravidão, portanto, era algo importante para a manutenção do império. No artigo de Henrique Modanez de Sant'Anna, '*Nunquam ex malo patre bona filia': a questão sucessória no principado de Augusto*, fica evidente a tensão que Augusto precisou enfrentar a respeito da sucessão, pois necessitou encontrar meios para que ela fosse legítima, tendo em vista que não era algo oficial por não estar de acordo com a tradição da República.

A imagem de Augusto, na quarta parte do livro, foi retirada de seu tempo e espaço e utilizada como modelo e inspiração por diversos líderes e reinos. Nesse sentido, André Bueno, no artigo *Augusto Índico: a apropriação da Imagem de Augusto pelos soberanos Kushans nos sécs. 1 – 2 EC*, mostra como que Kanishka I, da dinastia Kushan, localizada no norte da atual Índia, inspirou-se na imagem *Augusto de Prima Porta* para cunhar moedas e, dessa forma, buscar se legitimar como grande líder e mantenedor do budismo em seu reino. André Bueno elucida como a *Pax Romana* e *Pax Christi* se fundiram. Na Escandinávia, assim como em boa parte da Europa, paz, baseada na fusão citada, era sinônimo de inimigos/infiéis vencidos e dominados. Dessa forma, os reinos escandinavos operaram uma cruzada na região báltica nos sécs. XII e XIII. E, por conseguinte, a literatura romana fundida à cristã influenciou a dos escandinavos. Essa análise está no artigo *Pax Augusta e Pax Christi na Literatura Escandinava Medieval*. Glaydson José da Silva e Rafael Augusto N. Rufino, no artigo *O bimilenário do nascimento de Augusto na Espanha Franquista (1939 – 1940): leitura e escrita da História entre o passado e o presente*, analisam como a imagem de Augusto serviu para legitimar a identidade espanhola, calcada na ideia de civilidade e romanidade, em duas circunstâncias no período franquista: a visita do ministro italiano Galeazzo Ciano em 1939 e A Semana Augustea de Zaragoza em 1940 (no segundo evento uma réplica da estátua de *Augusto de Prima Porta* foi utilizada). E finalizando a quarta parte e o livro, o artigo *Augusto e a coleção do Museu Histórico Nacional: alguns exemplos numismáticos*, Cláudio Umpierre Carlan estuda a formação do Museu Histórico Nacional, focado na numismática, que teve seu início com a vinda da família Real para o Brasil. Nesse Museu há diversos exemplares de cunhagens que trazem representações de Augusto no processo de construção de sua imagem.

O conjunto das quatro partes do livro, com suas mais variadas análises e objetos, proporcionam ao leitor um amplo entendimento da pessoa do imperador Augusto, sua imagem e apropriações, seus feitos políticos e a dinâmica, valores e cultura do Império

Romano de forma geral. A forma como os estudos foram dispostos e combinados facilitam esse entendimento. Portanto, *CAESAR AUGUSTUS: Entre práticas e representações* se mostra um trabalho de excelente qualidade e rico conteúdo, recomendando-se vivamente a sua leitura.

## English[248]

Gregory Gallo[249]

The book that is the content of this review, *CAESAR AUGUSTUS: Entre Práticas e Representações* (untitled in English yet), was organized by Professors Doctor Carlos Eduardo da Costa Campos and Doctor Maria Regina Candido, and it was published in the first semester of 2015. It is about a political figure, or, a very significant character to what was conventionally called "West": Augustus, the emperor.

The image of Augustus, and with it the image of the Roman Empire, served as ideological support for many kingdoms, empires and leaders that looked for legitimation facing the political games they were acting on. In this sense, the historian Jacques Le Goff, on the book *Medieval Civilization*, identifies during the medieval period, not only a "renaissance" (or, the "big Renaissance", when the author refers to the political/cultural transformations occurred in the XIV, XV and XVI centuries), but "renaissances" that emerged since Carolingian and pervaded the XIII century. And those "Renaissances" looked for a mean to link their period to the days of the Imperial and August Rome. Furthermore, according to Richard Hingley, on *O Imperialismo Romano: Novas perspectivas a partir da Bretanha* (untitled in English), also during the XIX century the Europeans, such as the English and the French, used the image of the first Roman emperor and his empire to legitimate their domains in African, Asian and South American continents. During the XX century something very similar happened during the 1930s and 1940s, because according to Glaydson José da Silva, on the book *História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940 e 1944* (untitled in English yet), the totalitarian regimes of Hitler, Mussolini, Franco and Vichy on France, on the eagerness to ensure the national identity shaped by the idea of civilization, reflected Augustus in Rome. Therefore, Emperor Augustus was

---

**248** Translated by Cristiane Amadeu Fernandes.

249 Master's Student (History), FAPESP Fellow. Federal University of São Paulo – São Paulo, MG, Brasil. e-mail: gallo.terceiro@hotmail.com

not exponent just in his days, but apart from being projected beyond the imperial borders of the first century, he was also beyond the temporal boundaries.

The work is divided in four parts that cover religion, the relationship between Rome and the provinces, the restorations by Augustus and his image that was appropriated by many cultures. Ana Teresa Marques Gonçalves, who wrote the presentation to the book, explains the division very well: "In the first part of the selection, studies about the relationship between Rome and the provinces during the Augustan era are assembled; in the second one, the religious practices and the innovations and restitutions implemented by Octavius […]; in the third one, the researches [...] about the social-political relations engineered by Octavius and those around him [...]; and in the fourth one, there are analysis of some representations that were made about Octavius during different eras and cultures of Rome [...]".

Accordingly, in the first part, the relationship between Rome and the provinces is analyzed in several regions of the empire: the first two articles, *Atenas sob o domínio do imperator Cesar Augusto* (untitled in English yet), de Maria Regina Candido and Alair Figueiredo Duarte, and *O Princeps Augusto e as relações políticas com a sociedade espartana* (untitled in English yet), by Luis Filipe Bantim de Assumpção, treat about the interaction between Greeks and Romans. Through these two articles it is possible to realize that this relationship already existed in the II century B.C. during the three Macedonian wars and the conflicts against Nabis from Sparta. But Rome was also interacting with Hella coopting the elite through deals and resignification in the Greek region. The authors show very well how this coopting relation of the elites and the religious practices helped Augustus during the war against Mark Antony and Cleopatra. In the article *L'Egitto e i poteri di Augusto: uma breve riflessione sulle Provinciae Caesaris* (untitled in English yet), by Davide Ambrogio Faoro, the author shows how the Egypt was a fundamental part to the power games in which Augustus was involved. And to finish the first part, the article *Espaço e poder no principado augustano: a criação da província da Lusitânia em perpectiva* (untitled in English yet) by Airan dos Santos Borges, elucidates how the reforms made by Augustus caused changes in *Hispania* since the organization of its spaces, colonies and even villages, making possible, this way, the creation of Lusitania.

The religion is analyzed through several prisms in the second part of the book: the article *Religious policy and the rule of Augustus – Between political exploitation and righteous restoration* by Christoph L. Hesse treats about how the restorations made by Augustus in the religion to preserve the *mos maiorum* helped him in the complex Roman political game. The first emperor needed to maintain the Republic by centralizing the power in his own person, which constituted a paradox. His religious figure, therefore, gave him means to dibble such complexity. In the article *Práticas sacrificiais humanas por Caio*

*Otávio? Uma proposta de debate (untitled in English yet)*, Carlos Eduardo da Costa Campos analyzes a dear theme to historiography: human sacrificial practices. According to Campos, this practice was only acceptable in the Roman Empire if it was executed by the State and, consequently, which made justifiable all the human sacrifices made by Augustus. In the book *Augusto, Tito Lívio e as ambiguidades do divino Rômulo* (untitled in English yet), Moisés Antiqueira studies the ambiguous way Titus operated the approaches of Augustus with Romulus deified, in view of the great power the emperor has acquired. Therefore, Titus manipulated the report to provide political lessons for the present. The article *Augustales e outros Collegia sacerdotais sob Avgvstus: testemunhos epigráficos na Campania* (untitled in English yet), by Maricí Martins Magalhães has the character of micro history. Magalhães identified that most of the epigraphic testimonials from Campania are by free people and former slaves. These pieces of evidence, most of them, are dedications to *Domus Augusta*. To the author, this epigraphy can reveal a lot about the conditions and hierarchies of the "servants" of the *Família Caesaris* and contributes to the understanding of slavery in the ancient world. There is an interesting dialogue in the articles *A Domus Augusta no Vicus Sandaliarius: imagem e presença augustana num altar romano* (untitled in English yet) *(2 AEC)*, by Claudia Beltrão da Rosa e Debora Casanova da Silva, and *Augusto, a Gália e o culto imperial* (untitled in English yet), by Tatiana Bina. In both of them the *Domus Augusto* compose the analysis. In the first one, the authors study a Roman altar dedicated to *Domus Augusta* that was located at *Vicus Sandaliarius*, next to the Palatine. The important thing about this analysis is the perception of how Augustus used these small altars, originated from his religious restoration and renovation, located in strategic places in the city of Rome to promote his own image and his family's as well. In the second article there is a study about the imperial worship at Gaul through coins, temples and material evidence. Bina, using statistics, shows dexterously the particularities and the origin of the imperial worship and the way *Domus Augusta* was represented in several Gallic religions. Taking these both articles in consideration, it is possible to infer that not only the *genius* of the emperor was something to worship and represent, but his Family as well.

Gender, Sexuality and slavery and succession issues compose the third part of the work: the article *O gênero do poder: Plutarco e a contenda de Otávio e Cleópatra* (untitled in English yet), by Gregory da Silva Balthazar, clarifies that Plutarch, actually, did not foster a misogynist image of Cleopatra, but this ancient writer tried to understand a woman that, besides being a queen of a very important kingdom, knew how to keep power relations with Augustus, which was not the usual behavior for a female Greco-Roman stance. In the article *Sexualidade e Política à época de Augusto: considerações acerca da 'Lei Júlia sobre adultério'* (untitled in English yet), Sarah Fernandes Lino de Azevedo analyzes how something private, such as adultery, had become public. This fact

allowed Augustus, after he implemented this law, to interfere with the daily life of Roman houses. João Victor Lanna and Ygor Klain Belchior, in the article *Augusto e a Escravidão* (untitled in English yet), treat about slavery and its various modes during the Modern and Contemporary period of History. The authors show, as well, that slaves from *Domus Caesaris* were able to reach better positions and status than slaves from another Roman society segments and so, slavery was something very important for the maintenance of the empire. In the article by Henrique Modanez de Sant'Anna, '*Nunquam ex malo patre bona filia': a questão sucessória no principado de Augusto* (untitled in English), it is evident the tension Augustus had to face about his succession, because he needed to find means to legitimate it, considering that it was not something official for not being in accordance with the tradition of the Republic.

The image of Augustus, in the fourth part of the book, was taken from its time-space and used as a role model and inspiration by several leaders and kingdoms. In this sense, André Bueno, in the article *Augusto Índico: a apropriação da Imagem de Augusto pelos soberanos Kushans nos sécs. 1 – 2 EC* (untitled in English yet), shows how Kanishka I, from Kushan dynasty, located in Northern India today, was inspired by the image of *Augustus of Prima Porta* to mint and, this way, legitimate himself as a great leader and maintainer of Buddhism in his kingdom. In another article, Renan Marques Birro clarifies how the P*ax Romana* and *Pax Christi* merged. In Scandinavia, as in great part of Europe, Peace, based on said merger, was a synonym of enemies/unfaithful defeated and dominated. This way, the Scandinavian kingdoms operated a crusade in the Baltic region during the XII and XIII centuries. And, consequently, the Roman literature merged to Christian literature influenced the Scandinavian one. This analysis is in the article *Pax Augusta e Pax Christi na Literatura Escandinava Medieval* (untitled in English yet). Glaydson José da Silva and Rafael Augusto N. Rufino, in the article *O bimilenário do nascimento de Augusto na Espanha Franquista (1939 – 1940): leitura e escrita da História entre o passado e o presente* (untitled in English yet), analyze how the image of Augustus was used to legitimate the Spanish identity, based on the idea of civility and romanity, in two circumstances during the Franco period: the visit of the Italian Prime Minister Galeazzo Ciano in 1939 and The week Augustea Zaragoza in 1940 (during the second event a replica of the statue of *Augusto de Prima Porta* was used). And ending the fourth part and the book, the article *Augusto e a coleção do Museu Histórico Nacional: alguns exemplos numismáticos* (untitled in English yet), Cláudio Umpierre Carlan studies the construction of the National History Museum , focused on the numismatics, which began when the Royal Family came to Brazil. In this museum there are several copies of coinages that bring the representations of Augustus in the process of the construction of his image.

The set of four parts of the book, with its various analysis and objects, provide the reader with a broad understanding of the person of emperor Augustus, his image and

appropriations, his political deeds and the dynamics, values and culture of the Roman Empire in general. The way the studies were arranged and combined facilitates its understanding. Therefore, *CAESAR AUGUSTUS: Entre práticas e representações* shows itself as an excellent work and rich content, which make its Reading highly recommended.

# OLIVEIRA, JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DE. *POTESTAS POPULI*. PARTICIAPATION POPULAIRE ET ACTION CCOLLECTIVE DANS LES VILLES DE L'AFRIQUE ROMAINE TARDIVE (VERS 300-430 APR. J.-C.), TURNHOUT, BREPOLS, 2012, PP.375[250].

Fabiano Fernandes[251]

## Português

O texto representa um importante passo no aprofundamento de uma "História vista por baixo", e é fruto de uma tese defendida na Université de Paris Ouest Nanterre em 2005, publicada em 2012. Contrariando as expectativas geralmente nutridas com relação a pesquisas dedicadas à Antiguidade Tardia o autor consegue identificar, a partir de uma discussão sistemática do corpus agostiniano, as pressões e ações políticas da plebe no período romano tardio. A análise dos diferentes significados dos termos ao longo de cartas e sermões são feitas com apuro metodológico e precisão.

Na introdução são apresentadas a perspectiva historiográfica de onde parte o trabalho e alguns dos conceitos que foram utilizados. No balanço historiográfico o autor consegue explicitar a originalidade de sua perspectiva e afirmar que apesar do estudo do papel da plebe romana ter se aprofundado em tempos recentes, frequentemente a ação política desta é tratada como uma mera reação a um contexto de crise específico ou como derivada do condicionamento das relações de patronato. Afirma que ao estudar a participação popular devem ser levadas em conta as ações institucionais e não institucionais dos membros da plebe urbana na vida das igrejas e cidades. Logo, a conduta da plebe urbana no norte de África seria derivada muito mais de um conjunto de estratégias concertadas do que de uma ação irracional diante de momentos-chave ou apenas de crise.

---

[250] Translated by Patrícia de Freitas Camargo.

[251] Professor Doutor. Universidade Federal de São Paulo – Guarulhos, SP, Brasil. e-mail: fabiano.fernandes@unifesp.br

Na primeira parte da obra, *intitulada Les expériences constitutives de la vie plébéinne*, o autor recorre a um conjunto polivalente de fontes para esclarecer sua problemática desde fontes administrativas, passando pelas cartas de Agostinho, ou ainda pelo cruzamento de fontes de cultura material e arqueológicas. Apresenta uma discussão substantiva sobre o significado do termo plebe e compara de forma sistemática as formas de assentamento de oficinas urbanas nas cidades, com particular ênfase para com as condições de trabalho e sociabilidade. Nesse aspecto, a sua ênfase persiste no estudo das camadas inferiores da sociedade romana tardia, extraindo de forma minuciosa a maior quantidade de informações possíveis das fontes em discussão. Logo, a ênfase recai sobre as relações de sociabilidade e suas consequências para a ação política, tratadas com rigor no item 4 da parte 1, intitulado *les réseaux de sociabilité.* Neste item o fundamental é a percepção do autor sobre o papel das ligações formais e informais na gênese de ações coletivas, que frequentemente eram levadas em conta pelos grupos dominantes da sociedade em suas estratégias de governança.

A segunda parte da obra, intitulada *La plèbe chrétienne et les élections ecclésiastiques*, é delicada a estudos de caso em diversas cidades norte-africanas. O estudo do papel ativo da plebe nas eleições eclesiásticas e no estabelecimento de uma política mais intransigente na repressão ao paganismo é o cerne desta parte. Os argumentos são bem articulados e convincentes. São enfatizadas as eleições em Cirta, Hipona, Chercheil (Caesarea), dentre outras. O autor explora o vigor da implantação do cristianismo na província romana da Mauritânia Cesariana e seus desdobramentos, levando em conta o papel das dissidências religiosas cristãs como pano de fundo das disputas das eleições episcopais. Os conflitos na comunidade de Cesarea chegam a ser descritos, conforme destacado pelo autor, como uma « *foule séditieuse considérable une seditiosa plurima multitudo, constituée en grande partie par des « pauvres gens* » (2012: 214), ou seja, os *pauperes* - a maior parte da comunidade, constituída de plebeus de condição média e trabalhadores - não se restringiam ao papel de assistidos pela Igreja, mas buscavam ter um papel ativo na condução das questões das igrejas Norte-Africanas.

Na terceira parte, intitulada *Conflits et violences urbaines*, a iconoclastia dos cidadãos de Calama e Hipona recebe particular atenção, dentre outros assuntos. A trama dos conflitos sócio-religiosos é desfiada em torno de temas específicos, tais como a questão da estátua de Hércules e as manifestações de junho de 401 em Cartago. Estas manifestações surgem entorno da conversão de Faustinus, rico *argentarius* pagão e inimigo declarado da comunidade cristã. Essa conversão foi alvo desconfiança de boa parte da plebe, pois supostamente teria ocorrido por mero interesse. As cartas de Agostinho relativas ao conflito são datadas com excepcional precisão, com diferença de poucos meses, municiam os argumentos do autor. Oliveira identifica que a resistência à conversão de Faustinus derivava do temor da plebe urbana de que essa fosse apenas uma estratégia de ascensão social do referido *argentarius* e uma forma de lançar o

domínio sobre a comunidade cristã. O argumento é tomado parcialmente de empréstimo de Agostinho, mas é remodelado e solidamente evidenciado pelo o autor, que explicita mais uma vez o papel ativo de grande parte da plebe nos assuntos político-religiosos. O autor afirma que: *En effet, c'est précisément parce que la voix du peuple était vue comme la manifestation de la volonté de Dieu et l'expression de l'opinion publique, que les autorités civiles ou ecclésiastiques ne pouvaient pas contester sa légitimité, même lorsque le peuple s'attribuait un rôle bien plus actif que celui que ses dirigeants acceptaient de lui concéder* (2012: 248). Portanto, a pressão popular não se restringia aos momentos de maior crise, mas de maneira institucionalizada ou não era um importante fator a ser levado em conta nas decisões dos poderosos. Logo, como nas palavras do autor, a violência era uma forma de continuar o debate político por outros meios, inclusive nas violências perpetradas pela plebe nos afrontamentos políticos (2012: 274).

Os protestos da plebe evidentemente não se restringiam às questões religiosas, mas eram uma forma normal de contestação contra as dificuldades econômicas, opressão social ou contra os detentores da autoridade nas cidades. Contudo, as principais fontes para o estudo da África do Norte nos séculos IV e V eram de origem eclesiástica. O autor trata no item 10 da terceira parte do caso de um soldado ou funcionário real que foi assassinado no contexto de 409 a 412 devido ao excesso de exações, e que teve seu caso registrado por escrito, sobretudo devido ao fato de ter sido arrastado da igreja aonde buscou abrigo e pelo fato do bispo ter sido acusado pela comunidade de Hipona de não ter intervindo em favor dos que se sentiam prejudicados pela exação. Neste item, o autor conclui que as revoltas faziam parte integrante do diálogo entre a população e as autoridades, mesmo quando as vias de fato não se concretizavam.

A despeito da plebe urbana viver sob um governo imperial autocrático, de um sistema municipal aristocrático, e sob o poder crescente da Igreja, esses fatores não impediram que ela agisse em diversos contextos como atores políticos na parte ou no todo com boa margem de independência política. Os argumentos do autor são sólidos e convincentes. O livro merece quanto antes uma tradução para o português.

## English[252]

Fabiano Fernandes[253]

The book is an important contribution to the development of the "History from below", and results from Oliveira's PhD thesis presented in 2005 at the Université de Paris Ouest Nanterre, published in 2012. Against general expectations in relation to research on Late Antiquity, the author presents a systematic discussion of the *Corpus Augustinianum* in which he identifies the forms of pressure and political actions of the plebs during the late Roman period. The accurate analysis of the different meanings of words used by Augustine in his letters and sermons is conducted with methodological precision and rigor.

The introduction of the book presents the historiographic perspective adopted by the Oliveira and some of the main concepts used in his work. He explains that the theme of the role of the plebs in history has received a growing attention of recent research on Ancient Roman history, but the political action of the plebs has been often regarded as mere reaction to a specific critical context, or as a result of conditions derived by the relations with patrons. He says that the originality of his work lies precisely in the fact that in order to reach a broader understanding of the participation of the plebs in social and ecclesiastical life in the cities it is necessary to take into consideration both institutional and non-institutional actions and aspects of their presence action. According to this view, it would be possible to find evidence that the actions of the urban plebs in North Africa would be a result of a series of combined strategies rather than an irrational reaction to critical moments.

In the first part of the work, entitled *Les expériences constitutives de la vie plébéinne,* the author inquires into a variety of sources, such as administrative acts, letters of Augustine, material culture and archeological sources, in order to understand the experience of the life of the plebs. He presents a substantial discussion about the meaning of the term *plebs* and compares systematically the forms of settlement of urban workshops, giving particular attention to work conditions and sociability. The author emphasizes the study of the lower stratum of Roman society in its late period, carefully collecting all information available from the sources. He studies particularly

---

[252] Translated by Patrícia de Freitas Camargo.

[253] Associate Professor. Federal University of São Paulo – São Paulo, MG, Brasil. e-mail: fabiano.fernandes@unifesp.br

the relations of sociability and their consequences in terms of political action, to which he dedicates a section entitled *Les réseaux de sociabilité*. In this section, the author's main concern is the perception of the role of formal and informal links in the origin of collective actions, which were often taken into consideration by the dominant social groups in their governing strategies.

The second part of the work, entitled *La plèbe chrétienne et les élections ecclésiastiques*, is dedicated to case studies in many North-African cities. The core of this second part is the study of the active role of the plebs in ecclesial elections and in the establishment of an intransigent policy for the repression of paganism. The author studies the elections in Cirta, Hippo, Cherchell (Caesarea), among others. He explores the vigor of the establishment of Christianity in the Roman province of Mauritania Caesariana and its development, considering the role of Christian religious dissidence in the background of disputes around the election of bishops. Conflicts in the community of Caesarea were described as "*foule séditieuse considérable une seditiosa plurima multitudo, constituée en grande partie par des 'pauvres gens'*" (2012 : 214); this means that the *pauperes* – which constituted the major part of the community, including part of the plebs and workers – were not mere spectators assisted by the Church: they aimed at playing an active role in the conduction of the affairs of the Church in North-Africa.

In the third part of the work, entitled *Conflits et violences urbaines*, the author inquires on the iconoclasts of Calama and Hippo, among other conflicts. The social-religious questions are unfolded through the study of particular cases, such as the question of the statue of Hercules and the demonstrations of June 401 in Carthage. These demonstrations arise from the conversion of Faustinus, a rich pagan *argentarius* who was a declared enemy of the Christian community. This conversion was regarded with distrust by part of the plebs, for it was supposedly motivated by mere interest. According to the author, the letters of Augustine related to this conflict are dated with precision, with intervals of few months. Oliveira notes that Faustinus resisted to the conversion because he was concerned about the possible mistrust of the urban plebs in case they regarded it as a strategy to gain social prestige and power over the Christian community. The argument is taken in part from Augustine, but the author re-shapes it, providing consistent evidence to support it and to foreground the active role of a significant part of the plebs in political and religious affairs. The author says that, *En effet, c'est précisément parce que la voix du peuple était vue comme la manifestation de la volonté de Dieu et l'expression de l'opinion publique, que les autorités civiles ou ecclésiastiques ne pouvaient pas contester sa légitimité, même lorsque le peuple s'attribuait un rôle bien plus actif que celui que ses dirigeants acceptaient de lui concéder* (2012: 248). Therefore, the pressure of the plebs was not restricted to moments of crisis, but it was an important factor taken into consideration by the dominant group in moments of decision in its institutional or non-institutional forms. As seen in the author's words, violence was a

form of continuity of political debate through the use of different means, which include the violence of the plebs in political conflicts (2012: 274). The protests of the plebs were not restricted to religious questions; they were a regular form of dissent against economical hardship, social oppression, or against the authorities of the city. Nevertheless, the main sources for the study of North Africa in the 4th and 5th centuries were ecclesiastic documents. For example, Oliveira analyses in one of the sections of the third part of his work the interesting case of a soldier or royal official who was murdered between 409 and 412 for excessive exaction, which record was due mainly to fact that the man in question was dragged out from the church where he searched for shelter, and to the fact that the bishop was accused of omission by the Christian community of Hippo, because he did not take any action in favor of the people who felt offended by the exaction. The author concludes that violent claims were part of the dialog between the plebs and city authorities, even when actual revolts did not take place.

Despite the fact that the urban plebs were subject to an autocratic imperial government, to an aristocratic city government, and to the growing power of the Church, these instances of power could not impede the action and participation of the plebs, or of part of them, in many contexts as political actors with a significant independence. Oliveira's arguments are well-articulated and convincing, and the book deserves a translation into Portuguese as soon as possible.

# FREEMAN, PHILIP. ALEXANDRE, O GRANDE. TRADUÇÃO DE MARÍLIA CHAVES E MÁRCIA MEN. BARUERI, AMARILYS, 2014. 384P

Thiago do Amaral Biazotto[254]

## Português

No final de 2014, o brasileiro médio que se dirigisse a uma livraria de grande porte à procura de obras que versassem sobre Alexandre encontraria opções fartas: o clássico *Alexandre, o Grande* (1833), de Johann Gustav Droysen, em sua edição nacional de 2010, o curto e profícuo *Alexandre, o Grande* (1974), do francês Pierre Briant, aqui lançado em 2010, e *Alexandre, o Grande, e o período helenístico* (2007), proficiente estudo de Peter Green, editado em solo pátrio em 2014, são alguns exemplos. Além deles, também era possível encontrar *Alexandre, o Grande*, do americano Philip Freeman, publicado em 2011 e trazido para o Brasil em 2014, por oferecimento da editora Amarilys, com tradução a cargo de Marília Chaves e Marcia Men.

Freeman mantém um site que oferece informações sobre suas obras e trajetória acadêmica. Sua graduação se deu na Universidade do Texas, com doutorado em Harvard. Lecionou na Universidade de Boston, de Washington e atualmente está no Luther College. Além *Alexandre, o Grande*, Freeman é também autor de *St. Patrick of Ireland* (2004), *Julius Caesar* (2008), entre outros. O site também se destaca pela informação de que o autor se interessou pelos estudos clássicos por um mero acaso, já que seus pais não tinham relação alguma com tema. Curioso notar como historiadores do porte de Paul Veyne também já utilizaram de tal expediente.

Dedicado aos alunos de Freeman, o tomo se inicia com uma linha do tempo, que vai da coroação de Ciro (559 a.C.) à morte do conquistador (323 a.C.), e uma cronologia dos

[254] Programa de Pós-graduação em História, Bolsista Fapesp. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil. email: thiago_a_b@yahoo.com.br

reis macedônios e persas. O leitor também encontrará dois belos mapas, do Mundo Egeu e do Império de Alexandre, ambos bastante úteis. Evocando o famoso aforismo de Arriano – que rogava para que os leitores tivessem sua narrativa de Alexandre em alta conta mesmo em meio a inúmeras outras – Freeman destaca os motivos que o levaram a tomar a pena: "cresci fascinado por este homem (Alexandre), por isso não pude resistir à oportunidade de mergulhar nas fontes antigas e modernas sobre sua vida, visitar os locais de sua jornada (...) desejava escrever uma biografia de Alexandre que fosse, antes de tudo, uma história (...) acessível àqueles que amam história, mas talvez nunca tenham lido um livro sobre a vida de Alexandre, nem tenham ainda muita familiaridade com o mundo antigo" (2014: 19). Embora afirme fazer uso de fontes "antigas e modernas", uma rápida consulta à bibliografia mostra que Freeman se baseia quase inteiramente nos assim chamados "Historiadores de Alexandre", os autores da Antiguidade cujos textos sobre o macedônio sobreviveram até nossos dias – Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio, Pompeu Trogo/Justino, Plutarco e Arriano.

A respeito do desejo de escrever uma biografia que fosse "antes de tudo, uma história", poder-se-ia dizer uma "boa história", dada a qualidade da narrativa do autor. Muitas passagens são de beleza inquestionável e conseguem captar a atenção até do mais exigente leitor. A descrição do cerco de Tiro e da viagem ao oásis de Siwah são dois exemplos proveitosos da verve literária de Freeman. A sensação de "história" *latu sensu* desejada por ele possivelmente explica a escolha por uma narração quase sempre linear – do nascimento à morte de Alexandre -, quebrada apenas por breves digressões e pelo capítulo final, dedicado a uma concisa apreciação das formas através da quais a figura do conquistador foi aquilatada em contextos diversos.

De título "Macedônia", o primeiro capítulo abrange o período entre o nascer de Alexandre e o perecer de Filipe, além do surgimento do reino macedônio e suas complexas relações com a Grécia. Bem escrito e atraente, apenas uma passagem traz certo desconforto. Quando escreve sobre a educação de Alexandre, Freeman afirma que Lisímaco, um de seus tutores, era "mais conhecido por seu senso de humor do que pela higiene pessoal" (2014: 38). Parece que tal assertiva foi incluída para dar certa feição "descolada" ao livro, completamente rarefeita, todavia. Isto voltará a ocorrer em outros momentos, o que poderá provocar incômodos em alguns leitores.

"Grécia" é o segundo capítulo, que passeia entre os bastidores do assassinato de Filipe, as campanhas de Alexandre na Hélade após a morte de seu pai e a destruição de Tebas. Já "Ásia" cobre o nascimento do Império persa, a batalha do Rio Grânico e a chegada de Alexandre a Górdio. "Isso" narra a famosa contenda entre as tropas persas e macedônias, o cerco da cidade de Tiro – já destacado pela elegância de sua exposição – e a chegada de Alexandre ao Egito, título do próximo capítulo. O desempenho de Freeman em sua escrita é elogiável, reunindo anedotas de Heródoto e passagens sobre

a expedição macedônia com destreza e galhardia. O trecho "colinas áridas, sem um traço de vegetação, estendiam-se por todo o horizonte, enquanto a areia profunda que eles lutavam para atravessar lembrava um mar infinito. O vento agitava a areia, jogando-a em seus olhos e cobrindo suas roupas (...). Em algum lugar no meio do deserto sem fim, naquela noite, o rei e seus amigos perceberam que iriam todos morrer" (2014: 168), referente à busca pelo oásis de Siwah, é um dos mais inspirados de *Alexandre, o Grande*.

O sexto capítulo, "Mesopotâmia", abarca da chegada de Alexandre à Babilônia à Batalha de Gaugamela, lançando mão do excelente recurso de citar uma tábua babilônica que descreve o desfecho do último embate entre Alexandre e Dario (2014: 192). "Persépolis" narra o famigerado incêndio que o macedônio mandou atear à capital persa, a traição e a morte de Dario. "Báctria" disserta sobre a ascensão de Besso, as execuções de Filotas, Parmênion e Clito, além do casamento entre Alexandre e Roxane, enquanto "Índia" traz as célebres disputas entres os exércitos macedônios e as tropas de elefantes comandadas por Poro, o desentendimento do conquistador com Calístenes e a recusa do exército em seguir pelo vale do Ganges. Penúltimo capítulo, "Babilônia", conta o penoso retorno pelo deserto de Gedrósia, o motim de Ópis, e os óbitos de Heféstion e do protagonista.

As últimas páginas, de título "Até os confins da terra", discorrem de forma sucinta sobre a sucessão do Império após a morte de Alexandre, além de algumas apropriações da figura do macedônio, quer seja na poesia persa, quer seja na tradição judaica, quer seja no Medievo com o conhecido *Romance de Alexandre.* Trata-se de um capítulo de grande valor, que mereceria ser ampliada em eventuais futuras edições.

*Alexandre, o Grande* se encerra com um glossário sobremodo útil, em vista da frequente repetição de nomes entre os gregos e os persas, facilitando a identificação das personagens pelo leitor. Freeman também faz um comentário bibliográfico, que se por um lado logra discutir a complexa relação entre os historiadores de Alexandre e suas fontes, por outro carrega chavões que há tempos têm sido questionados. Repetir, em pleno século XXI, que Arriano é um autor "equilibrado" (2014: 368) em contraponto a um Quinto Cúrcio cheio de "floreios retóricos" (2014: 341) pode incomodar os conhecedores mais profundos da historiografia sobre Alexandre produzida nos últimos 30 anos. Quanto ao uso de fontes modernas, causa surpresa não encontrar nenhuma referência a Johann Gustav Droysen, cuja história de Alexandre datada de 1833 é marco incontornável das obras sobre macedônico.

Freeman também inclui uma seção de fotos no miolo do livro, com belas imagens do Monte Olimpo, dos túmulos de Filipe II e Ciro, do palácio de Persépolis e do mosaico de Alexandre, além de algumas moedas. Embora as ilustrações não estejam creditadas,

deduz-se que a responsável tenha sido a própria esposa de Freeman, Alison, chamada por ele de "fotógrafa predileta" (2014: 20).

A tradução deixa a desejar em alguns momentos, em particular no emprego da crase, severamente castigada durante todo o livro. Abundam usos incorretos da expressão "à distância" (a norma culta pede o acento grave apenas em caso de distância definida (e.g. "à distância de 10 metros" e não "ensino à distância" [sic.]), além de erros grosseiros como "devota à formas exóticas" (2014: 36), "servia-se vinho a vontade" (2014: 53), entre outros.

Em suma, *Alexandre, o Grande*, agrada pela narrativa esmerada e habilidade do autor em descrever com extraordinária beleza mesmo os mais conhecidos episódios da carreira de Alexandre. Se sua leitura deve ser feita com cautela em alguns pontos aqui já destacados, ela certamente será proveitosa e agradável aos interessados em uma obra introdutória a Alexandre redigida com inquestionável paixão[255].

## English[256]

Thiago do Amaral Biazotto[257]

By the end of 2014, the Brazilian layman that entered a bookstore looking for works about Alexander would find many options: the classical *Geschichte Alexanders des Grossen* (1833), by Johann Gustav Droysen, translated to Portuguese in 2010, the short and useful *Alexandre le Grand* (1974) by the French Pierre Briant, first seen here in 2010, and *Alexander, the Great and the Hellenistic Age* (2007), proficient study by Peter Green, that arrived in Brazil in 2014, are some examples. Beyond these, it was also possible to find *Alexander, the Great,* by Phillip Freeman, published in 2011 and brought to Brazil in 2014 by Amarilys publishing house and translated by Marília Chaves and Marcia Men.

Freeman maintains a website that offers information about his works and academic trajectory. He graduated in the University of Texas and obtained his PhD in Harvard. He taught at the Universities of Boston, Washington and nowadays teaches at Luther

[255] Demais obras citadas: BRIANT, Pierre. Alexandre, o Grande. Porto Alegra: L&M, 2010; DROYSEN, Johann. Alexandre, o Grande. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010; GREEN, Peter. Alexandre, o Grande, e o período helenístico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

[256] Translated by Vitor Menini.

[257] Master's Student, FAPESP Fellow. State University of Campinas – Campinas, SP, Brazil. e-mail: thiago_a_b@yahoo.com.br

College. Another works by Freeman are *St. Patrick of Ireland* (2004), *Julius Caesar* (2008) and others. The website also informs that the author got interested in the Classical Studies randomly, since his parents did not have any relation with the theme. Curious to note how historians like Paul Veyne also used this prerogative.

Dedicated to his students, the book begins with a time line that goes from the coronation of Cyrus (559 B.C.) to the death of Alexander (323 B.C.). It also has a chronology of the Persian and Macedonian kings. The reader will also find two fine, and very useful, maps: one of the Aegean World and the other of Alexander's Empire. Evoking the famous aphorism by Arrian – that claimed for readers to have his Alexander narrative in high regard even among others – Freeman highlights the motives that led him to write about Alexander, stating that he grew up fascinated by the life of this historical figure, and that he would like to write a historical biography accessible to all those who love History, but that might have never read a single book about the life of Alexander, neither have had much familiarity with the Ancient World. Although stating that he used "ancient and modern" sources, if you take a look at the bibliography, you will find that Freeman structured his work, almost entirely in texts from whom we call "Alexander Historians": authors of Antiquity whose texts about the Macedonian survived until our days – Diodorus Siculus, Quintus Curtius, Pompeius Trogus/Justin, Plutarch and Arrian.

It is possible to state that Freeman's goal in writing an enjoyable book is, indeed, fulfilled since the quality of the author's narrative. The book has many excerpts of unquestionable aesthetics and can capture the attention of any reader - even the more demanding. The description of the Siege of Tyre e the travel to Siwa oasis are two profitable examples of Freeman's writing skills. The desire of a *latu sensu* history desired by the author can possibly explain his choice to construct a linear narrative: from birth to death of Alexander; this path is broken only in some digressions and in the final chapter, that is dedicated to a concise appreciation of the forms that the figure of the conqueror were appraised in different contexts.

Titled "Macedonia", the first chapter covers the period between the birth of Alexander and death of Philip II to the arising of the Macedonian realm and its complex relations with Greece. Well written and attractive, there is only one passage that brings some discomfort: when the author states that Lysimachus, one of Alexander's preceptors, is not well known for caring about his personal hygiene. This assertive might have been made to create a modern garb to the work. In other moments, this will happen again and can cause some negative reactions in some readers.

"Greece" is the second chapter and it is focused in the murder of Philip, Alexander's campaigns in Hellas after his father's death, and the destruction of Thebes. "Asia" covers the rise of the Persian Empire, the battle of the Granicus and Alexander's arrive

to Gordium. This passage narrates the famous strife between the Persian and Macedonian troops, the Siege of Tyrus and Alexander's arrival in Egypt, title of the following chapter. Gathering anecdotes from Herodotus and passages about the Macedonian expedition with dexterity and intelligence, Freeman's work is praiseworthy.

The sixth chapter, "Mesopotamia", processes the arriving of Alexander to Babylon until de Battle of Gaugamela. Freeman cites an ancient Babylon Chronicles that describes the upshot of the last faceoff between Alexander and Darius. "Persepolis" weaves the infamous burning of the Persian capitol that was ordered by the Macedonian conqueror, the betrayal and the death of Darius. While "Bactria" verses about the rise of Bessus, the execution of Philotas, Parmenion and Clitus and the marriage of Alexander to Roxana, "India" is focused in narrating the disputes between the Macedonian military forces and the elephant troops commanded by Porus, the arguing that involved Alexander and Callisthenes and the refusal of the army to follow marching by the Ganges valley. The last but one chapter, "Babylon" narrates the painful return from the desert of Gedrosia, the riot of Opis and the death of Hephaestion and Alexander.

The final pages discourse synthetically about the succession of Empire after Alexander's bereavement. Freeman also discusses some of the forms of appropriation of the Macedonian figure in Persian poetry, Jewish tradition or in the medieval period. It is a chapter of great value for studies and, in possible further new editions; it should be more explored and expanded.

The book is finished with a useful glossary since the frequent repetition of names between Persians and Greeks, making it easy for the reader to identify the characters along the narrative. Freeman also makes a bibliographic comment that discusses the complexion relation between Alexander's historians and their sources. But the author carries clichés that have been questioned by other for a while. Stating in the 21st century that Arrian is a "equalized" author (2014: 368) in contrast of a "highly rhetorical" Quintus Curtius Rufus (2014: 341) can bother the connoisseurs of the historiography about Alexander produced in the last 30 years. Regarding modern sources, it causes great surprise that there are no references to the renowned work by Johann Gustav Droysen dated 1833.

In the middle of the book, Freeman included a section of pictures: Mount Olympus, the graves of Phillip II and Cirus, the palace of Persepolis, the mosaic of Alexander and some coins. Although the illustrations are not credited, it is possible to infer that they were taken by Freeman's wife, Alison, who he calls "my favorite photographer" (2014: 20).

In a nutshell, *Alexander, the Great*, pleases by its careful narrative and the author's ability in describing with extraordinary beauty even the most known episodes of Alexander's career. Reading should be done with some caution especially in the points stressed in this review, but it is certainly a profitable and enjoyable book for who is interested in an introduction work about Alexander wrote with great and admirable passion.

# GUARINELLO, NORBERTO LUIZ. *HISTÓRIA ANTIGA*. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2013. 174PP.

Rafael Augusto Nakayama Rufino[258]

## Português

O processo de globalização, discutido à exaustão atualmente, pode ser entendido, grosso modo, como algo que promove a redução de distâncias e a integração dos povos, sem abrir mão dos debates em torno de seus aspectos positivos e negativos. Mas qual o motivo de iniciar a apresentação de um livro sobre o tema da História Antiga inserindo uma discussão prévia sobre as características da globalização? Qual seria a relação entre dois temas aparentemente díspares?

A essa problemática vem se juntar a obra intitulada *História Antiga*. Seu autor, Norberto Guarinello, é professor de História Antiga da Universidade de São Paulo (USP), e tem se dedicado ao estudo do mundo antigo colocando em pauta a problemática central da "história da integração do Mediterrâneo". Segundo o estudioso, o historiador está munido de um instrumental que consiste em um tempo, um espaço e uma pergunta (ou conjunto de questões). O estudo da história seria fascinante devido ao fato de que ao se propor novas perguntas, olhamos para o passado de uma maneira radicalmente nova. Por esse motivo, "perguntar como se dá um processo de integração, no tempo e no espaço, é uma questão relevante". Portanto, a integração do Mediterrâneo na Antiguidade é um tema que surge das perguntas e inquietações feitas sobre a globalização no mundo contemporâneo. Disso decorre a questão: o espaço do Mediterrâneo, com seu processo de integração, teria algo a nos dizer hoje, para os problemas enfrentados na atualidade?

Para levar a cabo esse intento, Guarinello estruturou sua obra em nove capítulos, e em cada um há subdivisões precisas que facilitam o entendimento do conjunto. No fim de

[258] Programa de Pós-graduação em História, Bolsista CAPES. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil. e-mail: rafaelnakayama@hotmail.com

cada capítulo, o autor teve o cuidado de indicar algumas obras centrais, a seu ver, para o debate colocado.

Uma *história da História antiga* é o que move e intitula o primeiro capítulo. Inicia com a ideia da "criação do antigo", a partir do século XII, quando ainda não havia uma disciplina, mas uma noção de herança, onde os textos antigos representavam algo diferente da cultura contemporânea. Adiante, Guarinello trata do conceito de Renascimento, e critica o entendimento de uma recepção, como algo do passado que chega ao presente de forma inteira, essencial: "Não foi um renascer passivo, mas uma reconstrução profunda da memória, com objetivos bem presentes". Finalmente, a disciplinarização da História Antiga se firmaria entre os séculos XVII e XVIII, período entendido como Iluminismo. Alguns autores desse período são mencionados, como é o caso de Edward Gibbon, Georges Grote, Barthold Nierbuhr e Theodor Mommsen.

A partir do século XIX, há um novo olhar para o passado e a História Antiga recebe influxos das Ciências Sociais e da Arqueologia, disciplinas nascentes no momento, e novos campos são abertos para o conhecimento: a sociedade, a família, a comunidade, a economia, a cultura e a religião. Com a ascensão, no fim do século XIX, de ideias como evolução, civilização, progresso e superioridade da Europa sobre o resto do mundo, a História Antiga se tornou o início de uma linha progressiva de civilização.

No segundo capítulo, *A História Antiga contemporânea*, Guarinello propõe-se a pensar o processo de reinterpretação da História Antiga, mostrando como as motivações do presente interferem nessa escrita e interpretação. São eles: as duas Grandes Guerras, a Revolução Russa, a revolução dos costumes nos anos de 1960 e 1970, a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo e, mais recentemente, os processos de globalização e suas crises. Importante destacar, nesse aspecto, as mudanças trazidas para a disciplina pela Nova História Cultural na década de 1980, ao promover a categoria de identidade, ao dotar a Arqueologia de importância para os estudos de História Antiga, ao questionar as balizas cronológicas da disciplina, entre outros. Enfim, para usar as palavras do próprio autor, "a História Antiga foi desconstruída".

Seu recorte temático, os "estudos mediterrânicos", é explicitado no capítulo seguinte, *O Mediterrâneo: processo de integração*. Guarinello coloca algumas questões: de que modo se deram os processos de integração humana na bacia do Mediterrâneo?; como se deu essa progressiva integração: quais seus mecanismos, quais suas causas, quais seus períodos de intensificação e abatimento". É nesse lugar, um mundo de pequenas regiões terrestres, que viveram diferentes povos, isolados uns dos outros, mas unidos pelo mar.

A tentativa de responder as questões acima tem início no capítulo quatro, *Navegações*. Apoiando-se em resultados de escavações arqueológicas, coloca a importância do uso

do ferro a partir do século X a.C., bem como da navegação o dos navegadores gregos e fenícios para o processo que colocou em contato uma grande variedade de comunidades locais, por meio do mar. Desse modo, as navegações propiciaram trocas culturais entre diferentes povos. Além disso, inicia-se, a partir do século VIII a.C., a colonização grega e fenícia, geralmente na costa, na ocupação de territórios para a produção agrícola.

Imbricado com a discussão das navegações está o tema do capítulo seguinte, *Cidades-Estados*, pois, como sugere Guarinello, a cidade-Estado ou pólis "é uma forma de organização social tipicamente mediterrânea, o resultado da época das navegações. [...] Uma organização social e política dominante das comunidades ao longo do Mediterrâneo nos séculos seguintes". Uma consideração importante que é feita é sobre a Pólis como um fenômeno, não de todos os povos do Mediterrâneo, mas somente do centro. Não se enquadrariam nesse conceito o Egito, o Extremo Oriente e o Levante. A consequência do surgimento da Pólis foi a reconfiguração dos processos de integração do Mediterrâneo. "O litoral do mar tornou-se mais exclusivo, mais delimitado. As diferenças com os territórios continentais começaram a sobressair. Fronteiras internas, locais, e externas, regionais ou mediterrâneas, passaram a dialogar de modo distinto", aponta Guarinello.

O sexto capítulo, *Hegemonias*, discute o intervalo temporal compreendido entre o século V e II a.C., denominado "período das hegemonias**".** Esse momento é marcado pelo grande aumento da complexidade social no Mediterrâneo, com o surgimento progressivo de grandes centros de poder no e sobre o Mediterrâneo, tanto orientais como ocidentais: Império persa (Levante, cidades fenícias, Egito, reino da Lídia), Atenas, Esparta, Macedônia, Cartago, Siracusa, Tarento, Roma, que travaram inúmeros conflitos entre si, ocasionando a reconfiguração das fronteiras mediterrânicas. É justamente uma delas, Roma, que passou a expandir sua hegemonia, a princípio na península itálica, junto com seus aliados. Houve, nesse sentido, uma inovação das estruturas de integração, como a construção de estradas, unindo, aos poucos, todos os centros da Itália. A expansão do uso do latim também fez parte desse processo. Não é demais dizer, pondera Guarinello, que essa expansão não se deu sem conflitos e muito menos sem a formação de uma ampla aliança com outras cidades.

Os dois capítulos seguintes são dedicados ao *Imperialismo romano* e ao *Império*, este último a partir do governo de Augusto. Com a expansão romana na península itálica, bem como o fim da guerra contra os cartagineses (III a.C.), outras duas frentes se tornaram alvos de ataques: o norte do Mediterrâneo e a península ibérica; e o Mediterrâneo oriental. Com as conquistas, vieram o afluxo de riquezas, o uso do trabalho escravo e, paradoxalmente, o aparecimento de rachaduras no próprio centro imperial, que levou a uma guerra civil no século II a.C. Suas origens podem ser

traçadas pela falta de distribuição da riqueza e pela rebelião dos próprios aliados por uma maior participação nos despojos de guerra. Diante disso, Guarinello observa que a guerra civil em Roma pode ser vista como uma "guerra mundial", entendimento possível devido à integração mediterrânica: "Só o lento processo de acumulação de conexões, de interconexões, de redes e estruturas interligadas explica como a luta no interior de uma cidade pudesse, ao mesmo tempo, ser uma guerra mediterrânica". Quanto à ordem imperial que teria se iniciado com Augusto, Guarinello é categórico: "O Império Romano, que durou séculos, apenas foi possível sob a base dos séculos de integração e consolidação de estruturas que o antecederam". Até mesmo a difusão do cristianismo foi possível, em grande medida, devido às redes de comunicação mediterrânicas.

Por fim, o tema da *Antiguidade tardia* é abordado no último capítulo da obra. Esse conceito, que ganhara *status* acadêmico a partir da publicação do livro *The World of Late Antiquity* (1971)[259], do norte-americano Peter Brown, refere-se a um período muito mais amplo e fluído (II-VIII d.C.), que, para Guarinello, foi "uma época de grandes transformações, a começar por uma reforma radical do estado e de suas relações com a sociedade". Uma contribuição central que esse conceito trouxe foi a crítica à ideia de "invasões bárbaras", que, ao contrário do que se defendia, foi um "processo de integração mais amplo e menos destrutivo, segundo a qual o poder imperial não caiu, mas se reorganizou em unidades políticas menores e interdependentes". Sendo assim, há uma tendência em perceber mais continuidades que rupturas nesses séculos.

Dito isso, o que o leitor tem em mãos é um obra introdutória sobre a História Antiga, escrita por um dos maiores especialistas brasileiros na área. O recorte é claro e evidenciado desde o início, o que é louvável, pois demonstra o distanciamento do autor de um discurso apodítico, a nos lembrar em vários momentos da importância da "arbitrariedade com consciência".

Outros pontos merecem maiores comentários: a importância conferida pelo autor às informações provenientes de fontes arqueológicas, imprescindíveis, em muitos casos, para o estudo desse período; como o recorte é o Mediterrâneo, o autor não se restringe ao estudo da Antiguidade como sinônimo de Grécia e Roma, comumente chancelado nos cursos de História Antiga de grande parte das universidades brasileiras, e expande sua análise a todos os povos do Mediterrâneo ocidental e oriental; quando trata do Imperialismo romano, o autor se afasta de uma interpretação normativa, na qual Roma

[259] BROWN, Peter (1971). *The World of Late Antiquity: From Marcus Aurelius to Muhammad*. Londres (2ª ed. aumentada: *The World of Late Antiquity AD 150-750*. Nova Iorque, 1989).

teria imposto a sua cultura ou teria havido uma aceitação dos povos submetidos da sua suposta missão civilizacional, e aponta para o caráter conflituoso, instável da relação com a ordem imperial.

A obra de Guarinello possui inúmeras qualidades para aquilo que se propõe: ser uma obra introdutória e de divulgação sobre o campo da História Antiga. Sente-se falta, no entanto, em alguns momentos, de uma explicitação mais contundente dos debates historiográficos que estão sendo colocados pelo autor, que movem suas posições e conclusões, e que muito poderia esclarecer o leitor mais interessado. Talvez não fossem questões irreconciliáveis no contexto da obra.

Entretanto, esse é apenas um detalhe que não ofusca sua qualidade, que possui o grande mérito de tirar a História Antiga de sua torre de marfim, vista como inabalável diante dos problemas mundanos, um lugar santo para o culto positivista e conservador, para mostrar o quão imbricada ela está aos anseios hodiernos. Afinal, "o mundo mediterrânico não nos oferece respostas precisas, mas nos propõe questões que são contemporâneas e muito importantes", conclui Guarinello.

## English[260]

Rafael Augusto Nakayama Rufino[261]

The globalization process, discussed at length today, can be understood roughly as something that promotes the reduction of distances and the integration of people, without giving up the debates around its positive and negative aspects. But what is the reason for starting a book's presentation on the theme of Ancient History inserting a prior discussion of the characteristics of globalization? What would be the relationship between two seemingly disparate topics?

*Ancient History* comes to add on to this problematic. The author, Norberto Guarinello, is a Professor of Ancient History at the University of São Paulo (USP), and has dedicated his strength to the study of the ancient world questioning the central issue of the "history of the Mediterranean integration". According to the scholar, the historian is equipped with an instrument that consists of a time, a space and a question (or set of

[260] Translated by Rubia Pereira Gaissler.

[261] PhD student (History), CAPES Fellow. State University of Campinas – Campinas, SP, Brazil. e-mail: rafaelnakayama@hotmail.com

questions). The study of history would be fascinating due to the fact that when proposing new questions, one can look at the past in a radically new way. For this reason, "asking how a process of integration happens, in time and space, is a relevant issue." Thus, the integration of the Mediterranean in Antiquity is an issue that arises from the questions and reservations made on globalization in the contemporary world. After this thought, appears the question: would the space of the Mediterranean, with its integration process, have something to tell us today, to the problems faced today?

To carry out this task, Guarinello structured the book in nine chapters, and in each of them there are precise subdivisions that facilitate the understanding of the whole set. At the end of each chapter, the author pointed out some fundamental studies, in his view, to contribute with the debate.

*A History of Ancient history* is what moves and entitles the first chapter. It starts with the idea of the "creation of the ancient past", from the twelfth century, when there was still no discipline, but a sense of heritage, where the ancient texts represented something different from contemporary culture. Later on, Guarinello deals with the concept of the Renaissance, and criticizes the understanding of a reception as something from the past that arrives in the present in a whole, essential way: "It was not a passive reborn, but a deep reconstruction of memory with well marked goals". Finally, the disciplining of Ancient History would set between the seventeenth and eighteenth centuries, a period known as the Enlightenment. Some authors from this period are mentioned, such as Edward Gibbon, Georges Grote, Barthold Nierbuhr and Theodor Mommsen.

From the nineteenth century on, there is a new look towards the past and Ancient History receives inflows from the Social Sciences and Archaeology, emerging disciplines at the time, and new fields are opened for knowledge: the society, the family, the community, economy, culture and religion. In the late nineteenth century, with the rise of ideas like evolution, civilization, progress and European superiority on the rest of the world, Ancient History became the beginning of a progressive civilization line.

In the second chapter, *Contemporary Ancient History,* Guarinello thinks the process of reinterpretation of Ancient History, showing how the present motivations interfere in this writing and interpretation. They are: the two World Wars, the Russian Revolution, the revolution of the costumes in the 1960s and 1970s, the fall of the Berlin Wall and the end of communism and, more recently, globalization processes and its crises. It is important to note, in this regard, the changes brought to the discipline by the New Cultural History in the 1980s, when it promotes the category of identity, when it places Archaeology as important to the Ancient History studies, when it questions the discipline's chronological boundaries, among others. In short, using the author's own words, "the Ancient History was deconstructed".

Its thematic focus, the "Mediterranean studies", becomes explicit in the following chapter, *The Mediterranean: integration process.* Guarinello raises questions: how did the processes of human integration in the Mediterranean basin happen?; how was this progressive integration: what are its mechanisms, its causes, which are their periods of intensification and abatement". It is in this place, a world of small land areas, where different people have lived, isolated from each other but united by the sea.

Attempting to answer the questions above begins in chapter four, *Navigations.* Relying on the results of archaeological excavations he brings up the importance of the use of iron from the tenth century BC onwards, as well the Greek and Phoenicians sailors and navigations, to the process that promoted the contact between a wide range of local communities through the sea. Thus, the navigations propitiated cultural exchanges among different peoples. Moreover, from VIII, the Greek and Phoenician colonization starts, usually on the coast, in the occupation of territories for agricultural production.

Imbricated with the navigation discussion is the next chapter topic, *City-States,* for as Guarinello suggests, the city-state or *polis* "is a typically Mediterranean form of social organization, the result of the navigations age. [...] A social and political dominant organization of the communities along the Mediterranean in the following centuries. " An important consideration that is made is on the *Polis* as a phenomenon, not of all the Mediterranean peoples, but only the center ones. Egypt, the Far East and the Levant would not fit in this concept. The consequence of the *Polis* emergence was the reconfiguration of the Mediterranean integration processes. "The sea coast became more exclusive, more limited. The differences with the mainland territories began to stand out. Internal, local borders, and external, regional or Mediterranean, began to dialogue differently", Guarinello says.

The sixth chapter, *Hegemonies,* discusses the temporal range between V-II BC, knows as the "hegemonies period". This moment is marked by a large increase in social complexity in the Mediterranean, with the gradual emergence of big power centers in and over the Mediterranean, both Eastern and Western: the Persian Empire (Levant, Phoenician cities, Egypt, the kingdom of Lydia), Athens, Sparta, Macedonia, Carthage, Syracuse, Tarentum, Rome, who waged countless conflicts with each other, causing the reconfiguration of Mediterranean borders. It is precisely one of them, Rome, which went on to expand its hegemony, initially in the Italian peninsula, along with its allies. There was, in this sense, an innovation of the integration structures, such as roads' construction, uniting, slowly, all of Italy centers. The expansion of Latin was also part of that process. It is not too much to say, as Guarinello considers, that this expansion was not without conflict, even less without the formation of a broad alliance with other cities.

The two following chapters are devoted *to* the *Roman Imperialism* and the *Empire,* the latter from Augustus' government on. With the Roman expansion in the Italian peninsula, as well as the end of the war against the Carthaginians (III BC), two other fronts have become targets: the north of the Mediterranean and the Iberian Peninsula; and the Eastern Mediterranean. With the achievements came the influx of wealth, the use of slave labor and, paradoxically, the appearance of cracks in the imperial center itself, which led to a civil war in the second century BC. Its origins can be traced by the lack of wealth distribution and the rebellion of their own allies for a greater share in the spoils of war. Therefore, Guarinello notes that the civil war in Rome can be seen as a "world war", an understanding that becomes possible because of the Mediterranean integration: "Only the slow process of accumulation of connections, interconnections, networks and interconnected structures explains how the fight within a city could, simultaneously, be a Mediterranean war". As for the imperial order that would have started with Augustus, Guarinello is categorical: "The Roman Empire, which lasted for centuries, was only possible under the basis of centuries of integration and consolidation of structures that preceded it". Even the spread of Christianism was possible largely due to the Mediterranean communication networks.

Finally, the issue of *Late Antiquity* is discussed in the last chapter. This concept, which gained academic status since the publication of the book *The World of Late Antiquity* (1971)[262], by the American Peter Brown, refers to a much broader and fluid period (II-VIII AD), that, to Guarinello, was "a time of great changes, starting with a radical state reform and its relations with society". A central contribution that this concept brought was the critique of the idea of "barbarian invasions", which, contrary to what was argued, was a "process of integration wider and less destructive, according to which the imperial power did not fall, but reorganized itself into smaller and interdependent political units". Thus, there is a tendency to perceive more continuities than discontinuities in these centuries.

Having said that, what the reader has at hand is an introductory work on Ancient History, written by one of the greatest Brazilian experts. The cutout is clear and evident from the start, which is commendable because it demonstrates the distancing of the author from an apodictic discourse, to be remembered on several occasions about the importance of "arbitrariness with conscience".

---

[262] BROWN, Peter (1971) *The World of Late Antiquity:. From Marcus Aurelius to Muhammad.* London (2nd ed. expanded:. *The World of Late Antiquity 150-750 AD* New York, 1989).

Other points deserve further comment: the importance the author gives to information from archaeological sources, essential, in many cases, for the study period; as the outline is the Mediterranean, the author is not limited to the study of Antiquity as a synonym of Greece and Rome, commonly stamped in Ancient History courses in most Brazilian universities, and expands his analysis to all the peoples of the western and eastern Mediterranean; when comes the Roman imperialism, the author moves away from a normative interpretation, in which Rome would have imposed their culture or where there would have been an acceptance of the subjected peoples of their supposed civilizing mission, and points to the conflicted, unstable character in relation to the imperial order.

Guarinello's work has many qualities for what it is intended: to be an introductory and dissemination piece on the field of Ancient History. However, at times, a more straight explanation of the historiographical debates that are being put by the author, the ones that move assumptions or findings, are missing, and those clarify a good deal to the more interested reader. Maybe they were not irreconcilable issues in the context of the work.

Still, this is just a detail that does not dazzle its quality, which has the great merit of taking Ancient History out of its ivory tower, as something unshaken in the face of worldly problems, a holy place for the positivist and conservative cult, to show how it is linked to current desires. After all, "the Mediterranean world does not give us accurate answers, but poses questions that are contemporary and very important," Guarinello concludes.